Colaboração no «Distrito de Évora»

de Eça de Queirós

ÍNDICE:

Correspondência do Reino
– Comédia Moderna
– Política Nacional

Editoriais

Revista da imprensa

Crónicas

Política estrangeira

Leituras modernas

Ciências histórico-sociais

Correspondência do Reino

(do nosso correspondente literário)

COMÉDIA MODERNA

Nº 1, 6 de Janeiro

Meus amigos: nós, aqui em Lisboa, respectivamente ao mundo político, estamos numa simples atitude de curiosidade. E no entanto ele move-se ruidosamente em recepções oficiais, viagens, condecorações, afagos diplomáticos, brindes de camarilhas.

É ele o único que Luz, que soa; e diz-se – e ainda bem – que nas pastas ministeriais estão reformas fecundas, grandes economias, melhoramentos, leis, disposições, toda a sorte de boas administrações. De resto, toda a Lisboa moral dorme indolentemente como um pastor de Virgílio.

Em S. Carlos canta-se Verdi, no D. Maria recita-se Ponsard. Nos outros teatros movem-se debilmente umas comédias frouxas, insípidas, banais, meio adormecidas, meio mortas, meio perdidas na sombra do palco.

Há mil novidades que eu podia amontoar com palavras abundantes: a suspensão do *Português,* velho batalhador político, apaixonado e violento; a chegada do duque de Alba, parente da casa imperial de França; a aparição do livro de Louis Veuillot, que é para a moderna sociedade francesa como a antiga marca infamante posta nas costas do Ladrão; uma triste história de ciúme e de amor há pouco sucedida; podia falar-lhes dos novos livros: da *Paquita,* que é um poema frouxo, líquido, limitado, vulgar, escrito por um espírito meigo e simpático, por um moço de bela alma e de honesta consciência; das *Memórias dos Vinte Anos,* livro um pouco grotesco; do romance do Sr. Pinheiro Chagas, que não li; do romance do Sr. F. L. Gomes, que li duas vezes, encantado por aquela paixão, aquele colorido, aquele vigor, aquela esplêndida revelação do carácter índico; do livro faceto do Sr. Roussado, que se vende no Baron, entre escovas de dentes e cabelo postiço; podia falar-lhes disto tudo, mas os meus amigos sabem-no pelos jornais, pelos folhetins, pelo correio, etc.

No dia 2 de Janeiro foi, como sabem pelo calendário constitucional, a abertura das cortes, discurso da coroa, reunião oficial dos três poderes, etc.

Eu tenho a respeito desta cerimónia e do discurso da coroa uma opinião toda especial. O que significa toda essa pompa, regimentos, oficiais, guarda de honra, etc.? Mas, sobretudo, o que significa o discurso da coroa? Obriga-se o rei a ir recitar períodos consagrados, palavras rituais. Para quê? O discurso da coroa é porventura uma exposição lúcida e miúda dos actos do governo durante o ano findo? Não. E um enternecimento obrigado sobre certas felicidades, são palavras certas sobre as relações internacionais, reticências e obscuridades sobre as questões em que vai a dignidade nacional, silêncio completo sobre as questões mais importantes para a indústria, para a agricultura e para as classes obreiras.

Parece-me, pois, uma pomposa inutilidade; mas, todavia, é uma cerimónia inocente com que a liberdade não perde, que não cerceia garantias, e que os estados-maiores adoram porque se movem e reluzem. E, além disso, não era necessário que o discurso da coroa esclarecesse a opinião sobre o estado interno e externo dos negócios: todos nós sabemos. A política, hoje, não é um segredo de camarilha ou de secretaria;

pelo jornal, pelo panfleto, pelas publicações de toda a ordem, pelas conversações que, num tempo de acção como o nosso, estão cheias da política e do movimento governativo, todos sabem bem a atitude das coisas, e, ainda que a máquina governativa, como antigamente se dizia, não deva consagrar inutilidades, todavia, a cerimónia oficial da abertura é tão simples, tão inocente, tão diferente, tão despercebida, que era uma dor de alma extingui-la.

Não sei qual será a atitude do governo e da oposição, esses colaboradores da política nacional.

Havemos talvez de ver a oposição, ou aniquilada ou subdividida em facções, categorias, distinções e talvez mesmo individualidades.

A oposição da câmara electiva é dos mais estranhos resultados da política constitucional. A oposição compreende tudo o que não faz parte da maioria: isto é dizer já que forma uma agregação pouco homogénea.

Segundo a maior ou menor influência que os princípios, os factos, as circunstâncias, as simpatias ou antipatias pessoais, e sobretudo a ambição, têm nas assembleias políticas, a maioria vê formar em torno de si pequenos corpos partidários, sempre em desconfiança uns dos outros e unidos somente pelo comum desejo de subir ao assalto do poder.

Este fenómeno constitucional onde é mais raro é na Inglaterra; onde é mais vulgar é entre nós. Em Inglaterra, ou os costumes políticos são mais honrados ou as influências dominam, ocaso é que a oposição é mais homogénea. Isto quer dizer que tem uma ideia que sustenta, que os seus oradores sustentam na tribuna, que os seus deputados querem fazer triunfar no parlamento. Concordam, é verdade, ambos eles, governo e oposição, na mesma forma social; divergem apenas nas outras questões importantes que prendem com as tendências gerais por que o país há-de ser governado interior e exteriormente.

Entre nós não há esta divisão: tudo está amalgamado. A oposição é composta de individualidades, não é composta de ideias; todos os que não estão no poder e queriam estar vão combater, argumentar, discutir, gritar, censurar; mas qual é a sua ideia política, o seu sistema social, o seu método governativo? Não têm nenhum, ou antes, têm todos o mesmo: têm as mesmas ideias respectivamente a todas as questões; às vezes fingem ter uma tendência política diversa; não têm, mas conhecem a forma diplomática, pensam em salvar a aparência.

Em França as câmaras estão divididas; há oposições, mas com ideias políticas: há republicanos, imperialistas, orleanistas, legitimistas, aristocratas, etc. Lá, quando se ataca, atacam-se os princípios e não os métodos ou os homens políticos. Há muito que lá se conheceu que o mal, que a infelicidade social, não vem desta ou daquela direcção, deste ou daquele sistema, desta ou daquela aplicação; que não vem sobretudo da vontade inteligente ou perversa destas ou daquelas pessoas; mas que tem uma causa mais alta, e que, para a destruir, é necessário que os esforços do espírito de inovação vão para o terreno dos princípios.

Mas o grande mal, o mal terrível, são as oposições pessoais. Das subversões políticas, das crises ministeriais, dos antagonismos de poderes, saiu uma classe de homens que consideram o governo como propriedade sua. Para estes há só duas situações possíveis: ou uma oposição facciosa ou uma pasta. Não se lhes fale em princípios: eles têm só um princípio: o amor do poder.

Amam o *poder pelo poder!*, por isso combatem: se o não alcançam por simpatia, violam-no. Assim, sejam quais forem os homens que governem, seja qual for a sua virtude, a sua capacidade, os seus actos, nada satisfará aqueles oposicionistas resolutos; desde o momento que uma medida, ainda que excelente, não foi elaborada e proposta por eles, combatem-na. E, se por acaso nessa luta vencerem os seus inimigos, farão no

dia seguinte o que eles queriam fazer na véspera, se não fizerem pior. E então dá-se uma deslealdade horrível: a deslealdade de um homem que fala contra a sua posição, que, achando uma medida boa, a combate por ódio aos seus autores e, achando uma medida má, a defende por ser dos seus amigos. Mas isto é falar muito sobre princípios e sistemas

Como já disse, Lisboa dorme. Nós outros temos a pretensão de sermos de uma grande cidade, cheia de vida, de elementos, de prazeres, de mistérios. Os mistérios de Lisboa são uma das mais terríveis mistificações que se conhecem.

Quando se assentou que a grandeza, a vida, a actividade de uma cidade, se media pelos seus mistérios; quando foi moda, em 1830, que cada homem tivesse no fundo da sua vida um crime, e cada cidade, no escuro dos seus bairros, um bando de homens ferozes, as largas imaginações procuraram, indagaram, examinaram, revolveram e puderam enfim encontrar os terríveis mistérios de um homem que batia na mulher e de uma mulher que batia numa criança.

Com estes dados, com mais um roubo e um homem de capa preta, formaram-se romances, comédias, dramas, e dizia-se que aquela era a imagem da vida misteriosa de Lisboa.

Quando não há nada mais pacato, mais sereno, mais límpido, mais chato que esta vida de Lisboa, que os meus amigos têm a inestimável vantagem de não gozarem.

Hoje, uma charada bem adivinhada, uma pateada estrondosa, o cavalo em que passeava o Sr. Fulano, a chicotada que um homem deu na face doutro, são o interesse, a paixão, o pensamento duma semana. Não há uma ideia que leve esta gente, uma tendência que a dirija, nem uma tendência má; são todos indolentes e burguesmente bondosos. Reinam ainda um certo número de individualidades; fala-se delas, discutem-se, e quando passam têm um grande cortejo de olhares parvos. As mulheres aqui, como sabem, são feias pela maior parte, de olhar audaz, vestir imodesto; há ainda um certo número de raparigas, doces espíritos, almas delicadas, mas não se fala nelas.

O que predomina é o egoísmo e a inércia. Sobretudo os nossos rapazes têm um carácter: a preguiça; dizem-se aventureiros, estroinas e valentes, mas ninguém os acredita; somente alguns homens sensatos (que ainda os há), quando os vêem no Chiado a planearem com ares tenebrosos uma partida de bilhar no Central ou um café na Áurea, dizem por condescendência, para contentar os pobres rapazes: sempre vocês são muito estroinas!

Alguns passeiam e montam a cavalo, e julgam-se por isso, com grande alegria, horrivelmente imorais. Outros passeiam de carro, mas são tão tímidos que passam só pelas ruas solitárias, para não mancharem o nome da família. Os mais desvairados estacionam ao pé das lojas; algum que se atreve a espreitar o pé duma senhora, ao ela subir para a carruagem, é olhado com terror pelos companheiros, e quebram as relações com ele, para não terem de o cumprimentar quando ele for a subir para o cadafalso.

Vê-se andar esta mocidade estéril e burguesa pelas ruas, abonecada, bem composta e vazia de ideias e de sentimentos.

É mesmo a condição para bem viver nos círculos célebres desta terra a falta de ideias.

O grande motor é a moda. Vai-se a S. Carlos, não para ouvir os grandes poemas musicais, a paixão de Verdi, a grande música de Rossini, as suavidades divinas de Bellini; vai-se porque é obrigação de cada um mostrar-se nas cadeiras, olhar, aborrecer-se, mover-se compassadamente e sair. E moda. Quem o não fizesse perdia consideração, interesses, amizades, tudo. As famílias que em S. Carlos têm assinatura, essas, vão conversar, fazer ondear os estofos, mostrar os falsos penteados, paradear pomposamente.

Nada do que é humano entra nesta sociedade frívola. Só sentimentos convencionais e ridículos. Nós, os da capital, rimo-nos da vida pequena da província; mas, no entanto, na província há uma serenidade, uma franqueza, uma verdade de sentir, um desassombro dos espíritos, que é doce. Diz-se: a vida da província é de intriga, de interesses imperceptíveis; mas sabe-se porventura a pequenez dos interesses de Lisboa, o acanhamento da vida, a restrição dos sentimentos? Em tudo se repara aqui, tudo se sabe, tudo se discute: é necessário ter vivido neste meio para lhe ver a estreiteza moral; quem vem de fora e vê o movimento, o largo ondear do mundo, a grande vida aparatosa, pensa que a vida do espírito, do interior, corresponde a essa pompa externa. Mas não. Um dos primeiros escritores do país disse um dia a alguém:

«Aqui, em Lisboa, meu amigo, cada um tem o seu negociozinho de meio tostão; fora disso nada sabem e nada vêem.»

Não é assim; muita gente há que tem grandes interesses morais, largas vistas; e essa gente é a que tem um negócio de tostão! Eu não parava se quisesse falar como penso desta sociedade de Lisboa; mas não será tudo hoje; hei-de-lhes fazer conhecer esta Lisboa interior, que só percebem os que cá vivem.

Mas hoje o ar está tão lúcido, o azul tão sereno, que parece que o dia está inteligente, e que uma estação assim, fria, leve, clara, espiritualiza o cérebro; de facto o Inverno, quando lúcido, é uma estação protectora da inteligência: esta luz espalhada, sem vapores, sem peso, tépida, produz um eterno despertar de ideias.

Agora vou por essas ruas, apinhadas de gente, indolentemente, estudando os tipos como um verdadeiro ocioso, rindo-me dos penteados femininos, vendo os livros novos, ouvindo as dissertações políticas, a graça dolorosa e insípida dos nossos folhetinistas, mas olhando sobretudo para o Sol, para o belo ar puro, para o pequeno calor que desce, como um verdadeiro meridional.

Nº 3, 13 de Janeiro

Meus amigos: depois da minha última carta, carta imensa e fatigadora, eu sei que têm um correspondente político desta boa terra. Melhor. Eu deixo-lhe para ele a análise das coisas políticas, a fadiga de revolver as bagagens do mundo oficial, o nobre mas monótono mister de discutir os governos. Eu continuarei, meus amigos, falando-lhes dos teatros, dos livros, dos enfeites, das alegrias de Lisboa, do Sol e das árvores – serenamente, humoristicamente. Hoje, pouca gente há que tenha a felicidade de andar afastado das coisas políticas, sem interesses, sem ambições, sem influências, sem oposições; todos mais ou menos têm uma ponta do casaco presa à máquina governativa; eu não: vivo sossegadamente, num repouso todo oriental, sem saber o que os ministérios fazem, preguiçosamente estirado à sombra das minhas árvores.

Realmente não vale a pena mover-se a gente para se ir lançar na luta de pequenos interesses e de individualidades imperceptíveis. O homem, a tirar-se da sua preguiça, deve ser pelas grandes coisas da humanidade, pela liberdade, pelo direito, pelo povo. Mas que há de comum entre o povo, o direito e os pequenos movimentos políticos da nossa terra? Nada. Por isso, uma vez que «Deus nos fez estes ócios», gozemos deles, lendo um ou outro bom livro, contemplando os belos quadros, as belas pinturas, as belas esculturas e sobretudo as belas paisagens.

E a verdadeira vida, como o Sul é o verdadeiro clima. Há pouco lia eu a *Viagem à Rússia,* de Gautier, e pensava, ao entrever aquelas paisagens nevadas, aquelas florestas fúnebres, aqueles montes de atitude esmagadora e lívida, toda aquela Natureza entorpecida. gelada, meio morta, pensava como se explica bem o espírito sombrio,

místico, fúnebre, das raças do Norte; ali não pode haver alegria de consciência, virtude satisfeita do coração; o homem vê sempre a Natureza como um castigo que Deus lhe dá, como uma maldição desconhecida. E por isso também que aquelas raças, a eslava sobretudo, são de maus e tenebrosos instintos; elas não têm as influências que fazem os homens bons; a terra para eles é uma inimiga, o Sol um desconhecido, a temperatura uma opressão. Nós, os do Sul. encontramos na Natureza simpatias, consolações, meiguices: toda esta Natureza nos está dando uma festa constante; por isso andamos satisfeitos, como quem se sente protegido por Deus.

É uma coisa que quase desprezamos, a beleza da nossa Natureza; pois é ela que nos faz o que somos; bons e sofredores.

No entanto, da raça do Sul deve exceptuar-se a Espanha; essa tem a violência africana, muitos séculos guardou em si o elemento mourisco, muito tempo se passará antes que ele se dissipe na Espanha.

E a propósito de Espanha, toda aquela... Mas eu prometi não lhes falar em política. E agora penso: se lhes não falar em política, com que os hei-de entreter? Lisboa, ouvi ontem dizer, é uma terra vazia. E, sobre isto, devo dizer-lhes que hoje não há bastantes queixas ainda sobre uma multidão deliciosa de coisas que se perderam, e que eram o encanto, a felicidade da vida. Das cidades donde elas saíram é que se diz que estão vazias: Paris é assim, Berlim e Londres. Lisboa não: Lisboa nunca as teve. Lisboa não, é terra vazia; essas coisas adoráveis nunca ela as teve. Senão vejam: uma coisa que se perdeu tristemente foi o espírito. Falo daquele espírito que era a graça das conversações, o encanto das comédias, a finura dos diplomatas, o triunfo dos homens de letras, o refúgio dos velhos, o disfarce dos cínicos – o belo espírito, leve, conciso, cheio de ideias, que cortava uma questão, que solucionava uma crise, que destruía uma calúnia, e que era o bom senso e a razão vestidos ligeiramente. Esse espírito perdeu-se, e é uma das perdas mais lamentáveis. Ele é que sustentava os salões, que salvava os teatros, que dava importância aos embaixadores; isto era assim em Paris, em Florença, em Berlim, em Weimar. Mas digam-me, com franqueza, se era assim em Lisboa: as comédias eram o *Manuel Mendes Enxúndia:* os salões espirituosos eram as merendas nas hortas; o espírito dos homens de letras eram as pesadas e grosseiras quintilhas de Nicolau Tolentino: o espírito dos nossos fidalgos era saber picar touros. Já vêem que Lisboa não perdeu o espírito, porque nunca o teve.

A segunda coisa que se perdeu foram as artes: hoje nem pintura, nem escultura, nem arquitectura; fazem-se palácios de cristal, estátuas para jardins, de louça e porcelana, pinturas para salas de jantar, de frutas secas e de aves monas; mas estas coisas não têm nada com a arte.

Em quanto à música, refugiou-se nos cafés-concertos, nos realejos e nas harpas da rua; refugiou-se também nos pianos das meninas. Todo o mundo acha adoráveis as músicas dos pianos particulares; também acho bom, mas prefiro a forca.

E agora por música, ainda não lhes falei em S. Carlos. Ontem cantou-se o *Guilherme Tell* – Schiller e Rossini.

Há certos dramas que verdadeiramente só acham o seu complemento, a sua verdadeira força, a sua altura ideal, quando transportados para a música. Isso depende das qualidades dramáticas do poeta, mais talvez do que do génio do maestro. Assim: o *Otelo* é uma obra perfeita: a música de Rossini não o torna maior. A música são as vibrações intimas da alma, é a voz do espírito, é tudo aquilo que o homem tem no coração, mas que não pode dizer com palavras. Mas há certos poetas que sabem dizer tudo, as vibrações mais íntimas, as sensações mais delicadas, as poesias da alma mais indefinidas. Shakespeare é desses. A música não vem pôr nada de mais: a obra está completa. O *Otelo* e assim. Mas vejamos por exemplo o *Casamento de Fígaro,* de

Baumarchais, transportado para a música de Mozart, para a ópera *Nozzi di Figaro.* Aí, a música completa a obra teatral, explica a oculta poesia daquelas almas: transporta tudo para uma região mais doce e duma divina influência, onde a ironia se transforma em graça. a frieza em virtude, a voluptuosidade em amor, o estouvamento em poesia.

Quem ouvisse as *Nozzi di Figaro,* e tivesse visto representar *Le Mariage de Figaro,* conheceria a diferença. A ópera de Mozart é uma idealização.

Pois ontem cantou-se o *Guilherme Tell.*

Ali, Rossini idealiza o drama de Schiller; tudo tem aquela ópera divina: a melancolia, a dor, o entusiasmo, e sobretudo – a Liberdade. E esse o seu merecimento supremo: é uma ópera inspirada pela Revolução; por isso tem todos os entusiasmos.

Mas veio isto a propósito de eu dizer que se perdeu a música entre o grande naufrágio das artes. Tinha dito que se perdeu o espírito; e perdeu –já o expliquei. Eu ontem vi a prova incisiva disso no Casino; é das coisas mais engraçadas e onde a gente mais se diverte. Em quê? Em ver a seriedade das máscaras. Oh!, as graves criaturas, de atitude austera, que vão com fúnebre solenidade arrastando os seus dominós, como se atravessassem as cerimónias dum préstito.

Morreu, morreu para sempre o Entrudo, o velho Entrudo e o Entrudo novo. Tudo o que tinha pilhéria, tudo o que tinha espírito. Quem me dirá onde se dança ainda livremente, com folia e com raiva? Eu não vejo. O espírito, logo que se introduziu no Entrudo, veio prognosticar-lhe a morte; o Entrudo não devia deixar os ovos frescos, a laranjinha, a cavalhada antiga, as facécias dos pretos; isso tinha graça, era bondosamente inocente e papalvo. Todo o chiste do Entrudo está na imbecilidade; o Entrudo é uma abdicação: a abdicação da seriedade, da melancolia, da castidade, do sossego, da poesia e da limpeza. O divertir-se é uma coisa original na criação: quem é que se diverte nos três remos da Natureza? O homem. O Entrudo é a principal característica da raça do homem.

É um livro que está por fazer, e que deve ser feito, este – *Da Parte do Entrudo na História da Civilização.*

E porque não? A história da caricatura é a revelação mais profunda do estado dos espíritos no tempo de Luís Filipe. E agora, pela caricatura, lembra-me o pobre Gavarni. Ele também pertenceu à geração dos caricaturistas de 1 830. Ele trabalhava no jornal *A Caricatura.* ao lado de Daumier. Mas tinha-se desprendido da política; enquanto os outros se entretinham temivelmente em demolir a burguesia, ele, o bom Gavarni, estudava os costumes dos estudantes e das *grisettes,* todas as elegâncias da mocidade, todos os encantos do amor, todas as melancolias da vida. porque. debaixo do seu lápis galhofeiro, risonho, escarnecedor, elegante, suave e alegre, havia uma alma filosófica, chorosa e doente; ele, mais do que ninguém, compreendeu as horríveis melancolias da vida. Ele é da família de Musset e de Murger. Nos outros caricaturistas havia uma brutalidade terrível: os seus desenhos eram como marcas infamantes postas nas costas do mundo oficial de Luís Filipe.

Mas esta carta vai longa: eu temo cansá-los com as minhas dissertações humorísticas.

Na outra, se Deus quiser, contar-lhes-ei Lisboa: eu procuro ir seguindo, par a par, a nossa «Comédia Moderna.» Se quiserem, dêem este titulo às minhas cartas.

A. Z.

Nº 5, 20 de Janeiro

Meus amigos: há quanto tempo lhes não escrevo! Quando Henri Heine, o romântico poeta dos *Nocturnos,* escrevia de Paris correspondências para a *Gazeta de Augsburgo,* e não tinha novidades a escarnecer, livros a dilacerar, sistemas a assoprar, religiões a achincalhar, tomava Mr. Thiers e tomava Mr. Guizot e fazia-os dançar entre toda a sorte de frases motejadoras, comparando Mr. Guizot a um urso e Mr. Thiers a um macaco.

Mas eu jurei não lhes falar em política. É por isso que não comparo nenhum estadista a um urso ou ainda menos a um macaco

Mas é que eu esta semana estou tão estranho a Lisboa como um chinês cor de porcelana e aroma de charão. Eu nunca vejo Lisboa chuvosa.

Eu considero o Inverno como um inimigo pessoal; tenho uma certa afeição paternal pela Primavera; protejo um pouco o Verão; mas sou um adorador baixo e servil do Outono. Não pela sua melancolia, pela grande despedida das folhas, pelos murmúrios das águas, pela palidez doentia da vegetação; não, isso são mortes, são tristezas; gosto do Outono pela serenidade, por aquela incomparável serenidade indolente e quase triunfante.

O Outono é a estação da arte; eu não compreendo mesmo a antiga vida grega e a moderna vida napolitana senão no Outono; tudo é sereno, velado, cheio de meias-tintas doces; é uma estação melodiosa. Quando passeamos, envolve-nos, tonifica-nos o espírito, espiritualiza-nos a alma; quando se escreve, se lê, se pensa, se faz qualquer trabalho, o Outono dá uma lucidez espontânea, uma penetração fácil; o Outono é o grande protector do espírito e o grande acalentador do corpo.

Por isso devem ver que durante estes dias de chuva, de vento. de lama, de escuridão, eu estive em casa, criando-me junto do lume e dos móveis cómodos uma atmosfera outonal. Li. O quê? O que todo o mundo lê hoje. *A Viagem à Itália, Os Cheiros de Paris, O Filho,* os livros modernos enfim. Porque, devem saber, hoje não se lê, folheia-se; antigamente a ciência era um pequeno campo que se percorria num instante, levemente, gastando pouco o olhar sem atenção, com um doce estouvamento, e no fim saia-se letrado, sábio, homem de letras, entendedor, critico, etc.

Hoje, que tudo é imenso e exagerado, nesta vida moderna, cujo verdadeiro nome é paroxismo, pouco se pode ler; os livros sucedem-se: poemas, histórias, romances, poesias, críticas, ciências, dicionários, tudo nasce, passa, voa, é lido, estudado, esquecido e lançado ao monturo. Para colher uma ideia, para saber um facto, para escolher uma opinião, é necessário ir duns a outros, sem cessar, correndo, ler uma página, relancear a vista por um índice, colher na passagem o titulo dum capítulo. Hoje há mais coisas a saber: o mais pequeno sábio não pode ter a sua pequena consciência satisfeita sem ter lido mil livros, aberto crédito a mil sistemas.

Quem sabe onde nos levará este abuso do espírito?

Em primeiro lugar, à exageração: as faculdades estão viciadas como os estômagos doentes e cansados; as inteligências, hoje doentes também, têm apetites grotescos. O simples, o natural, são-lhe odiosos; querem o monstruoso e o excessivo. A vida moderna tem um característico: inchação. Não é um acréscimo verdadeiro, real, sólido, não; é o crescer do corpo em certas febres, é a inchação. Onde antes estava a simplicidade, hoje tem-se posto a tortura; a tortura, outra palavra que exprime bem a nossa época. Onde antigamente estava o cor-de-rosa, nós hoje enfastiamo-nos se não vemos a cor do sangue; onde dantes havia uma candeia, pomos hoje uma girândola de gás; onde antigamente descansávamos, hoje deslocamo-nos aos pulos. Isto chamam uns o triunfo do espírito, outros o triunfo da matéria; eu creio que é o triunfo da febre. Febre natural: a vida é de acção e reacção. A Meia Idade foi um grande jejum, uma abstenção; a Reforma e a Renascença foram um jantar a fartar, foram a gula, a indigestão; a era das

monarquias foi depois um adormecimento. uma fadiga, um entorpecimento; hoje é a febre, o movimento doido, o salto frenético. Depois disto virá um grande acontecimento? Virá; mas que não seja o do dilúvio

Ainda há pouco Louis Veuillot o predizia: *Venit diluvium et cudit omnnes.* Com efeito, nós chegámos àqueles tempos de decadência, de abaixamento, de corrupção, de infâmia, de vileza, que um grande e terrível facto deve vir. Nas sociedades democráticas de hoje não sei o que virá limpar a corrupção; nos tempos bíblicos foi um dilúvio; nos tempos monárquicos foi uma revolução: foi a de 93, também um dilúvio, somente um dilúvio de sangue. Tem páginas terríveis o livro de Louis Veuillot acerca da imprensa; acerca dos divertimentos é feroz, quase profeta. Por vezes é dum escárnio pungente. Como os profetas, ele chora a sua pátria perdida – a Igreja – e lastima que sobre as ruínas dela tripudiem os devassos.

Aquele livro, depois de lido, deixa na alma um terrível vazio: onde nos havemos, pois, de refugiar, Senhor, se o mundo é assim? Nem virtude, nem pudor, nem amor, nem inteligência, nem verdade, nem justiça.

O homem torna-se um eterno desiludido. E daqui a pouco virá uma geração nova; esta geração ouviu falar na honra, no amor, na virtude, na alegria: quer essas coisas, quer sobretudo a virtude, quer sobretudo o amor. E se um dia forem perguntar por elas, ser-lhe-á respondido: homens novos, essas coisas passaram, essas antigualhas findaram com a arquitectura gótica, nada resta delas; ainda nuns certos livros está um eco da virtude, da honra, da melancolia, mas desses livros todo o mundo se ri; coisas novas e humanas substituíram essas velharias místicas.

Em matéria de virtude, a verdadeira virtude acabou, mas temos a elegância, os lindos vestuários, etc.; a caridade também acabou um pouco, mas temos a roda; a honra também acabou, mas felizmente temos as condecorações, os juramentos políticos, os duelos de jornalistas e o brio dos fidalgos picadores de touros; o amor também acabou, verdade seja, mas também era uma tolice, uma pieguice, uma imoralidade; hoje temos coisa melhor: temos as dançarinas, temos as mágicas onde aparecem as fadas, temos as matriculadas na polícia e temos, sobretudo, os casamentos ricos.

Mas a grande instituição moderna, a soberana instituição contemporânea – é a imprensa. Desde o jornalismo que elogia as botas de verniz do ministro até ao jornalista que protege modestamente os reis e as nações, tudo passa sob o azorrague de Louis Veuillot. Aqueles capítulos, traduzidos, seriam a imagem fiel da imprensa portuguesa, e eu folgo de ver que os meus amigos, no seu jornal, começaram traduzindo algumas páginas dos *Cheiros de Paris;* não se esqueçam sobretudo de transcrever aquelas em que se fala do jornalismo. O verdade! Ó justiça!

Mas onde vou eu? – como se diz nas comédias clássicas.

Eu creio que vou à prédica e à declamação. Não me lembra já com que alegre intenção eu comecei a escrever esta carta. Era uma anedota risonha que eu queria contar? Não era a morte de ninguém; não era nenhuma quebra; não era um suicídio; que seria? Não me lembro. Eu creio que era uma notícia política; eu sei que ela fazia morrer a rir; tudo, pois, me leva a crer que era decerto política.

E agora por isso me lembra uma coisa: devemos tomar seriamente cuidado no nosso riso; Portugal está numa situação delicada, é necessário cautela; os nossos governos precisam de auxilio; não é dos nossos dinheiros que eles precisam, nem das nossas contribuições, nem das nossas vidas, nem das nossas inteligências – é da nossa seriedade.

Oh!, pelo amor de Deus, estejamos todos sérios: assim o governo fará alguma coisa proveitosa e fecunda. Ele caminha com as mãos cheias dos destinos da pátria e não os deixa cair, mas é necessário que estejamos todos muito sérios: se nos rimos, o

país desmorona-se. Há muito tempo que os governos em Portugal andam dizendo para os lados, com bonomia e gorda satisfação: «Não me façam cócegas!.»

Ó pátria! Ó estadistas! Ó bom Nicolau Tolentino!

Nº 6, 24 *de Janeiro*

Meus amigos: acordo numa adorável manhã, em véspera de fazer viagem. O ar está diáfano e tem uma leve cor miosótis; passam pequenas neblinas adelgaçadas – é um vago orvalho cheio de reflexos – e ao longe o grande sol começa a desprender-se das névoas, dos vapores, das exalações subidas, como um antigo deus que se despisse dos seus véus. Bela manhã para viagem!

Agora em toda a parte, sobre um tombadilho, na imperial duma diligência, a cavalo, a pé pelos caminhos, de todo o modo se sentiria o espírito alegre, o coração leve, o ar consolador, o Sol fecundo, o Deus bom.

São estas as belas, as divinas, as brancas manhãs para se tomar um cajado, um saco, e ir pelos campos, pelas serras, pelos vales, para Espanha, para Itália, para a Suíça, ver mundo: climas novos, outras estrelas, outras festas do céu. Felizes os que o podem fazer!

Eu nunca compreendi as viagens senão a pé; os caminhos de ferro, os vapores, são condições cómodas para o homem considerado como mala. Todos o sabem: metido num vagão, o homem mais independente, mais altivo, mais anárquico de espírito, olha para si e sente a sua individualidade arrastada, transportada, à vaga semelhança dum baú. E sofre. Mas o viajante a pé!

Têm-se feito tantos e tão fastidiosos ditirambos ao viajante a pé que eu não digo mais nada...

Ah!, não; digo só uma coisa: Manuel Eduardo era um viajante a pé.

Não sabem decerto de quem falo. Manuel Eduardo era um rapaz, camarada meu, moço melancólico, um tanto excêntrico. um tanto estouvado, um tanto esteticista, mas mais polichinelo ainda, que perdia tudo – as botas, o dinheiro, o fato, as malas. os amigos, e só duas coisas nunca perdeu: a honra e a mocidade.

Era um tipo. Morreu há pouco no Norte, na Dinamarca. chorando por não poder ver ainda o seu belo sol, o ar do Sul, a cor meridional. Tinha ido para a Dinamarca, por estroinice, um dia, depois dum almoço em que se tinha falado na fria beleza das mulheres de Estocolmo, nos pés imensos dos Dinamarqueses, e sobretudo no rei da Dinamarca, burguês feudal que se levanta da mesa com o guardanapo na mão para ir dar audiência aos camponeses seus rendeiros.

Isto despertou-lhe a curiosidade de ver o rei da Dinamarca, dirão talvez. Não senhor: de ver o cozinheiro do rei da Dinamarca. Os seus amigos viram aquela nova loucura com tristeza, com pena, com cuidado, porque Manuel, segundo o seu estilo de viagem, queria ir a pé. Meditava peregrinações e aventuras de largo caminho; tinha um plano pomposo: viajar de noite com os estudantes pela Alta Alemanha, embarcar no mar do Norte, estudar a vida dos pescadores daquela costa, saber-lhes as tradições, decorar-lhes as legendas, viver algum tempo nas cabanas, e depois, numa barca de pesca, atravessar, com a maresia e com o vento, o perigoso mar do Norte.

O pobre rapaz teimou e foi; por infelicidade, Manuel Eduardo era rico.

Um abastado negociante, de justa probidade e enérgico carácter, o Sr. M. F., administrava-lhe a fortuna. Era uma tutela obsequiosa e fecunda. Manuel Eduardo adorava aquele recto administrador e dizia sempre: é ao zelo maçador do F. que eu devo o meu belo desleixo. Mas, quando foi de viagem à Dinamarca, o Sr. M. F. opôs-se; e

opôs-se com a aspereza de pai, com a honradez de administrador e com a melancolia de amigo. Manuel Eduardo estava um pouco doente do peito e aquele clima áspero e impiedoso podia matá-lo por lá, solitário, sem cuidados, sem dedicações que o cercassem, sem corações que o robustecessem. Tudo foi inútil. Partiu.

Na véspera ceámos juntos, uns poucos de amigos de Manuel Eduardo. Consultou-nos então sobre o itinerário: o desgraçado tinha tido o plano de ir à Dinamarca pela América...

Nessa noite – ou pressentimento ou acaso – Manuel Eduardo estava duma melancolia dolorosa. Ao fim da ceia recitou, quase chorando, aquele soneto de Gérard de Nerval:

Je suis le ténébreux, le veul, l'inconsolé, etc..

Ele adorava Gérard de Nerval, e dizia sempre: «O nosso Gérard.» De feito, eram dois espíritos semelhantes: o mesmo desleixo prático, a mesma bondade infatigável, o mesmo sentimento de dedicação, a mesma poesia na alma, a mesma alegria no espírito, o mesmo iluminismo suave, a mesma tristeza, O mesmo coração apaixonado, o mesmo amor das viagens, a mesma inquietação constante e indefinida.

Depois tornou-se duma alegria doida: quis dançar, cantar, beber, fumar, recitar, fazer tragédias... Ao fim da noite, começou a explicar-nos o mar do Norte: ele conhecia-o pelas baladas de Henri Heine. Recitou-as, quase chorando.

A noite passou-se assim, bebendo, brincando, pensando, entristecendo-nos.

À saída, encontrámo-nos com um velho amigo de Manuel Eduardo. Foi direito a ele e deu-lhe mudamente um grande abraço.

No outro dia partiu Manuel Eduardo para a Dinamarca.

Nunca mais o tornámos a ver.

Mas para que vim eu com esta história?

Eu sei: caprichos da manhã

E agora vou-lhes contar o que é; mas não, não.

Eu não posso falar-lhes em mais nada depois de lhes ter falado de Manuel Eduardo.

Nº 8, 31 de Janeiro

Como sabem, cantou-se *Ernâni.*

É o mesmo drama de Victor Hugo – menos o H. Foi a única coisa que ele perdeu na viagem pela música e pela Itália; de resto, conserva a mesma paixão violenta, os mesmos sombrios amores, o mesmo profundo sentimento da honra cavalheiresca e dos ciúmes bárbaros. Verdi é realmente o maestro da antiga escola romântica de 1830: tem, pelo menos, uma das suas qualidades –a violência.

Pode ser em música um falso sistema, mas é nas almas uma poderosa comoção. A verdadeira música é talvez a de Bellini – a melodia velada, a paixão serena e azulada, a doçura, a meiguice, o abandono, todas as qualidades do idílio e da elegia.

Nada há, na literatura ou na arte, comparável e semelhante à feição espiritual de Bellini. Na poesia tem-se-lhe comparado Musset, H. Heine, Novalis. Mas Musset era materialista; Henri Heine, escarnecedor; Novalis, místico...

Nada têm com Bellini. Há apenas nas virgens e nos rostos femininos de Ary Scheffer o quer que seja da melancolia de Bellini.

Isto poderá parecer estranho, mas as artes têm entre si uma profunda alma tão

unida que as feições caracterizadoras duma são, por vezes, intimamente comparáveis às feições caracterizadoras da outra: nada mais parecido com a música de Mozart do que a pintura de Rafael; nada mais parecido com a poesia de Dante que a escultura de Miguel Ângelo. E porque não? Todas as feições se parecem a exprimir o amor, a curiosidade, o terror: as artes são apenas as feições do belo ideal.

Isto são coisas bem sabidas, que hoje correm como moeda gasta e desdobrada nas conversações de *atelier*; mas há certas ideias tão conhecidas e que a gente vê tão esquecidas que tem vontade de as andar levando por todos os caminhos.

E hoje quem conhece estas coisas em Portugal, quem fala nelas, quem as explica, quem as aplica? Eu não vejo. O que vejo é uma literatura decaída, uma pintura estéril. E nem arquitectura, nem música.

Sem artes, sem literatura, como havemos nós de progredir, ser nobres, elevados, apontados como nação inteligente, activa, trabalhadora do bem e da justiça? Uma nação vive, prospera, é respeitada, não pelo seu corpo diplomático, não pelo seu aparato de secretarias, não pelas recepções oficiais, não pelos banquetes cerimoniosos de camarilhas: isto nada vale, nada constrói, nada sustenta; isto faz reduzir as comendas e assoalhar o pano das fardas – mais nada. Uma nação vale pelos seus sábios, pelas suas escolas, pelos seus génios, pela sua literatura, pelos seus exploradores científicos, pelos seus artistas. Hoje, a superioridade é de quem mais pensa; antigamente era de quem mais podia; ensaiavam-se então os músculos como já se ensaiam as ideias.

Quando numa nação o pensamento começa a enfraquecer, quando hoje a poesia, amanhã o drama, depois a história, depois a arte – todas as manifestações espirituais começam a dissipar-se como efeitos de luz... triste coisa! O que resta então? O governo, as secretarias, a corte

Rua dos Condes: *Família Benoiton,* eis uma novidade. Vi a espirituosa comédia: quase cintilante, quase perfeita, quase nobre, quase cheia de ensino: sempre quase! Sardou é como aqueles homens que estão sempre quase a espirrar: ele também está sempre – quase a ter génio.

Sardou fala muito, abre e fecha portas, tem relâmpagos de espírito, tem trovoadas de moralidade, move figuras cómicas, faz rir e comover, aterrar, embasbacar, pulveriza a graça, atrai, tem todas as qualidades de filósofo, de estadista, de trágico, de polichinelo; mas, no fim dos seus dramas, a gente pergunta um tanto aborrecida: o que quer isto dizer? Sai-se do terror de ouvir um drama de Sardou com a vaga desconfiança de que se sofreu um logro imenso.

O desempenho foi o desempenho duma companhia francesa, espirituosa, fina, cheia de *nuances,* de meias intenções, profundamente parisiense, gaiatamente dos bulevares, um tanto filosófica, representado por sujeitos pouco espirituosos, que nada sabem de Paris, que não compreendem aquela vida, que são alheios àqueles sentimentos, que estão a mil léguas daquelas intenções – e que são excelentes pessoas.

Foi assim também o desempenho dos *Amores de Leão.* Que sabiam aqueles actores do D. Maria do tempo da Convenção, de Madame Tallien e do general Hoche? Que sabiam do espírito da Revolução, das complacências mistas dos salões de então, da *Mocidade Dourada,* dos *Incríveis,* dos emigrados, dos clubes, da República meio morta, da Vendeia rebelde? Que sabiam do espírito daquela época, das tristezas, das esperanças, dos brios daquele tempo?

Nada. Recitavam o seu papel com as intonações do Conservatório. Foram péssimos. Eis aí! *Et voilá eomme on joue le dramne!...*

Mas não falemos em teatro, oh!, musa! Aqui em Lisboa, porque o almanaque dá o Inverno, temos bailes, teatros, câmaras, reuniões, jantares, etc. Em S. Carlos, *Ernâni;* nas câmaras, resposta ao discurso da coroa; nas Variedades, *Os Thugs*; nos bailes e nos

jantares, mais ou menos escândalos.

De resto, corre por aí uma história que se deu há muito, isto é, há dois meses, que eu ouvi num salão e que tem graça e perversidade. Foi o caso: chegou a Lisboa, de Montevideu, um homem rico, velho, apaixonado, violento, cheio de sangue e de vida – mas horrivelmente velho e horrivelmente imbecil. Este homem foi para um dos melhores e mais animados hotéis de Lisboa. Viviam então nesse hotel dois rapazes estroinas, brincalhões, engraçados, excelentes bebedores, melhores fumadores, sempre acabrunhados com bilhetes de amores: um que estudava as coisas góticas e às vezes talmúdicas, o outro que lia sofregamente Théophile Gautier e que estudava as formas das deusas gregas. Ora o velho de Montevideu achou não sei que bonita mulher a quem queria dar o seu coração, antigo e espanhol. A rapariga não achou bastante o coração; o coração do velho não passava de víscera; por isso, fugiu-lhe com o coração, mas também com a bolsa e com um relógio. O velho ficou fulminado: o relógio era um soberbo cronómetro inglês. Lidou, procurou, trabalhou; em vão: a rapariga não aparecia e não aparecia o relógio. Nisto, os dois rapazes tiveram uma negra e satânica ideia: lembraram-se de achar o relógio do velho. Bem. No hotel morava também um homem célebre, célebre em Lisboa e noutros países *imateriais,* escritor, poeta, parodista, ultimamente autor dum livro falado que se vendia no Baron e noutros cabeleireiros e capelistas: homem engraçado, alegre, faceto, bom rapaz e que possuía as maiores barbas da literatura. Adivinham de quem eu falo: do Sr. M. R. Ele vivia descansadamente, sem conhecimento do velho, da aventura do relógio, sem desconfiança da traição.

Os dois rapazes dirigiram-se ao velho, apresentaram-se como empregados da polícia, deram os seus nomes de guerra e juraram achar o relógio; o velho prometeu pingues e fartas recompensas, mas eles modestamente recusaram tudo, com face envergonhada, e somente lhe exigiam a sua amizade. Oh!, santa abnegação!

Começaram as indagações. O relógio não aparecia. Os rapazes descoroçoavam. Planearam então covardemente esta farsa trágica.

Um, o amador da forma, dirigiu-se ao velho e disse-lhe:

– O senhor quer o seu relógio?

– *Se quiero, homnbre!* – disse o de Montevideu.

– Bem – respondeu o hediondo rapaz –, amanhã procure-me às sete horas da manhã sem falta. Sete da manhã. Eu moro nesta hospedaria. Os empregados da polícia dormem às vezes pelos vários hotéis. Moro no quarto trinta e seis. Decore o número: trinta e seis. Entre. Se me vir de barbas, não estranhe: eu ando sempre disfarçado e durmo disfarçado. Mas, como eu tenho muitos negócios, para saber que o senhor é o homem do relógio, é necessário dar-me um sinal, um santo-e-senha, porque, à mesma hora, 'as sete da manhã, hão-de outros procurar-me para outros negócios. O seu sinal há-de ser este: voltar-se para mim e com gesto imperativo dizer: *Tire usted las barbas!* Amanhã às sete horas. Número trinta e seis.

Isto era dito às escuras, no quarto do velho – que já estava deitado. Eram II da noite.

Ora (sinistro e maldito plano!) o quarto 36 era o do Sr. M. R.

– o de grandes barbas...

Ao outro dia, às seis horas e meia, os dois rapazes foram espreitar para junto do quarto 36. Eis o que se passou: o Sr. M. R. dormia profundamente. O velho chegou e bateu de mansinho à porta. Nada. Bateu mais de rijo. Nada. Bateu com força; ouviu-se dentro uma voz rouca e sonolenta:

– Entre.

O velho entrou «com tímido pé».

O Sr. M. R., na cama, perguntou:

– O que quer?
– Sou eu – disse o velho. – Então ontem deitou-se tarde?
– Alguma coisa.
– É má vida essa!
– Má vida?
– Ora!, só essa constante convivência com ladrões
– Com ladrões!?
– Eu era vida que por nenhum preço queria!
– O senhor que diz, homem?! – e o Sr. M. R. tinha já a voz trémula.
– Então sempre me entrega o relógio? – perguntou o velho.
– Que relógio?
– O relógio que me roubaram.
– Pois eu roubei-lhe algum relógio?
– Ora o senhor bem sabe... – disse o velho, com face imbecil.
– Sei o quê?
– Eu espero da sua bondade que mo torne a entregar.
– Sabe quem eu sou'?

E, dizendo isto, o Sr. M. R. ergueu-se, dando aos ventos as leves roupas e pulando como um cabrito dos montes, foi-se à janela e abriu-a. E, voltando-se para o de Montevideu. encarando-o tragicamente, bradou-lhe:

– Então conhece-me?

Mas o velho, vendo aquele rosto cheio de barbas, lembrou-se do sinal e disse imperativamente:

– *Tire usted las barbas!*

O Sr. M. R. ficou petrificado. Mas depois, correndo e tomando nas mãos as barbas, veio ao velho gritando:

– Que quer o senhor que eu tire?

E o velho insistia:

– *Tire usted las barbas!*

O Sr. M. R. deixou-se cair, sufocado de raiva, e só murmurava:

– As minhas barbas!

Depois, num ímpeto, expulsou o intruso.

Gritaria, berros, apóstrofes, o velho gritando para que tirasse as barbas, o Sr. M. R. jurando que eram verdadeiras; criados aflitos, criadas envergonhadas; os hóspedes alvoroçados – uma confusão de comédia espanhola.

Não me contaram mais.

Agora adeus e etc.

A. Z.

Nº 10, 10 de Fevereiro

Meus amigos: ontem li *Os Cheiros de Paris,* de L. Veuillot. Sabem que é hoje em Lisboa, em Paris, em Londres, em Berlim, o livro discutido, o livro examinado, o livro fulminado? Eu não o considero por ser de origem católica ou de origem ultramontana. Estas questões que se resolvam entre as sacristias e as secretarias.

Eu considero-o apenas como um arquivo terrível das corrupções e das infâmias deste século. Ontem, como disse, lia eu L. Veuillot, vi ali retratadas figuras que nós todos conhecemos, que encontramos, bem vestidas e aparatosas.

Uma dessas figuras, um jornalista.

É deputado e homem de letras. Como homem de letras, as suas opiniões são largas; como deputado, os seus votos são decentes; como homem de letras e como deputado escreve em não sei que jornal; aí concilia a largura e a decência.

É convidado para os grandes festins oficiais: como homem, come-os; como escritor, descreve-os; como deputado prudente não os pode descrever sem os ter comido... Ora os assinantes pagam as suas quotas e lêem as descrições: assim, o homem épago a tanto por garfada.

Nasceu respeitoso. O respeito hoje é uma coisa que rende

Mas mais que respeitoso é atento e minucioso. Conhece e frequenta as salas ministeriais. Tem mesmo a ventura celeste de tocar com a sua mão profana e tímida – a mão magnificente do ministro.

Ora havia um ministro que tinha uns lindos cães. O homem, num artigo grave, elogiava os cães. «Nobres animais!», exclamava ele. Outro ministro tinha os pés bem feitos e usava bom calçado. O homem gabou largamente as botas do ministro: e dizia: «Parece incrível que um simples mortal encontre um tão bom verniz.»

E, como um jornal da oposição viesse declarar que as botas do ministro não eram de verniz, mas de vitela moura, o homem pulverizou a argumentação adversária e ficou honrado e vitorioso.

Mas dirão: e a moralidade e a honra? Ora! Este legislador e letrado que elogiava e adulava os cães é apenas um precursor. Os tempos caminham e uma hora vai chegar em que estas baixezas não admirarão e serão aplaudidas. Deixem morrer alguns homens, deixem apagar-se algumas recordações. Verão então! O próprio legislador, festejador de botas, achará que é de mais e que no seu tempo se guardava melhor a dignidade de deputado e de homem de letras

Veuillot fala ainda dum certo cronista – *la fleur des délurés* – que nasceu respeitoso: convidado um dia por una Madalena da perdição a passar a noite em companhia galharda, o cronista respondeu no seu jornal, em grossas letras, com adorável desprezo do pudor e da seriedade: *J'irai, ma belle! Que connait-on de plus en croc?*

Ora este cronista, *la fleur des délurés,* tremia, com humilde sorriso e voz sumida, diante dum certo marquês, ou antes, de todos os marqueses.

Isto rendia-lhe. E não há nada que renda tanto, tanto e tanto, como o bem-aventurado respeito.

E bem-aventurados são os respeitosos. Não é deles o reino da terra, não é deles o reino do céu: é deles aquela religião crepuscular e difusa, entre a terra e o céu, onde os antigos poetas punham as almas vis.

E é assim que o cronista Lupus, *la fleur des délurés,* orgulhoso e cavalheiresco para as moças do bulevar, treme e curva a espinha dorsal diante dos marqueses.

Ora este respeito é um respeito livre, profundo, sincero, respeito de particular a particular. respeito de outrora.

Outras figuras ainda: os jornalistas que se persuadem que a terra treme e que o céu os escuta. Estes que não escrevem sem medo de complicar o governo e de acarretar à nação as iras do estrangeiro; estes que temem que o imperador se não escandalize com um folhetim, ou que a rainha de Inglaterra não tome a mal uma local...

De vez em quando, protegem modestamente as nações: «A França sabe que a redacção deste jornal lhe é afeiçoada.» Ou ainda: «A Polónia pode contar connosco no momento da luta» (frases textuais).

Mas eu hoje estou fatigado, e não lhes posso contar longamente estas figuras de jornalistas.

Para outra ocasião de mais paciência escarnecedora – eu irei, através da «Comédia Moderna», fotografando os grotescos e apupando os infames. E se o mundo não tem emenda, a consciência não pode deixar de ter opinião.

Nº 11, 14 de Fevereiro

Meus amigos: entramos na doce Primavera. Ar puro e meigo, suavidade das flores, vago repouso do corpo, despertar da luz.

É nestes dias claros, lúcidos, leves, que há um forte desejo de ir – para longe das políticas, das questões das cidades, do burburinho lamacento dos homens – para os livres campos, sob as livres árvores, ver Deus um pouco mais de perto do que se vê das secretarias e das alfândegas.

A vida do homem é tão afadigada e tão inútil! Vida dum dia, tão combatida de pensamento, tão dolorosa de acção, tão avara das consolações de alma e dos descansos do corpo, tão cheia de desenganos! Felizes os que podem estar longe destes movimentos estéreis, desta cansada deslocação de músculos e de forças, e ter por única atenção a sombra das árvores e por única preocupação o crescer das violetas.

Eu não compreendo vida alguma a não ser a vida dos Napolitanos e dos antigos Gregos. Essa é uma vida natural, donde foram excluídas as invenções do movimento humano. Essa vida é toda contemplativa e serena.

É uma vida exterior, de vegetação. Deus deu o descanso e a passividade feliz à árvore, à pedra, às nuvens; só deu fadiga aos animais e, sobretudo, ao homem.

A antiga sabedoria consistia em ser simples e sereno como a Natureza. É o que os Gregos faziam na sua vida descuidada, de harmonia, de doce inacção.

É o que fazem os Napolitanos e, sobretudo, os *lazzaroni,* aquela raça indolente de Nápoles, inteligente, preguiçosa. orgulhosa, que vive pelas praças, sob as árvores, ao sol, tendo por única ambição a luz, por única glória o sono. Eles estão deitados. vendo o caminhar do dia, felizes com o peso horrível do calor. Felizes com a suavidade difusa da noite. Ali estão vendo o silêncio, o sossego, a plenitude satisfeita das coisas, e vendo descer a noite, aquela doce noite crepuscular, que, nos países do Sul, é como uma recordação das antigas horas do Paraíso.

Depois, quando a noite vem e as estrelas, tomam a sua guitarra e ficam-se às portas, ao belo ar livre, tocando e cantando.

Esta é que é a verdadeira vida. Toda de Natureza. As emoções estão na Natureza, as verdades na Natureza, as alegrias na Natureza. Por isso aquele povo é desgraçado nos movimentos políticos; ele não tem coragem de sair da sua doce sonolência e ir misturar-se aos vãos clamores da paixão política. Só quando é para defender a pátria – a pátria donde aquelas alegrias lhes vêm – é que eles se erguem e vão, entusiasmados e enérgicos.

Porque é que nós não somos assim? Porque é que nós não temos também uma vida toda natural e somente tirada das alegrias das árvores e do estado do céu? Somos mais activos, mais presos às pequenas coisas da vida, mais ambiciosos, mais empreendedores; e entre nós seria julgado ridículo aquele que se contentasse com a sombra duma alameda ou com a frescura dum rio.

Nós queremos outros fins, outras actividades. Se não, vejam. Na nossa terra, em cada aldeia, em cada povoado, há sempre uma dura intriga política, um movimento áspero de interesses e de contradições. Todos se agitam. Luta-se sempre; vem a acção da camarilha e a reacção do povo.

As camarilhas agitam-se em movimentos fúteis, em projectos, em planos estéreis;

o povo espera. Dele é o grande dia, ele verá tudo desvanecer-se como um fogo-fátuo.

Oh!, meus amigos – isto vai sendo uma daquelas prédicas tenazes que fazem os desalentados: uns que tudo fulminam, outros que tudo querem abandonar. Eu confesso que, às vezes, sou dos que tudo querem abandonar...

E, com efeito, quem vê o materialismo crescente, o pundonor moribundo, a descarada vaidade dos indignos, as infâmias, as baixezas, as compras de honra, os amolecimentos de consciência, tem só aquela súplica que fazia um poeta alemão: «Asas! Asas! Asas para voar e deixar o pó humano!».

Talvez que em outras regiões encontremos reunidas todas as qualidades divinas que fugiram da Terra. Então lã estarão o pudor, a virtude, a demência, a honra, a dignidade. Lá ver-se-á realizada a bondade das eras primitivas.

Mas em vão! Quem por acaso quer soltar-se da sua condição estéril, da sua triste prisão, só encontra resistências onde se despedace. Lembra aquela história do saltimbanco de que fala Banville, que, como queria furar o tecto de lona, caiu deslocado e esmigalhado na areia do circo.

Hoje estou com esta péssima tendência para a melancolia e para as teorias lacrimosas. Perdoem-me. Hoje não tive a ironia bastante feroz para apontar os vendilhões, e o azorrague bastante firme para os chicotear. Há certa época em que o espírito se cansa de marcar os infames, e vem uma imensa tristeza. Então, em redor, olhamos para tudo com indiferença: temos apenas uma recordação do que é a justiça, mas sabemos bem de cor o que é a piedade. E quando a gente sente aproximar-se o último dia, o dia em que há-de ir, lá a cima, ao encontro celeste das almas, ou sob a terra misturar-se no pó.

Adeus. Ia-me tornando fúnebre. Pensem um pouco em mim.

A. Z.

Nº 12, 17 de Fevereiro

Meus amigo: eu sou um correspondente literário que não falo dos livros, dos poemas, dos romances, dos dramas, de todo este longo movimento de espírito, que, como uma fina seda, ondeia e reluz ao nosso sol.

Fizeram-se poemas e cantatas, livros humorísticos, romances, filosofias e algumas religiões; eu não ouvi, não senti, não percebi nada.

Isto é resultado do modo tímido com que se escreve em Portugal. Parece que os poetas fazem os livros como os rapazes fazem travessuras. Vindo cautelosos, no bico dos sapatos, e fugindo com grandes tremuras e arrepios de carne. Mas de que fogem os poetas em Portugal? Porque se publica um livro, e o vemos cercado de silêncio, lido às escondidas, discutido apenas num circulo misterioso, dentro da espessura das paredes, fazendo corar os que são surpreendidos a folheá-lo?

Porque fogem os escritores? Da crítica? Não a há. Fogem modestamente dos aplausos? Não os há.

Uma vez ouvi um sujeito, esquadrinhador de locais e de notícias literárias, dizer, ufano e regalado, a um amigo que há pouco publicara um livro: «*A Gazeta* lá fala em ti.» E o escritor respondeu com grande cólera de voz e terríbil idade de gesto: «Ai o velhaco!»

Isto é pasmoso e pasmosamente curioso. Eu não compreendi então, e ainda não compreendo hoje. Para mim este medo é um enigma, como a coragem do escritor é um problema.

Eu creio que isto tem raízes no medo da publicidade que aflige a burguesia portuguesa. Ela receia ver o seu nome pisado brutalmente num prelo e irreverentemente composto pelos tipógrafos. Eis aí! Mistérios da classe média – a sustentadora de impérios...

Eu, meus amigos, há um mês que não vejo um jornal francês, que não leio um livro, que não sei uma notícia de arte: vou numa crescente brutalização. O espírito às vezes cansa-se e – como diz o bento Veuillot – o corpo vinga-se. Há então preguiças eternas, descansos mórbidos, raiva de contemplação.

Uma coisa que nunca compreendi foi a actividade material de certos poetas. Trabalham, falam, gesticulam, andam, passeiam, madrugam, tudo com largo proveito das suas rimas e avultada pujança da sua fibra. E medram, e tomam fradesca corpulência. Eu não compreendo os poetas sem a vida contemplativa. Em França há um provérbio que diz: sono de poeta... Com efeito, o sono é mais o descanso do espírito do que o repouso da matéria. E quem mais do que aqueles infatigáveis amadores do ideal fazem caminhar o espírito, correr, lidar e cansar-se? Arsène Houssaye conta que, na sua mocidade, quando morava na Rua Doyenné, com aquela célebre companhia de artistas chamada Boémia Galante, dormiam até que o Sol tomasse as maiores alturas. De noite velavam. Eu conservo da minha mocidade também esse sono prolongado, aninhadamente gozado, e sobretudo as meias sonolências. Então o espírito anda naquela região que não vem da realidade ainda, e que já não é do sonho. Estado doce em que tudo está velado de sombra, de meias-tintas, em que não há contrastes; estado idealizador, em que tudo toma uma aparência e uma alma divina. Se nos lembramos duma mulher, parece-nos uma criatura fantástica, diáfana, como as figuras ossiânicas, leves como o ar; se nos lembramos dum bandido, vemo-lo com aquela amável e cumprimentadora figura que têm os salteadores dos bailados da ópera; se nos lembramos dum burguês de santa rotundidade, parece-nos uma figura poética de cavaleiro trovador, etc.

A vida assim é um sonho de ópio, sem o incómodo estomacal do ópio.

Mas onde vou eu, Jesus? Eu estou cantando o sono e a preguiça – o que é imoral.

Meninos, trabalhai, etc. Há assim no *Tesouro da Infância* umas suaves páginas, de que eu me ria em criança

Disseram-me ontem, *entre la paire et le fromage* – que assim se tratam as questões graves desta terra –, que o Sr. Tomás Ribeiro tinha lido, ou lia, ou ia ler, a casa não sei de que vulto, o seu poema *Delfina do Mal*. Eu conto a novidade como ma disseram, sem um aplauso, sem uma alusão à meiguice, ao encanto vago dos versos do mesmo Sr. Tomás Ribeiro.

E dizem-me que o poema começa por uma caçada. Eu lembro-me de um poema que começava por uma caçada e que se chamava *Ondina do Lago*. Tenho disto uma vaga memória, como se fosse nos Elísios que o houvesse lido, ou naquela região onde as almas esperam a vida.

Entravam grandes personagens: Fausto, D. Juan, o papa Alexandre VI, o Judeu Errante, Merlin, eu sei? Toda a história, toda a mitologia, toda a legenda gótica, estavam naquele poema. O verso era chato, e frouxo, e deslavado. As imagens, antigas. Eu falo desta maneira retórica porque o poema era todo retórico. Regras bem respeitadas, convenções bem respeitadas. Havia apenas quatro versos bonitos – os da invocação. Quando li aquilo, perguntei quem era o autor, que *havia nome* Teófilo Braga. Disseram-me que era um bom moço que lia livros velhos. O sujeito que me deu esta resposta era um grande tratante que lia livros novos.

Fiquei com o meu conceito oscilante. Quis perguntar ao meu particular amigo Inocêncio, mas nesse tempo ele andava empenhado numa discussão feroz com outro

sujeito, para saber se este sujeito era literato, e se, como tal, tinha direito a ser incluído no *Dicionário Bibliográfico.* Ora o tal sujeito jurava que era literato; o Sr. Inocêncio jurava que não; e, como nenhum queria ceder, chamavam-se reciprocamente – eu sei?

Isto fez uma certa bulha e atraiu as vistas da polícia. Eles discutiam no jornal *A Revolução;* eu creio que a questão acabou, pondo-os *A Revolução,* a ambos, longe das suas colunas. Como que o Sr. Inocêncio, feroz, retirou-se ao seu *Dicionário,* e o outro sujeito – cujo nome me esqueceu – aos seus misteres. Hoje creio que são amigos, pelo que os aperto ao meu coração.

De modo que nunca pude saber quem era o Sr. Teófilo Braga.

Somente um dia, perguntando a um homem de largas vistas. este me disse com voz cava: «É um ser estranho!»

Com o que me fui, todo nervoso, a fazer à *Ondina* o que o abade fez aos livros de D. Quixote

Manuel Eduardo, o viajante de quem já lhes falei, disse-me um dia que o Sr. Teófilo Braga era – um rabiscador trágico. Nunca me esqueceu esta palavra, que talvez mande pôr em música, como canto popular.

Meus amigos: caiu-me agora um borrão no papel. O que é um mau sinal: ou eu me ia tornar muito maledicente, ou me ia tornar muito benévolo. Evitemos as injustiças.

Sou todo vosso.

A. Z.

Nº 14, 24 de Fevereiro

Meus amigos: faltei um dia porque andei pelo campo, vendo a grande Natureza e as aparências de Deus. Nós, às vezes, esquecemo-nos Dele – de Deus. Andamos tão atentos no nosso pequeno palmo de terra, tão aferrados às nossas agitações imperceptíveis que não vemos quem lá em cima, entre a luz serena e a pureza inacessível, fecunda e retrai a vida.

Dizem os Árabes que a alma deve ser como a chama dum facho: para qualquer lado que o facho se volte, ou se derrube ou se incline, ou seja revirado ou seja arremessado, a chama volta-se sempre para o céu. Assim a alma; fossem quais fossem as provações, sempre os corações primitivos se voltavam para Deus. Era uni magnetismo espiritual, uma comunicação fatal entre o infinito do céu e o infinito do homem. Comunicação misteriosa, que se realiza pela oração...

Nunca se vê a Deus tão de perto como na Natureza. Eu fui retemperar-me naquelas fontes puras onde estão as consolações supremas. Deixei algum tempo Lisboa.

Sair de Lisboa é fácil; entrar é mais difícil, sente-se o mesmo quando se entra num quarto infecto – falta de ar. Aqui há também a asfixia da alma.

Deixei as mulheres feias, deixei os rapazes imbecis; encontro os rapazes mais imbecis e as mulheres mais feias. A imbecilidade e a fealdade são como as árvores novas: cada dia que passa é como um ramo que cresce; os ramos desta árvore da imbecilidade cresceram e estão para dar frutos. O fruto da imbecilidade é a aniquilação; e o fruto da fealdade, a devassidão: explicam-se assim muitas decadências.

Fealdade, imbecilidade, dois característicos de raças degeneradas: em Esparta, Licurgo mandava matar as crianças disformes e desterrava os idiotas. Hoje Licurgo expulsaria e mataria populações inteiras.

O idiotismo cresce: manifesta-se mesmo pela avidez que há do belo e do extraordinário. O idiota, à busca de ideias e de sensações, é o supremo grau do

enfraquecimento moral, que só a este século foi dado ver; é o idiota com a consciência da sua inércia, da sua invirilidade, da sua estupidez, do seu desfalecimento cerebral.

O ideal que hoje se procura mais é o embrutecimento:

inveja-se a passividade das plantas e a imobilidade das pedras. Embrutece-se! É o que as cidades pedem pela voz dos seus teatros, dos seus cafés, dos seus bailes, das suas garrafas de absinto: embrutecimento até ao dilúvio. Então a geração deixar-se-á arrastar nas águas, embrutecida, contente, idiota. Esse dia será feliz: e feliz ainda porque então, mais que nunca, estarão lascivos e cheios de vinho.

Porém, em balde bradam os profetas deste tempo. Os profetas deste tempo têm uma luva esticada e um bigode sarcástico; flanam nos teatros com indizível satisfação da face; sorvem os *cognacs* nos cafés com grande desperdício de remoques e pérfidas alusões; escrevem um folhetim gárrulo; soltam uma nota facunda em louvor das fidalguias; curvam a espinha dorsal diante da santa, da branca, da imaculada, da pura, da celestial, da omnipotente moeda de cinco tostões...

São conselheiros e morrem, deixando de si, pelo austero jornalismo, um sulco luminoso de necrológios e apoteoses.

Estes são os profetas do nosso tempo. Eu, às vezes, deixo-me ir a bradar como eles, mas logo me retraio e solto franca risada. Vou então com os outros: entre os pecadores. O pecador pode servir de apoio; o profeta não: é um ser frágil...

Vou com os outros; vejo então o que eles querem: o que eles querem, sobretudo, é o espectáculo que saiba a ideal; a comédia, a farsa, não lhes agradam: aí vêem casacas como nos seus alfaiates, móveis como nos seus estofadores e sentimentos como nas suas cozinheiras. Eles querem ver fatos estranhos, móveis de país de fantasia, sentimentos ideais. A sede do ideal apoquenta todos; todos o procuram, prova de que ninguém o tem.

É por isso que as mágicas são procuradas, aplaudidas, sustentadas: ali vêem-se ideais montanhas de cores, palácios de missanga, amantes de cristal, fadas, luas maravilhosas, mulheres nuas, e ouro, ouro, ouro, e ainda mais ouro.

Danças aéreas também, e sempre muito ouro: tudo é dourado; o que não pode ser dourado é cor de cobre, é amarelo. E cada um se embrutece à vontade, se repoltreia meio perturbado pela música, pelas cores, pelas mulheres nuas que passam; e sente-se livre dos seus cuidados, da sua política, dos seus amores; sente-se verdadeiramente animal, gostosa e magnificamente animal. É para isto que as mágicas servem; para dar ideal e embrutecimento. As fadas hoje são muito apreciadas e as fontes naturais também... E por isso que não há mágica em que não escorra, por entre muita verdura, muita água, e passem bastantes fadas sobre bastantes cisnes.

A mágica sobretudo é adorada quando há combate: o combate excita e o excitamento leva mais depressa ao embrutecimento. Combate em que haja agonia, extorsão; a imbecilidade é má.

É por iss6que há os combates de touros; e é bom ir pensando nos combates de cães, depois nos combates de escravos. É bom ir pensando, porque o público já se vai aborrecendo das mágicas.

Conta um viajante que, nas florestas da América, os macacos, quando pressentem ou vêem a luta de duas feras, trepam em chusma para as árvores, e dali então contemplam, fascinados, a ira terrível dos dois bichos; gostam sobretudo quando são duas onças ou dois jacarés.

Ora isto dá-se nos homens: gostam de ver escorrer sangue e despedaçarem-se carnes. O que comprova que o homem vai voltando para macaco; e dai descerá ainda à primitiva origem donde se formou – à lama e à podridão.

A. Z.

Nº 15, 28 de Fevereiro

Meus amigos: desde que me vi descido àquele pedaço de página que os meus amigos chamam «Leituras Modernas», e que nós aqui, mais modestamente e menos olimpicamente, chamamos «Folhetim», ando arreceado e tímido, como os antigos profetas, quando se sentiam investidos de missão divina. De feito, eu estava esquecido no meio do jornal, entre correspondências, polémicas, artigos, todo o burburinho da política. Agora vejo-me sob a luz, dando-me a claridade em cheio, e tremo; e hoje entro no seu jornal, meus amigos, «com tímido pé»...

Revejo-me no meu espelho com a morbidez de folhetinista que sabe segredos e chistosos ditos, e mistérios de alcova, luminosos e sagrados.

Eu nunca compreendi o folhetim em Lisboa e em Pequim. São as duas atmosferas onde a planta galharda e iriada é inaclimatável. O folhetim vive do teatro, da intriga, da inimizade elegante. da pequena vaidade espirituosa, das ceias à Regência, das mascaradas joviais, de todas estas coisas imperceptíveis, luzidias, buliçosas. Estas coisas não as há em Lisboa, nem em Pequim. a cidade de porcelana. Também não creio que as haja em Évora. Pelo menos não as vi. E ainda bem. Aquelas coisas terminariam por esterilizar, como um musgo que suga a vida às plantas. Absorvem todo o cuidado, todo o escrúpulo, toda a vitalidade. As qualidades nobres da alma mancham-se facilmente. dificilmente se lavam: os pequenos defeitos, esses, são eternos. A nobreza, a honra, podem ser corrompidas, compradas, extintas; a curiosidade, o tédio, nunca terminam nos espíritos. O que é bom passa depressa, diz o povo com o seu senso justo e profundo. Isto podia confirmar aquela suposta filosofia que quer que a maldade, o estado de hostilidade, sejam a regra, e a bondade o caso excepcional.

Mas eu divago sem graça e sem cintilação. Mais vale ser redonda e funebremente político...

Como ergueram as minhas pobres correspondências a Revistas de Lisboa", todos os meus bons instintos me segredam que eu devo contar-lhes um pequeno capítulo da nossa legenda elegante. Mas isso era bom! Hoje Lisboa parece uma daquelas antigas cidades, ameaçadas de invasão, que já sentem ao longe o tropear feroz das cavalarias bárbaras. Não sei se Alarico vai bater funebremente às portas desta cidade cesárea, mas todos se agitam, os grupos formam-se, passam no ar ondas de boatos, caras patibulares atravessam as ruas, os cafés estão cheios, tempestuosos. Em toda a parte se discute, se alvoroçam os pensadores graves da virtude da pátria. Parece que estamos assistindo a uma agonia nacional. Improvisadores de clube, em gesto dantónico, invocam a liberdade e o povo; correm prospectos, protestos, representações, reclamações; os redactores políticos dos jornais atravessam os grupos, com a cabeça curvada às concepções liberais e enérgicas que lhe estão interiormente vagas, como sombras nobres que vão chegar à vida.

As carruagens dos ministros são seguidas por um cortejo de olhares, de gestos, de violentas argumentações; os deputados soltam a sua ampla voz, pesada de pompas democráticas, nos cafés, nos peristilos dos teatros, mas nunca em S. Bento. Ali preside às discussões uma surda agitação, uma curiosidade incisiva, uma desconsolação manifesta. Há jornais que clamam e bradam no deserto de homens contando maravilhas adocicadas do maná que cai do céu... das secretarias; outros pedem energicamente as cabeças e algumas línguas mais audazes; outros, mais modestos, pedem só o braço descortês e velhaco que ousou escrever certos períodos, perfumados de violetas

ministeriais.

Os jornais tímidos pedem modestamente que não haja sangue; o telégrafo traz a cada momento a notícia de preparativos de *meetings* por essas terras da província... Acreditem, é extrema, profunda, como nunca vi, a agitação dos espíritos. Homens desconhecidos. embuçados, passam de leve junto da gente. de noite, e deixam cair estas palavras: «Guerra civil.»

Estas exagerações dos descontentes fazem rir; mas, sobretudo isto, mostra-se uma oposição ao governo, rara na história da «Comédia Moderna.»

A última eleição, tão célebre, chegou a ter atitudes melodramáticas: eu passei por uma rua, na véspera da eleição, e vi mais de duzentas pessoas agrupadas diversamente pelas portas, com archotes, lendo listas, proclamações, incitamentos. Não pude saber por quem se proclamava. Os archotes, a gente, os embuçados, as vozes, o murmurinho, a escuridão da noite, faziam uma vista teatral e aparatosa.

No dia da eleição, de madrugada, nas ruas do círculo, era tal o movimento dos carros, dos trens, dos homens, dos influentes, dos eleitores, tantas as discussões, as apóstrofes violentas, que foi necessário patrulhar com cavalaria. Enfim, declaro não ter visto em vida minha uma tal azáfama e uma tal cólera. Ontem, num café retirado do bulício radioso da Baixa, vi alguns homens joviais, mas ao mesmo tempo apaixonados, fazerem com solenidade, entre grandes urras e alguns copos de rum, um auto-de-fé – adivinhem a quem? – à *Gazeta* e à *Revolução!*

Eu creio que se agora o governo tomasse alguma medida violenta, poderia facilmente fazer uma explosão desesperada. *Deus avertat*... No meio de tudo isto os ministeriais andam orgulhosos e honrados por terem dado lugar a tão grande alarido. São homens apontados – isto consola de muitos desgostos.

Adeus. Realmente com um povo sensato não se pode ser ministro.

A.Z.

Nº 16, 3 de Março

Começo perguntando a mim mesmo, ou aos ventos e às nuvens, o tom e a atitude teatral em que eu hei-de contar aos povos as maravilhas do Carnaval.

E certo que nas almas literárias há ainda um resto de consciência. Devo dizê-lo: a consciência nem todos têm a honra de a conhecer; a consciência é o quer que seja de vago e de impalpável, de que nós devemos falar como duma figura diáfana de legenda antiga. Divergem as graves cabeças doutorais quanto ao lugar onde está colocada a alma; a alma é que produz aquele facto imaterial a que se chama a consciência. O remorso, por exemplo, e a vergonha são secreções. Se aplicarmos o sistema anatómico à alma, dando-lhe os fenómenos fisiológicos do corpo, encontramos estranhas maravilhas que desmentem a ciência, a moral, os princípios estabelecidos: encontramos que os actos que nos parecem mais espontâneos, mais livres, mais materiais, são resultados da fatalidade duma lei física.

Está de há muito explicado, pela ciência materialista, que o pensamento é uma segregação do cérebro; pode-se facilmente pôr em circulação a ideia de que a consciência é o suor da alma – sobretudo a consciência que condena...

Mas não é em vésperas do Carnaval, quando se ouve já através da bruma o tinir sonoro dos guizos e das campainhas. quando as bocas se abrem para largos risos e o corpo se desloca para os saltos épicos, não é numa destas burlescas ocasiões que eu hei-de ir preleccionar, com ar togado, os fenómenos do corpo.

fisiológico e psicológico: *ecce Entrudus!* Eis o folgazão, o velho. o inocente, o doido, o grave, o sensato.

Eu tive um amigo que entendia que só se vivia no tempo do Entrudo, que todo o resto do ano era a parte carnavalesca da vida. a caricatura do homem.

Dizia ele que só no Entrudo a animalidade e a vida eram lógicas; que a seriedade, a gravidade, a elevação, a política, a ciência, a vida positiva, eram mascaradas. Eu apoio esta ideia. A vida é uma cavalgada imensa de doidos e de bufões.

Deus colocou o homem como colocou o boi, a rã e o bicho-da-seda; deu-lhes as funções, os órgãos, e abandonou-o pelas ervas, pelos prados.

Nada o distingue dos outros animais; se lhe deu a inteligência, foi para ele distinguir o fruto doce do fruto amargo, e a água lodosa da água pura. O homem, no tempo do Paraíso, vivia assim daquela vida animal, daquela passividade feliz que devia ser sempre o seu cuidado e o seu estado: gerar, comer os frutos, beber nas fontes, secar as fontes pelas grandes sedes, repousar debaixo das árvores, dar um ou outro passeio com o elefante, com o urso, com o caracol, e à noite, sob a folhagem e as estrelas, dormir o sono sossegado e justo das plantas e das aves.

Mas não; o homem quebrou o selo divino que o prendia à Natureza e começou aquela mascarada eterna que se renova, que se transforma, que se agita, mas que tem sempre a mesma loucura, a mesma inutilidade, a mesma inconsequência, a mesma grotesca forma, e que se chama – a história. Cada um tomou o seu vestuário e a sua atitude, aprendeu umas certas palavras, e vai pelo mundo representando galhardamente, ousadamente, o seu galhardo, o seu ousado papel.

Uns dizem-se pobres, vestem-se de farrapos, recitam a sua oração sacramental e consagrada: tenho fome, etc., etc., e passam pelo mundo, com o mesmo sol, a mesma água, os mesmos frutos que os outros que se dizem reis e que se dizem papas.

Outros representam de republicanos e amantes do povo; cortam as barbas, tomam um manto, o punhal vistoso dos suicidas cívicos, e começam recitando a sua ladainha: «O povo sofre! A vida social é impossível sem a liberdade! Quebremos as algemas! Degolemos os ricos e os reis, que são infames e devassos! *Sic semper tyrannis!*»

Estes, quando morrem, vão dormir para a mesma frialdade da terra, sob as mesmas ervas molhadas que os tiranos e os mendigos.

Outros encarregam-se de representar no meio da eterna cavalhada – os reis. Têm ceptros de papelão, mitras cheias de pedrarias, veludos e amplas salas sonoras e espalhadas, trazem atrás de si o cortejo brioso e luzidio dos que fazem o papel de lacaios, cortesãos, generais, ministros, favoritos. Assim vão, com ar triunfante, arrastando os brocados, entre alas, ruídos e aclamações; e se, no meio da marcha cívica e gloriosa, encontrarem uma maçã pendente de um ramo começam a comê-la como um mendigo, como um republicano, ou como um macaco.

Outros fazem de sábios: passam com um grande livro, e ondas de barbas, e uma muito aguda mitra caldeia, com o olhar fito nos seios da terra-mater, e, se uma abelha lhes morde, começam a ganir, como um milionário ou como um cão.

Todos estes tristes humedecem se a chuva os molha, arrefecem se a neve os envolve, se o Sol os esmaga, suam.

A grande mascarada anda compassada, movendo-se entre o nascente e o poente, debaixo das estrelas e o azul do céu. Alguns há que não querem tomar parte na mascarada, e ficam nas suas florestas e nas suas cabanas: os das cavalhadas chamam a estes «bárbaros, selvagens, negros», e às vezes maltratam-nos.

Ora, há uma época em que cada figura da mascarada arremessa os seus símbolos, e dança, folga, ri, come brutalmente, bebe baquicamente. Essa época é a única da sua vida em que estão a sério.

Para não se conhecerem e não se insultarem, põem uma máscara. Chama-se a essa época – o Entrudo.

Eu também vou em breve atirar fora a minha pena e as minhas declamações, para me fazer durante três dias espontâneo e lógico. Depois voltarei a tomar parte na cavalhada imensa.

E, enquanto estas coisas se passam entre os homens, crescem as plantas, enchem-se as pedras de musgo e choram as fontes

A. Z.

Nº 43, 6 de Junho

Meus amigos: eu tinha morrido pela política, ressuscito pela política. Sou o Lázaro deste ministério. Estive algum tempo no túmulo, isto é, na solidão, o que equivale a dizer – na felicidade. Vi. Vi desfilar esta mascarada imensa, que, desde Janeiro, atravessa lentamente o país, rugidora e serena, flamejante e escura, tendo a cabeça de *deficit e* atitude de imposto.

Vi o povo a exercer um direito, recebido como se fosse pedir uma esmola; vi o governo pedir uma esmola, acolhido como se fosse exercer um direito.

Vi o ministério, cinco homens, fechando o ciclo da comédia contemporânea, como os últimos heróis góticos, pelo seu valor sobrenatural, fecharam o Ciclo da Cavalaria. Vi os saraus e as farsas diplomáticas; vi as atitudes da lisonja educada na religião da vileza, e a vileza mascarada com as sedas' ondeantes da lisonja: tudo vi. E, se eu quisesse escrever a história política deste ano, teria de renovar o D. Quixote com Manuel Mendes Enxúndia. E a fórmula deste governo. Estes dois tipos, D. Quixote, o aventureiro, e Manuel Mendes Enxúndia, o doutor, fundidos, retemperados, dão uma entidade igual ao ministério. De D. Quixote estes homens herdaram a vaidade ridícula, a supremacia risível, a ignorância pueril, a ostentação cómica, os brios militares e batalhadores, o espírito burlesco de dominação e de tirania, a teima pérfida de atacar moinhos de vento e de montar em cavalos de pau – enfim, tudo o que D. Quixote tinha de mau. De Manuel Mendes Enxúndia herdaram a velhacaria jovial, a bonomia disfarçada, o pedantismo vão, as inclinações burguesas, as actividades de boneco e de caricatura, o orgulho charlatão, a maldade inofensiva, a perversidade escondida e as aparências bondosas – tudo o que o doutor tinha de mau.

Assim enfeitados com esta qualidade de assustador espírito de farsa, começaram governando o país com grande alvoroço de soberba.

O que têm feito, isso bem espalmado está nas fulminações e esconjuros de tantos e tantos jornais.

O governo é uma corte que é delicioso estudar: a caricatura política tem aí uma inspiração perenal.

É uma corte completa: camarilha, cortesãos, bobos, lacaios, etc., só a *maioria* daria, para preencher todos estes lugares honrosos, abundância de servidores. Tem também os seus arautos. Conheço-os para glória imarcescível do meu coração. São dois, foram ambos republicanos no tempo em que o ser republicano rendia. Depois compreenderam que a instituição monárquica, ainda que avara de liberdade, era abundantemente generosa de dinheiros públicos, vieram correndo com as mãos em concha, colocar-se sob a fechadura dos tesouros monárquicos. Desde então tomaram aquela obesidade respeitável que dá a convivência da fazenda pública.

Hoje escrevem: defendem o imposto de consumo, a guarda civil, e entendem que

se deve começar a defender a forca. Mas estas defesas limitam-se às grandes risadas: apupam a virtude, ridicularizam o povo e fazem a caricatura do trabalho.

Diz-se que têm um tanto por chufa. Nos jornais daqueles dois cavalheiros, diz-se que escrevem os próprios deuses, isto é, os próprios ministros.

Nesses dias há alvoroço, porque os deuses assinam simplesmente um Y: qual deles será então? Será Marte, o deus da guerra, Plutos, o deus do ouro, ou Fatum, deus dos deuses?

Até se conta uma história medonha, que faz tremer como todas as jovialidades dos deuses irados. Um dos ministros, além de ser ministro, é homem: como ministro defende os seus projectos, como homem escarnece os dos outros. Ora, além de ministro e de homem, é cortesão e escritor, e, nesta tripla qualidade, escreve para o Japonês, mas, como ministro e como deputado, e como cortesão, e como homem, e como escritor, colabora na *Gazeta de Portugal.*

Há dias havia sobre a sua mesa dois artigos: ambos irados. ambos primorosos, ambos fecundos, ambos fulminantes, ambos destinados a serem o necrológio da oposição.

O ministro, como dono de casa, tem um criado; como cortesão, tem uma criadagem grave de libré; e como homem superior que é, tem um criado tolo. Este homem ribatejano não tem ambições políticas, nem inveja jornalística; não pertence ‘a comissão do Sr. Barão de S. Januário; não vai às reuniões da maioria, onde há meio prato de bolos por cabeça; não entrará decerto no paço; enfim, não é homem perigoso: limita-se a varrer honestamente as salas do seu amo.

Mas então, se assim é, para que foi ele levar à redacção da *G.* o artigo que era para o *Japonês,* e à redacção do *Japonês* o artigo que pertencia à *G.*? Para quê? Acaso dirão: mas então devemos confessar que o *acaso* é sumamente inteligente e espirituoso...

E notem a diversidade dos juízos humanos, todos à uma exclamavam: «A *G.* mudou de rumo, a *G.* entrou no sério caminho da discussão, a *G.* é nobre, a *G.* compreendeu que a missão divina da imprensa...», etc. E, no fim, quando a gente pensava que aquela mudança para a seriedade e para a discussão elevada era filha dum arrependimento nobilíssimo da sua redacção, sabe-se que fora simplesmente o engano do ribatejano. e aquele artigo, modelo de circunspecção, era o artigo do *Japonês!*

Ao mesmo tempo, dizia-se do *Japonês:* «É um velhaco, vai-se tornando baixo de mais, vai-se enterrando tanto na lama que mais parece o *lamacento* do que o *Japonês*», etc.

Pobre *Japonês* delicioso, que culpa tinhas tu? Era simplesmente o artigo da *G.* que tu publicavas!

Oh, justiça dos homens, tu nasceste da alma iníqua do antigo Satã!

Em Lisboa conta-se esta história. Mas qual dos deuses foi aquele que trocou os artigos? Isso diz-se em voz baixa, num descampado, de sorte que o não possa ouvir Narvaez ou alguém da redacção.

Termino aqui, triste por me faltar o tempo para outras descrições da vida ministerial.

Para os assuntos inexauríveis, fizeram-se os escritores incansáveis

Adeus.

A. Z.

Nº 53, 11 de Julho

Em Lisboa, meus amigos, a notícia mais comentada é a morte do imperador Maximiliano.

Causa assombro, pela falta de hábito, ver fuzilar, como ao último cometa, um imperador, arquiduque, conde de Habsburgo, príncipe da Hungria e príncipe imperial da Áustria, protegido pelos Estados Unidos e pela Rússia e estando à testa de um exército disciplinado, heróico, dedicado, tendo por si a burguesia, o alto comércio do México e toda a força da tradição monárquica. Um homem assim poderia julgar-se inviolável, sobretudo numa luta com Juárez – chefe indisciplinado, vivendo entre a desunião da sua raça, repelido pela consciência oficial da Europa, tendo por oficiais aventureiros e por soldados mendigos, fugido, perseguido, vencido, tendo a sofrer a febre, o clima, o ódio das raças vizinhas e a ameaça perpétua dos impérios da Europa.

Pois bem: este homem, este índio, tomou Querétaro, Vera Cruz, o México, e atirou com a cabeça de Maximiliano à face sagrada do principio imperial. Não foi só o valor dum aventureiro que fez isto: foi muito a justiça da história.

As cortes cobrem-se de luto, mas a consciência humana sente-se satisfeita.

Mas que importam à lei divina estas quedas de cabeças e estas revoluções sem ideias? Àquele que tudo vê e que tudo sente tanto importa o suspiro duma criança como a agonia dum grande imperador, tanto importa que caia a pedra dum velho pórtico como as sagradas instituições duma pátria, tanto lhe importam as iluminações duma aldeia como o grande resplandecimento da iluminação estelária.

Triste, triste destino, chamava aquele pobre arquiduque às terras do México. Sucederam-se para ele as fatalidades do coração e as fatalidades da política. Ele, o príncipe alemão que mandara transportar para o México vinte mil rouxinóis para povoar as florestas imensas e selvagens onde há melancolia, viu a esposa perder a razão, os seus amigos atraiçoarem-no, os seus auxiliares abandonarem-no, a sua pátria fuzilá-lo.

Há uma fatalidade nesta morte de Maximiliano: Juárez, evidentemente, fez uma represália: desde o momento em que foram fuzilados oficiais republicanos, foi lavrada a sentença de morte do imperador. As crueldades das tiranias provocam os obscurecimentos da liberdade: depois da tirania, vem a anarquia do coração.

Juárez viu os seus amigos fuzilados em nome do privilégio, ele que lutava em nome da igualdade. O espectáculo dos martírios políticos desvaira. Não se compreende maior dor que a de Camille Desmoulins vendo assassinar Danton.

Juárez, pois, não podia perdoar. Havia sangue liberal a vingar, sangue de bravos e de mártires que combatiam pelo que há de mais sagrado – a liberdade, a família e o trabalho.

Mas a fatalidade é esta: Maximiliano não é responsável pelo fuzilamento dos republicanos. Foi Márquez, o comandante do México, o seu lugar-tenente, quem desacreditou o imperador perante a história, decretando a vingança política da tirania. Ultimamente, aparece uma carta de Maximiliano em que censura asperamente Márquez pelos seus negros feitos de vingança militar.

Não se conhecem ainda os pormenores do processo e da execução, nem qual seja o procedimento da França e da Áustria. Fala-se já vagamente de que o almirante Negetuff vai com uma esquadra reclamar o cadáver do imperador.

Assim, com intervalo de poucos anos, é morto Lincoln, o grande liberal, e Maximiliano, o grande imperialista. Tem visto a América estas duas mortes, tão diversas e tão estranhas, uma em nome do privilégio, outra em nome da liberdade; uma representando a vingança dos estados do Sul, que queriam a escravatura, outra representando a justiça da raça mexicana, que quer a liberdade!

Exemplo terrível foi este da morte de Maximiliano. Exemplo em nome da história, da lógica social dos factos, da lucidez do espírito moderno, em nome de três revoluções

da França, em nome da associação democrática de toda a Europa, em nome das novas doutrinas evangélicas do socialismo e da igualdade.

Em Portugal a política não goza a inestimável vantagem de andar assim epicamente comovida, com mortes de reis e imperadores.

Fruímos a mais complacente harmonia política de que reza a história da imbecilidade social. Mudos e indiferentes, assistimos a esta epopeia trágica que se vai representando pela Europa, sobre um solo ensanguentado, com a mesma bonomia obscura e estéril, com a mesma lamacenta nulidade com que qualquer vereador corpulento do respeitável município assistiria às cenas mais terríveis de *Otelo* ou do *Rei Lear*. Somos as rãs vendo as lutas dos deuses. Grasnamos domesticamente, com uma egoísta despreocupação dos desabamentos do mundo.

Depois, além disso, a estação matou a política. O termómetro assassinou a democracia portuguesa. Todo o vigor revolucionário se derreteu com este resplandecente sol de Julho. As canículas serviram de espírito de ordem.

Só teremos verdadeira liberdade na nossa constituição interna se voltar a chuva ou o frio. Porque nós somos políticos admiráveis... em Dezembro. No dia em que a folhinha marcar 10 graus abaixo de zero, é esse o dia em que chegará a revolução anunciada. No Inverno coalhamos; até lá, a nossa índole, a nossa compleição meridional, o clima, os alimentos, os instintos voluptuosos, tudo nos faz andar tão dissolvidos e inertes como um líquido.

Desgraçados de nós, se um dia esses ceifadores de remos, em que a Europa abunda, percebessem que a nossa superioridade depende das estações: que somos terríveis no Inverno e profundamente insensíveis à dignidade nacional nos meses do calor. Tornar-se-ia isso uma máxima de política que desceria até aos rasteiros conselhos de almanaque. No mês de Julho, entre outros apontamentos que as folhinhas espanholas, francesas e inglesas costumam trazer, encontrar-se-ia este espantoso apontamento:

Neste mês (Julho ou Agosto) enceta melões e conquista Portugal. Felizmente este segredo fica no país.

Estação horrível esta, com efeito, para a independência das pátrias meridionais e para a frescura do corpo humano.

Mas, voltando à política, é incontestável que as estações influenciam os destinos da história.

Quase toda a filosofia política do passado está num termómetro. O que indica que as grandes alterações sociais têm fundamento em causas imperceptíveis.

Napoleão não teria perdido a batalha de Waterloo se não tivesse chovido na véspera. Ora a batalha de Waterloo mudava a face da Europa: aniquilava a Santa Aliança e restaurava o antigo império de Carlos Magno. A batalha de Novara perdeu-se por traição amorosa duma mulher. A demora dum sapateiro preguiçoso criou a dinastia napoleónica. O ter-se desferrado um cavalo produziu a morte de Luís XVI. Um aceno com um leque provocou a conquista da Argélia. Etc.

Estes factos, se não causaram moralmente estes acontecimentos, provocaram-lhe a manifestação. E são tão essenciais que, se se não dessem, outro teria sido o desenlace do movimento espiritual, latente em todo o facto humano. Se não chovesse na véspera da batalha de Waterloo, não estava a terra molhada, não se teria enterrado nos lamaçais a artilharia do corpo de reserva; se não se tivesse enterrado nos lamaçais, e por consequência levado grande tempo a fazer o trajecto até ao ponto preciso, não se teria atrasado o corpo de reserva duas horas; se não se tivesse atrasado duas horas, chegava primeiro que o prussiano Blúcher. E a chegada inesperada de Blucher deu a vitória ao general Wellington.

E aí está como caiu, o Primeiro Império.

Estes factos são as faíscas dos acontecimentos; determinam o movimento dos espíritos, como a faísca determina a inflamação das matérias.

De resto, Paris triunfa: pompas, bailes, recepções esplêndidas, conjunção de estrelas imperiais, choque radioso de imperadores e de príncipes; todas as maravilhas do Olimpo europeu, Olimpo orgulhoso e estéril, tão ensanguentado e escarnecedor como o antigo, e tendo igualmente, como o antigo, um inimigo implacável, um Pá sinistro – a liberdade.

Glorifica-se em Paris o princípio imperial: a antiga cidade de Robespierre e de Danton celebra os jogos do mal, entre as espumas da lama. A velha cidade austera, que os cossacos respeitaram como uma cidade sagrada, canta um *te deum* social, um *te deum* ateu de liberdade, e fanático do privilégio, à coorte imensa e reluzente das cortes e das majestades.

Que importa que todo o pesadelo enorme da história, que todos os bandidos da Europa, estejam, em nome da tirania, expostos à admiração oficial, servil, inevitável, da cidade de Paris, no mesmo ar que vibrou com *A Marselhesa,* sob o mesmo sol que alumiou os Três Dias de Julho?

Que importa! Paris tem os jogos e tem o pão, *panem et circenses:* que importa que se receba gloriosamente o carrasco da Polónia, o escravizador de Hanôver?

Que importa? Os bailes são esplêndidos nas Tulherias, o jogo é infernal, as ruínas sucedem-se, a orgia flameja, as mulheres são cada vez mais impuras, os espectáculos têm já um sabor de sangue, e o deslumbramento do ouro produz o embrutecimento... Que importa, pois, que, para além do mar, numa terra americana, o mesmo princípio fosse fuzilado, com grandes aplausos da raça mista do México? Que importa aos escravos do império o princípio imperial?

Que importa à cidade de Napoleão a queda moral de Napoleão?

Há pão e jogos; há festas e deslumbramentos; há o prazer e a excitação da vida.

De resto, que importa que os imperadores do mundo morram?

Última degradação: que ao escravo contente e satisfeito já nem lhe importe a fortuna e a dignidade do amo que aplaude e que adora!

Findo aqui. Tornava-me certamente um tanto Claudiano

A. Z.

Correspondência do Reino

(do nosso correspondente político)

POLÍTICA NACIONAL

Nº 2, 10 de Janeiro

Está aberto o parlamento, e sem dúvida breve hão-de começar os primeiros debates.

É grande a ansiedade porque o horizonte político se apresenta grandemente nublado.

Segundo se afirma, o governo conta com grande maioria numérica, mas diz-se também que o grande número é o indicio de pequena força.

A oposição tem querido organizar-se, não sabemos se o conseguiu: composta como até aqui de elementos dispersos, fraca resistência poderá oferecer aos actos do gabinete.

Todavia, a opinião pública parece reprovar alguns destes, que parecem de grande responsabilidade.

O discurso do trono foi pródigo de promessas de melhoramentos! Muito e muito desejamos que, assim como o discurso de abertura não deixou ainda este ano de ser um pomposo programa, ao menos ofereça depois a magnífica novidade de ser pontualmente cumprido.

A nação crê hoje muito pouco nos programas, têm-na conduzido a essa descrença continuadas e repetidas desilusões!

Parece-nos haver no discurso da coroa uma grande lacuna: não fala no campo de manobras!

Dá-nos agradáveis notícias no que diz respeito às conservatórias do registo das hipotecas. É, com efeito, já tempo que elas comecem a funcionar.

No que diz respeito à política externa, demonstra que são cada vez mais numerosos os penhores da boa amizade do nosso país com várias potências.

Isso é lisonjeiro, porque é uma prova que tem aumentado a nossa importância no exterior.

Sobre a parte do discurso que se refere aos bancos, havemos de tratar mais de espaço, e só expendemos aqui o nosso ardente desejo de que eles se organizem, porque são incontestavelmente a instituição que pode acarretar às províncias uma grande revolução económica

Em consequência do não cumprimento do contrato de 14 de Outubro de 1865 por parte da companhia inglesa dos caminhos de ferro do Sul, e da rescisão do mesmo contrato, estão há quase um ano suspensos os trabalhos da construção da via férrea de Évora para Estremoz.

Não somos dos que acreditam que a felicidade, desenvolvimento económico, prosperidade e desenvolvimento do país, dependem da difusão das vias férreas.

Ao contrário, vemos com desgosto criarem-se novos embaraços ao nosso calamitoso estado financeiro, para se contratarem novas redes de estradas de viação acelerada, que se irão multiplicar no nosso tão pouco vasto território.

Temos algumas magníficas vias férreas, e se a estas acrescentássemos uma teia imensa, um labirinto, por assim dizer, de estradas gerais, distritais e vicinais, com um ou

quando muito dois caminhos de ferro, e ainda para mais com o nosso magnífico litoral, teríamos um completo sistema de comunicações, muito mais proveitoso para o país que a viação acelerada.

De futuro tencionamos falar com largueza deste assunto.

Por agora diremos que, visto que o mal está feito, visto que o vapor solta já os seus agudos silvos, galgando as ribanceiras do Tejo, atravessando as serranias do Norte de Portugal, percorrendo as campinas do Alentejo; visto que a nova rede desta província e Algarve está em adiantada construção, será adicionar ao mal outro muito maior deixando permanecer ao abandono as novas construções, onde se têm gasto tantos centos de contos, e expostas irremediavelmente ao vulcão devastador das estações e ao vandalismo insaciável dos homens.

Confiamos que o governo dará a isto pronto remédio.

Nº 3, 13 de Janeiro

Hoje o povo está indolente, indiferente, adormecido. Nada o abala: deixa-se levar sem querer saber a cor da onda que o leva. Tem a inteligência esterilizada, tem o coração arrefecido, tem a consciência entorpecida, tem as mãos afrouxadas. A tradição não o comove, as esperanças não o sobressaltam. Duvida. A dúvida amolece, dissolve os poderes da alma. Ele não vê, não ouve e não sente. Tem para os movimentos do mundo oficial um olhar frio; para o som dos sistemas, das questões, das ideias que se debatem, ouvido ensurdecido: vai levado sem curiosidade, sem oposição.

Move-se lentamente no seu torrão fecundo debaixo do sol fortificador, entre uma bela Natureza, trabalhando um pouco, olhando às vezes, não pensando nunca. Vê fazer e desfazer governos com uma despreocupação soberba; quando morre alguém que o afagava, chora dolorosamente. Dedica-se raras vezes, mas tem a caridade do instinto e a bondade dos simples. As feições deste tempo não as tem: não tem a indignação, o entusiasmo, a ira, a actividade, o desprezo; tem só a indiferença. Vê oscilar as instituições tão desprendidamente como se visse bulir as folhas das árvores. Poderá conhecer por tradição o zumbido das balas, mas não conhece decerto o murmúrio das ideias. Este povo, assim, é o verdadeiro deserto de homens. Os seus direitos podem ser violados, as suas garantias cerceadas, a sua liberdade assassinada; eu não sei se ele levantará a cabeça do seu trabalho para suspirar sequer.

Não tem fé na sua própria acção. Inactivo, silencioso, passa a vida sem ter adorado o direito ou beijado a mão da justiça.

Nos campos, nas fábricas, nas minas, nas cidades, nas vilas. sempre, completa, amolecedora, a mesma terrível indiferença.

E é culpa dele?

Não. Ele tem nobres instintos, alma delicada, inteligência clara, vontade robusta; mas está adormecido no sono frio e lento da ignorância: não o ensinam, não o alumiam, não há quem levante a voz por ele, quem lhe deixe cair na alma as ideias do bem, de justiça, da igualdade. Não há quem lhe mostre a fenda da jangada que nos arrasta, e lhe diga: a onda que nos leva é negra, nós queremos que seja verde, cor de esperança.

É necessário dizer-lhe que a união é muito, e a acção é tudo.

Sair do adormecimento! Pensar, falar, pedir, caminhar, fazer sentir aos que passam a palpitação do coração e o murmúrio da respiração; senão, homens do povo, lembrai-vos que vos poderão tomar por mortos e lançar-vos para a vala.

Isto em toda a parte, em cada cidade, em cada aldeia, em cada povoado.

Acção. As boas e santas resoluções só produzem os seus frutos quando se encarnam numa acção permanente, infatigável.

A felicidade do povo está na vontade do povo. Ora a desunião e a inacção matam a vontade, Isto tanto nas grandes crises das nações como nas pequenas questões dos municípios.

Ninguém virá trazer ao povo o seu bem-estar se ele não o for procurar pela ordem moral e social. O povo é o coração da pátria:

a indiferença do povo é a morte da pátria. Se nós a abandonamos, quem velará por ela? Virá um dia uma nação estrangeira apanhá-la e cosê-la, como um farrapo, ao seu território. O povo tem grandes instintos, mas pode fortalecê-los pela união e realizá-los pela acção: só assim serão fecundos; o homem que se deixa adormecer numa estrada infestada poderá de manhã acordar roubado e nu. E a Europa, mais do que nunca, está numa floresta perigosa.

União e acção: a vitória nunca se aproxima dos que se desunem, a justiça nunca se aproxima dos que adormecem.

Nº 4, 17 de Janeiro

Em cada cidade, em cada município, em cada povoado, há sempre um grupo de homens que estão longe do povo, dos seus interesses, dos seus tormentos, da sua alma: chama-se a este grupo mundo oficial, camarilha, aristocracia, etc.

Esse grupo vive solitário, cerimonioso, desprezando os partidos populares: tem uma vida especial, tem falsos sentimentos e dura consciência, não conhece a justiça, não aceita a verdade; ali estudam-se as influências, apontam-se os patronatos, contam-se os compromissos; só com estas coisas se ocupam, só por elas se dirigem; andam constantemente compondo e recompondo os seus apoios morais, porque se sentem fracos; andam erguendo e fortificando defesas, porque se sentem culpados; andam-se escondendo e recatando, porque se sentem vistos; a voz austera da verdade incomoda-os, por isso fingem não a escutar; tomam as atitudes únicas e desprezadoras para cobrir o enfraquecimento moral, como histriões que se pintam de vermelho para encobrir a palidez; o bem público, o interesse de todos, a felicidade popular, o bem das classes pobres, os cómodos dos que trabalham, são-lhes coisas indiferentes, imperceptíveis, importunas; estudam todos os homens que se aproximam deles e não descansam enquanto não lhes enfraquecem e esterilizam os poderes da alma; têm um jesuitismo burguês: olham de longe, sorrindo e parodiando, o pobre povo que trabalha, sua, vive explorado e morre de cansaço; têm todas as fraquezas e todos os orgulhos; têm ouvido falar na justiça e não conhecem bem a consciência; adoram a pequena vaidade que dá a dominação e a representação, e por elas combatem e morrem; se o povo suplicasse, não lhe estenderiam a mão, não lhe matariam a fome, não lhe apagariam a sede; mas quando precisam dele para fazer triunfar as suas pequenas vaidades, adulam-no, festejam-no, abraçam-no.

Ora, estes homens, nem todos são assim por instinto, mas a força do costume, a educação influente, a tenacidade da tradição, tudo os leva por esse triste caminho do mal.

Em volta deles é que é necessário andar bradando, aconselhando, esclarecendo, dizendo o mal que vem das opressões injustas, das malevolências erradas. É necessário esclarecer bondosamente, guiar para a luz, encaminhar para o bem, e ao mesmo tempo castigar as pequenas hostilidades, os rancores imperceptíveis, os ódios injustos. A verdade nunca é branda de mais para os que erram; a justiça nunca é terrível de mais

para os que oprimem.

*
* *

As condecorações, as comendas, os hábitos, as medalhas, as grã-cruzes, são um meio político muito querido das monarquias.

A origem das condecorações é feudal; é a representação apagada dos senhores de castelo; é uma cavalaria mutilada, reduzida a proporções mesquinhas.

Nas repúblicas antigas, as aclamações do povo e a alegria da consciência bastavam àquele que tinha feito eminentes serviços ao Estado; sob aquele regime austero, um acto de virtude, ou de dedicação, era uma coisa santa. Ninguém se dedicava com a mira no interesse, na esperança de obter uma satisfação de amor próprio, ou um pouco de dinheiro, mas para cumprir os deveres de cidadão.

As recompensas não se davam neste mundo: os heróis sabiam que nas regiões divinas seriam festejados e recebidos pelos deuses da pátria.

Nos tempos modernos prevaleceu o pensamento egoísta:

parece que os homens só praticam acções nobres e úteis em vista do ganho ou da vaidade.

Não se procurou o móbil das belas acções na consciência humana, no amor da pátria, na dedicação, na santa religião do dever; foi-se procurar esse móbil às más paixões.

Esta diferença foi compreendida já por Montesquieu quando disse que o princípio das monarquias é a honra, isto é, a honra artificial criada pelos homens, enquanto que a virtude é o carácter distinto das repúblicas.

Há, pois, o quer que seja de imoral no fundo daquelas pretendidas instituições de honra. O legislador, assim, confessa tacitamente que perdeu a esperança de obter serviços para o país, e que se vê obrigado a recorrer aos instintos apaixonados do amor-próprio.

Só isto deveria levar a suprimir todas as condecorações.

Mas como é necessário dar um pretexto honroso mesmo às piores instituições, diz-se que as condecorações são destinadas a recompensar serviços, a ser o símbolo do reconhecimento público a todos os que trabalharam em vista do interesse público: e que é assim um distintivo que indica à admiração e ao respeito público todos aqueles que bem mereceram da pátria.

Mas se esse é o seu fim, esse fim não se alcança, porque em tal caso as condecorações só deveriam ser dadas em vista das provas de dedicação, de serviços ou de trabalhos pela nação, e é isto o que se faz? Não. Dão-se como brinde oficial, como se poderia dar um alfinete de peito, dão-se por influência e dão-se por pedidos, para satisfazer pequenas vaidades: faz-se mais ainda, trafica-se com elas, vendem-se e pagam-se, bate-se moeda com o sinal da honra, faz-se comércio com os sentimentos cívicos, compram-se quinhentos mil réis de glória e um conto de réis de amor da pátria.

E enquanto que uns poucos de vaidosos, corruptos e sem virtude, se pavoneiam com o peito cheio de condecorações, simples soldados, crivados de cicatrizes, envelhecidos debaixo das armas, morrem nos hospitais, e sem ter alcançado a medalha que uma falsa educação lhe fez desejar e adorar.

Hoje em vão se procuraria tornar a dar algum valor às condecorações. Os nossos costumes democráticos têm-nas desacreditado. Aqueles que quiserem dedicar-se ao serviço da pátria não esperem fitas ou cruzes; confiem-se ao reconhecimento público, o seu nome viverá na memória dos homens pela tradição e pela história, e se a ingratidão

os ferir terão sempre por recompensa a satisfação interior, que é o perfume da virtude.

*
* *

A comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia propôs ao governo a transformação do seu fundo na instituição de um banco rural. E um pensamento fecundo, que vem cheio de desenvolvimento, de riqueza, de actividades, de trabalho.

A ideia de um banco rural, que era uma necessidade sentida e que estava profundamente em todos os espíritos, realizada com bases justas e proveitosas, com uma organização inteligente e zelosas direcções, pode ser um elemento poderoso da riqueza do Alentejo.

A comissão, tendo o duplo pensamento de criar um crédito importante e largo, pelo movimento do capital para a Santa Casa, e, ao mesmo tempo, palpando a necessidade íntima do Alentejo, e vindo trazer-lhe espontaneamente o remédio e a satisfação, bem mereceu de todos aqueles que ainda sentem um resto de amor pela sua terra, que lhe desejam ver a riqueza, a actividade do trabalho, a abundância e a felicidade do povo.

Felizes as administrações que assim podem ficar abençoadas na memória do povo! Felizes porque não vêem a sua acção abafada, os seus bons desejos cortados, a sua ambição de melhorar e de produzir medidas fecundas esmagada, a sua livre acção entorpecida. Essas deixam de si uma memória larga e nobilíssima. Foram fecundas, foram proveitosas.

As outras, as que nunca puderam caminhar livremente, as que por pequenas influências, sentimentos imperceptíveis, motivos desonestos, baixas opressões, foram embaraçadas, peadas, cercadas de dificuldades, de obstáculos, de desconsiderações

essas passam e esquecem. Não as deixaram ser fecundas, não as deixaram ser proveitosas. Mas fica-lhes serena e satisfeita uma coisa que os que governam nunca esmagam e nunca entorpecem a própria consciência.

O governo, animando o pensamento da comissão, mostra os seus justos desejos pela riqueza, prosperidade e adiantamento do Alentejo.

E nobre animar, louvar e incitar a boa iniciativa da comissão. Há duas maneiras, ambas verdadeiras, de velar pela prosperidade pública: uma é reformando, melhorando, criando; outra é animando e protegendo as iniciativas fecundas.

Nº 5, 20 de Janeiro

Pesa sobre nós uma imensa tristeza.

Quem olha ao longe e ao largo por este triste país vê só indiferença, tristeza, apatia.

Perto de nós, a Espanha morre também em agonias ásperas e dolorosas.

Porque é que nesta terra, protegida pela demência da Natureza, num solo fecundo, úbere, num clima sereno, com carácter sofredor, com braços robustos, com força na alma e lucidez do espírito, esta triste raça morre no entorpecimento, sem esperanças, sem remédio?

Tudo o que faz oficialmente, reformas, melhoramentos, economias, leis, regulamentos, são apenas alterações de forma.

A decadência é íntima, estéril, destruidora.

Todas as feições de decadência se enraizaram em nós: nós temos a corrupção e a

devassidão como no Baixo Império; nós temos a futilidade, o desleixo, o escárnio, como a monarquia em 87; nós temos o embrutecimento como a Turquia; nós temos o impudor político, a vileza oficial, o desprezo pela pátria, como os Italianos da decadência.

Quem nos salvará?

O sistema presente, fecundamente aplicado?

A ascensão do novo mundo económico?

Que nome há-de ter na história esta época portuguesa?

Nem é o amor pela monarquia constitucional, nem a saudade da velha tradição absolutista, nem a esperança íntima na democracia; nem se respeita a religião, nem se proclamam impiedades vãs; nem é o amor da propriedade e do território, nem o respeito pelas grandes individualidades; nem é a instrução fecunda, nem a ignorância; nem há a aniquilação da pátria, nem há elementos de regeneração e de vida; nem há um profundo respeito pelo princípio da autoridade, nem há na consciência o desejo da anarquia individual e autonomia pessoal; nem há o direito exclusivo dos reis, nem a soberania popular; o que há é uma coisa sem nome: confusão, apatia, indiferença, desesperança de melhor dia.

Se a geração que vem em nome da justiça e do direito, e que já começa a mover-se na França, na Itália, na Inglaterra, na Prússia, na Alemanha, fará deste país uma nobre pátria, não o sabemos nós; mas que esta geração oficial, que vai passando, não fecundará, não criará, não dará alma ao corpo morto e ideal à inteligência adormecida, que morrerá, deixando a apatia, como começou, encontrando a indiferença, que será estéril e inútil –isso podemos nós todos jurá-lo. E esta mais que nunca a hora de dizer – Deus salve a Pátria!

*
* *

Em o *Diário de Lisboa* de sábado, 12 de Janeiro de 1867, lemos uma parte oficial expedida pelo Ministério dos Negócios do Reino, em que Sua Majestade El-Rei manda louvar a actual comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Évora por ter solicitado a sanção do governo para converter os capitais que possui, assim como o produto da venda dos seus bens de raiz, tudo em importância, segundo a estimação, de 500 000$000, na instituição de um banco agrícola distrital, etc. E que Sua Majestade há-de por bem mandar declarar ao governo civil do distrito faça constar à comissão impetrante que, sendo a sua deliberação em harmonia com a disposição facultativa da lei de 22 de Junho de 1866, cumpre à mesma comissão organizar as bases da instituição que se propõe realizar, e submetê-las ao governo pelos Ministérios do Reino e Obras Públicas.

A ideia da instituição de uma tal natureza foi fácil; ela pode mesmo ser taxada, na época actual, de mera lembrança. A necessidade de bancos agrícolas ou de instituições que protejam a agricultura fornecendo capitais baratos e libertando os lavradores (aqueles que morigerados e incansáveis cultivam as terras) da usura que os devora, está de há muito conhecida pelos economistas, pelos homens de senso prático, e atestada pela experiência entre as nações mais adiantadas, como por exemplo na Escócia.

O ponto difícil da questão, esse de que nos propomos tratar, está na organização e no mecanismo da instituição que se pretende criar. Está na aquisição de homens aptos e cheios de uma grande experiência dos lugares, dos indivíduos, dos costumes inveterados e dominantes no ponto onde o banco vai ser estabelecido. E esta uma classe de homens que, segundo julgamos, está ainda por formar entre nós. Não julgamos porém a dificuldade invencível. Apliquemos para aqui aquele exemplo de Séneca, citado por

Gemiensi: «*Mille sunt exempla, in quibus pertinacia impedimentum omne transcendit, ostenditque, nihil esse difficile, cujus sibi ipsa mens patiencia indieret*.»

Conseguintemente, em circunstâncias tão melindrosas e tão difíceis, é preciso que se proceda com profundo e aturado estudo; que se leve nisto consciência pura e intenção ilustrada, para se realizar um facto que, bem assentado, há-de trazer a vida e prosperidade da agricultura, e com isto a prosperidade das outras indústrias; mal estabelecido e susceptível à ambição desordenada de egoístas preguiçosos, desperdiçadores e pródigos, encobertos debaixo de diferentes nomes, como os que contém a nobre profissão da agricultura e lavoura, há-de antes perverter mais os costumes e há-de trazer por isso a morte, em vez da vida, ao trabalho, à agricultura e às artes.

Entre nós, hoje, os costumes são contrários à actividade e ao trabalho. Entre nós os indivíduos desconhecem a necessidade de economia; a necessidade principal para o lavrador de evitar o luxo da corrupção dos costumes, o bulício das cidades e a perda de tempo, sempre fatal para a agricultura, gasto hoje inutilmente nas árduas e inteiramente inúteis questões da política, que nos devora ou nos oprime em vez de nos libertar e trazer a actividade e a vida.

Dedicamos, pois, este nosso trabalho ao público e aos homens que, esclarecidos e conhecedores da matéria, possam impugnar os nossos escritos, ou queiram tratar a matéria segundo as suas habilitações; e em especial o dedicamos ao governo, a quem importa, antes de dar a sanção, estudar a fundo matéria tão importante.

Nº 6, 24 de Janeiro

C. Seneuil, escrevendo sobre *crédito agrícola,* diz: «Quando uma classe (refere-se aos lavradores) que não é despojada por violência, nem paralisada por força inimiga, luta com fortes embaraços e se vê sobremodo oprimida, pode afirmar-se que a essa classe falta ou a actividade e habilidade no trabalho, ou economia, ou inteligência dos negócios.

É isto que se pode dizer dos lavradores do Alentejo, a quem faltam as noções e o gosto de cultivar a terra em profundidade, e só querem, sem alterarem a sua rotina ronceira e inábil, adversos mesmo aos progressos da ciência e às inovações que ela exige (à reserva de alguns adoptarem, talvez por vaidade, mais que por inteligência, novos instrumentos oratórios), explorar em extensão.

O lavrador alentejano, adverso ao trabalho e ignorante não se satisfaz senão com uma grande superfície; e arrastado talvez por sua vaidade, só tem empregado o melhor de seus capitais, havidos até à força de uma enorme usura, não em cultivar aterra, mas em reunir duma a outra centenas de propriedades.

Daqui tem vindo a acumulação da propriedade, ajudada por muitas outras causas políticas, onde não intervém nunca nem a moral nem o bom raciocínio. Hoje a agricultura do Alentejo é manejada na sua maior extensão pelos lavradores proprietários, por *esses burgueses* que censuram acremente as ambições, a moleza e o egoísmo dos morgados e fidalgos, e eles, por seu turno, levados pelo amor do fausto e dos prazeres sensuais, têm deixado a residência dos campos para irem para as povoações consumir o tempo em distracções frívolas, que a ociosidade e o dissídio fazem nascer a cada passo, e das coisas mais vãs e inúteis. Escusado é insistir em declarar que daqui vem a perda de tempo e abandono da agricultura. Esta espécie de *absentismo* que os proprietários lavradores fazem, desemparando os campos para residirem nas cidades, tem por consequência inevitável a entrega de toda a indústria e

manejo agrícola a criados ignorantes, para quem a rotina é um ídolo, e em quem, podemos afiançá-lo, é inextinguível a influência do costume. São como os Gregos e Romanos que entregaram à mercenária mão dos escravos toda a sua agricultura. E assim vemos a bela província do Alentejo, com quem a Natureza foi tão benigna e pródiga, contrariada e mesmo destruída pelo mau sistema dos homens e pelas paixões adversas ao trabalho, à moral pública e individual, e a todas as virtudes sociais e económicas.

É certo que os lavradores alentejanos, os lavradores proprietários, ignoram os benefícios da economia e não sabem fazer bom emprego dos seus capitais. A vaidade de que se têm deixado possuir leva-os a fazerem quase sempre despesas improdutivas. Vemos lavradores proprietários que, em vez de empregarem o seu capital, ou para maior aumento, ou para melhor sistema agrícola, ou para levantarem uma indústria, onde o capital se reproduza, ou para aumentarem ou formarem novas empresas, beneficiando com isto as classes trabalhadoras, dando um emprego permanente àquelas que, sem terem propriedade, só podem viver sem se entregarem ao deboche e ao crime fornecendo-se-lhes trabalho; isto, que os homens inteligentes sempre devem ter em vistas, em vez, repetimos, de darem protecção do trabalho, multiplicando os valores, gastam os capitais que ficam improdutivos e imóveis na formação de grandes edifícios, em objectos de luxo, em prodigalidades excessivas, que são causa, em vez de economia, de uma despesa progressiva que desmoraliza as famílias e os indivíduos, sujeita a lavoura aos agiotas, e a pedir emprestado por dez e vinte por cento.

É, pois, no meio destas circunstâncias e de costumes tão contrários à economia, ao trabalho e à agricultura que o banco agrícola distrital vai ser instituído.

Um banqueiro hábil, com seus empregados, é, segundo julgamos, uma das melhores condições da instituição.

São estes os homens aptos e cheios duma grande experiência dos lugares, dos indivíduos, dos costumes inveterados e dominantes no ponto onde o banco vai ser estabelecido, que indicámos em o nosso primeiro artigo. Depois da mobilização do capital, sobretudo o banqueiro.

Nós temos a temer sempre mais do abuso que a esperar do bom uso.

Para que o capital destinado ao benefício e ao progresso da agricultura se não gaste improdutivamente em jantares e outras muitas prodigalidades (basta o mal talvez irremediável da centralização da propriedade, centralização que exclui do banquete da Natureza a muitos indivíduos que só podem viver por meio do trabalho), o banqueiro deve ser conhecedor não só dos costumes, da habilidade científica e propensão para o trabalho e economia dos indivíduos que foram tirar ao banco, senão também deve ser agricultor e saber dirigir e encaminhar.

Finalmente, em tudo e para tudo, deve saber para quê e a quem empresta. É preciso que se tenha em vista auxiliar sempre os homens que mais se apliquem ao trabalho, e tomem o capital produtivo; mesmo para que estes sirvam de exemplo.

Sem trabalho não há agricultura.

«A população de Zurique», diz um viajante inglês, «não tem rival para a cultura. Quando eu abro a minha janela, entre as quatro e as cinco horas da manhã, para observar ao longe o lago e os Alpes, eu vejo o trabalhador nos campos; quando eu volto do meu passeio da tarde, muito tempo depois de se pôr o Sol, o trabalhador está regando o seu prado e empando a sua vinha. Não se pode espraiar a vista sobre um campo, um jardim, uma árvore, uma flor, um só vegetal, sem se observar as provas do cuidado mais assíduo.»

Não é pois só o capital que falta à agricultura alentejana, falta-lhe também o trabalho, os bons costumes e a moralidade dos obreiros.

Os agricultores precisam de dinheiro, de educação e de outras muitas medidas

económicas.

*
* *

Começam a tomar corpo os boatos sobre a entrada do excelentíssimo conde de Ávila para o ministério.

Este jornal, desligado de compromissos, afastado dos partidos que militam na capital, pode emitir a sua opinião franca e desapaixonada, porque é insuspeita, formada e desenvolvida apenas pela convicção.

Há alguns anos que as crises se multiplicam em Portugal com infinita celeridade; a razão deste fenómeno político é bem palpável: aqui as paixões, os interesses, as ambições, os caprichos, são sempre antepostos à política leal e desinteressada, e a máquina governativa só encontra no seu giro incessantes escolhos e recifes, que a vão deteriorando de uma maneira assustadora.

Ainda em nós não pôde nascer uma fé viva nessa evolução política: a fusão. Vemos que o gabinete que dela nasceu se tem robustecido desmedidamente; vemos que continuadamente tem procurado em todos os partidos novos elementos de vida; vemos que tem empregado uma diplomacia activa e tenaz em enfraquecer os seus adversários, robustecendo-se constantemente; vemos enfim que tem sido extraordinariamente secundado nos seus intentos por circunstâncias fortuitas, alheias à sua influência, à sua acção, à sua proeminência política.

Irá pois o senhor conde de Ávila fazer parte da nova recomposição?

Poderá a sua entrada ir alterar a viciosa, se bem que robusta, organização do gabinete?

Os factos breve nos poderão responder.

No entanto, o senhor conde é talvez o homem que, nas circunstâncias actuais, mais convenha ao país que entre nos conselhos da coroa.

Irá ele dar ao ministério a vida, a força moral de que ele carece?

Muito o desejamos; quem lucra é o país.

Irá ele ser contaminado pelos achaques, pelas afecções mórbidas do gabinete?

É uma desgraça talvez irreparável, porque é uma das últimas estrelas que ainda fulgem no nosso horizonte político que vai sumir-se nas trevas, no caos de corrupção da sociedade contemporânea.

Nº 7, 27 de Janeiro

A política moderna não é de individualidades, é de ideias.

Quando a política era um solo estreito donde o povo era afastado, e onde não tinha eco o clamor das multidões, as grandes figuras históricas davam a força e luz, faziam as leis, criavam as magistraturas, concebiam as revoluções; moviam como um vento invisível a grande seara dos homens, e o povo seguia como um rebanho a cor dos seus penachos.

Hoje não. Quem resolve e cria a vida da pátria é o povo; quem move o povo são as ideias; hoje a política é toda um resplandecimento de ideias, como outrora era uma provação de forças; os homens não movem, não combatem, não resolvem; a acção toda é das ideias, por elas dissolvem-se as nacionalidades, desmoronam-se as religiões, abatem-se os sistemas, criam-se os partidos, dilaceram-se as fracções; antigamente tudo isto na vida política era feito por um grupo de homens que tinham o segredo de

governar, o prestígio misterioso, a virtude oculta. Em volta deles é que a multidão se reunia, fiel e enérgica; o seu nome era o mote de união; esperava-se tudo da vinda deles como duns messias profanos; quando eles saiam de governar tudo se julgava perdido como se o Sol morresse. A grande virtude então era segui-los, não ter iniciativa própria, obedecer, trilhar o caminho oficial.

Hoje os indivíduos pouco são: segue-se um partido, combate-se por ele, luta-se, sofre-se por amor dele, não porque à sua testa esteja este ou aquele homem, mas porque no seu coração está esta ou aquela ideia.

Os homens pouco podem numa soberania popular, como hoje há na Europa.

Certas individualidades há, porém, que simbolizam uma ideia, um princípio, um pensamento fecundo: esses são a encarnação justa e poderosa dum movimento espiritual; devem ser seguidos, aplaudidos, defendidos; esses homens são providenciais; tomam nas suas mãos os destinos da pátria e levam-nos através das amarguras e dos desalentos ao ideal distante; são nobilíssimos: andam precedidos da razão e seguidos da justiça, por isso a razão os alumia e a justiça os coroa.

Nº 7, 27 de Janeiro

No *Campeão do Alentejo* lemos uma correspondência de Lisboa, datada de 15 de Janeiro, na qual estão exarados os seguintes períodos:

«As boas acções e o zelo que os chefes dos distritos praticam em beneficio dos seus administrados não merecem ficar no olvido: trato do senhor governador civil do distrito de Évora, sua excelência acaba de dar mais uma prova que está bem compenetrado da sua alta missão.

Pediu a Sua Majestade para poder converter os fundos que possui a Santa Casa da Misericórdia de Évora, e cujo valor é superior a 500 contos de réis, na instituição de um banco agrícola distrital.

O senhor ministro do Reino, atendendo ao interesse público que deve resultar de uma tal instituição, submete à aprovação régia aquele pedido, que muito honra aquela autoridade.

Parece-me que este magistrado administrativo já serviu de governador civil nesse distrito, se assim é, devem ufanar-se esses povos por terem sido governados por um homem ilustrado e imparcial, que só atendeu ao bem-estar e justiça dos subordinados.

O Sr. Guedes, com a instituição do banco rural do distrito de Évora, dará uma grande importância e desenvolvimento à agricultura da rica província alentejana.

E assim que as autoridades se popularizam, é assim que os homens se tornam salientes no seu país.

Por meios idênticos aos que propôs o senhor governador civil do distrito de Évora é que há-de prosperar o país: seria para louvar se tal exemplo fosse seguido.

A prosperidade de uma nação está no desenvolvimento das artes, da indústria e da agricultura: para estes dois últimos pontos seriam precisos capitais, e não é recorrendo aos usurários que se pode preencher o fim.

O digno magistrado que preside no distrito de Évora compreendeu o fim de desamortização; homens como o Sr. Guedes são dignos de toda a consideração.»

Somos oficiosos com os nossos amigos e sabemos sê-lo com todos os homens particularmente; estimamos muito e até dedicamos uma espécie de culto às maneiras afáveis e à múltipla qualidade de obséquios que aproximam o homem do homem, que

tomam a sociedade aprazível, a relação das famílias e dos indivíduos cada vez mais estreita e mais amigável, e que realçam finalmente todas as virtudes morais, sociais e religiosas.

Estimamos pois estas virtudes como procedentes da civilização, introduzida pelo progresso da filosofia e da religião cristã.

Mudamos porém de plano em relação e respectivamente ao funcionário público.

Verdadeiros democratas, não renderemos nunca lisonjas sobremodo intempestivas nem oferecemos humilde incenso ao funcionalismo público que intente, sempre debaixo da cor do bem público, alongar a esfera da autoridade, levando em mira oprimir a liberdade do cidadão, estreitando cada vez mais o horizonte da iniciativa popular e individual em qualquer negócio administrativo e político.

Detestamos, conseguintemente, esses funcionários como prejudiciais, e como inimigos do progresso e da liberdade do nosso país.

Quanto mais estimamos as coisas, mais receamos perdê-las, diz Ségur na sua *História Universal,* referindo-se aos Gregos, ou ao quanto eles eram zelosos da sua liberdade.

Somos pois como os Gregos, ciosos da nossa liberdade, e detestamos portanto todo o funcionário que não tem em vista senão a centralização ou o concentramento da autoridade, que é aquilo que, em milhares de casos e em multiplicados negócios, os Gregos, sempre atentos e sempre defensores acerbos das suas imunidades políticas, chamavam «aspirar à tirania«.

Também não chegámos ainda a esse ponto de degradação moral que nos faça ajoelhar à opressão da autoridade, ou mirar indiferentes o progresso do funcionalismo para o governo arbitrário e absoluto; nem somos semelhantes a essa multidão miserável das populações obreiras da Inglaterra, que, na sua decadência e abatimento moral e intelectual, nem ao menos sabem murmurar contra a injustiça dos fortes e opulentos.

Para nós tolerarmos os elogios feitos ao Sr. Guedes, era mister que ele tivesse deixado a iniciativa do negócio por que o correspondente o quer elevar às nuvens à mesa da Santa Casa da Misericórdia, que é a quem compete a administração primária dos bens pertencentes àquela irmandade. Esta mesa há-de ser nomeada no dia 2 de Julho do corrente ano. E há-de então acabar a comissão administrativa que actualmente deve fazer apenas a administração ordinária da casa, conforme está consignado no Código Administrativo.

Porém, esta comissão, levada pelo chefe administrativo, está procedendo com tanta ou maior iniciativa do que se fora a mesa administrativa nomeada pela irmandade.

E a quem se deve este irregular procedimento e esta variada aplicação das leis? Não é a esse funcionário ou ao seu zelo, que alguém tanto preconiza e exalta?

Nós não vemos, portanto, no Sr. Guedes senão um funcionário cujos predicados administrativos só provam, e muito extensamente, que ele não segue senão o princípio da autoridade... e nisto tira vantagem pela ignorância das massas e pela numerosa colecção das portarias e decretos. O arbítrio do funcionário apoia-se também na dificuldade de aplicar tantas leis e decretos, pois todos os ministérios são máquinas incansáveis e férteis em proporção dos empregados, que são aos milhares, à custa do pobre povo, que tudo sofre, na expedição de decretos e portarias, etc.; e a administração pública é cada vez mais exótica, como consequência necessária de tantas leis sem regra determinada, e apresentando pela maior parte dos casos práticos o predicamento da violência e da exploração do homem, do governo do homem pelo homem e da força do homem contra o homem.

Não é pois somente de capital que a agricultura tem precisão: precisa de boas estradas; precisa de polícia em toda a extensão da palavra: polícia que defenda os frutos

e a propriedade, polícia que conserve a saúde e bem-estar do cidadão e do habitante dos campos; polícia que reprima a vadiagem, ou essa espécie de caravanas selvagens que em certos tempos percorrem o Alentejo, saqueando os frutos do trabalho de outrem, os interesses e lucros que em pacifica posse só deve desfrutar o cidadão laborioso, esse a quem o governo pede contribuição sob promessa de lhe proteger a vida e a propriedade; mas infelizmente o governo gasta o capital da contribuição, que é uma parte ou uma extensão da propriedade geral e individual, em ordenados para os funcionários inertes e preguiçosos e que, sem respeito à moral pública e social, gastam com uma admirável sinceridade de corrupção, sem nada fazerem de maior utilidade para o país e a agricultura, o numerário que o cidadão formou à custa do trabalho e que vai tornar-se, nas mãos do funcionário inábil, um capital improdutivo, ao passo que se podia converter em cabedal produtivo, sendo empregado em empresas industriais e agrícolas pela mão do cidadão laborioso.

Nos seguintes números mostraremos quanto era fácil a ideia do banco e quanto o Sr. Guedes, no espaço de mais de 12 anos que aqui é governador civil, tem abandonado a agricultura, faltando-lhe com todas as medidas úteis que na qualidade de magistrado superior do distrito lhe incumbe levar à execução.

Nº 8, 31 de Janeiro

O relatório e projecto de lei apresentado à câmara pelo senhor ministro das Obras Públicas oferece decerto um trabalho superior àquele que porventura nós poderíamos dar ao público, respeitando todos os interesses, conveniências, instruções e preceitos que se encontram tão profusa e magistralmente inseridos naquele documento oficial.

Nós não faríamos mais do que rastrear o assunto. Como não somos, porém, sectários do absoluto nem da prioridade de princípios, faremos sobre a matéria algumas observações, segundo a indicação da experiência e observação própria, e conforme às doutrinas e opiniões dos homens que têm neste assunto empregado um profundo e aturado estudo, baseado na prática e experiência.

No relatório indica o ministro a necessidade que tem o agricultor da moeda, o mais circulante de todos os capitais, para formar capitais fixos, como as máquinas, os talentos úteis adquiridos e realizados nas pessoas dos trabalhadores, os melhoramentos do solo arável, o curso das águas, etc., e dos capitais de exploração que, pelo exercício das faculdades diversas dos indivíduos, se transformam sucessivamente nas vistas de um fim útil, e respeitando a todas as necessidades físicas, intelectuais e morais das pessoas e das famílias, etc.

É um documento superiormente instrutivo e que prova os conhecimentos profundos do ministro sobre a economia.

O projecto tem em vista a segurança do capital, principio geralmente adoptado e reconhecido em toda a parte onde há capitais, indústria e comércio.

Esta segurança, porém, não deve ser tão tímida, e auxiliada pelas nossas preocupações, que contraste inteiramente com todo o espírito de empresa e promova obstáculos aos fins para que a instituição do banco vai ser criada. Os pequenos cultores e industriais serão repelidos por aqueles que, apresentando melhores hipotecas, penhores e uma maior e mais abalizada consignação de rendimentos, dão uma mais perfeita segurança aos capitais emprestados. E esta uma das razões por que pedimos um banqueiro hábil que só pode evitar este, assim como outros inconvenientes, que aderem naturalmente a uma instituição de tal natureza, criada no meio de circunstâncias, de costumes e hábitos que a podem converter em meio de corrupção e de preguiça, em vez

de actividade e de trabalho.

Os nossos costumes e as nossas preocupações levam-nos a tornarmos tímidos os capitais.

Nós aventuramos mais depressa a nossa vida que a nossa fortuna. É o que C. Seneuil diz dos Franceses: «Em França os homens aventuram facilmente as suas vidas, dificilmente a sua fortuna.

O homem é comum, os capitais são raros, o homem é o acessório dos capitais. Em Inglaterra e Estados Unidos, ao contrário, os capitais são o acessório do homem; a opinião não se excita pela perda de capitais, sempre fácil de ser reparada. «

Em última análise, o projecto, em seu ajuntamento, é, retomando-nos a instituição do crédito, o meio de alguém que possui poder emprestar àquele que não possui. E como entre nós, que temos *alardeado tanta liberdade,* o principio governamental aparece por toda aparte, no crédito, no ensino, nas reuniões, no uso da vida dos cidadãos, e nada se deixa à iniciativa particular, o oposto da Inglaterra. Podemos apoiar-nos neste exemplo, onde o governo retira a cada passo e restringe cada vez mais a esfera da sua marcha e da sua acção, e onde o cidadão, reconhecendo que nunca se pode gozar de uma verdadeira liberdade sem se ir por uma acção lenta, porém, calculada, cerceando o poder e os seus mais fortes atributos, pospõe constantemente a iniciativa popular aos actos oficiais e administrativos, que são sempre sinónimos de violência, de desprezo, de preguiça, de abandono, de egoísmo, de orgulho, de cobiça, etc. Como entre nós, torno a dizer, só vigora, em tudo e para tudo, o principio governamental. foi preciso o projecto para a organização dos bancos de crédito agrícola e industrial.

Observamos, pois, novamente ao governo, cuja marcha tem sido de fazer sempre tudo por metade ou a remendos, ao governo, que nunca tem tido unidade na sua acção, onde não tem havido política pelas ideias mas sim pelas paixões, pelos corrilhos, pelo compadrio e influência dos grandes, por isso em toda a administração constitucional não vemos senão factos deslocados, arbítrio, governo de homens, vontades particulares, arbitrárias, opressão e furor, etc.; observamos ao governo que não deixa criar nas cidades o gosto, ouso e a vontade da iniciativa dos negócios; já que interveio na formação dos bancos, intervenha também na formação de banqueiros para gerirem aqueles estabelecimentos, banqueiros, que é o mais essencial e o mais difícil de formar para a boa administração do crédito. Banqueiros que estudem por si e nas localidades os meios de que devem lançar mão para o bom resultado de toda a operação.

Observamos que os banqueiros estudem por si as necessidades das localidades, e sobretudo o conjunto dos nossos meios e instrumentos, tanto naturais como adquiridos, finalmente, toda a economia, artes e ofícios, que se designam debaixo do nome de agricultura.

Mesmo a importação de sistemas, os mais bem combinados e os que dão os mais vantajosos resultados debaixo de outros costumes de outros povos ou de outros sistemas políticos, pode não nos ser vantajosa.

É sempre difícil a importação da menor indústria do banqueiro, como diz C. Seneuil, que opera sobre os homens, e cuja inteligência é o principal agente: é bem difícil de transplantar de um país a outro.

Nº 8, 31 de Janeiro

O Partido Popular é aquele que, longe das camarilhas e das falsas aristocracias, das vaidades grotescas, rodeia o povo, lhe conta as esperanças melhores, o robustece na tradição da pátria, lhe dá o bem-estar, o consola nos seus trabalhos, o esclarece, o

protege.

Ele repele e combate, em honrada luta, as opressões, as violências, os desacatos tenazes; tem as ideias espontâneas e a alma independente; acima do sangue, do interesse, do hábito, da timidez, da tradição, respeita a razão, a justiça e o direito.

Não quer o contacto com os outros dos bandos oficiais, porque o julga impuro, estéril, prejudicial, opressivo.

Não tem ambições nem avidez: a sua consciência tem uma ambição, mas é a do bem; a sua inteligência tem uma avidez, mas é a da verdade.

Não tem orgulhos, nem desesperos cerimoniosos, tem a consolação de se sacrificar pelos pobres e a glória de se compadecer dos humildes; se as suas mãos estivessem cheias de felicidades, de boa vontade as abriria; se a sua voz estivesse cheia de revelações proveitosas, de boa vontade a soltaria; aceita e festeja os nobres espíritos; trabalha, lida, é proveitoso.

Tem o coração bom, o espírito sossegado, a consciência complacente. Mas quando o oprimem, quando o entorpecem, quando o martirizam, tem nobres cóleras e terríveis desapontamentos; então diz a verdade: aponta a traição, as infâmias; revela as culpas, e arma terrivelmente os castigos.

Depois de ter sentido muito e muito tempo cair sobre os seus ombros a injustiça, a hostilidade, a violência traiçoeira –ergue-se; não admira que então seja excessivo, desmedido, violento; depois da tirania da opressão, vem a anarquia do desabafo; não conhece recato, conveniência cerimoniosa, pudores do espírito; fala, brada, castiga; a sua voz pode ser desvairada, mas a sua razão é sempre justa.

Quando vem o dia dos castigos, nenhuma súplica vale, nenhuma humilhação aproveita.

Diz-se *violência!* Mas quem a provoca? Queriam atacar com opressão e que os outros se defendessem com a resignação?

Sofre-se um ano, outro negro ano; mas por fim o coração cansa, a consciência encoleriza-se, a piedade esquece; só lembra a justiça.

E quem peleja em nome dela vai direito, sem se importar que cabeças faz curvar no seu caminho. E para a conter, esta palavra, *em nome da autoridade,* não é nada em presença desta outra: *em nome do povo.*

A autoridade vive pelos seus actos proveitosos, pela nobreza da sua consciência, pela sua honra imaculada, pela sua independência áspera; uma autoridade não vive porque um governo a conserva e uma facção a sustenta; vive pela vontade do povo; quando ele a repele, rejeita, desconhece, ela pode vestir a sua farda, tomar as atitudes oficiais; não tem a vitalidade nem a força, tem apenas a forma; não tem a alma.

Qualquer sopro a abate, qualquer mão a despenha.

Pode ela tomar uns poucos de baixos espíritos, consciências maculadas, inteligências estéreis, para fazer um pedestal; esse pedestal é de lama, e como a lama cairá.

O que é necessário é que todos os que amam a justiça se reúnam contra todos os que servem a opressão.

É necessário que muitos que estão ligados ao bando oficial, não por instinto, nem por livre vontade, mas por interesses rasteiros, pela força duma tradição, pela tenacidade dum costume. se desprendam e soltem dessa triste comunhão.

E necessário que saiam da domesticidade, para entrarem na liberdade!

E então, todos reunidos, santificados com a bênção da justiça, podem começar o desmoronamento das camarilhas, levando por mote e conselho só esta palavra – *perseverai!*

Nº 9, 7 de Fevereiro

Diz-se todos os dias *opressão*. é necessário saber se não é uma grande e terrível palavra para frouxos e pequenos factos.

Se não, estamos como o cavaleiro da legenda, dando grandes lançadas aos moinhos.

Se uma autoridade está longe das grandes acções políticas, dos movimentos populares, da história contemporânea, pode ter influência incisiva, criando ou esterilizando na alma popular.

Mas uma autoridade local, mais que todas, pela sua íntima relação com o povo, pode oprimir e desalentar.

A sua acção, influenciada por um mau princípio, por um interesse desonesto, por uma hostilidade injusta, pode matar.

Por isso essa autoridade local, ainda que sem o prestigio da força e o aparato da violência, pode todavia oprimir.

E as autoridades oprimem quando não pagam as dividas da justiça, velando pelas necessidades dos que trabalham.

E as autoridades oprimem quando se ligam a uma facção, se enredam em interesses rasteiros, se fazem instrumentos injustos dum ódio e representantes desgraçados de uma opressão.

E as autoridades oprimem quando abafam a acção fecunda, os desejos justos, a iniciativa proveitosa, só porque partem de homens independentes que lhes não curvam a alma e não lhes aceitam os pedestais.

E as autoridades oprimem quando tomam nas suas mãos impuras os destinos dos territórios e os deixam perder, despedaçar-se, desaparecer, inutilizarem-se, sem piedade dos pobres e com aplauso das camarilhas.

Nº 10, 10 de Fevereiro

O *Jornal de Lisboa* fez ultimamente a lúcida exposição do novo partido.

Esse partido chama-se a Liga Patriótica.

E a união de todos os homens honestos contra todos os impudicos.

Esses homens vêem a decadência, a inércia, as consciências maculadas, os espíritos enegrecidos, todo o céu das almas nublado.

Vêem em nós a corrupção imunda do Baixo Império: as festas ímpias, o desleixo escarnecedor, o amor dos estofos e das pedrarias, os galanteios oficiais da monarquia de 87, e querem arrancar os destinos da pátria das mãos impuras que os destroem.

De facto, quem olha por esse triste país vê só decadência, decadência, decadência.

Camarilhas galanteadoras e aparatosas, favoritos constelados de condecorações, festas pomposas, saraus melodiosos, uma falsa piedade, sentimentos macios e frouxos, um altivo desprezo pelo pudor, um elegante escárnio da seriedade, esquecimento das velhas virtudes da liberdade e não sei que ruídos de alegrias e de cantos que parecerem querer esconder um choro imenso, o choro do povo.

Depois, duas tendências terríveis, aquelas tendências que nas antigas repúblicas levavam à tirania: o poder militar e o poder dos funcionários.

Aqueles homens honestos vêem esta época dolorosa, sem crenças, sem respeito, sem religião, e organizam um grupo enérgico que, derramado pelo país, vá levar a todos, ao povo, aos que trabalham, aos que são o coração da pátria – a vida, a

inteligência das coisas públicas, a virtude cívica, a esperança dum melhor dia.

Mas será fecunda esta ideia? Podem salvar-nos? Será preparar somente aos espíritos um desengano? Será simplesmente mais uma alteração de forma como todos os movimentos políticos que se têm feito em Portugal há 20 anos?

O que esperam aqueles homens contra a decadência crescente?

Vão limpos e puros de ambições e interesses'? A vida que eles levam bastará para ressuscitar o corpo morto? A ideia que eles levam bastará para despertar a inteligência adormecida?

A salvação da pátria estará nos partidos?

Que nova ideia trazem? Que pensamentos ensinam? Que profunda verdade vêm esclarecer?

Nós esperamos. Todo o sinal de vida é bom, ainda que custe um desengano. Todo o entusiasmo é bom, ainda que custe uma tristeza.

Nº 10, 10 de Fevereiro

Meus amigos: nas câmaras a grande, a terrível, a áspera, a implacável oposição foi à reforma da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. E no entanto, o projecto passou livremente, escudado e protegido pelos livres pretorianos.

Eu creio que todos os fulminadores do projecto foram um tanto cavaleiros andantes, que andaram atacando um moinho.

Fez-se daquilo uma áspera questão em que parecia ir a dignidade da pátria, a honradez dos espíritos e a salvação das consciências. Por fim só é um erro; é um pequeno erro de forma.

Mais fardas que se bordam, mais comendas que reluzem, mais brindes oficiais.

O *high-life* está sendo hoje uma necessidade incisiva do corpo humano e dos corpos sociais. As tendências modernas vão para o que luz e para o que soa. E se se olhar às vezes para as ideias, é quando as ideias fazem um pouco de barulho. Quando um dia um embaixador, em vésperas de partir para Viena, perguntava ao imperador qual a atitude a tomar perante o gabinete austríaco, o imperador respondeu: dê jantares e agrade às arquiduquesas.

Tudo é representação aparente e movimento teatral na diplomacia moderna.

As questões internacionais, as acções políticas, a história contemporânea, isso é feito e colaborado entre os governos.

As embaixadas fazem parte das cortes, das camarilhas, dos saraus. Os embaixadores representam os reis, não representam o povo. Eles são um resto das velhas camarilhas feudais e católicas.

É a mais fina nata das aristocracias que se manda aos países estrangeiros, a desdobrar o aparato e a flor do luxo das nações. Em todos os homens há uma delicadeza, um luxo especial, uma pequena magnificência; por esses luxos se sacrificam, se movem e se cansam.

As nações têm também o seu luxo especial e querido, são as embaixadas. Toda a nação se julgaria desonrada se não apresentasse perante o mundo atento uma embaixada esplêndida, como toda a mulher que num baile não tivesse uma seda custosa.

Deixemos que a nação, a nossa, tenha esse pequeno defeito de querer resplandecer ao sol estrangeiro; por isso não lhe devemos querer mal, como nenhum homem deve desprezar sua mãe, ainda que ela seja leviana.

Se isto é assim, se o *high-life* internacional pede este luxo, se são necessários estofos para ter consideração, se está assente que a superioridade duma nação está na

finura das fardas dos seus fidalgos, se isto é uma loucura constituída e transformada em principio, então ou não devemos aparecer aos olhos da Europa, ou devemos aparecer resplandecentes.

É lógico. Ou o vestuário é um distintivo social, ou não: se não é, andemos todos embuçados numa manta, com umas polainas de camponês; se é, andemos conforme pede a nossa posição e a nossa dignidade oficial. Se não andamos consoante somos, no dito popular, confessamos humildade. E desgraçada da nação que se confessa pobre e humilde; as outras pegam na palavra e passam-lhe por cima, surdas aos choros, cegas às súplicas. Não ir com a loucura geral, é um erro diplomático.

Quando os embaixadores representarem e forem em nome do povo, eleitos por ele, então andaremos vestidos de burel e descobertos; mas enquanto representarem o falso aparato e resplendores mentirosos, andem com estofos e pedrarias.

Eu bem sei que a questão política não é de forma, é de princípios: que esses é que devem ser atendidos e transformados, que a sua aplicação é que deve ser vigiada e a sua origem bem alumiada. Mas se não se tratou ainda da questão de princípio na Europa, se por ora são só formas que se alteram, aparências que se mudam, andemos a par das transformações, das aparências e das formas. Quando o senhor ministro dos Negócios Estrangeiros apresentou o seu projecto, os Catões de sombria face mostraram a espada, apontando a perdição da pátria. Eu creio que nenhum destes Catões teria tido o espírito de se matar.

As falsas severidades desgostam tanto como as devassidões verdadeiras.

Eu não digo que um dia este mundo oficial de aparato não desaparecerá como uma vista de teatro. Decerto. Tudo se dissipará como fumo à grande voz popular. As revoluções são como Cristo, tardam a vir e por fim são negadas; somente muito tempo depois é que fazem religião.

Ora quando a democracia tiver feito a sua religião, então eu penso que os ratos roerão as fardas reluzentes.

Mas não compete a Portugal, pequeno país perdido à beira do mar, ir dar obrado ao resto da Europa. Não nos convém decerto, não podemos ter a política de propaganda.

Por isso, como os outros fazem, façamos nós.

O senhor ministro errou, mas como erram muitos, segundo a tradição. Mas se quem a não segue é desprezado, se quem a repele é apupado!

Houve já um homem que durante a vida foi adulado, festejado, acalentado. Para ele os jantares melhores, os brindes mais pomposos. Para ele o sorriso mais terno, o olhar mais afectuoso. Andava precedido de bênçãos e flanqueado de cortesias.

Teve empregados, condecorações, alcatifas, brindes. Se um dia lhe esquecia a bolsa, todas as mãos se estendiam para ele cheias de ouro e de notas; se um dia chovia, todos lhe vinham oferecer humildemente as suas carruagens; se alguém o queria espancar, vinham mil braços feramente armados trazer-lhe tragicamente a defesa e a vingança.

Este homem vivia numa água-furtada e não acendia lume. Nas longas noites de Inverno tinha frio.

Ao morrer, todos o cercavam esperando o testamento; julgavam-no avarento. Ele era somente um miserável. A única coisa que tinha para legar era o catre em que dormia.

Então pronunciou aos que o rodeavam estas grandes palavras: «Eu vi durante a minha vida adorar tanto, festejar tanto, adular tanto o *bezerro de ouro* que imaginei que só a sombra dele devia ser adulada e festejada! Fingi de avarento. Todos acreditaram. Fingi que era um milhão encarnado num homem e fui adorado como um milhão. E, no entanto, nunca houve naquele armário um pedaço de pão seco.»

Tal é a história do homem – sombra do *bezerro de ouro*.

Portugal decerto não é um *bezerro de ouro*; não é inútil que seja a sua sombra.

Por isso representamos, fingimos de avarentos, de ricos, de poderosos; seremos adulados e festejados, ainda que no nosso armário não haja um pedaço de pão seco.

Ora o projecto passou, apesar dos brados. Passou por 90 votos contra 40. De modo que há no parlamento 90 homens que adoram as fardas bonitas e os cortejos vistosos, e 40 que as detestam. É só isto. Nem mais nem menos.

Não façamos disto questão terrível, porque caímos no combate aos moinhos.

Há muita e muita coisa a pensar para este pobre país: há uma crise sinistra que é necessário afastar; há mil perigos porque é preciso velar; há mil acusações a fazer; mas o projecto de reforma não tem importância, nem elevação, nem merece iras nem defesas calorosas.

Em qualquer outro país não se falaria nisso. O povo tem mais em que pensar do que nas fardas que se agitam.

Fala-se em desperdício! Quem ouvir – se por acaso alguém ouvisse os debates do parlamento português – pensaria que o projecto causa a bancarrota. As economias a fazer são outras. Oh!, desperdiçadores de farinhas e aproveitadores de farelos! Eu falei nisto longamente – porque a atenção pública estava toda posta na solução desta questão medonha! Eterno combate de cavaleiro armado de ferro contra a vela dos moinhos.

Nº 11, 14 de Fevereiro

Como sabem, o *Jornal do Comércio* continua dando grandes golpes no governo, e ainda em cima salpicando de sangue as camarilhas e os patrocinados. A Gazeta *de Portugal* defende como pode o governo, dando o seu corpo até aos tiros contrários. No meio desta luta, menor que a de Oliveiros e Roldão, o que hão-de fazer os homens honestos, puros, limpos de interesses, que apenas têm um desejo – a elevação da pátria?

Reúnem-se; reunidos lamentam a ruína, o desperdício, as inconsequências, as desgraças da vaidade. Depois, como consolação, tomam as suas conversas nas suas melhores lâminas e vêm para a câmara. Foi assim que se fundou a Liga Patriótica.

Tenho ouvido os gritos das aves agourentas e os gorjeios alegres dos pássaros de boa sorte; e destas vozes, como os áugures antigos, nada tirei para o futuro da Liga.

Futuro, se futuro podem ter em Portugal os partidos políticos. Um doente que está para morrer revolve-se, agita-se, torce-se, enrodilha-se nas roupas; esta nação, também, agita-se tristemente nos partidos, faz esforços violentos, quer ir unir-se e fundir-se com as outras nações, impacienta-se, soluça; o que será? Estará já revolvendo as dobras do seu sudário? Será por isso, porque sente a hora da morte, que se quer reconciliar com os seus velhos inimigos, e por isso se quer unir à Espanha?

Oh!, tristeza infinita! E não haver um homem que tome nas mãos este doente, que o cure, que lhe dê uma vida proveitosa, que o ponha caminhando, consultando e decidindo nos concílios da Europa!

Nós, isolados do mundo, aqui a um canto estamos, como um mendigo inútil que murmura as suas rezas.

Como a um mendigo nos fazem esmolas, como a um mendigo nos dispensam a opinião, como a um mendigo nos deixam ficar à porta dos congressos, como a um mendigo nos têm asilado, dando-nos por guarda a Espanha. Até quando será isto? Eu sei? E o que havia a fazer? Está no espírito de todos. Economizar, dar instrução, reformar a lei fundamental, codificar a legislação, extinguir os privilégios, animar a agricultura, velar pelo povo, dar a todos o voto espontâneo. Isto é o que se devia fazer; se não, morreremos. Porque digamos a verdade, por toda a parte, instintivamente, sem

que os espíritos queiram, a tendência democrática e revolucionária vai transformando e construindo novas ideias. Na Bélgica, na Itália, na Suíça, países mais desfavorecidos de sorte, menos no grande movimento dominador, onde o povo é mais indiferente, onde é menos a ciência e menos basta a inteligência, aí mesmo toda a mocidade, todo o povo, tem grandes esperanças, estuda a história, pensa que um dia viverá da soberania popular e do reinado da justiça. De toda a parte, de Nápoles, da Suíça, da Grécia, foi gente assistir às exéquias de Proudhon, o grande construtor da revolução – como a uma festa da inteligência. Aqui em Portugal nem sequer se sabe isso. Quando se fala em liberdade, em justiça, em democracia, todo o mundo volta as suas largas costas, dizendo: «Ora, sonhos dos vinte anos!» Aqui, os grandes princípios, que em todo o mundo são a lei, a norma, o ideal, são considerados como extravagâncias, que só se pode permitir a um aluno de latim ou a um discípulo de retórica. O homem de ideias largas, livres, profundas, é tido entre nós como um selvagem, que é no presente velhaco e será no futuro assassino.

Qualquer livro que se escrevesse, qualquer coisa que se publicasse, era considerada como atentatória da moral pública e a três dedos do Código Penal.

E donde provém isto? Da falta de instrução, da ignorância horrível, do sono da alma que aflige o povo.

Miséria, miséria, miséria. Eu falo nisto aos meus amigos porque lhes conheço a índole livre e o espírito iniciador; se não, não dizia nada. Limitava-me a pasmar, a entristecer-me, ou, o mais prudente, a rir-me.

O riso é uma coisa que ainda hoje compensa de muita desilusão.

Eu apoio imensamente essa atitude que os meus amigos têm tomado perante a política do país. Indiferença, expectativa. A mais proveitosa política é aquela que têm seguido – velar pelos seus interesses territoriais.

No entanto, próximo vem talvez o dia em que tenham se de enrodilhar na política de combate; nesse dia não lhes recomendo a justiça, porque sei que a seguirão; não lhes falo na intriga, porque sei que a hão-de evitar. Neste momento de crises, nenhum espírito pode ser indiferente. Todos os que falam têm de vir dizer o seu voto sobre a urna da pátria. Qual será mais votada, a liberdade ou a ruína'?

Não falo na verdade, que essa anda no fundo dos poços.

Nº 11, 14 de Fevereiro

O que são há 20 anos os partidos em Portugal? Que pensamentos traduzem? Que grande facto social querem realizar? Formam-se, desagregam-se, dissolvem-se, passam, esquecem, sem que deles fique uma edificação aproveitável, uma criação fecunda. Estabelecem patronatos, constroem filiações, arregimentam homens e braços trabalhadores, preparam terreno e solo robusto, onde eles possam sem embaraço tomar as livres atitudes do aparato e da vaidade reluzente. Nada mais fazem. Nascem infecundamente, morrem esterilmente.

Quando qualquer partido chega de novo, dizem que traz as mãos ungidas para receber o sacrário da pátria, todos erguem os olhos e estendem as mãos, esperando ver desse lado uma luz de salvação. Debalde. Os partidos vêm, empenham-se nas lutas estéreis da peroração pomposa, soltam nobres programas, cheios de esperança e de transformações, tomam o seu lugar na arena política com grande desperdício de sons e de vozes, movem-se um momento, luzem ao sol, e depois adormecem, esquecem e morrem cansados.

Isto é uma política superficial.

Superficial, porque atende à questão de forma e de aparência, e não discute os princípios.

Superficial, porque se ocupa tenazmente em recompor velhos erros.

Superficial, porque não cria para o país uma verdadeira condição de prosperidade, de actividade, de trabalho, de beleza moral

Superficial, porque não levanta o país até às alturas donde ele possa também estender a vista e colocar a mão nos destinos da Europa.

Superficial, porque não toma coragem de esquecer os patronatos, as influências oficiais, as velharias consagradas, e ir direito à justiça, para a erguer, à razão, para a proclamar.

Superficial, porque está intimamente presa ao interesse imperceptível, à vaidade rasteira.

Superficial, porque não tenta instruir, dirigir os espíritos, despertar o povo do adormecimento semelhante à morte.

Superficial, porque vai fundando o futuro em bases estéreis e bases perigosas; estéreis porque não podem produzir nem mais liberdade, nem mais felicidade; perigosas, porque podem trazer a tirania e podem trazer a ruína.

Superficial, porque é feita só para o mundo oficial, para as magistraturas, para as grandes dignidades do exército, para a aristocracia favorita e cortesã, sem atenção ao povo, aos que trabalham, aos que são o país.

Toda a política há 20 anos tem sido assim; todos desesperam já de ver correr um sangue puro e uma vida enérgica e fecunda neste corpo consumido.

Por isso, aqueles que não se prenderam a partidos, que não seguiram corrilhos, que não adoraram as conezias políticas, que não imploram prebendas, só pedem aos que vêm de novo, aos que entram, com maior fé e mais pureza, que atendam a estas coisas divinas que são as únicas que elevam, enobrecem e fazem a grandeza duma nação – a instrução, a dignidade, o sentimento popular, a inteira liberdade, a profunda razão e a verdadeira justiça.

*
* *

Para se fundar o crédito agrícola julgamos necessárias três coisas: capital em dinheiro, capital científico e intelectual e a economia; e a isto deve juntar-se precisamente o trabalho e os bons hábitos; fora destes pontos, que julgamos capitais, não vemos medida salvadora possível.

Uma das melhores bases do antigo e moderno crédito é sem dúvida a economia; sem esta não se podem formar capitais, e sem estes não se podem criar indústrias nem empresas. Sem o capital não pode haver trabalho produtivo, e o crédito, sem os bons hábitos, não pode nunca desenvolver-se, seja qual for a forma por que se pretenda criar, ou pela qual se institui, ou em agências, ou em bancos, ou em associações de proprietários, etc. Sem entrarmos a fundo na questão sobre se os antigos conheceram a economia ou ensaiaram muitas experiências para melhorar a sorte da espécie humana, observaremos contudo que, tanto no antigo como no moderno tempo, a base de todo o crédito está na economia, nos bons hábitos e na inteligência dos indivíduos.

Modernamente tem-se escrito muito sobre crédito, sobre a criação de bancos e das utilidades auferidas destas instituições, mas vemos que apenas na Escócia se têm tirado os resultados necessários para a florescência e riqueza da agricultura e felicidade do povo entre o qual foram instituídos os bancos de crédito agrícola. E em geral em Inglaterra e nos Estados Unidos, onde vigoram os costumes e a actividade comercial, e

onde se não preferem as teorias aos resultados positivos da experiência e da prática, os bancos de créditos têm dado melhores resultados que nalgum outro país do mundo.

Em França, onde vigora o sistema alemão modificado, e onde os hábitos são ainda muito contrários ao crédito, apesar das teorias e actividades nacionais, não têm contudo os bancos e os capitais produzido as vantagens que têm dado nos Estados Unidos e em Inglaterra, principalmente.

Vemos, pois, na Alemanha, na Rússia, na Prússia, na Bélgica (o país por essência da pequena propriedade), na Itália, na Inglaterra, na Escócia, nos Estados Unidos, instituições de crédito, variando em sistema e produzindo praticamente diferentes resultados.

Inferimos daqui que a ciência do crédito é apenas um corpo de doutrina onde não pode haver dogma nem máximas cuja infalibilidade seja evangélica; ela reduz-se à observação dos factos, e faz ver o que neste ou naquele país os costumes, a prática, a experiência, a actividade, o trabalho, as virtudes morais e intelectuais, têm dado em resultado para se melhorar o bem-estar da humanidade, aplicando para isto aquilo que hoje se chama crédito, que vem a ser o capital dado ao trabalhador e empreendedor para produzir valores e apropriar a Natureza às necessidades dos indivíduos mais ou menos no estado de civilização; e enfim a produzir utilidades que tendam, como diz M. A. Ott no seu excelente tratado de economia política, «à conservação social e individual, e à realidade da liberdade, da igualdade e da fraternidade».

Trata-se pois de facilitar aos agricultores o crédito pessoal? E a realização desse crédito, com todas as consequências úteis e precisas à agricultura, depende só da criação de bancos e de esse estado elevado, mas teórico, em que se acha hoje a ciência económica? Cremos que não; precisamos da ciência prática; precisamos de bons hábitos. Sobre isto apresentamos ao público dois exemplos tirados do tratado de agricultura e população por Léonce de Lavergne: «Fazemos ainda sobre o ensino agrícola uma ideia falsa e acanhada. Fala-se em o estabelecer nas escolas primárias, como se a França tivesse necessidade de obreiros agrícolas. Nós temos os primeiros obreiros agrícolas do mundo, e se se pretende ensinar-lhes a prática da agricultura, não haverá um que não saiba mais que todos os professores. A prática propriamente dita não se ensina; o que é necessário ensinar é aquilo que nos falta, o emprego da ciência e do capital.» Escutemos ainda o mesmo escritor, no que respeita aos hábitos (e não à legislação), para se introduzir o crédito com os resultados profícuos e necessários para a florescência e bom êxito da agricultura: «Tendo recebido do Ministério da Agricultura e Comércio o convite para passar à Alemanha e Inglaterra para ali estudar o que se chama *crédito agrícola,* eu expus os resultados dessa viagem numa relação publicada há mais de dois anos. Não me parece impossível introduzir, ou antes, derramar em França alguma coisa bastante análoga aos bancos da Escócia, porém, seria necessário proceder com extrema prudência...

...Alguns propõem alterações em nossa legislação; o que sobretudo seria bom mudar são os hábitos.»

Já no século passado o Dr. António Henriques da Silveira castigava os hábitos e os costumes dos lavradores do Alentejo, como contrários ao crédito. Diz ele que o dinheiro que aqueles (os lavradores) poderiam ter empregado na cultura da terra, o desperdiçavam em objectos de luxo, etc. O Dr. Silveira compreendia, já naquele tempo, as bases do crédito moderno, que são a economia, a moralidade, a ciência e o trabalho: o luxo imoderado e excessivo dissipa os capitais, impele os homens para a moleza. a vaidade e outros vícios que enervam os indivíduos, embotam as inteligências e desviam os braços ao trabalho e às indústrias, e fazem perder o tempo, este instrumento natural, preciso como a inteligência e o capital para todas as empresas. Portanto, todos os

hábitos que são contrários à economia são contrários ao crédito. Pela economia formam-se os capitais que são a base e a matéria do crédito. Esse capital de 600 ou 1000 contos com que se pretende instituir o banco agrícola é incontestavelmente o resultado de muitas economias. Dissipados em sedas e outras galas, e em satisfação de prazeres sensuais, eles não teriam chegado até nós e não constituiriam um capital para fazer avanços às operações produtivas.

Uma grande parte do capital dos bancos da Escócia é o resultado das economias de diferentes indivíduos. De 10 libras para cima, todos podem ter o seu dinheiro nos bancos. Os bancos na Escócia são a caixa comum de todos os habitantes. E este hábito está tão arreigado no Escocês que antes quer muitas vezes papel do que o dinheiro do banco, etc. Vê-se por isso que é dos hábitos morais e costumes económicos, mais depressa que da legislação, que depende o crédito.

Os bancos na Escócia começaram por monopólio. Em 1695, um acto do parlamento estabeleceu o Banco da Escócia, dando-lhe por 20 anos o privilégio de se dar às operações de bancos com a exclusão de toda e qualquer companhia; expiraram os vinte anos e o privilégio não se renovou, como diz Seneuil no seu tratado sobre os bancos. Depois, os costumes, a actividade e o bom senso dos Escoceses têm multiplicado os bancos e as caixas filiais, confiados a banqueiros hábeis, inteligentes e experimentados, que dirigem ao mesmo tempo as operações do banco e os negócios da agricultura.

É visto pois que o Dr. Silveira em seu tempo conhecia, assim como se conhece hoje, que o *trabalho e a abstinência,* como diz Garnier, são o meio directo para se formarem os capitais. O Dr. Silveira censurava em seu tempo, assim como ainda hoje se poderia fazer, as prodigalidades e o desperdício dos capitais; censurava o luxo, porque judiciosamente pretendia que a classe dos lavradores fosse abstinente e económica, e que não empregasse todos os valores produzidos nas necessidades pessoais e na satisfação de vontades incessantemente multiplicadas pelos objectos de luxo ou supérfluos.

Temos fé, porém, que a instituição do banco, posto que os costumes lhe sejam hoje contrários, virá contudo pelo tempo adiante a desenvolver o crédito e a ser profícua, remediando os costumes, pois, como refere Courcelle Seneuil: «Diz-se que os hábitos dos Escoceses favorecem o desenvolvimento dos bancos de circulação. Isto é verdade, mas é certo que estes hábitos não existiam quando os bancos começaram a funcionar, e mesmo durante os primeiros 60 anos do século passado. Estes hábitos são o resultado do trabalho assíduo e obstinado sobre um dos povos mais prudentes da Europa, e talvez o mais obstinado em seus costumes.»

Desejaríamos, porém, que a lei dos bancos saísse isenta de privilégios e se desse logo ampla liberdade para a pluralidade dos bancos, tal como em Inglaterra, que é o meio mais eficaz para o desenvolvimento do crédito, como vamos mostrar por esta passagem de um autor inglês: «A perfeição e as ramificações extensas do nosso sistema de bancos, a estrita economia do emprego dos capitais, que é o resultado da concorrência, são tais que se conservam sempre o menos possível os capitais desempregados...»

Não obstante, em cada cidade, em cada vila, em quase todas as terras pouco povoadas do Reino Unido, existem bancos ou caixas filiais que recebem de dia a dia em depósito cada libra que é economizada pelos homens de todas as classes, desde o rico proprietário até ao humilde comerciante por miúdo.

Nº 12, 17 de Fevereiro

Poucas são as novidades políticas; e está tudo em expectativa: esperam-se reformas, melhoramentos, etc.

As comissões vão como podem, trabalhando com actividade, para apresentarem os pareceres sobre as propostas do governo.

Ontem o governo teve em casa do senhor ministro do Reino uma longa reunião, o que leva a crer que se trata de prontamente elaborar as reformas que hão-de ser apresentadas sobre a supressão de alguns distritos e sobre a instituição e criação da guarda civil.

De resto, são estas as poucas e magras novidades que lhes posso contar.

Agora percorro os jornais; vejo isto: queixas, declamações, acusações vagas. Todos pressentem que estamos numa crise, que não foi criada por estes ou por aqueles, mas trazida pela fatalidade das coisas.

E esta crise, que os fados fizeram, poderão cortá-la os homens? Na política as instituições colaboram mais que as individualidades. Do sistema das instituições, do seu resultado prático, da sua influência moral, podem vir certos factos de prosperidade ou certas manifestações de decadência de que os homens não têm culpa; não são os ministros, nem os reis, nem os cardeais que a preparam, é a lei social.

Hoje que tanto se fala em crise, quem não vê que, por toda a Europa, uma crise financeira está minando as nacionalidades? É disso que há-de vir a dissolução. Quando os meios faltarem e um dia se perderem as fortunas nacionais, o regime estabelecido cairá para deixar o campo livre ao novo mundo económico.

Esta crise que Portugal sente na sua fortuna, sente-a igualmente a Espanha, a Itália, a Áustria, etc.

O que virá, não se sabe; que há-de vir alguma coisa é verdade; se a felicidade social, se apenas o elemento duma nova dissolução, se a grandeza e a justiça, se o desalento e a decadência, isso quem o sabe?

Nós cá andamos a cem léguas destas coisas. Estamos longe de movimentos políticos da Europa, longe do grande jogo diplomático das nacionalidades, compondo e recompondo pacientemente os nossos ministérios. Nós não nos ocupamos do futuro, como uma criança que sabe que estão velando por ela. E, com efeito, alguém vela por nos.

Eu tenho esta tendência para me deixar ir a falar da política da Europa, porque a julgo a mais verdadeiramente interessante para nós outros, Portugueses. Ainda que longe do movimento político, não estamos longe das transformações; e qualquer desequilíbrio, no estado actual, era para nós uma crise terrível de nacionalidade, porque íamos cair numa ou noutra boca. O imperador disse há pouco que em breve iria abandonar a política de conquista e de invasão.

No entanto, quando tudo se desfizer, se agitar, nós seremos sacudidos, embalados, e talvez se veja que a política de invasão e de conquista não está tão abandonada como se diz.

Esse é que é o dia terrível, esse é que devemos temer.

Até então parecem-nos injustas aquelas acusações terríveis contra certos homens políticos, contra os ministérios. Porque se acusam? Têm eles porventura culpa das decadências? Eu não quero considerar as decadências como imperscrutáveis determinações da Providência. Não. Mas sendo como são resultados dos factos, dos costumes, da índole da época, dos maus sistemas da constituição, da corrupção, não podem estes homens ou aqueles ser culpados, seja qual for a sua inércia, seja qual for a sua acção; sejam da política da esquerda, sejam da política da direita, de qualquer ideia ou *unha* que sejam.

Podem, sim, desperdiçar mais ou menos, poupar algumas migalhas, reformar as

suas secretarias, isso não acelera a decadência como não salva da ruína.

Eu não digo que não haja uma culpa em não tomar uma iniciativa poderosa, em não acalentar a ideia que, crescida e desenvolvida, se há-de tornar facto. Mas isso pertence mais aos homens da opinião, do jornalismo, do livro, da publicação, do que aos homens do estado e do governo.

Eu já numa última carta falei da louca atenção que se dava à famosa discussão sobre a reforma da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Não assim a questão do *deficit,* essa pode já de algum modo ter uma acção profundamente directa nos nossos destinos, essa prende à questão de economia, que é hoje como quem diz questão de nacionalidade.

No entanto, o *deficit* num país que, como o nosso, é grandemente produtivo, tem uma poderosa riqueza do solo, uma admirável fertilidade, é povoado, não tem veleidades, ambições guerreiras, é pacífico e cultivador; o *deficit* nestas circunstâncias, digo, não deve ser assustador nem terrível. Não. Não deve pelo menos ser tão assustador como se o país fosse só industrial, comerciante, jogador de fundos, com fortuna de carteira. Nesses sistemas de riqueza é que os *deficits* matam. Nos países como o nosso há muita coisa que pode salvar.

Mas o quê?

É uma coisa que eu observo nos jornais de oposição: atacam, combatem, esgrimem, mas apresentam porventura reformas? Lembram melhoramentos? Esclarecem algum novo sistema? Não; atacam com palavras mais ou menos sonoras o governo, os homens, os influentes, tudo.

Atacam, mas não aconselham. Isto é bom nos começos duma oposição; define o espírito dum partido ou a atitude dum jornal. Se começasse aconselhando, pareceria um jornal de conciliação. Mas depois é mais fecundo que se aconselhe, que se elucide, que se lembrem novos métodos, do que ficar constantemente destruindo uma ruína, sem construir um abrigo.

Assim parece-me que a coisa mais proveitosa a fazer seria talvez a revisão da Carta. Depois, a reforma da instrução. Depois, a criação de estabelecimentos agrícolas. Depois, a questão do exército. Depois, a questão dos códigos. Isto podiam ser bases novas dum melhor sistema.

A revisão da constituição é uma necessidade sentida há muito, muito desejada e profundamente justa. As leis fundamentais não podem ter a estabilidade, o carácter dogmático duma religião. As religiões mesmo se alteram.

As leis são feitas para uma dada circunstância; passada ela, caduca a lei. A Carta é o regulamento do sistema constitucional. Considerado bom em si e supremo o princípio, a maneira de o regularizar pode ter necessidade de alterações. A revisão das constituições é dos métodos mais fecundos e mais filosóficos de governar.

É fazer acompanhar pela lei os costumes, as tendências, as ideias dos homens. E estabelecer sempre uma harmonia entre o espírito do tempo e o espírito da lei.

De modo que a lei não esteja estreita quando o espírito tiver alargado, ou que a lei não esteja curta quando estiver erguido. Se essa harmonia se não dá, há disjunção do espírito com a lei, e isto traz as revoluções.

O vestido feito para a criança não serve para o homem. Não é para tratar desta questão uma coluna da correspondência; não que esta ideia seja geral, vejo-a muito no fundo dos espíritos e pouco na superfície da palavra. E necessário que se falasse nisto, que se batalhasse um pouco sobre esta ideia.

A questão de instrução é uma questão de vida, e é como se não dessem providências para distribuir o pão no caso de fome. A organização da instrução popular, essa era em França em outro tempo uma oposição e uma luta terrível, porque a Igreja e

o Estado queriam ambos a educação. Essas influências não existem aqui, a raça é inteligente e trabalhadora, sabe que por toda a parte se lê e se pensa, tem ambições de ler e de trabalhar.

– Porque a não instruem?

Nº 12, 17 de Fevereiro

Há dias escrevíamos, magoados:

«Temos ouvido falar num triste facto dado no último baile de máscaras.

Parece que um indivíduo, seguido de uma pequena força, colocado à porta do teatro, obrigava vexatoriamente todos os mascarados a que descobrissem a cara.

Pessoas presentes reagiram com ásperas palavras àquela vexação opressiva, inútil e inexplicável.

Esse indivíduo defendia-se que tinha ordem escrita pelo punho duma autoridade para proceder assim.

E, no entanto, as pessoas oficiais, a quem compete manter a polícia do baile, estavam tão escandalizadas e tão estranhas àquela medida opressiva como os próprios vexados.

É doloroso que isto se passasse assim por arbitrariedade inútil, por uma injustiça calculada.

No entanto, falamos nisto com toda a justa reserva, mais propensos a achar no facto um motivo proveitoso e razoável do que a considerá-lo indigno; e estamos certos que se dará disto a explicação aceitável que pede a honra de todos.»

E todavia não foi dada. Esperamos debalde essa explicação, que devia vir sossegar os descontentamentos e esclarecer as confianças.

É portanto uma arbitrariedade que se cerca de rebuços e de silêncios.

Chama-se a isto atacar com a violência e com a acção, e defender-se com o desaparecimento.

Isto prova:

Que a consciência culpada conhece a sua cor menos pura, e não quer vir à luz com receio que todos lhe apontem a nódoa.

A polícia aqui é perfeitamente abandonada, a iluminação é pequena e imperceptível; a construção da cidade é, infelizmente. pelo acanhamento das travessas e das vielas, apta às emboscadas, às escondidas hostis; nem patrulhas, nem vigilância, nem rondas, nem protecção; deixa-se livre de noite o lajedo da rua e todos os maus instintos à vadiagem, aos que querem mal-fazer; há horas em que o aspecto das ruas é sinistro; o pouco movimento produz uma isolação tal que um grito não seria ouvido e um ataque passaria desapercebido; nos lugares mais centrais, onde estão as lojas, riquezas, fazendas acumuladas, o abandono é o mesmo, completo e terrível. Parece isto uma cidade saqueada e devastada, onde o desalento é imenso e a indiferença completa, onde ninguém se importa de ser roubado, e pela preocupação do espírito deixa as ruas abertas e livres à violência.

Um assalto à força armada, com cavalos e bagagens de estrada, é decerto impossível, pela reunião da população e pelo auxílio que todos se prestariam valentemente. Mas hoje, que desgraçadamente estão belamente esclarecidos e sabidos pelos bandos do roubo os meios de ataque e do assalto desapercebido e subtil, nenhum proprietário, nenhum lojista, nenhum comerciante, pode afoitamento jurar que não

aparecerá uma manhã saqueado e pobre. Este receio manifesta-se pela cautela empregada pelos meios de defesa, pelas armas que cada um usa, com bom direito e justa razão. Num grande território bem cultivado, cheio de herdades, de fazenda, onde não há palmo de terra que não tenha vegetação, gados e gente, não é fácil a acumulação de ladrões, mas nas cidades cercadas de descampados nota-se sempre que aparecem mais vadios, mais miseráveis, mais gente que anda sempre com as mãos preparadas para o roubo e os pés pouco dispostos para a fuga. E todavia esta é das cidades mais importantes do reino pela sua riqueza, pela sua antiguidade histórica e pelos grandes elementos de fecundidade e de poder que tem, e que estão hoje infelizmente um pouco adormecidos.

Tudo o que constitui as cidades bem policiadas, e que é a glória de Paris, de Londres, de Berlim, é aqui completamente esquecido.

Não se quer dizer que apareçam já os grandes meios de segurança e vigilância que aquelas cidades têm. Não. Isso pede anos, grandes inteligências e muito cabedal. Mas os elementos de polícia que tem cada cidade, cada aldeia, quase cada povoado, isso devia-os ter, e a sua falta só prova o desleixo, o adormecimento, a incúria, o abandono das coisas públicas. Antes que haja melhoramentos administrativos, obras de aformoseamento, edificações, é primeira condição da vida social – a polícia. Sem ela a vida é um sobressalto constante: é uma luta interrompida da desconfiança com a hostilidade.

E a pouca polícia que ainda há é desleixada, arbitrária, inconsequente. E toda dependente dos patronatos, das amizades, das influências.

Hoje a polícia é insultada, violentada, agredida, foge; não se procede, não se castiga; o agressor é do bando oficial, protegido e adulado; amanhã, se um pobre homem miserável, roto e desgraçado, fizer um pequeno ruído, der um grito de noite, é repreendido, preso, autuado, degredado.

Estas coisas são mais dolorosas do que vergonhosas, prendem-se à decadência geral, mostram que nos espíritos morreu o resto da lucidez e na consciência o resto do pudor.

A polícia não é para andar pelos teatros e pelos bailes, desmascarando; isso é uma polícia de vexação e de insulto: essa não protege, não defende, não vela, não dá segurança nem descanso ao espírito; essa é dos velhos tempos e dos velhos regimes; essa é criminosa, está dentro do Código Penal; essa é uma polícia de domesticidade, que tanto pode prender um bandido como servir num galanteio; essa é exercida por homens que vêm não se sabe donde, pouco limpos de consciência e pouco vazios de mãos. Essa não se respeita, nem se despreza: lastima-se e afasta-se.

A questão de polícia geral é radical e soberana.

Este abandono da polícia traz profundas desmoralizações: não que haja vontade de acobertar o crime, não; é só completa e absoluta indiferença; a polícia secreta, a polícia de prevenção, a polícia oculta, é opressiva e vexatória; só é dada às tiranias e como apoio de grandes opressões: essa não a queremos, não a devemos ter; nos países onde o poder é de usurpação, a polícia secreta é o seu primeiro elemento de vida. Nós queremos a polícia organizada aqui, como garantidora da segurança pública. Não pedimos espiões, enredadores de intrigas, vexadores ocultos; pedimos gente que vele, de noite, de dia, a toda a hora, pela nossa segurança, pela nossa fazenda, pela nossa propriedade, O homem não tem por único fim da vida o defender-se; o seu único pensamento não pode ser o precatar-se e livrar-se de emboscadas, o seu único trabalho não pode ser limpar e afiar armas que o protejam; é necessário que os poderes públicos velem por ele, pensem por ele nos meios de segurança, se ocupem por ele em afastar as hostilidades, imponham medo aos mal-intencionados e recato aos imprudentes.

Todos, uns e outros, sofrem com este estado aflitivo. A desligação, o abandono e indiferença entre as autoridades e o povo causam mais a morte da autoridade do que a decadência do povo.

Este tem poderosos elementos: tem a coragem, tem o trabalho, tem a origem da vida, tem a força, tem o poder moral. Aqueles nada têm. Podem um momento oprimir, podem sufocar as justas aspirações, cortar as nobres tendências.

Mas um dia vem. Caem. Então não fica delas nem conceito honroso, nem recordação grata, nem proveito estabelecido.

Elas vão decaídas em sua tristeza; o povo fica, robusto, com a sua nobreza.

Nº 13, 21 de Fevereiro

Quando se comete uma grande injustiça a consciência dói-se – quando essa injustiça vai ferir os pobres, os miseráveis, os desvalidos, os rotos, os esfomeados, a consciência indigna-se e desespera-se. Tem então uma linguagem áspera, mas filha dum sentimento nobre e piedoso.

Foi assim que, desde que se soube que tinha sido aforada a Herdade do Sobral, com grave detrimento da Casa Pia, sem as garantias de livre arrematação, sem a devida publicidade, um pouco às escondidas, como quem se livra dos olhos honestos, o espírito público escandalizado começou atacando com enérgica violência todos aqueles que viu envolvidos na mesma injustiça, por uma escritura de contrato.

Muito tempo se debateu essa questão, ora plácida, ora calorosamente: suplicava-se pelos pobres, o que era nobre.

A herdade tinha sido aforada por 131$000, devia-o ser com justiça por mais de 800$000 réis. Isto era lesão enorme, desperdício, uma especulação com os pobres.

Dias depois de feito o aforamento, o enfiteuta vendeu a cortiça de 12 anos por 4800$000: só o rendimento da cortiça lhe triplicava o foro e dava um largo ganho, mas na herdade não havia só cortiça, esta era apenas uma das suas riquezas; havia bolota, trigo, centeio, pastagens, etc.

Ora a cortiça, que rendia 400$000 anuais, estava avaliada na matriz em 33$000, pela mesma razão o centeio, que estava avaliado em 30$000, devia dar um rendimento anual pelo menos de 300$000; se se fizer assim a proporção seguidamente, vê-se que o preço do aforamento, como foi feito em 12 de Julho de 1862, está tão longe do seu devido valor como o aforamento por aquele preço está longe dum acto honesto, justo, legal e nobre.

Todo o mundo sabe: muitas e muitas vezes tem sido esta questão debatida na voz popular. O acto foi sempre julgado mau, ainda que os que governam negavam atenção aos que clamavam em nome dos pobres; nenhum facto legal comprovava a injustiça.

Ultimamente, porém, o enfiteuta requereu para remir o foro, pelo que teve a herdade de sofrer uma nova avaliação.

Ora, por esta nova avaliação, foi o rendimento anual da herdade fixado em 660$000 (13 200$000). E isto é uma avaliação; onde iria o seu rendimento se a propriedade fosse à praça com plena publicidade, livre arrematação, etc.?

Todas as declamações e todas as defesas são vãs; não falemos já nas questões da forma em que o aforamento foi indevidamente feito na secretaria da Casa Pia, em que no acto se dizia ser o aforador antigo rendeiro, quando ele nunca fora colono da herdade, coisas que mostram a combinação, o plano tramado, a calculada falta de publicidade, e de negócio oculta e rapidamente feito.

Queremos estabelecer só que esta nova avaliação para a remissão do foro é uma

marca infamante, posta pelos meios legais sobre a primitiva escritura de aforamento. Agora, como nunca, não são acusações vagas, representações estéreis; é uma avaliação devidamente feita que vem demonstrar a injustiça, a desonestidade do contrato.

É sempre nobre, generoso e necessário falar em erros cometidos, enquanto se podem remediar.

Quem continua a sofrer são os pobres; quem deve continuar também é uma voz de oposição: é sempre a mesma voz dos descontentes, porque é sempre o mesmo sofrimento dos pobres.

Com aquele contrato, a Casa Pia pode perder talvez 800$000 ou mais, anualmente.

Isto é um acto de péssima administração. Se o administrador não quer conhecer o erro, e intentar uma acção de rescisão por lesão enorme, prova não ter as qualidades de bom administrador, o zelo, a dedicação, a vontade e a energia; e deve o senhor ministro do Reino, em nome da moralidade e dos interesses da Casa Pia, compeli-lo a isso.

Em todo ocaso, o contrato deve findar: pede-o a justiça e a pobreza, duas coisas que não devem ser desatendidas, sob pena de morte moral.

*
* *

O sentimento que hoje domina os espíritos perante a política é sobretudo a desconfiança. Sente-se um vago receio. O governo está trémulo, a oposição inquieta, os homens dos pequenos partidos sem saber onde ir buscar o seu apoio e a sua força – o povo, descontente.

Pressente-se que se vão passar os grandes factos que resolvem as crises políticas com as crises da doença.

Mas o quê? Hoje não há no país nenhuma ideia predominante, nenhum princípio querido, nenhum grande sistema surdamente combinado, nenhum vasto plano de organização social. Os homens políticos têm-se ocupado naquele embate de ambições, de intrigas, de transacções, de regulamentos, de reformas imperceptíveis, em todo aquele movimento que ondeia lentamente de S. Bento às secretarias e das secretarias ao Conselho de Estado. Fora desse movimento nada sabem, nada aceitam.

Quando vier o momento do perigo, a que se há-de recorrer, a que ideia, a que sistema, a que método de governar? Vai-se procurar aos espíritos políticos e encontra-se lá um vazio: eles tinham-se só movido – não tinham pensado. As nossas finanças estão perdidas, a nossa instrução esquecida, o nosso exército desorganizado, o nosso funcionalismo corrupto, as nossas leis dispersas, o nosso comércio enfraquecido, a nossa autoridade moral perdida. De quem é a culpa? Não é destes nem daqueles, é da fatalidade das decadências. Se amanhã o país se encontrar na hora da agonia, e se se perguntar aos que pensam, aos que governam, aos que andam com o cérebro aceso alumiando a marcha – se se perguntar: que havemos de fazer?, é possível que eles respondam, e com justiça: sucumbir.

*
* *

Em Portalegre tem havido uma oposição tenaz e enérgica à supressão daquele distrito.

O povo está descontente, vê o empobrecimento daquele território, receia e reclama.

Em casa do senhor conde de Avilez reuniu grande parte de habitantes, a fazer uma representação às cortes. A reunião foi autorizada e houve geral sossego.

Nº 13, 21 de Fevereiro

Em Portugal não se pode ser correspondente político dum jornal. Ou se há-de transcrever a parte oficial, que a ninguém oferece interesse, ou se há-de contar as notícias dos teatros.

Desde que se abriram as câmaras tem havido tais questões sérias sobre a Espanha, sobre a reforma da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e um pouco sobre a divisão distrital.

Sobre a Espanha sabem o meu pensamento, eu não sei ainda se lho disse, mas devem prevê-lo: detesto os encontros e abraços da panela de ferro com a panela de barro; detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxílio a um paralítico.

Detesto também o sistema militar de Espanha e aquela sinistra colaboração de generais e de fidalgos.

De resto amo tudo na Espanha. Somente gostava mais dela, se ela estivesse na Rússia.

Em quanto à reforma dos Estrangeiros, acho que não se deve negar pano a quem se quer vestir, sobretudo enquanto não for moda andar nu.

Em quanto à divisão distrital, é outro caso. Reservo-me noutra carta a mostrar-lhes o que aquilo é. Eu creio que não é rigorosamente um mau acto político. Aqui diz-se geralmente que o governo tem oscilações, e que num desses abalos pode desabar em terra. E diz-se que a gente do partido novo o vai substituir.

Mas o que é o partido novo, o que faz ele, o que fez e (façamos a pergunta sacramental) donde vem, o que quer? Ele já o anunciou no *Jornal de Lisboa,* mas nós queremos ver realizar um facto. E que nova coisa trazem os do partido novo? Eu creio que eles apenas trarão de novo os seus nomes! Que igual será o seu sistema de governar, a mesma a sua ambição de lá ficar. Diz-se aqui que *a Gazeta* vai ser comprada pelo governo, porque o Sr. António Augusto está perdendo com o jornal. Acredito; outrora teve aquele jornal poderosa aceitação, hoje tem geral repulsão. Mas isto nada significa para os dotes e méritos de jornalista que o Sr. Vasconcelos possui. Outras novidades me dão, mas sem importância.

Uma coisa que tem feito concorrência ao governo e desviado as atenções da política, tem sido os *Huguenotes.* Mas falar-lhe da música de Meyerbeer, do seu grande poder de instrumentação, do seu profundo idealismo, isso pertence ao vosso correspondente literário, belo moço que tem a felicidade de não ser ministro.

Eu só invejo duas espécies de pessoas, as que são contemplativas e vivem no campo, longe da vida social, ou as que vão viajar.

De qualquer modo são felizes, gozam, sossegam.

A questão é evitar a gente as coisas públicas no nosso país, e não ver muito S. Bento, e ver mais alguma coisa, Deus.

Tem aqui feito grande impressão a carta do conde de Chambord que se intitula «Henrique V». É uma carta desolada, pelas desgraças da França; o imperador proibiu a circulação e publicação nos jornais franceses; ele não quer que a muito triste carta de Chambord veja o muito alegre aspecto da França.

Aquela grande quantidade de príncipes exilados, desterrados, fugidos, andam em volta da França, como aves de mau agoiro, esperando que da plumagem imperial possam tirar o bastante para fazer os seus ninhos.

O que esperam eles?

Andam fazendo uma colisão fantástica. Andam compondo e recompondo em volta da França uma muralha de ódios e de hostilidades que ela um dia pulverizará. Andam-se tornando odiosos à burguesia, que quero sossego; ao exército, que quer os esplendores imperiais; ao povo, que quer a liberdade.

Só folgam aqueles velhos restos de aristocracia francesa, desbotados e rapados, que imaginam fazer nascer uma podridão da pureza dum cristal.

Nº 14, 24 de Fevereiro

Não há novidades políticas, como costuma dizer a *Gazeta.* Tudo estagnado e adormecido. Fala-se bastante, todavia, na

viagem do rei. O rei, creio que vai assistir à exposição, fazer parte da grande reunião de soberanos que o imperador receberá nas Tulherias. Isso é dos grandes aparatos dramáticos com que o imperador conta. O antigo demagogo vai fazer disso mais um acto interessante do seu império – melodrama. É por isso que o seu discurso no parlamento respira paz e sossego. Não lhe convém agora outra coisa.

Têm aqui feito sensação as palavras de Ricasoli, por ocasião da dissolução das câmaras: disse ele que a Itália está fatigada de discussões estéreis, da fraqueza dos governos, das perpétuas mudanças de pessoas e de programas novos.

Estas palavras parecem ditas em Portugal, por quem conhece bem o estado das coisas.

Portugal também está cansado das discussões estéreis: está sobretudo cansado das mudanças de pessoas e de programas.

Quer ver um grande facto realizado. E o que ele quer. Enquanto não vier esse facto que traga uma profunda alteração nos nossos costumes políticos, nada faremos. Andamos chasqueando no lodo e na indiferença, e deixamos vir a morte caminhando para nós. Portugal está cansado da fraqueza dos governos, isto é uma grande verdade. Que remédio? Não sei. Qualquer. Eu não declaro uma doutrina, exprimo só um sentimento. Por aqui dão-se grandes bailes, com grandes desperdícios de riqueza, de luzes e de mulheres. O senhor marquês de Tagliacarne, de feroz nome, tem dado funções, que, como diria qualquer noticiarista respeitoso, honram o mesmo senhor.

Na câmara tem sido aprovado o projecto sobre as pensões, e com razão.

Como não há novidades, nem assuntos políticos, nem discussão, eu fecho aqui, pedindo perdão deste laconismo espartano, e prometendo para a outra vez carregar esse jornal com o peso de longas apreciações.

Nº 14, 24 de Fevereiro

A nossa política está-se tornando incompreensível, obscura, indefinida. E como uma mole confusão de sombras onde se não destaca nenhuma atitude enérgica. Como não há partido definido, ideia estabelecida, princípio assente, oscila, confunde-se, altera-se, reforma-se e revolve-se.

O governo oscila, inquieta-se, apresenta medidas, procura discuti-las, supõe atentá-las. A oposição, austera e moral, na antiga posição olímpica dos deuses irritados, faz escorrer o desdém, a ironia, a apóstrofe, sobre as cadeiras governamentais.

Há talvez homens no parlamento que queriam fazer ouvir uma nova ideia e vê-la estender longos ramos protectores, mas julgam o ar daquela sala, a luz daquele lugar,

pouco puros, pouco lúcidos para aclimatar a planta nobre. Por isso andam inquietos, desconfiados, entre os braços do governo, que se estendem derreados de promessas, de títulos, de recompensas oficiais, de pingues adubos que amaciam as consciências, e entre as mãos da oposição, trémulas de velho ódio. Disse há dias um deputado: «Por piedade, menos palavras!» É assim, menos palavras. Que o governo em Portugal não seja um concílio de académicos e de retóricos. A palavra sonora, o som harmonioso, o corte elegante, primoroso e robusto do período, não nos diminuem o *deficit,* não nos erguem em moralidade, não nos codificam a legislação. Servem apenas para acalentarem os descontentes com uma suave e ampla música oratória. Isto, só os estofos dos gabinetes o devem ouvir.

Não se traz para o sol e para o dia. Nesta culpa cabem ministeriais elegantes e austeros oposicionistas.

Batem-se nobremente, com posição escultural e de belo talhe muscular, enquanto as reformas dormem, as realidades esperam, os factos criam bolor, e o povo desespera.

Nós queremos um parlamento, um governo, uma oposição, de menos calorosa forma, de mais desleixada atitude material, sem a sonoridade de voz e a beleza compassada do gesto, homens simples e de ideal moralidade que se curvem sobre o povo, que lhe expliquem simplesmente as suas necessidades, que o aconselhem, que velem por ele. Se assim vamos, sempre discutindo e clamando, traçando as togas e tomando voz teatral, podem todos os Catilinas cruéis bater à porta desta pobre Roma que nem serão ouvidos nem serão repelidos. É necessário sobretudo que a oposição aconselhe mais e combata menos.

Só fulminações, só ataques, só destruições!

Palavras! Palavras! Palavras!, dizia Hamlet. A oposição deve esclarecer, elucidar, combinar planos, apontá-los, substituir reformas que julga estéreis por medidas nobres e fecundas.

O trabalho de destruição pede um trabalho de reconstrução. Se atiramos assim a todos os ventos o tecto que nos cobre, a roupa que nos abriga, ficaremos expostos ao ar, à neve, sem abrigo e miseráveis. E necessário apoiar o que pode haver de bom no pensamento do governo, doutro modo só se assalta o poder depois de ter assassinado a razão.

Nº 15, 28 de Fevereiro

O artigo publicado há tempo no *Campeão das Províncias,* tinha o erro de acusar vagamente, dar grandes golpes no ar, bastonar o vento e depois marchar triunfante, como se deixasse os seus inimigos a escorrer em sangue.

Pouca frequência, familiaridades entre os discípulos e os mestres, falta de vigilância, travessuras e pouca seriedade dos estudantes, imoralidade, ignorância, pouco asseio dos professores, fraqueza e inércia do senhor reitor, corrupção de todos, era o que ele via no liceu, e sobre o que ele derramava a sua cólera soberba.

Revelava pequenas faltas, irregularidades imperceptíveis, perturbações inatendíveis, como grandes crimes, como cometimentos audaciosos, como negras imoralidades.

Feria incisivamente a corporação do liceu pela pouca frequência; a pouca frequência não prova nunca desmoralização, desleixo dos estabelecimentos de instrução. Prova que não há um instinto que leve a mocidade para ali. Através da desmoralização e do desleixo, os cursos vão ao fim do ano, estuda-se, trabalha-se, e quem ia com a firme resolução de aproveitar e de curvar a sua inteligência aos livros e

ao trabalho, importa-se pouco com as questões imperceptíveis de professores, ou com a falta dos guardas, ou com o pouco asseio dos bancos. Se houvesse um amor derramado pela instrução, se as famílias destes territórios, ainda ricas, sentissem a necessidade de esclarecer o espírito dos filhos, mandá-los-iam ao liceu, embora soubessem que lá andava a guerra feroz entre os senhores professores e o senhor reitor, que havia falta de guardas, e que andavam mal vestidos os professores; somente recomendariam aos filhos que trabalhassem, que aproveitassem, que enchessem a alma com uma pouca da grande luz dos livros.

É necessário ver estas coisas friamente e mostrar as simples e positivas verdades, e não dar grandes brados e grandes clamores sem ideia.

Parecia-lhe um crime que os professores leccionem particularmente, ensinando assim com mais zelo e mais carinho, explicando daquela maneira familiar e simples que não comporta uma prelecção oficial, fazendo um grande serviço aos estudos e aplanando assim aos espíritos fracos os ásperos caminhos das letras; parece-lhe um crime que uma ou outra vez o professor saia da sua cadeira por um incómodo leve, por uma necessidade instante, e queria que os discípulos não se desinquietassem, não rissem, não conversassem, e ficassem imóveis e sonolentos!

Chama a isto uma irregularidade, uma desordem, uma imoralidade.

E sobretudo fulmina o senhor reitor e julga-o protector de indolências e autor de imoralidades. Torna-o culpado imaginário das imaginárias desordens. Ataca-o com uma falsidade, quando o podia combater com uma verdade.

O senhor reitor é talvez culpado em não proceder de harmonia com os professores, em os não respeitar como corporação, em os não considerar como indivíduos.

Tem havido desinteligências, discussões violentas, porque os homens probos, enérgicos, fiéis ao trabalho e à virtude, viam, como diz o nosso colega da *Folha do Sul,* a lei desprezada e a moralidade ofendida.

Quando o chefe duma corporação, como os lentes do liceu, em lugar de a representar nobremente, de velar pelos seus interesses, de lhe promover todas as aceitações e todas as considerações, hostiliza, falseia o espírito de serenidade e de dignidade que é a qualidade suprema do magistério, promove obstáculos, embaraça, peia certas iniciativas fecundas, pode fazer um grande mal.

Com esse mal não sofre o ensino nem a ordem da instrução, nem a regularidade dos estudos, porque esses mantêm-nos os professores, pela sua inteligência e pela sua nobreza; mas sofre a dignidade da corporação.

E sofre porque ao longe vai-se lançar um boato de descrédito e acusação. Sofre porque acaba a harmonia, a combinação pacífica que é indispensável nos estabelecimentos de educação moral.

Haveria talvez anarquia se os professores abandonassem o liceu às perturbações que o senhor reitor ali semeia. Mas eles impedem – tanto quanto podem – que isso possa prejudicar o fim sagrado do estudo e a paz religiosa do trabalho.

Terminamos. As acusações do comunicado são falsas, indiscretas, improváveis.

Nada há a reformar – só uma coisa – o procedimento menos justo do senhor reitor. Bem merecia ele de todos os que respeitam o estudo e a dignidade do professorado, se, pondo de parte as intrigas, as malquerenças, as pequenas vinganças de secretaria, desse ao liceu o seu verdadeiro carácter de seriedade, nobreza, elevação moral, ordem profunda e pleno aproveitamento.

*

* *

Sempre que no parlamento se levanta a voz plangente dum ministro, pedindo que cresça a bolsa do fisco e se cubra de impostos a fazenda do pobre, para salvação económica da pátria, há agitações, receios, temores, inquietações, oposições terríveis, descontentamentos incuráveis. O povo vê passar tudo, indiferente, e atende ao movimento da nossa política, da nossa economia, da nossa instrução, com a mesma sonolenta indiferença e estéril desleixo com que atenderia à história que lhe contassem das guerras exterminadoras duma antiga república perdida.

Mas quando o imposto começa a aparecer vagamente entre as profundidades do *deficit,* o povo exalta-se, reclama, pede, exige, e às vezes deixa a sua cólera varrer os partidos e dispersar os corrilhos.

A oposição tem bradado com irada energia contra o governo, pelo *deficit*, pelos tributos, pelos desperdícios, pelo pouco amor das economias. Nós estamos prostrados, como sacerdotes mudos de respeito e de temor diante da sagrada majestade dos ídolos governamentais. Mas conhecemos que a oposição, às vezes, para dar um golpe na cabeça dum ministro, atravessa cruelmente o peito da justiça.

Temos um *deficit* de 5000 contos. Esta é a negra, a terrível, a assustadora verdade. Quem o promoveu? Quem o criou? De que desperdícios incalculáveis se formou? Como cresceu? Quem o alarga? É o governo? Foram estes homens que combatem, foram aqueles que defendem, foram aqueles que estão mudos? Não. Não foi ninguém. Foram as necessidades, as incúrias consecutivas, os maus métodos consolidados, a péssima administração de todos, o desperdício de todos. Depois, as necessidades da vida moderna, de terrível dispêndio para as nações. Como na vida particular, cresceram as superfluidades, o vão luxo, o aparato consumidor, mais precisões, mais gastos, a vida internacional tornou-se tão cara que mais ou menos todas as nações estão esfomeadas e magras.

Um *deficit* de 5000 contos não cresceu assim só duma administração; não foram homens vindos de ontem que atiraram assim já ao vento a melhor parte da riqueza da pátria. Mil causas concorreram, O *deficit* tornou-se um vício nacional, profundamente arreigado, indissoluvelmente preso ao solo, como uma lepra incurável.

Não é um homem, por mais poderosa iniciativa, por mais tirânica e aquilina energia, que pode, no meio constitucional, arrancar o *deficit* sem dilacerar o país. Por isso quando se combate este governo atirando-lhe este golpe – o *deficit* – não se traz o remédio e não se respeita a justiça.

Em Portugal as oposições esquecem-se facilmente do poço onde dorme a verdade; e, se por acaso o procuram, é para o encher de água envenenada até às bordas.

O que não admira, porque todo o combate apaixona e toda a resistência desvaira. Mas dir-se-á: o governo é por consequência puro e imaculado? Não. Peca. Porque hoje a obrigação de todo o governo, se não é cortar o *deficit,* o que é impossível, é pelo menos diminui-lo, o que é urgente.

Logo que se prove que no orçamento não há uma verba prejudicial, que tudo foi escassamente aproveitado, que a lista das despesas foi avaramente redigida, que nenhuma inutilidade acresceu, quando se prove que uma economia vergonhosa mostra a sua magreza entre as folhas do orçamento, então o governo está ilibado e deve ir, triunfante, receber as coroas cívicas. Mas isto pode claramente e seriamente provar-se? Não houve desperdício, não se fizeram embaixadas? Não se deu mais seda para os aparatos e mais ricos estofos para os gabinetes? Não se escutou a vaidade? É bem certo? Os áulicos podem dizê-lo, mas os pobres negá-lo. Nós não o sabemos.

Mas os ministros têm um meio de salvar a pátria, esse meio são os impostos; faça o fisco uma grande razia pela fazenda do povo, saqueie e fuja, e o país continuará

caminhando na sua liberal lentidão, gordo de cabedal e grato aos salvadores. A oposição, quando isto vê, enche-se de nobres cóleras, e solta os seus raios. Engano ainda. Os tributos são necessários, mas mais tarde. Calculadamente e inteligentemente.

Porque se considera em globo, de longe, a actividade do país, porque se vê um pouco mais florescente, julga-se que ele tem o saco legendário donde caía uma chuva de barras em ouro, de dobrões e de pedrarias? Não.

Esse método perdia o país. Deve estudar-se a riqueza nacional, ver os elementos que mais podem crescer, as indústrias que tendem a florescer, e os pontos em que a pequena e a grande agricultura vão cobrindo tudo de plantações fecundas; então, convenientemente, por uma sábia distribuição, lançar o tributo onde ele menos custe ao país, menos sensível seja, e que não vá ser um assassinato do país pelas mãos inocentes do país.

O país está decerto mais rico, está, mas atenta um largo período. Não é nestes últimos anos que ele tem enriquecido. E ainda há bem pouco houve a revisão do sistema tributário; desde essa época o país não cresceu em riqueza, logicamente o imposto não deve crescer em opressão.

E ainda quando se conseguisse fazer uma repartição racional, gradativa, era necessário pensar no sistema de impostos. Muitos há hoje condenados e desacreditados, porque trazem consigo a ruína, a perdição, a bancarrota. Não é a esses que havemos de ir buscar a nova receita regeneradora.

Não é. Lançar impostos, vagamente, sem sistema, sem critica esclarecida, sem justos e longos estudos do país, da sua riqueza, do seu trabalho, é arruinar, despedaçar, dilacerar a pobre pátria.

Então mais vale anexar-nos à Turquia, ou fazermos presente do solo e da população, e das cidades, ao vice-rei do Egipto.

Nº 15, 28 de Fevereiro

A grande conversa, o assunto supremo e que mal aparece faz rebentar mil opiniões, é a eleição do círculo 111.

A oposição folgou chorando. E digo chorando, porque receia um pouco o Sr. Lobo de Ávila no parlamento; mas aplaude também que haja na câmara um homem enérgico, uma voz autorizada, um grande talento, que pulverize a famosa máquina do governo. A oposição abandonou assim a questão de pessoa e votou-se a uma questão de principio, ou antes, a uma questão de guerra.

Pessoas que tinham antigas inimizades com o Sr. Lobo de Ávila apagaram na sua alma esses fermentos malévolos, para se darem, todos, influência e trabalho ao serviço da sua eleição.

Há também uma coisa. É incontestável que o Sr. Lobo de Ávila caiu com certo aplauso geral. É necessário, por consequência que imensa seja a repugnância pelo governo. Agora estou convencido que a oposição tomará um carácter mais decidido, mais enérgico e mais unido. Pôr-se-ão de parte os pequenos ódios, para satisfazer o ódio geral. Como na revolução do general Prim, muitos elementos dispersos, heterogéneos, combatem na oposição. Há um inimigo comum a destruir, contra ele os terríveis ataques, contra ele as cóleras intermináveis.

Esse inimigo poderá cair. Até que ele caísse, todos andavam unidos, de qualquer partido, ou de qualquer *unha* que fossem. Mas quando se for à partilha do poder que o derrubado deixa?

Como se hão-de haver entre si os homens de oposição? Então que o grande ódio

está satisfeito e castigado, os ódios pequenos renascem, tenazes e incuráveis. Prevê-se daqui a luta.

Depois digamos a verdade. Hoje a oposição não tinha chefes determinados: alguns começavam a aparecer que aspiravam à supremacia do partido. Esses eram aceites, à falta de homens, e mesmo porque eles por si tinham dotes que os abonavam e qualidades que os apontavam. Mas quando entrar o Sr. Lobo de Ávila, todos se voltarão para ele como o chefe augusto. Ele aceitará. Os outros não reclamarão; mas começarão as intrigas, os ódios, as invejas, logo que vejam que lhes vai fugindo dos ombros a púrpura de supremos chefes.

Essa posição deve ser dolorosa. Em Portugal não há quem saiba ser governo, nem há quem saiba ser oposição; os meios expeditivos por que as duas facções poderiam desembaraçar-se uma da outra, pressinto-os; eu, que não sou nem governo nem oposição.

Se qualquer homem de Estado inglês ou francês viesse em comissão para o nosso parlamento, e se aclimatasse aos nossos pequenos interesses, era no dia seguinte chefe da oposição ou chefe do governo à vontade, a não ser que preferisse ser imperador.

É que lá combate-se com terríveis astúcias e com estranhos meios intelectuais; têm razão, jogam a vida e a pátria.

Nº 16, 3 de Março

Continua a expectativa política.

Ninguém sabe o que sairá deste sossego – sossego que é como a calmaria no mar – precursor de tempestades.

Foi grande o entusiasmo em toda a parte pela eleição do Sr. Lobo de Ávila. Este cavalheiro tem sabido chamar a si todas as simpatias populares, e pode, com habilidade e com firmeza, tornar-se o homem mais sério das situações. O Sr. Lobo de Ávila tinha caído, levando os ódios do país; esses ódios eram filhos duma excitação: tinha-se-lhe feito uma guerra violenta, áspera, pouco nobre. Lançaram-se-lhe todos os epítetos. Chegou a ponto que os chefes da gente que lhe fazia oposição se viam obrigados a ir, eles mesmos, como se fossem os maiores amigos do Sr. Lobo de Ávila, repelir as calúnias que vinham dos seus.

Nunca a paixão política desvairou tanto os espíritos em Portugal como então. Não era oposição, era rancor; mas como esse rancor não era justo, fundado em coisas sensatas, acabou mal acabou a excitação.

Então dizia-se: o ministro Lobo de Ávila morreu para sempre. Bem vêem agora que ele ressuscitou, e de que modo triunfante!

Pergunta-se qual será a sua atitude com a gente da oposição. Organizá-la a fazer um partido compacto e robusto?

Rodear-se só dos seus amigos e começar solitariamente a abrir brecha, por onde ele em seguida há-de entrar?

Provocar uma recomposição? Falou-se nisso, mas é impossível. Uma recomposição em que entrasse o Sr. Lobo de Ávila seria a exclusão do Sr. Fontes; seria a queda do ministério. Então não havia a recomposição possível.

Como a política é de sorte, de eventualidades, e sobretudo de infidelidades, ninguém sabe o que espera este pobre país.

No entanto, o que todo o mundo vê e sabe é que dificilmente terão remédio estas crises múltiplas e unidas. O que todo o mundo sabe é que este ministério é insustentável pela sua impopularidade e porque está destruindo o pouco que ainda havia. O que todo

o mundo sabe é que os meios escasseiam completamente e é indispensável ir buscá-los algures. O que todo o mundo sabe é que não temos crédito. O que todo o mundo sabe é que os *deficits* pertencem ao número daquelas coisas que, em não diminuindo, crescem. O que todo o mundo sabe é que a grande atenuante dos *deficits* – a economia – é desprezada, escarnecida e expulsa do orçamento. Isto é o que todo o mundo sabe; ninguém duvida da habilidade financeira do Sr. Fontes, da maneira oratória do Sr. Casal Ribeiro, que é aprimorada, e da muita teoria que em ciências sociais e de administração possui o Sr. Martens Ferrão, nem da habilidade superior dos outros ministros. Ninguém duvida dessas coisas, mas o que se vê é que o país está numa crise, que é necessário atalhar, diminuir, evitar; enfim, de alguma maneira afastar.

Ora digamos uma verdade: a nossa crise não é de independência, não é de luta com nações estrangeiras, não é de questão internacional, não é de questão de partido interior, é pura, simples e exclusivamente de dinheiro. E quem é o ministro da Fazenda? O Sr. Fontes. E quem é o financeiro da oposição? O Sr. Lobo de Ávila. Logo... percebem-me. A crise há-de resolver-se indo o país pedir ao Sr. Lobo de Ávila que tome conta das suas finanças. Isto pelos meios parlamentares e constitucionais, entende-se.

Há também um grande descontentamento pela reforma administrativa. Mas isso é fácil de suprimir; isso bem se evita: e conservar na gaveta o projecto, que nunca mais veja nem sol nem lua. Mas o que não se suprime, o que não se esconde, o que se não fecha na gaveta, é o *deficit;* não nos iludamos, ele e só ele é a sombra negra que nos persegue, é o abismo que nos chama.

A maneira de o resolver é a economia.

Tome-se uma enérgica medida, suprimam-se nichos, rendas inúteis, despesas estéreis, cada ministério diminua a cauda do seu grande vestido, e daqui a muitos anos os nossos netos gozarão de uma felicidade relativa. É isto o que tenho a dizer.

Não posso explicar por ora a marcha do governo e a marcha da oposição, porque realmente é difícil pressenti-lo: a nossa política vai-se tornando de acaso.

Agora, por estes dias, em maior calmaria vai tudo ficar.

Como não há parlamento nem saem jornais, rareiam as novidades, e o governo toma fôlego; tenha ele cuidado, porém, que não seja a sua última respiração.

Nº 16, 3 de Março

Perante uma crise temerosa, perante a sinistra realidade dum *deficit* de 5000 contos, o povo não pode ficar indiferente, estranho aos embaraços do governo, e a sua bolsa não se recusará às novas imposições. Ele está pronto a sacrificar-se para que se estabeleça o equilíbrio, e que o Estado esteja nobremente habilitado a prever as crescentes precisões, os gastos progressivos que pede uma civilização crescente e progressiva. O povo não se oporá. Disse-se que ele podia e devia pagar mais: não sabemos se pode, sabemos que deve: numa crise, quando todos clamam salvação, o povo, que é bom e generoso, e cheio de instinto de dedicação, não pode abandonar a pátria. Há momentos em que todos sofrem, e é uma glória partilhar o sofrimento comum: os sacrifícios do povo são santos, é a sua felicidade, é o seu bem-estar, é o seu calor, é o seu sustento que ele dá ao fisco para salvar o Estado.

Despede-se de tudo generosamente, para dar à mãe-pátria. Despede-se sem mágoa, com nobre alegria. Mas será justo que este sacrifício seja para cobrir as prodigalidades dos governos? Que se tire um pedaço do pão do pobre para dar mais uma farda a um embaixador? Que se onerem os géneros de consumo, a carne, o sal, o azeite, o arroz, o pão, para que no mundo oficial haja mais aparatos reluzentes e mais

transformações feéricas?

É necessário ver a aplicação dos tributos; pedem-se em nome da pátria, sejam para salvar a pátria. Que o fisco venha tirar o pão das mãos necessitadas para o esmigalhar ao vento do desperdício e da prodigalidade, isso não. Falam em repartição dos tributos: mais que na sua repartição, é necessário pensar na sua aplicação. E talvez um nobre pensamento que leva assim a onerar a fortuna popular: vê-se a grande cova do *deficit* e trata-se de a cobrir com os dinheiros pedidos, com os dinheiros do imposto, com os emolumentos, com tudo o que possa fazer vulto, número e peso. Compreende-se este sentimento.

Mas, se, depois de arrancada a migalha do povo, se vir que ela nem se percebe na cova do *deficit?*

Tratar de saldar já o *deficit,* é impossível. Justificar o aumento das despesas com os vários ministérios, não é fácil. De maneira que pedir impostos, ou é para cobrir o *deficit,* ou a despesa – ou é para uma impossibilidade, ou para uma injustiça.

Os impostos não chegam para o *deficit,* e não chegam para o aumento de despesas com os vários ministérios: logo é inútil lançá-los, a não ser para novos desperdícios; mas a isso se opõem todos aqueles que sentem um resto de amor por este canto da terra, que, por obra e graça não sei de quem, ainda se chama Portugal.

Podem servir os impostos para atenuar o *deficit*: ser mais para um resultado futuro que para uma conveniência presente. Nesse caso, o lançá-los precipitadamente, sem estudo e sem prudência, como se fosse para um caso de salvação, é iníquo e inconveniente. Então vejamos primeiro até que ponto eles são indispensáveis; até que ponto devem ser oneradas as alimentações das classes mais pobres; ver até que ponto eles são proporcionais com a riqueza pública. As questões- de finança não se devem tratar com a paixão, com o espírito azedado pelas discussões e irritado pelos menoscabos.

Numa palavra, o *deficit* quer antes uma atenuação que uma salvação: a atenuação liberta-nos a todos; a salvação mata os vindouros; o desleixo mata-nos a nós e aos vindouros: se vamos agravar o *deficit,* se não andamos prudentemente na questão financeira, se lançamos indevidamente impostos, se não cortamos certas despesas, se não coibimos certas necessidades, preparamos a bancarrota para as gerações infelizes que hão-de vir.

*
* *

O que verdadeiramente nos mata, o que torna esta conjuntura inquietadora, cheia de angústia, estrelada de luzes negras, quase lutuosa, é a desconfiança. O povo, simples e bom, não confia nos homens que hoje tão espectaculosamente estão meneando a púrpura de ministros; os ministros não confiam no parlamento, apesar de o trazerem amaciado, acalentado com todas as doces cantigas de empregos, rendosas conezias, pingues sinecuras; os eleitores não confiam nos seus mandatários, porque lhes bradam em vão: «Sede honrados», e vêem-nos apesar disso adormecidos no seio ministerial; os homens da oposição não confiam uns nos outros e vão para o ataque, deitando uns aos outros, combatentes amigos, um turvo olhar de ameaça. Esta desconfiança perpétua leva à confusão e à indiferença. O estado de expectativa e de demora cansa os espíritos. Não se pressentem soluções nem resultados definitivos: grandes torneios de palavras, discussões aparatosas e sonoras; o país, vendo os mesmos homens pisarem o solo político, os mesmos ameaços de fisco, a mesma gradativa decadência. A política, sem actos, sem factos, sem resultados, é estéril e adormecedora.

Quando numa crise se protraem as discussões, as análises reflectidas, as lentas cogitações, o povo não tem garantias de melhoramento nem o país esperanças de salvação. Nós não somos impacientes. Sabemos que o nosso estado financeiro não se resolve em bem da pátria no espaço de quarenta horas. Sabemos que um *deficit* arreigado, inoculado, que é um vicio nacional, que foi criado em muitos anos, só em muitos anos será destruído.

O que nos magoa é ver que só há energia e actividade para aqueles actos que nos vão empobrecer e aniquilar; que só há repouso, moleza, sono beatifico, para aquelas medidas fecundas que podiam vir adoçar a aspereza do caminho.

Trata-se de votar impostos? Todo o mundo se agita, os governos preparam relatórios longos, eruditos e de aprimorada forma; os seus áulicos afiam a lâmina reluzente da sua argumentação para cortar os obstáculos eriçados: as maiorias dispõem-se em concílios para jurar a uniformidade servil do voto. Trata-se dum projecto de reforma económica, duma despesa a eliminar, dum bom melhoramento a consolidar? Começam as discussões, crescendo em sonoridade e em lentidão, começam as argumentações arrastadas, frouxas, que se estendem por meses, que se prendem a todo o incidente e a toda a sorte de explicação frívola, e duram assim uma eternidade ministerial, imensas e diáfanas.

O país, que tem visto mil vezes a repetição desta dolorosa comédia, está cansado: o poder anda num certo grupo de homens privilegiados, que investiram aquele sacerdócio e que a ninguém mais cedem as insígnias e o segredo dos oráculos.

Repetimos as palavras que há pouco Ricasoli dizia no parlamento italiano: «A pátria está fatigada de discussões estéreis, da fraqueza dos governos, da perpétua mudança de pessoas e de programas novos.»

*
* *

Sobre todas as coisas amamos a justiça, e sem discutir a política do Sr. Lobo de Ávila em 1865, sem querer idealizar os seus actos como ministro da Fazenda, respeitando como todos a lucidez e nobreza da sua inteligência e a sua admirável energia, censurando também o que houve de menos justo na sua administração, não podemos deixar de arquivar, transcrita do excelente jornal *As Economias,* a relação das medidas fecundíssimas, na maior parte das quais teve directa acção o Sr. Lobo de Ávila, saídas do ministério de 1865. Fazemos isto desprendidos de política, e só como fazendo justiça a uma das melhores administrações que o país tem visto. A relação é esta:

1ª – Lei de 13 de Junho de 1863, que regulou a remissão e venda de bens, foros, censos e pensões de Estado, e bem assim o distrate de capitais mutuados, etc.

2ª – Lei de abolição dos vínculos.

3ª – Lei para o estabelecimento do banco hipotecário.

4ª – Lei para o estabelecimento dos bancos do Minho, Del Credere, Lusitano e Ultramarino.

5ª – Construção de muitos vasos de guerra, os melhores que possuímos.

6ª – Construção da excelente ponte do Arsenal e a colocação do não menos excelente guindaste, que tão útil tem sido para os trabalhos de mastreação, etc.

7ª – Abolição do monopólio do tabaco.

8ª – Reforma das alfândegas.

9ª – Construção de muitos milhares de metros de estradas, pelo que o Estado pagou grossas somas.

10ª – Construção de muitos centenares de metros de via férrea e o pagamento de

prestações anteriores, pelo que o governo teve de pagar somas importantes.

11ª – Regulamento da contabilidade pública, no qual se prescreveu o modo de regular toda a contabilidade de forma que as contas públicas, ao contrário do que até então sucedia, fossem apresentadas com toda a regularidade.

12ª – Elevação do crédito público até ao ponto de serem cotados os nossos fundos a 50 3/4 por cento.

13ª – Dois empréstimos necessários e indispensáveis para pagamento dos caminhos de ferro, estradas e vasos de guerra, ao preço de 47 105, preço pelo qual nem antes se tinha jamais feito empréstimo algum nem depois se fez.

14ª – Descida do juro da divida flutuante de 7 a 6 1/2 por cento.

15ª – Melhoramento. em muitos pontos, das leis de contribuições.

16ª – Cobrança dos rendimentos públicos numa soma que jamais se tinha cobrado, nem depois se cobrou, dentro de um ano.

17ª – Propostas de lei de desamortização dos bens das confrarias, irmandades, câmaras municipais, etc., depois convertida na lei de 22 de Junho de 1866.

18ª – Proposta de lei para a liberdade dos vinhos do Douro.

Para pagamento de todos esses melhoramentos materiais, que deixamos enumerados, despendeu o Estado cerca de 17 000 000$000 de réis, soma que, por duas operações brilhantes, o Sr. Lobo de Ávila conseguiu levantar vantajosamente na praça de Londres, sendo então tanto o nosso crédito que, apesar de ser a cifra de um dos empréstimos cinco milhões de libras esterlinas, a subscrição para ele elevou-se a vinte milhões de libras, isto é, quatro vezes a soma pedida pelo governo de Portugal.

Nº 17, 7 de Março

Na câmara dos pares, numa das últimas sessões, o senhor conde de Lavradio declarou solenemente que em Londres se tratavam certos negócios secretos que punham em perigo a nossa nacionalidade.

Na boca dum homem sisudo, profundamente instruído da política europeia, que apoia as medidas do gabinete, aquelas terríveis palavras têm toda a importância de uma ameaça directa. Não podemos saber em que sentido são aquelas negociações secretas, por onde periga a nossa nacionalidade, que sistema político estará adoptado para a resolução do nosso futuro, que destino está combinado para a nossa pobre independência, porque parece que nós estamos aqui por compassiva misericórdia dos poderosos, e que um dia vem chegando em que nos será intimada a ordem suprema de aniquilação.

Perante isto devem cessar todos os vãos clamores de intriga política, todas as oposições vozeadoras e todas as timidezes e vaidades ministeriais, só nisto se deve pensar; em volta desta ideia devem reunir-se todos os espíritos, trazendo o instinto da dedicação e o amor do sacrifício.

Não é uma cadeira governamental que se despedaça ao vento da vã glória, não é a voz lenta e embaladora dos retóricos políticos, não é uma questão de administração, não é a surda concentração de forças para uma eleição combatida, é o perigo, perigo claro e bem definido, de perdermos a independência, a liberdade, de vermos as fortunas perdidas e confiscadas, as famílias dispersas, a felicidade extinta, as searas lançadas ao vento e os espíritos à agonia.

Se verdadeiras são as palavras do senhor conde de Lavradio, então bem clara está a sorte deste canto de terra: se as potências se consertarem em desmembrar o território nosso, para uma nova geografia – como havemos de resistir? As nações nem sempre

resistem pela grandeza e pela força; resistem pela sua elevação moral, pela sua superioridade espiritual, pela sua perfeita administração interna, pelas suas organizações proveitosas, pela sua íntima união; assim num momento de perigo o seu vigor é imenso, a sua altivez indomável; o povo tem a consciência da sua segurança e luta com esperanças de vencer.

Mas no estado presente das coisas, o que pode dar uma esperança? As nossas finanças estão desorganizadas e perdidas, o *deficit* é imenso, o crédito pouco, a administração péssima, os meios de defesa nenhuns, o exército desorganizado; as classes elevadas na fortuna e no aparato são corruptas e indiferentes à independência da pátria. O povo saberá sacrificar-se, mas não poderá resistir.

As nações enfraquecidas e doentes estão à mercê de qualquer abalo.

Na Europa ainda não foi abolida a política de invasão e de conquista; anda somente disfarçada: chama-se de *anexação, arredondamento de território, federação, fusão,* etc., mas é a mesma, a velha política conquistadora com todos os seus horrores, as suas agonias, as suas ruínas.

Ou a sorte do mundo seja providencial ou espontânea, o nosso destino está bem definido. Providencialmente, vem a decadência, a desolação e a absorção pelos grandes estados; espontaneamente, as más administrações sucessivas, a exageração do funcionalismo e do militarismo, a corrupção, a falta do amor da pátria; tudo leva a um estado de crise, de hesitação, de desespero, que nos porá à mercê de todos os saqueadores de remos.

Remédio não o há, digamo-lo bem alto. De hoje para amanhã não podemos levar o país àquela força material e àquela energia moral que defende e guarda as nacionalidades.

Temos apenas a esperar! Muitos, quando ouvem falar em perda de independência, não atendem, não se aterram, porque vêem o facto indistintamente, ainda bem longe, sem sofrimentos directos, sem dor pessoal. Mas quando se pensa no que têm sido as opressões dos pequenos estados, nas fortunas roubadas, nos campos destruídos nas perseguições, nos impostos imensos, na opressão constante, na vexação de todos os dias, em todas as liberdades oprimidas, na inteligência esmagada, nos próprios sentimentos mais inofensivos e doces do coração sufocados, nas prisões, nas emigrações, só não empalidecem os traidores ou os imbecis.

Poder-se-á dizer que esta agonia só se dá longe da vida moderna da Europa e das nações nobres: que só a Rússia esmaga a Polónia, que só a Turquia esmaga a Grécia; mas ao pé de nós há nações que estão tão longe do nobre movimento do espírito moderno, da serenidade civilizada, dos grandes instintos de protecção, como a Rússia e como a Turquia.

Bem adiantada está a Prússia, bem doce e compassivo o carácter alemão, e não foi doloroso e trágico o estado dos territórios anexados a ela, depois da última campanha da Boémia?

Neste momento é que é necessário estar vigilante e enérgico; esquecer as desuniões, as oposições, as pequenas questões de vaidade, de capricho, de interesse; abandonar tudo, para só pensar na causa da pátria; tudo se perderia talvez, mas ficaria salva a honra.

*
* *

Disse alguém que o imposto era a maneira mais justa e mais eficaz que o contribuinte tinha de colocar a sua fazenda. Decerto. Decerto, se as despesas públicas

fossem nascidas da utilidade e do bem do povo; se os recursos que o imposto dá fossem administrados com economia, vigilância, probidade e inteligência; decerto, se as despesas servissem para acrescentar o poder, a riqueza, a moralidade, a nobreza da nação; decerto, se essas despesas fossem com um sistema de instrução pública bem aplicado, se fossem para cumprir os terríveis compromissos do Estado para com os seus credores, se fossem para grandes obras públicas sabiamente reguladas.

Mas as despesas são muitas, são com aparatos de vaidade. são com reformas prejudiciais e estéreis, são com um funcionalismo exagerado e corrupto. São sobretudo para andar constantemente construindo e comprando os apoios monumentais, para pagar à imensa clientela dos sequazes, dos adoradores e dos servidores sem consciência. Não se sabe aqui, neste pobre país, sustentar a dignidade nacional, instruir o povo, animar as agriculturas, fazer as obras precisas, criar as instituições necessárias.

O que se sabe é comprometer a nossa liberdade e a nossa honra, o que se sabe é criar acomodações rendosas e opulentas para os zelosos proteccionados, o que se sabe é corromper com dispêndio enorme toda aquela multidão de funcionários que dão aos governos o apoio do número e do aplauso sem consciência; o que se sabe é criar vãos aparatos; o que se sabe é pagar um numeroso pessoal administrativo e fiscal para oprimir o povo; o que se sabe é criar, com enorme despesa, uma polícia vexatória e opressiva.

*
* *

Digamos uma profunda verdade: os governos que são impopulares, repelidos pela consciência pública, abandonados da imensa e sagrada protecção popular, precisam cercar-se de coortes pagas e arregimentadas. Essas aplaudem sempre, prostram-se mudas de temor e respeito, cantam em amplo coro as maravilhas de administração, vigiam e intrigam.

Com essas coortes gastam-se somas enormes, para essas criam-se acomodações pingues e rendosas, dão-se-lhe condecorações e dinheiros; os recursos dos impostos, as migalhas do povo, a melhor parte do seu trabalho, é entre elas repartida, desperdiçada, desbaratada.

Precisamos de um governo que tenha as simpatias populares, que tenha provocado manifestações afectuosas, que tenha um assento no simples coração da multidão; esse não precisará sustentar proteccionados e aduladores, não precisará fazer baixamente a vontade aos que, sem consciência nem pudor, querem atirar ao vento a fortuna pública; não precisará vergar a consciência com o peso dos desperdícios e dos sacos de dinheiro mal gastos, porque é fundado na confiança de todos, tem a força no povo e o apoio na razão.

*
* *

Ontem apareceram, pelas esquinas das cidades, pasquins que lembravam que o povo devia reunir para protestar contra o ministério, que estragava os dinheiros públicos e não velava pela honra da nossa independência. Aqueles pasquins, sem aparato, mas filhos dum justo sentimento, recomendavam sobretudo ao povo a ordem e o sossego. Lembravam, enfim, a liberdade de 1640.

Perante os actos do governo e a sua má administração, os mais sensatos e os mais sossegados inquietam-se e bradam. Aqueles pasquins por si não são um protesto, mas

são um decisivo sintoma de descontentamento.

Antes de se fazer ouvir a grande voz de oposição e de revolta, ouvem-se vagamente estas pequenas vozes de desaprovação e de ansiedade.

Ainda há pouco, uma folha desta cidade, com admirável desprezo da verdade, dizia que o contentamento era geral e imensa a simpatia pelo governo nos territórios do Sul do país.

Nós faremos sentir em breve que nem há simpatia nem maioria, mas só descontentamento que é necessário sanar; mas só antipatia e oposição, que em breve se vai manifestar.

Nº 17, 7 de Março

Agora nestes dias tudo descansa, a intriga dos Basílios e a política. Troca-se o fino e o falso sorriso diplomático pela franca e sonora gargalhada.

Ainda assim, aqueles que estão presos a estes interesses da política, tanto adormecem com as loucuras do Carnaval como com as tristezas da Semana Santa.

Para esses não há noite nem aurora. São trabalhadores infatigáveis das suas próprias vantagens e da grandeza dos outros.

A atenção política voltou-se agora para *meeting* do Porto. E com razão. Aquilo é uma clara, enérgica e inequívoca declaração de oposição, de impopularidade e de desaprovação.

Da parte do povo de Lisboa, ou doutra cidade, talvez não tivesse tanta importância. Em Lisboa o povo é fútil e qualquer veleidade, ou qualquer indignação, ou qualquer pequena contrariedade, o agrega em *meeting.* Nas outras cidades pequenas, onde tudo se leva pelo espírito de intriga e de soalheiro, qualquer pequena influência individual chamaria a uma praça umas centenas de pessoas.

No Porto, não. O Porto é uma terra séria, grave, trabalhadora, um tanto indiferente à política, extremamente sossegada por ser extremamente comercial, onde as reuniões aparatosas são detestadas e as manifestações que possam alterar a ordem repelidas pelo espírito público. Por isso aquela manifestação tem um carácter terrivelmente sério. Os *meetings* são uma maneira nobre de fazer oposição, e sobretudo uma maneira decisiva. São a intervenção directa do povo nos negócios do Estado: reuniões respeitáveis, onde conhece a vontade do povo, onde os seus instintos aparecem com todo o relevo e a sua opinião é declarada espontaneamente, sem rebuços e sem o perigo das interpretações erradas. Aquela maneira de protestos não é vulgar em Portugal; o nosso temperamento não suporta as decisões sossegadas e serenas, e as reuniões sem tumulto. Quando se reúnem cem homens é para gritar, fazer barulho, bradar e espancar; quando se reúnem mil é para fazer uma revolução. Os *meetings* só estão bem no carácter inglês, frio, compassado, paciente e justo. Aí sim.

Mas o caso é que no Porto houve um *meeting,* com todo o sossego, havendo uma discussão serena; era mais que *meeting,* era uma convocação popular; a câmara assistiu, dando àquele acto toda a solenidade dum protesto legal. Aquilo era o maior dos ataques ao governo. Nada o devia ferir tanto.

Depois, o Porto dá a lei e a feição moral a todas as províncias do Norte; elas seguem por uma aceitação tácita que tem origem na dependência, no costume, na intimidade do tráfico, na antiga confraternização em momentos políticos, o que o Porto faz.

Uma oposição legal no Porto, legal e solene, e consagrada pela presença das autoridades populares, significava uma oposição legal em todo o Norte do reino. Esta é

a verdade. Por isso era necessário combater o *meeting*.

Os *meetings* não são uma argumentação que se desfaça, nem um discurso oratório que se desatenda. E uma acção directa e provocante contra o governo. A maneira de os anular é desacreditá-los. Que estava lá pouca gente, que era só o populacho vadio, que houvera facadas e desordens, que os oradores foram escarnecidos, que assim que choveu tudo debandou, etc. E uma velha táctica; sobretudo o que se diz sempre para os atenuar é que foram diminutamente concorridos.

Quando em Londres houve o primeiro *meeting* reformista, os jornais do governo sustentaram ferrenha polémica com os jornais populares sobre o número dos operários reunidos.

Por imitação, os jornais do nosso governo atenuam o *meeting.* As opiniões sobre o número de pessoas divergem. E realmente uma questão séria.

Seriíssima para os políticos: se o *meeting* do Porto foi de pequeno número de pessoas, e essas mesmas de pequena importância, se não houve sossego, se dispersaram mal se reuniram –então é uma coisa sem a menor importância; mas se a reunião foi imensa, se houve seriedade e entusiasmo, então é uma coisa, que, repetida (e repetir-se-á), causa inevitavelmente a queda do governo.

Os jornais do Porto dão entre 5 a 7 mil pessoas na reunião. Na Gazeta *de Portugal* apareceram três correspondências

assinadas por letras do alfabeto, que dão entre 700 a 800 pessoas. Espera-se em breve outra correspondência que negue o *meeting.*

São três letras do alfabeto: uma finge ser de oposição, a outra declara-se timidamente ministerial, a terceira diz, com nobre desplante, que é indiferente à política. Assim me contou alguém muito lido da *Gazeta* e de outros papéis do governo. Mas há desconfiança que aquelas três letras do alfabeto não estiveram no Porto, e que vivem em Lisboa, no a b c ministerial. Seja como for, o que se induz é que o *meeting* esteve respeitável: o que se induz é que ele abriu brecha no governo, brecha tão grande que até a oposição toda podia passar por ela.

Novidades políticas de Lisboa, nada. Lisboa, de resto, já deu a sua opinião, pela eleição do círculo 111.

O Porto já deu a sua pelo *meeting.* Agora espera-se que cada cidade importante vá dando a sua; depois, diante disto, se por acaso o governo continuar, então é que se realiza aquele dito do Sr. Fontes: só me faz sair da cadeira de ministro a explosão dum barril de pólvora.

Nº 18, 10 de Março

Quem olha ao longe e ao largo por este país o que vê? Surdas murmurações, reuniões populares aclamadoras e sentidas, protestos violentos, hesitações dolorosas, vozes de revolta, movimentos de forças, representações legais. Parece isto uma daquelas grandes cidades antigas na véspera da sua agonia, quando as sentinelas viam ao longe, no nevoeiro, a massa informe das multidões invasoras e bárbaras.

Nós também estamos na véspera duma invasão – é a invasão da miséria!

E outros dizem, os sabedores de segredos do concilio da Europa, negros profetas da desgraça, que se avizinha também a outra invasão, a dos exércitos, a das tomadas, a dos assaltos e a do sangue.

Vésperas duma miséria, vésperas duma invasão! Famílias arruinadas e dispersas, proletariados dolorosos, roubo de propriedade pelo fisco, perda da liberdade, extinção da vida moral da pátria!

Perante tudo isto, o que faz o governo? O governo, sossegadamente, risonhamente, propõe impostos, desperdícios, aparatos reluzentes de fardas e de constelações de medalhas: cerca-se duma polícia vexatória como os antigos tiranos; organiza uma guarda civil com despesa crescida; retalha o país numa divisão impopular, inconsequente, injusta, desbaratadora; dá saraus e festas; compra coortes que o embalam numa ampla música aduladora; talha largamente no tesouro para assalariar consciências; escarnece a opinião das praças; jura que há-de esfomear os ricos e consumir os pobres; responde com impropérios e motejos às representações das cidades livres; aconchega-se ao seio da maioria na véspera inquietadora das votações, e dali arruina galhardamente o país achando importunas e vilãs as vozes populares que pedem justiça, e achando deliciosas as músicas dos saraus e das festas cortesãs.

E no entanto, em Londres, retalha-se sossegadamente o país e faz-se almoeda da nossa liberdade; e no entanto, o fisco prepara um exército de escritores, para ir pelo país abrir violentamente a bolsa do pobre e levar-lhe o suor, o trabalho, o calor, a luz, a vida e o vestido.

Então as cidades representam, as municipalidades protestam, os partidos revoltam-se, os probos indignam-se, as praças alvoroçam-se. Há alguns que negam ainda a agitação popular e o descontentamento nacional; e ainda há pouco uma folha desta cidade, atropelando tudo o que há de nobre e de santo, desde a razão até à verdade, dizia que eram grandes as simpatias, fútil e diminuta a oposição, que no povo só havia doce alegria e no governo alta austeridade; mas dizia isto com voz tímida e envergonhada, como uma criatura enfezada e medrosa, que, entre as fulminações duma tempestade, estivesse negando a luz dos relâmpagos e a voz das trovoadas.

Não, o povo não está contente: por essas cidades e por essas terras está-o demonstrando com reuniões, com pasquins, com proclamações, com ajuntamentos, com vozearias. As cidades protestam; o seu pedido é uma intimação: é a pátria que sacode de si, tremenda e severa, as criaturas vis que a estão sugando; embora o governo finja surdez, a voz do povo é como as antigas vozes santas dos profetas; para a ouvir não são necessários os ouvidos da carne, embora o parlamento, complacente e estéril, Siga cortesãmente o governo: perante um povo, uma maioria não é nada; a cada deputado que diz *sim!,* responde uma cidade: *não!*

Chega somente um momento em que se acumulam na alma do povo todos os descontentamentos passados; se ele protesta hoje, não é só porque há dias apareceu no parlamento para ser cortejada, aplaudida e defendida a negra sombra do imposto de consumo; não é isso tanto o que levanta a onda popular.

Esse é um dos grandes crimes! Mas a imoralidade? Mas o desprezo pela opinião? Mas o país sobrecarregado de despesa inútil e vangloriosa? Mas a divisão do país contra a soberana vontade nacional? Mas o desprezo que os ministros afectam, com a indignação das almas nobres, pelas representações das cidades? Mas o impudor político? Mas o sistema de corromper e de criar vassalagem?

Tudo isto revolta; por tudo o povo reclama e exige; deve reclamar com sossego, com placidez, com elevação, como compete aos que as más paixões não desvairam e só a justiça guia.

Deve reunir-se nas praças, e aí, com ordem, moderadamente, fazer sentir a sua opinião, que seja arquivada no parlamento e mostrada, como um decreto supremo, ao governo e à maioria. Deve fazê-lo sem armas, sem tropel, sem aclamações vãs. Devem ser aquelas reuniões nobres, concílios e não motins de vagabundos.

Esta sim, que é a nobre, a elevada, a séria, ajusta, a profunda e santa opinião das praças, que o senhor ministro da Fazenda tanto despreza.

Despreza a opinião das praças públicas! As praças pagam desdém por desdém:

está-se vendo no Porto e em toda a parte; há só uma coisa que iguala o desprezo em que o senhor ministro tem as praças públicas – é o desprezo que as praças públicas têm pelo senhor ministro.

Mas das praças públicas é que sai a opinião constituída dos povos; as praças públicas são as que se fazem representar pelos deputados que o senhor ministro tanto corteja; as praças públicas são as que fazem as constituições dos remos e transformam um ministro vaidoso num homem desacreditado; foram as praças públicas que aboliram os direitos feudais; foram as praças públicas que deram ao país a florescência e o sossego; foram as praças públicas que criaram a vida moderna, onde quem domina é a lei; as praças públicas foram as que aboliram o privilégio, a exacção da nobreza, os senhorios; foram as praças públicas que criaram a imprensa; são as praças públicas que fazem a paz ou a guerra; foram as praças públicas que criaram essa pequena coisa que eu creio que o senhor ministro acha ridícula e que nós achamos sublime – a liberdade.

Aí está o que o senhor ministro despreza; aí está o que o senhor ministro há-de em breve adular.

É pois ao governo, às medidas de fazenda, à divisão administrativa, à criação da polícia e da guarda civil, à criação duma diplomacia ostentosa, que as praças públicas devem pôr o seu supremo veto.

E cremos que elas o farão.

Ontem era Lisboa, hoje o Porto, depois Portalegre, depois Coimbra, depois Braga; e assim cada cidade, como um concilio tremendo, se erguerá e dará o seu voto – rejeito!

Nós também somos daqueles insensatos que não desprezamos as praças públicas e desejamos que o povo se reúna nelas.

Todas as cidades devem dar o seu voto: as que o não fizerem, ou são indiferentes à sorte do país, ou têm a cobardia de sucumbir silenciosamente, ou querem a ruína e a morte: em qualquer caso, parece não pertencerem àquele país de valor insofrido que sacudiu Napoleão depois de ter sacudido Filipe II.

Devem-no fazer sem alarido, nobremente: o motim desonra, o protesto enobrece; quem alimenta os motins é a fúria grotesca da populaça, quem alimenta os protestos e as manifestações é a soberania popular.

Aqui nesta antiga cidade, o descontentamento é grande e oculto; a oposição é plácida mas enérgica, o povo repele as medidas da fazenda; e tudo o que tem um pouco de pensamento e uma pouca de consciência afasta-se do governo e censura as frouxas cobardias da maioria; e há quem se admire que este povo tão enérgico, tão sensato e tão livre, não tenha feito a sua manifestação decisiva; sobretudo, lembrando-se que no tempo dos Filipes, nos anos da maior opressão e da maior amargura, foi o povo de Évora o primeiro que saiu, terrível e forte, para a praça, protestando bem alto, e tão alto que se ouviu na Espanha, contra os tributos, contra a corrupção dos tiranos e contra as infelicidades da pátria.

Por toda a parte começa a manifestar-se uma ira imensa contra a maioria, que, sem pudor, sem consciência, segue humildemente as pisadas incertas do governo, que a cada movimento faz nascer uma irritação.

Realmente a maioria não tem importância como apoio governamental, porque não há apoio possível contra a vontade inteira do país, tão solenemente manifestada.

No entanto, indigna aquela adoração cega duma multidão de homens livres que têm os vícios dos antigos clientes, sempre de olhos fitos na púrpura ministerial, tomando-lhe o jeito e a atitude, inúteis e indiscretos, com os cérebros obscurecidos pelo respeito profundo e esclarecido de homem a homem, sempre acompanhando com ar favorito e cortesão, aplaudindo as inércias e os desperdícios, gente que não atende à fecundidade e à lisura das administrações e só quer saber se pagam correntemente, sem

escrúpulo e sem avareza.

Os deputados da maioria estão atraiçoando o seu mandato, não por votarem os tributos, mas por apoiarem os desperdícios. Os tributos têm de ser votados; a sua aplicação, os gastos fabulosos num momento de pobreza, a prodigalidade aparatosa num momento de fome, isso é que indigna o povo, por isso protesta, por isso se erguerá.

Em todas as cidades os eleitores andam desconsolados e magoados por verem que os seus eleitos rasgam o pacto de protecção e de zelo, e se põem, contentes e honrados, a seguir a grande procissão dos escândalos e das baixezas.

Em alguns pontos do país pensa-se em tirar ao deputado o mandato, como descurador da procuração e comprometedor dos interesses mais caros dos eleitores.

Aqui mesmo, nesta cidade, parece haver um certo descontentamento pelo deputado eleito, que ligou indissoluvelmente o seu voto às prepotências ministeriais.

Disto, só os eleitores têm culpa: quando nomeiam quem em cortes os vá representar, zelar, defender, aceitar reclamações, exigir melhoramentos, devem ter confiança e esperança nesse a quem deram tão subido encargo de responsabilidade pública e municipal.

Os que sofrem mais são os que não deram o seu voto, os que se opuseram, que se vêem mal representados, sem terem quem os defenda, sofrendo resignadamente, porque eles não tinham confiança no eleito, e estão vendo realizada a sua previsão.

*
* *

Este governo, quando não tivesse outras qualidades, tinha pelo menos uma certa serenidade, certeza na discussão, uma forma oratória aprimorada e fina, uma suave delicadeza que provava que ele saia profundamente da camarilha e da retórica.

Mas agora parece que ele deixa aquela palavra untuosa, delicada, fina, cortesã, para descer à linguagem áspera e rude daquele populacho das praças, que Cristo abraçava e o senhor ministro da Fazenda tão galhardamente escarnece. Há dias era o senhor ministro dos Estrangeiros, que, sobreexcitado dum modo brusco, incortês e violento, agredia os pares que se bandeiam na oposição. Depois, era o senhor ministro da Fazenda, aquele aristocrático espírito, que se derramava em violências injuriosas na câmara baixa, porque lhe tinham pulverizado não sei que frouxa argumentação.

Hoje, enfim, é o senhor ministro do Reino, que se ergue e injuria o direito de representação, a câmara municipal do Porto, a cidade, o espírito de liberdade, os peticionários, etc.

De maneira que estes ministros, uns desprezam a opinião espontânea das praças e outros as reclamações legais das cidades.

Não se pode negar que seja um ministério enérgico e activo; em menos duma semana é negada por ele a soberania do povo e o direito de liberdade.

O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros, mais modesto e mais tímido, só despreza a imprensa!

Falemos sério. Onde vamos nós? O que significa isto? É um grande sonho vago, que obscurece as inteligências, ou é uma realidade que nós estamos vendo? O ministério agregado faz um coro: «Eu desprezo a opinião do povo! Eu desprezo a imprensa! Eu desprezo o Porto e o direito de petição!»

O povo tem três coisas supremas que são a sua vida: a opinião das praças, que é a sua ideia espontânea e sentida; a imprensa, que é a sua opinião esclarecida e estudada; o direito de petição, que é a sua apelação, o seu desagravo das injustiças e das opressões Se ele não tivesse estas coisas, era uma massa inerte, morta, material, sem importância

na vida pública, sem união com a pátria. Ele tem-nas, mas são-lhe negadas: e quem nega um direito não está muito longe de o querer extinguir. Os senhores ministros quereriam talvez ver o povo mais inerte, para o poderem afeiçoar a seu modo, esmagá-lo sem ouvir gritos, consumi-lo sem ver movimentos.

É o que eles queriam. Há um limite ao impudor político; pode-se desperdiçar, pode-se carregar o povo de tributos, pode-se oprimir com um fisco avaro e rigoroso: o povo tudo sofre, mas quando se vem às injúrias, quando se despreza, quando se insulta o povo, a imprensa, a opinião, a liberdade, então incorre-se naquele crime que se castiga com os processos, com a imprensa atenta contra os traidores, e com a sentença de sangue que as praças executam.

Aquele desprezo pelas praças, pela imprensa, pelos direitos de petição, pela liberdade, quer dizer: «Nós somos os que nunca erram, os que nunca se transviam; só uma coisa respeitamos, a nossa vontade suprema; não nos importa a opinião popular porque a havemos de sufocar com a força; queremos que o povo sofra, que se cale, que tenha fome e que nos beije as mãos.»

Como há-de o povo responder a isto? Há-de continuar representando? Há-de fazer ainda petições humildes? Para quê? Para ser escarnecido, apupado?

Pois o ministério quer sustentar-se e aconselha a revolta?

Pois é ele, o que devia manter o sossego e consolidar a paz, é ele o que atira o primeiro desafio às multidões opostas?

Quais são os meios que o povo tem de reclamar, de apelar, de dizer que não pode sofrer tal lei, porque o esmaga tal lei? Quais são? Vê-se a história e encontram-se só estes: o direito de petição, a imprensa, a revolta.

O ministério não aceita a imprensa e não aceita o direito de petição: logo aconselha a revolta, logo quer ver o povo em armas, destruindo e esmagando.

E se amanhã se ouvirem os rebates de revolta, se começarem as fatalidades dos motins populares e a tremenda explosão da cólera das massas, o culpado, o único factor, o caudilho oculto, é o governo, que dos três meios que o povo tem de reclamar só lhe deixou aquele.

Isto é uma tristeza; para isto não valia a pena terem todos feito tantos sacrifícios, ter havido uma guerra civil, ter-se lutado pela

liberdade, sofrido prisões, perseguições, e chorado tantas vezes de fome e de sede nas linhas do Porto.

Os ministros foram lógicos e admiravelmente coerentes, desprezando e insultando a reclamação do Porto. Do Porto saiu a liberdade; lá nasceu, lá foi embalada; e quem nega e despreza a liberdade deve negar-lhe e desprezar-lhe o berço.

Agora o que falta é negarem as garantias, declarar o país em estado de sitio, criar capitanias-gerais, desdobrar um grande aparato reluzente e constelado de regimentos e de baterias.

Voltamos aos tempos bárbaros de luta e de ódio; dissolve-se, desorganiza-se a vitalidade da pátria; e virá então de longe não sei quem lançar-nos a corda ao pescoço.

Este estado não pode durar; isto paralisa as forças da nação: o comércio enfraquece, o espírito cansa-se, a inteligência perturba-se, perde-se a energia nestes combates estéreis de hesitação; e toda a coragem, toda a supremacia que ainda hoje há, se evapora como um fumo ténue.

É necessário findar pelos meios parlamentares ou pelos meios populares: é necessário que a nação, como o antigo israelita, despedace a túnica que a aperta.

Nós não podemos andar por mais tempo desconfiados e hesitantes, com medo que não venha o fisco saquear-nos, que se rompam as ondas populares, enchendo de sangue as famílias, e a toda a hora pondo o ouvido no chão, a ver se ouvimos pelos campos do

Sul ou do Norte o rolar do canhão espanhol.

*
* *

As palavras do senhor conde de Lavradio, na câmara alta, são a última condenação do governo.

Aquelas palavras lembram que vem próxima a agonia da pátria e que esta nossa liberdade, que é a vida, o sangue, o ar, se vai tornar em pó.

Desde o momento em que o senhor conde de Lavradio revelou aquele negro segredo de diplomacia, o governo devia pôr noutras mãos os destinos da pátria, que tão rotos traz.

Como se conserva ele ainda?

Como se vêem sair ainda dele as medidas desastrosas, as violências, as reformas destruidoras, as vexações inexplicáveis? Como é que as maiorias o cercam e não se afastam dele, como antigamente o povo se afastava dos leprosos? Como é que a oposição ainda o não levou recuando ao peso terrível da verdade e da justiça indignada? Como é que em todas as cidades, em cada município, se não reuniu o povo, mostrando energicamente, pela sua grande voz, a sua imutável vontade?

Pois declara-se a pátria na véspera do seu funeral, e aqueles homens, que tinham a oposição espontânea e sentida do povo, o ódio das praças, a responsabilidade das maiores opressões, ainda estão governando, dirigindo e movendo a política?

Pois estes homens impossíveis, no momento sereno de paz e de amizade internacional, hão-de ser aceites quando vier a hora das lutas e dos sacrifícios sem conta?

Que dificuldades encontram eles na sua marcha para o bem e para a felicidade do país? Opõe-se alguém? Andam-nos porventura cercando da intrigas? Alguém porventura os peia e os enreda? Há ódios desconhecidos que os firam? Há invejas impenitentes que os indisponham? Não; faz-se-lhes oposição porque eles exercem opressão. Se eles quisessem talhar pelo justo, fazer economias, libertar de tributos, velar pelas necessidades, reformar proveitosamente, estabelecer melhoramentos, salvar o perigo financeiro, apresentar enérgicas medidas de supressão de despesa; todos nós, de qualquer ideia ou de qualquer bando, andaríamos afastando as pedras da estrada para que os seus pés se não pisassem, e cortando os obstáculos e as fatalidades da vida política para que as suas inteligências se não embaraçassem; esta oposição que se faz ao governo não é sistemática; quando eles subiram às cadeiras não havia pacto nenhum estabelecido para os atacar e para os violentar; todos esperavam deles o bem, isto é, as economias, as boas administrações, as iniciativas férteis. Foi ele que esmagou toda a esperança, entrando, com corajoso desprezo da justiça e elegante escárnio da moralidade no caminho do mal, isto é, dos desperdícios, dos impostos, das vexações tributárias, das reformas inúteis e prejudiciais.

Pois se eles hoje não encontram dificuldades, se não encontram partidos tenazes a destruir, fomentos de revolta a sufocar, e apesar disso vão levando o país para um estado de ruína e de miséria incurável, o que será então quando estivermos agredidos, quando o medo comprimir a muitos, quando o perigo excitar a todos, quando as despesas centuplicarem, quando não houver impostos possíveis que cubram os gastos, quando for necessário erguer exércitos, impor à Europa, repelir os estranhos e animar os próprios? O que será então? O que fará nessa hora de desespero, de angústia, esta gente que é tão fraca, tão desperdiçadora, tão inerte, tão estéril nos dias de paz e de sossego em que tinham largo tempo para meditar reformas, e espíritos pacientes para as aceitar?

Nº 18, 10 de Março

Sabem como foram estranhas e ameaçadoras as palavras do senhor conde de Lavradio na câmara dos pares.

Todos aqui se interrogam desconfiadamente e aprontam o ouvido a ver de que ponto vem a voz da desgraça.

Diz-se muita coisa sobre a origem daquelas palavras.

Uns pensam que foi uma revelação verdadeira, saída espontaneamente da honrada boca do senhor conde de Lavradio; outros pensam que foi uma ameaça ostentosa, provocada pelo azedume e violência da discussão; outros dizem que fora uma combinação para afastar do governo as iras populares.

Não creio que fosse nem uma ostentação, nem uma combinação: para a primeira, o senhor conde de Lavradio é sério de mais; para a segunda, honrado de sobejo.

E talvez a verdade, é certamente a verdade.

Todos se têm assustado e pedido misericórdia como a tripulação dum navio perdido. Eu creio que o perigo não é imenso. Há muito tempo que existe na mente dos poderosos da Europa esta ideia de absorção, de anexação ou de quer que é, no entanto, até hoje temos sustentado a nossa independência, mais ou menos vantajosamente. Todo o caso está em morder no fruto proibido, depois há um desejo feroz de comer o fruto inteiro; quem provou, comerá, dizem os Franceses; ora nós, que somos o fruto proibido de certas nações, temos sido mordidos, mas ainda não completamente devorados: temos sempre oferecido uma certa resistência aos dentes famintos.

Ora desde que fomos *provados,* deixem passar a parábola, temos tido sempre pendente o perigo de sermos *comidos*. E apesar disso, ainda o não fomos. Aquelas negociações secretas. tem-nas havido sempre; desde Filipe II até Napoleão i sempre se pensou nisso; desde Napoleão I até Napoleão III e consortes, ainda a ideia não esqueceu.

Um solo fértil, abundante, rico; um clima admirável; uma Natureza lindíssima; uma raça paciente, sofredora, valente; magníficos portos abertos sobre o Atlântico; possessões na Índia e na África, com relações muito estreitas com os povos do interior; irmãos quase, e quase amparos, duma grande nação, o Brasil; comerciantes enérgicos, produtores de especialidades muito procuradas nos mercados da Europa, belos navegadores e admiráveis soldados; confessemos que estas nossas qualidades todas devem tentar uma nação qualquer, vizinha ou não vizinha.

No entanto, estas tentações são difíceis de realizar.

Eu creio que o senhor conde de Lavradio disse a verdade. Não posso crer que seja aquilo uma combinação com o governo. Para quê? Para que todos abrandassem a oposição, vendo a pátria em perigo? Para que todos, amigos e inimigos, o cercassem, o defendessem, o apoiassem? Não creio: perante um perigo de fora, unem-se todos os de dentro; perante uma invasão, esquecem os combates estéreis do parlamento e da urna. E verdade.

Mas ainda, num momento de perigo, apoiaria alguém este governo? Se ele é prejudicial em tempo de paz e de sossego, o que seria em tempo de guerra e de luta? Pois um ministério, incapaz de reger o país quando tão fácil é regê-lo, quando todos os elementos estão em equilíbrio, quando não há dificuldades invencíveis, será porventura capaz de governar num dia em que os obstáculos se amontoem, em que os perigos desçam de todas as partes e as agonias saiam de todos os cantos? Pois quem é mau piloto em tempo de bonança, num rio que se passa a vau, ou num lago de jardim, poderá

marear e tripular numa torrente do Atlântico, ou num equinócio do mar das Índias? Mas dir-se-á: os que vão dentro do barco protestariam no lago, onde a desunião da tripulação não é perigosa, mas não deveriam protestar e fazer oposição no temporal do mar, porque então a desunião mataria. Muito bem; não protestariam para não haver desunião; e, para fazer a cerimónia de não protestar, deixar-se-iam morrer? Realmente faz rir. Eu concordo que se diga, e alguns jornais o têm dito, que num momento de perigo não deve haver desunião. Eu também concordo, mas, para que não haja união forçada, arranjemos uma união espontânea. Como? Arranjando um governo que seja da nossa simpatia e da nossa vontade.

Nós somos livres, e queremos livremente escolher o nosso rei parece que se disse isto ou coisa semelhante nas cortes de Lamego: *aplicando el cuento,* como dizem os Espanhóis, eu direi, com algum aplauso da verdade, que nós somos livres e queremos livremente escolher o nosso governo.

Longe vá o mau agouro do senhor conde de Lavradio, mas se ele tiver de se realizar, e se nós tivermos de sucumbir, então sucumbamos abraçados a um governo amigo, simpático, querido; doutro modo morremos abraçados a um governo odiado: e então repetia-se o atroz suplício antigo; sabem qual era? Era um homem que se atirava ao mar metido dentro dum saco, com um gato bravo que o arranhava, que o mordia, que o despedaçava e que morria com ele.

Nº 19, 14 de Março

O que querem que eu lhes diga da política do país? Não sei. Esta política tem duas palavras *miséria e nada!*

Esta crise demora-se e como tal evita-se. Tem havido assim em Portugal umas poucas de crises, que se têm demorado, que têm assustado muito naquele momento, e que por fim se tornam crónicas e já a ninguém interessam, e já a ninguém comovem. Realmente uma crise dum mês enfastia e paralisa a agitação pública. O ver cortar-se a cabeça a um ministro traidor, no meio de grande justiça popular, deve ser um espectáculo de comoção e de terror. Mas se se estiver durante um mês a degolar um ministro, já ninguém se aterra e ninguém repara. Cada um vai para o seu negócio, continua o seu passeio, e se por acaso passa pela praça de execução diz bocejando e caminhando: «Ah!, que sensaboria, lá estão a degolar o ministro!» E vai para casa dizer tranquilamente à família: «Que maçadores, hem? Há um mês a degolá-lo.»

Tudo é assim. Agora todos se afastaram dos seus negócios, dos trabalhos parciais e especiais, para atentar às contorções do governo; e se as contorções durarem mais uma semana, temos um governo eterno, porque ninguém mais se importa, ninguém mais atende. Os jornais, como grandes sinos, chamarão debalde à missa da revolta. Nada. Cada um dorme e ressona, beatifica e animalmente.

Eu desconfio que o governo sabe isto e o seu intento é protrair a crise. Crise demorada, crise sanada, pode assim fazer-se um provérbio

E, no entanto, quem tem feito pior oposição tem sido o governo, oposição tenaz e violenta.

Ele mesmo. Ninguém mais. O que tem causado emoção, ira, raiva? As palavras do Sr. Fontes: «Eu desprezo a opinião das praças»; as palavras do Sr. Martens Ferrão: «Eu desprezo o Porto», ou coisa semelhante que vem a ser a mesma ideia. Estas palavras, elas só, têm causado uma nunca vista impopularidade.

O imposto de consumo, a reforma distrital, têm causado também algum ódio. Mas como aquelas palavras, nada. Isto parece uma futilidade, mas acreditem que é uma

verdade. E necessário andar aqui, pelos cafés, pelos teatros, pelos botequins, pelas praças, pelas ruas, pelas lojas, para ver que animadversão, que tristeza, que repugnância causam aquelas fatais palavras.

O povo, e isto que vagamente se chama o público, leva-se mais pelo entusiasmo que pelos meios sérios e práticos. Ora aquelas palavras provocam uma reacção de entusiasmo; e a reforma administrativa, directamente, não afecta ninguém; o imposto de consumo é uma desgraça que ainda vem longe: ninguém se aflige com ela.

O governo não se pode sustentar.

Produz irritação: isto mata os governos. A questão hoje está quase estabelecida entre a câmara e o governo. As câmaras querem deixar passar as reformas financeiras. A maioria, porque apoia o governo; a oposição, porque, quando for governo, não quer correr o risco de a propor.

Este é o caso. Mas o país, que não quer ser governo, nem atende a esses manejos políticos, clama; e dos clamores passará às turbulências, e das turbulências às revoluções.

A oposição não segue um bom caminho porque incita o povo; será nobre, mas não é astucioso; a sua maior astúcia seria o deixar passar as medidas de finanças, contendo as massas, e depois soltá-las.

Mas não; nós vemos que os jornais da oposição são os primeiros a chamar às armas, ou pouco menos, com um nobre desprezo pela polícia e pelas autoridades administrativas.

Vêem o povo exaltado, não resistem a acalentar o fogo sagrado. No meio de tudo isto, quem perdeu foi o Sr. Lobo de Ávila: todos os olhos estavam fitos nele, agora todos os olhos estão fitos no Porto e nas mais cidades, porque até agora a oposição era parlamentar, e lá é ele o chefe; agora a oposição é das praças, e lá o chefe é o povo.

E esta oposição é terrível, com esta não se discute, porque às vezes engana-se e, em lugar de desfazer um argumento, destroça um regimento. No entanto, eu julgo que o governo sustenta-se, passado o termo não há limite, quem tem tido a coragem de se sustentar, terá a coragem de caminhar. Uma vez que não caiu, pode andar; esta é a máxima. Desgraçados de nós se assim não fosse, estávamos ao arbítrio duma revolução, a queda do ministério era a entrada da oposição, ela tinha de lançar tributos, e aí estava o povo pensando que tanto mal lhe vinha duns como doutros, e então podia lembrar-se de querer ele ser ministério.

Deus nos livre de tal ministério, seria a morte da constituição.

Nº 19, 14 de Março

Temos um *deficit* de perto de 7000 contos, gastamos anualmente 22 000 contos.

O governo quer impor 3000 contos de tributos e ao mesmo tempo gasta 1000 contos com as pompas triunfantes e grotescas do militarismo de Tancos; no primeiro ano da sua gerência aumenta a despesa pública em 1 300 000$000 de réis; depois, no segundo ano, relaxa um pouco mais a atitude de lisura e austeridade, e aumenta a despesa pública com 1 400 000$000 de réis; depois, lançando os olhos pela terra portuguesa, como a visse fértil, úbere, florescente de searas, estrelada de corações sofredores, propôs 3000 contos de tributos; depois, um pouco mais afoito, propôs a reforma da Secretaria do Estrangeiro, em que se gastam 100 000$000 de réis; depois, honrado com aquele esplendor cor de ouro e de púrpura, propôs a reforma administrativa; depois, mais sossegado e sempre enamorado do resplandecimento das fardas, propõe a criação da guarda civil; e lembrando-se que os antigos tiranos medrosos e intrigadores

se cercavam de polícia áspera e opressiva, para lhes andar apanhando as cortesãs nos bairros de Suburra e os favoritos nas tabernas dos gladiadores, e como são ostentosos e nobres, propuseram que se cobrisse o país com um exército de polícia, de devassadores, de executores solitários; depois, foram aos cofres de riqueza da pátria e atiraram às mãos-cheias, com grande aplauso e alarido, os sacos, as rendas, os dinheiros, às maiorias avassaladas; depois, como iam num crescente orgulho, disseram que desprezavam a imprensa e a opinião do povo; depois, como se julgavam sagrados como o Sol, ousaram sujar de violências e de ultrajes a representação livre e pura duma cidade pura e livre.

Assim tem vindo caminhando sempre, pedindo ostentações. destruindo a riqueza, amaldiçoando a liberdade, negando o direito sagrado dos povos, comprando consciências, fiado na uniformidade servil do voto das suas maiorias, hoje desperdiçador, amanhã insultador, depois inerte e indiferente; ouvindo este clamor de petições, de protestos, de reuniões populares, e esta voz de maresia humana, mais terrível que a voz do equinócio, apregoando a força, abusando da confiança nacional, atirando a todos os ventos da prodigalidade e da fantasia o tesouro que o país tinha acumulado com o suor perdido e as febres do trabalho, esquecendo que existe a liberdade, lembrando-se talvez em segredo que ainda não tem caruncho o pau das forcas, caminhando entre as maiorias, assustado, apupado, repelido, amaldiçoado pela pátria, pressentindo já as vinganças da história, e aquele decreto do povo que tem uma só palavra *basta.*

Esta situação é anormal: o país está dilacerado; onde se viu este ódio do povo aos ministros, este desprezo dos ministros pelo povo? Quando se pensa nestas coisas, sobe à face todo o calor das indignações justas. Nós não queremos este governo, entendemos que está criando com mãos negras e traidoras as infelicidades da pátria, não lhe queremos confiar o produto dos tributos, que é grande e nascido do trabalho, com medo que ele o desperdice e o disperse sem honra e sem consciência; nós não o queremos, e ele vive, propõe reformas, sobrecarrega as despesas, amontoa os gastos, dá por coorte ao fisco o reluzir das baionetas. E sustenta-se. Mas porquê? Pede humildemente, de rojo e com a cabeça na Lama, que lhe deixemos a vida e a farda? Implora a nossa compaixão? Pede misericórdia, pedindo que o deixemos ainda algum tempo encostar-se aos estofos custosos das salas reais?

Não. Não implora; insulta-nos, insulta a imprensa, escarnece o povo, despreza a opinião.

Porque se sustenta?

O medo? Mas o povo podia, soprando fortemente, fazer desaparecer como uma vista de teatro estas pompas estéreis do mundo oficial.

É o respeito? Mas todos os dias as vozes que protestam se erguem, bem fortes, bem sonoras, sem medo que os delicados ouvidos ministeriais fiquem a escorrer sangue.

Porque se sustenta ele ainda?

Que esperanças dá?

Trazer economias? Está propondo desperdícios.

Respeitar a opinião do povo? Escarnece-a e enlameia-a.

Seguir a iniciativa popular? Repele os conselhos justos do espírito público, desacata o sacratíssimo direito da petição.

O que esperamos então?

Pois nós não vemos?

Ele, o ministério, folga no seu próprio descrédito; uma vez que lhe atiraram um pouco de pó das praças à púrpura venerável que o cobre, quer agora empoeirar-se mais, e tanto o faz que a gente já não distingue bem um ministro dum histrião.

O seu próprio desvairamento irrita-os: «O povo reclama!, aquele miserável fala!, aquele mendigo tem opinião!, aquele vil da lama e dos andrajos toma-nos a nós outros, os reluzentes e os triunfantes, contas do seu dinheiro!... Pois bem: aos tributos sucedem os tributos; à penúria sucederá a fome, à propriedade sucederá o proletariado; se se reunirem serão dispersados, se se revoltarem serão esmagados. Se não quiserem deixar ver a cor ao dinheiro, havemos nós querer ver-lhes a cor ao sangue. Os que hoje andam pelas praças, amanhã estarão nas cadeias. E os ousados que quiserem vir mostrar-nos austeramente os seus protestos e as suas petições mandá-los-emos apupar pelas nossas maiorias.»

Atenda o povo que o ministério diz isto e pensa isto, ocultamente, nas suas ocultas consciências.

A oposição irrita e faz dos homens bons e compassivos desprezadores implacáveis e vexadores sinistros.

O povo sofre; é a sua condição trabalhar, será o seu destino sofrer? É assim que lhe pagam, a ele que os veste, que os serve, que os alimenta, que os protege, que os eleva? É assim, com o desprezo! Porque é desprezo, e desprezo nunca visto pelo povo e pelo seu trabalho, impor tributos e fazer desperdícios.

O povo quer entregar o seu dinheiro, o povo abnega e abre a sua bolsa ao fisco; fica para si com a fome, com o trabalho, com a penúria, com o cansaço, e dá de boa vontade à pátria a comodidade, a felicidade, o calor e a vida. É uma verdade. Quer dar o seu dinheiro, mas não o quer dar a estes, quere-o dar talvez àqueles, não confia nos que estão de vigia ao depósito: não quer dar o seu bem a guardar ao governo porque o vê sem lisura, sem honra e sem moralidade.

O povo quer levar tudo pela conciliação e pela serena nobreza do direito, mas repelem-no, provocam-no; agrada talvez às vaidades do governo, ele, tão pequeno, tão débil e tão fútil, lutar com esta grande causa tão enorme e tão temida, tão desconhecida e tão terrível, que se chama o povo.

O povo tem a consciência da sua força, agrega-se em reunião nobre e proveitosa, mas não dispersa em guerrilhas e bandos.

Não é pelos campos e pelos vales, nas emboscadas e nos assaltos, que se curam as infelicidades da pátria.

A conflagração de baionetas e de baterias fulmina e passa; as oposições sossegadas da vontade do povo ficam na história.

Proteste pois o povo sempre, e em todas as cidades, todas as vilas, em todos os povoados; se o desprezarem, reúna-se e reclame; se o insultarem, sofra e diga a sua vontade; se o repelirem, contenha-se e mostre o decreto da sua soberania incorruptível; se o martirizarem, pense na imagem augusta da pátria e sucumba nobremente; mas se ainda assim, terminados os meios pacíficos, as reclamações, os protestos, as reuniões, os pedidos, as súplicas, e se ainda assim estes homens tirânicos e imperceptíveis teimarem em o calcar, em o despojar, em o esfomear, se ainda estiver iminente a ruína dos filhos e dos netos, e perdidas as esperanças, e quase morta a pátria, e abandonada às feras da Europa – então dê o seu grande brado e, dizemos isto sem medo, faça reluzir pelas ruas e pelos campos aquelas espingardas patrióticas e aquelas espadas puras que retalharam outrora os bandidos da Península, que se ensanguentaram em 20 e que ainda não estão ferrugentas desde 46.

*
* *

A entrada do Sr. Lobo de Ávila na câmara baixa foi a última e mais enérgica

condenação do governo; o governo, combatido pela oposição, pela imprensa, pelo entusiasmo popular, foi ultimamente desoladamente derrubado, com a força imutável c impecável das cifras e do cálculo.

O Sr. Lobo de Ávila provou os desperdícios, inqualificáveis. a pouca honestidade do governo na administração do tesouro, o seu nenhum tacto político, a sua vaidade estéril.

Provou que havia desperdícios enormes e injustos como o campo de manobras, que nada justifica, como a reforma diplomática, de fútil memória; provou que as pretendidas reduções que eram prometidas eram apenas transformações de despesas; disse, com elevada honestidade e honrosa abnegação, que era necessário suprimir os altos funcionários, os cargos opulentamente estipendiados, o Tribunal de Contas, o Conselho de Estado, o Conselho Ultramarino, e pediu com grande aplauso a extinção do Conselho das Obras Públicas, de que ele mesmo faz parte; levou à evidência que o governo tinha desperdiçado o crédito; que o *deficit* ficava existindo, apesar dos sacrifícios populares, com vida e com larga duração; que o tesouro fora lesado nos empréstimos de Londres e Paris; mostrou que as despesas cresciam, o crédito estava morrendo, a dívida fundada, aumentada; os sacrifícios não bastavam e o país ia para uma ruína. Falou assim durante duas sessões, serenamente, com elevação e cordura, ferindo a cada argumento o governo, esmagando-o ao peso implacável da argumentação aritmética. Deixou o país esclarecido sobre o estado das finanças, sobre a sorte que o espera, sobre a salvação que deve procurar.

O esclarecimento do estado da fazenda por aquela maneira séria, positiva e clara é de toda a vantagem para aqueles que podem cientificamente discutir a vitalidade e a lisura deste governo. Ao povo não se pode falar com cifras, com cálculos e com deduções aritméticas, porque ele não tem o espírito preparado para estas compreensões dificultosas.

Mas no parlamento é a única, a verdadeira maneira de fazer oposição. As proclamações pomposas, as representações entusiásticas, podem derrubar; mas discussões assim frias, e inteligentes, e nobres esclarecem e aproveitam. Instintivamente todos os olhos do país se vão voltando para o Sr. Lobo de Ávila como aquele que há-de talvez prestar às nossas finanças ajusta atenção zelosa, aquela dedicação inteligente e aquela admirável ciência.

pois se não curarem a chaga da miséria, o que é impossível. devem pelo menos melhorá-la, o que é indispensável.

*
* *

Há dias na câmara electiva o Sr. Martens Ferrão disse estas palavras memoráveis:

«A representação nacional reside no parlamento, o governo não reconhece outra, e tem a força necessária para manter a ordem e abafar a revolta se ela ousar aparecer.»

Estas palavras memoráveis disse-as o Sr. Martens Ferrão há dias no parlamento.

O senhor ministro viu que o povo se ia aproximando e intervindo nos negócios públicos, e quer sacudi-lo; sentiu tremer já os braços da revolta, e quer despedaçá-los.

Ao menos, há pouco o povo tinha o direito de protestar, fazendo motim e erguendo guerrilhas; não podia protestar pela imprensa, porque essa era desprezada; não podia protestar pelo direito de petição, porque esse era insultado; tinha só aquele meio violento da força descomedida: não era o mais justo, mas perante a atitude hostil do governo era talvez o mais necessário. Mas agora, de todos os modos, está suprimido e sufocado.

O senhor ministro assim o declara, porque sabe que no seu sistema político o povo é uma coisa vil e inerte sobre o qual o ministério só se curva para lhe arrancar dinheiro; por isso concentra pela reforma administrativa as forças da nação, por isso se cerca duma guarda pretoriana que seja pródiga de sangue irmão, ávida na perseguição e avara de liberdade.

«A representação nacional reside no parlamento...»

No parlamento não está a representação nacional, está a representação oficial; não está uma representação espontânea, nobre e sentida, está uma representação ensinada e assalariada. O governo pode contar com essa, porque a educou, e porque a afeiçoou a si; o governo e a maioria são como duas figuras duma tragédia, que se falam e replicam, de há muito ensaiadas nos bastidores. Para assassinar o povo, distribuíram os papéis: o governo é o tirano melodramático, a maioria o coro que aplaude. Aquela representação não é nacional, é ministerial: não representa o povo que a rejeita e que a censura, representa simplesmente os homens que lhe dão os cargos opulentos e os estipêndios largos; a maioria é o corpo diplomático do governo; ele trá-la ostentosa e bem fardada, e engorda-a com a magreza do povo.

«O governo não reconhece outra...», confessa o nobre ministro que não conhece outra; o governo não reconhece o povo: perante ele esta entidade sublime – a pátria – nada é; as cidades, as vilas, os povoados, os proprietários. milhares de homens, o exército, os magistrados, as corporações, as câmaras, as associações, tudo isto é imperceptível, é inatendível perante a sagrada maioria. O povo espontâneo e livre, milhares de homens honrados e puros, não valem nada perante os homens avassalados. O que é que o governo está dirigindo então? O povo não, porque o não reconhece. Quem então? Não sabemos, só se governa as árvores e as searas, ou ainda a maioria, que é tão inerte como as searas e tão impassível como as árvores, deixa-se igualmente cortar e transformar. Mas então é um governo sem pátria, é um governo sem país; sem país, sim, porque o país lhe retirou o seu apoio moral, a sua confiança, o seu amparo; sem país, porque o país o rejeita, protesta contra ele, reclama contra ele, quere-o levar recuando até à aniquilação política; sem país, sim, porque o país está revolvendo na mente a estas horas o acto da sua emancipação explosiva.

Aí está como o senhor ministro não reconhece o país; mas o país também de modo nenhum reconhece o ministro.

«E tem a força necessária para manter a ordem...» Tem a força da guarda civil e de algum regimento mais bem pago. Mas essa é que é porventura a força do governo? Com isso é que ele conta? Pois o governo pode existir no país, estando a toda a hora armado e preparado que o não venham despedaçar?

Dá assim garantias de felicidade pública, de harmonia e de prosperidade? Pois cria-se o governo para ele estar, no meio da nação, em atitude de hostilidade e de malevolência?

Que casa pode ser feliz e bem governada estando todos os membros da família desconfiados, irritados, armados, prontos ao ataque e ao doesto?

O governo não nasceu para ser força, nasceu para que lhe dessem força; essa força deve vir do povo, que é ele o coração da pátria: são as suas palpitações apressadas que criam a revolta, são as suas palpitações suspensas que produzem a morte.

E essa força, nós não vemos como o país lha vai dando, mas vemos que o país lha tirou.

«E abafar a revolta se ela aparecer...» Abafar a revolta! Declarar uma guerra civil! Trazer os horrores duma revolução! Para quê? Para o governo continuar a vestir as suas fardas.

Pois o país rejeita o governo, e ele pretende abafar a rejeição do país? Quer estar

violentamente metido nos negócios públicos, com oposição da nação! Quer usurpar um poder que todos lhe negam!

O governo entende que está fazendo a felicidade do povo e não quer privá-lo desse contentamento inefável! Lança-lhe tributos, oprime-o, e quando o povo diz: «Mas eu não posso», o ministro responde: «Silêncio!, hás-de sofrer resignado, e sucumbir em silêncio.»

Ele só tem por si a sua própria vontade. Se se votasse a sua conservação, só teria os seus cinco votos. E para que prevaleça a vontade de 5 homens contra a vontade de 5 milhões de homens, haja uma revolução, quando a vontade dos 5 é oprimir, vexar, esmagar os 5 milhões.

Isto nem tem senso, nem justiça, nem moralidade. Promove duas coisas opostas mas ambas lógicas – o ódio e o riso.

De tal sorte que a gente, quando as lembra, não sabe se há-de temer as suas armas e fazer a justiça das praças, se há-de muito galhofeiramente emigrar para bem longe, onde se não ouça o choro do povo.

Mas não, não se deve atraiçoar a pátria, e é uma traição abandoná-la, e é uma traição revoltá-la; o povo deve ter ordem, resignação, força nobre e elevada, sossego e ampla liberdade de acção.

Nº 20, 17 de Março

Publicamos em seguida o manifesto que o povo de Évora fez contra as medidas do governo, contra o imposto de consumo, contra a reforma administrativa, contra a criação da guarda civil.

É assim que se batem as maiorias parlamentares – pelos protestos das cidades. É assim que o povo colabora nos destinos nacionais.

O povo de Évora não faz requerimentos humildes à câmara, implorando que não vote cegamente os actos prepotentes e os projectos reaccionários; não, mostra o seu manifesto, que é a nobre voz da sua vontade, como um decreto.

Poderá o governo não atender e desacatar; o povo poderá então não atender e ferir! Por cada assinatura que ele vilipendiasse, haveria mil homens que o castigassem.

Manifesto do Distrito de Évora

O povo de Évora vem depor nas mãos da câmara o seu

protesto de severa oposição ao governo. O povo de Évora rejeita o imposto de consumo, a reforma da administração e a criação da guarda civil.

Neste concílio tremendo das cidades e das vilas, donde sai sonora e forte a voz das oposições populares, o povo de Évora vem dar o seu voto justo e incorruptível, fazer sentir a palpitação do seu coração, para que o não julguem prostrado e morto e o não atirem à vala da miséria.

O povo de Évora protesta contra o governo, porque ele, pelo imposto de consumo, representa as imoderadas violências do fisco; pela reforma da administração, representa o sistema estéril da concentração da vida social; e pela criação da guarda civil representa a intolerância organizada dos antigos regimes.

O povo de Évora não se quer subtrair à imposição dos tributos.

Ele julgaria mesmo o imposto a maneira mais justa e mais eficaz de colocar a sua fazenda, se as despesas públicas fossem nascidas da utilidade e do bem do povo, e se os recursos que o imposto dá fossem administrados com economia, vigilância, probidade e

inteligência; se as despesas servissem para acrescentar o poder, a riqueza, a moralidade, a nobreza da nação; se as despesas fossem com um sistema de instrução fecundamente aplicado; se fossem para grandes obras públicas, sabiamente determinadas.

Mas o povo de Évora vê que as despesas são com aparatos de vaidade, com reformas prejudiciais, com um funcionalismo exagerado e corrupto; que são para o governo andar constantemente construindo e recompondo os seus apoios, para pagar à imensa clientela dos sequazes e dos servidores sem consciência.

Vê que não são para instruir o povo, para animar as agriculturas e as indústrias, para fazer as obras precisas e criar as instituições vitais, mas só para comprometer a nossa liberdade, para criar acomodações rendosas e opulentas para os zelosos e protec-cionados; para corromper, com desperdício enorme, aquela multidão de funcionários que dão aos governos o apoio do número e do aplauso sem consciência; para criar vãos esplendores, para pagar a um numeroso pessoal administrativo e fiscal que tolhe a liberdade; para criar, com despesa vastíssima e improdutiva, uma polícia vexatória e afrontosa.

O povo de Évora vê isto e protesta então contra os tributos.

Se ele visse que no orçamento não havia uma verba prejudicial, que tudo fora escassadamente cortado, que a lista das despesas fora avaramente redigida, que nenhuma inutilidade tinha acrescido, que uma economia vergonhosa mostrava a sua magreza entre as folhas do orçamento, e que ao mesmo tempo o *deficit,* arreigado e inoculado, nascido das incúrias consecutivas, dos maus métodos consolidados, dos desperdícios sucessivos. das necessidades luxuosas da vida moderna, de antigas superfluidades consumidoras, existia imutável e insaciável, então o povo de Évora viria, cheio de instinto de dedicação e do amor do sacrifício, dar o seu pão, o seu trabalho, os seus cansaços dolorosos, o seu calor, para salvar a ruína da pátria.

Todo o homem tiraria a capa, ficaria despido e contente, para cobrir a sua mãe, que visse a morrer, num caminho deserto, de inanição e frio.

O povo morreria de trabalhos dolorosos e de fomes insaciáveis para que a pátria ficasse liberta e nobre, vital e enérgica, e a não pusessem a um canto do mundo, morrendo ao abandono, de miséria e de inércia, exposta a que os lobos diplomáticos da Europa a viessem morder e retalhar.

Hoje e sempre, o povo pagará tributos mais penosos para que a pátria tenha sempre os cofres bem cheios, a honra bem imaculada e a liberdade bem resplandecente.

Mas o povo de Évora vê que nesta áspera decadência, de dinheiro e de imoralidade, todos os dias se alargam pomposamente as despesas do Estado e se prodigalizam as reformas custosas.

Assim o povo de Évora só se dará espontaneamente às imposições fiscais quando o auxílio dos recursos tributários for indispensável à salvação da vida económica.

De todos os meios a escolher – para deter o movimento progressivo e irredutível da decadência financeira – os últimos deviam ser os tributos; o governo abandona aqueles meios que salvariam e propõe precisamente aqueles que matam, ferindo o trabalho e a pobreza.

É necessário prever os gastos da vida moderna, absorvedora e difícil; é necessário reduzir o *deficit,* que ele se não alargue até à mortal bancarrota; é necessário cumprir os compromissos com os ásperos credores do Estado; para levantar recursos o governo podia reduzir o funcionalismo exagerado – o que era uma moralidade; podia cercear as despesas com os ministérios respectivos – o que era uma garantia de mais zeloso serviço; podia abolir as acomodações rendosas, preço do voto das maiorias e das consciências avassaladas – o que era uma elevação de espírito; podia repelir as pompas militares, as inúteis organizações de forças, o resplendor dos estados-maiores e das

camarilhas de acampamento – o que era um manifesto de liberdade. Mas não: escolheu precisamente os impostos, que são uma vexação, uma injustiça e um começo de agonia popular.

Dentre os tributos podia escolher aqueles que ferissem o luxo e a vaidade custosa – o que era uma austera moralidade; podia estudar a riqueza nacional, ver os elementos que mais podiam crescer, as indústrias que tendem a florescer, os pontos em que a pequena, a grande agricultura fossem cobrindo tudo de plantações fecundas, e então, conveniente e inteligentemente, lançar o tributo onde ele menos custasse ao país e isto era uma sábia moderação. Mas não: escolheu precisamente o imposto de consumo – o que é um roubo violento.

Assim o governo, dentre os meios que estavam sob a sua mão para salvação económica do país, despreza aqueles que poderiam salvar e escolhe aqueles que perdem; despreza aqueles que fariam crescer a moralidade e escolhe aqueles que generalizam a miséria; podia escolher aqueles que fizessem deste povo uma agregação admirável de homens livres e escolhe aqueles que fazem um povo de miseráveis e de proletários.

À proposta que tributa corajosamente a carne, o arroz, o azeite, ajunta o governo uma proposta de reforma de administração e a criação duma guarda civil.

No momento em que escolhe aqueles meios que fazem principiar a agonia, apresenta medidas que fazem apressar a morte.

Assim há no governo uma má vontade, uma decisão madura e corajosa de deixar o país esfomeado, indolente, pobre, inferior, amesquinhado.

E como o povo de Évora quer que os governos deixem o país rico, activo, desperto, superior, elevado, por isso protesta, com a sua ideia, com a sua alma, com o seu coração, com a sua força, contra este governo destruidor do bem e magistrado das injustiças.

Mas o governo, não contente em matar o povo pela fome, quer aniquilá-lo pela organização social: por isso o povo de Évora protesta alto perante os senhores deputados contra a reforma administrativa.

A reforma, sob uma aparência descentralizadora e liberal. consolida realmente o sistema de concentração de forças sociais e a extinção da vida municipal. O mal supremo que daqui vem é a morte do patriotismo, o quebrantamento da alma popular.

O patriotismo só existe pela afeição cheia de raízes que prende o povo às localidades.

Ele só ama a pátria por aqueles trabalhos, aqueles descansos suaves, aqueles afectos delicados que tem nos seus vinte palmos de terra, entre a humidade das veigas e a sombra das árvores.

Só conhece o Estado pelo fisco. Só conhece a pátria porque lhe dá tributos. Concentrar ajusta derramação das forças sociais, abolir a vida municipal e querer substituir aquele vivo e inoculado sentimento da localidade por o amor a uma abstracção, a uma ideia indefinida e inconsciente, é querer substituir um sólido e fértil patriotismo por um patriotismo vago e infecundo; é querer criar uma unidade robusta com aniquilações e com destroços; é como se para construir um monumento se estivessem primeiro, com grande cansaço, pulverizando as pedras e aniquilando as madeiras.

A direcção dos negócios de todos pertence a todos, temos a câmara de eleição, o que interessa a uma fracção só deve ser resolvido por essa fracção – devemos ter os municípios; o que só tem relação com o indivíduo, deve ser resolvido pelo indivíduo devemos ter a liberdade.

O homem livre nos municípios livres – representados por uma livre câmara é esta

a forma mais fecunda dos governos democráticos.

Portugal hoje precisa mais que tudo dum robusto patriotismo. E necessário que a vida do país seja espontânea e não formulada; é necessário que cada povoado seja uma agregação vital de homens, e não um complemento estéril do mundo oficial.

Os municípios, com a sua individualidade moral, obrigados a velarem pela própria acção, a administrarem os bens peculiares, a animar a ascensão do seu bem, a cortar as fatalidades embaraçadoras da vida positiva, a dissolver as dissidências perigosas, a repelir as invasões do princípio autoritário, são uma escola de ideias, de sentimentos, de concepções, uma iniciação de vida política; há ali a lição perpétua dos factos, que organiza a lucidez das inteligências e forma a austeridade dos caracteres. Os municípios, recolhida a sua acção sob saudáveis prescrições, prosperam, dão o robusto instinto da independência e da hombridade, e o feracíssimo hábito da espontaneidade e das tentativas animosas; enrijam a alma popular pelo embate incessante e fortificador de interesses, de organizações, de contrariedades, de trabalhos, pois que a luta é que dá a robustez. Isto é a causa primeira de actividade, de economia, de dedicação, de moralidade, de elevação e de amor da pátria.

E o amor da pátria, mais que nunca, é preciso a este país enfraquecido e prostrado. Se o povo o não defender, quem o defenderá? Se o povo estiver inerte e estiolado, quem velará pelo país?

Quem se deixa adormecer numa floresta infestada, acorda roubado e nu; e a Europa está uma floresta perigosa!

Ora a reforma, atraindo disfarçadamente toda a palpitação e toda a respiração a um falso coração do país, deixava o povo indolente, esquecido, fraco, inerte.

O patriotismo é gerado de afeições, de hábitos, de recordações – estas coisas só se encontram na intimidade serena da vida local.

É necessário prender os homens àqueles lugares que lhes dão hábitos, afeições, recordações; é necessário dar-lhes nos seus domicílios, nas suas localidades, nos seus municípios, a importância política compatível com a ordem geral. Uma das coisas mais fortes da vida social é o patriotismo da localidade: homens duma vila, duma aldeia, dum povoado, não acham contentamento senão naquelas aparências de corpo social que a sua localidade tem; há mesmo aquelas invejas de vilas e povoados que são uma virtude social e uma garantia moral.

Os sentimentos que prendem à vida local são fortes, desinteressados, imaculados e nobres; os sentimentos que prendem à capital central são frouxos, agressivos, interessados e ásperos. Aniquilar aqueles sentimentos, para desenvolver estes, é uma política deplorável.

Nos estados em que se destrói a vida parcial, forma-se no centro um outro pequeno estado que é a concentração das forças, das actividades, das concorrências. Chama-se a capital. Ali há a perpétua excitação de ambições irrealizadas e de invejas insaciadas; ali nasce a desconfiança permanente, depois o egoísmo, do egoísmo a fatalidade da corrupção, e daí a miséria e os proletariados. O cérebro geral anda aceso e febril com as ambições, com as lutas, com os interesses; ali há concorrência áspera e um frenesi de elevação; ali consagra-se a dissolução e dissolve-se a virtude. Ali se reúnem as grandes actividades; tudo o que no comércio, na arte, nas letras, na política, na especulação, na vadiagem, é aventureiro e audaz, vai para a capital, porque não encontra na vida local onde derramar a sua força superabundante; e uma capital, passado um certo tempo de centralização e de concentração, é uma arena onde todas as más paixões, todas as devassidões, todos os crimes, todos os enganos, se entrechocam tenebrosamente, com sangue e com choro.

Ali, na cabeça do corpo social, haverá sobre-excitação, concentração de sangue,

febre; o resto estará frio, imóvel; será uma congestão social, então começará o lúgubre esfriamento das extremidades e poder-se-á mandar pregar o esquife da pátria.

Os homens, perdidos no isolamento, sem a vida local que tanto amam, com a vida central que nada conhecem, vivem sem passado, sem recordação, sem comoção, e vão-se lentamente desprendendo da pátria, porque a vêem tão vasta e tão organizada, e eles não tem um pedaço de aldeia ou de vila onde vão depor as actividades do espírito. Se prevalecesse a ideia de reforma, todos os que ainda não têm cabelos brancos veriam em seus dias este doloroso abandono do país.

Digamos a verdade, friamente. No Estado, através de todas as complicações políticas, de todas as aparências organizadoras, interesses bem verdadeiros e bem reais só há os interesses locais: os interesses locais tão sentidos e tão queridos – quando são os mesmos, porque então se unem; quando são diversos, porque então se compensam.

As forças particulares enrijam a robustez geral. Na graduação dos sentimentos e das ideias, primeiro ama-se a família, depois estima-se o município, depois respeita-se a província, depois considera-se o Estado: esta graduação insolúvel está no espírito popular como uma construção irruinável. Subtraindo um dos materiais, toda a construção desabaria, esmagando o patriotismo. Num momento de perigo, o amor pela família aconselha à emigração; o respeito pela província e a consideração pelo Estado aconselhariam a obediência; só a estima pelo município aconselharia o sacrifício.

A reforma administrativa é disfarçadamente, sob um aspecto liberal, num futuro vizinho, esta concentração de forças e de prestigio; é esta atenuação da liberdade, pela extinção do cidadão; é esta transformação duma agregação de homens livres num rebanho de indolentes, de indiferentes, de inertes; é enfim aquela política, estreita e antiga, de onde o povo era afastado e onde não tinha eco o clamor das multidões.

E todavia quem deve criar a vida da pátria é o povo; enquanto o povo não tiver uma interferência directa na acção do país, nunca realizará a sua felicidade; enquanto o povo não tiver uma vontade actuante e respeitada, a liberdade é para ele uma inutilidade, que atirará, de bom grado, ao vento feroz da conquista.

O governo, neste país, é um grupo exclusivo de homens que parecem ter a virtude oculta, o segredo, a ciência misteriosa de governar; é uma magistratura suprema enfeudada numa certa família de chefes, que a ninguém deixam as insígnias sagradas e a púrpura distintiva. Só eles são os que concebem e os que pensam, os que dão a força e a luz.

O povo é excluído dali, a voz das praças desprezada, arremessado para o monturo o papel das petições.

Mas devem saber que a pátria não é como aqueles antigos templos onde só tinham acesso os iniciados; é um amplo espaço onde todos podem vir trazer o seu voto, fazer sacrifícios, mostrar a sua vontade, dispor e elevar o espírito. Se o não deixarem, ele poderia penetrar com mão rude no templo inacessível, e pôr-se a cantar a missa estridente da liberdade, e a fazer ouvir no púlpito a voz da revolução.

O povo de Évora protesta perante a câmara contra a criação da guarda civil.

Ele sabe que aquela medida não é a realização sensata de alguma necessidade sentida, mas o complemento dum sistema de pressão, de afronta, de sufocação de liberdade.

O povo é sossegado, fiel e bom, laborioso, sofredor e compassivo; o exército é valoroso, enérgico e justo; não há pelo país nem revoltas militares, nem saques de cidades, nem levantamentos anárquicos, nem emboscadas de guerrilhas. Para que é então a criação da guarda civil? O governo quer uma força assalariada para repelir a justiça do povo e o direito armado? É para vexar o contribuinte? Para sufocar o direito de petição? Para abafar os protestos justos? Para criar a desunião?

A guarda civil não é uma polícia para a pacifica tranquilidade do país, para a criação da florescência e do sossego, para a serena e moderada consolidação da harmonia e da ordem; será para apoiar com a ameaça constante das armas a opressão constante do governo?

Não pode ser como meio de defesa; seria uma ofensa inexplicável ao exército a criação dum corpo de defesa, assalariado nas intimidades do governo, saído das librés e das criadagens oficiais, para lhe tirar o direito de velar e defender a pátria.

A polícia não deve sair dos limites administrativos; a guerra civil é uma polícia política, de espionagem e de afronta, de vexação e de insulto; essa não protege, repele; não defende, acusa; não vela, espiona; não dá descanso ao espírito e dá miséria ao corpo. E dos regimes tirânicos.

É a polícia covarde e devassa do Baixo Império: polícia de domesticidade, impopular, guarda pretoriana, inadmissível num país livre onde há homens honestos a dirigirem cidadãos, e não favoritos a mandarem libertos.

Com a criação da guarda civil a despesa aumenta em centenas de contos; para isso é que se tributa o azeite, a carne, o vinho, o arroz; o trabalho do povo é convertido em canga do povo; semeia cansaços para colher misérias. Por cada migalha de pão que lhe roubam dão-lhe um guarda civil que o vexa.

Assim o povo de Évora declara energicamente a sua oposição nesta assembleia parlamentar que tem por sala o país, se o governo está sentado *na direita,* cercado das suas maiorias, o povo de Évora, acompanhando o justo sentimento dos seus irmãos de Lisboa, do Porto, de Portalegre, de Viana, de Setúbal, de Guimarães, de Braga, senta-se resolutamente *na esquerda.*

Se é certo que neste corpo social, como no corpo humano, o *lado direito* é que tem a massa dos músculos, a energia nervosa, a força; é certo que aqui, como no corpo humano, é do *lado esquerdo* que está a região do coração.

Senhores deputados, o povo de Évora protesta entre um concílio da soberania popular e não entre um motim de vagabundos; como tal espera ser respeitado e atendido; di-lo com nobre orgulho, a sua opinião sai profundamente das praças – por isso tem por irmãos gémeos a liberdade, a independência, a moralidade, a lei.

Pressente que nesta decadência da pátria não só são muitos mil contos que se desperdiçarão, são muitos mil santos direitos que vão ser sufocados; e o seu corpo clama pela abundância, como a alma chora pela liberdade.

O povo de Évora viu, com mágoa, desacatada a livre representação duma cidade livre.

Ele espera que a sua reclamação seja cercada de respeitos, porque anda fazendo uma gloriosa oposição de povo e não um assalto de guerrilha.

Perante uma câmara livre protesta como um povo livre: a revolta pertence ao escravo, a petição ao cidadão.

Quando o povo de Évora se sentir escravizado, então proclamará ao vento de desolação e de morte o fim das tutelas injustas!

Hoje o povo de Évora protesta na esperança de ser atendido:

porque ele tem a certeza e consciência de que há na vida moral da pátria um grande direito sagrado e um grande dever imprescritível: vontade do povo manifestamente expressa – eis o direito; vontade do povo religiosamente aceite – eis o dever.

*
* *

O governo quer a autoridade, o povo quer a liberdade: o imposto, a centralização, a guarda civil, a organização da diplomacia – significam que o governo quer edificar os seus apoios sobre a autoridade. Os *meetings,* os protestos, as petições, as reclamações, significam que o povo quer fundar a sua vida na liberdade.

Todos os dias dizemos liberdade; é necessário não iludir o povo e fazer-lhe sentir quanto há de divino, de grande, de nobre, de santo, de útil, nestas quatro sílabas – li... ber... da... de.

A liberdade significa:

A instrução do povo;

O fim da força;

A extinção dos privilégios;

A razão pública governando;

A completa reforma dos abusos;

As penas e castigos do código adoçando-se;

A justiça protegendo a todos;

A economia prevalecendo;

A simplificação da administração;

A morte das polémicas vãs;

A consolidação do crédito público;

A divisão racional do trabalho;

O acréscimo do consumo;

O desenvolvimento da produção;

A consolidação da paz;

A atenuação da miséria;

A universalidade do bem-estar;

A transformação do imposto.

Agora saibamos o que vem dos governos autoritários, quais as grandes características que os fazem distinguir – pelos sinais do mal.

A autoridade quer:

A ignorância do povo. O governo tem porventura fundado escolas e derramado um sistema de instrução?

A preponderância duma classe. O governo não tem desacatado e desprezado a opinião das praças?

O arbítrio da polícia. O governo não quer criar uma guarda civil, para ter quem possa corajosamente metralhar a justiça?

O aparato da glória. O governo não fez Tancos, não promoveu a criação dum monumento estulto?

O abuso da força. O governo não declarou que esmagaria o povo, se ele fosse procurar à revolta os meios de protesto que lhe negam quando ele emprega as formas constitucionais?

As prodigalidades do favor. Não tem o governo arregimentado homens e homens que o cercam com aplausos e com vozearias laudatórias, que andam por entre a massa popular pregando o verbo governamental?

Os rigores da inquisição, a sufocação do pensamento, a escravidão da palavra, o suplício do silêncio. Pois o governo não exerce esta tirania contra aqueles empregados que pela imprensa combatiam as suas medidas?

A delapidação do tesouro. Será necessário prová-lo? Não se vêem bem claras as prodigalidades, as despesas, os desbaratamentos?

A pressão do imposto. Será necessário prová-lo? Não vêem todos que o governo, entre os meios de obter recursos, escolheu os mais penosos para o povo – os impostos; e

dentre os impostos, escolheu o mais doloroso para os pobres – o imposto de consumo?

Ausência de vigilância eficaz. Será necessário prová-lo? Não vêem todos os habitantes das províncias como são dirigidos pelos empregados de confiança do governo? Como todos esses empregados abandonam tudo ao desleixo, deixam estragar tudo pela ferrugem da miséria? Como se fazem chefes de facções, opressores da honestidade e da lisura? Como por todo esse país os povos estão clamando contra os empregados do governo? Como toda a imprensa sensata lhes faz oposição? Como eles prostergam a dignidade dos cargos entrando na domesticidade governamental?

Interdição do livre exame. Pois não é verdade que o governo cerca o seu orçamento de mistérios e as suas contas de obscuridade?

Imobilidade do espírito, da alma nacional. O que tem este governo feito em bem do país, que leis, que medidas, que organizações, que sistema, que iniciativa?

Ou não tem feito nada, ou tem cometido o mal. Isto são factos, homens do povo!

*
* *

Por toda a parte se fazem representações, reclamações, protestos: daqui a pouco, todo o país, sem excepção duma cidade, duma aldeia, duma vila, estará fazendo oposição hostil ao governo, desconfiado, ameaçador. O que será então? É um dilema assustador. Se aceita os protestos, tem de se retirar das cadeiras governamentais; se repele os protestos, provoca a revolta.

O governo não pode ser governo contra a vontade do país. Se não reconhece ao país o direito de representação nacional, não o reconhece também à câmara, porque os deputados são delegados do povo – e só pode delegar o poder de representar quem tem o direito de representar por si. De modo que se o governo não reconhece o povo com direito de representação, não reconhece a câmara, que é simplesmente a procuradora desse povo. Esta é a força do dilema. Se reconhece o país, tem de cair; se não reconhece o país, não reconhece a câmara, não reconhece a maioria, não reconhece o seu apoio: tem de cair. É lógico.

Mas o governo diz em palavras que reconhece o direito de petição, e em obras não atende esse direito. Embora um governo se julgue o único capaz de salvar o país, não tem direito de existir contra a vontade do país.

Não despertemos a questão da soberania popular, porque então muitos serão os derrubados e poucos os eleitos.

Nós vemos que as petições têm sido baldadas, os manifestos desatendidos, as reclamações esquecidas. Parece que as paredes da câmara são tão espessas que as não atravessa a voz do povo. Ao princípio dizia-se: quando o povo reclamar e se fizer ouvir, o governo cederá. Hoje vê-se que o governo não atende e que não cede.

A maioria tudo vota, tudo aceita, tudo aplaude.

Não queira o governo que nós um dia nos arrependamos de termos sido moderados. Tem-se votado tudo. Quanto mais o povo fala, maiores são as votações; quando uma manifestação vai fazer dobrar para a banda do povo a balança dos destinos do país, correm logo mais vinte votos, mais trinta, mais cem, a estabelecer o equilíbrio, carregando o outro prato.

O povo desconfia que é desprezado. Quem anda entre ele não vê que sinistros planos de emancipação ele revolve na mente.

Daqui a pouco o dever da imprensa será talvez conter os ânimos, esclarecer os espíritos exaltados, suster as mãos indignadas. O povo não compreende nada do jogo financeiro, não entende a cotação dos fundos, não sabe o que é divida flutuante nem

divida consolidada, não sabe os contratos dos governos com as agências e com as casas bancárias. Vê só que lhe tributam o alimento, que impõem as necessidades da vida material, que o tolhem de viver, que lhe embaraçam a existência, já penosa, com as dificuldades do pão. O povo vê isto. Se ele um dia se erguer, se a sua cólera explosiva ameaçar derrubamentos e aniquilações, debalde lhe explicaremos que o imposto é necessário, que não tínhamos crédito na praça, que negociamos na baixa devendo negociar na alta; debalde acarretaremos montes de cifras e citações, e trechos e documentos, ele sacudirá tudo, e seguirá com o estrondo terrível da justiça indignada. Haja cuidado. O governo semeia desprezos para colher castigos.

A indignação lavra com tanta força que se pode estender até ao coração da maioria. O governo está sendo apoiado hoje por homens que o abandonarão numa crise tumultuosa.

Nenhuma maioria se sujeita ao ver de frente e corajosa a cólera popular.

A maioria deve lembrar-se que ela será sacrificada, insultada, indivíduo por indivíduo, peito por peito. O povo sabe que é ela quem sustenta o governo no parlamento; e sustentá-lo no parlamento é sustentá-lo perante o país, porque no mundo oficial e governamental convencionou-se em considerar como país só aquele espaço que fica entre as paredes de S. Bento.

Fazemos modestamente estas reflexões aos amigos do governo: não serão atendidas, decerto; nas regiões ministeriais anda igual a surdez dos ouvidos pela rigidez do coração.

Possam todas as coisas correr sempre nesta hora de luta o mais vizinhas possível da honestidade e do bem, para que nos não obriguem a isto: em lugar de fazer reflexões ao governo, atirar proclamações ao povo.

Nº 21, 21 de Março

Na sessão de 16 de Março do ano da graça de 1867, numa hora de servilismo e de abaixamento moral, a câmara dos deputados votou por 100 votos contra 47 o imposto de consumo.

Possa Deus permitir que um dia a história diga: no mês de Março do ano da graça de 1867, o povo, numa hora de justiça e de consciência, votou por unanimidade o fim das corrupções oficiais e das maiorias devassas.

O povo reclamou, reuniu-se nas praças, assinou manifestos, ergueu representações; a maioria da câmara dos deputados votou o imposto de consumo.

O povo há-de protestar, pedir, aterrar a camarilha com o aspecto da sua vontade explosiva; a maioria da câmara dos deputados votará então o fim da liberdade.

Nada há a esperar. De hora em diante as representações são inúteis, os manifestos improveitosos, as petições desnecessárias. A voz do povo não foi escutada; será escutada a voz da revolta?

Da vida do país foi riscado este elemento – *opala:* riscado pela voz desprezadora dos ministros e pelas votações tirânicas da maioria.

O país está perdido; temos em perspectiva a bancarrota, a prosperidade nacional quase extinta, o fim das liberdades próximo já. O estado da Espanha é doloroso, para lá caminhamos nós. O governo está modelando o seu sistema político pelo sistema opressor do ministério militar de Narvaez.

Pensa que estes dois países, iguais no solo e no clima, devem ser iguais na escravidão; pensa que a identidade das raças deve produzir a identidade dos males. Quer ter a glória de ser tão amaldiçoado como os reaccionários de Madrid, por uma nação tão

infeliz como a Espanha.

Para isso prega o povo nesta cruz dolorosa, donde não há ressurreição.

Quando os antigos tiranos da Bíblia eram mais que nunca devassos, vis e ébrios, veio o dilúvio e levou-os a todos; estes tiranos imperceptíveis estão também cambaleando numa orgia oficial, virá talvez para os levar um dilúvio de sangue.

É necessário que o povo se una e que tenha acção; os desígnios justos só se realizam por uma acção permanente e infatigável.

É necessário que o povo se reúna, que nomeie comissões, que se agregue em clubes, que faça ajuntamento onde defina a sua vontade: que se manifeste, que se faça sentir, que não adormeça chorando desgraças, mas que acorde castigando afrontas. Qual será o povo que se deixará indiferentemente esmagar e afrontar?

Hoje insultam-no, amanhã votam o imposto de consumo, depois desprezam-no, castigá-lo-ão de tributos extraordinários, depois será suprimida a liberdade de imprensa, depois criada a guarda civil, depois centralizado o poder, depois restaurado o crime de morte para os atentados políticos, depois declarado o país em estado de sitio, depois criadas capitanias-gerais; e depois, enfim, consolidada a ditadura e proclamada a tirania. E o povo então, quando se quiser mover, sentir-se-á esmagado, preso, inutilizado e esfomeado. E necessário reclamar à câmara dos pares, depois peticionar ao rei.

Se ainda assim não for o povo atendido, então deve tomar nas suas mãos os destinos do país, sacudindo para além da fronteira este mundo oficial, devasso, infame, vexador, pródigo, reaccionário e ousado.

Nº 21, 21 de Março

Caiu o ministério, isto é, votou-se o imposto de consumo. Caiu o ministério, porque será abandonado pela sua querida maioria; o imposto de consumo é a grande necessidade de todos os governos, por isso é votado por todos os partidos, por todos, excepto por aqueles que sentem uma diversa maneira de salvar a crise financeira.

Esses rejeitaram e rejeitarão sempre. Sentem na sua inteligência mais alguma coisa do que as amizades dos partidos.

Se ainda assim, depois de passado o projecto, a maioria não abandonar o governo, então temos toda a certeza de que só uma séria manifestação popular terminará a situação. Então já nada temos a esperar, não há palavras que censurem suficientemente este horrível procedimento da maioria; para eles nada é o país nem a pobreza, nem a felicidade nacional; votam, porque lhes dizem que votem; nem têm consciência, nem ideia própria; são vassalos fiéis que se precipitariam duma torre se o governo assalariador lho mandasse; têm um espírito de dedicação que se não desmente; tudo acham admirável, desde o imposto de consumo, que um tal ministro propõe, até às botas envernizadas e apuradas desse ministro; com a mesma coragem com que adulam, com a mesma coragem votam. O seu horizonte político não passa daquele circulo que descreve o braço dum ministro, num gesto imperativo. Não são homens livres, que vão ali representar o país, são simplesmente mandatários oficiais que representam o governo. São os mastins daquela grande caçada que se chama a exploração do país.

Nunca se cansam de espoliar nem de receber recompensas.

Hoje toda a culpa não é do governo, não é do ministro da Fazenda; é sim, horrivelmente sim, daquela gente sem fé nem consciência que recebe um tanto para esmagar o país.

O imposto de consumo tem sido rejeitado em todos os países civilizados, pela filosofia, pela economia e pela experiência; só aqui é admitido. Nós não temos que

esperar já. Temos a cruzar os braços e a caminhar; se nos fizerem correr – a correr –, se nos consentirem andar a passo – a passo.

O Sr. Luciano de Castro foi o relator.

Quem é o Sr. Luciano de Castro? O Sr. Luciano é um homem que o governo emprega para ser relator dos projectos de imposto de consumo; é uma grande coragem em disponibilidade; quando há um projecto espinhoso, é ele sempre o venerável relator. De resto, é um rapaz de habilidade e de mui excelentes qualidades.

Ainda há pouco, a propósito de não sei que pardieiro, gritou enfurecido na câmara «se o empurravam para a oposição»? Esta pergunta sublevou os espíritos.

Até aqui julgava-se que um deputado pertencia a um partido por ideia, por convicção, por espírito de opinião; agora ficou-se sabendo que o empurrão era uma maneira de fazer prosélitos e de combater ideias; o caso é que o Sr. Luciano de Castro não chegou a ser empurrado, porque agora defendeu, gritou, clamou pelos projectos e pelas medidas de quem tanto o queria empurrar. Mas nota-se que o Sr. Luciano de Castro tem ou vai ter, em compensação daquela violência física que lhe queriam fazer, um aumento de ordenado. Um aumento de ordenado consola de muitas coisas, ainda mesmo dum empurrão e de alguns pontapés. Eis aí. Sua excelência defende o projecto, com aquela frieza e banal eloquência que são os distintivos da sua medíocre crítica política e económica. Disse aquele montão de coisas frouxas, de vulgaridades frias, que são a bagagem costumada dos que partem a defender injustiças.

Disse que era necessário atenuar o *deficit;* que tem levantado a bandeira das economias; que as economias não dão meios; que infelizmente os pobres não podiam alimentar-se daqueles géneros tributados, porque são caros (e por isso os tributam!!!); que não levava a mal que o povo pedisse (o Sr. Luciano não leva a mal que o povo peça, o povo ir-lhe-á deixar o seu bilhete de agradecimento); e disse que apoiava as revoluções (o Sr. Luciano cobre com a sua valiosa protecção o espírito de revolução!) e terminou dizendo que o governo pedia que tivessem coragem, (coragem para afrontar a miséria, tem razão!)

E assim terminou, com mão vulgar e colegial eloquência, pelo que o felicito.

Meus amigos, o governo, pela boca melíflua e crisostómica do Sr. Luciano de Castro, pede que tenhamos coragem e paciência; creio que devemos fazer a vontade a este pobre e excelente governo: tenhamos paciência e tenhamos coragem.

Nº 22, 24 de Março

Quando pesa violentamente sobre a nação um governo que nem a opinião aceita, nem a sua lisura inocente, nem a sua moralidade consolida, nem as suas tradições amparam, toda a oposição que não é friamente sistemática, mas momentânea, explosiva, procura todos os meios de repulsão e de ataque, peticiona, proclama, tumulteia nas praças, prega nos clubes, transforma a indolência popular, sacode do seu adormecimento animal o espírito político, pede a todo o braço um auxilio, a todo o espírito um apoio, interrompe-se, tem cóleras fulminantes, desesperos irredutíveis, vozes vás de anarquia, arroja-se imprudentemente, recua sem ordem, tem uma audácia sem experiência e um valor sem estudo. Foi assim no começo a oposição a este governo. Passado o primeiro ímpeto, a livre explosão reflecte, sossega, calcula, combin2 as forças, domestica as cóleras, educa as multidões, aceita a inspiração lenta e escassa da experiência, deixa amadurecer as ideias e enrijecer as opiniões, e depois transforma as impulsões populares em movimentos sábios e calculados, os gritos de ataque em argumentação lúcida e penetrante, as pesquisas em petições, os tumultos das

praças em nobres assembleias, em lugar de andar ocultamente arranjando armas, anda claramente combinando ideias. É o que faz hoje a Oposição.

Viu-se como estes princípios de oposições populares foram infecundos e vãos. Deixou-se vaporizar e perder muita força vital, muito enérgico calor, que chamados e educados para um intento único, determinariam o fim desta tutela dolorosa que o povo sofre. A anarquia do entusiasmo deve seguir-se a tirania do cálculo.

O povo reclamou, foi desprezada a sua opinião; peticionou, foi injuriado esse direito; pensou, foi-lhe negada essa faculdade.

Por todos os meios representou à câmara dos deputados que não aprovasse os impostos de consumo, que eram a miséria das classes populares, a atenuação da produção, o entorpecimento do trabalho, a consumação da riqueza pública; a câmara votou os impostos de consumo por uma escura e cerrada maioria.

Nas formas constitucionais não se pode combater um governo que tem assim uma maioria debicada; todas as medidas ruinosas serão votadas; todas as prodigalidades, aplaudidas; todas as vexações, santificadas.

Um governo assim pode ainda cair pela opinião, pela oposição do jornalismo livre, pelo descrédito popular, pelas agressões que saem das praças, pela manifestação legal da rejeição do país; mas quando esse governo despreza os protestos, as manifestações, as opiniões populares, o voto nacional, a unânime oposição do espírito e das vontades, então só se pode evitar a revolta destruindo a maioria.

Esta é a ideia única, a que toda a imprensa se deve ligar, que se deve ensinar ao povo, que se deve pregar como o verbo da salvação. Destruir a maioria.

O governo está levando o país à miséria pelo imposto, à estiolação pela centralização, ao fim da liberdade pelo começo da polícia e das instituições reaccionárias. O governo está abandonado pelo país e apoiado pela maioria. O governo só tem a vida que a maioria lhe dá; os passos que ele dá para o mal, é ela quem os sustenta e os aplaude; o fim da maioria significa o fim do governo, o fim do governo significa o fim da vexação.

Ora, será muito difícil ao país destruir a maioria? Não! Os deputados da maioria são procuradores que atraiçoaram os seus constituintes. O país pode cassar-lhes a procuração.

Se ele lha deu para que eles velassem pelo povo, e eles o estão vexando, tem o direito a chamá-los à acusação e interrogar-lhes a consciência; e se lá dentro encontrar o negro gérmen da traição, cassar-lhes os seus mandatos.

O povo escolhe quem o vá representar no concílio nacional: cada círculo, cada povoado, cada vila, tem um interesse a conservar, uma necessidade a realizar; ele escolhe no seu deputado quem vá defender esse interesse, acusar essa necessidade; todos os círculos, todos os povoados, todas as vilas, precisam de leis, de instituições, de escolas, de elementos de administração e de vida social; quando escolhem a soma dos seus deputados é para que vão discutir serenamente esses negócios públicos e talhar a vida do país.

Cada deputado vela pela vida dos seus constituintes e pelo outro constituinte geral e comum, constituinte soberano, que se chama o povo.

O constituinte, quando escolhe um deputado, não quer erguer um ditador; quer quem peça para ele justiça, e não quem lhe reparta opressão.

O constituinte não abdica dos seus direitos quando os delega noutro. E ele delega um direito quando nomeia um procurador. Procurador que trate das suas eternas demandas da razão e do direito. Nenhuma filosofia ou sistema social dá ao deputado mais que um direito conferido de mandatário e de procurador.

Ninguém tem obrigação de que lhe advoguem os seus interesses contra sua

vontade; ninguém tem obrigação de sustentar o seu mandatário quando ele descura ou atraiçoa.

O delegar poderes importa possuir direitos. Quem possuir um direito e um poder e o delega tem direito a retirá-lo. No caso contrário a delegação era uma coisa ilusória, não se devia chamar delegação, devia chamar-se abdicação.

Se a nomeação do deputado fosse abdicação do direito do constituinte, o deputado seria um eterno procurador; só lhe acabaria o mandato quando lhe acabasse a vida. E o constituinte não podia nas eleições seguintes ir delegar um poder que já tinha abdicado e que já não possuía.

A câmara dos deputados é apenas a forma concisa da soberania popular. O povo, pois, tem direito de cassar os mandatos daqueles seus procuradores que estão votando que ele tenha fome. Assim a maioria finalizará pela justiça, como começou pelo patronato.

Nesta cidade o descontentamento é profundo, porque os deputados deste distrito têm seguido a coorte ousada dos escândalos e das devassidões. O deputado por Évora, Alves do Rio. votou o imposto de consumo. O deputado por Montemor. J. António Viana, votou o imposto de consumo. O deputado pelo círculo de Reguengos absteve-se de votar nesta questão, ou julgando-a muito honesta para se lhe poder opor, ou julgando-a muito infame para a poder votar, mas tem-se enfileirado nos bandos da oposição, até hoje.

O deputado por Estremoz tem a honra de fazer parte deste ministério, que condecora Narvaez e cria a guarda civil.

Os deputados que têm formado a maioria são os acólitos eternos desta grande celebração de injustiças. Ou o fazem por ideia espontânea, ou por sujeição devassa: se o fazem espontaneamente, são iniciadores da opressão, adoradores da violência do fisco, criadores da miséria do povo; o povo deve renegá-los como seus procuradores e apupá-los como ineptos. O povo quer deputados, simples, honrados, lhanos, económicos, rudes, que saibam esclarecer a verdade, votar a justiça, apoiar o direito, proclamar a razão; que se não deixem aterrar pela sombra ameaçadora da dissolução; que prefiram o abraço do povo ao sorriso do ministro; que não sejam deputados por aparato, mas defensores por convicção.

Se a maioria existe, é por culpa do povo; se o imposto de consumo foi votado, é por culpa do povo; se as medidas restantes forem opressivamente legalizadas, é ainda culpado o povo. Se na vida nacional as maiorias nada são, na vida constitucional são tudo. Os governos que as têm poderão ser amaldiçoados, mas governam. E quando esses governos desprezam o povo, a opinião, a imprensa, então serão tão duradouros como as suas maiorias e tão persistentes como a sua devassidão.

Nada há a esperar se o povo se não decidir a reunir, nomear comissões, agrupar-se em clubes, discutir aí serenamente e placidamente o comportamento parlamentar dos seus deputados, e dar-lhes todo o seu grandioso apoio, se eles forem justos e elevados; e quebrar-lhes perante o país, com afrontosa energia, os seus mandatos, se eles forem covardes, devassos e ineptos.

Nº 23, *28 de Março*

O *meeting* de Lisboa não aumentou a oposição: corroborou-a: foi o voto daquela cidade.

Mas além disto, significa a organização da oposição; neste combate, os entusiasmos dividiam; é necessário que hoje os sistemas consolidem; assim sob a acção

lenta e permanente duma oposição regular, sistematizada, distribuída e harmónica, o governo perderá lentamente aquele resto de força que ainda o prende às cadeiras, acobertado pelas maiorias e confiado na força. Esta é a verdadeira revolta: a organização da oposição é a revolta da ordem contra a anarquia afrontosa.

Dentro em pouco veremos o governo isolado, perdido no meio de um país sensato que realiza a sua vida social, e cria as suas leis, e colabora no seu destino, aceitando a intervenção oficial para as exterioridades prescritas.

É a isso que nos leva a organização da oposição e a *união patriótica,* constituída pela comissão do corpo da guarda.

Essa, a grande entronização da justiça popular: isso mostrará que se não despreza impunemente a opinião das praças e a discussão dos jornais; pois quê? Era possível que o povo continuasse neste estado de vexação, vendo-se desatendido, roubado, desprezado, escarnecido? Às violências do fisco acresciam as ofensas dos ministros, andavam matando o corpo do povo porque lhes regateavam o pão, andavam matando a alma do povo porque lhes negavam a opinião.

Era necessário diante dum governo mal aceite e impopular, criar um governo popular, benquisto e honesto; o governo não quer ceder, abafou o direito de petição, para ver se talvez despertava o direito de insurreição.

O governo queria a revolta; a revolta justifica a ditadura e a intervenção estrangeira. O povo, que não quer a revolta, institui-se governo pelas suas comissões, nomeadas pelos *meetings,* pelos seus jornais, prepara-se a criar a vida do país, sem a colaboração funesta das maiorias impudicas e das camarilhas libertinas.

Este pensamento vai aparecendo: união de todo o jornalismo da oposição, comissões permanentes, representando a vontade popular, união para o fim político, reuniões, assembleias regulares para a decisão dos negócios públicos; é isto que vem trazer este despertar do sentimento político do país; perante esta serena oposição não pode o governo bradar pelas baionetas espanholas que o venham socorrer, há-de ceder à invasão da maré.

*
* *

Por decreto de 21 de Dezembro, o governo português condecorou com a Grã-Cruz de Avis o general Narvaez. É assim que o governo enfeita e corteja todo o sangue liberal e popular que desde a cabeça até aos pés cobre o duque de Valência.

O general Narvaez, repelido por todos os espíritos, apontado às acusações da história pela imprensa da Europa, tirano, ditador, sanguinolento, deportador, doutrinador, vingativo, amaldiçoado pela Espanha. irmão dos carrascos da Polónia e dos assassinos da Grécia, assolador de uma nação generosa e nobre, é acolhido, respeitado, amado, condecorado, admirado, seguido, apoiado – pelo governo – que pelos seus cinco membros representa as cinco chagas do país: traição, absolutismo, militarismo, indiferença, devassidão.

Os homens que são a alma deste governo têm realmente semelhanças vergonhosas com o general Narvaez.

Como o general Narvaez, têm a vaidade risível das aristocracias contemporâneas e fazem reluzir com ar pueril as suas fardas; como ele, mostraram a sua cruz de Calatrava e o seu manto de Montesa; como ele, querem esconder a sua origem plebeia e rasteira com as ostentações duma oligarquia opressiva; como ele, para alcançar o que a cobiça lhes pede, obedecem ao que a camarilha lhes exige; como ele, só conhecem como meios políticos de suster as oposições o reluzir de baionetas e a conflagração de baterias; como

ele, procuram restaurar os velhos sistemas; como ele, corrompem com dádivas e amedrontam com ameaças; como ele, amam o poder pelo poder; como ele, procuram dobrar a sorte popular à sua vontade inalterável; como ele, são impopulares e aborrecidos; como ele, não podendo sustentar-se pela liberdade, querem talvez sustentar-se pela ditadura.

Por isso lhe dão brindes oficiais, de condecorações e de grã-cruzes.

Mas quer o povo saber a terrível verdade? Saber o que se recompensa ao general Narvaez?

O governo recompensa a política de Narvaez, que é de vinganças e tiranias; recompensa os assassinatos do povo e os fuzilamentos dos liberais; aplaude Narvaez porque ele promoveu os sucessos lastimáveis de 1841 , aplaude a traição feita à milícia nacional de Madrid e as execuções de garrote sem culpa formada; glorifica Narvaez por ter mandado contra os lares dos pobres e das famílias inocentes uma negra coorte de policias, de bandidos e de afrontadores; aplaude-o por ter feito da sua espada a lei da Espanha; exalta-o por ele ter edificado a sua ditadura sobre milhares de cadáveres, sobre muito sangue perdido, sobre um monte de ossadas dos liberais enforcados, sobre as famílias desonradas e perdidas, sobre os montões de presos, esfomeados, atirados para o frio das enxovias; aclama-o pelos seus feitos na Mancha, onde foi mais feroz que os tiranos, mandando fazer suplícios, restaurando a tortura, mandando matar com uma crueldade inquisitorial, fazendo queimar prisioneiros e fuzilar crianças por roubarem laranjas; santifica-o pelos processos intentados, pelas condenações de garrote, pela pressão sobre a imprensa, pelo procedimento com os deputados unionistas; dá-lhe a Cruz de Avis pelas deportações para as Filipinas, pelos fuzilamentos de Madrid, pelas matanças cruéis, dolorosas, ímpias, de Sevilha, de Huesca, da Galiza e de Arabat.

Aí estão os feitos por que o governo de Portugal condecora o general Narvaez.

*
* *

Algumas das câmaras municipais do distrito vão representar contra as medidas financeiras e policiais do governo.

É uma nobre acção; tutoras dos povos, as câmaras municipais devem, em nome da lei e da justiça, opor-se à grande invasão do arbitrário; desligadas de facções, como devem ser, independentes de partidos, longe de intrigas políticas e de parlamentares, o seu único intento deve ser realizar a felicidade do povo e proteger-lhe a sua liberdade: a liberdade, a felicidade popular, e o depósito sagrado que lhe é entregue no dia da sua eleição. Quando as câmaras vêem que alguém, impiamente, vai violentar aqueles bens invioláveis, ergue-se e protesta.

O seu protesto é um decreto.

Desgraçadas aquelas populações onde as câmaras municipais, por espírito de facção, por contemplações de partidos, por vingança opressiva de velhas desinteligências, descuram o seu dever e deixam o povo ser esmagado pelo fisco, morto pelo sistema social, vexado pela polícia política, que não é de acção protectora, mas de reacção afrontosa. Essas câmaras são coniventes na desgraça dos povos, devem ser envolvidas nos castigos da oposição.

*
* *

Esperamos os actos da comissão nomeada pelo *meeting* de Lisboa. Devem ser no

sentido de organizara oposição: composta talvez de diversos elementos políticos, deve ter só por fim a severa e pacífica resolução desta crise.

Muitos destinos lhe estão afectos. Quando a vontade popular se torna uma arma regular, um sistema de ordem, é uma garantia de liberdade, de emancipação, de prosperidade. O povo hoje conhece bem o que quer; não pressente talvez a realização mais legal e mais nobre do seu direito; mas, com o seu senso justo e profundo, quer antes de tudo certas coisas vitais que são para a nação o que é a circulação, a respiração, para a economia animal:

a honestidade, a lisura, o amor da pátria, a protecção das classes pobres; sente que são estas as necessidades primeiras da vida

política do país; pressente que antes de organizar é necessário que tenha a honestidade de obtê-las, nunca lesar a fortuna pública, que sem o amor da pátria nunca se consolidará verdadeiramente a segurança do nosso destino; que sem uma protecção às classes operárias e pobres nunca haverá elevação social, atenuação dos males e da miséria, generalização do bem-estar.

Nº 24, 3! *de Março*

Retiramos hoje o nosso artigo principal para dar o lugar de honra a uma correspondência de Lisboa do nosso director poli tico sobre a situação geral das coisas públicas.

Meus amigos: Cheguei a Lisboa para ver esta pobre terra ordinariamente fértil e distraída, embaraçada agora com a resolução dolorosa da situação política.

Pelas praças, pelos peristilos dos teatros, pelos cafés, pelas salas, se embate na voz popular esta suprema questão, que é uma questão de prosperidade, de vida e de liberdade.

A todo o momento se espera uma solução; ou solução pacífica e constitucional, ou solução violenta de aclamações e de destruições.

E devo dizer-lhes a verdade: a decisão serena e legal parece improvável. O governo, desde o momento que quis adormecer o direito de petição, fez acordar o direito de insurreição.

E é esse direito que inspira as indignações, é ele que agrega os *meetings,* é ele que preludia os tumultos e fortalece a voz da oposição.

Realmente este estado sonolento, estéril, de oculta dilaceração, não pode durar.

O crédito todos os dias esmorece, as inscrições descem fatalmente, o serviço público está desorganizado e afrouxado, o comércio petrificado; nenhumas transacções, nenhuma confiança. Parece por este país sentir-se aquele silêncio e aquele vazio unânime que nas legendas antigas precedia sempre a destruição das cidades.

No meio de tudo isto, os mais indiferentes não podem deixar de pensar, e as mais desconfiadas não podem deixar de aplicar o ouvido, a ver se sentem já o rolar do canhão estrangeiro!

A todo o momento se esperam notícias do Porto; o começo do motim, no Bonfim, é um daqueles ruídos que precedem no mar os temporais; os amigos do governo querem atenuar a importância daquele pequeno movimento, dando-lhe o carácter de assuada imprudente e de gritaria excepcional; querem dizer que a população séria da cidade foi estranha àquela demonstração significativa. Isto era talvez verdade, se fosse o primeiro sintoma de descontentamento popular: mas depois dos *meetings*, depois das representações, depois do voto de censura, depois da comissão do corpo da guarda, depois de um protesto de 14 mil habitantes, aquele pequeno motim tem já todo o

parecer dum começo de solução.

O senhor governador civil do Porto deu, pela sua imprudência, ocasião àquela violência; a comissão nomeada no corpo da guarda declarou que não continuava tomando a responsabilidade da ordem.

O Porto tem sido desconsiderado: desconsiderado na sua índole, na representação legal da sua câmara, insultado, desprezado; isto é verdade, apesar de todas as frouxas atenuações que se querem fazer, as palavras saídas da maioria, nesta questão do Porto, vinham cheias de desprezo.

Eu, medindo esses factos todos, considerando-os, parece-me que chegou o momento da operação dolorosa, a não ser que venha a cura pacífica.

Aqui há duas coisas: o *meeting* de domingo em Lisboa e a atitude do Porto; estas duas coisas hão-de fazer cair a situação, ou pela maioria ou pela revolta.

No *meeting* foi nomeado presidente da comissão o senhor duque de Loulé. No entanto, ainda se não sabe se ele resignará ou aceitará essa supremacia popular; parece que aceita; as folhas ministeriais, pelo menos, parecem considerá-lo como verdadeiro presidente da comissão; e se o duque estivesse nas intimidades ministeriais, ou antes, se o ministério estivesse nas intimidades ducais, as folhas do governo bradariam bem alto que se tinha abusado do nome do senhor duque para o fazer chefe duma oposição que ele desconhece e que combate, votando com o governo.

Mas os fracos jornais da situação falam de modo que parece que se vêem abandonados por aquele forte apoio. O senhor duque está em Vila Viçosa; logo que ele volte, a sua atitude nas câmaras será o seu respeito.

E se o senhor duque aceita, pouca vida tem o ministério.

E se o senhor duque rejeita a presidência da comissão? Então muita vida terá a insurreição, porque o governo conserva a sua maioria parlamentar, e o povo não quer nem o governo nem a maioria.

E pela resistência do governo virá a persistência da oposição no Norte; ora aquela oposição é definitiva, é clara, é espontânea, é violenta, é revoltosa.

Isto é dizer chá e lhanamente o estado das coisas.

O que é estranho é ver a oposição ter quem a atraiçoe e quem a repila, fazendo também oposição.

Não esquecerão os velhos ódios.

Hoje, perante esta situação, tudo devia ser profundamente esquecido; não é dum governo que se trata, é duma ideia, ideia reaccionária, vexadora, centralizadora.

E necessário não julgarmos o perigo muito grande, mas é necessário não o julgar muito pequeno; decerto que dos homens que estão no poder nenhum tem aquela poderosa organização e aquela energia vitoriosa de que se fazem os ditadores. Podem ter pequenas ambições particulares, pequenas vaidades, mas deles não tememos decerto uma opressão tirânica ou oligarquia mortal: qualquer dos ministros que quisesse inaugurar uma ditadura, não morria pelas armas, porque morria pelo riso. Não, não veremos as proscrições de Sila; não veremos o despotismo militar, nem a tirania cortesã.

Mas o que veremos é a ruína, é o descrédito, é a pobreza, é a estagnação do trabalho, é a aniquilação do comércio, são milhões de braços sem trabalho, é a extinção da produção, é o fim da indústria, é a devassidão, a corrupção, a traição e, por fim, a invasão estrangeira!

Nós estamos dando motivos para que a Europa olhe de revés

para este palmo de terra como um lugar infecto onde há a ruína e a podridão, e que é necessário destruir.

Isto é o que nós veremos.

Isto é que se deve evitar: e o primeiro passo a dar é sacudir este governo, para

reconstruir uma formosa, e sã, e duradoura edificação governativa – é necessário destruir e arrasar aquela velha ruína, carunchosa e áspera, que se chama o ministério; naquela ruína há todos os maus cheiros: há o cheiro da traição, da reacção, da vexação tributária, da devassidão oficial.

A agitação parlamentar e política passou agora para as questões individuais, embatidas na claridade das ruas. Aqui houve uma história de escarro na face e de pontaria de revólver, que tem despertado a curiosidade de todos e desgostado a muitos.

Um cavalheiro da maioria, que fora desafiado, que recusara o desafio, que fora insultado, que se esquecera do insulto, sofreu a consequência duma indignação justa e provocada. Mas a política e a imprensa nada têm com estas questões – ainda que suas filhas.

Adeus.

Nº 25, 4 de Abril

O governo não governa. Dos atributos da sua magistratura política conserva apenas os bordados.

Quem governa é a comissão eleita no *meeting* de Lisboa, é a comissão do corpo da guarda, são as reuniões políticas, são as assembleias públicas de todo o país.

E este um facto novo na história política contemporânea.

Isto prova que hoje a revolução serena e espiritual das ideias penetrou o senso popular. Não é pelas ásperas revoltas de guerrilhas, pelos levantamentos e pelos saques que se destroem os maus métodos políticos. Não era arruinando o país pelo motim que se salvava o *deficit*.

Não era necessário chamar do fundo dos robustos corações portugueses aquele patriotismo inextinguível de 20, para sacudir estas negras sombras de devassidão e de ruína que maculam a lucidez do espírito e da felicidade nacional.

Aos povos de carácter violento e sangue brutal pertencem aqueles acontecimentos civis de guerra intestina que rasgam e ensanguentam a pátria. Os pronunciamentos militares, as traições de garrote, os fuzilamentos rancorosos, pertencem à Espanha. Nós queremos para nós a revolução serena das ideias, queremos a intervenção do espírito para evitar a intervenção do sangue. Os homens de Estado da Espanha são histriões trágicos que pisam um solo ensanguentado; queremos que os nossos homens de Estado sejam inteligências robustas e honradas que andem pelo solo ubérrimo da prosperidade e da paz.

E isto o que significa esta subtracção de todos os poderes às mãos impuras do governo.

A palavra justa, pacífica, nobre e sã do povo há-de valer mais que as discussões sonoras de reformas e de economias, que os aparatos fingidos de força e de potestade antiga.

O povo está cansado das maiorias sonolentas e estéreis, dos governos de forma, dos desperdícios consolidados, do espírito do funcionalismo, da mudança eterna das pessoas e das fardas. Quer ele realizar o seu destino.

Não é anarquia de mil que se sucede à anarquia de cinco.

O povo, com o seu senso justo e profundo, conhece que as questões sociais não podem ser decididas pelas aclamações das praças.

Soberania do povo não quer dizer anarquia da massa.

Até aqui o povo nada era no movimento social do país.

Só se lembravam dele nas épocas de imposto e de recrutamento, que era

necessário gente para os defender e dinheiro para os sustentar. As reformas eram feitas sem conhecimento das necessidades. As leis eram feitas para o povo, sem conhecimento do carácter do povo, da sua ideia, do seu instinto. Como não conheciam o povo, não trabalhavam para ele.

Talhavam ao acaso a vida social. Riscavam a largura do templo sem saber a corpulência do Deus. Importavam-se ideias e métodos políticos, como se importava o algodão e o chá.

O destino sagrado do povo era dirigido por gente que não saía do povo, que não o atendia, que o não respeitava.

Era tempo que ele tomasse uma interferência directa, era tempo de acordar para ver que comédia de ruína e de miséria andavam representando com a sua alma e com o seu pão. Ele assinava, sem atenção e espontaneidade, as procurações para que lhe tratassem no parlamento as demandas da sua felicidade e da sua prosperidade. A urna para ele valia como um espectáculo político, onde os actores lhe pagavam a entrada.

Hoje tudo deve mudar: o povo há-de estar atento ao seguimento da vida política, emendando os erros, reclamando pelas ofensas à justiça, apontando a verdade, aniquilando o mal. A maior obra está feita: foi acordar o espírito público, tão adormecido desde 46. À imprensa se deve esse despertar fecundo e salutar. Foi a imprensa. Por muito tempo tinha clamado aos ventos contraditórios e às névoas fugazes. Agora fala a espíritos e ensina consciências. Mais que nunca o seu direito é ser respeitada pelo governo, mais que nunca o seu dever é esclarecer o povo.

*
* *

Na câmara alta, o senhor duque de Loulé interpelou o senhor ministro da Fazenda sobre as finanças. O senhor duque queria que lhe fosse respondido pelo ministro qual era a solução honrosa que ele previa para este estado de desorganização da fazenda.

O senhor ministro respondeu implicitamente que por si não achava nenhuma, mas cercar-se-ia dos homens mais competentes e probos, para que se combinasse o ansiado plano de salvação.

O governo, repelido, indo de desalento a desalento, e caindo da desconsideração no desprezo, procura prender-se a todos os ramos que lhe estendam mãos caritativas.

Sujeitar-se-ia a realizar o plano financeiro saído duma comissão, a realizá-lo obrigatoriamente, perdendo o alento espontâneo, o princípio enérgico da supremacia autoritária.

Assim perderá os seus apoios, a sua força, a sua entidade, a sua unidade de acção, e por fim ver-se-á que, de todos os atributos, apenas conserva a farda.

Nº 26, *7 de Abril*

A oposição todos os dias aumenta com petições, com *meetings,* com assembleias, com protestos, com comissões; vai assim, cheia de vitórias e de verdades, à conquista da ordem e da prosperidade, pela destruição das maiorias e pela aniquilação dos estadistas doutrinámos e reaccionários. A maré sobe.

O espírito público está vigilante e enérgico; as comissões populares, trabalhadoras e robustas; a imprensa, firme e vitoriosa; o povo, sereno na sua justa força. E esta a livre atitude dum povo livre. Esta impassibilidade da sua força vem da incontestabilidade do seu direito. Não pede injustiças, não proclama ambições de partidos, não alarga sedições

de bandos aventureiros. Quer a reforma do orçamento, a liberdade do município, o trabalho livre, sem pesos fiscais, a redução dos funcionários; não quer a influência perniciosa do espírito militar e da polícia política.

Não é um desejo vago de insurreição que o atormenta e que o revolve: são necessidades definidas que quer ver realizar, são reformas que a sua mão robusta quer fazer, já que não tem força para isso o espírito frouxo da maioria. Pretende uma nova vida política, formulada pela liberdade, realizada pela justiça. Para isso deve destruir a primeira podridão que contamina a pátria, que é o governo e a sua maioria.

O governo arbitrário tem por cortesão a maioria. Substituíram-se os reis feudais pelos governos oligárquicos. O povo sente isto, e pesa-lhe que, depois de ter combatido os tiranos armados, tenha de combater os tiranos cortesãos: depois de destruir as senhorias orgulhosas e opressivas, tenha de destruir maiorias sofistas, retóricas e vexadoras.

O povo sente-o; é por isso que se agrega, que representa, por que está aberta a luta entre o parlamento e a sua vontade – o parlamento representando o desejo das camarilhas, ele representando o direito do país.

Nº 27, *II de Abril*

Foi aprovado na sua generalidade o projecto de administração. E de crer é que os artigos especiais passem intactos, com toda a religiosidade e virgindade de dogmas.

São estes os factos em que se traduzem aquelas teorias do desprezo pelas massas, pela imprensa e pelo direito de petição, que tão apregoadas foram pelo ministério, como as bases mais irredutivelmente sólidas do seu sistema político.

E para que se não fosse suspeitar que aquela aprovação ao projecto era o apoio duma eficaçíssima reforma e não um desacato às petições, aos manifestos, às vontades populares; para que todos ficassem socialmente convencidos que a maioria não vota leis para criar a felicidade do país, mas para consagrar e validar o desprezo pelas populações; o relator do projecto declarou, com uma moralizadora insistência, que nada valia o direito de petição, que eram inúteis e desprezíveis as deliberações das massas e que as maiorias populares, quando não fossem conformes ao sentimento do parlamento, deviam ser desconsideradas.

E disse mais que a soberania do povo era a soberania da ignorância.

Provou isto com Moisés e com Colombo, com as caravelas aventureiras, com as tábuas da lei, com os cumes do Sinai e com as cebolas do Egipto. Assim, o honrado relator chama pela antiguidade bíblica e pelo ciclo épico das descobertas para comprovar a criação reboníssima da paróquia civil.

Busca os seus exemplos nos tempos teocráticos e nos estados inquisitoriais.

Querendo provar que a vontade do povo é obscura e espessa. que os cometimentos decisivos e fecundos não podem partir dele, que precisa de uma alma lúcida para animar a sua força inteligente, que o povo está preso aos hábitos e aos preconceitos, às ignorâncias tenazes, e que precisa, para realizar o seu destino progressivo, de ser levado pelos espíritos iluminados pela ciência; para comprovar isto, procurou em vão na história moderna, na história das monarquias, na história dos impérios feudais, das antigas repúblicas, dos pequenos estados, na história dos tempos góticos, dos tempos reformistas, e só pôde encontrar dois exemplos, um da história semítica, dos tempos obscuros de Jeová e das raças ardentes, outro da época tenebrosa das aventuras marítimas; um passado num monte asiático, entre os reis divinos e as tempestades de Deus e os fragores do Sinai, outro passado nos mares desertos e inexplorados, entre a

tripulação de uma caravela rota, na época afrontosa do equinócio!

Todas estas coisas tremendas foram trazidas pelo erudito relator para provar que a câmara deve desatender aos manifestos das cidades e às petições das câmaras.

Não se diga, ao menos, que o governo não tem semelhanças trágicas! Moisés e Colombo!

Mas sobre estas puerilidades do sábio relator há nas suas palavras – aliás, superiormente discretas na crítica da *maioria* que se opôs a Moisés no Sinai e depois a Colombo nos mares da América – um atentado ao sacratíssimo direito de petição, ao espírito público e à soberania popular.

E, falando do povo, disse estas palavras: «Por consequência deixemo-nos dessas ignoradas maiorias! Quando nos convêm, respeitemo-las, mas quando não são conformes ao nosso sentimento, desconsideremo-las!»

D. Pedro, *o Cru,* de históricas iras, ou Filipe II, ou ainda qualquer apaixonado realista de 83, não formularia mais concisamente o antigo direito infame dos reis e dos tiranos.

O proficiente relator toma a história contemporânea, três revoluções, todas as constituições liberais, toda a imensa criação da livre política moderna, arremessa isso para a escuridão dos arquivos e volta a consagrar o arbitrário, como qualquer monge de 1700.

O relator eloquente, em nome do governo, depois dos acontecimentos de 20 e de 46, neste ano de miséria da pátria, declara que o povo, quando convier, poderá ser atendido, mas quando for contrário ao sentimento oficial, deve ser desconsiderado!

De modo que, em Portugal, nestes tempos modernos e democráticos, não há justiça nem lei, nem razão nem liberdade, nem opinião, nem vontade popular, nem sentimento político, nem direito de voto, nem direito de petição; nada há – há apenas a consciência do governo ou o sentimento do governo!

O povo poderá ser sobrecarregado com tributos esmagadores, vexado por uma fiscalização tirânica, assolado por uma política de espionagem, constrangido no seu voto, disperso com ameaças e com armas, preso, calcado, escarnecido, esfomeado; tudo deve sofrer – é a conveniência do governo!

O comércio poderá ser paralisado, aniquiladas as forças económicas da nação, extorquidas as justas garantias civis, sufocada a voz espontânea da imprensa, dizimadas as famílias liberais, saqueada a propriedade, tiranizada a alma e retalhado o corpo; tudo se deve sofrer – é o sentimento do governo!

Na política há só estes fins: conveniência oficial, sentimento oficial. Necessidade de instrução, generalização do bem-estar, atenuação da pobreza, impulso à indústria, economia do tesouro, respeito à liberdade individual, livre manifestação de consciência pensante, isto nada vale, nada é, poderá ser distraída e brevemente tomada em conta – se convier ao governo!

Reclamações das cidades e das populações, manifestos em nome da justiça popular contra os impostos que matam o trabalho, a indústria, a cultura do solo e a consolidação da propriedade; contra uma reforma que revolta subitamente todo o estado popular, todos os interesses locais, todas as ligações municipais, os hábitos, os sentimentos, os destinos particulares do povo; protestos em nome da liberdade, dos direitos constitucionais, dos princípios humanos, tudo isso será desatendido – não está no sentimento do governo!

Nº 28, *14 de Abril*

O manifesto do povo de Évora, apresentado na câmara dos pares pelo Sr. José Maria Eugénio de Almeida, provocou na sessão de 5 de Abril um incidente de desconfiança e de medo, de atónita hesitação.

O senhor presidente declarou, assustado, que existia na mesa um documento, protesto robusto e altivo contra os métodos financeiros e administrativos do governo, e que ele não tomaria a responsabilidade perigosa de dar àquelas violências populares o destino oficial e regimental.

Falaram sobre este incidente os Srs. Silva Cabral, Eugénio de Almeida, Ferrer, conde de Cavaleiros, Morais Carvalho, visconde de Seabra, Fernandes Tomás e visconde de Chanceleiros.

O senhor presidente, conde de Lavradio, entendia não poder aplicar àquele documento a resolução da câmara em respeito às representações, petições, requerimentos, etc., porque nada se encontrava estatuído nas decisões da câmara ou nas prescrições regimentais em respeito aos protestos; e sustentando tenazmente que a manifestação do povo de Évora era protesto forte, disse que nenhum parlamento do mundo admitiria como representação um documento como aquele redigido.

Sobre o incidente derramou-se em considerações o Sr. de Chanceleiros: considerações que não podemos criticar, porque o *Diário,* com uma condenável despreocupação das memórias vitoriosas do Sr. de Chanceleiros, apenas indica que o Sr. de Chanceleiros soltara dizeres. Mas não relata a ubérrima e feracíssima substância das suas ideias.

Havia um susto na câmara. Pela primeira vez entrava ali uma nova voz cheia dos direitos populares, desassombrada e poderosa, verdadeira como um movimento livre da consciência, áspera como o dever, severa como a aplicação da justiça. A câmara, afeita às suavidades cortesãs, retraiu-se dolorosamente ao ver entrar no seu santuário fidalgo a imagem augusta e rude da vontade do povo.

O senhor presidente, o senhor conde de Cavaleiros, o senhor visconde de Chanceleiros não queriam saber que ideias havia naquele protesto, que reformas aconselhava, que expedientes sugeria, como criticava as medidas do governo, sobre que filosofia assentava a sua ideia de administração, que teoria económica derramava nas suas argumentações sobre o imposto, que doutrina de política interna consagrava na discussão da guarda civil, quais eram as suas ideias, a sua escola, de que princípios saía, que esclarecimentos sociais se remontava, que luz de verdade pedia nele o povo para os seus olhos, que eflúvio de justiça pedia para a sua alma. Não atenderam a isto. Detiveram-se na questão pequena, estéril, sonolenta, cortesã, aristocrática, na questão de forma, de modo, de enunciação.

Se aquele manifesto fosse, porventura, a revelação iluminada duma política grande, salvadora, nobilíssima, ideal, não mereceria ainda assim as atenções do Sr. de Chanceleiros, porque nas suas primeiras linhas estava escrita a palavra *protesto.*

Não era um ideal político, mas era uma realidade popular.

Havia ali um povo que tem combatido e tem lutado, que atirou a sua voz de ameaça aos tiranos da pátria, que era uma vontade decisiva nos tempos trágicos da primeira dinastia, que foi o mais insofrido contra as devassidões cortesãs da corte de D. Fernando, o mais livre e mais amador da pátria contra a negra pressão dos Filipes de Espanha, um povo que ele ensanguentou nas primeiras batalhas da independência e nas últimas escaramuças da liberdade, um povo nobre que se vê sempre atravessando as negras sombras da nossa história com a atitude da justiça, com a intenção do bem e com o pensamento da liberdade – um povo que, em nome da razão e da pátria, dizia severamente as suas acusações a uma política deplorável. Tudo isto passou desapercebido aos pares do reino, só viram que havia ali a palavra *protesto.*

Que importam as ideias?

O Sr. de Chanceleiros e o Sr. de Cavaleiros pisam desdenhosamente essas puerilidades divinas que se chamam as ideias, para ir salvar a etiqueta.

Aquele protesto alanceava o fidalgo pudor dos camaristas, dos veadores, dos reposteiros, dos copeiros, dos estribeiros-mores, de toda a falange cortesã, luzidia, estéril, frouxa e inútil.

Em coro afrontado diziam aqueles delicadíssimos espíritos: esse documento falta ao respeito devido aos poderes públicos.

Mas é faiar ao respeito dos poderes públicos acusar todas as cenas amplas da corrupta comédia política, acusar que se decretam empregos para solver as dividas de amigas intimidades, que se barateiam as graças . favores para o empenho estrénuo da defesa inconsciente?

É faltar ao respeito dos poderes públicos o incriminar que o governo procure assegurar a confiança popular pelas concessões, cortesanias, prebendas, comendas, em lugar de a alcançar pela austeridade da sua administração, pela sua lisura económica, pela sua justiça intratável?

É falta de respeito aos poderes públicos revelar que o governo pretende, por uma política miserável, destruir o patriotismo, pela desorganização popular'?

É falta de respeito aos poderes públicos combater a criação da polícia política, polícia de espionagem, saída das librés e das criadagens oficiais, sem haver uma necessidade sentida de tal criação, a não ser a necessidade de dar a protecção das armas à opressão das reacções?

Pois é falta de respeito aos poderes públicos o protestar com palavras rudes – porque vêm do sentimento robusto e da consciência impecável e porque não são afeiçoadas segundo as humilhações do código das camarilhas?

Isto é faltar ao respeito?

A que *respeito?* Ao *respeito de quem?* É depois de tantas revoluções, que nivelaram as desigualdades civis, que vem de novo consagrar-se a antiga doutrina do respeito, da obediência inerte dos espíritos, dos formulários monárquicos?

O povo sabe tão bem como a câmara dos pares e como os cortesãos o que é o respeito; somente os cortesãos entendem-no pelo lado das librés e o povo sente-o pelo lado do dever.

É agora a hora de se falar em respeito do povo, depois dos desprezos que ele tem sofrido, depois das ofensas à imprensa, às livres municipalidades, ao sentimento sensato e iluminado do instinto popular?

Mas não é a questão de ideia que mortificou os Srs. Cavaleiros, Chanceleiros, etc. Foi uma palavra, uma triste, uma desditosa, uma odiada palavra: *protesto.*

Esta palavra tem uma configuração livre de mais; tem um som onde se sentem revoluções e um sentido onde resplandece a igualdade; é uma palavra que significa sentir enérgico e firme, consciência forte pela presença da justiça, espírito vitorioso pela presença da verdade; é uma palavra filha da soberania popular; é uma palavra nascida das revoluções; é a palavra que empregavam os livres tribunos republicanos quando falavam por vontade do povo e não se calavam pela força das baionetas; é uma palavra que significa a interferência do povo no concílio misterioso da vida política – interferência, não humilde como um pedido, mas dominadora como um decreto; é uma palavra que teve o seu nascimento quando o povo teve o seu libertamento; antigamente não se protestava, o nobre estava mudo diante do rei, o povo estava mudo diante do nobre; agora não: todas as mudezas de então se transformaram nos protestos de hoje; protesto significa liberdade do pensamento, igualdade de direitos, sufrágio nacional, vontade pública, livre espontaneidade de consciência, soberana interferência popular;

tudo isto significa esta palavra *protesto;* decididamente era uma desgraçada palavra que devia ser odiada pela câmara dos pares – pela câmara dos pares, suave especiosa, aristocrática, cortesã e divinamente fidalga.

O Sr. J. M. Eugénio de Almeida defendeu, com a sua palavra inteligente, lúcida, incisiva e lógica, a dignidade do manifesto.

Mas aquilo que de modo algum era uma questão de ideia, era talvez mais que uma discussão de forma, um embaraço de parcialidade. Daquela parcialidade da maioria governamental, que estende a sua corpulência ominosa de S. Bento à câmara dos pares, da câmara dos pares ao Conselho de Estado.

Parcialidade daquela maioria, alfaia consagrada aos governos impopulares, hera que se enrosca ao trono ministerial e ali o vai apertando, envolvendo-lhe as ramagens, secando-lhe as fecundidades húmidas da seiva, sinceramente afeiçoada e sinceramente interessada, envolvendo, em despreocupado convívio, o abraço apaixonado e a paga avara.

Parcialidade daquela maioria profundamente eivada do antigo sistema monárquico, pelo qual era proibido ter instinto, ter vontade livre, ter consciência iniciadora, ter actividades de espírito, e toda a virtude consistia em trilhar mudamente os caminhos oficiais, afeiçoar as pregas dos vestidos consoante as traziam os valiosos, ser obedientemente passivo e inalteravelmente grave, ter por único verbo político o *aprovo* sagrado e rendoso, por único entusiasmo o aplauso dado às supremacias que com vasta sonolência dirigiam a coisa pública, por única atitude a constante contemplação estática das régias maravilhas, por único gesto a profunda, respeitosa e trémula curvatura da espinha dorsal, por única independência o estar com a cabeça mal coberta na presença augusta e radiosa do monarca, por único castigo um gesto irado do príncipe sacrossanto, por única opinião poder elogiar furtivamente os manjares e os vinhos cintilantes, por única recompensa um beijo tímido e religiosos na mão real, ninho de munificências, por única alegria a dádiva dum colar resplandecente, duma comenda constelada de pedrarias, por única liberdade o poder desprezar os lacaios; e por único descanso a morte ingloriosa, o esquecimento, a podridão!

*
* *

No princípio a imprensa castigou as diplomáticas e cortesãs vaidades do senhor ministro dos Negócios Estrangeiros, que queria criar um olimpo de embaixadores, constelado de rendosas prebendas e largas munificências. O senhor ministro disse airosamente que desprezava a imprensa. Depois, todo, todo o país, a universalidade das inteligências, acusou o senhor ministro da Fazenda pela imposição do consumo, pelo desequilíbrio financeiro, pelas profundas e absorvedoras verbas dum orçamento pródigo, pela atenuação das forças económicas do país, entorpecidas pela imposição improporcional, iníqua, desalentadora, dos géneros de alimentação popular. O senhor ministro clamou que desprezava a opinião das praças. Depois a imprensa, as câmaras municipais, as populações apreensivas e incrédulas da reforma administrativa, ergueram as suas representações cheias de milhares de assinaturas e quiseram afastar uma dilaceração nacional por uma representação severa, unânime e legal da população.

O senhor ministro do Reino bradou que não atendia petições nem reclamações, nem vontades populares, porque a parte pensante do país residia no parlamento.

Assim estávamos, pensando na aniquilação da opinião, da imprensa, da inteligência popular, quando o senhor duque de Loulé interpelou o governo, quis saber

se havia uma salvação a esta decadência progressivamente fatal da fazenda pública, e quis que se nomeasse uma comissão, estranha ao parlamento. que viesse suprir a infecundidade espiritual do governo e a mole consciência da maioria.

Aquela comissão, concílio de financeiros, devia meditar o caso desastroso e formular imperativamente ao ministério o itinerário moral por onde havia de chegar ao libertamento económico da pátria.

Então o ministério, que desprezava a imprensa, as comissões, os *meetings,* as representações, as câmaras, as inteligências, os cidadãos, o povo, a vontade nacional, aceitou, com monásticas humildades, a vontade do senhor duque de Loulé. Há-de pois celebrar-se esse concilio financeiro! O governo confessou, pois, que não tinha a inteligência e lucidez para eficazmente combinar a fazenda, que não encontrava nas câmaras capacidades tão lucidamente sãs, tão criticamente empreendedoras que pudessem, com pesado estudo, com produtivos exames, conseguir chamar a ordem e a justiça às nossas finanças, que delas há tanto tempo andam exiladas.

De modo que o governo procede por comissões: comissão para manter a ordem, comissão para resolver a dificuldade económica.

Tira de si a autoridade iniciadora e criadora e espalha-a aos pedaços pelo país, em comissões inteligentes que o auxiliem, que lhe supram a inércia e espessura moral, que o acobertem, desbaratado e inanimado como está, do descrédito público e da desconsideração nacional!

O governo julga-se forte e insuperável, possui coortes fiéis, maioria estrénua, delicada na crítica, áspera na refrega, discreta no concílio; julga-se tão fortalecido com estes rijos meios que despreza a imprensa, que é a opinião estudada e criticada do povo; que despreza a opinião das praças, que é o sentimento instintivo e sensato das populações; que despreza as representações e as petições, que são a vontade inteligentemente formulada e solidamente comprovada das vilas e das cidades.

Julgava-se tão forte que desprezou todos aqueles auxílios de inteligência, de exame, de estudo, de instinto, de sentimento, que de todas as partes, no intuito de bem servir a pátria e facilitar as dificuldades da sua gerência, e alumiar a espessura cerrada e embaraçosa da moderna vida política, lhe ofereciam a imprensa, as câmaras, o povo – a imprensa esclarecida pelo estudo, as câmaras conhecedoras dos sentimentos locais, o povo iluminado pelo instinto dos seus direitos.

Tudo desprezou, como um sábio, como um omnisciente, como um omnipotente, como um impecável.

E agora segue os ditames vitoriosos do senhor duque de Loulé e confessa-se ignaro, inactivo, ininteligente, imprevidente, etc., etc. E delega a sua autoridade intransmissível a uma coorte de comissões.

É estranho!

*
* *

Recebemos esta correspondência particular de Lisboa.

Meu amigo: minguada é a história da política da semana, a não ser a sessão da câmara dos pares de 5, onde foi aprovada uma proposta memorável do senhor conde de Cavaleiros.

Dizia:

«Proponho que as representações sejam mencionadas na acta com o número das pessoas que as assinaram e como outro qualquer acontecimento que tenha lugar durante a sessão.»

Ao princípio, as representações eram publicadas na íntegra, depois foram apenas publicadas por extracto, de ora em diante serão apenas mencionadas! Sufocação lenta do direito de petição!

Ora aquela proposta é devida à dolorosa infelicidade política do Sr. de Cavaleiros; essa infelicidade é ser *ultra:* ultracortesão, ultrapolicial, ultra-indolente, ultra-reaccionário, ultraministerial, etc.: ou por índole impetuosa, ou por desejos de bem servir, o senhor conde de Cavaleiros é em tudo o homem que passa os marcos miliários dos caminhos políticos, que salva as barreiras da arena policial, que pula para longe das muralhas dos parques cortesãos: é em tudo o homem excessivo dos bons serviços, incomodamente prestável, afrontosamente diligente, intoleravelmente activo, horrivelmente sensato.

Onde qualquer empregaria o cor-de-rosa, ele emprega o cor-de-sangue-ardente; onde qualquer ergueria luz mortiça de uma candeia, ele faz resplandecer a girândola flamejante do gás; onde devia colocar uma sentinela, põe um exército. Aplica às suas modestas funções administrativas aquela exageração espanhola, tão célebre nas crónicas e na vida anedótica da Península. O senhor conde de Cavaleiros entendia, e decerto muito sensatamente, que a publicação das representações por extracto era inconveniente, falsa, defeituosa, etc. De acordo. Mas, levado pelo carácter de ultra-exageração, propôs que nenhuma publicação houvesse, apenas uma simples menção ligeira e disfarçada. O senhor conde de Cavaleiros, quando propôs isto, ia certamente bem guiado pelo seu espírito liberal e tolerante, mas o seu carácter violento transviou-o imediatamente.

Ele é assim. Quando vem a rainha de Espanha, agradece ao povo de Lisboa não ter perturbado as festas augustas a Narvaez e ao padre Claret!

O povo de Lisboa soube, uma alegre manhã, que Lisboa tinha estado ocultamente sob a vigilância irada e intolerante do senhor conde de Cavaleiros. Quando qualquer modesto e sereno funcionário queria esconder que a rainha de Espanha tinha causado um grande movimento de defesa nas coortes administrativas e policiais, como se fosse uma individualidade perigosa que vinha imprudentemente pisar o solo português – o senhor conde de Cavaleiros, ele, agradece ao povo ter ficado inerte e indiferente, não ter dado gritos sediciosos ao ver a magra e rugosa figura do duque de Valência, não ter desbaratado as falanges municipais, não o ter derrotado a ele, conde de Cavaleiros, em áspera refrega, na defesa tenaz e sanguinolenta dos fidalgos e nobilíssimos viajantes.

Depois vem o Entrudo: o povo prepara-se para ir serena e alegremente polvilhar-se, molhar-se e fuzilar-se com ovos. Isto dá ao Chiado, como sabem, um aspecto engraçado e bulhento, um movimento desacostumado, uma vozearia incessante.

O senhor conde de Cavaleiros viu naqueles folgares serenos todo o aspecto de motins traiçoeiros; imaginou surdas conspirações tenebrosas movendo as suas vértebras entre aquele torneio de ovos e de farinhas; e o que faz? Derrama esquadrões municipais; constitui-se com os seus empregados em sessões permanentes; espalha proclamações militares, lembrando à honesta guarda municipal as campanhas de liberdade e o dever do soldado; cobre de baionetas o Chiado, a Rua Nova do Carmo, o Largo das Duas Igrejas, etc. Manda de quarto em quarto de hora rondar, escrupulosamente, as legiões atentas e enfastiadas.

Não descansa: redige relatórios, alegra-se na sua providência salvadora, e vê descer a noite e dispersarem os curiosos com o sobressalto dum imperador vitorioso. E assim aquele vencedor inédito!

Depois, ultimamente, prepara-se um combate de morte, e discutido nos jornais, nos cafés, nas assembleias, nos teatros. O senhor conde de Cavaleiros entende que deve ser indolente; e então é exageradamente indolente: deixa a voz pública encher-se das

circunstâncias daquele negócio, deixa acumularem-se os avisos, deixa crescer o sobressalto, deixa passar peripécias atentatórias da ordem pública.

O senhor conde de Cavaleiros fica, obstinado, tenaz, energicamente indolente e indiferente.

Nada o abala.

No dia seguinte, é morto um cavalheiro nos arrebaldes de Lisboa.

O Sr. de Cavaleiros, que tinha derramado um exército para que o povo se não enfarinhasse, não mandou sequer um polícia para que aqueles se não ensanguentassem.

Tal é o senhor conde de Cavaleiros, ultracortesão, ultrapolicial, ultra-indolente.

Hoje, porém, propõe a não publicidade das representações, pensando que assim de algum modo as enfraquece, as mata, as inutiliza. É por consequência também ultraministerial.

A não publicidade das representações de algum modo rouba o calculado efeito de oposição. A simples menção passa desapercebida e esquece; depois, uma representação vale pela maneira como vem concebida, pelos meios de salvação que aponta ao governo, pelas acusações que lhe dirige. Assim divulgadas e espalhadas pelo país, todos sabem qual é a opinião pública, os motivos por que está descontente, e que medidas a sossegariam. De outro modo não podem valer.

Algumas representações são públicas, transcritas noutros jornais, comentadas e conhecidas; a essas nenhum apoio dá a publicação no *Diário,* nem os seus signatários o requerem, mas outras, quase todas, que vêm de povoações menos conhecidas, que não são publicadas em jornais, que não são divulgadas, essas precisam instantaneamente de serem transcritas no *Diário,* para que todos possam saber o sentimento dessas localidades.

A câmara, votando a proposta do senhor conde de Cavaleiros, fez um acto inquisitorial: legalizou implicitamente a acção do criminoso e do réu que queima o seu próprio processo.

Como se não pode sufocar e extinguir o direito de petição, a câmara aristocrática atenua-o, fere-o: pensa assim dar vida ao governo, tira só prestígio à sua dignidade.

É uma política de medo e de hipocrisia.

Não há coragem de negar um direito, mas há o sentimento de o combater. As representações que são firmes na vontade popular, representando respeitosamente aos poderes públicos, são aniquiladas na câmara pela sufocação, deixam de ser manifestações da vontade popular, ficam sendo documentos dos arquivos. É uma política deplorável; combater a oposição popular com traições freiráticas é uma coisa que não estaria no espírito de câmara nenhuma do mundo, a não ser numa câmara da Península onde se tivesse refugiado o espírito conservador das antigas nobrezas fanáticas. Alguns pares protestaram contra aquela proposta, mas o bando ministerial votou-a cerradamente. De modo que todas as representações dirigidas à câmara dos pares têm uma sorte obscura e inútil, porque o Sr. de Cavaleiros fez o seu nobilíssimo dever de cortesão ministerial.

Na câmara dos pares estão alguns dos nomes mais conhecidos na história contemporânea das lutas liberais. No entanto, esses espíritos, talvez com a idade ou com os trabalhos, ou com a indiferença, esqueceram-se da liberdade. E por isso votaram a pena de garrote moral para o santo direito de petição!

Nessa sessão de 5 houve também pequena discussão sobre a representação do povo de Évora, que verão detidamente no *Diário de Lisboa.*

Foi uma discussão estranha e inacreditável.

Na câmara electiva continua a discussão da reforma administrativa; alguns deputados ministeriais têm proposto alterações ao projecto! É um passo para a

moralidade. Não era assim nos belos tempos do imposto de consumo e da reforma diplomática, em que os oradores da maioria votavam em coluna, com uma uniformidade adorável, sem lerem nem saberem todos os projectos, desde o seu titulo até à assinatura do ministro, com um respeito religioso pela redacção e pela pontuação até.

Mas cheguemos a melhores tempos; agora já se discute, já se nega alguma coisa à infalibilidade ministerial. Todos sabem porquê: influências de localidade!

Nada mais de interessante acho na política parlamentar, a não ser o desplante curiosíssimo com que o Sr. Sampaio, muito erudito e lido em história sagrada, muito magnânimo até, negou a opinião pública e aconselhou a maioria a que desprezasse o povo! E então?

Nº 29, *18 de Abril*

Há na reforma administrativa – que ora anda em discussão sonolenta e improficiente, com injustificável prostergação de outros interesses mais entranhadamente civis e nacionais como o código e o orçamento –, há nesta lei de reforma administrativa um libérrimo artigo em que se suprime às câmaras municipais o direito de petição.

Quando por toda a parte se anda esquadrinhando – não haja nos códigos antigos e tradicionais, nas leis herdadas, nas instituições vinculadas à moderna Europa, alguma cláusula de sufocação de liberdade, algum antigo direito de regime iliberal, alguma tirânica antigualha – em Portugal, o governo, filho da Carta Constitucional, das vontades liberais, da luta pela ideia ampla de livre governação, anda esmiuçando as antigas leis para decepar tudo o que lá encontre florescente de liberdade, garantidor da justa independência, criador de foros livres e igualadores.

Foi assim que o senhor ministro do Reino, passeando a sua critica política e legislativa pelos antigos códigos e leis administrativas, matou o direito de petição que lá encontrou, de há muitos tempos estatuído, religiosamente proteccionado pelos governos livres, amplamente sancionado. No seu sistema de administração é necessário que nada haja que dê sintomas audazes da vida moral ou espiritual; se o município robustamente organizado era na ordem política, económica, social e moral uma garantia feracíssima de patriotismo, de actividade e prosperidade – e logo reduzido a estéril paralisia e tornado completamente obscuro do sistema oficial de administração. Se a vida local era uma escola de sentimentos, de hábitos, de interesses políticos, se era o peristilo onde se ensaiavam gerentes da ordem pública, os procuradores populares, os eleitos para serem do funcionalismo. se tornava a vida da pátria robusta pela importância do cidadão – logo o senhor ministro tratou de a desvanecer, de a extinguir, de lhe dar na aniquilação a impossibilidade de ressurreição.

Se o direito de petição concedido às câmaras era um foro de liberdade, um auxilio permanente do governo, uma interferência legal para evitar a ingerência armada, foi logo extinto por quem se arreceia de sentir na consciência popular a afirmação da sua própria miséria espiritual.

O direito de petição é liberdade necessária e imprescritível porque, conhecedoras dos interesses locais, do estado peculiar dos espíritos, do adormecimento em efervescência, da opinião do município, protectoras naturais dos ignorantes, dos pobres, dos velhos, de toda aquela população a quem a energia vital e moral não sobra para se fazer ouvir e escutar, veladoras pelos interesses sacratíssimos depositados nas suas mãos, obrigadas à austeridade de carácter e à lisura de administração, as câmaras não podem, não devem, ficar silenciosas e inertes no meio das oposições populares.

Que perigo saia daquelas petições serenas e pacificas?

Que perigo saia duma opinião francamente aplaudida pelo povo, energicamente formulada pela câmara? Que perigo vem para a liberdade? Nenhum!

Há, sim, perigo para a reacção medrosa, para a vexação tributária, para as medidas iliberais e impopulares; para esse espírito de deplorável política é um perigo tenaz, suspenso, instante, esta generalização do direito de petição, abertamente legalizado; ora o governo, que o suprime, é porque sente nas suas tendências políticas toda aquela alma de reacção e de pressão.

Extinguir o direito de petição é acordar o direito de insurreição.

Quando o governo não consentir a petição às câmaras, consente implicitamente a revolta do povo.

Nº 30, 21 de Abril

A oposição organiza-se duma maneira poderosa e proveitosa. Estendem-se por todo o país grandes e sérias comissões, que sob o mesmo pensamento de unidade, de liberdade, felicidade económica e civil, vão educando convenientemente o instinto popular, e vão combatendo estes gérmens de reacção antiquada que o governo procurava dissimular pelo seu projecto administrativo, combatendo os desperdícios que nos eram sintomas duma decadência financeira, e aquele iliberal e impopular espírito de gabinete que produziria a decadência mais terrível – a decadência da moralidade.

Em Braga organizou-se a filial da União Patriótica de Lisboa e Porto, sendo o seu presidente o Sr. Manuel Luís Ferreira Braga, director do Banco do Minho.

Organizou-se igualmente em Viana, ficando presidente o Sr. Mateus José Barbosa e Silva.

Também se formou em Guimarães, onde o presidente é o senhor conde de Azenha, e vice-presidente o senhor visconde de Lindoso.

Em Coimbra também se estabeleceu uma comissão de oposição popular, onde foi nomeado presidente o par do reino Miguel Osório.

*Nº*31, *25 de Abril*

Há uma maioria popular e uma maioria parlamentar. O governo é combatido pela maioria popular e apoiado pela maioria parlamentar.

Afirmam os dicazes que na maioria parlamentar está o senhor duque de Loulé, sustentam os cônscios que na maioria popular está a justiça.

Os governos podem ser aniquilados:

Pelo manifesto unânime do país.

Pela revolução.

O manifesto não nos aproveita, a revolução não a queremos.

O manifesto significa a interferência da vontade do povo, as representações das câmaras, as petições dos cidadãos, a opinião da imprensa, as decisões das assembleias populares, as resoluções dos *meetings*: tudo isto se fez; nada disso aproveitou: foi desprezado, escarnecido, apupado e esquecido.

A revolução significa a interferência da força do povo, a energia dos regimentos, a fuzilaria das guerrilhas, os decretos das juntas populares, as resoluções da artilharia, a opinião das baterias, a decisão das escaramuças ou das barricadas; nada disso se fará, nada disso queremos; isso seria a miséria, a decadência, a traição, a violação da pátria.

Nem pelo manifesto nem pela revolta pode este governo cair. São represálias; para ter justiça fez o povo o manifesto, não foi atendido; para ter a ditadura quer o governo a revolução, não será satisfeito.

Nem pelo manifesto, nem pela revolução.

Então ficará consolidado, votando a diplomacia pródiga, o imposto de consumo, a extinção do direito de petição, a supressão da vida municipal, a guarda civil.

Mas então ficará o povo com a miséria, sem a apelação, sem as vantagens da vida local e com a opressão policial.

É por isso necessário destruir o governo.

Mas o governo é uma entidade possuída de duas vidas: o ministério e a maioria. Destruído o ministério, finda a maioria: destruída a maioria, finda o ministério.

Destruir o ministério não é possível, porque não nos valeu o manifesto e não queremos a revolução. Logo destruamos a maioria.

Ora para destruir a maioria parlamentar é que é a maioria popular. E que importa que uma tenha o senhor duque de Loulé, se a outra tem a justiça?

Destruir a maioria é cassar àqueles deputados que votaram a reforma diplomática, o imposto de consumo, a generalidade da reforma administrativa, o mandato dado pelo povo para ser zelado honradamente, e aproveitado pelo deputado para ser recompensado abundantemente.

O crime da maioria é ter votado despesas num momento de miséria, e para cobrir essas sumptuosidades, para que um embaixador tivesse mais uma farda e um correio mais um galão, exigir em cada arrátel de carne mais 30 réis, em cada quartilho de azeite mais 25 réis, em cada quartilho de vinho mais 20 réis, etc.

A maioria vota uniformemente com a convicção e com a firmeza dos que praticam o bem: despreza a voz do povo; despreza as razões justas das câmaras; vota friamente para os pobres e para os operários, para os trabalhadores do seu círculo, um tributo que lhes torna a vida cara até às privações, aflita até à miséria: acha tudo maravilhoso e nobre – desde as reformas até aos tributos, desde o imposto da carne até à criação da guarda civil.

É esta a maioria que é necessário aniquilar.

Os eleitores têm o direito de cassar o mandato.

Não só por uma questão geral, como por uma questão local. E aqui há questão nacional, há questão de fazenda, de administração, de tributos, de polícia. O eleitor delegou o seu direito, não o abdicou: os direitos delegados podem ser retirados. O povo não pode assistir friamente à mutilação e à destruição do seu bem e da sua justiça.

Esta maioria voltará em Janeiro, e então começarão de novo as votações unânimes em prejuízo popular.

O comércio está paralisado; a indústria, a agricultura, vão sofrer com o aumento dos salários, consequência inevitável do imposto de consumo; as leis estão desorganizadas e o projecto do Código Civil dorme na escura sonolência dos arquivos; as transacções estão paralisadas; as companhias e os bancos, comprimidos na sua acção económica; os fundos descem, o crédito está perdido, a agitação cresce, os campos do Minho estão invadidos por uma política de inquietação e de animosidade que prejudica o trabalho; a vida vai-se tornar cara com os tributos; os pobres, os operários, os trabalhadores, viverão precariamente do empréstimo, das privações; a actividade do país, hoje débil para política, será então mortuária pelo desalento; as forças produtivas esterilizar-se-ão. Num próximo tempo sentir-se-ão nas angústias populares os efeitos desta política deplorável.

Esta política subsiste enquanto existir o governo, o governo existirá enquanto se conservar a maioria.

O povo pode destruir legalmente a maioria, sem excitações e sem cóleras; reunindo os actos parlamentares dos deputados e a validade moral do seu mandato.

O povo deve encarar este pensamento numa acção permanente e infatigável.

Os bons, os santos desejos, só assim se fazem factos e realidades. E esta realidade será elevada porque será um libertamento popular, libertamento desta política que leva ao estiolamento, à paralisação das forças, à miséria do povo, ao descrédito do país, ao enfraquecimento da riqueza nacional, à decadência de tudo, de dinheiro, de felicidade, de moralidade e de abundância!

*
* *

Uma das necessidades mais positivamente sentidas pela maioria popular, e mais ominosamente desatendida pela maioria parlamentar, é a discussão do orçamento.

Foi a questão de fazenda que, pelas complicações perigosas. pelas decadências que arrastava, despertou o espírito público, tão desprendidamente adormecido desde 46; chamou às praças as multidões populares, alumiou instinto da justiça na alma plebeia, cobriu as representações, os manifestos, as petições de assinaturas convictas, e deu a todo o país aquela livre e racional convulsão que têm todas as maravilhas dum libertamento e todas as aparências dum castigo; libertamento da política superficial, castigo da política reaccionária.

Era para a questão de fazenda que o parlamento devia levar o seu amor das discussões protraídas, dos exames detidos, das pacientes correcções.

As idealidades administrativas, que agora enchem a palavra despeitada ou ameaçadora dos oradores da direita e da esquerda, nenhum interesse têm, nenhuma instância, nenhuma justa utilidade em presença da questão financeira.

As reformas administrativas não se fazem pelo embate leve de opiniões, por fórmulas oratórias, por emendas apósitas, por interesses virtuais, por descontentamentos, por facciosidades; não é estudando nos mapas, recompilando dos livros, tirando a experiência dos casos fortuitos da história, não é criando unidades sociais, recompondo necessidades de uma imaginária vida administrativa; é estudando na prática conscienciosa e diurna, examinando o carácter intimo das localidades, o instinto das populações, vendo nos exemplos tradicionais, tirando conselho da vida municipal.

Talhar uma grande reforma para uma nação, toda feita das ideias dos livros, dos sistemas, das filosofias, das, indicações de antigas escolas políticas decaídas, será fazer um estudo, uma dissertação, uma critica, mas não é fazer uma lei que há-de ter realização, que há-de influir na vida popular.

A reforma administrativa, pois, podia descansar na pasta, sem prejuízo imediato do país; mas o orçamento não pode ficar por mais tempo na obscuridade e no silêncio, sem perigo do Estado.

O seu exame foi já julgado urgente e a necessidade de remediar as suas dificuldades foi já considerada tão incisiva que o governo prometeu nomear um congresso sapiente de financeiros e economistas para organizar a fazenda rota e dispersa. Assim foi julgado quando o senhor duque de Loulé falou.

Tinham havido, no mesmo sentido das palavras do senhor duque de Loulé, petições, manifestos, representações, protestos, *meetings,* proclamações, interpelações, discussões e prelecções na imprensa. Mas nada disso pesou no tenacíssimo espírito do ministério. Só quando o senhor duque de Loulé falou no sentido da ansiedade popular, é que veio, com medrosas pressas, o senhor ministro da Fazenda explicar o seu sistema;

aceitou conselhos profícuos, recebeu o voto das vontades oposicionistas, e nomeou comissões, concílios, congressos, tudo o que, de algum modo científico ou prático, pudesse solver as dificuldades embaraçosas do caminho económico.

A opinião do senhor duque é decerto valiosa, discreta, sábia e prudente. Mas ousemos dizer uma verdade: a opinião da imprensa, das câmaras do reino, dos cidadãos livres, do povo justo, não é menos valiosa e discreta.

E foi todavia despedaçada!

Mas ainda assim, depois daquela prodigalidade de promessas, de comissões, de explicações, voltou a avareza dos factos e das realizações. Nada se fez: não se nomeou a comissão, não se discute o orçamento, não se esclarece a questão de fazenda, não se chama a ordem, a justiça, a verdade, às nossas finanças anárquicas. Apesar da vontade do senhor duque e apesar da vontade do povo.

Ora nós não sabemos se o senhor duque desistiu da sua vontade e se entende agora que antes de todas as salvações económicas devem prevalecer as puerilidades administrativas.

Mas o que sabemos é que o povo não desistiu.

Quer ver o orçamento, as suas verbas discutidas, as suas prodigalidades condenadas, os seus quadros reduzidos, as suas desorganizações remediadas.

Um orçamento cercado de mistérios e de sombras, e receios das discussões, apesar da vassalagem da maioria, faz desconfiar que ali não passou a ordem, nem a lisura, nem sequer a honestidade aparente.

Mas não; discute-se a paróquia civil e prova-se com Moisés a ineficácia da oposição.

Ninguém pode feitorizar fazenda alheia sem prestar contas rigorosas da gerência; o governo não atende este principio de simples economia familiar. A seu talante, reforma, talha, cria acomodações, despesas, subsídios, equipa coortes, veste, assalaria e farda legiões parlamentares, esfacela os cofres, inutiliza na secretaria a economia que ostenta no parlamento, prodigaliza as despesas infecundas e profundas; e no fim, quando o país pobre, cansado, derreado de impostos, quer, por entre as amontoações fiscais e as pressões ministeriais, averiguar as causas do seu *deficit,* das suas despesas, da sua miséria, o governo disfarçadamente recolhe a lista do orçamento e dá à avidez oratória dos deputados e à trituração do espírito político a paróquia civil. E quando ouve que se brada pelo orçamento, diz que vai aumentar as ordenados dos governadores civis! Cobrem as prodigalidades com o mistério! Querem que o país tenha uma decadência anónima!

Nº 32, 28 *de Abril*

O governo vai entrando, passo a passo, na região do arbitrário.

Há dias o *Diário* inseria este decreto:

«Não tendo estatutos aprovados a associação política intitulada Comissão Popular do Porto, e a Associação Patriótica, manda S. M. El-Rei que o governador civil do Porto faça intimar imediatamente os membros delas para que não continuem a reunir-se, procedendo na conformidade das leis contra os que desobedecem.»

E assinado: «João Baptista Ferrão de Carvalho Martens.»

Não decretaria doutro modo a gente do partido de Nocedal, que há tempos declarou no parlamento espanhol que lhe era insuportável a liberdade.

Todas as reaccionárias iras ministeriais se têm dirigido para o Porto; foi a sua municipalidade a primeira desprezada; os seus habitantes, nobres sofredores do trabalho

e da liberdade, vilipendiados; o povo foi pisado pelos esquadrões de cavalaria; e enfim uma associação nobre, tendo por fins sagrados a educação do espírito político, a instrução popular, a serena interferência dos direitos civis, é dissolvida num momento de impudor e de repressão imoderada.

É contra o Porto que o ministério dirige as suas risíveis fulminações: o governo não pode perdoar ao Porto o ter dado nascimento à liberdade.

Encetando este caminho da reacção, do arbitrário, da repressão, da prevenção, do vexame, da polícia, da força, das prisões, dentro em pouco chegaremos àquele estado de baixeza, de miséria, de sofrimento, em que é invejável a liberdade turca, a liberdade russa e até a liberdade espanhola.

Hoje abaixo de Portugal nenhuma nação está: nós estamos abaixo da Suécia, da Turquia, da Áustria, da Espanha. O que temos nós? A liberdade de imprensa? Mas, num momento dado, suspendem-se as garantias. A liberdade individual? Mas o sistema de repressão, de desprezo, da reacção, leva à realidade das prisões.

Temos porventura a liberdade de reunião? Foi há pouco suspensa no Porto. Temos o direito de petição? Lá está na câmara um projecto que o aniquila. Temos porventura a felicidade económica? Estamos nas vésperas dolorosas duma bancarrota. Temos uma representação parlamentar honrada e justa? O país está sofrendo uma catástrofe saída das corrupções das maiorias.

Temos porventura a abundância popular? Lá está o imposto de consumo a decretar a fome.

Temos porventura a prosperidade industrial? Lá está o tratado de comércio com a França, que é uma dilaceração das nossas indústrias.

Temos porventura a instrução do povo? Não: nem escolas, nem classificações de estudos, nem regularização do trabalho intelectual. Temos sequer o direito de instruir o povo? Não: lá foi dissolvida a União Patriótica, porque tentava esclarecer a ignorância das multidões.

Temos o direito da espontaneidade do voto? Não: lá foi dissolvida a associação que queria educar o povo no sentido da honradez, liberdade e inteligência da urna. Temos o direito da interferência nos negócios do Estado, o direito de ter assembleias políticas, de discutir a política do governo, de animar os grandes instintos da justiça, de robustecer os direitos pela união? Não: lá foram dissolvidas as comissões populares e as assembleias tendentes a realizar a soberania popular.

Temos ao menos moralidade, espírito democrático, lisura de administração? Não; temos o espírito conservador e arbitrário, intrigas de fidalgos, galanteios de camarilhas, concessões oficiais. Temos ao menos as regalias municipais? Lá está nas câmaras o projecto que as destrói para sempre.

Temos ao menos um funcionalismo zeloso, inteligente, honrado? Não: temos multidões enormes de empregos para solver as dividas da amizade, para dadivar as influências simpáticas, sem atenção ao merecimento, à grandeza do espírito, à conveniência do serviço.

Nada temos. Temos o direito de escrever, mas o governo reservou para si o sistema de desprezar.

Estamos chegados a uma hora terrível. O governo não se deterá: primeiro a repressão, depois o vexame, depois a perseguição, depois a confiscação. O mal vem de tudo: quem olha este sistema representativo, de cima a baixo, desde os regedores ate aos ministros, considerando a corte, os empregados, os magistrados, os parlamentos, os tribunais, as dioceses, as câmaras, vê que desigualdades será necessário cortar, que infâmias será necessário esmagar, que nódoas será necessário lavar.

E o governo parece querer que estas nódoas sejam lavadas com sangue! Pois

teremos de ver outra vez em Portugal os dramas populares de 20 e de 46, de ver os alvoroços, os sobressaltos, as amarguras, as prisões, as confiscações, as emigrações, todo esse cortejo inflamado e sinistro das revoltas?

Para que alguns homens estejam no ministério! Todos o repelem: as câmaras municipais. o povo, o exército: e apesar disso, pelo egoísmo frenético da conservação, prefere à sua demissão o sangue dos liberais.

Não tinha estatutos aprovados a Associação Patriótica. Pois a realização dum direito precisa porventura de sanção? Pois é necessário impetrar licença para tornar exequível uma liberdade de há tanto garantida, de há tanto protegida pelas constituições e pelas leis?

Pois a educação política, a instrução do povo, é uma coisa tão perigosa e tão subversiva que precise de licença superior para viver no Estado?

Pois a liberdade de discussão política, a vontade popular, a opinião, estas coisas conquistadas com tantas revoluções, com tantas dores e sangue do povo, precisam para se organizarem das licenças régias? Pois alguém pode autorizar um direito que não pode proibir?

Não querem as associações públicas, terão as associações secretas: não querem a discussão, terão a conspiração; porque nós entendemos que uma associação que tem a chancelaria do povo escusa de ter a chancela da secretaria.

Mas aquela associação era um gérmen de liberdade, não convinha ao governo.

O seu fim era (segundo os estatutos) concorrer para a boa direcção dos negócios públicos, apreciando as medidas apresentadas no parlamento; e o governo não quer que lhe analisem as suas medidas, que revelem ao povo o que há nelas de vexador e de reaccionário.

O seu fim era vulgarizar os seus estudos sobre administração pública: e o governo quer ignorância destas matérias, para poder livremente derramar o seu sistema iliberal, para exercer as vingança s do patronato, para modificar a justiça conforme o seu interesse, para dominar pela sua vontade e não dirigir pelo direito, para suspender as garantias, aniquilar o sentimento patriótico da vida local.

O seu fim era instruir e moralizar o povo acerca dos seus direitos e deveres civis e políticos: mas isto é o que o governo não queria: o que ele quer é a ignorância do povo e a desmoralização do povo: porque o povo ignorante sofre, é vexado, esmagado, e fica num frio silêncio: porque o povo imoral sofre, é vexado, é esmagado, e fica numa fria indiferença. Não convém ao governo que o povo saiba a lei, saiba os princípios, saiba as verdades políticas, saiba o espírito das constituições, saiba os seus direitos: porque quer torcer a lei, quer desprezar os princípios, quer desconhecer as verdades políticas, quer destruir as constituições, quer esmagar os direitos.

O fim daquela associação era concorrer para que o direito de eleger fosse exercido conscienciosa e esclarecidamente, sem espírito de facção ou de partido, mas unicamente no intuito do bem público; ora isto é o que o governo não queria; quer que as eleições sejam feitas no sentido da sua conservação, quer educar e criar as maiorias, quer vassalos e não deputados, quer uma camarilha representativa, aduladora e escrava, servilmente uniforme, curvadamente obediente.

Eram estes os fins da associação; por isso foi dissolvida.

Os seus fins eram criar a liberdade, promover a prosperidade, consolidar a igualdade, entronizar a justiça; por isso foi dissolvida.

Era um perigo constante esta associação liberal num estado. reaccionário. Era uma conspiração constante da liberdade contra a vexação.

Era a conspiração da lei contra o arbitrário, era a conspiração da justiça contra a opressão. Era necessário extingui-la.

Podia alargar-se por todo o reino, começar a criar cidadãos, dar uma direcção justa e nobre às tendências políticas, dar os maus costumes da independência, contaminar as almas com as ideias da liberdade, revelar terrivelmente os direitos aos povos; era um perigo, era um mal, era um abismo, era enfim a liberdade. O governo devia-a destruir.

Possa este canto da terra que ainda se chama Portugal não ser ensanguentado pelas revoltas! Possa afastar-se o momento de luta entre os que ceifam as mesmas searas e se assentam às mesmas sombras.

O povo é sofredor, o povo é nobre, não vá todavia ao despotismo do governo seguir-se a anarquia do povo; não vá ao sereno murmúrio das ideias seguir-se o áspero zunido das balas. Olhe o povo que o governo quer chamá-lo para um terreno onde só ele tem uma vantagem ensanguentada; é o terreno da revolta.

Logo que o povo irritado e tumultuoso ali chegue será esmigalhado, disperso, dizimado; porque naquele terreno da revolta o povo só tem por si a sua justiça, e o governo tem a ditadura, a intervenção estrangeira e a traição à pátria!

*
* *

Há pouco dizíamos: «Desprezar o direito de petição é animar o direito de insurreição.»

No Porto houve tumultos, ferimentos, cargas de cavalaria, disposições sumptuosas de força, aniquilação de resistências, prisões, aclamações, rebates, etc.

Tinham desprezado o direito de petição, aí está agora a insurreição.

Tinham desprezado, combatido, escarnecido, inutilizado, sufocado a interferência legal e pacífica; aí está agora a interferência violenta e ensanguentada.

Aqueles tumultos do Porto não significam uma rivalidade de regimentos, uma desordem de desertores, uma indisciplina militar, uma animosidade popular; significam o direito de protesto, que, vendo-se repelido quando procedia pela razão, volta agora para ser respeitado, porque há-de acometer pela força.

De 20 em 20 anos, neste século, em Portugal, a antiga e legendária árvore da liberdade cobre-se de musgos, de heras, de plantas roedoras e parasitas, de excrescências que lhe tolhem o robustecimento, que lhe secam a seiva e lhe desramam a frondosidade.

Esses musgos e essas heras são a reacção, a vassalagem, a desonestidade política, a corrupção oficial, as tendências iliberais, os despotismos burgueses; de 20 em 20 anos é necessário limpar a árvore da liberdade.

E necessário cortar e decepar tudo o que lhe tolhe o arredondamento da verdura, o alargamento da ramagem, que lhe seca os frutos e lhe derruba a vida: são limpezas que se chamam revoltas.

A árvore não foi limpa há 20 anos; está sobrecarregada e coberta de musgos, de ervas, de gramíneas: é necessário limpá-la.

O Porto não sossega. O Minho, inquieto e desolado, em resposta ao desprezo pelas praças, prepara a vingança dos campos. Há no país uma convulsão revolucionária. É a última desgraça da pátria: havia um *deficit* enorme, um crédito aniquilado, um estado de paralisia industrial, um perigo instante de invasão e de anexação, as vésperas de uma miséria; faltava a revolta. A revolta apareceu.

A revolta é a morte do comércio, a destruição da propriedade, a aniquilação da agricultura; são as famílias dispersas, são as prisões, as emigrações, as escaramuças, os contínuos movimentos de tropas, os saques de aldeias e de quintas, o incêndio das searas, o roubo dos gados, o luto terrível das famílias, uma profunda ferida no trabalho,

na instrução do povo, na consolidação da riqueza, da prosperidade e da liberdade. Se amanhã começarem estas angústias, a quem se há-de dar a responsabilidade sinistra?

Ao governo. Ele, só ele, é o fautor de revolta e o provocador de tumultos.

E o governo – que, não podendo conservar-se pela liberdade, quer viver pela ditadura.

E ele – ele, que desprezou as petições, os manifestos, os *meetings,* as representações, a imprensa, as livres municipalidades, os protestos legais, a vontade popular.

De todos os meios que o povo tinha de apelar, de reclamar em nome da sua justiça. apenas lhe deixou a revolta.

Pois como tem procedido a oposição popular? Não peticionava humildemente? Não impetrava a licença para a celebração das suas assembleias? Não proclamava a ordem, o sossego, a interferência legal, pacífica, paciente? Não discutia nobremente'? Não era a imprensa cortês e moderadora? Não era com argumentações, métodos filosóficos, sistemas económicos e positivos que combatia as medidas do governo?

Porque não foi então atendida esta oposição popular?

Era uma facção que intrigava? Era um clube que protestava, com isoladas vozes de despeito? Era um corrilho que chorava solitariamente as misérias da pátria, enquanto a pátria repousava satisfeita e abundante, entre as venturas e as glorificações'?

Era algum bando decaído que se revolvia nas negras espumas da inveja e do despeito?

Era alguma questão estéril de individualidades ou de nomes?

Era algum feito de represálias políticas? Não. Era um partido único – o povo – pedindo uma única coisa – a liberdade. Liberdade industrial, fiscal, social, municipal, policial.

Liberdade por toda a parte. Derramamento da abundância.

Não eram idealidades que ele pedia, era a realidade que rejeitava.

Rejeitava o imposto de consumo, o tratado de comércio, a reforma administrativa, a reforma diplomática, a criação da guarda civil.

Queria sobretudo a moralidade. Porque devemos dizê-lo: no povo não há só oposição enérgica às medidas ministeriais há sobretudo oposição à corrupção oficial. O povo está cansado das maiorias vassalas e assalariadas, da prepotência de certos espíritos ininteligentes, das intrigas da camarilha e da corte, do espírito conservador, iliberal e aristocrático de certas influências, das polémicas vãs e inúteis, do espírito de funcionalismo que invade tudo, destas perigosas e grotescas tendências militares que suo nocivas na ordem moral; o povo está cansado de ver que nada temos adiantado do século XVIII; que tudo se resolve ainda por influências freiráticas, por combinações de fidalgos, por vontade da camarilha: que é o espírito cortesão que domina a política; que governam as devassidões, os empenhos, os galanteios, as obrigações da amizade, as vaidades do luxo, os brindes, os saraus, enquanto a justiça morre e o povo come parcamente o que lhe deixa o fisco!

E isto que o povo está cansado de ver.

Mas o governo entende ainda que aquele estado é pequeno vexame político, social e moral, e instiga as revoltas, e provoca os distúrbios.

Quer que o imposto que reduz a carne seja combatido pela revolta que prodigaliza o sangue!

Aqui está o estado do país. O que nos espera ainda? Só se for a intervenção estrangeira. O governo já tomou o caminho que vai dar a essa traição; primeiro a pressão, depois a repressão dos tumultos pelas armas, depois a supressão das garantias civis, depois a ditadura, depois as prescrições, depois a intervenção.

Oh, liberdade em Portugal, miséria e nada!

Nº 33, 2 de Maio

A Lisboa vai a comissão da câmara municipal do Porto pedir ao rei a interferência do seu veto.

Este pensamento generalizado energicamente, e realizado pelas câmaras do reino, era ainda um acto de oposição, da proveitosa e serena oposição que é necessário manter para evitar os tumultos perigosos e as faíscas revolucionárias.

Às câmaras municipais compete a defesa incansável das liberdades, das abundâncias, das economias populares.

Ora cada câmara vê bem, no seu conselho, a agricultura sofrendo com o imposto de consumo, pelo aumento do salário, pela escassez dos braços, pela atenuação da produção; sofrendo pelo rebaixamento dos seus géneros vendáveis, pela concorrência, que, com elementos insuperáveis, lhe faz a produção estrangeira; vê que as classes operárias vão entrar nos proletariados inumeráveis, viver do empréstimo, ter a debilidade das forças e a rudeza dos trabalhos, etc., etc.; vê enfim os inconvenientes todos das medidas que há três meses têm dado ao país a inquietação, a indignação, a manifestação e, por fim, a revolta. Em tais circunstâncias, o dever das câmaras não é ficar recompondo e trancando actas, questionando protraidamente as arrematações, discutindo, com pomposa seriedade, a plantação duma peónia ou dum manjericão, passeando a sua atenta minuciosidade sobre uma calçada gasta ou sobre uma grade mal pintada; o seu dever é colocar-se ao lado do povo, estudar-lhe os seus interesses, representá-lo no congresso inteligente das oposições, protestar, reclamar em nome dele, defender, com tenacidade intratável, a sua felicidade, a sua abundância, o seu pão, migalha por migalha.

Crescem os tributos; as populações reclamam; tudo o que pensa e argumenta, os jornalistas, os publicistas, os economistas, os legisladores, apela, em nome do povo, das violências tributárias que vão matar a produção, o trabalho, o consumo, a saúde, a liberdade, o comércio; só a câmara municipal desta terra, que devia falar, representar, peticionar, se conserva mudamente atenta sobre o repertório, para ver em que dias a claridade suave do luar lhe há-de vir, familiar e caseiramente, economizar o azeite!

Se a câmara assim fica, na abstenção puritana de todo o movimento apaixonado e popular, é sem dúvida por entender em seu espírito que, acima da questão da liberdade, de economia, de legalidade e de abundância, acima da questão do proletariado ou da felicidade agrícola, da questão de patriotismo, de moralidade, de instrução, que acima da divisão racional do trabalho, do acréscimo de consumo, do desenvolvimento da produção, da atenuação da miséria, da universalização do bem-estar, está a séria, ajusta, a filosófica questão da pintura mirífica e esplêndida das grades do passeio.

Que importa o povo, a instrução, a felicidade das classes operárias, as dificuldades do salário, os embaraços da vida popular, a higiene, as vexações da fiscalização, tudo isso que traz o imposto mortuário? Que importa a indústria ferida pelo tratado de comércio? As garantias, o município, o direito de petição, morto pela reforma administrativa?

Que importam essas questões donde depende a felicidade das classes, a abundância das populações, o desenvolvimento das cidades, a riqueza, a elevação e supremacia do país? Que importa isso tudo perante a questão que se resolve tenebrosamente no espírito da câmara, a profunda questão de saber que forma há-de ter o tabuleiro em que será plantada a luzerna, a outra mais imaginária sobre qual deve ser a

cor dos vasos de rainúnculos, ou enfim a outra, a mais pávida, a de saber se os lavores do chafariz devem ter a forma de couve ou de cabeça de golfinho!

Os negócios internos devem decerto ocupar a inteligência atenta das câmaras; mas deve o seu pensar escrupuloso traduzir-se em melhoramentos fecundos, em reformas úteis e imprescritíveis, em iluminação segura e policiadora, em boa e higiénica condução de águas, em melhoramento dos edifícios públicos, em rigorosa e justa fiscalização dos géneros, em limpeza das ruas, em desobstrução de becos, em trabalhos de calçadas e de construções, indispensáveis como trânsito e como higiene, etc. etc., e não em maravilhosas puerilidades, que demonstram curiosidade paciente, mas direcção ineficaz.

A câmara desta cidade não representou, a câmara não peticionou, não mandará comissão ao rei. Mas não foi por política, decerto: foi por andar preocupada com a sua maravilhosa luzerna, e andar triste pela avareza de Deus, que não prodigaliza o seu luar, para economia do município.

Não foi política. Não se poderia acreditar que a câmara abandonasse o povo, de quem procede, que, por ambição ou por esperança de dádiva, ou por ligação afeiçoada, se fosse colocar espontânea e gloriosamente nas intimidades do governo. Não podia a câmara proceder assim: abandonar o povo, quando ele se lamenta; deixá-lo no isolamento da luta, quando lhe tinha prestado o voto de protecção; rasgar moralmente o mandato sagrado; renegar a espontaneidade dos espíritos que lhes confiaram o depósito das garantias e felicidades municipais; desprender-se daqueles com quem se devia identificar; ajudar a vexar aqueles que devia proteger; atraiçoar aqueles que devia salvar; não pode este ser feito de cidadãos, de homens livres, de consciências sãs, de honras fortes. Não pode ser: por isso diremos que foi a indiferença, que foi o desleixo, que foi a luzerna, mas nunca a política, que assim fez abandonar o seu lugar aos protectores do povo.

De que valia então nomear a grande multidão autoridades populares? Para a combater, para a abandonar, para lhe despedaçar a fortuna e os destinos?

A política das câmaras é a política do povo. Não devem conhecer outra, sob pena de maculação de espírito: não devem seguir outra, sob pena de traição de facto.

A política do povo neste momento é a política de libertamento, de abundância, de prosperidade; como a política do governo é de opressão, de abaixamento, de miséria. Abandonar aquela para seguir esta seria um facto deplorável e desonesto, se fosse um facto realizado.

Mas a abstenção da câmara não foi política, foi quando muito desdenhosa: eram estas pequenas questões, imperceptivelmente pueris, que desdizem da magnanimidade espiritual da câmara. É o antigo desdém das supremacias. O céu, que tem as constelações enormes, deve, no seu pensar divino, desprezar a relva húmida onde só há pirilampos; a câmara municipal, que tinha a luzerna e as peónias, devia desprezar esta política popular, que só tinha a liberdade.

Nº 33, 2 de Maio

O senhor visconde de Leiria, comandante da divisão, e o senhor barão de S. Januário, governador civil do Porto, em iliberal união, proclamaram desta sorte aos habitantes do Porto:

«Cidadãos portuenses:

A agitação e o sobressalto em que nestes últimos dias tem estado a população desta cidade, em consequência dos sediciosos tumultos provocados por alguns espíritos turbulentos e desvairados, têm colocado a autoridade na dura necessidade de reprimir os excessos praticados contra a força pública encarregada de manter a ordem e de fazer respeitar as leis do Estado.

Nesta situação anormal, cujas consequências não podem deixar de causar graves perturbações no bem-estar duma povoação comercial e fabril, as autoridades incorreriam em não pequena responsabilidade se não recorressem a todos os meios que as leis lhes facultam para evitar a repetição desses excessos e manter impreterivelmente a tranquilidade pública.

É por isso que o chefe administrativo do distrito e o comandante da divisão militar julgam conveniente prevenir o público sensato e amante da ordem, e que felizmente é a generalidade da população desta cidade, de que a força pública não pode, sem faltar aos seus deveres, deixar de empregar todos os recursos de que dispõe para de uma vez pôr termo às desordens e tumultos: e portanto, apelando para o bom senso e sentimentos de ordem dos cidadãos portuenses, lhes recomendar completa abstenção em concorrer aos ajuntamentos sediciosos, se infelizmente se repetirem, para não partilharem das desagradáveis consequências a que se expõem os perturbadores do sossego público.

Porto, 23 de Abril de 1867

O comandante da divisão, *Visconde de Leiria*

O governador civil,
Barão de S. Januário»

Assim proclamaram. E este um uso tomado sem dúvida dos capitães-generais de Madrid, na véspera dos fuzilamentos e das deportações sem número.

O comandante da divisão, ingerindo-se nas atribuições administrativas; o general, proclamando a cidadãos livres, com a mesma pompa com que se exortam prisioneiros; as frases suasórias e conciliadoras do Sr. de S. Januário, entrecortadas com a luz reluzente das baionetas; as autoridades do Porto, dando ao direito a atitude da força, e substituindo as práticas constitucionais por costumes e formas de acampamento: é uma terrível ironia neste país que se diz de liberdade e que é apenas de arbitrário.

Naquela proclamação o senhor visconde de Leiria representa de mais a força, como no país o governo representa de mais a reacção.

O senhor governador civil fez talvez bem em chamar à cordura e à benevolência aqueles que os seus brilhos cavalheirescos tinham incitado à desobediência; a ele está confiada a ordem, só ele é responsável e arbitrador no momento de tumultuações populares; a força, o soldado, as baionetas, estão de longe nestas lutas políticas, indiferentes e neutrais, e apenas avançam quando a autoridade civil precisa solidificar o direito com a força e apoiar a legalidade na ponta das baionetas. Então a força, com brandura, com humanidade, com moderação, com justiça, deve dispersar os que tumultuavam. Mas proceder como procedeu no Porto é inconstitucional perante a lei; e é bárbaro, indigno, perante a justiça. Atropelar o povo, maltratá-lo covardemente, mutilar velhos, crianças, mulheres, envolver nas mesmas cargas os indiferentes, os tumultuados, os que passavam, os que acudiam, esmagar sem atenção, dispersar sem respeito, não é destes tempos, destes costumes, destas liberdades e destas grandezas populares. Isso faz-se em Espanha, e é condenado pela Europa! Nós temos um governo civil, não temos

um governo militar. Se a pedrada do povo não é uma garantia constitucional, a tirania soldadesca não é um princípio liberal.

Ainda não chegaram os tempos em que as sérias discussões da ideia política se hão-de passar, entre baionetas, ao pé dos muros das prisões, pouco distante do pau das forcas. A política por ora ainda não saiu de sob a protecção da lei. Se já temos o aspecto da ditadura, não temos ainda a realidade. E esse aspecto, suportamo-lo porque o povo é bom, sofredor, inteligente; e só quando vê a sua liberdade moribunda é que faz a sua força invencível.

Ora o senhor ministro do Reino tem particular gozo nestes procedimentos despóticos que o alçam a ele até à esplêndida indignidade de ditador. Filho da escola doutrinária, como não pode viver pela ideia do presente, que é a liberdade, quer viver pelo facto do passado, que é o privilégio. Homem sistemático, quer estender o seu pensamento iliberal pelo mundo civil, pelo mundo religioso, pelo mundo militar, e quando se trata de administração suprime a liberdade municipal; e quando se trata de repressão prodigaliza a anarquia militar. Eis aí.

Aquela proclamação dá-nos a medida do que será este país em mãos ousadas, se porventura a revolta fizesse nascer a ditadura.

Aquela proclamação coroa os excessos da soldadesca, O senhor barão de S. Januário lembra o que o povo sofrerá se se revoltar, chamando para testemunha e apoio da sua afirmativa o comandante da divisão. Mesmo nas horas pacificas, o Porto tem sobre si a ameaça perpétua das espadas e das fuzilarias. A administração e direcção pública é colaborada pelo governador civil e pelo governador militar.

Invertem-se os deveres. O senhor governador civil recompensa a tropa, o senhor comandante ameaça os cidadãos. Assim, o arbitrário e a força ocupam todo o sistema do governo, e tanto o ocupam que não fica espaço para a liberdade!

Nº 34, 5 de Maio

Nós estamos hoje num estado político que se pode chamar a «naturalização da crise».

De facto, parece que esta situação violenta de descontentamentos populares, de cinismos parlamentares, de egoísmos ministeriais, de agitação revoltosa, de sobre-excitação pública, vai tomando foros de nacional, vai-se inoculando no nosso carácter, vai-se alargando nas páginas da história contemporânea, e fazendo deste país, que tanto tem sofrido pela liberdade, pela independência, pela justiça, a pátria eterna dos abusos.

Com efeito, Portugal é já – a pátria dos abusos.

Aqui, neste país, hoje, não há abuso, não há prevaricação, não há indolência, não há corrupção, não há miséria que não viva satisfatoriamente sob a protecção e a chancela oficial.

E o que é pior, não há salvação: porque parece que o governo tem o orgulho da sua própria gangrena. Ainda há pouco foi dissolvida uma associação porque os seus fins eram instruir, moralizar o povo, inaugurar as eleições conscientes e inteligentes, robustecer o patriotismo pela honra política dos cidadãos. Fim moralíssimo, meios moralíssimos, espírito moralíssimo: era o primeiro exemplo que em Portugal se dava duma grande associação de moralidade. Era a iniciativa generosa da justiça: foi dissolvida. Foi combatida como um remorso, evitada como um castigo.

Aqui não podem ter foro de livres as associações honradas, só têm garantia e segurança as prevaricações manifestas.

Aquela associação pelejava nas batalhas intelectuais, tendo por espada imortal a

justiça: todos os nobres pensamentos se realizavam e fecundaram a sua acção. A instrução, a consciência, a justiça: querer dar ao espírito público estas virtudes é querer o bem da pátria, a vitória das grandes ideias, o derramamento da liberdade, da prosperidade e da abundância. Foi dissolvida.

Que importava ao governo que aquela associação fosse o primeiro passo da alma deste país ressuscitado? Impedia as suas ambições, ameaçava os galões das suas fardas: era inútil como tal e era prejudicial ao país. E o país, na linguagem oficial, é aquele espaço que vai de S. Bento às secretarias e das secretarias ao Conselho de Estado; só aí é o país. O resto é o lugar dos escravos, dos que trabalham, dos que pagam, dos que são soldados, dos que morrem de cansaço, dos que semeiam, desses miseráveis que o governo julga não terem bastante valor para serem atendidos, mas terem já o dinheiro preciso para não serem inutilizados. Por isso debalde se diz: o país sofre, o país combate o imposto; que importa ao ministério?

Por mais que sofra, que se torça. que se estiole de fome. há-de ter sempre a migalha para o fisco, o braço para o recrutamento e o voto para o tempo das eleições compradas. Demais pode clamar, pedir justiça, melhoramentos; ninguém se preocupa, ninguém o atende, ninguém revela alguma ideia de desopressão e de libertamento. E assim que o povo é considerado no mundo ministerial.

As provas bem resplandecentes estão, O povo foi atendido? Não. Foi respeitado? Não. Foi poupado nos tributos? Não. E metralhado, pisado, esmagado? Foi.

Foi, porque parece que este governo só o povo atende quando tem de o despedaçar.

Então voltam-se para ele as autoridades administrativas e as autoridades militares, todos lhe proclamam, todos lhe aconselham sensatez, todos se rojam. Depois vem a carícia da cutilada e a benevolência da carga de cavalaria.

Parece que nas ideias do ministério está o fazer caminhar o país, espicaçando-o com a espada, e fazer-lhe penetrar as ideias na cabeça e os sentimentos no coração, por meio de balas.

Os que falam ao povo não fazem relações imaginosas da política ministerial. Há três meses, todos o têm visto, só tem havido pressão, repressão, desprezo, desconsideração, força, brutalidade para o povo. Depois de o desconsiderarem, acutilaram-no. O governo censurou o povo que peticionava a prodigalidade da palavra; e ele, então, tem a prodigalidade do sangue. No Porto foram acutilados velhos, homens indefesos e trôpegos, crianças, mães que passavam com os seus filhos, pobres criaturas inofensivas, que fugiam: numa rua, um homem de 80 anos, que estava caído, foi pisado, torturado, acutilado e quase morto; mulheres que se aproximavam, inquietas e medrosas, eram lançadas por terra e brutalizadas. O governo então deu ordem ao comandante da divisão que procedesse com mais rigor, porque aquilo fora só a primeira brandura. Era ainda a timidez da força. E o senhor general, proclamando militarmente aos cidadãos, fazia encobertas ameaças onde se pressentia a morte. E nisto que o povo deve atentar.

Por um lado desprezam-no; por outro, tributam-lhe a carne, o arroz, o vinho, tudo: por outro, maltratam-no, acutilam-no e despedaçam-no. Nada tem ele a esperar deste governo, a não serem as últimas violências, a perseguição, o vexame, os impostos triplicados. Atenda o povo.

É ele que cria a sua felicidade, a sua ventura, o seu bem-estar, a sua riqueza. Se adormecer, ficar indolente e inerte, verá a miséria, as perseguições, as famílias dispersas, o pão escasso, as mil desgraças, as prisões terríveis, o estado doloroso dos países perdidos.

Se atender, se se reunir e falar, se se congregar em assembleias, se encarnar o seu

pensamento numa acção justa, se prestar o seu apoio aos que por ele pedem e clamam, se se der aos braços que o defendem, se em tudo seguir os conselhos que a justiça dá pela boca da verdade, então poderá ter ainda a sua felicidade, a sua abundância, a sua riqueza, o seu sossego e a vida tranquila.

*
* *

Há uma terra onde, por uma péssima excepção ao sistema de boa administração, a polícia é perfeitamente descurada, a segurança individual abandonada ao acaso da força e da luta, onde não há iluminação, nem patrulhas, nem rondas, onde o lajedo é a pátria segura dos malfeitores, onde todas as devassidões se prodigalizam livremente, onde tudo que faz a vida de associação civil regulada e sossegada é perfeitamente esquecido; uma terra onde tudo é livre, e com abundância, a cacetada, a pedrada, a punhalada, a prostituição. a obscenidade; onde há menos segurança do que na última aldeia da Turquia. Esta terra é Évora. Todos o sabem.

A desgraça desta cidade, o seu abaixamento, o aumento terrível da criminalidade, a desconfiança individual, a sua imoralidade, as suas poucas condições de salutar higiene, toda a sua decadência, se explicam por estas palavras – *sem polícia.*

A polícia é alma da vida de associação: toca todos os pontos dos interesses individuais: a saúde, a segurança, a prosperidade, a fortuna, a vida, a confiança, o negócio, a moralidade, a prosperidade, a liberdade. Nas terras onde não houver polícia, aqueles interesses perdem-se, inutilizam-se e transformam-se em perigos: a saúde prejudica-se, a segurança perde-se, a prosperidade arrisca-se, a fortuna atenua-se, a vida periga, a confiança esmorece, o negócio paralisa-se, a moralidade esvai-se, a propriedade debilita-se e a liberdade diminui. Já se vê daqui o abaixamento, a decadência, a inércia, a indolência, a perversidade, a desmoralização, a pobreza a que chegam aquelas terras onde falta a polícia. Donde vêm aquelas inferioridades reais de certos países, aliás numas condições de prosperidade, de força, de riqueza de material superiores às supremacias territoriais da Europa? A inferioridade da Turquia, da Suécia, da China, do Brasil? Da falta de polícia.

Polícia não significa só patrulha e ronda de cabos. Polícia significa o principio mesmo das sociedades democráticas e livres; significa protecção da lei. O que está nestas três palavras – protecção da lei – é toda a vida social: a fortuna, o comércio, a indústria, a política, a liberdade, a igualdade, a moralidade, a independência.

Pois bem, aqui, nesta terra, não há polícia: isto é, não há segurança, nem protecção, nem moralidade, nem liberdade, nada. Não há a polícia material, que é a protecção visível e actuante da força e da prevenção administrativa, e não há a polícia moral, que é a protecção invisível da lei e a responsabilidade perante a justiça.

Aqui, a cidade está abandonada aos malfeitores, aos criminosos, a todos os que tiverem uma má intenção qualquer; de noite não há iluminação, não há patrulhas, não há rondas; a prostituição, o roubo, o assalto, são imunidades de que o mal goza em Évora. Cada um toma a responsabilidade da sua própria segurança e nenhuma confiança põe nas autoridades. Como todos sabem que as não dirige o seu dever, não as esperam pelo lado do direito. Donde estiver a amizade, a prepotência, o privilégio, a influência, é onde elas estão. Onde for necessária a protecção, a lei, a justiça, a polícia, é onde elas faltam.

A higiene, a polícia de prostituição, a iluminação, a polícia nocturna, a vadiagem, a desmoralização, tudo é desprezado profundamente, esquecido e abandonado.

Onde a lei não dá protecção, não merece respeito. Assim a criminalidade aumenta

todos os dias. Não é isso devido ao instinto mau da população, ao carácter áspero da raça. Não; é devido à inércia, ao desleixo, ao abandono da polícia. Coisa horrível, que os que devem diminuir a criminalidade sejam, pelos seus abusos, os que a vão aumentar.

É este um caso em que parece que as autoridades foram dadas para tornar as terras piores. E um estado este, estado bárbaro, onde, sob pena de responsabilidades terríveis, esta terra não pode subsistir.

O cidadão está exposto de dia ao vexame, ao insulto, à desfeita; de noite, ao roubo, à punhalada, ao tiro, a todas as violências e destruições. As ruas à noite são escuras, intransitáveis pelas trevas, terríveis pela solidão desoladora, ou então iluminadas pelas luzes de prostituição, ruidosas pelo som das obscenidades, povoadas pelos miseráveis. Encontram-se nas ruas vultos, uns adormecidos sobre a calçada no frio da vadiagem, outros ébrios, outros emboscados. Quem vem da solidão das aldeias estremece diante da solidão desta cidade, porque não há aldeia, não há vila pobre, não há povoado, onde seja tão grande o abandono, tão perigoso o trânsito, tão difícil a convivência, tão tenebrosos os becos e as ruas.

Esta questão de polícia é principal.

Voltaremos a criticá-la.

E todavia, todos podem imaginar quanto nos pesa ter de acusar mais as autoridades do que os criminosos! Mas na terra onde há o despotismo dos abusos é que é necessária a anarquia dos castigos.

Nº 35, 9 de Maio

«Recebo todas as representações que me sejam endereçadas, julgo-o um dever. Asseguro à câmara e à cidade do Porto que sei ser rei constitucional, e que não altero a norma de dirigir as minhas acções, como soberano, pelos deveres que me marca a constituição.»

Foram estas as palavras que o rei respondeu à comissão da câmara do Porto, vinda em nome do povo.

Nada mais respondeu, como rei constitucional que é.

Representou o povo às câmaras, contra as medidas; as medidas foram votadas; representa ao rei; o rei declarou que é rei constitucional.

De modo que com estas representações, estas comissões, estes santos entusiasmos populares, apenas o povo lucrou o ouvir declarar ao rei, ainda que ninguém o duvidava, que ele era rei constitucional; e também que não alteraria o costume de regular a sua acção pelas salutares prescrições da constituição. A comissão tomou o comboio e voltou para o Porto, a relatar o fim da sua missão. E afirmam os mais íntimos que a comissão se retirara amplamente contente com as demonstrações de afectos populares que teve em Lisboa.

Impostos opressivos, administração iliberal, dispêndios do luxo oficial, pressão policial, repressão tirânica, funcionários inertes, autoridades militares inspirando com a ponta da espada a acção administrativa, tratados de comércio meditados durante anos para arruinar a indústria nacional, criminosos subtraídos à acção da justiça pela influência de uma maioria legislativa, representações acolhidas na câmara com impropérios é sufocações, o direito de petição extinto, a segurança individual precária, intimidades políticas e mutuárias com a Espanha, todo este estado do país, que é um reflexo de 46 e uma negação de 20, esta crise prolongada, esta convulsão contínua, este sobressalto de todas as liberdades, estas presunções oligárquicas, esta farsa política já

um pouco ensanguentada, esta febre, toda esta luta, apenas alcançou, com esforços e reuniões e conciliábulos, que o rei declarasse que efectivamente era constitucional. Uma das primeiras linhas da carta diz que o rei é irresponsável. Aquela resposta, pois, reza sobre o ministério, ou com as suas glórias, ou com as suas tristezas. E sendo assim, o ministério bem precisava declarar que era constitucional, que ,estamos num país constitucional, que tínhamos rei constitucional e também, por luxo de organização, um parlamento constitucional. Todo o mundo ia duvidando disso.

Víamos as representações desatendidas, as petições desprezadas, a liberdade insultada, a opinião eliminada, o direito de reunião proibido, o direito de petição extinto, os limites dos poderes confundidos, o privilégio superior à lei, a maioria distribuindo a justiça e inocentando criminosos, e inutilizando os códigos; víamos isto e, na nossa consciência, estamos pensando que seria necessário de novo emigrar, desembarcar no Mindelo, assentar barraca nas linhas do Porto, sofrer as prisões e as perseguições, e começar pacientemente a reconstruir o sacrário da liberdade, espedaçado e sujo. Pensávamos isto.

Ainda bem que o ministério declarou, na sua ingenuidade, que tudo era ainda constitucional!

A nós parece-nos mas é que se aproxima o tempo em que a sociedade portuguesa precisa ser definida.

Vivemos há muito tempo nesta anarquia de todos os abusos, de todas as licenças, de todas as corrupções: é necessário ordenar e regularizar o país.

As revoluções são factos providenciais: ninguém o nega. Quando um país chegou àquele estado de miséria, de decadência, de abaixamento, em que os mais esperançosos se humilham e os mais devassos tremem, é tomado por uma daquelas convulsões que se chamam revoluções, e sai delas curado e feliz. São brutalidades da história: mas brutalidades sagradas que salvam, como as dores duma operação. Há sempre desgraças, sangue, ruína, mas qual tem sido neste mundo a felicidade que não tem custado uma dor?

A liberdade, o sufrágio, a imprensa, o livre exame, a igualdade, as regalias, os direitos humanos, tudo isso foi conquistado passo a passo, com derramamento de sangue, com lutas insofridas, caindo aqui um monumento como a Bastilha, além uma cabeça, como Luís XVI ou Carlos I.

E no entanto, daquela destruição de monumentos e de cabeças saiu formosa a liberdade.

Nós não apoiamos as revoluções.

As revoluções não são factos que se aplaudam ou que se condenem. Havia nisso o mesmo absurdo que em aplaudir ou condenar as evoluções do Sol. São factos fatais. Têm de vir.

De cada vez que vêm é sinal de que o homem vai alcançar mais uma liberdade, mais um direito, mais uma felicidade.

Decerto que os horrores da revolução são medonhos, decerto que tudo o que é vital nas sociedades, a família, o trabalho, a educação, sofrem dolorosamente com a passagem dessa trovoada humana. Mas as misérias que se sofrem com as opressões, com os maus regimes, com as tiranias, são maiores ainda. As mulheres assassinadas no estado de prenhez e esmagadas com pedras, quando foi da revolução de 93, é uma coisa horrível; mas as mulheres, as crianças, os velhos morrendo de frio e de fome aos milhares nas ruas, nos invernos de 80 a 86, por culpa do Estado e dos tributos, e das finanças perdidas, e da fome, e da morte da agricultura, é pior ainda. As desgraças das revoluções são dolorosas fatalidades, as desgraças dos maus governos são dolorosas infâmias.

Entendamo-nos. Nós não estamos na véspera duma revolução: estamos na véspera dos tumultos, das desordens, das perseguições, isso é incontestável, ninguém se deve iludir. Se não é em 67, será em 68. Mas não temos decerto a agonia duma revolução. Virá. Virá também.

E virá preparada por estes abusos, por estas corrupções, por estas indignidades. Eis aí.

Quando ela vier, o povo muito deve castigar, porque muito tem sofrido!

*
* *

A câmara dos deputados vedou a continuação do processo instaurado aos deputados, testemunhas do duelo de 29 de Março! É uma procissão de escândalos e de prepotências. Votam a fome do povo, desorganizam o país com uma reforma estéril, decretam o luxo oficial e por último, como não estivessem ainda bem divorciados do espírito do país, subtraíram dois culpados à acção imprescritível da lei.

Fizeram da câmara asilo sagrado e inviolável onde se podem acoitar os malfeitores, os bandidos, os sacrílegos, sem que a interferência da lei lhes possa ir dar a violência irremissível do castigo.

Assim podem afoitamente caminhar no mal todos aqueles que lograrem ter voto nos bandos irresponsáveis da maioria. Que importa a justiça, a lei, o código, a igualdade?

Tudo isso é bom para o povo, para a canalha, para a populaça esfarrapada.

Os deputados, os que estão nas intimidades rendosas das secretarias, esses têm a liberdade do crime e o privilégio da inviolabilidade.

E a câmara electiva quem assim decreta, por uma votação pública, o desacato à lei. É a invasão do privilégio com as suas largas misérias, com as suas desigualdades dolorosas, com as suas infâmias continuas.

Nada está acima dum deputado da maioria. Nem a abundância do povo, por isso mesmo que eles a aniquilaram; nem as liberdades municipais, por isso mesmo que eles as destruíram; nem a lei, por isso mesmo que eles a renegaram.

Parece que a câmara quis estabelecer este precedente ominoso para se revestir de inviolabilidade para crimes futuros.

Há um certo número de cidadãos encarregados de representar o povo, de velar pela liberdade constitucional, de fazer a lei; e o que faz hoje esse número de cidadãos livres? Oprimem o povo, matam a liberdade, desautorizam a lei; e para isso recebem um salário: ganham um tanto por cada liberdade que assassinam. Depois dão-lhes ainda comendas, empregos e magistérios.

E censuram-se os tumultos, as representações violentas, as provocações ilegais!

Nós sabemos que o crime por que se instaura o processo nos deputados isentos é daqueles crimes que nós absolvemos na consciência, porque são nascidos da fatalidade dum preconceito social.

Ninguém se pode eximir a cometê-los porque incorre no desagrado mundano, no desprezo, na desconsideração. Temos ainda entre nós essa puerilidade feudal que se chama o duelo, e cercamo-la de todas as inconsequências do nosso orgulho moderno. O homem que não aceita o duelo, a testemunha que se recusa, a que revela as condições do combate, está, pelas prescrições do falso código da honra, incursa nas penas do descrédito, de desconsideração, de desfeita e de desprezo. As sociedades modernas assentam sobre o falso princípio da honra, como as sociedades antigas assentavam sobre o justo princípio da virtude. A honra tem os seus costumes, como a virtude tinha os seus

atributos.

Os atributos da virtude chamavam-se então patriotismo, trabalho, pudor, liberdade, saber; os costumes da honra chamam-se hoje opinião pública, fama, conveniências, delicadeza, moralidade, gravidade, etc.

O duelo nasceu destes costumes, vive deles e mata por eles. Quem vive nas sociedades modernas tem pois de aceitar o duelo como uma daquelas fatalidades, filhas do costume, que prejudicam tudo, a alma, a virtude, o espírito, o coração, mas que é necessário sofrer, que se não prescrevem, que estão arreigadas, que são como o luxo, como a aristocracia, como a moda, como os cumprimentos, puerilidades inevitáveis que ninguém deve desconhecer, porque sofre o desprezo dos outros. Isto é perante os indivíduos. Perante eles, os deputados estavam absolvidos, e todos os que tomaram parte naquele negócio fatal.

Mas, perante a lei, outra é a verdade.

A lei vê apenas o facto punível, e já muito condescende com os costumes não classificando o duelo como o homicídio.

Onde há crime, há castigo: o Código Penal comina uma pena ao duelo. Por isso, perante a lei, perante o código, é um facto inacreditável esta subtracção dum criminoso à lei pela força dum privilégio caduco.

Se vamos assim prodigalizando a impunidade, perdemos todo o carácter de povo, de nação, e chegamos às inocências bárbaras das tribos errantes.

Cometer um crime é ser subtraído à acção da lei por vontade de alguns homens, sem que os tribunais possam reclamar, sem que a magistratura possa inutilizar o privilégio, para subsistir a lei: este facto, só por si, contém toda a revelação da nossa miséria moral, do nosso abaixamento, da nossa decadência inevitável. Até agora pensava-se que a maioria só quereria esmagar o povo, destruir a felicidade material; agora vê-se que o seu sistema de aniquilação se estende mais longe, e se estende até aos princípios, até às ideias, até à lei!

Que esperanças pode dar então esta câmara de deputados?

Muitas vezes o temos dito: ao povo compete aniquilá-la, cassar-lhe o mandato, cortá-la como se corta um membro gangrenado, para evitar a morte.

Nº 36, 12 de Maio

Diz-se geralmente que o imposto é o melhor meio que o contribuinte tem de colocar a sua fazenda. Isto quer dizer: o contribuinte tem, em retribuição do auxilio que dá ao Estado, ampla protecção da sua fazenda, da sua vida, da sua higiene, da sua honra. O contribuinte paga ao Estado os serviços que dele recebe, serviços que se chamam polícia, higiene, viação, canalização, iluminação, protecção, etc.

Nos estados mais profundamente democráticos, onde tudo se deixa à iniciativa individual, onde há anarquia de cada um, onde a espontaneidade é a primeira feição dos espíritos, e a liberdade o último complemento das populações, nestes estados o governo tem exclusivamente o carácter policial.

É ele quem mantém a ordem de todos, na *anarquia de cada um.*

O indivíduo alarga a sua iniciativa, o seu industrialismo moral em qualquer sentido, com a certeza de encontrar sempre, seja qual for a direcção que dê à actividade do seu espírito, a protecção do governo.

O indivíduo, assim liberto dos cuidados matérias da associação, desenvolve-se largamente no sentido da indústria, da ciência, da arte, do comércio, da imprensa; prospera e fecunda. O governo toma por ele a obrigação de suprir as dificuldades e

faltas da vida material.

O governo ilumina-lhe as ruas, abre-lhe as estradas, protege-lhe a sua propriedade, garante-lhe a segurança do seu comércio, conduz-lhe higienicamente as águas que ele há-de beber, fiscaliza-lhe os géneros de que se há-de alimentar, calça-lhe as ruas, organiza as forças que o hão-de defender, etc. O indivíduo, assim encontrados, facilitados, os obstáculos materiais, prossegue mais seguramente na via dos desenvolvimentos e das abundâncias. Por aqueles serviços paga ele ao estalo tanto. E a melhor despesa que pode fazer é a compra da sua segurança. Por isso se diz que o imposto é a melhor maneira de colocar a fazenda. Porque sem aquela protecção, nem comércio, nem indústria, nem desenvolvimento agrícola, nem culturas.

Mas quando o governo não desse a polícia, nada havia que justificasse o tributo.

É o caso em que nós estamos nesta cidade.

Nada há aqui que justifique o tributo. Nada. O tributo é pago para que o contribuinte receba todas as vantagens policiais possíveis. Que vantagens recebe o contribuinte em Évora? Nenhumas. Polícia nocturna? Não; a cidade está abandonada aos malfeitores. A iluminação? Não; a cidade é uma habitação de todas as trevas. A higiene? Não; as águas têm condições péssimas, nos mercados vendem-se géneros estragados. A boa viação? Não; ou há péssimas calçadas ou lamaçais, ou becos intransitáveis e sinistros. A protecção? Não; o cidadão está sujeito, a toda a hora, ao vexame, ao roubo, à violência. Nada há.

Há apenas entorpecimento moral das autoridades. Ora sendo assim, com que justiça se pagam tributos, contribuições e impostos? Em recompensa do seu sacrifício, que regalia recebe o contribuinte? Por que motivo tem obrigação legal de pagar serviços que não recebe?

Por que motivo, em virtude de que protecção, de que garantia, se pagam nesta cidade impostos? É porventura pela regalia de poder pisar as calçadas e receber a luz do Sol? É pela garantia de poder semear, pela liberdade de poder viver? O Estado não tem nesta cidade o direito a receber o preço de serviços que não presta. Ele não protege, não defende, não polícia; não cura da higiene, não faz nada, e hão-de os contribuintes fazer o sacrifício da sua abundância, do seu trabalho, do seu pão? Hão-de fazer o sacrifício do seu sustento para terem o prazer de ser desprezados? Desprezados: há, da parte das autoridades daqui, desprezo pelo povo. Deixam o povo abandonado, sem defesa, sem protecção, sem garantias de saúde, de moralidade, de felicidade.

O povo de Évora é bom, trabalhador, robusto, sensato, sossegado, sobretudo; se não fosse a sua índole boa, o seu espírito complacente, a sua alma dedicada, a criminalidade nesta terra subiria a uma estatística assombrosa. Porque aqui têm a arena livre todos os mal-intencionados, os salteadores, os ladrões, os charlatães, os industriosos, os ratoneiros, os vadios, toda aquela negra população do mal que enxameia nos bairros imundos, cambaleando entre os covis das prostitutas e as tabernas devassas. Naqueles bairros negros há a constante provocação de maus hábitos, de insultos, de rixas, de desfeitas, de violências. E todavia nota-se que a criminalidade, ainda que grande, não corresponde ao número que consentiria esta falta plena de polícia. Mas isto é devido ao povo, à sua bondade pacifica e conciliadora, à sua moralidade, e ao seu desejo de sossego legal e das relações pacificas.

E para que mais caro se pague esta falta de polícia tributa-se o arroz, a carne, o vinho, o azeite, a aguardente! O Estado aqui não tem direito a receber uma só contribuição, porque o povo não recebe uma só protecção.

Nós queremos as contribuições pagas, com justiça, mas queremos o povo protegido com eficácia.

O povo tem direito a autoridades que policiem, que velem, que diligenciem. Não

quer saber se a sua abstenção vai do desleixo, da pressão de influentes, do sono, do cálculo, das inimizades, etc. Não lhe importa isso. Paga para ser policiado; é necessário, é legal, é justo, é exigível que o seja. Doutro modo o imposto é um roubo fiscal. Um roubo porque o Estado não cumpre o contrato cívico; recebe a quota e não faz o serviço.

Para que o povo se não recuse a contribuir com honradez é necessário que o governo se não recuse a policiar com vigilância. Querem as contribuições? Dêem-nos a polícia. Ou o governo nomeie outras autoridades, ou faça cumprir a estas o seu dever. A questão não é de nomes, é de factos.

A relação social é uma permutação de dever: o povo cumpre o seu dever de contribuição; o governo, sob pena de desonestidade, deve cumprir o seu dever de polícia.

*
* *

Vai em cinco meses que se abriu o parlamento. Muitas reformas, grandes iniciativas morais, se faziam desejar há cinco meses. A confiscação da lei civil, a reforma do Código Penal, a reorganização do exército, a reforma do funcionalismo, o cometimento das economias, a reforma da instrução, etc.

E que tem feito a câmara? Votou o imposto de consumo, a reforma diplomática, o tratado do comércio, a reforma administrativa. O imposto mata a abundância, a diplomacia mata a economia, o tratado mata a indústria, a reforma administrativa mata a liberdade. A nossa questão é de fazenda.

A câmara ainda não discutiu o orçamento. As questões vitais têm sido desprezadas; apenas têm merecido atenção aquelas reformas que prendem com a existência do governo, e para isso era necessário o começo de qualquer rendimento abundante e o fim de qualquer liberdade justa. Por isso se impõe a carne e se extingue o direito de petição.

Todos sabem como então se peticionou, se reclamou, se representou, etc.

Mas nenhum país há hoje na Europa onde o governo e os parlamentos andem tão afastados e desligados da opinião. Nem nos governos imperiais. Em França, num regime tirânico, quase sem garantias, a opinião tem um poder imenso, faz e desfaz as leis, injuria as reformas, cria as instituições: nada se discute nas legalidades do parlamento e do senado que não tenha sido antes, durante muito tempo, discutido no espírito público. E a opinião popular inspira sempre a decisão parlamentar.

As leis, assim, e as reformas saem do instinto do povo, do seu espírito, das suas necessidades: são profundamente populares, fecundas, e realizam-se na vida social com vantagem e com verdade.

Em Portugal as decisões parlamentares são sempre avessas à opinião popular. E este divórcio incontestável vai todos os dias aumentando: um ministro mesmo declarou já francamente que desprezava a opinião das praças, assim como outro declarou que desprezava a imprensa. Desta luta há-de haver um resultado terrível. O povo quer, pensa, necessita duma medida: o parlamento governamental, obedecendo ao governo com assentimento de cortesão, vota a medida oposta. Assim, com esta desinteligência, cresce o descontentamento.

Tem sido este o motivo dos tumultos e será a origem das insurreições.

A harmonia dificilmente se formará. O povo e o parlamento encetaram dois caminhos que nunca se encontram: um leva à anarquia; o outro à liberdade. Não; há um momento em que se encontram: é quando a liberdade popular castiga a anarquia oficial.

Estes resultados são fatais. Levam à revolta.

A revolta anuncia-se, com efeito. Sentem-se no mar pequenos rugidos vagos na antevéspera dos temporais. São as águas, os ventos, as correntes, as ondas que se preparam para a luta espumosa. Na ordem social há também estes sussurros indefinidos que são a véspera das revoltas: sussurro feito de rebates, de hinos, de vozes pela liberdade, de acusação à reacção.

Estes sussurros ouvem-se já em Braga, em Guimarães, na Póvoa, etc.

Começam pelo Minho: todas as invasões de que a história fala começaram pelo Norte.

Em Portugal, também, começam sempre pelo Norte as invasões da liberdade.

Muitos temem os tumultos e a insurreição, porque justificam a ditadura. São espíritos apagados, medrosos. Nós tememos a insurreição pelas consequências populares, e não pelas oficiais. A ditadura é insustentável. Se contra um parlamento que procede pela justiça se tem levantado tantas vozes, quantos braços se não levantariam contra a ditadura, que procederia pela violência. O governo está no poder, convençam-nos disto, por vontade do país; porque o povo precisa ter as grandes opressões para justificar os grandes castigos; porque quer proceder legalmente e espera as decisões legais; porque receia a insurreição como mal que acarreta, pior que os tributos e que as desorganizações administrativas. Não o sustenta por medo da ditadura; nem aqueles ministros podem ser ditadores, nem este povo pode ser escravo. Para isso era necessário que os ministros se transformassem em estadistas e que o povo se transformasse em populaça.

Só nos desmoralizados é possível a ditadura; porque esses sofrem com indiferença, como os povos morais sofrem com nobreza. E o nosso caso. Este povo tem dado um espectáculo nobre de legalidade, de prudência e de virtude. Assim o governo desse um espectáculo de honestidade, de lisura e de pudor. Mas não! Por cada bom sentimento popular, há uma devassidão oficial.

Nº 37, 16 de Maio

A maioria cresce. Em compensação, o povo mostra-se.

Mostra-se pelas comissões e também um pouco pelos tumultos.

Em Portugal o povo era uma entidade desapercebida e obscura: sabia-se que havia nas cidades, nos campos, nas vilas, homens rudes que trabalhavam, operários, fabricantes, lavradores; sabia-se isso, mas não se sabia bem o que eles queriam: a maior parte afiançava que eles queriam o repouso; outros ousavam dizer que eles queriam a justiça. De há muito que aquela multidão se tinha escondido na simplicidade obscura do seu trabalho, sem afeições políticas, sem manifestação de ideia, sem tentativa de acção.

Deixavam o mundo oficial mover-se como ele queria, com mais ou menos bordados, com mais ou menos moralidade. De repente, esta multidão imensa que até aqui se chamava a canalha, mas que agora se chama o povo, acordou dos seus sossegos e começou pedindo, reclamando, dizendo que não queria tais leis, porque tais leis o esmagavam.

Disse isto simplesmente, claramente, pela imprensa. Ninguém escutou a imprensa. Depois disse-o pelos manifestos, vergados de razões e de justos argumentos. Ninguém atendeu os protestos e as petições. Depois, pela boca das suas comissões, pediu ao poder superior na hierarquia constitucional que lhe evitasse, a ele povo, a desgraça daquelas medidas.

A entrada do povo no Paço dizem que fizera rir os íntimos do ministério. Como ia entre eles um homem de trabalho, um operário, as folhas governamentais atiraram para

sobre esse homem toda a lama que encontraram na alma. Daí o povo está numa atitude de desconfiança, de receio, de ameaça, de força e de revolta.

E o que acontece no meio de tudo? Que se não fazem transacções mercantis, que nada se despacha nas alfândegas, que se não vende uma inscrição, que está morto o comércio, que os bancos não têm franqueza nas emissões; acontece que num país que tem um perigo de fazenda todos os dias diminui a fortuna pública.

É a hora mais que nunca de discutir o direito de insurreição. Em Braga, em Guimarães, em Póvoa de Lanhoso, em Bragança, todos os dias a fermentação dos espíritos atira para a rua e para o campo uma espuma revoltosa. Todo o país tem esta convulsão febril, que atordoa e perverte.

O Minho, porque sofre com o imposto de consumo, porque sofre mais ainda com a subtracção dos baldios; o Alentejo, país agrícola, porque vai sofrer as consequências tributárias, com dano horrível da cultura; cada província, assim, porque tem uma perda a doer-lhe com as medidas de fazenda e administração, se prepara para, por todos os meios, determinar o fim duma época miserável na política, infame na justiça.

O país não tem o direito de se revoltar, porque nenhum governo tem o direito de oprimir. O governo devia atender aos males que estas medidas podiam trazer. Nunca se deve revolver a alimentação e a propriedade sem escrúpulos extremos. Tocar nos sistemas de propriedade, de constituição territorial, de vida local, tocar no género de alimentação, no pão de todos os dias, é tocar nas coisas mais delicadas que há na vida da associação. E tocar ao mesmo tempo no trabalho, na família, na educação, na vida, na abundância.

Deve isso ser feito com prudência, porque desperta sempre a atenção popular; e aqueles corações irritáveis e justos defendem tenazmente as suas condições de existência presente. Pelo imposto de consumo, a vida encarece; pela extinção dos baldios, populações inteiras ficam miseráveis. Não falamos já nas consequências morais e sociais daquelas medidas: na feudalização da propriedade pela extinção dos baldios, na atenuação da riqueza pública pelo imposto de consumo. Falamos só nas consequências mais direitas e materiais. O imposto de consumo torna a vida mais dispendiosa; a subtracção dos baldios, a vida mais miserável.

Estranho sistema de governação que empobrece as populações, para depois lhes exigir que paguem mais! Estes resultados combinados dão um estado doloroso, onde mais se fará sentir é no Minho, por isso ali se fará sentir também mais a voz imperativa do povo.

Está pois o país colocado entre a desgraça e a legalidade.

A desgraça aconselha a expulsão do ministério; a legalidade aconselha a sustentação do ministério, por isso que está apoiado constitucionalmente em duas maiorias.

Se o povo aceita a legalidade, espera-o a desgraça; se o povo não quiser a desgraça, só tem a revolta como meio, e ataca a legalidade.

A desgraça para o povo é a fome, é a miséria, é a dependência, é a falta de trabalho, é o proletariado, é o mal-estar, é a penalidade que segue sempre a vadiagem.

A legalidade para o povo é... o que o povo tira de respeitar a legalidade, não o sabemos nós, e ninguém no-lo pode dizer. Se respeita a maioria parlamentar, sofre e sofrerá, nestes e noutros tempos.

Quanto mais que a maioria não é apoio legal que o povo deva respeitar, não. A maioria está de há muito convicta de corrupção e de vassalagem paga.

É uma verdade. Por isso atende o povo.

Se respeita este ministério por atenção à legalidade, sofrerá a fome, a miséria, o proletariado. Se o combater valentemente, poder-se-á livrar desses pesos opressivos de

tributos e de subtracção de propriedade.

A legalidade só deve ser respeitada quando deriva do principio puro da justiça e da lei. Então deve-se morrer, se for necessário, mas o facto legal deve ser respeitado.

Mas quando a legalidade deriva duma aparência, duma convenção, duma formalidade, então nenhum escrúpulo deve haver cm espezinhar.

E haverá coisa mais convencional, mais aparente, do que o apoio que o governo recebe da maioria, apoio que todos sabemos ser comprado, pedido, estipulado e regateado?

Nº 38, 19 de Maio

Continuam representando as câmaras municipais do país, tomam elas a santa fadiga de protestar contra esta oligarquia burguesa, que se paramenta com toda a sorte de luxo oficial e entorpece as populações com toda a sorte de repressões.

Estas câmaras entendem que é legal, justo. moral e necessário que sejam as municipalidades as que velem pelo povo e defendam a sua liberdade minada.

Entendem que um corpo colectivo não se pode desprender da vida política do seu país e recolher a sua acção à estreiteza das atribuições municipais.

Entendem que dar o seu apoio a um governo que cerceia as garantias, que tributa o trabalho, que concentra as forças políticas e renega a tradição liberal, para nos dar a iniciativa reaccionária, é o mesmo que atraiçoar a pátria e vendê-la em mercado infamante. Entendem que os corpos municipais, pela sua intimidade com as classes operárias, pelas suas diurnas convivências com o povo, por terem saído da espontaneidade do seu voto, por serem os seus procuradores e por serem os que melhor sabem os seus interesses, as suas faltas, as suas justiças, devem representar em nome dele contra medidas que vão prejudicar na ordem industrial, na ordem agrícola, na ordem moral, na ordem social, o país inteiro, do Norte ao Sul.

Assim o entenderão as câmaras de quase todas as cidades e vilas que têm representado contra o governo. Nem doutro modo se pode entender. Para que serve uma câmara? Que razão social justifica a existência deste corpo no meio das populações. Com deveres, com atribuições, podendo lançar tributos e impor penalidades? As câmaras velam pelos municípios. Estradas, polícia. iluminação, águas, agricultura, tributos, recrutamento, serviços. obras, edificações, tudo lhe pertence. O cidadão é velado, protegido, alimentado, vigiado, alumiado, tributado, alojado sob a responsável protecção da câmara. Daqui se deduz que, se o cidadão tiver na testada da sua porta uma amontoação de destroços e de caliças, tem a câmara obrigação de desobstruir a sua livre entrada. Protecção. Se tiver a sua propriedade inundada pelas águas dum aqueduto roto, tem a câmara obrigação de lhas mandar escoar. Protecção. Etc., etc. O seu dever é de protecção, é de vigilância e de dedicação. Quando o cidadão é vexado pela sua vizinhança, pela sua calçada, pelas águas transbordantes, pela árvore que lhe obscurece a janela, pelo cão que o assalta na rua, vale-se da protecção da câmara. A câmara tem obrigação de o libertar da vexação. Ora se isto assim é, porque será que, quando o cidadão não é só vexado, mas é oprimido, mas é esmagado por um imposto horrível, ferido na sua fazenda, no seu trabalho, na sua família, no seu pão, não há-de a câmara exercer o mesmo direito de protecção que exerce quando o mesmo cidadão é incomodado na passagem da sua porta por uma obstrução de madeiras'? Ou a câmara tem o dever de protecção ou não:

se não tem, é uma instituição inútil; se tem, não é racional que essa protecção seja só para as coisas que incomodam ligeiramente o corpo e não seja para aquelas que

esmagam absolutamente o corpo e a alma, o trabalho, a família, a abundância, o sustento. Seria irracional que se instituísse um corpo colectivo que só pudesse proteger o cidadão dos ataques dos cães vadios e não o pudesse proteger da tirania dos governos; que só pudesse resguardá-lo do sol, plantando acácias num passeio, e não pudesse resguardá-lo da acção repressiva e oligárquica dos governos iliberais.

Para que serviria então um corpo colectivo que apenas tivesse nas suas atribuições a liberdade e a independência e a Legalidade necessárias para plantar uma couve ou para regar umas poeiras?

A câmara desta cidade não se considera com poder bastante para poder representar.

Entende que não chega até esse desvario político a obscura limitação dos seus deveres.

Timidamente encolhida entre as suas luzernas e as suas actas incertas, receia ter uma opinião, uma ideia, receia cumprir o seu dever, receia fazer o bem, receia ser louvada e ficar na memória das populações como uma gloriosa tradição liberal. Não se discute se as câmaras têm ou não têm o direito de representação. Basta para isso dizer que há pouco o Sr. Martens Ferrão extinguiu o projecto de reforma administrativa, esse santo direito. E o senhor ministro não teria extinguido esse direito, se ele não tivesse existência clara. Quase todas as câmaras o têm feito. Logo estão na ordem das suas garantias e livre realização do seu direito. Num país onde há câmaras que representam e outras que não representam, é certo que o motivo real dessas energias ou dessas abstenções é a política. Umas câmaras têm a política A, outras a política B. As que apoiam o governo não representam; as que o censuram, protestam.

Assim a câmara do Porto opõe-se ao governo e a câmara de Évora apoia o governo. Eis o grande facto. Esta câmara apoia o governo.

Apoiar o governo, o que significa? Significa apoiar o luxo oficial, que arruina o Estado, a reforma administrativa, que mata a vida local, que arruina povoados inteiros, subtraindo-lhes os baldios, que deixa famílias e famílias, no Minho sobretudo, morrendo de fome e de frio, sem pão, sem lar, sem uma alegria; apoiar o tratado de comércio que arruina a nossa industria, que não pode concorrer com o estrangeiro, e que faz fechar fábricas numerosas, deixando os operários, homens, mulheres, crianças, sem trabalho, sem pão também, abandonadas às tristezas da esmola, atirando os homens às vadiagens e à prostituição as mulheres. Apoiar o governo é apoiar o imposto de consumo, que torna a vida cara até à miséria, que sobrecarrega os géneros de tal sorte que os pobres os não podem obter, que vai privar de carne, de vinho, populações inteiras, que vai pesar sobre o trabalho, porque o jornaleiro precisará empenhar-se para comer, que vai esmagar o pobre com fome, que vai tornar impossível o sustento das famílias, entregá-las à miséria, à vexação, à desgraça.

E isto que faz a câmara. Apoia estas desgraças. E todavia foi eleita pelo povo para defender o povo. E quando chegou a ocasião de representar, de defender migalha por migalha o pão do povo, cala-se, esquece-o, abandona-o.

É necessário que venham então os outros, os que não são da câmara, nem dos corpos colectivos, os que não têm obrigação de se sobrecarregarem com os desgostos e com as tristezas das lutas políticas, é necessário que esses venham então escrever, representar, pedir em nome do povo, defender-lhe a justiça, aclamar-lhe os direitos, cansar-se, serem caluniados, escarnecidos, e irem de sofrimento em sofrimento por esta via dolorosa da imprensa – o que equivale para eles a irem de glória em glória, porque se trata do bem do povo.

E, no entanto, aqueles que se adornaram com vaidades vás da vida oficial plantam peónias e cultivam a couve doméstica!

É necessário que o povo distinga quem o defende e quem o despreza. Quem por ele se afadiga, discute, estuda, analisa, pensa e sofre; e quem por ele pinta grades e semeia papoilas.

*
* *

A imprensa ministerial tem adoptado um meio de combate que, se não é o mais proveitoso, é pelo menos o mais desonesto. E a ironia, a chufa, o escárnio. Procuram sempre nos actos da oposição um pequeno veio de ridículo, e ali o exploram longamente, com tenacidade incómoda, com luxuosa foliação de graças. Há tempos eram os *meetings,* ontem o Sr. João José Pereira, um operário, depois era a entrada da comissão do Porto, etc. E (coisa notável!) costumando a caricatura política ser o mais destruidor ataque, esta jovialidade impudente dos jornais ministeriais não tem sequer provocado uma resposta, uma observação, uma indignação, uma exclamação. Nada.

Note-se: a *Revolução* ri-se com amplo abdómen; a *Gazeta* arremessa a chufa com a mão ainda tépida da recompensa; o *Jornal do Norte* quer combater a justiça do povo pelo ridículo da burguesia; os outros jornais ministeriais, jornais imperceptíveis e caducos, seguem o exemplo profano dos profanos mestres, e derramam-se em violências, em pequenas calúnias, em desconsiderações, em motejos, em vitupérios lamacentos, em raivas frias, cheios de desvario, magros, ambiciosos, ruidosos e alvoroçados em redor do subsidio, roídos pela inveja, amarelos de medo, curvados pela servilidade, numerosos e insignificantes.

Pois bem, os jornais da oposição discutem, combatem, sustentam a força do povo pelo resplandecimento das ideias, representam pela justiça, pela lei e pela liberdade, pedem a equidade do imposto, a harmonia da vida social, a codificação das leis, a economia do tesouro, a extinção do luxo oficial, a generalização do bem-estar para as classes pobres, o fim de todo o privilégio, a reconstituição da política nacional sobre as bases novas da democracia, da moralidade, da lei, e nem sequer atendem àquele rumor dos jornais ministeriais, monótono, jovial, sonolento, escarnecedor e semelhante ao barulho que fazem as rãs pelos charcos, entre a lama e as podridões, ao decair da luz (como quem saúda a noite e a escuridão), no fim das tardes estivas. E se por acaso, às vezes, algum jornal da oposição se volta a castigar alguma daquelas folhas do governo, que tem o mesmo subsidio e quase a mesma importância dum empregado de polícia secreta, é levado por aquele antigo e fatal orgulho de Caim, que o levava a insultar os cardos que lhe feriam os pés nus.

E estas indiferenças provam que os jornais da oposição têm uma ideia de justiça, cuja defesa não desamparam – e então parecem-se com aqueles espíritos que, atentos à superioridade duma ideia, desatendem as materialidades vulgares; e que os jornais do governo têm a consciência da sua própria injustiça, da sua própria inutilidade – e então parecem-se com aqueles pobres saltimbancos, que, para disfarçarem a sua miséria, o seu tédio e a sua baixeza dão grandes gritos, imensas quedas joviais, e enxovalham os espectadores com toda a sorte de motejos.

São duas índoles diversas: a oposição quer as reformas económicas, a igualdade do imposto, a política liberal; o governo quer o luxo oficial, quer os lucros enormes que provêm dum imposto esmagador e quer uma política reaccionária, onde a sua administração seja uma ditadura e a sua acção um despotismo. Ora esta política não se defende, e quem a segue, como não pode exaltar a sua ideia de opressão e de ruína, escarnece as ideias dos outros, de liberdade e de riqueza.

O mal não tem razões em seu favor: o seu sistema desde os antigos tiranos até aos

últimos ministros constitucionais, é escarnecer e apupar a virtude.

Como se há-de ele defender? Que derivação há-de aduzir que o enobreça? Como se pode desculpar o que é repugnante à índole moderna, à Natureza, à ideia religiosa, à probidade e à dignidade? O mal não tem defesa: por isso o seu sistema é caluniar, vilipendiar, intrigar, escarnecer.

E o sistema dos jornais do governo. A maior parte deles ridicularizam os jornais contrários que falam em liberdade, em democracia, em virtude política. Riem-se. Falar na democracia, na liberdade, na igualdade, na lei! Declamações! Pompas! Grotesco e nulo!

Não é exactamente aquela quotidiana história dos rapazes que, roídos de devassidões, impudicos e infames, espadachins e filhos do vício, escarnecem aqueles pobres moços castos e religiosos que ainda não saíram de sob o dossel divino do olhar de sua mãe, que ainda têm o adorável rubor da virtude e da inocência? É exactamente a mesma história.

Os jornais do governo, impudicos e devassos, antigos no impudor político, vendidos e viciosos, riem-se dos jornais de oposição, castos e crentes, que ainda não saíram da inocente e pura intimidade da sua mãe – a liberdade!

*
* *

Continua no Porto a convulsão revoltosa do povo. E todos os dias os mais moderados perdem a esperança de ver terminar esta crise por aqueles meios serenos da legalidade que na ordem social substituíram as antigas violências e conspirações. Teremos de voltar a esse tempo miserável de governos impostos e de cóleras populares que antigamente faziam a decadência e a estiolação das nações.

A revolta é com efeito um «meio baixo e irracional». Meio elevado e inteligente é a revolução pacifica feita pelas ideias.

Mas com este governo, com este estado político em que o poder que executa, aniquila a intenção do poder que legisla, a revolução de ideias será sempre uma acção indefinida de espíritos parciais, e nunca um movimento espontâneo do povo.

Hoje em Inglaterra, terra onde a lei é mais respeitada que o dogma, está-se neste momento fazendo uma profundíssima revolução popular, somente por meio de escritos, de jornais, de reuniões e de associações. Mas neste país, onde nem se respeita o principio legal, nem se atende à imprensa, nem se acata o direito de reunião, seria impossível alcançar assim o triunfo das ideias generosas unicamente pelas evoluções das inteligências. É doloroso dizê-lo, mas em Portugal temos de apedrejar os governos para os fazer sair do estado de opressão. E não é isto da índole nacional. O espírito político em Portugal é duma serenidade, duma gravidade, dum desleixo mesmo, que só muito ofendido, muito instigado pelas vinganças da justiça, resolve a vir decretar o fim das tutelas injustificáveis. Mas quem leva o povo aos extremos sediciosos é o governo.

Repetimo-lo: o governo é o único fautor de revoltas, o incendiário político. Corta ao povo todos os meios de reacção justa, e apenas lhe deixa livre a porta da revolta: será porque é a essa porta que ele tem a certeza de esmigalhar o povo? O facto é que todos os actos do governo, há tempos, têm sido requestar o povo a que se insurrecione.

Quer-lhe dar mais este tributo, feito de sangue, de dor, de fome e de miséria.

Um governo pode justificar-se, ainda mesmo subsistindo contra a vontade do país, quando tem uma grande ideia a realizar, uma nobre política a inaugurar, e quer realizar o seu pensamento, ainda à custa das lutas e dos crimes.

A Convenção em 93 não temeu de sacrificar a França numa guerra do estrangeiro,

para poder levar ao fim a grande obra da liberdade.

As massas populares nem sempre estão preparadas para receber as grandes reformas, sobretudo quando elas lhes vão revolver e transformar intimamente os costumes, os hábitos, os cómodos, os sentimentos tradicionais. Há sempre uma reacção. A reacção da educação. Depois, tempos volvidos, reconhecem que aquilo a que tinham feito resistência obstinada era simplesmente a sua felicidade.

Mas estará este governo no mesmo caso? Haverá alguma coisa que justifique esta resistência à vontade unânime do país?

Terá ele alguma profunda ideia política que seja o segredo da salvação pública, que queira necessariamente realizar, ainda que tenha que fazer o povo feliz e abundante – a cutiladas?

Não. Qual é a ideia do governo? Qual o seu sistema político? Qual o seu método económico? Que reformas traz de poderoso alcance? O que se pode esperar da sua conservação? Nada. O governo quer o luxo oficial; isso é uma questão de vaidade, de orgulho, de caprichos, de ostentação, que nada tem com as necessidades internacionais deste país. Quer o imposto de consumo: isso é uma questão de rendimento, tirado donde é mais fácil para obviar aos perigos do momento e que infelizmente conduz à miséria, ao proletariado, à vexação, à relaxação da agricultura e da indústria; nada tem que ver com um bom sistema ou com uma justa filosofia económica.

Quer o tratado do comércio; isso é a ruína da nossa indústria e a miséria das classes pobres, questão de conveniência e intimidade diplomática, que infelizmente mata e que nada tem com o sistema económico e político da indústria nacional.

Quer a reforma administrativa; isso é uma questão de dissertação, de trabalho ímprobo, de imitação, de insensatez, que nada tem com as transformações que a vida moderna e as modernas ideias exigem para a constituição interna do país.

Quer enfim a guarda civil; isso é uma questão de espionagem política que nada tem com os sistemas de liberdade e de independência.

É este um governo sem ideias. E, o que é pior, junta sempre à sua ideia errada uma perversa. Veja-se a reforma administrativa que, entre os seus inumeráveis erros, suprime de passagem os baldios, reduzindo assim à fome milhares de famílias do Minho.

De modo que nada justifica a sua pertinácia. É simplesmente amor exclusivo ao prestigio cortesão da camarilha e dos bordados. Como todos os homens públicos de origem plebeia, eles escondem na ostentação oligárquica, e no fausto da realeza burguesa, a obscuridade do seu começo. Amam o poder porque dá o luxo, a intimidade do paço, a facilidade de munificência, etc. Ideia não têm nenhuma; sistema, filosofia, métodos, iniciativas, não têm nenhuns.

Movem-se, não pensam. Um governo assim estéril na sua administração poderia conservar-se se fosse respeitador da lei, protector da liberdade, justo e moral; poderia conservar-se, apesar da inutilidade das suas medidas, contanto que essas medidas se contentassem de ser ineptas e não lhes sobrasse o serem libertecidas. Mas ser inútil e mau, estéril e opressor, não é possível num país que precisa engrandecer e enriquecer, se não quiser daqui a pouco ser tomado como uma pouca de terra infecunda e atirada como coisa inútil para dentro dos limites dum grande reino.

É por isso que o povo se conserva na atitude hostil da revolta.

Os resultados disso ver-se-ão. As consequências terríveis desta resistência do governo, que nada justifica, hão-de senti-las aqueles que se lançarem nas lutas políticas com a convicção de que se deve combater sempre pela justiça, pela liberdade e pelo povo!

Nº 39, 23 de Maio

De toda esta luta moral em que há cinco meses se debate o país ficou um resultado admirável, que foi o despertar do espírito político.

O povo, desleixado, indiferente, trabalhava e gerava, dando ao movimento contemporâneo a sonolenta atenção que daria a quem lhe estivesse contando a política duma antiga nação decaída. Não sabia as misérias, as fatalidades, as devassidões, as chagas que tomavam de lado a lado o corpo do país.

Mas quando foi oprimido, quando o despertaram rudemente para o tributarem, para o arremessarem para longe da vida local, para o vexarem com policias políticas e fiscais, para lhe reformarem iliberalmente os hábitos, os sentimentos, a ordem de ideias que o prendiam à vida municipal, e quando lhe tiraram a indústria, o fabrico, os produtos de operário; começou, em volta de si, vendo que o país era este onde, em nome do arbitrário, cinco homens oficiais martirizavam um povo. Olhou então, viu tudo: as leis perdidas e confusas, e desacatadas, o funcionalismo corrompido e desorganizado, o comércio amortecido, a indústria atónita, a agricultura desleixada, a independência ameaçada, a fazenda arruinada, o crédito morto, a dívida crescente, o *deficit* terrível, os saraus ruidosos, o paço e a corte festivos, os parlamentos vendendo-se, a polícia dominando o reino do arbitrário, o país da ilegalidade, a pátria dos abusos, enfim. Foi o que o povo viu no seu despertar por esse país, ao longo e ao largo, como os antigos mártires que, atirados durante o seu sono para as gemónias, só viam ao acordar, em roda de si, os instrumentos da tortura, a face bestial da sentinela, a podridão, o chão lamacento, o sangue coalhado e a escuridão ominosa e pesada. Somente os mártires viam aquilo, tendo dentro do espírito a visão do Paraíso: e nós porventura vemos isto, esta desgraça do país, tendo na alma a visão da liberdade? Não.

Então o povo, quando tal viu, teve o instinto da associação: podia-se assim combater a decadência; era glorioso o sofrer comum; era necessário instruir o povo, escolher uma câmara honesta, reformar, economizar, discutir o sufrágio, os sistemas industriais, criar bancos protectores da agricultura, robustecer o patriotismo, justificar as leis pela virtude e enfim criar a ditadura do bem. Quando se ia criar essa grande associação, foi dissolvida pelo governo. Viu-se então que o governo queria a decadência, a miséria, a ruína, e repelia pertinazmente todos os meios que pudessem obstar à ruína e à decadência. Com que instinto o fazia? Sob que sistema de política traidora'? Com que reaccionário alcance? Ninguém o sabia, mas conhecia-se o facto. Isto deu em resultado que se tem pensado, que se tem examinado, e que é certo que este país precisa duma revolução que seja reforma de todas as suas instituições: indústria, fazenda, administração, imprensa, diplomacia, tesouro, obras públicas, parlamento, poder moderador, corte; nada há que não precise uma reforma profunda no sentido da justiça, uma vez que em tudo domina o privilégio; no sentido da liberdade, uma vez que tudo tende para a tirania. É uma reforma completa, ampla, implacável. O povo acordou; não pode, não deve agora adormecer, sem deixar tudo bem sanado e bem esclarecido, bem liberal e justo, de tal modo que não tornem as opressões e as vexações a perturbar-lhe o seu sono político, sono que é feito de trabalho, de cultura, de indústria, de cansaço, de fadiga e de sacrifício.

O que mata sobretudo Portugal é a existência de certas instituições decrépitas, sem razão de existência, embaraçadoras e estéreis, que estão hoje repelidas pela filosofia, pela experiência, pela prática, pela história, que nem os antigos regimes queriam, nem o Partido Democrático aceita. Uma dessas, a pior, é esta instituição para a qual se criou a palavra *parlamentarismo*. O sistema parlamentar há muitos anos que

entorpece Portugal. O sistema hereditário e o sistema colectivo.

O sistema hereditário, contrário ao bom senso, à justiça, à verdade, à igualdade; o sistema electivo, contrário à experiência, à história, à filosofia popular e positivista. Nós não temos representação nacional: parece isto um paradoxo e é uma verdade. A câmara dos deputados não é uma representação, é uma camarilha. É uma alfaia.

A corte é uma colecção de homens fardados e reluzentes, automáticos e nulos, cavalheirescos e macios, que vivem no paço, passeiam nas longas salas, estudam afabilidades, passam a vida louvando, sorrindo, observando a etiqueta, seguindo a pragmática, alinhando a atitude conforme manda o código das cortesias, colocando o pé de leve, como é de uso no andar fidalgo, formando conciliábulos e intrigas nos vãos das janelas, ambicionando a familiaridade, como as virgens mártires ambicionavam o Paraíso, e que, um dia, mais tristes por aquela vida vazia, morrem, deixando um rasto estéril de necrológios e de acompanhamentos. Esta coorte passa de um rei para outro; sempre com os mesmos sorrisos e com as mesmas servilidades; num dia de recepção, num dia de sarau, o rei ouve aquelas mesmas galantes cortesias de lábios que ouvia já seu avô, no mesmo dia, ao pé das mesmas alcatifas. Chama-se a isto corte. E uma alfaia do paço: e o rei é quem a possui.

Ora a câmara dos deputados é uma alfaia também; somente o seu possuidor é o governo, o governo, entidade de cinco membros que podem por vezes serem cinco luzes como hoje são cinco chagas.

A câmara dos deputados resume-se numa realidade, a *maioria.* O resto – o que se convencionou chamar minoria – são alguns homens honrados, alguns descontentes, que se ligam maquinalmente, e por vezes inteligentemente, para protestar com o seu voto e com a sua palavra contra todas as prepotências que a maioria aplaude, vota e vence. A maioria, pois, é a grande realidade da câmara.

Quem é a maioria? É uma coorte de homens sem crença, sem fé, sem opinião política, que precisam duma renda, duma condecoração, dum aperto honroso de mão ministerial e que por isso festejam, cercam, seguem os homens que podem dar a renda ou pôr ao peito a condecoração.

Gente sem habilidade reconhecida, sem espírito definido, de joelhos diante de toda a vaidade um pouco mais reluzente. prostrados diante de qualquer que possa ter à porta a sombra de um correio, beijando toda a mão munificente que possa torcer a lei e atirar um diploma. Aqueles homens nem os prende a amizade, nem os leva o espírito de ordem, nem os tolhe a timidez: não têm coração, são anárquicos e são audazes. Leva-os o interesse. O governo não tem para eles a significação duma amizade, duma ideia, dum principio, dum sistema; não, tem apenas a valia duma mesa à qual se sentam, triturando, pedindo, fazendo com gestos esfomeados o ruído dos impacientes. Compram o direito de se sentar àquela mesa entregando o domínio do seu voto. São mais cortesãos que os cortesãos: têm vaidades e fazem sempre resplandecer o seu pundonor, como fazem reluzir os bordados da sua farda: somente o pundonor é tão falso como a prata do bordado. Aceitam humildemente o papel que lhes distribuem na véspera dos projectos: um falará, outro proporá uma emenda, outro sufocará a questão; por vezes, ensaiam-se escândalos ruidosos; e então um é encarregado de vituperar alguém e outro é encarregado, pela sua atitude hostil, de conter as represálias do ofendido. Têm um certo número de programas que espalham na véspera das suas eleições; nesse programa fala-se muito em liberdade e em patriotismo, e em representar os povos; porém, mal pressentem, ao chegar a S. Bento, a sombra do ministério, ensaiam logo a curvatura com que lhe hão-de oferecer o seu voto estimável. Desconhecem as questões, não as estudam, não as analisam, nada sabem da história política e da filosofia popular; assistem solenemente às questões, dormitando, contando anedotas, combinando partidas

de *whist,* escrevendo cartas e depois, à noite, vão pelos cafés e pelo peristilo dos teatros, contando como tal comoção deu lugar a uma escaramuça terrível e falam com gesto misterioso na salvação do país. São profundamente inúteis e recebem por esta inutilidade um subsídio diário.

Tais são aqueles homens. É a isto que se chama a representação nacional. Que faz isto ao país? Que legisla? Que reformas lhe traz? Que melhoramentos'? Que elevações? Que instituições? Nada.

Fazem apenas a vontade do ministério, com a gravidade oficial de todos os que pertencem à domesticidade. Não representam o país, representam o governo. São o corpo diplomático do ministério. São a sua corte; ali há áulicos, camaristas, reposteiros-mores, etc., ...todas as distinções risíveis das camarilhas têm ali uma significação moral. São vassalos e respeitosos: respeitam os ministros, respeito profundo, cego, humilde, acariciador, fiel; respeito que desce até à baixeza, mas não subiria até ao sacrifício.

Basta. Nesta luta política é por vezes necessário tomar a pena para descrever os que combatem. Hoje há combate do parlamento e do povo. Não tentamos ainda descrever o povo, porque isso está acima das nossas forças; não tentamos descrever a maioria, porque isso está abaixo da nossa dignidade.

*
* *

Em Lisboa recebeu-se há dias um telegrama da Régua concebido assim:

«Suspeito que esteja aqui a nossa representação. Parece que a autoridade projecta as suas vinganças contra alguns dos signatários.» O Sr. Ferrer, que tinha apresentado a representação na câmara, recebeu igual participação; procurou então a representação no arquivo da câmara e não a encontrou, interpelou o governo sobre aquele inqualificável desaparecimento e o senhor visconde de Chanceleiros, com uma nobre dedicação, tomou a responsabilidade do facto, declarando que a retirara do arquivo para maduramente a estudar como relator do projecto do imposto de consumo. A espontânea generosidade do senhor visconde de Chanceleiros não cobre todavia o governo das acusações justíssimas. E averiguado que seja o enredo, pode muito bem aclarar-se o facto duma perseguição infame aos representantes da Régua.

O governo, não querendo francamente repelir o direito de petição, procura pelos meios ocultos sufocá-lo, aniquilá-lo e castigá-lo.

Ontem era o manifesto do povo de Évora repelido na câmara dos pares como um sacrilégio, e alcançando entrada, entre uma estéril escaramuça de impropérios e de despeitos; hoje é a representação da Régua, subtraída traiçoeiramente e mandada como um corpo de delito para base de perseguições.

Só nos restaria ver isso: a liberdade de consciência e de opinião ser perseguida e castigada, e o governo atirar covardemente o nome dos homens justos, que querem o bem do povo, à vingança das autoridades e às represálias do arbitrário. Manda o governo uma representação com os nomes dos signatários, como os antigos tiranos expediam para os prefeitos uma lista de proscrições; contra esses homens que tiveram a coragem da sua ideia, a afronta, o vexame, a prisão, a multa, os desgostos; para esses homens que na serenidade ampla da lei quereriam desafogar este país do desprezo, da miséria e da pobreza, e da indiferença, as pequenas vinganças locais, os despotismos burgueses dum imperceptível administrador do concelho, as tiranias risíveis mas penosas dum qualquer empregado de polícia. Esses homens ficam no *Index* civil. São os excomungados profanos, que renegaram a religião governamental. Têm por cima o traço negro que na igreja quer dizer: não pode ter absolvição nem sacramentos, e na

ordem civil quer dizer: não pode ter liberdade nem garantias. São homens infames, homens que querem o bem do povo, que querem que ele tenha a abundância, essa justiça do corpo, e a justiça, essa abundância da alma. O que o governo fez para o povo da Régua, a não serem verdadeiras as palavras cheias de sacrifício e dedicação do Sr. Chanceleiros, é facto inclassificável.

E todavia não era sem precedentes. E nós vamos contar um facto que pode de algum modo servir de corroborar esta desconfiança do Sr. Ferrer, desconfiança em que é acompanhado por tudo o que tem lucidez e percepção. O povo de Évora fez, como sabem, um manifesto, onde falou com a sua linguagem rude de povo, com a altivez da sua justiça, com atitude imperativa dos seus direitos imprescritíveis. Firmavam esse documento 673 assinaturas.

O Sr. J. M. Eugénio de Almeida foi quem o apresentou na câmara dos pares. Aí, como sabem, ergueu uma tormenta e um susto, tormenta dos fiéis do governo, que eram esmagados pela força unânime dos protestos e das petições, susto dos macios fidalgos, que viam entrar no seu santuário, onde há a religião da terra, a imagem violenta e sagrada da vontade popular. Passou aquele incidente e o manifesto foi arquivado.

Porém, passado tempo, receberam-se aqui comunicações de Lisboa em que se afirmava ter sido o manifesto subtraído da secretaria e reenviado às autoridades daqui, para tomarem bem conta dos nomes dos signatários como rebeldes, revoltosos e indignos que eram. Coincidia esta comunicação com o ter um jornal desta terra, muito nas intimidades do governo civil e da administração do concelho e da câmara, apresentado, um pouco indiscretamente, uma relação das assinaturas do manifesto, mas com tantas minuciosidades, com tantas especiais circunstâncias e apontamentos, que parecia tê-lo revolvido por miúdo e ter sobre ele procedido a toda a sorte de análises e de decomposições.0 governo mandava pois o manifesto, como se manda uma lista de proscrição. Os homens que assinaram deviam ser vigiados, apontados, vexados, sempre, processados se fosse possível.

Contamos com esta desdenhosa simplicidade este facto, porque realmente não lhe queremos dar o resplandecimento dum martírio sofrido pela causa do povo.

Não temos a certeza material de que o manifesto fosse mandado para estas autoridades como base a vexações secretas e policiais. Contamos o facto só para corroborar as discretas desconfianças que assaltaram o lúcido espírito do Sr. Ferrer. Já que se conta essa infâmia feita com a Régua, nós queremos também contar o que sucedeu a Évora para que – juntando-se estes dados – se descubra se há realmente da parte do governo um sistema de ir lentamente tomando oculta vingança dos que lhe assinaram petições adversas. Quando se estabelecerem mais estes factos, falaremos longamente. Não se dirá que num país livre, independente, onde há cidadãos e não escravos, um governo manda perseguir a liberdade de consciência sem que a imprensa, justa e severa, o aponte à vingança ensanguentada da pátria.

Nº 40, 26 de Maio

É incontestável que há no país um descanso político. Pode-se à vontade reflectir, e fazer um exame retrospectivo de toda a política desde Janeiro.

O que temos adiantado no mundo das ideias ou dos factos?

Em que acresceu Portugal? Em nada. Nem mais riqueza, nem mais segurança, nem mais independência, nem mais liberdade. Em compensação, mais impostos, mais centralização, mais polícia política, mais despesa e mais espírito de reacção; e também menos indústria, menos comércio, menos actividade e menos liberdade. Nada pois tem

feito este governo que mereça sequer um reconhecimento da história contemporânea. O povo está acordado, está vigiando os seus restos de liberdade e abundância. Muitos acontecimentos se seguirão ainda. Eis o que é necessário estudar.

Este governo, é bem certo, não cairá perante o parlamento, não cairá perante o veto do rei, não cairá perante a manifestação da opinião pública.

Tem atravessado todo este período de luta, vacilante, mal seguro, mas enfim vive e com vida constitucional.

O que prova que este país tem voluntariamente sofrido um mau governo. A revolta tem muitas vezes mostrado a sua aparição ensanguentada, como uma ameaça, mas ainda não se espalhou manifestamente nas multidões populares.

Tudo isto prova que estamos na véspera de um dia perigoso. Será com justiça que a insurreição aparecerá? Dizemos afoitamente que é. Um povo não pode ser impunemente esmagado.

O deixar-se matar é igual a suicidar-se. São duas coisas contrárias a lei divina, à lei social, ao espírito humano, à vida da associação e à influência superior duma religião pura. Os povos são grandes entidades complexas, semelhantes aos homens. Não podem deixar-se matar. A lei reconhece tanto isto que permite que se dê a morte em legítima defesa. A resignação de Jesus, a resignação do cordeiro, é um símbolo eucarístico e ideal, nascido no mundo judaico. num mundo de espiritualismo puro, que não pode ter aplicação nas nossas sociedades, materiais e positivas. Quem dá a morte defendendo-se é justo. Não só de urna agressão física, mas de uma agressão moral.

Um povo, como um homem, pode matar sem justiça quando e agredido, ou essa agressão se chame invasão ou se chame opressão.

A insurreição em tal caso é uma justa defesa. O povo defende-se de quem o vem atacar, tirando-lhe a liberdade, a abundância, o trabalho e a felicidade. Agressão moral, mais dolorosa de que uma violência física.

A defesa e justa porque é legitima. E se a lei penal não castiga o homem que mata defendendo-se, a lei social não pode condenar o povo que mata defendendo-se.

O povo não pode deixar esmagar-se. Tem mil meios de obstar à agressão, por isso mesmo se ela não vem violentamente e rapidamente, mas sim gradativamente. Tem a petição, tem o manifesto, tem a imprensa. tem a apelação para o rei, tem a opinião, tem a associação. Tudo isto são meios de legítima defesa. Tem finalmente a insurreição, e a insurreição só será justa quando tiverem sido baldados todos os meios de defesa serena. E dizemos defesa, porque a situação política e moral do país chegou àquele ponto que se não diz *oposição,* mas diz-se *defesa.* O povo *defende-se,* não se *opõe.* Está sendo agredido, querem tirar-lhe a vida, isto é, a liberdade. Quando pois todos os meios de defesa serena tiverem sido inutilmente empregados, então o povo, fazendo violência aos seus sagrados e luminosos instintos de bondade, tem direito de decretar a sua vontade pela voz da revolta.

E está dentro da legalidade e dos princípios, porque o que faz e em legitima defesa.

As revoltas são odiosas quando partem do espírito de especulação, dos tramas de vingança, ou das ambições roedoras: então vêm eivadas do mal e trazem a inspiração da injustiça. São castigos. Perdem e aniquilam.

São piores que o incêndio e que a gangrena. Essa revolta não a podia querer um povo justo; essas lutas ásperas de invejas e de raivas não se podem alargar num país onde domina, no mundo das ideias, o principio da justiça, da paz e da florescência.

Porém, quando as insurreições partem da legítima defesa popular são providenciais.

O povo é apenas instrumento; quem as faz não é a vingança, não são as

associações políticas, nem os clubes, nem os *meetings*; é aquela lei suprema e desconhecida que rege os homens e as nações, e que quer que das extremas opressões nasçam, por meios violentos, as extremas liberdades.

Nº 40, 26 de Maio

Recebemos de Lisboa esta correspondência particular dum outro cavalheiro.

Meus amigos: mesma inércia, mesmo afrouxamento político na aparência: e mais vida, mais combinações na realidade.

O governo embala a sua maioria num berço de munificências. Contam-se coisas fabulosas. E uma prodigalidade digna do *deficit.*

E todos com vasta alegria e muita satisfação da sua alma. Felizes ainda porque a Europa. entretida como está, não deita o olho de revés para este canto do Ocidente, pobre e magnífico.

E hoje lá fora apenas se vê a nossa exposição. e não se vê a nossa decadência.

A propósito de exposição. todos os jornais franceses são concordes em que é magnífica a nossa. E magnífica sobretudo porque lembra o Portugal que foi e não o Portugal que é. Lembra os *feitos,* não lembra os *factos.*

Lembra aquela época gloriosa e resplandecente de descobertas e de aventuras, de batalhas e de conquistas, e faz esquecer esta época de política pequena e rabugenta. de individualidades imperceptíveis, de caracteres desacreditados e burgueses.

Que diferença de tempos e que marcha para o mal, para a pobreza, para a decadência, este país tem feito, desde Vasco da Gama e D. Manuel até ao Sr. Fontes e Ferrão e outros de aquilatada consideração. gente. lia opinião do discreto redactor da *Revolução,* muito superior a Moisés e a Colombo, porque têm maiorias legais, coisa que aqueles desgraçados não alcançaram – um no Sinai e o outro no grande oceano!

Mas, como lhe dizia, enquanto resplandecemos lá fora, na exposição, revolvemo-nos cá dentro do país, com as portas fechadas, numa agonia moral. Nós temos a vantagem de sofrer sem sermos contemplados, visto sermos tão pequenos que passamos desapercebidos.

De resto, continua a imprensa ministerial vituperando e trazendo o boletim das câmaras, porque aqueles jornais, sobretudo os oficiais, movem-se só entre o vitupério e a discrição parlamentar. Espera-se que no fim da sessão, quando o governo puder ter a certeza de passar sossegadamente em Sintra os calores estivos, todos terão tão larga recompensa que nunca mais em Portugal haverá outro desejo que não seja o ser coluna do ministério. Veremos.

Quando se fecharem as câmaras, ver-se-ão então todas essas contas ajustadas nobremente entre os protectores e os estipendiados. Até lá votar-se-á tudo o que o governo quiser. ainda que seja o fim de toda a garantia; ainda que fosse a abolição do subsídio aos deputados, atrevo-me a dizê-lo, até isso.

Ali, quando se é obediente, é de uma obediência cega, inalterável, implacável. E todavia há na maioria homens que nunca na sua vida pública ou particular tiveram sobre si a sombra duma maculação.

No entanto, prende-os não sei que entorpecimento no seio do governo. Alguns mesmo têm ideias muito diversas do sistema parlamentar e constitucional: têm as ideias livres dos republicanos de 48. Um deputado mesmo, dos mais enérgicos e inteligentes, já declarou que votava com o governo por uma questão de confiança: que não conhecia o projecto (não sei de que projecto se tratava), que o não queria conhecer, mas que votava com o governo porque achava o ministério mais plausível que a oposição,

achando-os todavia ambos péssimos; que as suas ideias se não davam com o ar daquela sala, que estava sob outro ponto de vista, etc.

Fez uma declaração de indiferença política perante o sistema constitucional, e ultimamente declarou que, quando houvesse no parlamento homens que tivessem a coragem de arvorar a bandeira republicana, ele então ligaria a esse partido a sua vida, o seu talento e a sua energia. A maioria é assim composta de fracções: um pertence à maioria por indiferença, outro por opinião individual, outro porque há-de pertencer a alguma coisa, outro porque espera um emprego, outro porque receia e dorme mal com o espectro da dissolução, outro porque lhe pediram que votasse assim, outro porque acha tudo péssimo e alista-se então do lado onde é mais fácil ser deputado, outro porque foi nomeado para esse fim, outro porque segue outro, etc., etc. Vontades aliciadas, convicções diversas, interesses uniformes, votos oficiais, eis a maioria. Pois imaginaria alguém que havia ali uma convicção que os ligava?

Nenhuma. Defendem como um advogado defende uma causa: votam como quem empresta algum dinheiro a juros, para obsequiar a sua fazenda. E esta a maravilha do sistema constitucional – que o governo vive em virtude duma fórmula.

O que se pede é a maioria dos votos.

A questão é arranjar votos: as consciências, as convicções, as vontades, que importa isso? Votam eles? Votam. O resto é ar, é fumo. Nada vale, nada pesa. Um governo neste sistema não cria a sua existência. Compra-a.

Todo o governo pode ser eterno enquanto quiser, e eu até me admiro de como haja governos que caiam. Cair quando a questão é de votos! E votos tão fáceis de arranjar! Se fossem necessárias as consciências, as vontades, as ideias, então compreende-se como um governo não pudesse aliar sob a sua bandeira caracteres e índoles diversas. Mas ninguém lhes pede conta da índole ou conhecimento do carácter: pede-se-lhe o voto; e de vez em quando dá-se-lhe um discurso para recitar, discurso feito na secretaria.

E agora pergunto: valerá a pena uma tão grande oposição para um tão pequeno governo, governo fundado numa formalidade? Vale. E isso é que é horrível no sistema parlamentar: o governo vive por uma formalidade, mas formalidade tal que é a própria lei fundamental que a protege e que indirectamente sustenta o governo.

Formalidade contra a qual pouco vale a vontade do povo, formalidade contra a qual se quebrarão as ondas da imprensa, da multidão, da justiça e da liberdade.

Formalidade firme como uma rocha, em virtude de uma lei injusta. A reforma parlamentar é uma coisa instante: se se demora anos, mata este país.

Depois, é necessário também a revisão da constituição. Mas em Portugal não se entende assim. Uma instituição adquire os foros de eternidade, sejam quais forem as circunstâncias que sobrevenham. Cada lei é um dogma. É por isso que não caminhamos, porque esta gente ainda não compreendeu que a lei e muito diferente do principio justo: esse é inalterável, mas a lei é uma disposição transitória que as circunstâncias pedem e que as circunstâncias levam.

Nº 40, 26 de Maio

O digno par Sr. Ferrer voltou a falar, com grandes acusações, no desaparecimento da representação da Régua. Acudiu o Sr. Vaz Preto, pedindo que não se atirassem grandes clamores contra aquele delicadíssimo enredo e que, visto terem-se dado explicações, todas as desconfianças deviam estar dissolvidas. Por amor do Sr. Vaz Preto, não devia tomar-se conhecimento de facto algum quando ele envolvesse desonra

para o governo; por delicadeza e por espirituosa atenção, não deve haver oposição nem protestos aos actos dos cavalheiros que estão no ministério:

parece mal, realmente, não é delicado perturbar assim o trabalho de intrigas e prepotências que o governo está tecendo. Não é isso próprio de costumes da *high-life*. O quê! Ir brutalmente, em nome da justiça, e do povo, e da verdade, desgostar os ministros, cavalheiros tão delicados, tão afáveis, tão superiores numa sala? Este pensar do Sr. Vaz Preto é de todo o ponto discreto. Entendemos também que o Sr. Ferrer não devia, de modo algum, ir violentamente repetir uma acusação que já tinha sido esclarecida pelo senhor visconde de Chanceleiros. Sofria o povo, a justiça, a razão, a lei; mas ao menos ficava salvo e intacto o sagrado princípio da etiqueta.

Quanto mais que o Sr. de Chanceleiros devia decerto estar tirando copioso cabedal de ideias, de experiência e de argumentos da representação da Régua. Há tanto tempo a estudá-la! Tanto tempo a haurir-lhe a exalação espiritual da verdade!

Tudo isto encobre uma daquelas prepotências indignas que lá fora, nos países onde não é uma aparência a vontade do povo e onde a justiça trespassa as almas, faria pulverizar um sistema de governo.

Mandar uma representação às autoridades locais para base de vinganças e de vexames é facto que demonstra um sistema completo de corrupção e de reacção, que se estende das secretarias aos governos civis de podridão a podridão.

Assim as autoridades locais não são para dirigir, para velar. para policiar, para desenvolver, para proteger, para gerir, para fiscalizar: são para exercer vinganças oficiais! Assim a sua farda não é uma insígnia de autoridade, é um sinal de domesticidade! Assim estes homens que vêm administrar as populações da província são homens que o governo coloca de espaço a espaço por todo o país para vexarem segundo as indicações transmitidas, para martirizarem quando receberem um oficio, para perseguirem aqueles que não ajoelharem diante dos ídolos que se adoram em S. Bento! Assim o povo é apenas uma multidão que se acutila e que se pisa quando anda afastado e altivo em nome da sua justiça, e a quem se atira um pouco de pão e uma festa oficial quando uma ideia inclina aquela mole de homens, como o vento inclina uma seara, para a banda luminosa onde estão colocados os pés dos ministros! De modo que o governo nomeia autoridades como os tiranos do Baixo Império destacavam carrascos!

De modo que, com as diferenças de civilização e de costume, nós estamos ainda naquele tempo em que discutir um acto do imperante era uma traição punida com a morte! De modo que há homens que têm alma e sentimento, que recebem um subsidio para projectar vinganças, organizar perseguições, imaginar vexames, não em virtude duma ideia oposta, mas por amor duma vingança sinistra! De modo que em Portugal as autoridades administrativas são tão desprezadas pelos governos, tão baixamente consideradas nas secretarias, que se lhes manda de lá uma lista de injustiças a praticar, uma relação de arbitrariedades a cometer! De modo que, quando é necessária a polícia, quando é necessária a protecção, quando são necessários melhoramentos, obras, vigilância, administração, ninguém sabe das autoridades, não aparecem e não existem; e, quando o governo quer exercer sobre o país um sistema perverso de represálias, aparecem logo

os empregados de confiança, com a lista dos excomungados civis na mão, alinhados em coorte de vexação!

É assim que está a política do país; e ainda se pensa no principio das conciliações, nas soluções constitucionais e nos remédios serenos do sistema parlamentar!

*

* *

Há em Portugal uma maneira sábia de solver as grandes dificuldades que funestam a vida política. É o considerá-las com desdém e votar-lhes um fidalgo desprezo.

Haja vista ao orçamento. O orçamento é a questão complicada e revolta que tem hoje o país.

Para ele deviam ser os estudos, as discussões, os trabalhos, os relatórios, as comissões. Num país minado por uma crise de fazenda, todos se devem curvar sobre os documentos, e o orçamento deve ser a origem das meditações demoradas: análise miúda das contas, escrupulosa averiguação da receita, detido exame da sua procedência, estudo sobre a proficiência da sua cobrança, avara enumeração da despesa, economia vergonhosa das suas verbas, uma profunda cogitação sobre a possibilidade de economias, todos estes exames está-os pedindo instantemente o orçamento.

Era o orçamento que devia absorver as atenções do parlamento nos meses de mais rija actividade. Pois bem: em Portugal não se faz assim, todas as medidas, as mais insignificantes, as mais estéreis, as mais protraíveis, aquelas em que não vai o interesse público, a necessidade do país, a dignidade, a vida do governo, tudo é votado, discutido, relatado, etc. Discute-se se há-de dar à câmara de Silves um pardieiro antigo, à câmara de Aveiro um barracão de dois séculos, gastam-se nisto sessões; mas não se acha uma hora, um dia, um intervalo, para dizer algumas palavras sobre a grande questão nacional, a questão donde depende a nossa vida, a nossa independência, a nossa autonomia.

O começo das sessões, o meio, os tempos de mais enérgica actividade, foram gastos com as ostentosas discussões da reforma diplomática e com as cogitações discretas sobre a interpretação da paróquia civil; o orçamento, esse, fica para as últimas sessões, quando todos estão ávidos de descanso, com a mira nas olaias das suas aldeias.

Quando o tumultuar dos parlamentos tem cansado os espíritos, sufocado os cérebros, e que todos querem ir respirar o descanso suave dos campos, então vem o ministro fazer votar apressadamente uma envergonhada lei de meios, dispensando a revisão profunda e trabalhosa dos livros do orçamento.

Realmente é assim, que importa o *deficit?*

Haverá sempre um pouco de pão, uma pouca de carne para a população: não há exemplo de uma nação morrer à fome.

É fastidioso entrar na questão de dinheiro; alancearia os fidalgos espíritos dos representantes da nação o ter de penetrar na baixa região da despesa e das contas, dos gastos da casa e da economia doméstica. O país sempre se há-de sustentar. E que se não sustente! Mais vale o descanso corporal dum deputado do que a felicidade dum povo!

Por isso vota-se apressadamente a lei de meios e o *deficit* cresce, e as economias não se fazem, e o crédito perde-se, e o comércio fina-se, e a indústria esmorece, e as inscrições baixam, e a divida cresce, e a bancarrota adivinha-se. Haverá então tristezas, misérias, perdas, desesperos, revoltas, invasões, mas que importa? Ao menos, quando vierem os meses do calor pesado, os deputados foram todos repousar alegremente para sob as alamedas pastoris e aldeãs, junto das frescuras das ervas, longe das fadigas sufocadoras de S. Bento.

Achamos por isso prudentíssimo que não se discuta o orçamento e que se deixe crescer o *deficit.*

Achamos que é honroso acumular as discussões vãs, para evitar que o espírito de análise parlamentar se aproxime do orçamento. É impróprio pedir as contas duma gerência. O país, como fidalgo e perdulário que é, deve ignorar a sua fazenda e deixar-se galhardamente arruinar: há um prazer inexplicável em se deixar arruinar lentamente,

por um desleixo feliz.

Tem havido devassos célebres que têm explicado este gozo singular, esta sensação deliciosa que sente o homem que vê a sua fortuna, batida por todos os ventos da prodigalidade, afundar-se triunfantemente, enquanto o pródigo se esquece da vida. atordoado pelo esplendor do luxo e da libertinagem. O país está no mesmo caso. Está sentindo prazer em se arruinar. Tudo esmorece na ordem económica, crédito, comércio, agricultura, indústria, e, no entanto, as festas sucedem-se e os ministros glorificam-se no seu orgulho de pequenos ditadores.

Sábias governações!

Desgraçados aqueles países que ainda se preocupam do 5eu tesouro, que velam pela sua felicidade, que se adiantam, que enriquecem, que se tornam os dominadores no concilio político da Europa; desgraçados esses países. Não sentem o prazer de se arruinar folgando, de caminhar para a morte entre cantos joviais: são positivamente desgraçados. Não têm, como Portugal, a glória de perderem a sua nacionalidade por desleixo e por ignorância, de atirarem, num delírio galhofeiro, a sua liberdade às outras nações, como um caçador atira um bocado de carne aos cães que a despedaçam!

Nº 41, 30 de Maio

Há uns poucos de meses que Portugal é uma arena académica onde apenas se ouvem protraídas discussões, sonoridades de argumentos, razões invocadas, declamações luzidas, todas as formas da retórica, da dialéctica e da escolástica subtil.

Triste meio de produzir o bem do país!

Palavras! Palavras! Palavras! O país é atacado com impostos e defende-se com frases!

O governo cerceia liberdades e a imprensa conquista argumentos! Prodigalizam-se as representações, escraviza-se a indústria, suprimem-se os foros livres, esteriliza-se a produção, decreta-se a miséria, autoriza-se a ignorância, oprime-se a opinião, e a esta invasão de prepotências, de ignorâncias, de repressões, apenas se põe como obstáculo algumas figuras de retórica!

Nós somos dos que preferimos os serenos embates das ideias aos violentos recontros da força. Entendemos que um país realiza melhor a sua felicidade com uma revolução pacífica de princípios, com uma iniciação proveitosa de verdades, do que a cutiladas e a fuzilarias.

Mas entendemos também que num país onde a imprensa é desprezada, onde a opinião é escarnecida, onde são apupadas as assembleias políticas, onde a história, a filosofia, a ciência política, a ciência económica, são consideradas como antigualhas excêntricas, num país onde não há um sistema de governo, um principio dominador, uma ideia de administração, onde apenas se respeita o acaso dos factos e a preponderância de pessoas, onde em vez de ciência há intriga, em vez de comunhão de ideias, corrupção: num país assim entendemos que as revoluções desarmadas e científicas são estéreis e ininteligíveis.

Não se desmente a raça, o clima, a procedência, a Natureza: as condições de constituição actuam fatalmente. Nos países meridionais a política é toda de acção, de luta, de combate: veja-se a Espanha, a Itália, a Grécia e Portugal, neste século ainda. Não temos sequer uma ideia política. Em Portugal não se pensa, intriga-se.

Por isso debalde se cansa toda a imprensa e toda a minoria parlamentar querendo inaugurar o sistema de pensar em política.

Essas discussões embotam o espírito do governo, cansam e afrouxam a energia

popular, enervam e musculatura revolucionária e tornam a adormecer, pelo seu som monótono, o espírito político que tão desperto tem estado.

Num país onde o governo declara, logo quase na abertura das câmaras, que despreza a imprensa, a opinião, o povo, a maioria patriótica – os únicos meios de oposição são os actos, as represálias, a acção permanente, infatigável, acção implacável.

Digamos esta dolorosa verdade: em Portugal os governos maus não devem ser combatidos, devem ser expulsos. E todos nós, os que pertencemos à oposição, temos caído no erro de oferecer uma luta honrada e nobilíssima ao governo, em lugar de aconselhar a sua expulsão imediata, mal transpareceram nos seus projectos os sintomas da reacção.

Não se pode discutir com aqueles que por único argumento têm o desprezo, que por única ideia têm o vitupério, que por único sentimento têm a intriga, que por único sistema têm a repressão dolorosa.

Não se discute com o mal; o mal derruba-se.

Que vale questionar o imposto de consumo, a reforma administrativa, o tratado de comércio? O governo porventura, em atenção às representações, às discussões da imprensa, às razões populares, alterou uma única sílaba da fórmula dos seus projectos?

Não. Continuou impassível e magnífico, decretando as diferentes maneiras de decadência. É tempo, pois, de dar entrada à acção. Já bastante se tem discutido, cumpre executar.

Depois, quando vier o momento de organizar, de recompor. de tirar dos destroços das instituições derrubadas alguma coisa de útil, de eficaz, de proveitoso, então é que se tornam necessárias as discussões esclarecidas, as argumentações prudentes.

Até lá compete executar: e toda a execução hoje há-de ser necessariamente uma destruição. Destruição de muita instituição viciosa, de muito privilégio, de muita anarquia consolidada. Em Portugal não se pode fazer uma revolução completa no sentido da democracia. Somos nação muito pequena para isso. A nossa política é política de reflexão. Copiamos as grandes potências.

Não temos poder, nem força, nem elevação, nem grandeza necessária para sermos uma individualidade política, com organização própria, com sistema exclusivo, com forma de governo voluntário.

Havemos de aceitar o principio que estiver realizado nas grandes nações. Hoje, que a Europa é constitucional, somos constitucionais; quando a Europa for republicana, seremos republicanos. Política de imitação, não política de espontaneidade. Por isso, por ora, devemos contentar-nos em melhorar o princípio, uma vez que ele tem de subsistir; de o melhorar na prática, de o tornar de uma realidade mais fecunda e prospectiva, de o tornar apto a produzir a maior soma de facilidade pela maior soma de liberdade.

Por isso era necessário primeiro destruir este governo, depois reformar quanto possível, reformar o funcionalismo, o exército, a fazenda, os tribunais, etc.

O governo que vier deve trazer primeiro no seu programa a lista dessas reformas e deve ser obrigado a cumpri-las sob pena de expulsão.

Mas em primeiro lugar deve derrubar-se este ministério; e se for necessária a revolta para isso, aceite-se a revolta como uma desgraça necessária. Depois, um dia, quando a Espanha estiver consolidada e transformada no sentido da justiça, nós, apoiando-nos nela, fazendo nossa a causa da Península, poderemos então encetar a reforma do sistema no sentido democrático e fazer aquelas transformações que pede a felicidade humana e a liberdade dos povos.

*

* *

Há em Portugal um estranho sistema de administração.

Este sistema é o abandono. Abandono de todo o território que fica para além das últimas casas de Lisboa.

Em toda a parte civilizada o governo coloca pelas províncias autoridades de administração, suas delegadas, que realizam na área local o mesmo trabalho de adiantamento e de reforma que ele procura alcançar na esfera do progresso geral. Essas autoridades, são para administrar, para reformar, para fiscalizar, para policiar, para edificar, para melhorar, para curar de tudo o que estritamente diz respeito à viação, higiene, agricultura, indústria, vida local, enfim. Não são empregados de aparato, diplomacia administrativa, que vá perante as populações representar aparatosamente o *high-life* governamental. Não. São autoridades de serviço, que devem conhecer a sua localidade, estudar-lhe a índole e a constituição, observar as necessidades, fiscalizar as irregularidades, promover-lhe o adiantamento benéfico e dar-lhe o impulso que leva para o bem social, para as comodidades profundas da vida policiada, para as vantagens da prosperidade. Um governador civil, já o dizia um professor célebre, com as atribuições que lhe dá a legislação administrativa, com a esfera de acção que lhe concede, pode fazer duma tribo bárbara uma capital de primorosa constituição. E a lei administrativa de propósito lhe ilimita quase os atributos de jurisdição, para ele poder largamente talhar no seu distrito, melhorar, destruir, recompor, organizar e executar.

Mas desgraçadamente em Portugal não sucede assim. Nós gozamos a vantagem inestimável de andar pelo caminho avesso ao de todo o bom senso, de toda a prática justa.

Digamos uma verdade: em Portugal as primeiras autoridades administrativas formam pelo país um corpo de polícia superior directamente emanado do governo.

Não são autoridades com política própria, espontaneamente de acção. não: são simplesmente comissionados do ministério que vão para as suas administrações vigiar, intrigar, minar as oposições, acariciar amizades, ligar empenhos e vontades em favor do governo e trabalhar dolorosamente em tempo de eleições.

Nada mais fazem.

Absolutamente inúteis na evolução social do país, servem apenas para representar tia sua localidade um certo número de nomes, para executar a vontade das secretarias, para aliciar os indiferentes e instigar os afeiçoados.

Nem ao menos representam um princípio, representam certos homens; era concebível que representassem o princípio da ordem, que servissem a todos os governos, que fossem os apoios provinciais de toda a edificação ministerial, que fossem os perpétuos agentes de eleições dos governos sucessivos, que fossem homens-máquinas, que soubessem arranjar e dispor votos, tendo a mesma afeição por todas as situações, o mesmo zelo por todos os caracteres políticos.

Mas não; eles nem sequer representam o princípio da ordem, representam a vontade de indivíduos. São empregados da confiança deste ou daquele cavalheiro, e entende-se por isso que só zelarão este e que atraiçoarão aquele.

No meio de tudo isto, a província é esquecida: nem melhoramentos, nem obras, nem viação, nem hospitais, nem polícia, nem iluminação, nem reedificações, nem vigilância, nem higiene, nem moralidade. Nada.

Atentos nas evoluções dos actos ministeriais, não reparam, tão cheios têm os olhos da luz oficial, nas populações infelizes e abandonadas que enxameiam miseravelmente na sombra.

São homens sem princípios, sem ideias, sem sistema. Tome-se qualquer autoridade administrativa e raro será que se encontre uma que proceda na sua jurisdição

sob um ponto de vista político, sob a inspiração duma ideia social, sob a direcção dum método prático de administração.

Todos seguem a rotina: a velha, a seca, a monótona rotina.

Sabem de cor o trabalho de expediente e executam com a precisão dum mecanismo moral; felizes ainda as populações quando as autoridades, ainda mesmo maquinalmente, vão cumprindo o seu dever.

Ora isto estiola as populações. O primeiro efeito deste abandono de tudo por aqueles cujo dever era zelar é a falta das comodidades que têm as populações policiadas. Não se goza segurança, não há um bom hospital, não há uma condução de águas higiénica, não há limpeza das ruas, não há fiscalização dos géneros vendáveis, não há bons edifícios públicos, não há escolas, não há bom sistema de ensino público, não há nada. Isto produzo segundo efeito, que é a desconsolação dos habitantes, a desesperança de gozarem os benefícios da moderna vida social. Este desalento produz a indiferença: cada um se concentra, vive-se apenas pela ligação do comércio e da convivência indispensável; as negociações afrouxam, a actividade local perde-se, a iniciativa particular esmorece diante da abstenção oficial; começam as discussões, as desinteligências; as autoridades, não podendo manter-se pela simpatia, procuram manter-se pela pressão, pelo patronato, pela concussão, pela influência de famílias; daqui, desgostos, conflitos; e aí está como uma cidade com todas as condições de florescência de vida, de elevação, de grandeza, se perde, fica num marasmo social, e deixa todas as suas riquezas morais, todas as suas superioridades, serem levadas pela indiferença e pelo tempo, como as folhas que um regato acarreta.

Évora é um exemplo bem triste disto.

Tais são os resultados sinistros do sistema que em Portugal vigora de fazer das autoridades administrativas empregados superiores de polícia ministerial.

É esta uma das maiores reformas que pede este país. Possa Deus querer que venha breve a sua hora, para fazer ressuscitar estes lázaros que se chamam cidades de província.

*
* *

Complica-se de uma maneira pérfida a questão sobre a representação da Régua.

Muitas são as interpretações. Os factos assentes e esclarecidos são estes: a representação saiu do arquivo; foi para casa do senhor visconde de Chanceleiros; daí foi mandada para a Régua; lá foi vista em casa do administrador. Quem a mandou para a Régua? Foi com o consentimento do governo? Foi para base de perseguições? Foi para analisar e publicar? Mistérios!, como dizia Scribe.

O senhor visconde de Chanceleiros, emprazado para dar a sua palavra de honra de que a representação não tinha saído das suas mãos depois de retirada do arquivo, recusou-se a corroborar o facto com a sua palavra de honra. Logo, a representação saiu do poder daquele cavalheiro.

Foi nesse intervalo que foi à Régua. Quem a mandou? Diz o Sr. de Chanceleiros que alguém que abusara da sua boa fé, etc. Ver-se-ão estes factos mais detidamente examinados pelas transcrições que abaixo fazemos dos jornais do Porto e de Lisboa.

Que se deu o facto, é incontestável, que a representação foi mandada para um mau fim, é incontestável.

E as considerações que acodem em presença de um facto destes são as severas condenações do procedimento do governo. Não é provável que a autoridade quisesse conhecer as assinaturas para dar aos indivíduos ampla recompensa; o governo ainda não

adoptou o sistema de galardoar nobremente os seus adversários. Se a representação foi, é porque alguma instigação de vingança determinou essa resolução. Perguntam os jornais se isto será algum plano combinado para perseguir os signatários das províncias!

Parece-nos que sim, atendendo ao que sucedeu à representação de Évora. Essa foi repelida na câmara e depois mandada às autoridades para se exercerem as vinganças possíveis contra os que ousavam renegar o verbo ministerial. Esteve nas mãos das autoridades. É incontestável. E se não houve perseguições, represálias, vinganças, é porque não é modernamente, neste país, perante as livres ideias que se hão-de renovar os costumes bárbaros dos tempos freiráticos e absolutistas. A uma tal prepotência poderia haver reacção terrível e inesperada. As autoridades podem contentar-se em ser inúteis; não é necessário que sejam prejudiciais. Estamos certos que as autoridades nunca se prestariam a serem os instrumentos passivos duma desafronta miserável. Ao principio de jurisdição estão ligadas certas dignidades de sentimento de que os magistrados não abdicam facilmente. E quem se sujeitaria a vir friamente castigar homens probos que apenas têm o crime de querer o bem do povo e o começo da liberdade? No entanto, o pensamento existiu e, fosse o que fosse que obstasse à sua realização, não é menos verdade o ser o procedimento do governo um daqueles atentados que noutro país levaria aos castigos penais.

Abuso violento, prepotência, reacção viciosa, ilegalidade, opressão, vexação, indignidade, tudo há naquele acto.

Ameaça terrível de toda a liberdade! Pois não será permitido o ter opinião, espontaneidade, liberdade de ideia e de consciência?

Há-de se ser fatalmente obrigado a sofrer em silêncio, a ter por única defesa a resignação e por único desabafo a abstenção? É assim que o governo parece querer educar as populações.

N.º 42, *2 de Junho*

Em Portugal não há ciência de governar nem há ciência de organizar oposição.

Falta igualmente a aptidão, e o engenho, e o bom senso, e a moralidade nestes dois factos que constituem o movimento político das nações.

A ciência de governar é neste país uma habilidade, uma rotina de acaso, diversamente influenciada pela paixão, pela inveja, pela intriga, pela vaidade, pela frivolidade e pelo interesse.

A política é uma arma em todos os pontos revolta pelas vontades contraditórias; ali dominam as más paixões; ali luta-se pela avidez do ganho ou pelo gozo da vaidade; ali há a postergação dos princípios e o desprezo dos sentimentos; ali há a abdicação de tudo o que o homem tem na alma de nobre, de generoso, de grande, de racional e de justo; em volta daquela arena enxameiam os aventureiros inteligentes, os grandes vaidosos, os especuladores ásperos; há a tristeza e a miséria: dentro há a corrupção, o patronato, o privilégio. A refrega é dura; combate-se, atraiçoa-se, brada-se, foge-se, destrói-se, corrompe-se. Todos os desperdícios, todas as violências, todas as indignidades se entrechocam ali com dor e com raiva.

À escalada sobem todos os homens inteligentes, nervosos, ambiciosos, saídos do mundo anónimo da miséria: escritores, dramaturgos, proprietários, poetas, soldados, todos os filhos do acaso e da vadiagem literária, querem penetrar na arena. ambiciosos dos espectáculos cortesãos, ávidos de consideração e de dinheiro, insaciáveis dos gozos da vaidade.

De modo que a governação cai nas mãos inexperientes e frívolas daqueles que

nem têm a experiência, nem a filosofia. nem a prática, nem a sabedoria, nem os sistemas, nem os estudos necessários para encetar, com proveitosos resultados, um caminho político de ideias e de concepções.

Em Portugal os homens de Estado não se criam, decretam-se: a Carta Constitucional dá ao rei a faculdade de, com uma assinatura, elevar um homem qualquer, ignorante e nulo, àquela ciência, àquela superioridade de espírito, àquela altura intelectual que pedem as regências públicas.

Um homem, inteligência de acaso, saído das obscuridades da pequena literatura ou do pequeno jornalismo, talento de álbum, filósofo de almanaque, coleccionador de poesias eróticas, com o cérebro cheio de pequenas futilidades de retórica, é dum momento para o outro, em virtude dum decreto, por graça do imperante e protecção da Carta, considerado como hábil e superior para dirigir o movimento político, para levar a nação no caminho do bem social à conquista das felicidades, da florescência, da grandeza, da independência e da riqueza.

Este homem não conhece a política do seu país, não conhece a história contemporânea, não conhece os métodos políticos, não conhece a marcha das ideias, as necessidades da sociedade moderna, a influência dos princípios, os limites morais da legalidade, as prescrições salutares da justiça; não conhece a diplomacia, não conhece o trabalho íntimo e latente da reconstituição europeia, não conhece as condições das classes, o estado da indústria, a prosperidade do país; não conhece a filosofia social, os princípios morais da governação, a influência do passado, a vantagem das alianças, a possibilidade latente do futuro, não conhece nada, nem ideias nem factos; mas que importa que não conheça nada? Foi julgado superior por um decreto régio e isto porque intrigou, porque pediu, porque se vendeu, porque se rojou, porque se curvou, porque abdicou sentimentos, dignidade, consciência, independência, e ficou uma matéria vil à qual um influente qualquer da camarilha pode fazer tomar todas as formas possíveis, como se fosse um pouco de barro. E em virtude desta nulidade é considerado grande homem, por decreto do rei. Outros então alcançam o valimento e depois manifestam a altivez, tornam-se dominadores, encobrem a ignorância com a vaidade, a nulidade com o aparato, a falta de ideia com a abundância de vexação.

É uma das coisas mais dolorosamente cómicas do nosso sistema este direito que têm os poderosos da camarilha de decretar grandes homens de Estado.

Toda a ciência, toda a parte, todo o oficio, tem um certo número de princípios, de factos, de conhecimentos, de ideias, de sistemas, de tradições, de bases que é indispensável conhecer. O ter estes conhecimentos práticos e reais, e juntar a isso uma grande inspiração, é o que faz os grandes homens, quer na política, quer na literatura, quer na arte.

Seria ridículo decretar que alguém fosse pintor consumado, artista inspirado, músico glorioso. Porque será então permitido e legalizado pela constituição que se possa decretar que tal ou tal seja grande homem de Estado?

É tão ridículo que vão dizer a um homem: «Manda el-rei, etc., que tu sejas um poeta tão grande como Dante», como dizer-lhe: «Manda el-rei que tu sejas um ministro tão grande como Turgot.»

E quando um decreto nomeia um homem ministro, sobretudo nas condições de crise, de decadência, de inferioridade como esta nossa, é porque o não julga uma mediocridade política.

Porque quando se aponta um homem num momento de crise, é porque todos têm a convicção ou o instinto de que esse, assim mostrado às multidões, de quem se disse o *ecce homo* político, é o único capaz de trazer a salvação e decepar radicalmente o mal.

Mas não: o homem foi declarado estadista e no outro dia legisla já e decreta.

O que acontece? E que este homem é ministro dum país que não conhece, legislador em circunstâncias que ignora, financeiro sem ter conhecimento da ciência económica e das condições da riqueza pública; afecto aos negócios de justiça, desconhecendo as leis, os princípios e a ideia geral da organização dos magistrados, aos negócios da guerra, sem nunca ter reparado no exército, sem conhecer os sistemas de organização militar, de despesa, de serviço, de polícia, de trabalho, e a influência moral que têm nas nações a paz armada, a divisão de secções militares, a estabilidade de regimento, etc.; afecto aos negócios da marinha, das colónias, sem as conhecer, sem as ter sequer estudado ou visto no mapa. Todos os ministros ordinariamente são inteligentes, escrevem bem, discursam com cortesia e dicção pura, versejam nos álbuns de casas particulares, são perfeitos cavalheiros, e excelentes convivas, e adoráveis cortesãos.

Mas não têm nem a ciência, nem o espírito, nem a dignidade, nem a elevação de carácter, nem a austeridade, nem a concepção, nem o instinto político, nem a experiência que faz o estadista.

Excelentes num sarau literário, são nulos numa crise da pátria.

É assim que há muito tempo em Portugal são regidos os destinos políticos.

Política de acaso, política superficial, política de expediente.

Em presença destes factos é de esperar que durante muito tempo o país vegete na sua sonolência animal; nenhum espírito ousado virá desassombradamente, com consciência e com vontade, com ciência e com moralidade, dar um proveitoso impulso a este caminhar lento e improfícuo.

País governado ao acaso, governado por vaidades e por interesses, por especulação e patronato, por privilégio e influência de camarilha, é possível que possa conservar a sua independência?

Ministros que vivem do apoio da maioria comprada e alcançada a favores, ministros que encobrem a inaptidão com a vaidade, e a nulidade com a declamação, e a sua origem burguesa e obscura com os desperdícios duma oligarquia ostentosa; ministros dependentes dos favores do paço, vivendo duma vida fictícia de apoio e de protecção, inertes, sem ciência e sem energia, aparatosos e frouxos, imperceptíveis e liberais, podem porventura elevar o país?

Em Portugal a grande questão do ministério é a duração: o *muito* tempo; para isso servem-se de todos aqueles meios que a imoralidade oferece aos maus: não podem viver pelas ideias, vivem pelas maiorias; não ganham apoio pela dignidade e pela atracção espiritual, ganham-no pela corrupção material; não podem constituir a camarilha pela superioridade das suas medidas, conquistam-na pela autorização de desperdícios e por dádivas dos dinheiros públicos; não podem manter-se pelo respeito. mantêm-se pelo medo; não podem conservar-se pela harmonia económica da fazenda, conservam-se por impostos exagerados: não podem viver pela liberdade, vivem pela repressão. Que importa? Durar, conservar-se, viver, gozar; eis a grande divisa do seu brasão comum. Ser ministro para uns é uma vaidade, para outros uma especulação; mais nada: uns ganham, outros resplandecem; alguns há também para quem é vaidade e lucro. Não conhecem que exista o povo, a opinião, o ideal social, as revoluções, a liberdade, a democracia. Basta-lhes saber que são admitidos nos bailes do paço e trazem o cortejo dum correio, e que o seu nome é repetido nas discussões políticas como um som que o ar embala.

Só isso lhes importa.

Vaidosos, precisam uma corte humilde e criam a maioria; avaros, precisam entesourar e fazem os contratos ruinosos; gostam de ser contemplados ainda mesmo num pelourinho moral de repulsão pública e de desgostos. Preferem uma celebridade

amaldiçoada a uma serena obscuridade. Amam o poder pelo poder: não encarnam um princípio, uma ideia que queiram realizar; não são homens dum partido; nada de espiritual os leva para ali: arrasta-os aquela fatalidade que quer que os pequenos espíritos vão irresistivelmente para tudo o que luz e para o que soa; tudo sofrem pelo prazer de dominar as desconsiderações, as oposições, os vitupérios, as revoltas.

Sacrificariam populações e famílias para alcançar mais uma medalha que lhes desse foros de grandeza.

Para eles nada significa o trabalho, as privações do povo, os desconsolos das classes operárias; não querem fazer roçar a sua farda por essas misérias. Entendem que o povo é uma multidão vil, porque dele saem os criminosos para as prisões e as mulheres para a prostituição; e não sabem que os ministros devem prodigalizar a instrução e o bem-estar que livram da prostituição e da prisão.

Os ministros em Portugal são mais ou menos isto.

Estes que hoje estão no poder realizam então perfeitamente o tipo do interesse e da vaidade. São eles os homens do imposto bárbaro, da supressão dos baldios, dos insultos ao Porto, da ruína da indústria, do desprezo pela imprensa, da corrupção oficial, das alianças com a Espanha, da criação da guarda civil, das demissões sem culpa formada, das perseguições por política, das ostentações grotescas, da reacção imoderada.

São eles os republicanos de ontem, hoje pretendentes da ditadura; eles, os que revoltam Braga e que apedrejaram o Porto; eles, os primeiros que não cederam a manifestações populares e juravam não ceder aos pronunciamentos militares. Eles, os homens do fanatismo, da reacção, das amizades clericais, das intimidades do arcebispo Claret.

Eles, os irmãos políticos de Narvaez, a quem falta um país para dizimar. Eles, frouxos ex-solitariamente e valentes quando cercados dos homens da maioria, esses cortesãos de cortesãos; que têm somente a energia necessária para serem amanuenses de secretaria, e que no entanto ostentam a força de dominadores políticos. Eles, os que serão envolvidos nas forças políticas e nos ódios do povo, expostos aos castigos justos e às represálias da razão. Eles, os provocadores de revolta e os organizadores de duelos. Eles, que representam o país como Judas apóstolo representava Cristo. Eles, que serão violentados no presente e esquecidos na história.

Nº 43, 6 de Junho

O país está dando na política o espectáculo de dois fantasmas combatendo-se. Fantasma de governo, fantasma de oposição. A particularidade dos fantasmas, segundo eles aparecem na penumbra da crença popular, é serem inconsistentes e diáfanos, formas que o vento desfaz e que atravessam a escuridão da noite, em lampejos sobrenaturais, e que desaparecem subitamente. A oposição oficial está também inconsistente e diáfana, aparecendo e desaparecendo. Há duas oposições – os centros e o povo. Todos querem o mesmo, todos trabalham no mesmo intuito de salvação, todos se abraçam em mútua comunhão; no entanto, pela fatalidade das pequenas paixões, os centros desunem-se e a grande coluna de combate perde a sua solidez, e quase a sua convicção.

Porque o pior que a desunião tem não é fazer perder a força, é fazer perder a convicção. Há realmente duas oposições? Duas ideias? Duas tentativas? Duas propensões espirituais? Não. Todos querem aquela reforma preliminar do país que consiste em derrubar o ministério. Todos se compreendem e se completam. E, no

entanto, desunem-se; esta desunião não é perigosa, não faz perturbar as coragens e recuar as tentativas; enquanto houver união, como há, no instinto, na ideia, no facto, pouco importa que os centros se malquistem nas suas individualidades, porque se estreitam na liberdade.

No entanto, esta desunião daqueles que deviam ir alumiando a marcha instintiva e insciente do espírito popular pode de algum modo abalar as convicções.

Nos partidos a desunião é um esquecimento do fim desejado: é pôr de parte o grande cometimento para ir debater as pequenas questões de forma e as imperceptíveis oscilações de indivíduos.

E é porventura ocasião de atender a essas minuciosidades do capricho quando a pátria agoniza? Que nome se daria àqueles filhos que, chamados apressadamente ao quarto onde sua mãe expirasse, estivessem à porta discutindo preferências de entrada? Os antigos soldados das legiões que combatiam na Germânia reconciliavam-se todos e perdoavam-se todos na véspera das batalhas. E nós estamos talvez na véspera da batalha ideal da reacção com a liberdade.

Se fosse uma questão de ideias, de princípios, de sistemas! Mas questões individuais, que não têm um horizonte mais largo que uma sala de discussão! Pois quando se está próximo a realizar o direito sagrado do povo é que os chefes, os investidos, os eleitos, abandonam o campo imaculado das ideias onde se estava pelejando e vão para um canto aclarar uma questão de preferência ou de cortesia.

Não; os homens que se preparavam a fazer mais alguma coisa do que ostentações de camarilha e desperdícios de vaidosos não podem, quando o momento é supremo para o povo, abandonar a causa da liberdade e da virtude para irem debater em ásperos debates, em violências pessoais.

Mais do que nunca o momento é grave: o país está arruinado, sem dinheiro, sem crédito; a indústria vai fenecer, a agricultura esmorece, o comércio está morto, as transacções subtraíram-se à concorrência; demais prepara-se um ano de escassez; os trigos, os géneros quase todos, sofrem das fatalidades doentias de estações contraditórias; a miséria moral pode reunir-se à miséria física; quando vier o Inverno, o povo encontrar-se-á entre a fome e o imposto de consumo; o governo nega-lhe a carne; a terra nega-lhe o pão; assim repelido pela Natureza e pelos que governam, quem sabe o que o povo fará?

Perante o Inverno acha-se o povo numa crise de vida; no Inverno, se for rigoroso sobretudo, os pescadores não podem ganhar a vida no mar, vão pedir pelas povoações; as populações do Minho, expulsas dos terrenos baldios, hão-de ter por companheira a fome e por tirano o frio: em consequência do tratado de comércio, muitas fábricas se fecharão; e então os bandos de operários, sem pão, sem lume, carregados de família, descerão às amarguras da esmola; por outro lado, o pão falta; por outro, o tributo cai sobre os géneros do pobre; o desgraçado nem ao menos, em compensação do tributo que os homens lhe lançam. encontrou a abundância que a terra lhe desse; o mal humano combinou-se com o mal natural; e esta fatalidade acumulada pesa sobre o povo. Quem sabe o que ele fará perante o Inverno, a escassez do pão, o excesso do tributo, as fábricas fechadas e os baldios arrendados? Quem sabe? A nós parece-nos que não se limitará a suspirar, erguendo para o céu a voz debilitada da alma.

Não, algum facto cometerá na hora da sua dor.

Estão preparados porventura para isto os homens que neste país estão no lado da liberdade e da abundância? Estão preparados e unidos os homens enérgicos que podem livrar a pátria desta doença imensa?

Parece que estão, se atendermos à actividade espiritual que durante os últimos meses tem dominado a sua conduta uniforme e justa; parece que não, se atendermos a

estas desuniões, a estas divergências, a estas questões de forma, dignas de uma camarilha de província, mas impróprias dum partido liberal, honesto e que quer conservar o seu país.

Não, estas desuniões nada importam: todos têm a mesma ideia; por ela lutam, por ela sofrem; esta desunião é um instantâneo obscurecimento do espírito; quando calmarem as excitações do pundonor, todos então verão que é pela união e pela acção, união enérgica, acção infatigável, que se ganha na lotaria social o grande prémio liberdade.

Nº 44, 9 de Junho

O *Jornal de Lisboa,* como abaixo se lê, dá conta do facto inexplicável de o governo ter mandado suspender um processo por uma portaria; o criminoso tinha sido entregue ao poder judiciário, desde esse momento estava sob a acção inviolável da lei, devia o processo seguir os seus termos e incidentes, devia aclarar-se a verdade do facto acusado e ser a sua inocência ou culpabilidade publicada por uma sentença.

Até aqui sempre assim se tem procedido em todo o país civilizado, onde há lei, magistratura e poderes distintos; no entanto, o governo, com uma orgulhosa portaria, decretou que nenhum procedimento judicial houvesse mais contra o acusado.

Subtraiu-o à acção da lei e ao poder dos juizes. Desconceituou os tribunais, pisou a legalidade, confundiu os poderes e praticou o arbitrário: de modo que, de hoje em diante, um malfeitor, um criminoso, um assassino, pode, depois de preso, de processado e condenado, ser subitamente restituído à liberdade e à inocência por uma portaria, e continuar no gozo imperturbável dos seus crimes. A culpabilidade não se avalia já por factos, por depoimentos, por processos preparatórios e por vontade do ministro: quando se entender nas secretarias que um parricida convicto, que o ladrão confesso, não devem sofrer o incómodo das prisões, decreta-se que ele seja solto, livre, honrado e talvez condecorado. E o reinado do arbitrário. E uma ditadura disfarçada que é necessário extinguir nas suas últimas ramificações!

É um ninho de reacções e de violências e de injustiças, que é necessário esmagar, de sorte que nem vestígios fiquem na história contemporânea.

Do mesmo modo por que se fez suspender este processo, pode-se instaurar um sem culpa formada, sem crime, por vingança e por vexação. Qualquer homem pode ser subitamente preso por uma portaria, lançado numa prisão, condenado e mandado para os presídios de África, unicamente por meio de portarias, que vão determinando gradativamente a perseguição. Parece que estamos uns anos antes da tomada da Bastilha: prende-se e solta-se, não em virtude da lei, mas por vontade de um ministro. Desgraçado país!

Nº 44, 9 de Junho

Em política dizer a verdade era um erro que não perdoava Mazarini e Pitt, o astuto.

Era assim realmente no princípio monárquico, nos tempos escuros do privilégio, quando dominava a corte e a intriga, as complicações freiráticas, e um ministro todo-poderoso retalhava entre os seus validos de roupeta as últimas abundâncias dum reino. Naquele tempo em que a política era feita no vão duma janela, ou junto dum fogão, entre os assíduos da camarilha e os confessores do rei, era principal meio de domínio o

disfarce, a conspiração recôndita, a falsidade. Hoje, nestes tempos mais luminosos da liberdade, a política é um acto espiritual dos povos e o seu meio é a clareza, a verdade, a justiça e a consciência. Deve ser, pelo menos. Por isso seria um impudor o esconder ao povo a crise terrível que nós vamos atravessar, deixá-lo ir alegre, entre as felicidades materiais e as aparências da prosperidade, para no fim o despertar, quando a sua pátria, o seu lar, a sua ceara, fossem já a despedaçar-se entre as mãos contraditórias dos salteadores estrangeiros. Não; é necessário robustecer a coragem do povo e dar-lhe o alento e a palpitação doce da esperança, já que tudo lhe negam: o pão, a carne, a liberdade, a prosperidade e o descanso.

Prepara-se um ano de escassez, é inútil negá-lo e encobri-lo. Sabem-no todos: os trigos estão estragados, os mais géneros estão-se deteriorando no apodrecimento e na esterilização. Estes primeiros tempos próximos das colheitas não se sentirá a desgraça, porque todos mais ou menos colherão; mas depois, passado meses, quando pelo consumo vier a escassez, será necessário recorrer a todas as prevenções que se fazem na véspera de uma fome.

Por outro lado, aproxima-se o tempo da execução do imposto: dobra-se o custo da vida, e a vida mais cara para as famílias pobres significa o empréstimo, a vexação, a abstinência, a fome e a miséria; os trabalhadores terão de pedir mais salário; por outro lado, com o tratado de comércio que foi aprovado, fecham-se numerosas fábricas; de há muito que os operários pressentiam que lhes chegava a sua dor; durante a discussão do tratado, na câmara, andavam, em redor do edifício e dentro nas galerias, grupos de operários, como esperando o decreto da sua miséria. Estes operários despedidos, com famílias, crianças, mulheres, velhos, que viviam da fábrica, inábeis para outro serviço, doentes, com aquela constituição própria dos que vivem nas fábricas, que os inabilita de se voltarem para os trabalhos agrícolas, ou morrerão de fome ou esmolarão, ou se perderão na noite da vadiagem, naquela região obscura que se atravessa entre todos os andrajos e todas as misérias e donde saem os ladrões, os devassos, os malfeitores; ainda mesmo que estes operários se viessem juntar às populações agrícolas, não melhoraria a atitude miserável da sua sorte; a concorrência diminuiria o salário e faria avivar a fome. Demais a mais, nas aproximações do Inverno, a agricultura tem mais ao seu serviço para os trabalhos de sementeira (sobretudo no Norte) os pescadores, que aos primeiros temporais de Novembro abandonam a vida do mar e penetram no interior, ou mendigando ou bandeando-se nos trabalhos do campo.

Demais no Norte, com a extinção dos baldios, milhares de famílias pobres ficarão na penúria, expulsas da sua propriedade, sobrecarregadas com o imposto; cairão nos últimos proletariados, nas misérias mais tristes.

E aqui está o país perante a crise terrível – a fome. Qual deverá ser a atitude do povo? O povo tem um bom senso, um grande instinto de verdade, um áspero amor da justiça, e, perante um perigo da pátria, não pode tomar senão justas resoluções.

E a mais justa é salvar-se: o deixar-se morrer estoicamente e silenciosamente nem era um sacrifício nem uma abnegação, nem um desprezo sublime pelas fatalidades que a Europa está sofrendo; era uma covardia. Senhor do seu destino, emancipado e livre. deve realizar a sua felicidade através de todas as vicissitudes, ainda as mais contraditórias.

Perseguido, deve defender-se; oprimido, deve libertar-se: atacado, deve castigar.

Quis a sorte que ao mal da Natureza se juntasse o mal social.

Mas quem preparou o mal social, quem provocou este doloroso encontro da escassez da terra com a vexação do fisco? Foi o governo: o princípio do imposto não é só injustificável e iníquo agora, perante a miséria; era-o também perante a abundância; não o era pelas circunstâncias alheias, era-o pela natureza própria; contra ele reclamou a

nação inteira, quase sem excepção de aldeia.

Foi desprezada a nação. Quis a fatalidade que viesse a escassez e a falta do pão, que ao alimento do pobre faltassem todos os meios, uns tirados pela Natureza, outros pelo governo. Nós não vamos hoje lançar à conta do espírito iliberal do ministério a doença do trigo: não; queremos apontar o estado da crise e fazê-lo ver ao povo. A sua união e a sua acção resolverão o resto.

*
* *

Em Portugal, como em todos os estados representativos, as autoridades locais participam profundamente da natureza dos ministérios.

Intima simpatia nervosa os prende, de tal sorte que não há no governo reacção que se não reproduza na realidade local; que não há no governo má ideia política que se não venha alojar também na administrativa cabeça das autoridades. Se não, veja-se. Este governo, além da sua acção iliberal, tem uma inacção mais iliberal ainda, que consiste em desprezar os interesses verdadeiros do país e deixá-lo ir pelo caminho rápido da decadência e da ruína. E não é verdade que, por todas as municipalidades, as povoações se estão queixando da inércia, da inutilidade, da insignificância usual dos empregados do governo? Deixam correr à revelia a causa popular, refugiam-se no seu pequeno mundo oficial, e dali vêem, com olhar indolentemente enfastiado, prosseguir a decadência, a corrupção e a morte.

Entrega-se hoje uma localidade, um distrito, a uma autoridade, e é certo que daí a um ano se virá encontrar aquele território esmorecido, indolente, descontente, dividido, etc.

De sorte que há duas oposições hoje a fazer, qual delas mais enérgica, qual delas mais conscienciosa. Uma, ao governo; outra, às autoridades locais. Aquele, pelo principio; a estas, pela realização. Uma, para extinguir o mal; e outra, as suas ramificações.

É necessário que pelas províncias, pelas cidades, pelas vilas, se vão formando associações dos mais honestos e dos mais puros, para opor uma linha de moralidade à invasão da corrupção e do impudor. Esta oposição deve ter uma resistência e uma acçao.

Resistência às prepotências, aos abusos e aos pequenos privilégios que se querem entronizar; acção para, pela sua parte, não deixarem esmorecer nunca o espírito político das cidades, não deixarem sucumbir os ânimos perante a indolência e a negligência oficial.

*
* *

No Porto está-se organizando um centro eleitoral, que, relacionado com as províncias do Norte, se prepara para nas próximas eleições fazer da urna uma coisa nobilíssima e sagrada.

Realmente se já houve uma instituição pervertida, amesquinhada, profanada, vilipendiada, é a eleição.

As eleições são, em Portugal, o grande fim da vida política: e por causa delas que se arvora um sistema, que se organizam partidos, que se agregam comissões. É para esse pequeno combate à porta de uma igreja que se preparam forças, combinações, planos, intrigas, etc.

Realmente criar um deputado, «ter um deputado», é, de certo modo, ter na

representação nacional, na colaboração das leis e das reformas, uma influência indirecta, uma supremacia real.

Por isso as comissões, os centros, os partidos, se afadigam no empenho de unir a um nome querido as vontades uniformes duma população.

Para o governo, ganhar uma eleição significa sustentar-se pela legalidade, firmar-se na maioria, viver, conservar-se, que é a grande meditação dos governos em Portugal. Sendo assim, dependendo da eleição a sua duração, pode-se imaginar tudo o que os ministérios, sem vivaz consciência política, sem áspero pundonor público, fazem para reunir os votos que lhes dão o amparo.

Isto explica a maneira como hoje se fazem eleições em Portugal. Dos deputados que votam e legislam quantos representam a vontade eleitoral duma população? Nenhum.

Foram criados pela corrupção, pela pressão, pela súplica, pela ambição, por interesses ligados; por tudo, excepto pela vontade espontânea, pela aclamação instintiva. O governo tem, para criar os seus deputados, um corpo de polícia superior que se chamam autoridades administrativas.

Estes empregados procuram ganhar a confiança duma população, depois a afeição, depois a supremacia; o seu fim é a eleição; se trabalham, se administram justiça ao sabor dum certo grupo, se por acaso dotam a municipalidade com melhoramentos, se se aplicam a tornar a administração benévola, a lei branda, é ainda pensando no dia da eleição. A eleição é o seu grande trabalho e a sua grande epopeia administrativa.

O deputado representa os interesses do círculo, vai-os advogar; representa os seus constituintes, é o seu procurador perante o Estado: pode ser bem visto ou repulsivo aos eleitores; pode haver contra ele uma oculta hostilidade; podem haver interesses que se combatam; nada disto se atende: é necessário que ele seja votado, será votado: quem leva à urna não é o instinto que diz aos eleitores que aquele homem lhes promoverá o bem social, não é ainda a certeza, a confiança por actos passados em que ele demonstrou a sua afeição ao círculo e as complacências do seu espírito de protecção – quem os leva é a autoridade: uns, violentados pela pressão moral; outros, influenciados pela esperança de um interesse; outros, pela timidez de dar uma recusa a um superior; outros, por relações individuais; outros, pela dependência coacta; outros, pela ligação afeiçoada; todos por uma causa indiferente à sua vontade, ao seu instinto (e coisa horrível!), à sua consciência.

Ao governo não lhe importa que assim fique pervertida a instituição eleitoral; o que lhe importa é que a sua existência fique vinculada nas secretarias.

Fazer da eleição um dos mais honestos actos da vida política: levar as populações a votar pela sua consciência e não pelo seu interesse; afastar da urna toda a combinação sufocadora de vontades, toda a pressão influenciadora de sentimentos; fazer do voto um acto quase religioso do espírito político, uma acção incorruptível, uma manifestação inviolável; criar assim uma corporação de legisladores saidos da vontade pública, escolhidos entre os mais honrados, os mais inteligentes, os mais livres, levados para as câmaras, porque o povo pressentiu neles qualidades sólidas de pundonor e de elevação de alma e de ideia, que cuidarão profundamente do bem social e nada dos seus interesses e das suas inclinações partidárias; fazer organizar assim de um modo justo e racional a acção eleitoral é uma nobre tentativa que honra profundamente o Porto.

Excelente era que todas as cidades lhe seguissem o exemplo, e dessem assim uma forma de honestidade a este facto da vida política chamado eleição, que tão vilipendiado anda. Évora poderia dar esse grande exemplo a toda a província, formando um núcleo moral de consciências e de capacidades que guiassem no acto eleitoral o espírito público por um caminho de moralidade, de justiça, de consciência, de verdade – e de liberdade

sobretudo.

Nº 45, 13 de Junho

Diz-se todos os dias que a desorganização da oposição dá forças alentadas ao governo! Como se o desvario duns fizesse a justiça dos outros! Não; a desunião da oposição, ainda que fosse violenta e irreconciliável, não daria ao ministério nem mais uma aparência de justiça e de legalidade. Não eram os antigos combates da oposição, os *meetings,* as tentativas de revoltas, a união intima e perfeita das facções e das cidades, que tornava o ministério reaccionário, vexador, desorganizador e inútil. Não: não é hoje também esta discussão estéril da intriga política que o faz honesto e proveitoso.

Podem desorganizar-se ainda mais os chefes eleitos da oposição, podem findar os centros e dissiparem-se as comissões; o governo continuará a ter, perante a lei, a justiça e a razão, os crimes de liberticida. A desorganização da oposição não o absolve do imposto de consumo e do tratado de comércio; a inércia dos tribunais não inocenta os bandidos; a abstenção da justiça popular não purifica os espoliadores do povo. O governo é mau pelos seus actos, cairá pelos seus actos.

Esta desorganização da oposição não o livrará da queda.

Que importa que se malquistem os chefes, se o povo se lembra?

Aí, no povo, é que reside a verdadeira oposição: é na sua justiça esquecida e pisada, é na sua indústria ferida, é na sua prosperidade invadida, é no seu comércio embaraçado, é no seu pão regateado e encarecido que reside a força da oposição e a fraqueza do governo.

Podem dessoldar-se todas as colunas de combate parlamentar porque o governo não ganhará uma sombra no espírito do povo.

E demais, a oposição não está dividida; podem os seus chefes, os homens eleitos para fortificarem a supremacia com o talento, podem, em esclarecimento de questões individuais, separar-se e altercar. Eles por isso abandonam o seu posto, são indiferentes e desprezadores da arena onde lutam? Deixam uma hora sequer de minar a reacção a favor da liberdade? Dobram um momento a sua consciência impecável à atracção dos favores ministeriais? Renegam porventura o libelo moral em que, em nome da pátria, acusaram o governo? Não. As questões individuais não passam da área da sala de discussão; perante o mundo oficial, que eles atacam, são todos unidos e fortes, todos inalteráveis e robustos.

E que se contradissessem? E que divergissem de sistema e de princípio? E que não fossem de acordo para o estabelecimento da liberdade e para a ruína da opressão? Se assim fosse? Eram proveitosos ainda; eram ainda as esperanças do país, que se torce em decadências. Pois não são os diversos partidos, simplesmente, as diversas maneiras de compreender a liberdade? Logo que estejam conformes em principio, em que o povo deva ser livre, abundante, considerado e respeitado como elemento político, não se tirava então proveito da diversa maneira por que eles entendessem a aplicação do principio.

A grande iniciativa é derrubar o mal – o governo. Os esforços de todos tendem para isso. Embora esses esforços sejam por diverso modo dirigidos, o ataque é simultâneo; e mesmo em estratégia se sabe que a diversidade dos ataques separa e debilita a defesa. Em política todo o ataque é bom quando parte da razão, da justiça, e tende à liberdade.

Que os combatentes sejam inimigos irreconciliáveis, que se embatam particularmente em debilitadíssimas questões de forma, que importa isso? A questão é

que na hora dada, da luta e da justiça, todos estejam na sua firmeza e na sua dignidade. E até hoje já algum partido dos que se bandeiam na oposição deixou de estar pontualmente na brecha, argumentando, discutindo, clamando, salvando o povo? Não. Então que importam as suas dissenções domésticas, se nos dão a sua uniformidade política? É um erro dizer que a desunião da oposição sustenta o governo.

Como se o governo não estivesse condenado pelo seu próprio principio, pela sua própria instituição maléfica, e como se os erros da sua vida oficial fossem sanados com os pequenos distúrbios da vida particular dos outros!

*
* *

Há duas maneiras de prejudicar uma população: ou come tendo erros, ou não cometendo coisa alguma. Tanta influência tem para a decadência a opressão como a inércia. E nós não sabemos qual perde mais as nacionalidades, se uma tirania como a na Espanha, se uma inacção como a na Turquia.

Qual prejudica mais ao viajante apressado – o deixar-se adormecer molemente à sombra das alamedas, ou perder-se nos caminhos escuros? Não sabemos. E no entanto, estas duas políticas têm perdido o mundo. Uns porque vão pelo mau caminho da opressão, da tirania, do mal: outros porque se adormecem na indiferença, na abstenção, na nulidade; uns porque fazem o martírio da Polónia; outros porque conservam a sonolência da China; todos têm dado à lei do progresso e da vida futura um desmentido solene, de quase alguns séculos. Em Portugal não se conhece um meio termo: ou se é animadamente iliberal ou se é soporiferamente inerte. Isto tanto na política geral como na política local. Ou se vexa o cidadão, e se intrigam as famílias, e se provocam as prisões e as vinganças; ou se deixa tudo ir, material e mecanicamente, pelo caminho das decadências voluntárias.

As cidades são feitas à semelhança do homem, as nações à semelhança das cidades e os continentes à semelhança das nações: uma mesma lei vital rege o homem, nações e continentes. Por isso o que se dá com a grande política do mundo, dá-se com a política mais modesta das cidades sob a influência das autoridades locais.

Com efeito, por este país e aqui nesta cidade, as autoridades conhecem os dois extremos simplesmente: ou uma rigorosa vexação ou uma perfeita e magnífica indolência.

Não conhecem o meio termo: uma admiração sábia e prudente, uma vigilância não exagerada porque vexa, mas moderada porque protege, uma acção benévola sobre as instituições locais. uma polícia de segurança, não tão minuciosa que incomodasse. mas tão perfeita que garantisse uma inspecção conscienciosa das necessidades, dos melhoramentos a executar; uma administração assim regulada e inteligente, não a compreendem. Ou o excesso ou a abstenção. Ultimamente caíram na abstenção. A grande palavra que explica a sua interferência legal, é esta – *nada.* Não se podem acusar de vexações, de tiranias burguesas, de vinganças, de abusos, de excessivas demonstrações de poder; não se podem realmente acusar: a sua abstenção de todo o acto é perfeita, o seu sossego é inalterável, a sua indiferença é completa.

Ou medo ou expectativa, ou combinação política ou simplesmente indolência, o facto é que apenas se sabe por tradição, por se ouvir dizer, por alguém as ter visto, por boatos que correm, que existem autoridades locais. E para quê? Para que se hão-de afadigar aqueles a quem compete dirigir as populações?

A administração em Portugal está de tal sorte feita que basta fazer mover os mecanismos uma vez que eles continuarão imperturbavelmente nas suas evoluções

monótonas. E assim que havemos de progredir, é assim que havemos de tomar lugar na grande caravana das cidades e dos povos que vão para a terra de promissão que se chama liberdade?

E assim, não fazendo nada? Deixando tudo no estado primitivo e apenas melhorado pela indispensável e involuntária iniciativa particular, não se policiando, não se melhorando, não se construindo estradas, não se cumprindo a lei, não se tendo escrúpulos com a administração dos estabelecimentos públicos, não estabelecendo a harmonia entre os elementos diversos das populações, vergando a urna aos caprichos oficiais, não curando da higiene da saúde pública, da fiscalização, da vigilância, não organizando a agricultura, não criando escolas, não procurando dar o bem-estar, não favorecendo o trabalho, não protegendo o comércio; não se fazendo nada é que se há-de caminhar, é que se há-de dar às populações em especial, e por consequência a todo o país, aquele grau de elevação, de poder, de riqueza, de abundância, que há-de salvar da invasão, da anexação, da bancarrota? É para isto que o governo conserva as suas autoridades e as cobre com o seu falso prestígio? Mais vale então confiar a polícia ao acaso e a administração à Providência?

Nº 46, 16 de Junho

Começou na câmara a discussão do orçamento: tanto tempo protraída, tanto tempo reclamada, saiu por fim para a arena a sofrer o exame minucioso dos discretos e dos experientes.

Reconheceu-se mais que nunca que a fazenda estava desorganizada. A questão da fazenda é realmente aquela cuja solução mais interessa, porque nela vão os destinos deste país: questão agrícola, questão industrial, questão de funcionalismo, questão de exército; tudo mais ou menos prende às dificuldades do orçamento.

Discutir o orçamento é revolver quase todo o sistema de reformas sensatas que pedem as nossas instituições. Há muito que as dificuldades financeiras pesam sobre este país, como uma fatalidade desorganizadora que ora entorpece um movimento, ora inutiliza uma acção profunda, ora inabilita um progresso. Vivendo num país rico, abundante, de solo fecundo e ubérrimo, de clima grato e benéfico, com rios magnificamente navegáveis, com uma prodigiosa abundância de água, com uma vegetação admirável, possuidores de colónias ricas, poderíamos, sendo a raça como é trabalhadora e industriosa, e se houvesse uma administração lisa e honesta, ter nas finanças aquela ordem e aquele equilíbrio económico que engrandece os países e os põe ao abrigo das eventualidades da história.

Muitas nações têm feito a sua riqueza inaugurando aquela política de egoísmo e de desconfiança que, se faz crescer em poderio, faz diminuir em justiça e em liberdade real. Aio tesouro é sempre robusto, apoiado por uma corte de milionários, aristocracia financeira que goza do privilégio exclusivo da especulação e cria perpetuamente, pelo monopólio que faz do capital. uma democracia de proletários e de pequenos comerciantes: isto não é enriquecer as nações; isto é produzir um desequilíbrio incessante de fortuna e de meios: é produzir a classe da alta indústria em detrimento da universalidade dos que negoceiam e trabalham.

Na América dá-se isto, um pouco também na Inglaterra. Aí o tesouro robustece-se, cresce, e todavia a nação empobrece; não existem ali desorganizações, nem *deficits,* nem dívidas insolúveis, nem créditos esmorecidos, mas existe uma pobreza geral. que, pela sua deslocação do bem-estar e das comodidades materiais, põe em contínuo sobressalto a vida social. Londres dá bem o exemplo deste doloroso estado de coisas.

Esta riqueza, sem liberdade e sem justiça, não a queremos entre nós.

Estes privilégios de fortuna e de alto comércio não os devemos nós aceitar; o que nós queremos é o bem-estar generalizado. é o repartimento justo das riquezas, é a desfeudalização da propriedade, é a vida barata, é a abundância derramada pela prosperidade crescente.

É por isso que, mais que todos, acusamos este governo: porque ele, envolvido numa questão de fazenda, ameaçado no seu crédito, perdido na sua consistência económica, esmagado por uma dívida invasora, e tendo por único refúgio o salvar o tesouro pela prosperidade do país, vai matar essa prosperidade e os seus elementos fecundantes com medidas rigorosamente piores que um aumento de *deficit* e que uma extinção de crédito.

Pois quê'? O país está pobre, o tesouro arruinado, o *deficit* imenso, e o governo vai tornar o país mais pobre, arruina mais o tesouro, faz crescer o *deficit?*

Que tudo isto fez o governo com o aumento dos tributos, com o desperdício das medidas diplomáticas, com a feudalização da propriedade decretada pela reforma administrativa. Tornar a vida mais cara! A propriedade mais aglomerada! O tesouro mais sobrecarregado! O governo não tem decerto culpa do *deficit* e do atraso industrial do país, mas aumenta o *deficit* pela despesa e entibia a indústria pelos tratados de comércio!

Tudo com o fito de enriquecer os cofres públicos! Mas que política é esta que, para enriquecer o tesouro, empobrece o país! Que para encher os cofres públicos tira o pão aos pobres, a indústria aos operários, os baldios aos pequenos cultivadores! Há porventura uma separação rigorosa entre o tesouro e o povo? De tal sorte que andem em luta e em desconfiança, e que o tesouro procure todos os meios de espoliar o povo, e o povo todos os meios de defraudar o tesouro? Pois que política é esta que numa crise de fazenda empobrece o país e, para que haja alguns centenares de contos no que se chama cofre do Estado, tira as migalhas do trabalho aos pobres e aos operários! Há pois em Portugal dois partidos que se guerreiam, dos quais um se chama *fazenda pública* e outra *bolsa do povo?*

Pois a riqueza do Estado não é feita pela abundância das populações? E necessário que, para que uma aumente, outra diminua? De que partido são pois estes ministros? São do partido do tesouro ou do partido do povo? Estranha política: política de absurdo, de reacção e de vexame. Desgraçadamente, o tesouro tem as afeições dos ministros; o tesouro significa duração, grandeza, poderio, compra de maiorias, preço de vassalagens, corrupção de votos, dádivas aos proteccionados; por isso tanto se fez pelo tesouro, até se empobrece o povo!

Mas dir-se-á: não pode ser essa a política dos ministros, porque todos sabem que a pobreza do país repercute-se e traz um dia a miséria do tesouro.

Sim, mas *um dia,* um dia distante numa época remota, quando eles se tiverem já retirado da política e da região das ambições: e por isso que lhes importa? Que lhes importa que os que estiverem então à frente da administração se encontrem diante das amarguras duma bancarrota? Os ministros têm apenas interesse pela hora presente. Que importa o futuro do país? Os destinos e a felicidade do povo? Este dito miserável: «Depois de mim, o dilúvio», tomou os foros do brasão e divisa para os ministérios portugueses. Em nós está inaugurado o egoísmo político: não é uma sucessão espiritual de ideias, é uma duração exclusiva de ministérios sucessivos, que nenhum pensamento liga, que nenhum sistema associa. Por isso, de toda a discussão do orçamento apenas se colherá que estamos numa crise de terrível efeito e que não temos no poder homens que a possam salvar. Porque estes homens entendem que uma crise de fazenda salva-se enchendo o tesouro com o pão do povo, enriquecendo a fazenda pública e o fisco com a

pobreza das populações. E a primeira vez que vemos inaugurada tal política; onde ela levará Deus o sabe. Levará talvez à invasão estrangeira, talvez à bancarrota, talvez à cessão das colónias, talvez a uma revolução interna, talvez à perda da nossa autonomia. Mas que importa isso aos ministros? Resplandeceram e tiveram saraus.

Nº 47, 20 de Junho

Muitas vezes sucede que se toma o repouso das oposições populares por uma abstenção de oposição: toma-se como aniquilamento o que é simplesmente expectativa; nada mais temível que os descansos do mar que precedem os temporais. Os fiéis do dogma ministerial cantam toda a sorte de *te deums* vitoriosos, porque pensam que dorme satisfeita e indiferente a paciência da população.

O governo esmagou o país, subtraiu-lhe quase a vida porque lhe regateia o alimento, o trabalho e a propriedade, e imagina que as pequenas ironias dos seus jornais dissiparam os grandes elementos da justiça pública.

Imaginaram que toda a febre de decadência, que toda a exaltação dos espíritos submetidos, que toda a convulsão revolucionária do povo, se dissipava com algumas leves palavras de fidalgo desprezo e de galhardo vitupério.

Não; o espírito político do país foi muito violentamente sacudido para que possa adormecer assim facilmente, na miséria, espoliado. A crise é muito definida, os descontentamentos muito claros, as acusações muito explícitas, para que tudo possa desaparecer como uma fantasmagoria política.

Nós temos combatido com ideias e com factos; as ideias não morrem, os factos não se aniquilam. Enquanto houver a espoliação do fisco, o tratado de comércio, a sufocação do direito de petição, a extinção dos baldios, os desperdícios sem conta, as vinganças políticas, a confusão dos poderes, a ira do povo poderá estar amortecida, não está extinta.

As grandes meditações precedem as grandes revoluções; a consciência popular passa por muitas evoluções antes de chegar à resolução extrema de combater a injustiça com a violência. Só as multidões insensatas e brutais é que se precipitam loucamente, sem ideia, sem consciência, sem justiça. Se o povo fizesse oposição de guerrilha, então era de estranhar esta serenidade e este sossego. Mas como faz uma nobre oposição de povo, de nação inteligente e livre, procede pelo estudo e pelo intimo trabalho de reconstrução antes de descer aos embates das praças. Alguns, como não viram logo que foi aprovado o imposto de consumo, começaram nas ruas e nos campos as fuzilarias e o sangue, entenderam que este povo era inerte e estéril, duma resignação fria e duma covardia inata. E um erro; no povo morrerá tudo menos o sentimento da justiça: se tem ideias irreconciliáveis com as ideias do governo, não adormecerá sem tornar definido e sólido o triunfo do seu pensamento.

Se o povo entendeu que não era justo o imposto de consumo, que não era justa a divisão territorial, que não é justo o tratado de comércio, pode adormecer, calar-se, voltar silenciosamente ao seu trabalho e às suas fábricas; todos podem ter a certeza que não se executarão essas medidas. Quando chegar o momento de realizar, aparecerá o veto terrível do povo.

Mas a política, que tem apenas hora presente, que não pensa nos efeitos distantes, filhos de uma ideia, por isso mesmo que não tem ideia, que não crê que mais fecunda é a ideia que inspira lentamente o bem que a acção que executa rapidamente o mal, essa política impaciente e precipitada, descrê e cai nas tristezas da indiferença, porque vê o sossego do povo como uma extinção de oposição.

A oposição não reside só nas manifestações materiais, nos *meetings,* nos artigos de jornais, nos discursos enfáticos; reside sobretudo nos costumes, nas instituições, nas tradições, nos sentimentos habituais, que, vendo-se feridos ou derrubados, constituem uma resistência enérgica que só finda com a opressão.

E que governo há que mais tenha ferido os hábitos e os sentimentos? Um governo que destrói todo o passado da indústria, que reforma a constituição interna do país, que expulsa a família da propriedade baldia, fere demasiadamente os sentimentos e os hábitos para que a oposição que lhe fazem possa esmorecer.

Os jornais ministeriais comentam com grande dispêndio de sarcasmos o sossego aparente da oposição; quando ela se movia ruidosamente em *meetings*, em assembleias, em representações, escarnecia igualmente os *meetings* e as comissões; apuparam o movimento e apupam o repouso; é sua fatalidade escarnecer, como a fatalidade dos répteis é arrastar-se e enojar, como é fatalidade dos miasmas corromper e da lama sujar.

Ninguém se esquiva à lei natural, os caracteres tanto como os seres.

Mas que importa tudo isso à grandeza da ideia do povo? Que importa ao azul do céu que para ele suba o fumo sujo das candeias? Fica inalteravelmente puro.

Em 93, enquanto desabava a Bastilha, os fidalgos de Luís XVI ridicularizavam os farrapos dos revolucionários; os risos converteram-se em choro, e os farrapos do povo foram as faixas da liberdade. Eis aí. Mais que nunca a oposição está vital, porque corrigiu a acção instintiva com o pensamento reflectido e amadureceu a sua nobre resolução com todo o calor da consciência. E nada mais nobre que uma oposição conscienciosa; as oposições ruidosas, de momento, que procedem por grandes gritos, que precipitam freneticamente os acontecimentos, que amontoam as acusações, que vão em ataque descomposto, sem ideia, sem método, sem reflexão, nada fazem de fecundo e comprometem dolorosamente a causa da razão e da lei; as oposições que esperam, que meditam, que riscam filosoficamente a nova constituição social antes de executar, que aparecem fortes e severas dos estudos de gabinete, e não impetuosas dos assaltos de praça, são eficazes, proveitosas, melhoram e reconstroem, e dotam o seu país com uma nova ideia política, marco de felicidade!

*
* *

Um dos maiores males de Portugal, e digamos. o maior, é a ignorância. A completa, a perfeita, a absoluta ignorância. Nunca houve em Portugal um ministério que propriamente se dedicasse a dotar o país com um completo sistema de estudos populares. Hoje, que a política e a vida assentam sobre as ideias; hoje, que se vive pelos actos do mundo espiritual; hoje, que todo o trabalho é inspirado por um pensamento; hoje, que a indústria, a agricultura, o comércio, são ciências com princípios, sistemas, ideias; hoje, que toda a liberdade provém da inteligência, toda a felicidade do trabalho moral; hoje, que domina o princípio espiritual como outrora dominava o princípio guerreiro; hoje, que a concorrência é moral, por isso que os homens se elevam pelo talento: Portugal é um país ignorante, mergulhado no obscurecimento da alma e apenas guiado pelas perfeições do instinto. O mal desaparecerá com a instrução: sob esta ideia se desenvolvem em todos os pontos as escolas, os estudos, os estabelecimentos de instrução. Procura-se por meio dos estudos, das leituras, da influência das ideias justas, pela activa perseverança com que a racionalidade transforma a alma, procura-se instruir o povo para atenuar a criminalidade, a embriaguez, a prostituição, todas estas formas ardentes da fatalidade social. Em Portugal não se pensa nisso.

Hoje a indústria, a agricultura, o comércio, esta actividade vital da nação, esta

musculatura dos países, não são rotinas, práticas sabidas que a experiência ensina: são artes que têm princípios, descobertas, iniciativas, processos novos, novos métodos.

Donde vem a superioridade das indústrias estrangeiras? Da instrução: o operário, o agricultor ignorante, vai seguindo maquinalmente os antigos processos com que foi educado e nem colhe novos resultados, nem dá ao seu produto maior utilidade, maior valor; na indústria é este facto sensível: o gosto apura-se, as necessidades transformam-se, o desejo do luxo invade; todos querem aliar a comodidade que lhes dão os objectos à beleza que os torna aprazíveis; nos tecidos, nos móveis, nas obras de ferro, de estampa, em todos os ramos da indústria, se procura o belo, o original, o perfeito, o aparatoso, o inteligente; como há-de a rotina satisfazer essas exigências de consumo, conservando-se nos seus antigos processos, nos seus velhos modelos, nas suas formas decrépitas? Acontece o mesmo à agricultura: hoje têm-se aplicado as ciências ao estudo agrícola: a geologia, a geografia. a hidráulica, a geodesia: a maior parte das ciências tem fornecido à ciência agrícola a soma das suas descobertas, das suas observações, dos seus processos.

Disto tem resultado o descobrirem-se métodos novos, práticas inteligentes que dão efeitos admiráveis, novos sistemas de trabalho que duplicam o valor do produto, que triplicam a abundância, que salvam das fatalidades mórbidas da Natureza, etc.

A rotina, conservando-se na sua imobilidade, não logra acompanhar as exigências da concorrência, e perde.

Seria fútil querer demonstrar o proveito da instrução popular; ainda que em Portugal nem todos estão convencidos das vantagens de saber ler, e os primeiros que duvidam que seja proveitosa essa ridícula excentricidade de saber ler são as autoridades locais.

Sendo das suas atribuições o promover a criação de escolas, em que província vemos nós que se tenha dado incremento e impulso à instrução? Conta-se como uma maravilha digna de um deus o ter o governador civil do Porto criado no distrito um certo número de escolas. Mas o que têm feito nos outros distritos? Como têm velado pela inteligência do povo? Que escolas têm criado, que estabelecimentos de instrução têm protegido?

Nenhuns. Perfeita e completa indiferença. Realmente doloroso seria para as fidalgas preguiças das autoridades o ter de descer a tratar dessa miserável coisa, dessa coisa irrisória que se chama a alma do povo!

Quem tem a cumprir os sagrados deveres de intrigar não se curva a cumprir o desprezível mister de instruir.

Que importa às autoridades que a ignorância do povo seja a primeira desgraça do país? Elas não foram colocadas para salvar o país; isso pertence aos ocos sonhadores da oposição. Para eles a eleição, a conscienciosa compra de votos, a aliciação de vontades, para eles as visitas oficiais, com acompanhamento de seges. Esta coisa pequena, a instrução, não deve importunar os cavalheiros a quem está confiada a administração e obrigá-los ao facto desagradável de pensar no povo, no povo que não tem escudeiros nem librés!

Achamos de todo modo sensata esta opinião das autoridades, e tanto que não despertamos a consciência para castigar o facto da sua inércia.

Deixando para outra ocasião o apreciar mais seriamente a nossa decadência, pela influência da ignorância, entendemos que é de todo o ponto útil, como dizia há pouco um homem célebre, que a câmara deite coimas a todos os que souberem ler.

Nº 48, 23 de Junho

Dizem ainda os jornais ministeriais, como uma grande glorificação da sua política aniquiladora, que a oposição findou, que se dispersaram todos os rigores da justiça popular e que aos espíritos voltou a indiferença absoluta.

Mesmo um jornal desta terra diz por vezes, com uma esplêndida atitude de soberania, que «a oposição desapareceu». Isto é: a justiça, a razão, a verdade, a lei, o direito, os princípios espirituais da virtude social, toda a imensa criação da moderna alma política desapareceu dispersa pela retórica fulgurante dum pequenino jornal!

Deve notar-se: se já alguma hora houve em Portugal oposição menos inspirada de ambições individuais, da áspera concorrência de interesses políticos, foi esta decerto: durante o seu largo período de acção, caminhou da justiça para a lei, da lei para a liberdade. Quis o trabalho livre, a vida económica, a indústria florescente, o comércio independente, a propriedade consolidada, as garantias eficazes, a consciência dominada. Defendeu as classes operárias, as classes agrícolas, as classes industriais, tudo o que constitui o coração da pátria. Hoje repousa, não abdica. O seu trabalho de reconstrução está ainda germinante, não quer apresentar como últimos resultados políticos o que são apenas processos críticos de filosofia social. Os jornais do governo, vendo-a assim sossegada e serena, imóvel e intimamente cheia de movimento, cantam-lhe em redor os salmos dos mortos; andam aquelas negras figuras de enterro, alumiadas e sinistras, querendo convencer o corpo sossegado e feliz de que ele já morreu e de que o espera a vala. Não; não morre a justiça e não morrem as ideias; podem ser sufocadas pela pressão ilimitada. podem ceder ao desmentido que a fatalidade do facto dá à lei do espírito, mas não se dissipam, não se finam.

Pode extinguir-se aquele fervor enfático que gerava as declamações, os torneios oratórios, os relatórios briosos, mas isso não é a oposição: isso é a forma consagrada da oposição; a verdadeira resistência da justiça, repetimo-lo, existe nos sentimentos esmagados, nas tendências combatidas, nos instintos feridos. Aí se cria a verdadeira oposição: é no espírito do povo que vê a sua subsistência regateada, é no sentimento das populações do Norte, expulsadas dos baldios, é na miséria dos operários despedidos das fábricas.

Esta oposição não tem *meetings,* nem petições magníficas; tem apenas o sentimento, a persistência e a justiça. E essa oposição acabou porventura? Tem-se trazido já a cura a estas feridas profundas da multidão do trabalho? Foi levantado todo o imposto de consumo? Foi rasgado o tratado de comércio? Foi retirada a reforma da administração?

Pode findar a oposição oficial dos centros e dos comícios; não finda a oposição da alma e do corpo do povo: sempre a alma dele há-de resistir, porque vê o trabalho e a liberdade diminuída; sempre o seu corpo há-de resistir, porque vê a abundância cerceada.

Os homens escuros da reacção e da intolerância, os que aplaudem os fuzilamentos de Madrid e o esquife da Irlanda, têm sempre, em todos os tempos, quando vêem a justiça e o espírito enérgico da liberdade um momento adormecido, bradado: morreu!, morreu! Porém, acontece que sempre, no terceiro dia, se dá o mistério da ressurreição. Na Meia Idade dizia-se: a liberdade morreu e a liberdade fez o mundo novo. No século XVIII dizia-se: o cristianismo morreu, e durante todo o século XIX a alma livre de Cristo inspira a vida social.

Dizia-se no tempo do império: morreu a república: e a república, um momento vital em 48, forma hoje o partido imenso de toda a nova Europa.

Os princípios não morrem: escondem-se por um momento. vergados pela fatalidade dos factos: são esquecidos, são transformados, mas o seu fogo latente

manifesta-se um dia e produz os grandes incêndios de ideias. Não; a liberdade não morreu na Irlanda, não morre a independência na Grécia, não morre a justiça na Espanha; hoje estão sob a mão pesada da matéria tirânica, mas próximo vem o seu dia.

Em Portugal também não morreu a livre resistência popular.

Agora arrasta-nos o espírito da decadência, somos levados pela fatalidade da reacção, não há os protestos das almas, nem as contracções da força: comércio, indústria, propriedade, vida, tudo se vai dificultando e decaindo; mas será isto sinal de que nunca mais haverá sob o nosso céu abundância, justiça, liberdade, energia, riqueza e felicidade? Não.

Que importa que os pequenos jornais se aproximem desta cruz do povo com aquele gesto envergonhado, com aquele baixo orgulho com que os judeus da antiga legenda da Paixão se aproximavam do túmulo onde se dizia estar o corpo de Cristo? Como eles, aproximam-se com medo, zombando aterrados, escarnecendo, cheios de humilhação.

Mandam-nos zombar, zombam; mandam-nos apupar, apupam. Assim também os prefeitos mandavam apupar e escarnecer os mártires, e porventura deixavam os carrascos de admirar aquelas resignações sublimes?

Estes também obedecem ao mando dos prefeitos burgueses. Triste mister! Julgam a oposição morta, e os salmos que lhe entoam são feitos dos versículos vis com que glorificam os ministérios, as maiorias, as secretarias, os conselhos de Estado, em geral todo o orçamento e, em especial, todo o subsídio!

*
* *

Estes dias são de movimento, de comércio, de alegria popular.

Quase toda a população do Alentejo e imensa concorrência do Norte vêm nestes dias, sob a protecção duma festa popular, comerciar, vender, trocar, comprar, etc.

Antigamente as feiras eram quase o único sintoma da vida industrial das populações. Eram grandes bazares ruidosos e ricos onde todo o género sofria áspera concorrência. Eram as concentrações do comércio. Depois a indústria dispersou-se: foi por todos os pontos localizar-se, fraccionar-se e abastecer as populações pela multiplicidade dos estabelecimentos. Ainda depois, as feiras foram as riquezas das capitais de província. Os maus caminhos infestados, as estradas desfeitas, as dificuldades de viagem, afastavam os consumidores do mercado da capital.

Todos se reuniam na capital da província. Évora fornecia, nesses dias de imenso movimento, todo o Alentejo e todo o Algarve; reuniam-se nesta feira todas as formas da indústria e todas as variedades do comércio. Isto dava à cidade uma supremacia exclusiva, e como que o aspecto duma corte de comércio. Colocada numa posição central, chamava a si toda a transacção das províncias do Sul.

Isto enriquecia, fecundava, engrandecia.

Depois, com a criação do caminho de ferro, construção de estradas, multiplicidade de comunicações, começaram os consumidores a procurar o centro do comércio em Lisboa; porque até aí as populações estavam descansadas no seu território, e as grandes caravanas de comerciantes é que vinham dos mais distantes pontos fazer o abastecimento. Isto em certo ponto diminuiu a importância comercial de Évora e em pouco aumentou o comércio de Lisboa; ganhou este apenas a vantagem de se não deslocar.

Hoje as feiras são apenas uma tradição, uma das tradições mais queridas das populações. Perderam o seu lado útil, fecundo, pitoresco mesmo, e conservam apenas a

importância dum hábito da população. No entanto, a feira de Évora, sob certo género de comércio, é ainda magnífica.

O Alentejo é activo, comerciador, fértil.

Tem todos os elementos de riqueza, e todavia apresenta quase os resultados da miséria. Consequência dos péssimos sistemas políticos que há tanto contaminam Portugal como uma lepra moral. Política de concentração de forças sociais. Fez-se de Lisboa um cérebro apopléctico, pela acumulação de vida, e deixam numa fria inanimação as extremidades provinciais.

É este o sistema das monarquias. Sistema que é um mal em Inglaterra e que é uma esperança na América. E isto porque na América cada cidade é um pequeno país onde há todos os elementos dum completo sistema social. Em Portugal acontece o mesmo. Procura reunir-se na capital toda a indústria, toda a instrução, toda a soma das forças, que, espalhadas pelo país, deviam dar uma harmoniosa felicidade, mas que, concentradas assim, dão apenas o desequilíbrio de circulação que, nos homens como nas nações, produz a morte.

As províncias em Portugal são consideradas como terrenos inertes, cuja única protecção é a iniciativa particular. Colocam nas províncias e nos distritos autoridades. Mas para quê? Em que distritos têm elas produzido alguma coisa de elevado, de útil, de fecundo e de proveitoso? Coloca-as porventura o governo para darem a mesma direcção parcial, o mesmo impulso de verdade, na sua acção particular, que ele dá na grande esfera dos movimentos públicos'? Não. O que as autoridades fazem é o mecanismo inerte do trabalho de secretaria e a intriga infecunda do trabalho de eleições. Sob a sua influência definham as populações... Mas estes dias são de movimento alegre, de festa industrial, e bom é que, perante a pureza das tradições populares. cesse por um pouco a amargura das violências políticas.

Nº 49, 27 *de Junho*

Têm ultimamente os jornais ministeriais feito a gloriosa epopeia do governo por ele ter dado um impulso ao Código Civil e abolido a pena de morte.

É necessário saber o que significam estes dois factos aparentemente grandes e realmente insignificantes. A codificação da legislação era uma necessidade sentida desde que os embaraços da obscuridade e da contradição começaram peando a franca e justa execução da lei. No entanto, poder-se-á dizer que foi isto um acto espontâneo e vivificador do governo? Não. O fazê-lo votar significa apenas que ele dispõe duma maioria mais perfeitamente disciplinada que as maiorias passadas. Admira-se o governo porque faz votar um código. Mas que ideia deu para ele, sob que pensamento social o fez compor?

Que inovações livres pôs nele? Que nova organização da legislação criou em harmonia com o espírito da época?

Coisa alguma. Apresentaram-lho, e o governo fê-lo legalizar com a chancela duma uniformidade comprada de votos. Fez um acto mecânico de secretaria. Os códigos da lei devem ser o resultado de toda a ordem social sob o ponto de vista da justiça. O governo pode influir neles, não com a pequenez individual da sua política, mas com todo o sistema de filosofia popular que lhe pareça o verdadeiro nas condições nacionais. O governo fez alguma coisa neste sentido? Criou alguma nova ressurreição da justiça? Fez a alma melhor, fazendo a penalidade mais racional? A isto respondem: aboliu a pena de morte. E um erro. O governo não aboliu um facto bárbaro, riscou uma fórmula inútil. A pena de morte existia no código, existia na tradição, existia no medo vago dos

criminosos, mas não existia na realidade dos patíbulos. Há muito que este país não via o espectro vermelho ensanguentar a liberdade. Não se assassinava legalmente em Portugal, em nome de palavra alguma do código; tudo estava abolido na justa intenção da magistratura. E se a forca existia na realidade das leis não existia no sentimento do povo. Tínhamos a inviolabilidade da casa onde mora o homem e do corpo onde mora a alma.

Tínhamos visto aparecer a bondade popular, por ter desaparecido a vingança ensanguentada da lei. Esta repulsão do povo existia no sentimento, na amizade, na hostilidade e na política: na amizade, porque aplaudia os perdões da Itália; na hostilidade, porque incriminava os fuzilamentos de Madrid; na política, porque repelia toda a magistratura que condenava à morte.

Que importa pois que o governo venha abolir a pena de morte? Era ela porventura algum facto sinistro que ficasse como um resto dos tempos obscuros? Sob a luz da ideia moderna, a forca tinha-se convertido em escola.

O governo chancelou com um decreto este sentimento. Sempre a chancela, sempre a legalização duma ideia alheia; nunca um sentimento político nascido da sua consciência. Não discutimos a pena de morte. Não vem para aqui tornar a abalar a sinistra raiz do mal donde nascem as forcas, os patíbulos, os cepos e a guilhotina.

De todos os pontos da Europa, os que vivem pela ideia de democracia clamam a todos os momentos pelo respeito da vida. Desde V. Hugo até ao último publicista de França, todo o grandioso partido moderno quer que se derrubem todas as eminências perigosas, feitas de madeira, ou se chamem tronos ou se chamem patíbulos. Tudo o que invade a dignidade da alma e tudo o que invade a inviolabilidade do corpo.

Mas isto, que lá fora pensam os filósofos, pensava-o em Portugal o povo. Ele já tinha decretado na sua tradição, e na sua política de instinto e de sentimento, este passo para o bem.

E o governo, que tanto despreza o povo, copia-o nos seus instintos. Há só uma diferença. É esta: nada mais nobre que um grande progresso espontâneo, nada mais triste que um grande progresso imposto.

Se, para que Portugal fosse instruído, fosse necessário decretar a instrução sob pena de castigo, nós rejeitaríamos a instrução. Decretar os grandes actos de moralidade, torná-los obrigatórios, violentar a população a praticá-los, demonstra duas coisas: os péssimos antecedentes dum governo e a péssima índole dum povo. E com a acumulação destas tristes condições todo o bem social é impossível. Nós temos os maus antecedentes do governo, mas o povo bom em índole.

Aceita todos os melhoramentos morais com afecto livre.

Deixa-se facilmente civilizar. A rotina ainda resiste um pouco: mas que vale perante o grande movimento bondoso dos espíritos?

A abolição da pena de morte foi o progresso decretado inutilmente, porque já o tínhamos, e espontâneo. Poderia subsistir no código, ainda mais ampliadamente, que nunca seria aplicado.

Nunca. Porque é bem verdade que as decisões do poder inspiram-se insensivelmente na opinião da multidão. A opinião derrama-se, trespassa os espíritos, apodera-se deles e transforma-os. Debalde todos os protestos do privilégio, da rotina, da especialidade, acodem: o grande sentimento geral tudo alarga.

Havia este sentimento geral pela pena de morte. Que dificuldades venceu o governo então? Que reacção? Que prejuízo de legalidade? Nenhum.

Fez o que fazia o último cidadão: pôs em prática o sentimento vulgar. Seria ridículo um governo que na Inglaterra, julgando dar um passo decisivo, decretasse a inauguração da indústria.

É ridículo em Portugal um governo que, julgando coroar um imaginário edifício político, decreta a inviolabilidade da vida. E sobretudo quando os alicerces do edifício são de dor, de miséria e de fome do povo. Maravilhoso governo! Decreta a abolição de um acto que não afligia ninguém, e decreta o começo doutro que tortura o povo inteiro!

Antes haja no código a pena de morte do que no orçamento o imposto de consumo.

A pena de morte não era uma realidade e o imposto de consumo é um facto horrível.

Os jornais ministeriais têm proclamado a magnanimidade dum governo que aboliu a pena de morte. Era um grande passo e nós seríamos os primeiros a glorificá-lo, se fosse realmente um sentimento do governo e um acto espontâneo.

Mas não: foi a confirmação dum acto.

Aquela votação tem apenas a importância duma chancela, como este governo tem apenas a importância dum amanuense do mal.

Nº 50, 30 de Junho

Fecharam-se as câmaras. É ocasião de volver os olhos para a história política destes últimos meses e ver como foi compreendida a administração deste país.

Fechou a câmara depois de um período de injustiças, de privilégios, de votações sem consciência, de opiniões injustificáveis. Fechou-se, levando consigo a felicidade do povo e as garantias, levando a prosperidade, a indústria, o direito de petição e até o pão dos pobres.

Fechou-se depois de ter percorrido todos os círculos do mal: a tirania, a injustiça, a avareza, a adulação, a falsidade, o privilégio, a impunidade. Fechou-se, deixando o país retalhado, e perdido, e meio devorado, já pela indústria da França, já pelos feudatários da riqueza, já pelos cofres da fazenda.

Tudo votou: a fome, a miséria, a prostituição, a sufocação do pensamento. Não fez um acto justo, não deixou um princípio honesto, não criou uma lei boa.

Foi desonesta, injusta e prepotente. Foi sobretudo vassala. Nada tinha do que faz nas sociedades os homens livres. Nenhuma das rígidas qualidades da justiça, nem a ordem, nem a verdade, nem a repartição sensata, nem a igualdade, nem a liberdade. Estudou em todos os sentidos o enigma da espoliação do povo.

Durante a sua permanência esteve o país revolvido em todos os sentidos pela desconfiança, pelo despeito, pela indignação. Foi ela que promoveu todas as cenas dolorosas de agitação: a ela se devem os atropelamentos do Porto e os ferimentos da Póvoa. A ela se devem a estagnação do comércio e a paralisação da indústria. Tinha os vícios dos antigos vassalos: a avidez, a humilhação e o impudor; para ela se ergueram as representações, as petições, as verdades; nada atendeu e por cada manifesto votava uma injustiça. As suas sessões tomaram uma cor de sangue por um facto deplorável. Decretou a impunidade aos criminosos e a fome ao povo. Votou todas as medidas ruinosas, inúteis ou indignas. Votou a reforma da Secretaria dos Estrangeiros e quis que os farrapos do povo pagassem as fardas dos embaixadores. Votou a reforma do sistema de administração, que leva à concentração de poderes, e a abolição do direito de petição, que leva às infâmias da censura. Votou o imposto de consumo, que mata o trabalho, a agricultura, a indústria, e, tornando a vida mais cara, torna a liberdade mais precária. Votou o tratado de comércio, inaugurando o sistema do escambo com uma nação para onde nada exportamos e que nos exporta tudo, fazendo assim uma cerceação profunda à vitalidade da indústria.

Votou tudo o que traz para o país uma perda, um desperdício, uma vexação, um mal qualquer.

Toda a vida do povo foi esmagada, a sua opinião foi desprezada, o seu alimento regateado, a sua propriedade espoliada, a sua indústria extinta, o seu pensamento sufocado. Aboliu-se de facto a pena de morte para o corpo, mas inaugurou-se a pena de morte para as almas. Não há forca no código, que é uma aparência, mas há a fome, a falta de trabalho, o roubo e a prostituição, como refúgios – o que é uma realidade.

Assim a câmara, durante o tempo que permaneceu, arrastou o país de decadência em decadência.

Inútil é fazer a história deste período de sessões, está bem claro e verdadeiro nos manuais de quase todo o país, nos protestos e nas prisões.

Os deputados levam na sua consciência a ruína do país, o que os não impedirá de dormirem o sono da justiça sob a olaia virgiliana. Homens, escarneceram a honra; cidadãos, esmagaram o seu país.

Sem liberdade de acção, sem espontaneidade de sentimento, foram uma corte servil, uma espécie de antigos bufões a quem os tiranos mandavam escarnecer os honrados, os justos e os inocentes.

Foram-se; mas com eles vai a tristeza do povo, os murmúrios, as indignações, as violências contidas, as ásperas inimizades, as lágrimas da fome, as penas pela propriedade perdida, as tristezas das fábricas: e tudo isso um dia se converterá em violência terrível. E então não lhe valerá o seu sistema habitual – que é a servilidade e a humilhação!

Nº 51, 4 de Julho

Fecharam-se as câmaras; o rei vai viajar; o espírito político está sereno, esperando; findaram os ásperos debates da imprensa; é esta a hora severa em que se devem preparar os elementos da nova vida política. Os factos passados não podem renovar-se, toda a política deste ministério tem de há muito o peso das condenações da justiça.

Se o ministério vive ainda, e ainda tem o poder de decretar, é isso devido a um inesperado e simultâneo concurso de circunstâncias, que, se de um lado revelam que, como nos campos da força, o acaso domina um pouco nas lutas espirituais, por outro, torna bem patente o carácter desta oposição, que prefere construir a derrubar, que prefere criar a aniquilar. Se nos momentos de grande exaltação tivesse saído dum grupo político qualquer o brado de revolta, o país inteiro seria tomado por uma convulsão revolucionária que renovaria as cenas de 48, se não renovasse as cenas de 20.

Mas não: o empenho da imprensa, da oposição parlamentar, das comissões, dos *meetings,* foi sempre abrandar a efervescência popular e dar à resistência um carácter moral, e não uma atitude guerrilheira. Compreendeu-se então, e bem, que, naquela desorganização de todas as forças sociais, lançar ainda a revolta seria perder um país para salvar um princípio, e, seja qual for o amor pela espiritualidade das ideias, não é justo que se lhe sacrifiquem as pátrias.

Que faria uma revolução há três meses?

Apressava a morte.

Então, tudo aquilo que faz viver as nações: agricultura. indústria, comércio, trabalho, enfim, instrução, moralidade. honra, obras públicas, melhoramentos, administração, magistérios: tudo desaparecia como uma vista de teatro entre os fumos enrolados de uma grande erupção popular.

As camadas sociais que «estão em baixo«, segundo a frase oficial, e que são simplesmente o coração do país, fazem nas suas erupções a mesma destruição dos vulcões: juntamente com muita lava estéril, arremessam e espedaçam muita semente fecunda; tudo desaparece no turbilhão e se perde para a Natureza visível e actual.

As revoluções sociais despedaçam, com o estéril mundo oficial, muita instituição vital, muito trabalho proveitoso, muita realidade inteligente.

Para evitar esta catástrofe moral foi que a oposição procurou evitar por todos os modos a alteração dos princípios e dos factos. Perdeu com isso o poder, mas ganhou a justiça e a liberdade. Não a influenciam as ambições, procede por isso de harmonia íntima com o seu carácter.

Agora durante estas tréguas políticas pode mais maduramente estudar o estado do país e meditar os remédios e os curativos. Agora sossegadamente, sem lutas e sem discussões, pode estudar todos os pontos capitais da grande reforma nacional. a administração, a fazenda, o exército, o funcionalismo. o trabalho, o tributo, etc. Em cada um destes modos da vida social há uma reforma enérgica a fazer, um privilégio a acabar, unia justiça a introduzir, um mal a evitar.

Assim habilitada, e conhecendo profundamente os passos que nos devem afastar da decadência, quando voltarem as lutas políticas do parlamento estará apta a encetar o trabalho de reforma.

Deve fazer então decretar o seu programa pela voz do povo. Fá-lo em nome da liberdade e da independência do país, sob a protecção de sagrados direitos.

Nesse momento a sua acção deve ser incessante, a sua justiça incorruptível; os que vão reformar unia época má devem ser fortes pelo direito, bons pela justiça. respeitáveis pelo estudo. E veremos então aquela oposição de acaso e de entusiasmo, que não fez nada, substituída pela oposição de consciência e de estudo, que fará alguma coisa, isto é, a liberdade, a independência e a abundância.

Nº 53, 11 de Julho

Fica agora a política estacionária com o encerramento das cortes e com a saída do rei. Não que o rei seja um elemento indispensável do movimento público. Nas organizações constitucionais há um período que diz, com a subtileza de um comentador de Larraga ou duma pretensiosa do Hotel Rambouillet, esta frase memorável: o rei reina, mas não governa.

Por isso, em nada prejudicaria a saída do rei, a ascensão indubitável que nós fazemos para a prosperidade e para a liberdade, e para a riqueza nacional, sob a protecção complacente e generosa deste feracíssimo ministério: nada prejudicaria, se não fosse o saber-se que o regente se escusa a chancelar com o seu nome qualquer medida que possa ter um alcance político.

Realmente os ministérios em Portugal, que não têm a seriedade da honra, nem a circunspecção da dignidade, costumam aproveitar o intervalo da comédia parlamentar para fazer brotar da secretaria ubérrimo jorro de decretos, de nomeações, de medidas individualmente proveitosas, de concessões, de munificências.

O regente, recusando-se a assinar esta transbordação de privilégios, de certo modo coacta a grande esfera que o ministério se queria talhar na acção dos desperdícios, das protecções, dos favoritismos, etc.

Mais que nunca, porém, cumpre ao governo olhar seriamente para o país, porque lhe há-de encontrar, sob os aspectos de geral serenidade, todos os elementos duma catástrofe.

Há-de-lhe achar o surdo descontentamento, a violência coacta. a resistência enérgica e intransigível.

Hoje ao governo se atribuem, entre as populações, todos os males do país.

Falta de vida, estagnação comercial, entorpecimentos da indústria, definhação da agricultura, tudo se lança, e com justiça, à conta de um governo que celebra o tratado de comércio com a França e impõe o imposto de consumo, e que subtrai às famílias pobres o uso antigo dos baldios. Por estas três medidas, que ferem simultaneamente, directa e reciprocamente. o trabalho, a indústria e a propriedade, só por estas três medidas, não poderia nunca num país livre, e onde há nos espíritos a consciência crescente da justiça e do direito, conservar-se um governo. Há países sofredores: Portugal é um destes.

Nestes países são suficientes as revoluções políticas; são fáceis as revoluções sociais. E em Portugal, hoje, se houvesse uma revolução seria uma revolução social: sagradas catástrofes são estas: fazem sempre a transformação do privilégio em liberdade, da servilidade em trabalho, da domesticidade em igualdade.

As revoluções políticas são filhas das ambições, das lutas de nomes, das surdas conspirações de famílias: são dinastias que se batem, ramos de famílias reais que disputam um trono, um condado ou uma província. Que lucra com isso o povo'? Que lhe importa que a cabeça que representa nas cerimónias cortesãs o principio autoritário e oficial seja loura ou já branca, seja melancólica ou audaz: é a importância que têm as revoluções políticas.

Nada mais triste: duas raças, duas famílias ou duas dinastias que disputam qual delas há-de tiranizar um povo! E para isto assolam uma nação, suspendem-lhe a vida, arruinam as famílias e dizimam os exércitos. A Europa tem visto estas lutas infames, do mal com o mal, este combate de dois factos perversos, dilacerando-se e bradando: qual de nós esmagará este povo, eu que me chamo roubo ou tu que te chamas espoliação'?

As revoluções sociais são revoluções de princípios: é a antiga luta da luz com a sombra, e de Deus com Satã; é a liberdade que quer expulsar o privilégio; a razão que quer expulsar o preconceito: a justiça que quer substituir o arbitrário: a lei que pretende excluir a vontade. É uma nobilíssima luta em que vêm para a arena os grandes sentimentos, as fecundas dedicações, as nobres esperanças e os santos heroísmos. Pretende-se então reformar. Pretende-se extinguir o sofrimento social causado pela política deplorável dos herdeiros das tradições: pretende-se que todos tenham a igualdade, a abundância, o bem-estar, o trabalho livre, a propriedade respeitada. Pretende-se enfim aquele decálogo social que é o evangelho da democracia moderna, como foi outrora o código da velha liberdade. Código austero então; doce evangelho hoje! Para em Portugal se fazer uma revolução neste sentido, passarão anos e anos: ela torna-se urgente, mas onde estão hoje os elementos, os apoios, as dedicações, *os homens,* para fazer assim a transformação da sua pátria?

Nº 54, 14 de Julho

Segundo a coorte estrénua dos panegiristas do ministério, o país chegou enfim àquele grau de abundantíssima prosperidade, de dita exuberante, em que só lhe resta ir de rastos adorar os ministros omnipotentes e sábios, e pedir indulto para aquelas simulações de oposições e de resistência que o convulsionaram em outros tempos de veleidade e de insensatez.

Realmente insensatos e vãos eram aqueles homens que bradavam contra o útil imposto de consumo, contra a ideal reforma diplomática. Insensatos e vãos eram aqueles que pediam o respeito à propriedade e a protecção ao trabalho.

O povo deixou-se realmente levar pela onda fanática e incoerente dos ambiciosos e dos ignaros.

O quê! Resistir a um ministério como este!

Ir pôr dificuldades e embaraços àquele glorioso caminho da justiça e de razão que levava os homens ao capitólio e o país à dominação humana! Desconhecer estes ministros que continuam o génio magnífico e discreto do rei D. Manuel e a administração prudentíssima e valorosa do marquês de Pombal! Opor a intriga popular aos que querem dar a liberdade! Organizar *meetings,* protestos, comissões, em resistência a estes homens resplandecentes que querem criar um olimpo radioso de embaixadores e directores-gerais! Estes homens tão grandes que pisam a lei! Estes homens tão enérgicos que espoliam o povo! Estes homens tão católicos que glorificam o padre Claret! Estes homens tão dementes que indultam os criminosos! Estes homens tão sóbrios que limitam a alimentação do povo! Estes homens tão cheios de abnegação que matam a indústria portuguesa para engrandecer a indústria francesa! Estes homens tão desprendidos dos velhos preconceitos que atraiçoam orgulhosamente a sua pátria!

E clama este povo!

Onde viram ministros tão fluentes na palavra, tão correctos na dicção, tão iluminados de filosofia, tão perfeitos no *high-life!*

Cometeram erros, sim!

Esfomearam o povo, é verdade; aniquilaram a indústria, com efeito; inauguraram a sufocação do pensamento público, na realidade. Mas que importa isto?

O que vale? Hão-de se censurar tão perfeitos cavalheiros, pela insignificância de um povo esfomeado e de uma indústria aniquilada. Realmente!

O querer que se respeite a lei é uma antigualha! O querer a justiça para o povo é um ridículo esgotado! O ter respeito pela consciência é uma caturrice grotesca! No mundo oficial é que se vive e que se pensa; em baixo o povo geme, sofre, a liberdade agoniza, o trabalho anda esmolando; sim, é pena: por isso se estabelecem as associações de caridade, por isso há os asilos, por isso há essas fidalgas que fazem o bem esplêndido, cheio de ecos e de apoteoses. Isso já está remediando tudo: pois quê! Havemos nós de andar curando talvez as desgraças do povo! Lá tem os asilos e o trabalho.

Curve a vista para o sulco que lhe dá o pão e não a erga para a região oficial que lhe dá o deslumbramento!

Há mais altos encargos para um ministério do que velar pelo seu país, organizar o bem-estar do povo, consolidar a liberdade; há a intriga a desfazer; há vaidades, a representação, os saraus, as medalhas e as adulações; só aos vinte anos é que se pensa na liberdade! A liberdade é uma visão tão diáfana que nem os místicos a percebem já nas suas alucinações.

A liberdade facilmente se tornaria em licença. O povo vai conhecendo de mais os seus direitos. E necessário *um freio,* etc., etc., etc.

Assim falam. E as graças brotam, e as dívidas particulares solvem-se com os dinheiros do tesouro, e o país paga as subvenções e os estipêndios a proteccionados vadios, e as munificências acumulam-se sobre os favoritos e os íntimos. E entretanto a indústria fenece, perde-se o crédito, o comércio não vive, a lei é desprezada, os géneros escasseiam. a fome aproxima-se.

Mas com estas desgraças vem também o castigo: com quanto mais andrajos se cobre o corpo do povo, mais desejo de liberdade lhe nasce na alma. E no dia dos castigos, os seus farrapos podem talvez ser a mortalha dos poderosos do mundo oficial!

*

* *

Há na vida política, como em toda a acção humana, momentos em que os espíritos se concentram e parecem por um momento esquecidos do movimento prático.

Temos tido um momento destes na política interna.

Ou desconfiança, ou observação, ou reconcentração de forças, ou meditação de planos; hoje os combatentes têm-se recolhido ao silêncio e à contemplação. Mais que nunca, porém, é forte a sua vitalidade. Mesmo porque quase sempre a serenidade silenciosa é um meio maravilhoso de fazer adoptar a justiça. Não vingam, por mais justas que sejam, as oposições que se prodigalizam.

A polémica constante, a atitude hostil, dão um certo exclusivismo de ideias, dão uma certa inflexibilidade de opinião semelhante àquele estado de espírito que se apodera dos homens que trabalham sempre na solidão do gabinete, que consiste em serem sempre os escravos das suas ideias, os grandes adoradores dos seus métodos. A hostil idade não interrompida produz as oposições sistemáticas. Não se combate então por haver motivo, porque foi cometida uma injustiça, porque foi consagrado um abuso, etc., não; combate-se então por hábito, por sistema, maquinalmente, sem vigor de alma.

Em Portugal não se entendem assim as coisas: aqui, quando se diz oposição, entende-se um jornal ou um partido que constantemente clama, que todos os dias fulmina o princípio da autoridade. que a toda a hora pede a expulsão do funcionalismo constituído. E logo que a oposição assim não seja, considera-se morta, estéril, inútil, e passa ao estado de reminiscência vaca. Mas devemos pensá-lo: nem todos os dias as autoridades e os ministérios cometem um crime, nem a todas as horas está sendo a lei abatida e esmagada.

Depois, a verdadeira oposição é despertar a atenção do povo. dizer-lhe: olha, são esses os homens que te governam; a justiça e isto, os teus direitos são estes; compara agora, e vê se o que eles fazem se não deve chamar privilégio, se o que eles te concedem se não deve chamar miséria.

Tem sido este o lado proveitoso da oposição moderna.

Conseguiu fazer olhar o povo para a vida oficial, e deu-lhe a consciência da ilegalidade dos poderes actuais.

Quando chegar o momento de crise, toda essa observação do povo se transformará em acção, e a sua resistência moral se transformará em castigo.

Nas localidades o povo tem despertado; hoje vê o governo através das autoridades; vê que o sistema do privilégio, do arbitrário, da corrupção, da protecção, da injustiça, não está limitado a Lisboa, a S. Bento e às secretarias; vê que é um sistema derramado por todo o país, pelas províncias, pelos governos civis, pelas administrações do concelho e pelas câmaras municipais. Pode-se percorrer toda esta construção complicada do funcionalismo constitucional, que se encontrará por toda a parte o mesmo vicio de alma. Têm a perfeita harmonia do mal. São perfeitamente concordes na injustiça.

Nenhum discrepa de que se deve cometer o privilégio.

E no entanto, como somos justos, devemos dizer a verdade: nem sempre é por espírito do mal que se comete o mal.

A maior parte das vezes as autoridades locais erram por ignorância, por desleixo, por esterilidade espiritual, por timidez, por obscurecimento de ideias, estando profundamente empenhados em melhorar, em criar o bem-estar, em serem proveitosas. Teremos muitas vezes ocasiões de demonstrar isto, hoje que o descanso e o repouso da política parlamentar nos deixam mais livres para tratarmos tudo quanto nesta localidade distrital prenda com o bem público.

A câmara de Évora, por exemplo, procura incontestavelmente fazer o bem às populações: mas então imagina que prodigaliza o bem-estar, que anima a agricultura, que protege o trabalho, que favorece os contribuintes, fazendo no jardim público torrinhas caiadas, com algumas ameias por cima.

Nós sabemos como é deliciosa para a perspectiva uma torrinha com ameias, mas realmente, com verdade, sem hostilidade. pode alguém com senso conceber que vantagem vem dali para o povo, para o trabalho, para a prosperidade, para a propriedade. para a família, para o bem-estar! E não é possível convencer a câmara de que as torrinhas com ameias, apesar de muito graciosas e pitorescas, não concorrem realmente em coisa alguma para o progresso real da localidade.

E aí está como as melhores intenções são perdidas. porque certamente havia ali uma boa intenção para a cidade. Não censuramos os embelezamentos; mas, com verdade, para a harmonia natural e suave dum jardim bastam as vegetações copadas, plantas, sombras e águas; são inúteis, perfeitamente inúteis, as torrinhas artificiais, de difícil acesso.

Como estes exemplos há muitos. Mas infelizmente o erro, ou seja praticado malevolamente, ou seja praticado inocentemente, produz sempre os mesmos maus resultados. As intenções são indiferentes para a consequência prática. Nós, porém, sabemos tomar conta das intenções, porque falamos na região do espírito.

Mas, venha ele donde venha, o erro é necessário combatê-lo e combatê-lo, tanto mais que a vida local está sendo prejudicada, e hoje a obrigação de cada cidade é erguer-se pela sua iniciativa, já que nada pode esperar deste governo deplorável.

Nº 55, 18 de Julho

Hoje que a escassez nos ameaça e a pequena e grande agricultura sofrem com as fatalidades doentias dum mau ano, é bom irmos pensando seriamente neste sério problema da agricultura. donde depende ainda talvez a nossa tímida ressurreição.

Todos dizem aberta e vangloriosamente que nós, os Portugueses, somos essencialmente agricultores, que a agricultura deve ser o nosso trabalho exclusivo, que o solo é fértil, o clima próspero, a água abundante, a vegetação soberba, etc., etc., e mil outras coisas que nos dão a atitude de um magnífico povo agrícola, feliz e repleto, rico e económico, que vai criando lentamente com o seu arado uma respeitável supremacia social.

Dizemos isto, mas escondemos cautelosamente a nossa indolência e a nossa ignorância, indolência que se transforma em rotina estéril, ignorância que se transforma em funda perda.

Escondemos ainda outra coisa: que esta indústria tão querida de todos é por excelência a indústria de todos desfavorecida.

A verdade é esta: nós temos uma agricultura *de acaso*. Semeia-se, planta-se, arroteia-se, amanha-se, tudo ao acaso, sem métodos esclarecidos, sem ciência, sem conhecimento do terreno, sem habilidade para fruir a propriedade, sem os trabalhos indispensáveis para educação do terreno, sem coisa alguma. Concordamos que até há alguns anos atrás, causas independentes obstavam a que as populações se dessem ao estudo do trabalho agrícola.

Nós temos levado todo este século a constituir-nos; povo inquieto e político, andamos sempre na incerteza dos acampamentos e das escaramuças, deixando o campo da lavoura para as cargas de cavalaria. Depois a repartição injustíssima da propriedade, as corporações clericais, os morgados, o feudalismo da terra, tudo isso eram outras

tantas causas de indolência, de ignorância e, por consequência, de atraso.

No entanto, hoje que a agricultura tem tido auspiciosos incentivos, ampla facilidade, justo é que se abandone esta ignorância sistemática por uma verdadeira ciência agrícola que dará a riqueza, a abundância e a importância decuplicada ao solo. Nestes últimos anos têm-se aberto à circulação milhares de quilómetros de estradas e linhas férreas, têm-se fundado instituições de crédito, houve a extinção das leis viniculares e de algumas outras injustíssimas formas de amortização; começou, entre nós, criando foros na cidade moral, o ensino agrícola: tudo isto são vantagens que de certo modo têm robustecido, e muito, a agricultura. Muitas estradas restam ainda por fazer e sobretudo as estradas vicinais, estradas que levam às estações de linha férrea as populações do interior; resta ainda estudar muito um completo sistema de bancos rurais; há ainda muito que desamortizar e muito que ensinar da ciência agrícola, mas, no entanto, com os elementos de que se dispõe já hoje muito se poderia fazer na ordem agrícola, se se encetasse o utilíssimo sistema dos *inquéritos.* Este é que é um dos grandes passos a dar para o aperfeiçoamento dos trabalhos rurais. Já alguns se têm começado acerca da cultura vinícola sobretudo, que deram logo a entender que alcance valiosíssimo têm e que poderoso auxílio são para a grande agricultura. Estes inquéritos devem ser especiais e completos.

Estudo da cultura, estudo) do terreno, do modo existente de arrotear, descoberta de melhores processos, estudo do clima parcial, das qualidades geológicas, da natureza das águas, da silvicultura, da propriedade de trabalho relativamente às épocas; enfim, estudos perfeitos sobre toda a espécie de culturas. relativamente a todas as províncias.

Esses inquéritos formariam, depois de reunidos, a descrição das maiores necessidades da agricultura actual. Por ela se encetariam as reformas e as instituições.

Em virtude deles se fariam os projectos de estradas e de canais, se reorganizariam as instituições creditárias, se estabeleceria em largo sentido um ensino obrigatório agrícola; e quais seriam as vantagens disto, pode-se ver já pelas vantagens alcançadas com os pequenos melhoramentos que possuímos há alguns anos: vantagens demonstradas pelos progressos, que, ainda que pequenos, incontestáveis da riqueza pública e das estatísticas, ainda imperfeitas como são. O exemplo dos agricultores mais esclarecidos faz muito; desses inquéritos tomariam eles os melhores processos das diversas culturas, que estudariam comparativamente às condições especiais da província ou do ponto inquirido.

Não devem estes inquéritos ser exposição pomposa e oratória de teorias e de ideias especulativas, mas sim lúcida exposição dos melhores métodos, das suas respectivas vantagens, tudo expresso precisamente por factos e esclarecido por estatística.

A província do Alentejo, por exemplo, é uma das que mais necessitam dum vasto inquérito por distritos, onde esta riquíssima parte do país seja minuciosamente estudada, na sua geologia, nas suas condições climatéricas, nas suas águas, nas suas vegetações, na natureza dos seus produtos, e, corograficamente, pelo lado das estradas, dos canais, dos ramais, etc. Estudo completo e perfeito que revelaria toda uma riquíssima província que tem as condições de, por si só, fazer talvez a riqueza do país.

A agricultura tornar-se-ia então um trabalho verdadeiramente científico, com processos, métodos e observações que certamente centuplicariam o rendimento, e não um trabalho de acaso) e de aventura, sem conhecimento de nenhuma das condições que directamente influem na produção.

Esta província é rica, o clima e terreno são magníficos, a água abunda; somente falta a ciência aos agricultores e a actividade aos práticos. A mesma falta de braços, tantas vezes acusada e tantas vezes apontada como uma causa da decadência provincial,

se supriria pela lei natural de emigração. que nunca deixa de aparecer logo que se generalizem grandes trabalhos. A isto tudo daria fácil solução um inquérito perfeito. Mas onde estão) os homens capazes de determinar um tão vasto plano de prosperidade e de abundância? Como se pode sequer aconselhar isto num país onde o governo tem 0)S ouvidos cerrados a tudo quanto) não sejam as novidades *high-life* Num país onde as autoridades copiam a indolência e a frouxidão) dos governos? Num país onde se procura ainda centralizar O) poder e amortizar a propriedade? Num país onde os governos querem *durar* e não) *administrar*?

Num país onde todo o fim do governo é político, onde só há ambições, e em lugar de dedicação, a vaidade, e em lugar de trabalho, a desmoralização?

Nº 56, 21 de Julho

O governo, depois de espoliar o país, força-o a degradações. O negócio da captura e restituição dum súbdito americano é uma das acções mais profundamente vergonhosas que o governo tem praticado desde que assumiu a si a responsabilidade de aniquilar o país pelos meios materiais e de o degradar moralmente.

Todos sabem a história deste triste conflito, que terminou sendo o Sr. Silveira levado em triunfo, sob a esplêndida protecção da força americana, num navio de guerra comandado por um oficial superior, com destino a França.

O senhor ministro dos Estrangeiros, discreto e diplomático como é, ou fez uma baixeza voluntária, ou cometeu um erro indesculpável. Ou tinha o governo direito a exigir a extradição, ou não tinha. Se tinha, sofreu uma violência sendo obrigado à restituição, foi insultado o país no seu carácter livre pela pompa duma esquadrilha ou duma reclamação, e o governo ofendido, esmagado moralmente sob o peso das desconsiderações europeias, ainda por cúmulo de aviltamento entrega o preso com todas as honrarias e glorificações.

Se não tinha o governo direito à extradição, então cometeu um erro imperdoável, ofendeu uma nação livre, violou os tratados e as convenções internacionais, pisou o direito das gentes, cometeu uma acção brutal, sem justiça, sem verdade e sem razão, desacreditou o país de boa vontade. degradou-o sistematicamente, teve a baixeza espontânea e reflectida, atraiçoou as boas relações que temos mantido com a América, para depois não ter força de continuar o erro, de sustentar a injustiça e fugir covardemente à primeira palavra áspera do representante da América, deixando o preso e mandando-lhe prestar todas as honras de príncipe destronado.

Não acreditamos que houvesse o direito de prender em França o cidadão americano Silveira. Se esse direito existisse, nenhuma reclamação viria da parte da América.

Na América sabem-se respeitar os tratados.

Ali os homens de Estado são justos, sensatos, corajosos e prudentes, e não estéreis galanteadores de sala, ou retóricos discursadores de parlamento. Ali conhece-se a justiça, a liberdade, o direito, a lei; não há, como em Portugal, uma profunda ignorância dos princípios, dos factos, ignorância que leva ao descrédito e à ignomínia.

Na América não se atropela a sacratíssima inviolabilidade dos tratados. A política lá não é de acaso como aqui. Lá pensa-se mais nas instituições da justiça do que nas festas do *high-life*.

Lá o governo procura a prosperidade, a grandeza, a liberdade, o respeito pela razão, e não é como o governo português uma coorte estéril de homens de sala, fraseadores e vaidosos, sabedores profundos dos *menus* elegantes, fertilíssimos na

ciência hábil de dispor as festas, perfeitos no seu trajo e nas suas equipagens como o mais ocioso *gandin*, inúteis e faustosos, homens *aux mille fleures,* como dizem os Franceses, que apenas são suportáveis na insípida e banal delicadeza das cortes, e impossíveis nos gabinetes de trabalho e de erudição. Ministérios de ostentação, simplesmente. Têm avidez de grã-cruzes, amam a intimidade dos embaixadores, adoram ser de leve conhecidos por um príncipe reinante: são políticos *Benoiton,* exagerados e corruptos, enfeitados e grotescos, para quem a justiça, a liberdade, o direito, são palavras oratórias que tornam mais ampla a suave música dos períodos, e para quem as únicas realidades são as equipagens *armoiriées,* a linguagem meio francesa, imbecilmente inverosímil, os deslumbramentos sem gosto e sem arte dos *parvenus* da Chaussé de Antin, toda a sorte de coisas ridículas, fúteis, grotescas e analfabetas. Aí está que ministérios nós temos em Portugal. Aí está que caricatura de governo está colada às páginas da nossa história. Parece aquele ministério que Philipon formava no seu jornal *A Caricatura,* composto dos maiores apostadores do Jockey Club e do Sport's Palace, dos lacaios do hipódromo e dos *badauds* da antiga Avenida de Longchamps.

E durante que mais tempo suportaremos nós este estado inverosímil de coisas e de factos que nos degradam. que nos matam. que nos aviltam, que nos empobrecem, que nos aniquilam? Faltam homens, como diz o povo. Faltam realmente homens que vão, enérgicos e justos, pôr escritos nos palácios oficiais e adjudicar a moralidade do Estado a justiça e à revolução.

Nº 57, 25 de Julho

A política ora se concentra, ora se dissipa. Umas vezes os factos acumulam-se, os resultados complicam-se, as discussões crescem, as crises ameaçam, as convulsões aparecem, os descontentamentos espalham-se, a índole política robustece-se; outras vezes, os ânimos esmorecem, as fidelidades afrouxam, as dedicações desvanecem-se, os patriotismos finam-se. Nós estamos numa destas épocas.

Todas as grandes tempestades nascidas das prepotências, das injustiças, das fatalidades, se transformaram, por graça da nossa anedótica paciência, em tormentas joviais de copos de água. Os grandes Dantons do parlamento rasteiam-se, de par com a estatura imortal de Mr. Prudhomme. Os leões têm astúcias de raposas: e os grandes Mazarini da política financeira vê-se que são simplesmente umas edições da mais rasteira espécie do célebre Roberto Macário. São assim os nossos grandes homens: luzem, resplandecem, terrorificam, clamam como os antigos profetas e, no fim, não podendo por mais tempo disfarçar o plebeísmo da origem, aparecem chá e lhanamente o que são isto é, saltimbancos.

Que fez aquela oposição que bradava em nome dos homens e dos factos? Nada. Fez com as suas declamações o túmulo do seu silêncio.

Hoje resignam-se à passividade política e aguçam os seus talentos nas dificuldades domésticas dos arranjos de casa. Da sua ferocidade apenas lhes ficou a atitude dramática. A alma. o espírito, voou.

Alguns há que andam em redor do orçamento, disposto como) uma mesa abundante e generosa. Enquanto lhes não oferecem um convívio na deglutinação das iguarias, andam em redor, clamando, protestando pela liberdade, atirando com o gesto violento às faces ministeriais os farrapos da deusa igualdade, trazendo o Evangelho no bolso como documento, etc.; depois, se lhes acenam que se assentem e que digiram, vêm ainda ruidosos e resistentes, aproximam-se, lançam um olhar ávido, tartamudeiam, sentam-se, absorvem, e daí a pouco exaltam em linguagem felpuda a constância dos

ministérios em permanecer no caminho da justiça, etc., apesar dos esforços da indouta oposição, que os querem maleficamente transviar, etc., etc.

Ora enquanto assim procede a oposição oficial, nasce unia outra oposição, a verdadeira, a santa, a que frutificará e salvará. E a oposição popular e democrática. E esta oposição é feita dos descontentamentos dos povos a quem se tirou o direito de petição, dos cultivadores a quem se tirou a propriedade, dos operários a quem se tirou o trabalho, do povo a quem se tirou o pão.

Os descontentamentos estão crescidos, acumulados, concentrados e, além disso, irritados pelo desprezo, pela desconsideração, pelo egoísmo político, pelo impudor do ministério. Esta oposição sim: tem uma ideia, a liberdade; um fim, a prosperidade; um meio, o trabalho. Por esta, sim, é que é necessário sofrer as injustiças dos prepotentes e as afrontas dos maus. Porque esta oposição envolve toda a sorte do país e todo o futuro da história. Não pela outra, pela oposição oficial e especuladora, pela oposição aparatosa e nefasta!

Essa vive na intimidade das secretarias e colabora na vida política da nação.

É uma necessidade constitucional. As vezes é decretada e constituída pelo próprio ministério. Quer a sublime Carta Constitucional, ou pelo menos a filosofia donde ela resulta, que quando um governo não tenha oposição, isto é, seja tão bom que não sofra resistência, tão livre que não suscite reclamações, tão próspero que não prejudique as individualidades; quer o sistema constitucional que este governo assim magnífico, discreto e ubérrimo não possa subsistir: porquê? Diz a filosofia: porque 05 governos minimamente bons são péssimos. Em virtude desta regra sábia e prudente é necessário que haja sempre uma oposição. Quando não puder sair do país, arranja-a o governo entre a maioria.

É assim que nos governamos há muitos anos. E começa a espalhar-se o boato de que, depois da América do Norte, nós somos o país mais livre do mundo. Se a liberdade é o impudor, a libertinagem, a ausência de polícia, a corrupção, a leviandade, o desleixo impune. a indiferença das autoridades, então somos realmente livres, porque gozamos em alta escala destas proveitosíssimas qualidades.

Se porém a liberdade é a divisão racional, é o respeito pela propriedade, se é a abundância das classes pobres. se é a igual repartição do tributo, se é a harmonia económica, se é a severidade dos tribunais, se é a simplicidade de administração, se é a paz desarmada, se é a extinção da reacção, da adoração estulta do dogma, se é a abolição do dispendioso fausto cortesão, se é a virtude, se é a vida, somos nós porventura livres? O povo inteiro que o diga, do Norte ao Sul do país.

Nº 58, 28 de Julho

Em o nosso último número vimos que. pela mais profunda centralização, todas as coisas estão nas mãos do governo e que a iniciativa particular é ainda hoje tão limitada e tão circunscrita como era no tempo do governo de *direito divino,* sinal certo de que a tirania se ajusta debaixo de todas as formas de governo e prova evidente de que não temos governo nem liberdade, e que esse estado livre, que se nos afigura que possuímos, é o efeito de um longo período de opressão, que leva sempre os indivíduos para o estado ominoso da obediência passiva; em o nosso último número, repetimos, dirigimo-nos ao senhor ministro do Reino, exigindo-lhe em nome do pequeno-burguês, em nome do proletário e do miserável, providências necessárias para que, na devida proporção à necessidade presente, se vendesse a bom mercado e no menor espaço possível, o pão cozido aos habitantes de Évora e do distrito: pedimos finalmente ao

senhor ministro do Reino para que, tomando a iniciativa em negócio de tanto momento, activasse os trabalhos aplicando os meios e removendo as dificuldades suscitadas pelas *rémoras municipais* desta cidade.

Hoje, porém, dirigimo-nos ao senhor ministro das Obras Públicas, visto que todos os meios de iniciativa estão na mão do governo, exigindo-lhe trabalho e salários para o proletário; para as classes que, sendo vitimas das intrigas políticas ou das intrigas da classe rica e influente, estão privadas inteiramente da propriedade territorial, e que nestas circunstâncias, faltando-lhes o trabalho e o salário, morrem como morre o índio, logo que lhe falta a colheita do arroz.

As estradas distritais, as estradas vicinais, estão todas por fazer; se as exigências económicas pedem que elas sejam feitas em todo o tempo, hoje o terrível flagelo da fome e a miséria do povo exigem juntamente que as estradas sejam feitas, para se darem salários às classes que morrem de fome logo que estes faltam; se porém o governo se tornar indiferente aos males que oprimem o povo, dará mais uma prova da sua incapacidade governativa: e irá talvez cair nesse momento fatal em que, querendo remediar os danos e obrar segundo a justiça e a moral, se lhe responda: «Já é tarde.»

Editoriais

Nº 1, 6 de Janeiro

Enquanto pela triste força dos factos, pela influência da tradição, pela obediência inerte dos espíritos, pelo adormecimento das consciências, pelo amedrontamento das almas, pelas predominâncias estéreis, pela força dos interesses pequenos, pelo afrouxamento dos sentimentos livres, pelo abaixamento moral, pela fraqueza, pela indolência, por tudo isto, os interesses deste território forem desprezados, os desenvolvimentos impedidos, as livres consciências esmagadas, a acção abafada, as administrações descuradas, todos os elementos fecundos sufocados, um jornal, que procure representar o direito, a justiça, a razão, o princípio, a consciência moral, não será por certo inútil.

Nº 2, 10 de Janeiro

Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos, com divinas bondades do coração, com uma inteligência serena e lúcida, com dedicações profundas, cheias de amor pelo trabalho e de adoração pelo bem, que sofrem, que se lamentam em vão.

Estes homens são o povo.

Estes homens estão sob o peso do calor e do Sol, transidos pelas chuvas, roídos do frio, descalços, mal nutridos; lavram a terra, revolvem-na, gastam a sua vida, a sua força, para criar o pão, o alimento de todos.

Estes são o povo, e são os que nos alimentam.

Estes homens vivem nas fábricas, pálidos, doentes, sem família, sem doces noites, sem um olhar amigo que os console, sem ter o repouso do corpo e a expansão da alma, e fabricam o linho, o pano, a seda, os estofos.

Estes homens são o povo, e são os que nos vestem.

Estes homens vivem debaixo das minas, sem o Sol e as doçuras consoladoras da Natureza, respirando mal, comendo pouco, sempre na véspera da morte, rotos, sujos, curvados, e extraem o metal, o minério, o cobre, o ferro, e toda a matéria das indústrias.

Estes homens são o povo, e são os que nos enriquecem.

Estes homens, nos tempos de lutas e de crises, tomam as velhas armas da Pátria, e vão, dormindo mal, com marchas terríveis, à neve, à chuva, ao frio, nos calores pesados, combater e morrer longe dos filhos e das mães, sem ventura, esquecidos, para que nós conservemos o nosso descanso opulento.

Estes homens são o povo, e são os que nos defendem.

Estes homens formam as equipagens dos navios, são lenhadores, guardadores de gado, servos mal retribuídos e desprezados.

Estes homens são os que nos servem.

E o mundo oficial, opulento, soberano, o que faz a estes homens que o vestem, que o alimentam, que o enriquecem, que o defendem, que o servem?

Primeiro, despreza-os; não pensa neles, não vela por eles, trata-os como se tratam os bois; deixa-lhes apenas uma pequena porção dos seus trabalhos dolorosos; não lhes melhora a sorte, cerca-os de obstáculos e de dificuldades; forma-lhes em redor uma servidão que os prende e uma miséria que os esmaga não lhes dá protecção; e, terrível coisa, não os instrui: deixa-lhes morrer a alma.

E por isso que os que têm coração e alma, e amam a justiça, devem lutar e combater pelo povo.

E ainda que não sejam escutados, têm na amizade dele uma consolação suprema.

Nº 21, 21 de Março

A *Folha do Sul,* a quem com nosso pesar temos de nos referir combatendo, diz que esta oposição é movida pelos ambiciosos, pelos cobiçosos, por outros descontentes, despeitados, filiados em partidos ou em bandos políticos decaídos, etc., enfim, por um bando de especuladores.

Pela razão contrária, os homens do governo e os que o defendem, esses, são os verdadeiros homens, puros, honrados, sacrificando-se pelo país, nobre coorte de cidadãos virtuosos e quase santificados.

E necessário definir bem o que é ambição política e honestidade política. É necessário defini-las com factos.

O que fazem os ambiciosos, os especuladores políticos? Conservam o povo na ignorância. É o que faz o governo.

Desprezam o espírito público e só atendem à sua vontade interesseira e desonesta. É o que faz o governo.

Cercam-se duma política vexatória, sempre pronta a sufocar todos os suspiros de liberdade e todas as manifestações do povo, criam as guardas civis, corpos de polícia e coortes de vexadores. É o que faz o governo.

Cercam-se dum aparato de glória, de pompas militares, de estados-maiores, para deslumbrar, para cegar os olhos justos e distrair a honra atenta. É o que faz o governo.

Arregimentam homens que o defendam, que votem com ele, que sejam os tapetes vivos que lhe abafem os ruídos dos passos que dão para o mal, que andem pelas praças pregando às gentes tudo o que há de nobre nas medidas do poder; dão soldo e vencimento à imprensa sem dignidade, e comendas e títulos e rendas às maiorias sem escrúpulo. E o que faz o governo.

Sufocam a palavra, impõem a tirania do silêncio, abafam os queixumes, adoptam toda a sorte de intolerâncias para sufocar toda a sorte de liberdades. É o que faz o governo.

Delapidam o tesouro, estragam a fortuna pública, recebem a melhor parte; a outra repartem-na com os proteccionados e com os lacaios e com os devassos. É o que faz o governo.

Lançam impostos que lhes dêem larga soma para cobrir as prodigalidades que fizeram e para realizar as fantasias que talharam. E o que faz o governo.

Governam pelo prazer de governar, de se mostrar no aparato cerimonioso das cortes, entre o acetinado dos estofos, e não para criar a felicidade do país, para o levar para uma época de regeneração e de sossego. E o que faz o governo.

Isto é o que fazem os ambiciosos: isto é o que faz o governo.

Vejamos o que fazem os homens honestos e cheios de liberdade.

Protestam por todos os meios contra os abusos, contra o predomínio das maiorias, contra a ruína da pátria. É o que faz a oposição.

Lembram ao povo os seus direitos de petição, os seus deveres de ordem. É o que faz a oposição.

Querem que seja a razão pública que governe, e não as inteligências estéreis dos ambiciosos, dos vaidosos, dos reaccionários. E o que quer a oposição.

Protestam pelo fim da força e querem um sistema esclarecido de governação

pública, donde seja excluída a metralha e a polícia política. É o que faz a oposição.

Querem que a economia prevaleça, que o bem da pátria seja administrado com mãos avaras e honestas, seja repartido nas necessidades sentidas, nas aplicações que engrandeçam, na protecção às agriculturas e às indústrias. E o que a oposição faz.

Pedem a simplificação da administração, o fim do sistema absorvedor e destruidor de centralização e de concentração das forças sociais, que chama a vida do país só para um ponto e deixa o resto dissolvido nos frios da morte. E o que quer a oposição.

Querem o desenvolvimento da produção e o acréscimo do consumo, e por isso combatem os impostos que recaem sobre as classes populares, tornando-lhes a vida cara, porque sabem que todo o imposto sobre o consumo é um imposto sobre o trabalho, e que todo o imposto sobre o trabalho do povo é um imposto contra a riqueza do país. É o que quer a oposição.

Querem a atenuação da miséria, a generalização do bem-estar, por isso protestam contra a vexação que o fisco faz aos pobres, que se converte em descrédito dos governos e em fome do povo. Ora isto produz as revoluções e os assaltos da propriedade. Por isso querem também a consolidação da paz, pela abundância do povo. E o que quer a oposição.

Querem a morte das polémicas vãs, por isso aconselham a ingerência do povo no Estado, com o desprezo das argumentações oratórias e retóricas do parlamento, que consomem o tempo, obscurecem a opinião, azedam os debates, fazem perder a serenidade aos directores da administração pública. E o que quer a oposição.

Querem a razão, a justiça, a verdade, o direito; a razão nos sistemas de administração, a justiça no imposto, a verdade no esclarecimento do estado do país, o direito na repartição do bem e no respeito ao povo. É o que quer a oposição.

Querem a felicidade da pátria, o engrandecimento do povo, a prosperidade do solo, a economia dos dinheiros, a aplicação da justiça, a consolidação da liberdade, a entronização do bem. E o que quer a oposição.

É isto o que querem os homens honestos da política; é isto o que quer a oposição.

Estas coisas demonstram-se bem: a vontade do governo pelos seus actos, a vontade da oposição pelos seus jornais.

Fora deste campo há as declamações, os impropérios, as frases joviais e grotescas, a adulação estulta, a desconsideração galhofeira, tudo, mas não se discute, não se apura a verdade, não se faz triunfar serenamente uma opinião.

Revista da Imprensa

Revista crítica dos jornais

Nº 1, 6 de Janeiro

O jornalismo, na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial.

Mas esta intervenção nos factos, nas ideias, para ser fecunda, elevada, para ter um carácter de utilidade pública e largas vistas sociais, deve ser preparada pela discussão e pelo esclarecimento da direcção governativa, do estado geral dos espíritos, do vigor das consciências, da situação pública, da virtude das leis.

É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes.

A actividade do jornalismo nunca deve abrandar, a sua consciência deve ter sempre o mesmo vigor, a sua pena o mesmo colorido, o seu sentimento moral a mesma justa intensidade.

O jornalismo não sabe que há o abatimento moral, o cansaço, a fadiga, o repouso. Se ele repousasse, quem velaria pelos que dormem? É áspero, trabalhador infatigável para quem não há noite nem aurora; a luta é terrível, é necessário conservar uma consciência satisfeita e uma energia poderosa para desprezar as calúnias, para afrontar os tédios e os desgostos, fazer face às hostilidades viperinas e incessantes que os poderes promovem, lutar, trabalhar, ter as suas convicções puras e fortes no meio do ódio de uns, do desleixo dos outros, da indiferença, da apatia de todos.

É necessário todos os dias falar, discutir, convencer, ter a consciência do impulso que nos leva, não ter escrúpulo com as inimizades suscitadas, revolver todas as coisas, ou altas como uma relíquia sagrada, ou baixas como um monturo; quando os parlamentos estão abertos é necessário analisar os projectos, destruir os argumentos, esclarecer as discussões, combater os parciais, fortificar os frouxos e os indolentes, aplaudir os valentes buscadores do ideal social e as justas consciências individuais: isto sempre, apesar das comoções pungentes que possam cortar a vida, dos tédios profundos e incuráveis que a possam esterilizar. Mesmo quando tudo está imóbil, o espírito popular adormecido, as grandes individualidades silenciosas, os acontecimentos estéreis, a vida monotonizada, é necessário cavar as próprias ideias, violentar a inteligência, gastar, consumir a sensibilidade, falando, discutindo, aconselhando, dirigindo.

Há homens, há trabalhadores de ideias, filósofos, que fazem o mesmo áspero trabalho incessante; mas esses têm a glória, que é como um bálsamo divino derramado nos seus cansaços.

O jornalista não: trabalha, luta, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia; pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua ideia, a sua consciência, a sua alma, perde-se, desaparece, some-se, sem esperanças de vida, de duração, de imortalidade, como uma

folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo.

E no meio desta luta perpétua, destas inquietações da alma, destes esgotamentos da vida e da seiva moral, não lhe é permitida ao menos a espontaneidade do espírito, da ideia, das palavras. Tem de se conter: tem graves obrigações impostas pela consciência própria e por aquela posição onde é contemplado e vigiado. Nunca deve perder a atitude do bem, da justiça, da verdade, da oposição serena.

O elemento humano quase que não entra naquela alma: nem a indignação, nem o ódio, nem o desespero, nem a paixão lhe são permitidas; o sentimento pessoal e intimo não deve encher a sua palavra, para que não a desvie; deve ter um só pensamento, o interesse público, o ideal social. Paixões, inclinações, amizades, tendências do coração, simpatias, tudo deve despir; deve ficar só com a rigidez da verdade e da justiça. Tem por fim fazer triunfar o bem: para isso escreve, publica e pensa; encontra nesta tarefa amigos, inimigos, indiferentes, uns devem ser robustecidos na sua convicção, os outros feridos na sua opinião e combatidos no seu sistema, convencidos e arrastados; os últimos, os indiferentes, os egoístas, devem ser esquecidos, instigados a pensarem no meio social.

Ele deve ter a consciência de que está no território da razão e da justiça: assim as suas palavras ressentir-se-ão da lealdade das suas crenças.

O jornalismo não deve ser sempre a expressão mais ou menos real das ideias recebidas; ele não é somente o arquivo da opinião moderna: a repercussão duma impressão geral; ele é o motor dos espíritos, descobre novas e fecundas relações sociais entre os povos dum mesmo, continente; ele consagra e robustece a solidariedade moral que liga os homens, a fraternidade que os prende; o jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande construidor do futuro; não é só o facto de hoje que o prende – isso é o menos – é o facto que o futuro contém: ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido da justi9a.

E por isso que ele contradiz muitas vezes a opinião recebida, e com razão; nem sempre a grande massa tem a consciência do bem, do direito e da verdadeira razão; é necessário que o jornalismo a esclareça, que a avise quando ela se transviar, que a sustenha quando ela for a cair.

Esta obra, este trabalho todo, imenso, pesado e vasto, e difícil; e é impossível quando o homem não tenha as duas forças supremas, razão e justiça.

Tendo-as, um dia sempre vem em que o trabalho do jornal tem o seu fim. A ideia que ele derramou, infiltrou-se, passou, correu; esta infiltração lenta e obscura da verdade tem um momento em que se transforma em seiva, em que gira na grande seara dos homens, em que fecunda e aparece ao sol com os seus frutos sagrados.

Nenhuma ideia justa – como nenhuma semente – se perde; e todas elas vão ter a sua repercussão na consciência geral; essa repercussão mais cedo ou mais tarde transforma-se em facto.

As sociedades só caminham pelas estradas que se abrem e que lhe abrirão; nenhuma ideia está nos factos sociais que não estivesse primeiro nas consciências individuais; o mundo só realiza aquilo que concedeu, discutiu e aplaudiu; os hábitos, as tradições, os prejuízos são tenazes: duraram muito, tiveram tempo de enrijecer, prenderam-se às almas como o musgo às árvores; a eles estão ligados interesses, proveitos, conveniências; uns prejuízos são protegidos pelo orgulho, outros pelo lucro, outros pelo desleixo; mas não podem subsistir e resistir à acção combinada da verdade, da justiça e da liberdade, como um barco apodrecido não pode resistir à violência aliada dos ventos, das chuvas e das marés. Que o jornalismo possa sempre dizer: *comigo estão a razão e a justiça!* E de feito, com estas forças, pode-se lutar e sofrer: por elas pode o

corpo ser martirizado, a honra e a pureza caluniadas; podem os homens de alma, por uma triste perseguição, languescer na mediocridade e na sombra; pode o escritor andar roto, ter fome e sede, sofrer, chorar; porque elas lhe dão uma coisa que tudo isso compensa – a nobre serenidade da consciência!

A empresa deste jornal entendeu que fazer uma secção especial, a *Revista Crítica do Jornalismo*, estudá-lo, examiná-lo nas suas doutrinas, discuti-lo nos seus resultados, era como que dar aos que lêem uma consciência justa do estado dos espíritos e da opinião neste canto da Terra.

Nº 19, 14 de Março

De hoje em diante daremos, conforme o interesse, a revista dos jornais do Alentejo, como aqueles que mais directa e intimamente interessam o espírito desta província: não só neste momento de crise política, crise tão terrível como há muito se não dá no país, mas mesmo relativamente aos negócios distritais e provinciais; temos que não será inútil apresentar o estado do espírito e da opinião formada nesta província, por tantos respeitos importante e respeitável na vida moral e material do país.

*
* *

Bejense – Beja, 9 de Março

Faz uma resenha dos principais acontecimentos da semana, cheia de amor ao governo e de respeito pela situação. Escreve estas palavras memoráveis num dos seus artigos, palavras incorteses, que destoam da seriedade da imprensa e mostram que os seus meios de defender a situação são escassos e pueris:

«O Sr. Faria Guimarães, corrido pela imprudência que cometeu, pediu depois para explicar-se: gaguejou quatro desculpas, mas tão mal que o Sr. Carlos Bento correu em seu auxílio, e melhor fora que ficasse calado, porque fez um tristíssimo papel.»

Traz mais uma correspondência de Lisboa, laudatória do governo e aplaudindo-o por uma das maiores prepotências – a demissão do Sr. José Alberto Homem Corte Real, provocada pela oposição que este empregado fazia, como correspondente do *Tribuno Popular*. Nada traz relativo ao interesse directo da província.

Campeão do Alentejo – Portalegre, 7 de Março

Clama contra a supressão do distrito de Portalegre, lembrando sempre o serviço e amor da pátria daquela cidade, o que comprova com a seriedade da história. Publica a representação, assinada por 463 indivíduos em casa do senhor conde de Avilez, pedindo a conservação do distrito.

Brada contra o governador civil daquele distrito. Acusa a falta de polícia e anuncia o *meeting* que ali se deve celebrar no domingo 10, pelas 11 horas da manhã, para protestar contra as medidas financeiras.

Democracia Pacífica – Elvas, 1 de Março

Combate o governo, por deixar impunes e soltos os malfeitores que infestam o

reino, e não dá providências sérias para a sua perseguição. Discute, com censuras e esclarecida argumentação, a reforma administrativa. Traz um artigo sobre os bancos agrícolas, onde de passagem censura a centralização e acusa a actividade paralisada da vida local.

Folha do Sul – Évora, 9 de Março

Traz um boletim político em que faz a resenha dos principais factos do movimento parlamentar.

Querendo defender o governo e atacar o Sr. Lobo de Ávila, diz no seu principal artigo que a eleição do círculo 111 foi uma demonstração de ódio ao governo, e não uma declaração de simpatia pelo Sr. Lobo de Ávila. Diz que se atendeu' à eleição, mas não ao eleito. Supõe isto. Não o afirma, mas entende que isto devia estar no espírito dos eleitores. Entende que todo o entusiasmo pelo Sr. Lobo de Ávila não foi entusiasmo pelo Sr. Lobo de Ávila, que fora apenas manifestações de antipatia ao governo pela maioria dos eleitores de um circulo. Diz mais que o governo nem sempre pode vencer em todos os círculos. Declara que, insensivelmente, vai seguindo aquela máxima jesuítica que diz que todos os meios são bons se o fim o for. Diz que muitos jornais que não combatiam o governo estão na oposição; maravilha-se que haja nos actos do gabinete coisa que dê lugar a estas mudanças; diz que nada vê a não serem duas excelentes coisas, a reforma administrativa e o imposto do consumo. Mas em sua consciência duvida que isto seja motivo para tão grande oposição.

Diz que só são bons os governos que duram muito, e que a conservação do gabinete é uma garantia de felicidade pública. Diz que toda esta oposição terrível tem por base este principio – *variatio delectat.*

Traz mais uma correspondência de Coimbra.

A respeito dos pasquins aparecidos nesta cidade, diz que ficaram sem efeito, confessando que eles clamavam contra os tributos e contra a perda da independência; e diz que eles não foram atendidos porque esta cidade está muito adiantada.

Donde se deduz que uma cidade é tanto mais civilizada quanto menos atende aos desperdícios do tesouro e quanto mais despreza a autonomia nacional. Confessa que há dias sustentou a opinião do contentamento geral e diz, com elegante superioridade, que não se lembrava bem duma folha desta cidade onde se ataca o governo. Donde se deduz que é tanto menos lembrado na sua redacção um jornal, quanto mais esse jornal clama em nome do povo e ataca as corrupções.

Termina dizendo que foi só por falta de atenção que declarou haver falta de oposição no Sul do país, do que pede desculpa. Donde se deduz que foi por não reparar bem que afirmou uma coisa de tanta gravidades, e que está pronto a declarar que a oposição é imensa, enérgica, geral o descontentamento.

Folgamos que o nosso colega assim se venha aproximando da verdade e que os amigos do governo sejam os primeiros a confessar que grande é o ódio do país contra os seus desperdícios. E confessando o nosso colega, como tacitamente dá a entender, que o povo está descontente, implicitamente confessa a corrupção do governo, porque não pode pensar que o povo esteja descontente porque um governo é moral e económico. Folgamos que os jornais ministeriais vão reconhecendo a corrupção das árvores a que se encostam. Primeiro que tudo, a justiça. Pode-se defender um governo por interesse particular, por simpatia pessoal, por qualquer motivo, mas confessar-se que a sua moralidade é pouca e a sua lisura nenhuma. Este procedimento é louvável.

Temos o nobre caso daquele musgo que se abraçava àquele carvalho, dizendo-lhe:

«Eu abraço-te, mas tu estás podre!»

Nº 21, 21 de Março

Bejense – Beja, 16 de Março

No seu primeiro artigo, falando das ameaças que têm sido feitas aos deputados se eles votarem o imposto do consumo, escreve: «A oposição, porém, não censura tão vil procedimento, antes encapotadamente *anima a canalha* a realizar o seu intento.» *Anima a canalha.* Estas coisas não se combatem, nem se fulminam, mostram-se; transcrevem-se para se saber que um jornal sem pudor, sem dignidade, pensa destruir as representações, as manifestações, as reuniões, o direito de petição, todas as santas manifestações da santa soberania popular, atirando àqueles que as promovem e que as realizam o epíteto de *canalha.*

Folgamos que os ministeriais se desacreditem e deixem ver bem as suas chagas, para que nós outros, os que fazemos oposição, não tenhamos o trabalho de lhas andar descobrindo.

Defende no seu segundo artigo as medidas de impostos, frouxamente e banalmente.

Traz uma resenha dos acontecimentos políticos da semana.

Transcreve a proposta de lei da administração civil.

Campeão do Alentejo – Portalegre, 10 de Março

Combate o governo por desatender o direito de petição. Transcreve a representação da câmara municipal do concelho de Alter do Chão contra a supressão do distrito. Nada traz relativo ao interesse directo e activo da província.

Democracia Pacífica – Elvas, 9 de Março

Fala, com ásperas palavras, na corrupção do governo, na imoralidade triunfante, neste sistema de vexação de opressão que se vai lentamente tornando sistema natural e inveterado de reger o país.

Discute a reforma da administração civil. Traz o boletim parlamentar e transcreve a representação dos habitantes de Lisboa contra as propostas do governo.

14 de Março

Traz a mesma acérrima polémica contra o despotismo governamental. Faz uma proclamação ao pio de Elvas, convidando-o a protestar por meio de uma união contra aqueles protestos que condenam o povo a não oro pão. Lembra que o povo se reúna pacificamente, que hajam uma comissão para redigir um manifesto às cortes, onde a sociedade justa do povo seja manifestada e proclamada.

Folha do Sul – Évora, 13 de Março

No seu boletim interno dá os pêsames a oposição, por o senhor conde de Lavradio ter taxado de inexactas as palavras que os jornais lhe atribuíram na revelação sobre a perda da nossa independência: a oposição o que fez por essa ocasião foi inquietar-se e

imprimir nos seus jornais o palavras do senhor conde de Lavradio, assustada e aflita; o senhor conde de Lavradio depois retirou as suas palavras, isto é, declarou que nunca dissera que a nossa independência estava em perigo; ficaram então todos satisfeitos e descansados. Porém, o excelente jornal a *Folha do Sul* dá os pêsames à oposição: dá os pêsames de o senhor conde de Lavradio se ter retractado, dá os pêsames por todos adquirirem a certeza de que a nossa independência não está em perigo, dá os pêsames por não termos de ser invadidos! De modo que, para o excelente jornal a *Folha do Sul,* os melhores factos da nossa história, os mais gloriosos, os que mais a devem alegrar, os que mais a enchem de satisfação, devem ser a dominação dos Filipes e a invasão dos franceses.

Diz que o Sr. Lobo de Ávila se mostrou no seu discurso económico e atacou os empréstimos. Diz que o seu discurso fora um sermão de frei Tomás e que a representação do Porto não é edificante; acrescenta assim algumas outras frases joviais, e conclui com este argumento enérgico e talvez excessivamente violento: o imposto é uma necessidade.

No seu principal artigo discute esclarecidamente as condições de cultura, povoação e de indústria da província do Alentejo.

Traz o boletim municipal.

16 de Março

No seu boletim interno descreve a sessão em que o Sr. Faria Guimarães condenou os pasquins do Porto, e em que o senhor ministro do Reino deu uma satisfação aos habitantes, e em que o senhor ministro da Fazenda respondeu debilmente às acusações do Sr. Lobo de Ávila. Extasia-se diante de tudo o que naquelas sessões partiu do governo.

Em todo esse boletim fala muitas vezes em pasquins, parecendo querê-los atribuir aos que, nesta terra, fazem popular oposição ao governo, insiste nesta ideia, e de tal modo insiste que parece querer desviar culpas e acusar os oposicionistas, para que ninguém atribua os pasquins aos ministeriais; se a *Folha do Sul* não tivesse uma tão grande reputação de recatada prudência e esclarecida moderação, podia alguém suspeitar que aquela acusação tão insistente encobria uma defesa envergonhada.

Ninguém seria capaz de suspeitar que o partido ministerial daqui fosse atirar ao vento popular clamores de revolta; não, os bons soldados, na luta e na refrega áspera, seguem sempre Os penachos coloridos dos chefes: ora os penachos do governo afastam-se muito das praças e das multidões populares para que a *Folha do Sul* se aproxime delas, e os ministeriais têm isto de bom: não são espontâneos nem livres, seguem sempre a pisada oficial, com circunspecta devoção.

No seu boletim parlamentar a *Folha do Sul* fala, com acre insistência, nos propugnadores de pasquins e nos assopradores de agitações populares.

Aqui não há assopradores de agitações populares nem encomiadores de pasquins.

Aqui há homens com consciência e com alma que se atrevem a combater corajosamente os dispensadores de graças e de subvenções, e a tomar nas suas mãos, para a defender e acobertar, a causa popular.

Aqui o que há é isto: o país vai numa decadência, a bancarrota aproxima-se, a miséria começa a aparecer, as classes pobres, que já tinham a ignorância, que é a miséria da alma, vão agora ter a fome, que é a miséria do corpo; a crise financeira torna-se assustadora, e já a imprensa estrangeira fala nela, tremendo pelos nossos destinos; o governo, no meio disto, propõe tributos onerosos e desperdícios prepotentes, mata o sistema de descentralização, cerca-se de um corpo de desconfiança e de observação,

imitado de Espanha, onde serve para metralhar o povo e dar escudeiros para as orgias oficiais. E o que há: perante esta crise, uns alegram-se, outros entristecem-se: a *Folha do Sul* é daqueles que se alegram, e nós somos daqueles que nos entristecemos.

A *Folha do Sul* conta as maravilhas do governo, aplaude as prepotências, folga com a miséria do povo; nós bradamos contra as injustiças e protegemos as classes que sofrem; a *Folha do Sul* aperta mais a corda, para acabar de garrotar o povo; nós pomos-lhe por cima a bandeira da misericórdia; a *Folha do Sul* adula os ministros corruptos; nós vilipendiamo-los; a *Folha do Sul* não atende à miséria do povo, à decadência, à opressão que se vai organizar, aos resultados das crises financeiras, aos inconvenientes ruinosos dos impostos do consumo, porque tem amizades oficiais e não se importa que o país caia na miséria e na fome, contanto que não deixe de receber o protector riso ministerial; nós desprezamos conveniências, para só ver a justiça. Ora a *Folha do Sul* pode fazer isto por dois motivos; ou por não saber que resultados terríveis vêm do imposto do consumo e das outras medidas, ou unicamente por espírito político de afeição ao governo.

Não cremos que seja por espírito político: seria uma indignidade, que não supomos a caracteres probos e a inteligências sãs: é, sem dúvida, por não saber bem as consequências desastrosas que hão-de vir desta crise, que os homens que hoje estão no ministério têm preparado e dilatado; então aconselhamos-lhe a que leia a história económica contemporânea das nações estrangeiras, que leia todos os publicistas, todos os economistas, todos os positivistas e democratas modernos da França, da Inglaterra, da Alemanha, e verá como lá fora se considera o imposto de consumo, e como lá fora se repele, e como lá fora se tem abolido: verá que a Inglaterra, num momento de crise e de *deficit* horrível, a primeira coisa que fez foi eliminar o imposto de consumo; verá que na França, em todas as épocas, todos os publicistas bradaram pelo fim desse imposto, porque viam que ele levava ao proletariado e à miséria; os homens dos partidos mais diversos e dos sistemas sociais mais diferentes pediram sempre o fim daquela pressão sobre os pobres, etc., etc., etc.

Não queremos dar uma lição de economia social à *Folha do Sul,* que sabe estas coisas com mais experiência lúcida e com mais perfeita crítica do que nos.

O que nos parece é que ela renegará do seu amor aos corruptos para entrar na religião de protecção dos pobres. Honesta como é, logo que lhe tiverem demonstrado que está aprovando a morte da pátria, abandonará os velhos erros e irá fazer penitência no grémio daqueles que ousam combater os poderosos, protelar os interesses, defender o povo e dizer a verdade aos assalariados e aos mal-intencionados.

No seu principal artigo diz que a oposição ou pode vir da corrupção, da miséria, do desleixo, da pouca lisura, da traição dos ministros, ou das ambições da oposição.

Estamos perfeitamente de acordo.

Nada mais traz de interesse activo para o direito ou para a província

Traz um telegrama, com todas as honras tipográficas, espécie de hino vitorioso pela miséria das classes pobres: anuncia-se nele a grande maioria do governo na votação do imposto do consumo. A *Folha do Sul* não anunciaria com maior alegria a morte da nossa independência; tudo é invasão, invasão do exército e invasão da miséria. Felizes os que podem, como ela, cantar vitórias; somente aquelas vitórias são as vitórias da opressão sobre a honra, são as vitórias da prepotência e da reacção sobre a liberdade.

Noutra secção deste jornal, rectificamos certas inexactitudes que a *Folha do Sul* se honra de nos insinuar.

Nº 21, 21 de Março

A *Folha do Sul,* nalgumas linhas do seu noticiário, escreve estas palavras: «O pasquim... que tão decantado foi numa folha que se publica em Évora (decerto inocente) apenas se traduziu numa representação anónima, que, nos dizem, percorreu as ruas da cidade, mendigando.»

Digamos primeiro que toda a imprensa ministerial, pequena e ténue, tem acatado as representações e mostrado contentamento em que esta interferência do povo nos negócios do Estado, pela forma constitucional, fosse uma realização fecunda do espírito democrático. A *Folha do Sul,* mais ministerial ainda, procura ferir este santo direito com toda a sorte de frases joviais; uma imagem sagrada não perde a majestade e a elevação porque alguns vagabundos lhe atiram farinha e pó! Diz a *Folha do Sul* «que uma folha de Évora, decerto inocente»... É necessário que expliquemos esta palavra: jornal inocente sim, porque é puro e imaculado nas suas intenções do bem e nos seus grandes amores pela justiça; inocente, porque não assalariou a sua consciência e a sua voz para defender os prepotentes e os reaccionários; inocente, porque adora todas as ideias espontâneas e vitais do homem, a independência da pátria, o amor do povo, o respeito pelo trabalho, a protecção às famílias operárias; inocente, porque ainda não mergulhou naquela corrupção vil e profunda, onde andam vozes perdidas, amaldiçoando umas o direito de petição, outras a opinião do povo, a independência do jornalismo, outras aquela velha tradição que faz que se respeite a honra e que se acate o pundonor; inocente, porque não vai por amor de facções ou de corrilhos ajudar a pregar as tábuas do esquife do país; inocentes são aqueles que fulminam as traições e os beijos de Judas; inocentes são os que clamam contra as especulações que se fazem com os pobres; inocentes são os que levantam a sua mão pelo bem do país e sua voz pela abundância dos miseráveis; inocentes são os que respeitam a opinião das praças e as petições das cidades; inocentes são aqueles que repelem, que esmagam os homens de alma disforme que andam ao mando dos tiranetes e dos negros especuladores da política, apupando a honestidade e as multidões.

Estes são os inocentes: é por isso que agradecemos ao nosso colega da *Folha do Sul* aquele imerecido conceito que a sua bondade incansável derramou sobre nós como um bálsamo perfumado.

Agradecendo, temos a rectificar uma inexactidão: a representação contra as medidas do governo, não era anónima: firmava-a um grande nome, um nome maior do que os dos falsos fidalgos e dos homens grotescamente aparatosos, um nome que vale mais por si só perante o país do que a soma total dos títulos das camarilhas; um nome que tem tradições mais nobres do que todos os montões de árvores genealógicas; um nome que lembra mais feitos do que os pergaminhos históricos de todas as famílias vassalas do poder; um nome independente, que nunca teve mácula nem acusação; um nome indissoluvelmente ligado à história de Portugal; esse nome é *povo de Évora.*

E se o nosso prezadíssimo colega quer saber os mil apelidos que esse nome tem, pode procurá-los em mais de 500 assinaturas que em dois dias têm firmado generosamente aquele documento da vontade popular.

A representação não andou mendigando.

E *mendigando,* todavia, é o termo que devem usar os sustentadores do imposto de consumo e os que enchem de aplausos este fim doloroso da catástrofe pública; a representação não mendiga, o que não quer dizer que o povo que a faz não mendigará um dia; para isso o levam os governos corruptos, as maiorias avassaladoras e a imprensa vendida. A representação não mendiga; nasceu no sentimento geral, foi a manifestação clara e orgulhosa do que o povo revolvia na mente.

Concebida pelo povo, é firmada pelo povo; e ao contrário do que sucede na

camarilha – ali o que é concebido pelo governos é aplaudido pelos cortesãos.

A representação não mendigou, mostrou-se; não se impôs, apareceu não se criaram conciliábulos, nem comícios, nem reuniões, nem *meetings,* nem comissões: foi feita, apresentada e coberta de assinaturas. Saia do povo, não repugnava ao povo. Era a sua ideia que ele ali via, assinou; era o castigo dos seus vexadores que ele ali pressentia, assinou.

Nº 23, 28 de Março

Bejense – Beja, 23 de Março

Traz com a sua usual jovialidade a revista dos factos da semana política.

E a respeito da câmara municipal do Porto escreve esta sentenciosa frase, que é a condenação dos seu próprio carácter:

«O jornal, em certas ocasiões, é necessário», aí está como se explica a existência do *Bejense* no mundo político.

Faz um artigo sobre o facto de a câmara municipal de Beja ter pedido a sua demissão em consequência de lhe ter sido, pelo governo civil, devolvido um ofício dela, com a nota de *inconveniente.*

Relata as propostas apresentadas na câmara popular pelo ministro da Justiça.

Escreve algumas chocarrices, reminiscências do *Asmodeu* e do *Torniquete* e das antigas folhas burlescas, a respeito do *Distrito de Évora.*

Transcreve a carta do Sr. Custódio José Vieira explicando o seu voto.

Copia a proposta de lei de administração civil.

Campeão do Alentejo – Portalegre, 17 de Março

Traz a consulta extraordinária que a junta geral do distrito de Portalegre dirigiu ao rei sobre o projecto de reforma administrativa.

Traz :i descrição do *meeting* que houve em Portalegre no dia 10 de Março, e transcreve a petição às câmaras ali assinada espontaneamente por 1222 pessoas.

Traz a representação da câmara municipal do concelho de Gavião, pedindo a conservação do distrito de Portalegre, e que não seja adoptado o expoente de 5000 fogos para formação dos concelhos.

21 de Março

Combate o governo e a maioria que votou o imposto de consumo.

Fulmina o *Bejense.* Inscreve as representações das câmaras municipais de Arronches, de Campo Maior, de Fronteira e de Ponte de Sor, pedindo a conservação do distrito de Portalegre.

Traz um estudo sobre as fábricas de Portalegre.

Folha do Sul – Évora, 20 de Março

No seu boletim interno, onde fala no *infeliz Sr. Lobo de A vila,* dá os nomes dos deputados que votaram o imposto do consumo e os nomes dos que o rejeitaram.

No seu artigo essencial discute o *deficit* e declara que só no imposto podemos achar a salvação; diz que a extinção do *deficit* é um sonho de poeta (!), apela para os

mimosos da fortuna, lembrando-lhes as subscrições espontâneas e patrióticas.

Fala sobre a conservação dos monumentos nacionais, apoia a ideia de se criarem comissões inteligentes e artísticas que velem pelos monumentos antigos, que são as grandes letras de pedra em que está escrito o mote augusto da nossa história; fala proficientemente sobre este sério assunto, com ódio aos destruidores, aos mutiladores da arquitectura e dos monumentos portugueses.

Traz um curioso e lúcido estudo sobre a aplicação da electricidade à vegetação.

23 de Março

No seu boletim relata levemente a história da semana política, falando nas tempestades, nos teatros e nos que salvam a pátria.

No seu principal artigo combate o *Distrito de Évora,* censurando que ele faça oposição.

Hoje, fazer oposição significa não querer bancarrota, não querer as vexações de polícia, não querer o sistema de reacção com o seu cortejo de arbitrariedades, prisões, sufocação do pensamento, etc.; querer a prosperidade do país, a fecundidade do trabalho, o aumento da produção, a derramação de instrução, a lisura da administração, etc. Isto tudo significa fazer a oposição: a *Folha do Sul* acha inconveniente que o povo queira assim realizar a sua felicidade e a sua liberdade. Lamenta que nós vamos seguindo um caminho errado; por alguma tristeza que ela mostra pelas nossas ideias, oferecemos nós toda a compaixão pelos seus princípios.

Escreve cansativa e longamente, arrastando um montão de vulgaridades, e querem persuadir que esta oposição não é feita pelo povo, porque o povo são quatro milhões de homens e a oposição conta apenas alguns milhares. Já se tem explicado em todos os jornais de todas as políticas perante a aritmética e perante a estatística que numa população há mulheres, crianças, indiferentes, menores, militares, empregados públicos interessados, analfabetos, estrangeiros, etc., etc., que apurados os homens que num pais têm a força, a espontaneidade, a condição, as circunstâncias possíveis para fazer oposição, encontra que hoje em Portugal tudo o que está em condições de fazer oposição espontânea, faz oposição.

Exceptuam-se os 100 de imposto do consumo, a *Gazeta,* a *Revolução,* o *Bejense,* cremos que o *Torniquete,* a *Folha do Sul,* etc.

Mas esses também estão incluídos no número daqueles que não têm voto espontâneo, são interessados, afilhados, proteccionados, expendiados, etc.

Fala nas profecias do Bandarra e noutras coisas sumamente joviais e farsistas.

Fala na revolta, na revolução, no sangue derramado, com timidez, desconsolo e nobre patriotismo. Diz que o *Distrito de Évora* aconselha as petições às câmaras e ao rei, e que aconselha a revolta: nas regiões ministeriais, com efeito, o fazer petições é sinónimo de fazer tumultos.

Acha indigno que se lembre ao povo que deve despertar, acordar, pensar, falar, ter acção: o excelente jornal a *Folha do Sul* preferia ver o povo inerte, morto, adormecido, esmagado; preferia que à liberdade sucedesse o arbitrário, e que à acção do povo sucedesse a escravidão das multidões. E uma opinião: uma opinião que, nos tempos da liberdade e da igualdade exaltadas, levava na França à guilhotina e que em Portugal, nestes tempos de igualdade e de liberdade serenas, leva só à degradação.

Depois, nessa série de artigos, ora irónicos, ora galhofeiros, ora sérios, ora ásperos, ora tímidos, combate as doutrinas justas, nega os factos e procura destruir argumentos com chufas.

Repete que a representação era mendicante e anónima: que não saíra do povo

porque esta só firmada por 500 pessoas (aliás 650), diz que por isso não pode ser a expressão de 14000 pessoas que estão na cidade.

Em primeiro lugar, Évora tem 10000 habitantes, ora desses 10000, 5000 são mulheres; dos 5000 homens, 2500 são menores: dos 2500 restantes que têm opinião e voto e responsabilidades, 200 não sabem escrever. Dos 1200 restantes, 400 pelo menos são velhos, indiferentes, descontentes, pertencentes a bandos políticos diferentes, dependentes do governo, empregados de confiança; dos 800 restantes assinaram 650, os outros 150 são aqueles sobre quem se fez pressão para que não fosse assinado aquele protesto de liberdade contra a vexação, e da verdade contra a reacção.

Isto dá em resultado que tudo o que podia fazer oposição, fez espontânea oposição.

Nós não sabemos se a representação era mendicante e anónima; sabemos que foi combatida mendicantemente e anonimamente: mendicantemente, porque alguns, por espírito de facção e invejas pequenas de partido, andaram mendigando e suplicando aos homens livres que não assinassem aquela livre manifestação duma ideia livre; anonimamente, porque os homens que tal faziam não era sob a influência duma ideia, sob a direcção dum principio, com um pensamento político, mas ocultamente, por invejas desconhecidas, por ódios sem nome.

De resto, traz pequenos artigos jovialíssimos em que a elevação da ideia e a unção do pensamento rivalizam com a deliciosa finura da graça e com a delicadeza mimosa do conceito.

Nº 25, 4 de Abril

Bejense – Beja, 30 de Março

Traz, com a sua usual jovialidade e atitude cómica, a história da semana política.

Agride o *Distrito de Évora* num inocente artigo que termina – *e adeus, amorzinhos!*

Traz um ofício dirigido àquela redacção pelo presidente da câmara municipal.

Transcreve a proposta da administração civil.

Democracia Pacífica – Elvas, 21 de Março

Combate energicamente o governo em nome do povo escarnecido e oprimido.

Analisa a reforma do senhor ministro da Justiça, louvando o pensamento generoso e justo da extinção da morte, como pena.

Campeão do Alentejo – Portalegre, 24 de Março

Escreve, com mágoa e com censura, sobre o nosso estado financeiro; acusa as dolorosas injustiças e desproporções do imposto do consumo.

Traz as representações das câmaras de Castelo de Vide, Sousel, Marvão e Nisa contra a suspensão do distrito de Portalegre.

Continua os seus estudos sobre as fábricas de Portalegre.

Folha do Sul – Évora, 28 de Março

Fala no seu principal artigo do povo de Évora e repete as cansadas acusações

sobre os pasquins e sobre os *meetings.*

Diz que em todos os tempos o povo se tem revoltado contra as tiranias, sob este governo, porém, tem estado silencioso e indiferente: logo, que há tolerância e liberdade.

Comprova isto com argumentos da história, com os motins de populares no tempo do conde Andeiro, com os levantamentos liberais no tempo dos Filipes e com um outro exemplo.

Acrescenta que o povo de Évora ficou *agora* inerte e sossegado, e que por isso foi nobre, digno, ilustrado no seu procedimento, e sobretudo lógico.

E qual foi o procedimento do povo de Évora, *agora?*

Representou. Foi lógico no seu procedimento: logo que vê um governo corrupto, devasso, vexador, desorganizador, representa ou alarga tumultos.

No tempo do conde Andeiro e Filipe II fazia motins, agora faz representações.

Hoje as populações representam pelos meios serenos, legais, espirituais; antigamente representavam com tiros, vozearias, aclamações de encruzilhada.

Sucederam-se os tempos das assembleias populares, dos clubes, dos jornais, das reuniões, dos parlamentos, das organizações legítimas e filosóficas; sucedeu-se também uma maneira vitoriosa e fecunda de fazer oposição aos governos contaminados e impuros: a petição.

Ora o povo de Évora peticionou. Aí está porque a *Folha do Sul* lhe chama lógico.

A *Folha do Sul* foi justa, verdadeira, honrada e popular. Nos tempos do conde Andeiro, o motim; nestes tempos, a petição. Ou oposição serena e legal, ou oposição violenta e ilegal. Isto prova que o povo de Évora sabe que tanto mal lhe vem hoje deste governo como naquele tempo lhe vinha das prepotências de D. Fernando, *o Formoso,* e seus favoritos.

Ambos lhe desagradam: um, porque o oprimia no tempo em que a palavra dos reis era: *tirania;* outro, porque o arruina no tempo em que a palavra dos governos deve ser: *economia.*

No entanto, a *Folha do Sul* é injusta quando, dizendo que o povo é lógico por ter peticionado contra este governo depois de ter tumultuado contra os Filipes, de certo modo compara este governo às tiranias espanholas de 1600 e às infelicidades do fim da primeira dinastia.

É injusta. O pais hoje está infeliz, mas não temos, como naqueles tempos, o garrote, o cepo, a forca, a masmorra, o assassinato palaciano, a miséria profundíssima, a ignorância absoluta, a tirania implacável.

Aqueles tempos são mais infelizes que os nossos. Haja a oposição, mas não haja a calúnia.

A *Folha do Sul* termina o seu notável artigo, dizendo:

«Os habitantes de Évora, que tantas vezes se revoltaram contra os despotismos, não se revoltam hoje contra a situação actual. Não se revoltam, decerto, mas peticionam. Na transformação inteligente da vida social, a petição substituiu a revolta. Ora o povo de Évora peticionou. Peticionar é revoltar-se à moderna. Logo, o povo de Évora, a quem a *Folha do Sul* chama lógico, opôs-se a este governo como se opôs aos despotismos das primeiras dinastias.

É a *Folha do Sul* que o diz, é a *Folha do Sul* que implicitamente compara este governo à tirania dos reis feudais, achando este juízo exagerado, não podendo deixar de confessar que é insuspeito. Parte da *Folha do Sul,* que se proclama vangloriosamente nas intimidades ministeriais!

Em dois seguintes artigos procura convencer que a educação, o saber, a vida de espírito, está profundamente derramada pelos país.

Nós temos aqui dito os males políticos que traz o governo, que são os males

políticos que trazem todos os ambiciosos e todos os especuladores políticos. Dissemos que conservava o povo na ignorância, desprezava o espírito público, cercava-se de uma polícia vexatória, queria cegar os olhos justos com aparatos de glória, arregimentava maiorias que o defendessem, sufocava a palavra e demitia por vinganças, delapidava o tesouro, exagerava os impostos, governava enfim pelo prazer de governar, sem atender à felicidade do país: dissemos que o governo fazia isto, e por trás de cada acusação tínhamos um facto comprovativo. Ora a *Folha do Sul,* de todas estas acusações, apenas levantou aquela que dava ao governo a responsabilidade da ignorância popular.

E querem saber como a *Folha do Sul* o nega? Querem saber com que provas, com que documentos, atribui ao' governo uma superior generalização do ensino e da educação espiritual?

Querem saber?

Com o facto de o senhor ministro do Reino se ter dirigido às autoridades administrativas! Com uma portaria em que o senhor ministro da Justiça ponderava aos prelados que era, conveniente derramar o pão do espírito! Com as escolas de novo criadas pela beneficência e generosidade do senhor conde de Ferreira! Com o maior rigor que houve nos exames dos liceus, devido à actividade do Sr. Ferrão! Com a consulta que se fez à universidade sobre a organização dos seus 1 estudos! Com a voz geral que corre nos afeiçoados do ministério que o Sr. Ferrão *vai fazer* a reforma da instrução.

É com isto que prova a superioridade espiritual que tem dado ao país este governo, amigo do arcebispo Claret – *adorador do livre exame!*

Traz o relatório e contas da gerência da direcção da Associação de Caridade de Viana do Alentejo no ano de 1866.

Nada de interesse directo e activo para a província.

30 de Março

Fala acerca da impossibilidade de fazer economias, da inutilidade de as fazer.

Acerca da diminuição do funcionalismo, escreve aqueles argumentos tantas vezes esclarecidos quantas vezes pulverizados.

Censura o *Distrito de Évora* por ter calado os nomes do' fidalgos espanhóis agraciados, e ter apenas escrito o do general Narvaez. Rectificamos essa omissão, declarando aqui que também foi agraciado o padre Claret e o ministro González Bravo.

Escreve sobre a representação do povo de Évora, acusando-a de afrontar todos os empregados públicos, desde os ministros até aos correios.

*
* *

A *Folha do Sul,* no seu jornal de 30, combateu a nossa argumentação (respectivamente à maioria inteligente que assinou o manifesto de Évora), abusando, menos nobremente, desse erro tipográfico. Onde se lia: «...dos 2500 restantes que têm opinião e voto e responsabilidade, 200 não sabem escrever. Dos 1200 restantes, etc.», o espírito mais simples e distraído veria que se devia ler: «...dos 2500 restantes que têm opinião e voto e responsabilidade, 1200 não sabem escrever. Dos 1200 restantes, etc.»

Perdoámos ao cálculo os cinquenta devidos para tornar mais ampla e fácil a argumentação. A *Folha do Sul,* pois, abusou dum erro tipográfico para combater uma ideia. Discussões assim não esclarecem nem honram: quando se não têm outros meios de combater, faz-se como o antigo grego, que, vendo-se, numa luta da pátria ática, sem

armas e sem justiça, cobriu a cabeça com um manto e chorou a vergonha da sua raça.

Não voltaremos a discutir e a combater a verdade contestada das ideias, sem que as questões e as argumentações sejam colocadas naquela posição séria, elevada, nobre, honrada, onde se escuta a voz das inteligências e não a risadas dos jograis.

Nº 26, 7 de Abril

Campeão do Alentejo – Portalegre, 28 de Março

Declara que a única solução possível para esta crise de dinheiro, da moralidade e da liberdade é a demissão do ministério.

Fulmina, justamente, o *Bejense,* escrevendo que aquele jornal, para defender a situação, não recua diante dos meios mais escandalosos que a dignidade da imprensa rejeita com desprezo e abominação.

Agride violentamente o jornal *Estrela da Beira,* como adulador das devassidões ministeriais.

Insere correspondências de Lisboa e de Elvas.

Continua os seus proveitosos estudos sobre as fábricas de Portalegre.

Democracia Pacífica – Elvas, 30 de Março

Acusa a luta terrível que se dá entre o procedimento do parlamento e a vontade do povo.

Mostra o povo suplicando, representando, peticionando, mostrando pelos meios justos a sua justa vontade, e o parlamento, indiferente, desprezador, votando com cerrada maioria as medidas vexadoras.

Fala sobre o livre poder que tem o constituinte, em bem dos seus interesses feridos, de retirar o mandato legal ao seu procurador em cortes.

Discute, com ásperas censuras, a reforma de admímstraçao civil.

Insere correspondências de Lisboa em que se refere a história da oposição popular que se tem feito pelos *meetings,* pelas reuniões, pelas representações, etc.

Folha do Sul – Évora, 3 de Abril

Resume a crónica política da semana.

No seu primeiro artigo escreve estas palavras extraordinárias:

«A nação sabe fazer inteira justiça aos esforços do gabinete, reconhece as boas qualidades que o ornam, e, cheia de gratidão, confessa os serviços que dele tem recebido.

Ora como é que a nação se confessa cheia de gratidão?

Assim:

O Porto representa pela sua câmara municipal, lança um voto de censura ao ministro do Reino, peticiona com 14 mil assinaturas, nomeia uma comissão de organização popular, faz *meetings,* e toda a sua imprensa combate violentamente o governo.

Lisboa representa, peticiona, nomeia uma comissão de oposição e estabelece com a comissão do Corpo da Guarda comunicações políticas e planos políticos de revolução serena. As principais cidades, Évora, Braga, Portalegre, Viana, Guimarães, Viseu, Coimbra, Elvas, Santarém, Guarda, Bragança, Estremoz, representam, protestam, contra

as vexações tributarias e contra as centralizações reaccionárias.

A maior parte das vilas e dos concelhos, Loulé, Mirandela, Almeida, Sousel, Castelo de Vide, Esposende, Monção, Almada, Resende, Barquinha, Almeirim, Constança, Nelas, Cascais, Santo Tirso, Fafe, Manteigas, Covilhã, Belém, Ferreira do Zêzere, Sobreira Formosa, Ponte de Sor, Coura, Arcos de Valdevez, Marvão, Campo Maior, Abrantes, Rio Maior, etc., protestam, peticionam, fazem enérgica e irredutível oposição; sucedem-se os *meetings,* constituem-se assembleias Políticas, formam-se comissões; no Norte a revolta quer fazer aparecer a sua sombra cor de sangue: há tumultos sufocados, pequenos motins abafados; no Porto o governo nomeia uma comissão de salvação pública, os regimentos estão armados e seduzidos; toda a imprensa, o *Jornal do Comércio,* o *Jornal de Lisboa, As Economias,* o *Nacional,* o *Jornal do Porto,* o *Comércio do Porto,* o *Diário Mercantil, O País,* o *Libertador,* o *Observador, O Jornal de Setúbal,* a *Independência Nacional,* a *Democracia Pacífica,* o *Campeão do Alentejo,* o *Eco Liberal,* toda a imprensa ilustrada e honrada todos os dias combate o ministério, destrói pela exposição da verdade os seus manejos políticos, pulveriza pela argumentação as suas reformas, ensina ao povo os seus direitos, esclarece a situação dolorosa das finanças, opõe-se com a palavra serena e correcta às tentativas de reacção e de ditadura. Em redor do governo vê-se a Gazeta, jornal estipendiado, a *Revolução,* jornal dos cavalheiros que estão no ministério, o *Jornal do Norte,* sustentado pela fazenda e criado para apoio, a *Estrela da Beira,* o *Bejense,* jornal galhofeiro, *O Pirilampo, O Torniquete* (supomos nós), e apenas por desinteresse e convicção, e espontaneidade independente, a *Folha do Sul.* Aí está como a nação, cheia de gratidão, confessa os serviços que tem recebido do governo presente.

No seu seguinte artigo insinua que a oposição está desorganizada, e que entre ela há desinteligências amargas e desuniões ásperas.

A *Folha do Sul* confessa implicitamente um dos maiores sintomas de descrédito do ministério e do desinteresse nobre da oposição.

Quando homens de diversas coortes políticas, com índoles constitucionais desencontradas, se unem na mesma fileira sob uma ideia dominadora, sob a protecção de um princípio de justiça e de dignidade, para combater um ministério que está destruindo a felicidade da pátria, esse ministério não pode sustentar-se pela liberdade e só se poderá sustentar pela ditadura. É condenado por todas as facções, renegado por todas as tolerâncias, repelido por todos os interesses nacionais.

Homens políticos, de fileiras diversas, espalhados naquela multidão de arraiais pacíficos que há tanto tempo cobrem o solo da pátria, viram nascer um princípio mau – o princípio doutrinário, opressivo, reaccionário, despótico – e esquecendo as antigas contendas e as dilacerações mal saradas vão debelar todas as forças dessa opressão com todas as forças da sua liberdade. Em França há mil partidos políticos, de sistemas inconciliáveis: há os republicanos, os democratas, os constitucionais, os montanheses, os carlistas, os legitimistas, os orleanistas, etc. Pois bem, quando aparece o principio intolerante e opressivo do império, reúnem-se e formam oposição – oposição tenaz, unida, uniforme; hoje na esquerda do parlamento francês há democratas, liberais, legitimistas, carlistas, etc.; abdicam a sua opinião individual para combater o mal comum: há uma questão de pátria, esquecem a questão de facção. Nós não queremos de modo nenhum comparar os imperceptíveis métodos políticos do governo de Portugal às intolerâncias sinistras do império em França; mas queremos provar que muita força dá à oposição essa união de ideias diversas, e muita força tira ao governo este ataque simultâneo de opiniões contrárias.

E seria uma glória para a oposição genuína ver que o sistema opressivo e destruidor do governo era repelido por todas as ideias, desprezado por todas as facções,

combatido por todos os partidos. Os partidos são as diversas maneiras de compreender a liberdade: a liberdade, essa, é por todos reconhecida como um sol espiritual: quando se levanta um braço para a sufocar, todos os que a seguem, ainda que a interpretem variamente, vão decepar esse braço.

Mas a nossa correspondência, quando falava de traição nos bandos nobilíssimos da oposição, aludia ao desassossego e irritabilidade com que o *Jornal do Comércio* tem visto a ascensão política do Sr. Lobo de Ávila, ascensão que vai trazer uma era nova de harmonia económica. Não sabemos por que escondidas instigações a folha comercial acompanha, com galhofeiríssimos comentários, os passos que o Sr. Lobo de Ávila vai lentamente dando para as cadeiras ministeriais. Não o sabemos. Julgamos que é uma pequena inimizade de noticiarista. Em todo o caso, essa pequena e falsa oposição à verdadeira e grande oposição é sanada pela maneira vitoriosa, ampla e impecável com que os principais artigos daquele jornal esmagam a coorte frouxíssima do governo, das maiorias, dos amigos do governo, dos amigos da maioria, dos sustentadores das reformas, dos aplaudidores dos impostos.

Traz um artigo jocoso e que não criticamos, porque não está nos nossos hábitos de justa hombridade e de nobreza impecável e escrupulosa curvar o espírito até àquele lugar onde, como no circo dos saltimbancos, só se ouvem os ruídos de chufas, as risadas desonestas e os apupos invejosos e baixos. A *Folha do Sul,* pela sua honestidade e lucidez de espírito, merece sempre uma argumentação ampla e honrada, enquanto se não transvia tristemente pelos caminhos lamacentos do *Bejense* e do *Torniquete.*

No seguinte artigo, que é a critica do manifesto do povo de Évora (crítica que não apreciamos agora), repete a esclarecidíssima questão da maioria ou minoria do povo que assinou aquele justo manifesto. Pelo seu cálculo, assinou a minoria do povo: nesse cálculo nota-se a excentricidade estranha de sustentar implicitamente que de cada 100 pessoas duma população 90 sabem ler e escrever. Isto não é assim nem em Itália, nem em França, nem na Inglaterra, nem na Prússia, países um pouco mais espiritualmente favorecidos do que Portugal.

Só num futuro distante de paz e de progresso luminoso é que se poderá dar aquela nobilíssima e providencial condição.

A *Folha do Sul* escreveu aquele cálculo para um ideal futuro, todo iluminado pelos respíandecimentos dum paraíso social. Mas, bem triste e dolorosamente, não é aquela a verdade: em cada 100 habitantes dos países inteligentes apenas sabe ler e escrever uma lastimável maioria de 60 habitantes. E isto é um cálculo alto, que vai mais cheio de amor à instrução popular do que de respeito pelo rigor da estatística. Em Portugal, porém, pode dizer-se que sabem ler e escrever 40 por 100 habitantes: e no. Alentejo 30 por 100.

Ora, para terminar esta questão, nós, sem argumentos, sem discussões especiosas, sem minuciosidades estatísticas, sem deduções traiçoeiras, vamos apresentar o cálculo verdadeiro e impecável.

E não nos favorecemos, porquanto damos à cidade um maior número de habitantes do que realmente tem; damos-lhe um número de mulheres muito inferior à verdade estatística, e no número das pessoas que sabem ler e escrever tomamos a unidade de 50 por cento, o que é um generosíssimo erro.

O cálculo é:

Habitantes de Évora intramuros 10 000
Mulheres 5000 Homens 5000
As mulheres não podem assinar: por isso, pessoas que podiam assinar em virtude do sexo 5000
Desses são menores 2500
Restam pois 2500 homens maiores, com responsabilidade, opinião e voto 2500

Homens com responsabilidade, opinião e voto 1250
Destes não sabem escrever 1250
Por isso, homens que têm responsabilidade, têm voto, opinião e sabem escrever 1250

Ora, destes devemos descontar os seguintes:

Empregados públicos 100
Enfermos, velhos, inaptos, indiferentes 200
Homens dependentes sobre quem se fez pressão para que não assinassem 100
Ora, 100, com mais 200, com mais 100 somam 400
Ora, 1250 menos 400 são 850
Por isso, homens nas condições estritas e rigorosas, e na possibilidade de assinar 850
Destes 850 assinaram 673
Deixaram de assinar, pois 177
Há, pois, uma maioria relativa de 496

Isto é claro, é generoso. A restrita e avara exactidão do cálculo levar-nos-ia a uma maioria mais numerosa.

Ora a *Folha do Sul* diz que o povo em Évora está deliciosa e repousadamente satisfeito, e que a única oposição é do *Distrito de Évora.* Não prova isso nem com factos nem com ideias. Pela mesma razão, nós podemos dizer que o povo está' desassossegado, inquieto, tempestuoso, cheio de ódios contra' o ministério, e que a única amizade ministerial é a *Folha do Sul.* Pela mesma razão. Somente provamos isto com factos, provamo-lo com uma representação que o povo fez, que o povo assinou, que o povo não renega, e onde há uma maioria relativa de 496 habitantes.

Nº 27, 11 de Abril

A uma terrível vacuidade de ideias está reduzida a imprensa ministerial: é este o castigo providencial dos que querem legalizar injustiças e sagrar vexações: vem-lhe à alma a esterilização. Correm-se os jornais do ministério, nem se encontram ideias, nem discussão, nem sistemas, nem entusiasmo, nem vida.

A *Gazeta* censura, com uma inveja gulosa, os vinhos que se beberam no jantar da comissão popular.

O *Jornal do Norte* põe as esperanças e os destinos da pátria na *comissão de salvação pública* e canoniza os soberbos brios militares do senhor barão de S. Januário.

O *Bejense* solta jocosamente o seu coro de chufas populares.

A *Revolução* diz, gravemente e discretamente, que a oposição ensanguentou as suas bandeiras com o sangue do Sr. José Júlio (!)

O *Lethes* diz nos seus principais artigos, entre outras melodiosas jovialidades, que os chefes da oposição são «primeiros-tenores, que puxam debalde pelos pulmões, que pregam choros choramingadores (textual), mas que a bravata há-de se desfazer», etc.

O *Conimbricense,* em séries de artigos, diz, sem razões nem argumentos, nem crítica, que ele, *Conimbricense,* entende não ser má a paróquia civil (!).

O *Pirilampo* promete há tempos, com uma pompa ameaçadora, dizer *algumas verdades amargas* à Comissão Patriótica.

A *Folha do Sul* polvilha as suas imaculadas colunas com ironias, motejos, insinuações, jovialidades, chascos – tudo dirigido a um jornal que todos os dias lhe declara não estar nos seus hábitos fidalgos a polémica grotesca e jocosa.

É este o esquadrão roto e magro que trota medrosa e vassalamente ao lado das bagagens ministeriais, para lhes dar defesa brava e protecção rechaçante.

Não apresentam uma ideia, uma discussão inteligente, um movimento espiritual

qualquer.

As reformas improdutivas do governo são todos os dias dilaceradas, os seus projectos aniquilados pela contestação, os seus planos políticos repelidos pela lógica sensata e palavra correcta, as suas ideias de governo combatidas por uma critica erudita e conscienciosa; todos os dias se lhe apontam reformas, economias, planos conducentes à salvação financeira e moral do país.

Tudo o que o governo tem procurado edificar de injusto, de iliberal, tem sido esmagado com uma argumentação vasta e poderosíssima: provou-se que o imposto do consumo levava à atenuação do trabalho, à improdutibilidade das forças económicas, à sensível diminuição da riqueza pública; tem-se provado que a reforma administrativa leva à concentração de forças políticas, à centralização, à extinção do patriotismo pelo fim dos interesses locais, à supressão da espontaneidade municipal pela invasão da esfera administrativa, à indiferença política pela extinção do direito de petição, etc.; tem-se provado a injustiça opressiva da guarda civil, que nos leva ao estado odioso das polícias políticas; demonstrou-se a inutilidade de Tancos; demonstrou-se o prejuízo da reforma diplomática, etc., etc. O que têm respondido a isto os jornais que fazem profissão de defender, legalizar, sagrar o espírito ministerial?

Gracejos, divagações esquivas, ironias tímidas, insinuações pessoais, etc.

E assim, num momento tenebroso de crise, de decadência, de miséria, de corrupção, que se trazem de rastos e enlameados os interesses da pátria?

É este porventura o momento de esquecer as grandes ideias de moral, de política, de economia, de sufrágio, de liberdade, de penalidade, de legislação, de tributos, para se encetarem as questões vaidosas, as argumentações grotescas, os jogos de palhaços?

A pátria está na véspera da sua agonia, e as folhas do governo só têm galhofeiras incitações e gestos de ebriedade! Acham porventura nobre o feito dum filho que se espojasse nas convulsões do riso e da desonestidade sobre o cadáver de sua mãe?

É justo e elevado que o povo vá descendo os degraus da ruína e da miséria, vá da exageração do imposto à morte do município, da extinção do direito de petição à criação da política de sufocação, da invasão das tendências militares ao iberismo, que vá assim percorrendo este circulo das sete dores, acompanhado das chufas, dos escárnios cortesãos, dos traiçoeiros apupos?

É assim que nós havemos de livrar a pátria da miséria e da anexação, da reacção e da oligarquia?

É assim? Com as momices do *Bejense* e com as palavras jocosas da *Folha do Sul?* Quando nós havíamos de decidir estas questões, que estão subindo da profundidade do povo a esta superfície alumiada da imprensa, estas questões supre-mas, pelas quais lá fora se fazem revoluções e se derribam dinastias; quando nós as devíamos decidir, é que encontramos no bando contrário, em lugar de discussão, risada; em lugar de argumentos, chufas; em lugar de ideias, inaptidões; em lugar de princípios, invejas pessoais; em lugar de moralidade, podridão; em lugar de justiça, vileza?

Mas é já falar muito sobre a imprensa ministerial.

Ela faz o seu serviço de cortesã. Nós, o nosso dever de jornalistas.

Ela escarnece o *Jornal de Lisboa* por vender boletins à tarde pelas ruas. Nós chamamos o povo à comunhão da vida política.

Ela escarnece os sonhos da Comissão Patriótica.

Nós clamamos pelo direito de petição.

Nada há de comum entre os jornais da oposição e os jornais do governo: nós, que nos chamamos oposição, representamos as ideias; eles, que se chamam governo, representam as chufas. Estamos ambos diante do povo. Falamos-lhe ambos: nos, ensinando; eles, apupando; e para o povo qual terá razão, qual será atendido – o jornalista ou o

palhaço?

Nº 27, 11 de Abril

Bejense – Beja, 6 de Abril

Historia modestamente as circunstâncias tristíssimas que precederam o duelo do deputado José Júlio de Oliveira Pinto.

Agride, timidamente, a Comissão Popular de Lisboa.

Escreve sobre a reforma telegráfica e transcreve o projecto da reforma da administração civil.

Vem com todas as severas aparências dum jornal honesto e digno.

Democracia Pacífica – Elvas, 4 de Abril

Censura vagamente que o governo busque adesões nos grupos políticos caídos em descrédito, em individualidades aniquiladas pela justiça e pela probidade, em nomes que recordam maus sistemas políticos e gerências desastrosas.

Escreve sobre a injustiça, sobre a ilegalidade, sobre a perversidade e animalidade dos duelos.

Insere correspondências de Lisboa e de Coimbra. Nada que seja de directo interesse para as questões provinciais.

Folha do Sul – Évora, 6 de Abril

Fala no seu artigo essencial do projecto de reforma administrativa. Diz, derramando-se em exclamações, que nenhum deputado bandeado na oposição pediu a palavra para abertamente se pronunciar contra o projecto: nenhum deputado; e todavia, no seu boletim externo, que é a relação concisa da vida política e parlamentar da semana, diz que, sobre a reforma, falou no dia 2 o Sr. Aragão Mascarenhas para propor alterações, e nos dias 3 e 4 falou o Sr. Dias Ferreira, e a estes deputados diz que respondera o Sr. Sampaio, relator da comissão.

Defende o projecto de reforma com estes argumentos enérgicos e filosoficamente críticos: «O projecto do governo não está, em verdade, completamente isento de defeitos. E obra humana, basta isso.»

Os seus seguintes artigos são amplas e jocosíssimas variações sobre a nossa argumentação, puerilidades amortecidas, que estão para a questão elevada e critica como as espumas imundas das praias estão para a nobre severidade do mar.

Nº 29, 18 de Abril

Bejense – Beja, 13 de Abril

Refere alguns decretos do *Diário de Lisboa.* historia modestamente a reunião da maioria das câmaras. Noticia a existência de um círculo político do senhor marquês de Nisa.

Transcreve o projecto de administração civil.

Democracia Pacífica – Elvas, 11 de Abril

Acusa a corrupção ministerial e aquele silêncio da consciência que, nas administrações de carácter absolutista, faz desprezar as maiorias populares; acusa a política de interesses que hoje se embate em Portugal, com esquecimento e negação da política de princípios. Acusa esta mudança compassada e saída dos mesmos nomes e dos mesmos caracteres, e a falta de ideias dos partidos, e a falta de fé política dos grémios, a falta de sistemas dos bandos partidários.

Acusa esta política, que é de facções porque é de intrigas, que é de corrilhos porque é de invejas.

Num seguinte artigo mostra a necessidade de haver novos chefes políticos que não abandonem o povo, que velem por ele, que sejam os verdadeiros representantes do seu justo espírito de liberdade.

Lembra muito sensatamente que se dirija ao rei uma grande deputação, pedindo-lhe a interposição do seu veto às medidas financeiras e administrativas. Essa grande deputação deve, segundo o seu conselho, ser composta de cidadãos de cada município que tenha manifestado a sua oposição; nomeada pela câmara nas localidades em que a câmara tenha representado; escolhida pelos signatários das petições, ou pelos habitantes descontentes, naqueles lugares em que a câmara ficou silenciosa e apenas se fez ouvir a voz popular.

Essa grande deputação deveria ser convocada pela comissão central de Lisboa, e rapidamente, para obstar o mais depressa possível a este estado de inquietação, de paralisação e de perda em que o país se definha.

Achamos profundamente justa esta ideia, cheia de espírito liberal e de interesse popular.

Desatendida a imprensa, a tribuna, os *meetings,* as representações inumeráveis, os manifestos, as petições das câmaras, as vozes constantes de oposição e de repulsão, e a não querer sacudir pela força os que estão no governo pela injustiça, o meio mais constitucional, mais fecundamente pacifico, é sem dúvida esta grande deputação ao rei, que lhe exponha a situação dolorosa das coisas, uma vez que os áulicos lha calam, que lhe exija a interferência do veto, uma vez que essa é a forma seguida e indicada nos catecismos constitucionais.

Campeão do Alentejo - Portalegre, 10 de Abril

Combate a reforma administrativa, lembrando que a comissão de administração pública de modo algum atendeu às petições e às manifestações, onde abundavam as razões e as argumentações contra aquela lei popular. Comenta o caso estranho de ter o senhor ministro do Reino atribuído 22 concelhos do distrito de Portalegre, quando na realidade os concelhos são 15.

Infere da verdade dos cálculos a solidez das bases em que fundou a reforma.

Publica a carta dirigida pela comissão de Portalegre à Comissão Patriótica de Lisboa e Porto.

Folha do Sul – Évora, 10 de Abril

No seu boletim político traz a lista triunfante dos íntimos que votaram a reforma administrativa. Precede-a este comentário, característico e limitada: «A grande maioria a favor... manifesta a fortuna do governo.» A *Folha do Sul* não se atreveu a dizer *manifesta a justiça.*

Depois relata miudamente os factos políticos da semana parlamentar e o

expediente do *Diário*.

No seu principal artigo faz uma dolorosa revelação acerca da injustiça, da desarmonia e da improporcionalidade que estão ominosamente coladas às nossas finanças: é a transcrição da estatística dos impostos nos países da Europa. Por ela se vê que países em condições de uma indizível superioridade, com causas mais sérias de impostos fiscais, com organizações políticas muito mais susceptíveis de taxas elevadas e pesadas, pagam o mesmo que Portugal. Diz a estatística:

Por cada habitante, compreendidos os impostos municipais, paga:

A Prússia ..... 5$220 réis
A Áustria ..... 3$960 "
Portugal ..... 3$420 "

Mas, acrescenta o jornal criticado, pelo aumento do imposto do consumo virá a corresponder de mais a cada habitante a quantia de 4$60 réis.

Portanto ficará:

Portugal ..... 3$880 réis

De modo que a Prússia paga 5S220 réis e Portugal 35880 réis: apenas pagamos de menos l$340 réis!

De modo que a Áustria paga 35960 réis e Portugal 35880 réis. Nós, sem exército, sem províncias conquistadas, sem territórios anexados, sem 10 milhões de habitantes, sem um regime imperial, pagamos apenas menos quatro vinténs que a Áustria!

E do que a Prússia, 15340!

Ora a Prússia é um dos países mais abundantes, mais trabalhadores, mais energicamente produtivos, da Europa. Tem vivido sempre nas oscilações perigosas da política da Santa Aliança, do equilíbrio alemão, da unificação germânica, etc.

Possui territórios encravados, territórios anexados, custosas intimidades de pequenos estados protegidos. Tem a melhor e] mais robusta organização militar do mundo.

O país está coberto de estradas, de locomotivas, de escolas, de museus, de galerias, de universidades, de canalizações, de fábricas, de indústrias, etc., etc.; sustenta um extraordinário e vastíssimo pessoal administrativo, militar, científico, diplomático, construtor, etc.; entra largamente nesta dispendiosa vida moderna de exposições, de descobertas, de academias, de teatros, etc.

A despesa do seu orçamento é monstruosa, comparativamente com os dispêndios imperceptíveis da nossa imperceptível existência, e todavia apenas pede a cada habitante, de imposição fiscal, mais 15340 réis do que nós!

A Áustria, sem possuir aqueles elementos feracíssimos de riqueza, de elevação material e de vasta respiração pública, está numas condições de organização em que o tributo é o primeiro meio da política e o primeiro apoio do tesouro. Dominada por aquela terrível política imperial, toda feita das antigas tradições da Casa de Habsburgo, é o ninho negro e. infame de todas as reacções, de todos os ultramontanismos, de todas as misérias fradescas e absolutistas.

Composta de populações diversas, de índoles e de raças. contrárias, de províncias anexadas, herdadas, conquistadas, roubadas, apenas lhes dá como laço comum e uniforme o peso do tributo e a fatalidade do recrutamento.

Envolta constantemente em guerras de conquista e de violência, única política que está no instinto daquele covil trágico de arquiduques e *feld*-marechais, pobre pelos

custeamentos enormes de exércitos e de armamentos, sempre nas vésperas de uma bancarrota, dilacerada interiormente em. todos os sentidos políticos, envolvida sempre na questão da Hungria, na questão do Tirol, na questão da Venícia, nas questões da Moldo-Valáquia e da Rumânia, etc., com uma corte pródiga e faustosa, com uma despesa colossal, apenas pede a cada habitante, pela imposição fiscal, mais 80 réis, mais quatro vinténs do que nós.

Isto é extraordinário!

Este esclarecimento, dado pela *Folha do Sul,* é a mais incisiva das acusações ao governo, que, encontrando um estado financeiro tão opressivo e tão desproporcional, ainda o sobrecarrega com os impostos à carne, à alimentação, à vida do trabalho, ao consumo, às fadigas da pobreza!

Os seus restantes artigos são aquelas pequenas murmurações, aqueles dizeres meio jocosos, meio irados, aquela miudeza de argumentação, aqueles farrapos de ideias, aquela franja rota dos princípios, aquela polémica, indecisa, diáfana, espedaçada, que passa desapercebida, esquece, e que é entre as grandes ideias e os grandes princípios, e elevadas discussões, como aquelas pequenas ervas secas, sem seiva, sem utilidade, sem frescura, que se dobram rasteiramente junto dos grandes cedros religiosos e dos carvalhos austeros.

13 de Abril

Volta a falar do *deficit,* da impossibilidade de fazer mais economias, constelando o seu artigo com estes argumentos irrespondíveis: o imposto é uma necessidade, etc. Fala também nos melhoramentos materiais, em 722 quilómetros de caminhos de ferro, etc., e diz que o país deve pagar esta felicidade, etc.

Querendo provar que o governo fez economias poderosíssimas, eliminando do orçamento tudo o que ali podia haver de inutilmente absorvedor, diz...

Ora como imaginam que ele comprova o profundo sistema de economistas seguido com religiosa exacção pelo governo? Supõem que será dizendo que vai ser extinto o Tribunal de Contas? Reformado o corpo de engenheiros? Abolida a Junta do Crédito Público? Suprimido o pessoal numeroso do Ministério da Fazenda? Reformando com uma organização económica o Exército? Reformando o pessoal fiscal? Atenuando a ostentação diplomática? Com a extinção do Conselho de Estado? Do Conselho Ultramarino? Do Conselho das Obras Públicas? Supõem que foi revelando algumas destas reduções económicas, ou pelo menos declarando que o governo, com uma moralíssima iniciativa, as ia encetar?

Não foi. Querem saber com que comprova a economia do governo?

Com um decreto concedendo a exoneração do emprego de terceiro-oficial da Alfândega de Angra do Heroísmo e sobrestando no seu provimento!

Com uma portaria no mesmo sentido em respeito ao lugar de amanuense de segunda classe da Repartição das Contribuições Indirectas!

E acrescenta: «O governo responde assim aos seus detractores.»

Isto é extraordinário!

Num dos seus pequenos artigos dá este honroso e justo testemunho do espírito universal de oposição que do Norte ao Sul se manifesta por todos os meios de publicidade, de petição, de reunião pública, de protesto irritado. Diz a *Folha do Sul,* que é insuspeita: ..... uma coorte de manifestos, representações, *meetings,* petições, e todo esse movimento afanoso e febricitante que a imprensa oposicionista apregoa aos quatro ventos da publicidade, que se faz sentir por todo o país, nas praças, nas ruas, nos cafés, nos círculos, nos clubes, etc., contra as medidas financeiras e administrativas ultima-

mente apresentadas pelo governo ao parlamento.

*
* *

Tínhamo-lo reservado para responder à crítica do Manifesto do Povo de Évora, quando ela, na sequência dos artigos, fosse terminada pela *Folha do Sul.*

Aquela crítica era sobretudo dirigida para as acusações que estavam no manifesto, contra a iniquidade do imposto de consumo.

Essa série de artigos críticos, terminou.

Houve um célebre matemático tragicamente ateu que dizia que tinha durante três dias procurado Deus por todo o céu e não o tinha podido encontrar.

Durante três dias, com efeito, estivera encerrado nos observatórios, batendo a crença pelo cálculo. Nós também, noutro sentido descrentes, estivemos algum tempo procurando ideias por todos aqueles artigos e não as pudemos encontrar.

Tudo ali são insinuações imperceptíveis, microscópicas questões de forma, sofisticações miudíssimas.

Nós imaginávamos que a *Folha do Sul* ia sustentar o imposto de consumo pela filosofia económica; que o iria conceber pelo lado moral; que o iria considerar o melhor sistema de política doutrinária, que o apoiaria como a mais fácil das contribuições indirectas, como um passo para o imposto harmónico; que iria às grandes questões de *unidade* e de *diversidade* de imposto, à questão da voluntariedade do imposto do consumo; que iria argumentar sobre o imposto de crédito ou de capital, sobre a simplificação de relações económicas entre os governos e as populações, sobre os impostos como obstáculo ao desenvolvimento da população, ou como facilitação do consumo e da circulação, sobre a inconveniência do imposto de consumo como ónus dos proprietários, como atenuador da agricultura; que o iria considerar na ordem económica, na ordem moral, na ordem política, na ordem médica e industrial; que iria combater o que nós temos dito.

E nós temos sempre dito que o imposto de consumo pesa sobre os proprietários, que embaraça o comércio, provoca fraudes e condenações, aumenta os salários, causa aspereza e irritabilidade das populações, sujeita os vendedores a vexações, prejudica a saúde pública, diminui o consumo e portanto destrói-se a si mesmo, que aumenta as despesas do Estado uma vez que o Estado o paga pela sua própria despesa e pela despesa de todos os seus empregados, que dá aos mercados estrangeiros uma vantagem na concorrência comercial que é descrédito incalculável, etc.

Quando nós imaginávamos que se ia começar uma daquelas profundas discussões que elevam, instruem, esclarecem a política, adoçam as animosidades, transformam os espíritos, a *Folha do Sul* apenas aduz...

Ora, o que imaginam que aduz a *Folha do Sul* sobre esta questão complicada e filosófica do imposto de consumo? O que imaginam?

Aduz: que as nações mais adiantadas têm o imposto do consumo.

Isto é extraordinário.

E não é um argumento; ainda que estivesse em todos os países consolidado o imposto do consumo, nada provaria isso para a justiça e para a equidade económica dessa imposição indirecta.

Na Espanha, na Rússia, na Turquia, na Suécia, em França, na Alemanha, há a pena de morte; e é justo e verdadeiro o principio da morte como pena? Na França, na Rússia, na Áustria, há a política imperial; é justo e verdadeiro este principio, última tradição feudal?

Na França, na Prússia, na Espanha, na Rússia, há a predominação do espírito do militarismo; e é justo e livre este principio das pressões organizadas?

Na Espanha, na França, na Prússia, na Áustria, na Suécia, na Itália há a censura; e é justo e verdadeiro este principio de sufocação espiritual?

Há em muitos países o imposto de consumo, como há muitos outros princípios económicos, políticos, sociais, morais, que o moderno espírito de liberdade, de justiça e de direito anda combatendo e minando.

Se assim não fosse, o único delito dos que querem afastar vitoriosamente o imposto de consumo seria ir, na ordem espiritual, um pouco adiante do seu tempo.

No entanto, devemos dizê-lo: em toda a parte os economistas, os publicistas, os homens de Estado, os que talham as filosofias sociais e populares, têm procurado destruir o imposto sobre o consumo.

Na Bélgica, já em 51, Frére Obans o célebre ministro das Finanças, dizia: «Todo o imposto de consumo é uma redução de salário», e levava estas palavras da tribuna para a realidade do orçamento.

Já em 47 o deputado Leon Talbot dizia num estudo das finanças inglesas e do sistema político e económico estatuído naquela nação para libertar do imposto os homens do trabalho, dizia: «A Inglaterra pensou que era necessário *libertar OS homens do trabalho de todos os impostos que os sobrecarregam;* empreendida esta ideia, de tal modo a realizou que é necessário esquadrinhar os mais obscuros e estreitos recantos do orçamento inglês para lá encontrar um imposto que pese sobre os operários, jornaleiros, etc.» E acrescentava: «Assim neste momento (1847) eles têm um *deficit considerável e substituem a imposição do trabalho pela imposição do capital. a imposição sobre o pobre pela imposição sobre o rico.*»

Em França. Passy, ministro das Finanças em 48, e Bineau, ministro das Finanças em 52, falavam no parlamento, em nome do governo, contra o imposto de consumo.

Bineau falava energicamente e eloquentemente contra o imposto sobre a carne, que tinha o odioso «de a tornar cara aos obreiros e às classes pobres», e contra o imposto sobre o vinho. Era isto em 11 de Maio de 1852.

A data é notável.

Bineau manifestava já o sentimento do governo imperial.

O economista Scialoja, representando a vontade e as tendências do partido liberal da Itália, fulmina o imposto do consumo.

Em 1847, Leon Talbot, em nome do partido democrático da França, apresenta na tribuna acusações terríveis contra a iniquidade do imposto de consumo, e apresenta esta estatística que confundiu todos os oradores da direita: «Observações feitas sobre os operários: em 1833 ainda na alimentação dos operários se não introduzira o uso da carne; uma população de obreiros de um dado número de fábricas, ganhava de salário 20 000$000 réis; essa população perdia por ano por motivo de doença (termo médio) 880$000 réis. Depois de várias reformas e melhoramentos de condições, foi introduzida na alimentação a carne de açougue; desde então, em motivo de doença, perdia apenas por ano (termo médio) 200$000!»

Outra estatística terrível: David Macaire calcula que desde 1809 até hoje, em virtude do imposto, o consumo do vinho em Paris diminui na mesma proporção em que a população cresce, isto é, 5 por cento!

O imposto sobre o vinho e sobre a carne prejudica a. produção, o consumo, a alimentação, a saúde, e causa incalculáveis vexações.

Só isto.

Um dos primeiros actos da Assembleia Constituinte em 1790 foi a abolição deste imposto, condenado pela boca eloquente de Roederer.

Desde Turgot, o grande ministro, até E. de Girardin, o grande publicista, tem sido este imposto combatido pela lógica, pela economia, pelos factos, pelas estatísticas e pelos resultados dolorosos.

Todas as políticas o têm condenado: o império pela boca de Napoleão 1; a democracia, pela boca de Lamartine; a república, pela boca de Roederer e de Mirabeau; a monarquia, pela boca de Colbert e de Turgot; e ultimamente todo o moderno partido económico e democrático, pela boca sábia de Proudhon.

Economistas de todas as escolas, filósofos de todas as doutrinas, publicistas de todas as facções, têm condenado aquela opressão dos pobres, aquela carestia da vida pública; todos – Adam Smith, Dussart, D'Audifret, Roederer, Scialoja, J. B. Say, Leon Talbot, Frére Obans, M. Chevalier, Proudhon, etc.

Até o feudalismo e a monarquia puramente aristocrática. condenaram os impostos de consumo, pela boca de Carlos V, De Carlos V!

Carlos V decretou nestes termos em 1541: ...«São odiosos e dão lugar a grandes abusos, a fraudes, a injustiças, a execuções, a *fouleries:* são um encargo ruinoso para o pobre povo e honrados trabalhadores, cujo bem-estar é a base da prosperidade geral.

Fazemos saber que para subtrair os nossos bons vassalos a essa *tortura* ..... abolimos, etc.

Assim falava Carlos V há 300 anos!

Não é verdade que aquilo parece escrito ontem por um. jornal da oposição?

Basta. A *Folha do Sul* não combate com princípios, e inútil que nós aduzamos ideias e factos.

Os seus hábitos joviais evitam-lhe as réplicas científicas.

Nesse sentido, não respondemos à crítica do manifesto.

Nº 30, 21 de Abril

A *Folha do Sul,* num dos seus últimos números, num artigo memorável na história das decadências morais, explica francamente e com atitude de humildade escarnecedora os motivos do seu riso. O leproso da antiga legenda também explicava aos que passavam no caminho a origem das suas chagas!

Mas a *Folha do Sul* diz que se rira porque no nosso número 21, pág. 1ª, col. 3ª, se dizia «que o povo português era metralhado pelo actual gabinete».

Percorrendo a col. 3ª da pág. 1ª desse motejável nº 21, lê-se: «Vejamos o que fazem os homens honestos e cheios de liberdade...» E mais adiante: «Protestam pelo fim da força e querem um sistema esclarecido de governação pública, donde seja excluída a metralha e a polícia política.»

Mas a *Folha do Sul* diz que se rira porque no mesmo nº 21, pág. 1ª, col. 4ª, atribuíamos os desvarios do governo «às argumentações estéreis da oposição parlamentar, que fazem perder a serenidade aos directores da administração pública».

Percorrendo a col. 4ª da pág. 1ª desse motejável nº 21, lê-se: ...«querem a morte das polémicas vãs, por isso aconselham a ingerência do povo no Estado, com desprezo das argumentações oratórias e retóricas do parlamento, que consomem o tempo, obscurecem a opinião, azedam os debates, fazem perder a serenidade aos directores da administração pública».

Etc., etc., etc. Mas não queremos que a *Folha do Sul* tivesse a desonestidade de fazer às ideias transfigurações insensatas e às formas mutilações miseráveis.

Nós dissemos que o pensado desejo dos homens honestos era que chegasse aquela política de liberdade, de profundas garantias, de economia, de serviço zeloso, de elevação e de preponderância, de abundância popular, em que os meios são as discussões sensatas e limitadas, as intervenções formuladas dos povos e das imprensas,

a opinião esclarecida e justificada, o instinto justo e claro das populações interessadas. A *Folha do Sul* riu-se: riu-se porque quer aquela política de individualidades soberanas e de coortes oficiais, de corrupção e de dádiva, de empenho zeloso e de protecção vinculada; aquela política de intimidades, de vassalagem, onde só há conezias e prebendas para os íntimos, bordados e reluzentes, e metralha e polícia áspera para os movimentos populares filhos da lei moral; aquela política, superior e flutuante, ornada e iluminada, donde chovem, com pródiga abundância, os títulos, as rendas, as acomodações, os subsídios, as dádivas, os favores, as opulências, e a mais doce e preguiçosa flor de vida.

Nós dissemos que o desejo dos homens honestos era ver a interferência popular substituindo as discussões estéreis, os exames improdutivos, as contradições de forma, a vangloriosa aparência do sistema parlamentar, a força sonolenta das maiorias. E a *Folha do Sul* riu-se. A *Folha do Sul* riu-se porque a entrada do povo no governo do Estado era o fim da protecção, da intimidade ministerial, das dividas, do zelo, e o começo da austeridade, da lisura, da justiça, da economia, da lei; porque a interferência do povo no Estado era o fim do funcionalismo vinculado, do aparatoso espírito militar, das tendências de pressão policiais, das munificências indevidas, da vassalagem rendosa dos espíritos, do mercado das consciências, e do grande bazar onde passam toda a sorte de vendedores envergonhados e avaros, apregoando um a consciência, outro a independência, outro vendendo a justiça, outro vendendo a lei, outro vendendo a imprensa, outro vendendo o voto, e todos, com inoculada corrupção, vendendo a alma do povo!

Nós dissemos que os especuladores políticos conservam o povo na ignorância; e a *Folha do Sul* riu-se. A *Folha do Sul* riu-se porque encontra no espírito popular um tão grande espírito de justiça e de verdade que teme que o esclarecimento desse interior inteligente seja o derrubamento desta moderna vida política; o povo na ignorância significa o arbitrário, a pressão violenta, a extinção desconhecida dos melhores direitos, a prepotência da força, a anarquia económica, a dissolução da moral pública, o embrutecimento das almas nobres, a estiolação do espírito de reacção justa, a exageração das penas, a aniquilação do bem-estar, a divisão irracional do trabalho, a predominação esmagadora dos privilégios, a consolidação de todos os abusos, a transformação do espírito da liberdade em inércia da obediência.

E a *Folha do Sul* aplaude este estado doloroso, porque é nele que triunfam as camarilhas, os corrilhos esfomeados e ambiciosos, as magras invejas de partidos, as pálidas rivalidades de bandos aristocráticos, miseravelmente decaídos;. porque é neste estado doloroso que se faz o comércio de consciências e de opiniões; porque então as graças são amplamente dispensadas, e no fim do aplauso encontra-se uma renda ou uma dádiva; porque nesse estado não há quem acuse a inércia dos espíritos, a corrupção dos escritores, as maculações das consciências, as especulações que se fazem com os pobres e com os rotos, os abusos incessantes, a criminalidade aristocrática e luzidia, a infâmia fidalga, o abaixamento cortesão; porque a ignorância do povo é a liberdade das especulações, é a nudez da justiça indignada, é o poder colaborar-se numa história de desonestidades e de vilezas políticas, sem receio dos castigos da opinião.

Nós dissemos que o governo português só conhecia a. força como meio de apoio, comparámos este ministério ao ministério militar do general Narvaez. A *Folha do Sul* riu-se.

Riu-se. Quando se declara, em nome da diplomacia, que a nossa independência tem subterrâneos abalos, quando se trocam intimidades palacianas e políticas entre um governo ditadores e um governo de reaccionários; quando se ligam, por uniformidade de sistema, dois ministérios da escola doutrinária; quando o concilio da Europa acusa

implicitamente a necessidade da nossa fusão com a Espanha, pela igualdade das nossas raças; quando o ministério declara que seguirá uma política de amizade, de ligação e de união com a Espanha; quando se descobrem revoltas nascentes, todas cheias do espírito de federação peninsular; quando se trocam, com perigo e perturbação policial e incisivos medos administrativos, visitas de reis e de cortes; quando o ministério transporta para o nosso sistema as instituições do sistemas espanhol; quando todos se sobressaltam nas altivas inquietações da independência, quando desperta em nós aquele antigo brio clássico de valor liberal e de energia sobranceira, e de patriotismo robusto e intratável – a *Folha do Sul* ri-se!

Num momento indubitavelmente perigoso, quando se abalam as fronteiras dos remos; quando há oscilação na carta da Europa; quando se aproxima a época do derrubamento de instituições e de transformações sociais; quando se precavêem as nações com armamentos, invenções, organizações; quando a política de alianças suscita desconfiança às potências dominadoras; quando as pátrias vão ser revolvidas, como nos tempos geológicos se revolvia a Terra; quando se agita a política de arredondamento de nacionalidades, de inutilidade de pequenos países, e a política de fraccionamento de estados, e de inconveniente das grandes extensões políticas, neste momento de perigo para Portugal, de luta para a Espanha, de miséria para ambos a *Folha do Sul* ri-se!

Quando um ministério toma intimidades injustas, adopta imitações perniciosas, consagra relações desairosas com aquele sistema doutrinário do governo espanhol, que não podendo sustentar-se pela liberdade se sustenta pela ditadura; quando um ministério corteja e aplaude todo o sangue liberal que cobre o corpo inteiro do general Narvaez; quando adopta as ideias dos moderados de Espanha, «que declaram que lhe é insuportável a liberdade, que é necessária a inquisição» quando esta união de factos, de ideias, de vistas cortesãs, inquieta os nobres espíritos, as consciências livres, os filhos daquela gente que teve fome e frio no cerco do Porto, e netos dos que se bateram pela independência da Península, e que viram as casas queimadas, as famílias assassinadas, as fortunas dispersas; quando se desenham no espírito estas negras dores . – a *Folha do Sul* ri-se!

Já vêem que é o riso dos antigos bobos cortesãos, meio doidos e meio perversos.

A *Folha do Sul* ri-se mais por não sabermos aritmética? pela nossa obscuridade de ideias, por não sabermos geografia.

Ora nós sabemos mais aritmética decerto do que aqueles que apoiam o ministério destruidor das finanças.

Temos mais lucidez de ideias do que aqueles que para combater princípios, procuram em todo o seu interior, no pensamento, no espírito, na alma, no coração, no instinto e na vontade, e só acham a chufa!

Sabemos mais geografia decerto do que aqueles que apoiam um ministério que quer chamar a fronteira de Espanha até a oceano Atlântico!

A *Folha do Sul* ri-se, porque considera a pátria o tablado de uma forca.

Mas na imprensa combatem-se ideias, discutem-se princípios, debatem-se sistemas, argumentações, métodos, mas não se provocam risos. O lugar augusto das ideias não é o recanto cómico das risadas.

Quem tem a alma cheia de impropérios, de desonestidades, de cinismos violentos, não vem para aqui, para a imprensa. Para a imprensa vêm os que têm uma ideia, um princípio generalizador, uma alma criadora. Aqui não é o lugar dos que se nem.

Depois da traição, não venha o escárnio. Já bastante ferida está a liberdade, a fortuna popular, a administração pública; este pobre pais não tem já a vitalidade dos fortes.

Os que aplaudem o imposto de consumo e a guarda civil já lhe deram as punhaladas; não lhe atirem agora as imundícies!

Nº 31, 2S *de Abril*

Bejense – Beja, 20 de Abril

Historia, com acobertada crítica, as evoluções políticas dos últimos dias. Aí considera o jantar do Sr. Casal Ribeiro como o facto mais incisivamente determinativo dos destinos nacionais, e descreve complacentemente a esmerada disposição dos talheres.

Escreve o nome dos eleitos por aclamação popular para dirigir a União Patriótica.

A este respeito fala em Camilo Desmoulins, Robespierre e outros nomes que conhece da época republicana de 89.

Conta as economias auferidas com a aprovação da reforma administrativa.

Insere a proposta de administração, uma correspondência de Évora, um comunicado sobre as pílulas *Holloway,* etc.

Campeão do Alentejo – Portalegre, 14 de Abril

Transcreve, cercando-o de elogios, a parte do belo discurso do Sr. Pequito em que ele combateu a divisão territorial do Alentejo e a supressão do distrito de Portalegre.

Publica a representação da câmara de Alter do Chão contra as medidas de fazenda.

Insere correspondência de Lisboa e um artigo erudito Sobre a sinonímia das palavras.

18 de Abril

Traz uma lamentação sobre a história mística da Paixão.

Transcreve a *Exposição da Necessidade e Vantagem, Bases da União Patriótica.*

Democracia Pacífica – Elvas, 17 de Abril

Combate o espírito de reacção sufocadora que quer subtrair às câmaras o direito de petição.

Acusa a imoralidade política como a primeira e oculta causa nesta dolorosa decadência que nos leva.

Insere o boletim parlamentar.

Folha do Sul – Évora, 13 de Abril

Diz que a oposição é injusta, parcial, interesseira, pouco esclarecida, pouco verdadeira, constantemente em reacção; e enfim declara que a oposição é uma válvula de segurança.

As razões com que comprova estas sisudíssimas acusações são ainda as primitivas com que os ministérios de 20 combatiam as suas oposições: «Que ataca facciosamente os projectos; que até o trabalho, o trabalho útil, o trabalho profícuo, o trabalho benéfico, o trabalho civilizador, o trabalho... etc.; até esse trabalho serve de tema para acusações; que não tem dúvida em empregar todos os meios de promover a queda do gabinete, que combate os seus adversários desacreditando-os no estrangeiro, que contesta princípios geralmente admitidos, que atribui aos membros do gabinete intenções que não têm, que

cava a ruína do país, etc.»

São estas as acusações: como vêem, datam de há 40 anos.

Nº 32, 28 de Abril

Folha do Sul Évora, 24 de Abril

Dedica extensíssimas palavras, com copiosa benevolência, à critica dos nossos artigos.

Páginas inteiras vêm cheias de iras, de irritabilidades, de desvairamento de ideias, de miudíssimas insinuações.

Seria fastidioso criticar a abundância irritada das ideias da *Folha do Sul.*

Diz que somos faltos de franqueza, de lisura, de verdade; diz que o nosso sistema é indecoroso e repugnante; diz que escrevemos falsidades claríssimas; diz que nos damos ao culto de Baco; que dizemos descomunais inépcias, etc., etc. Assim vai por uma via dolorosa de desacatos, espedaçando-se contra os argumentos, perturbada, indecisa, vazia de ideias, abundante de afrontas, substituindo os princípios pelos motejos, a imprensa pelo pelourinho, a alma pelo chasco.

Estuda, com estranha minuciosidade, as assinaturas do manifesto. Mas donde as conhece? Como as viu? Onde foi buscar com tal rigor os dados estatísticos? Como andou esquadrinhando aquelas particularidades de idade, de localidade, de nacionalidade, de capacidade? Essa explicação pertence à história das indignidades políticas, à história das maquinações freiráticas e das pequeníssimas afrontas ocultas; à história daqueles governos que, não podendo valer-se das claras liberdades, querem valer-se das traições escondidas. Etc., etc.

A *Folha do Sul* diz, com um rigor feroz, que havia na representação, entre as assinaturas, pessoas de extramuros, menores, estrangeiros, nomes supostos, dementes, nomes repetidos, etc.

Tudo havia naquela malfadada representação – até ideias, o que mais escandaliza a *Folha do Sul.* No entretanto, como a *Folha do Sul* levou para o terreno do rigor legal a discussão do manifesto, nós pedimos instantemente a atestação do pároco acerca do que nos diz serem de extramuros; a certidão de baptismo dos que diz serem menores; os passaportes, folhas corridas, etc., dos que diz serem estrangeiros; a certidão do médico dos que diz serem dementes; a prova legal de que há nomes supostos; e a certidão de tabelião sobre a repetição de nomes.

De modo algum queremos desconsiderar a *Folha do Sul*: é verdadeira e honrada; não é por vãs desconfianças que exigimos – para encetar discussão – o apoio legal dos documentos; não queremos dizer que a *Folha do Sul* adoptasse o sistema de transfigurar as ideias, mutilar a forma e perverter os factos; não queremos dizer que quem arvora o sistema dos impropérios aceite o sistema das falsidades; não queremos dizer que quem tem nas ideias pouca lucidez tenha na consciência pouca rectidão; de modo algum queremos dizer tal: respeitamos a *Folha do Sul* como filha da probidade, e improvável de conclusões; no entretanto, a verdade legal exige documentos legais.

Pedimos esses documentos.

Num seguinte artigo, para atenuar a gravidade política do manifesto, diz que não assinaram os médicos, que não assinou a câmara, que assinou a minoria dos padres, a minoria dos maiores contribuintes, a minoria dos bacharéis.

Todas as minorias.

Nós poderíamos dizer que à política nacional obstou a política local; que as

convicções deixaram de assinar, e nenhuma pessoa foi obrigada a assinar; que os homens que a *Folha do Sul* diz não terem assinado, esses comerciantes, esses bacharéis, esses clérigos, esses contribuintes, esses camaristas, antepuseram as amizades individuais, os deveres simpáticos de afeição, a ligação habitual, a esta crise política; que tudo tem uma explicação na história minuciosa da política de Évora, que não é agora hora de fazer; que as pressões exercidas foram muitas; que se pediu, mendicante, anonimamente, a abstenção da assinatura; que por espírito pequeníssimo de facção invejosa se combateu um documento de justiça e de perigo da pátria; que, no meio das dores públicas, muitos são os indiferentes; que são indolentes, inactivos, desprezadores do seu dever, incapazes de dedicação inteligente aqueles que, tendo um cargo popular, nada fazem pela miséria das classes pobres, pela opressão sobre os operámos, pela fome dos proletários, pelas regalias municipais, pela liberdade aflita, pela decadência iminente; podíamos dizer que combater ocultamente pela traição em lugar de combater pelas ideias, empregar a intriga malévola e os interesses familiares em lugar de princípios e meios morais, é uma política deplorável e triste; podíamos dizer que seguir um sistema, não por convicção ou por ideia, mas por um imperceptível interesse, por amor duma dádiva ou dum subsídio pela glória duma pequena preponderância burguesa é um abaixamento moral, célebre entre os abaixamentos morais! Podíamos dizer toda a sorte de verdades dolorosas, mas não; pedimos apenas à *Folha do Sul* que nos dê as provas legais do que diz, que não queremos desconsiderar a *Folha do Sul:* não desconfiamos da sua nobre sinceridade, mas, por um instinto natural, sem prevenção despeitada, assim como as ovelhas se aconchegam no monte mal sentem faro de lobo, nós precavemo-nos, pedindo documentos legais e reconhecidos, mal sentimos no ar uma afirmativa da *Folha do Sul.* Não queremos desconsiderar a *Folha do Sul:* mas ela pode, casualmente, pela fatalidade dum hábito impuro, transfigurar a realidade. Não queremos desconsiderar a *Folha do Sul,* de galhofeiríssimos dizeres, mas pedimos documentos legais e reconhecidos da sua alegação reboníssima. De resto, traz outros extensos artigos de pequena importância, joviais e despeitados, onde se compara modestamente a Deus, e cita Boileau, etc. E uma risonha argumentação, que não rebatemos; não tomamos aqueles ditos por ideias: sabemos distinguir as estrelas que as patas dos marrecos fazem na lama das constelações divinas e esplêndidas que habitam no infinito.

Nº 33, 2 de Maio

Campeão do Alentejo – Portalegre, 25 de Abril

Acusa os extremos desastrosos a que tem levado a política do governo, provocando os motins, o sangue e as prisões.

Combate a saída do rei, num momento perigoso de crise nacional e de perturbação europeia.

Discute, com grande censura, a reforma telegráfica preparada pelo senhor ministro das Obras Públicas.

Insere correspondência de Lisboa; escreve sobre a sinonímia das palavras.

Folha do Sul – Évora, 27 de Abril

No seu principal artigo, não contestando que os eleitores tenham o direito de cassar os mandatos aos deputados ministeriais, diz que todavia não é de esperar que o façam, porque os representantes do povo português estão votando em harmonia com as opiniões do povo que os elegeu.

Ora os deputados votam o imposto do consumo e a reforma administrativa. E o povo representa contra o imposto do consumo e a reforma administrativa.

Não compreendemos o dizer sentencioso da *Folha do Sul. A Folha do Sul* diz que a oposição não parte dos eleitores, parte do povo. Os eleitores, esses, classe privilegiada, têm um nobre e pesado valor de opinião; o povo, excluído do sufrágio, tem apenas a importância política duma assuada. Mas esta opinião da *Folha do Sul* vem simplesmente duma errada opinião sobre o direito de voto, que é também uma falsa realidade do sufrágio em Portugal.

Não é o momento, porém, de embater essa questão. Seria mais uma vez de riso para a *Folha do Sul* o ver soltar essa livre e fecundíssima ideia de reforma eleitoral. Ainda há pouco a *Folha do Sul* dizia, num artigo sentencioso e abundante, que, nas 673 assinaturas do manifesto de Évora, havia apenas 216 indivíduos recenseados. Dizia isto para tirar a importância política ao manifesto, fazendo-o proceder duma multidão ignara, sem voto, sem opinião, sem ideias, sem perda e sem trabalho. Esta opinião é uma miscelânea opressiva de política turca e de moral chinesa.

Não é o recenseamento que dá opinião, sentimento e inteligência. Num momento de crise, quando o imposto vai afectar o salário, o trabalho, o consumo, o pão da família, não há recenseados nem excluídos: há homens. Têm importância política que lhes dá a sua inteligência, a sua liberdade, os seus direitos, o seu trabalho e o seu consumo.

Tudo o que for contrário a isto é a entronização da velha política de privilégios.

Traz ainda um outro artigo, reprodução de todas as velhas argumentações ministeriais em que é hábito antiquíssimo e inoculado chamar à oposição «bando de especuladores, de agitadores, de subversivos», etc., chamar às acusações dos jornais que combatem o governo «o veneno que distila das colunas desses órgãos», chamar aos ataques da oposição «os meios ignóbeis e infames de que esses sicários usam para escalar o poder», chamar ao comandante do destacamento que repele o povo o «nobre guerreiro que manteve e salvou o princípio da ordem», chamar ao deputado do circulo «o nosso ilustre, invicto procurador e representante em cortes», chamar aos que representam pacificamente «os pérfidos que vêm no seio do país assoprar a anarquia», etc., etc.

É uma linguagem convencional, consagrada, maquinalmente escrita, que não deixa no espírito nenhuma comoção: passa em herança duns para outros jornais ministeriais, sempre fastidiosa e falsa.

De resto, cita Garção, Tolentino, como num anterior artigo citava o clássico Boileau, o *Hissope,* a *Carta dum Moribundo,* Bocage, Tolentino, cremos que uma cena do Manuel Enxúndia e vários outros poetas cómicos.

Tudo isto para defender o governo.

Oh!. justiça, oh!. verdade, oh!, bom senso!

Nº 34, 5 de Maio

Bejense Beja, 27 de Abril

Dá conta resumida dos tumultos do Porto. Escreve sobre os projectos de caminho de ferro. Transcreve o regulamento das conservatórias. Insere correspondência de Silves.

Folha do Sul – Évora, 1 de Maio

Insere uma longa dissertação académica sobre a sociedade.

Fala aí no absolutismo, no feudalismo, na *organização* social, nas evoluções, transformações, com pompas, retóricas e formas cansadas, para dizer que a supressão de alguns distritos contribui para a centralização política, e chama quase a história do mundo para dizer que a oposição é de má-fé. Sempre a mesma vacuidade de ideias novas, as mesmas velhíssimas declamações de 1820, sempre as mesmas revelações criticas que se encontravam já há dez anos no *Manual do Estilo* e nos *Temas do Lobato.*

No seu seguinte artigo, tomada de vaidades literárias, cita La Fontaine, Buffon, Cuvier, as traduções de Almeida, tudo para provar que *canard* não significa *marreco.* Isto é grotesco. Quando a imprensa discute, quando se embatem ideias, sistemas, quando a iluminada discussão alarga as profundidades da alma, quando todos abrem o seu interior a este ar Vital de ciência, de arte, de melhoramentos, quando há uma imensa criação moderna na política, na história, na filosofia, quando agora mesmo em Portugal se ensaiam as questões sociais, económicas, políticas, num renascimento científico e literário, há um jornal que gasta colunas a comprovar que *canard* não significa *marreco.* Portugal é o único país que sofre o tédio indescritível de presenciar estas farsas.

A *Folha do Sul* censura-nos por termos imitado Victor Hugo, e dado aos seus ditos dela a mesma desdenhosa atenção que se dá àquelas estrelas imundas que as patas dos marrecos desenham na lama. Por outro lado, dissemos que as ideias eram sagradas e maravilhosas, como as constelações que habitam o infinito. Quanto mais que na intelectual espessura humana as ideias são raras, como na negrura imensa do céu são diminutas as estrelas. As estrelas são gotas da luz eterna, como no homem as ideias são gotas da verdade eterna. Rareiam no céu, como rareiam no homem.

Mas a *Folha do Sul* não pode ouvir estas coisas, e com sentenciosa e doutoral majestade vem-nos dizer que Buffon, Cuvier, etc., tinham dito, etc., o que a *Folha do Sul* diz. E censura-nos sobretudo por termos citado Victor Hugo: censura justa, porque ninguém deve inspirar-se num grande espírito quando se trata de desdenhar um pequeno jornal.

Nós vimos a *Folha do Sul* tão jocosa, tão irritável, tão desprezadora da verdade e da justiça, tão infinitamente escarnecedora, tão abundante de gestos desordenados, que instintivamente a comparámos ao que mais de perto toca a lama –as patas dos marrecos.

Vimos a verdade, a justiça, as ideias de bondade, de liberdade, de igualdade, de elevação espiritual, tão grandes, tão nobres, tão esplêndidas, tão purificadoras, que instintivamente as comparámos ao que mais de perto contempla Deus – os mundos e as constelações.

Não quisemos agredir a *Folha do Sul* dando-lhe a camaradagem da lama. Quisemos exaltar as ideias dando-lhe a convivência de Deus.

Mas a *Folha do Sul* não questiona isto, é inútil insistirmos; o que ela questiona, o que diz, o que discute, o que medita, é a questão sobre se *canard* significa *marreco.* Que importam as ideias, que importa a verdade?

Canard significa *marreco?* Esta é a questão, a grande, a única, a verdadeira questão.

E aí está como a *Folha do Sul* defende a ideia do governo, provando que *canard* não significa *marreco.*

Há pouco um outro jornal do governo chamava à Associação Patriótica congresso de *thugs.* Vivem disto!

Traz um outro artigo, duma desmesurada insignificância, que nós transcreveríamos para comprovar tudo o que temos dito da argumentação fútil, da esterilidade das ideias desse jornal, se porventura nos sobrasse o espaço para essas

imperceptíveis inutilidades.

É no nº 299, pág. 2, col. 2, que se lê esse artigo inexplicável.

De resto, censura a tabela dos tributos, mas de tal modo fútil que evitou uma réplica séria.

Nº 35, 9 de Maio

Bejense – Beja, 4 de Maio

Extracta os mais importantes documentos oficiais.

Sem criticar ou emitir opinião, ou aduzir comentámos, relata brevemente os cometimentos da semana finda. Somente quando fala dos descontentes da Póvoa de Lanhoso, escreve: «Meia dúzia de bêbedos... etc.»

Escreve sobre a convenção postal com a Espanha. Escreve ainda sobre alguns factos parlamentares. Insere a relação das dúvidas apresentadas por alguns conservadores com as respostas que as resolvem – relação que fica fazendo parte da portaria de 16 de Abril.

Publica correspondências.

Democracia Pacífica – Elvas, 25 de Abril

Aconselha uma grande deputação que vá pedir a el-rei a interferência do veto às medidas de fazenda e de administração.

Discute com a *Revolução de Setembro* sobre o direito que as câmaras têm de auxiliar o povo e de representar perante o governo, nos momentos de luta constitucional.

Insere um artigo em que, com uma notável desarmonia das ideias do jornal, o seu autor faz uma profissão de fé tributária e policial. Defende os tributos e a polícia política.

Insere boletim parlamentar e correspondências políticas.

Publica um artigo humorístico e satírico sobre os costumes eleitorais.

Folha do Sul – Évora, 4 de Maio

Adula o povo. Continua falando na necessidade dos impostos e diz, com toda a ingenuidade, que é urgente a reforma administrativa.

Acudindo em defesa da câmara, declara (o que é uma verdade) que os cavalheiros que a formam são ilustrados, amigos do povo e são liberais. Não se discutia isso: ninguém o pode nem o deve contestar. Só achamos desventurosas as provas que a *Folha do Sul* dá da sua ilustração do amor ao povo e do liberalismo daqueles cavalheiros, membros da câmara. Diz que são ilustrados – porque reconhecem a utilidade do imposto do consumo: mas o imposto do consumo, como tantas vezes temos explicado à *Folha do Sul,* sem recompensa duma fácil compreensão, o imposto do consumo tem sido rejeitado por todos os economistas, todos os financeiros, todos os que conhecem a alma das sociedades e a história económica; rejeitado como destruidor do comércio, da agricultura, da indústria, da saúde, da liberdade, de tudo o que sustenta e firma o homem na vida social.

Diz mais a *Folha do Sul* que aqueles cavalheiros são amigos do povo e, por isso, não representariam nunca contra uma proposta tributária que faz a felicidade do povo. Duas maravilhas. Em primeiro lugar, o imposto que mata o comércio, a agricultura, a

indústria, a saúde, a liberdade, a fortuna pública, faz, segundo a *Folha do Sul,* a felicidade do povo; em segundo lugar, é uma prova de amizade ao povo o dar assentimento moral às medidas que o oprimem. É uma lógica audaz, mas desditosa.

Em terceiro lugar, diz que aqueles cavalheiros são liberais, e que por isso apoiam a reforma administrativa. Ainda outra curiosidade. É liberal o homem que apoia uma lei pela qual se mata o direito de petição, se aniquila a influência e vida municipal, se reduzem os pobres a miseráveis pela subtracção dos terrenos baldios, se mata o patriotismo pela extinção da vida local, e se dá uma organização política ao país inteiramente avessa à índole livre das nossas instituições administrativas – índole livre que lhe foi dada por outros liberais, liberais que se batiam, que sofriam, que se sacrificavam, que deixavam famílias, bens, fazenda, amores, sossegos, tudo, para se irem bater por um principio, por uma ideia, pela liberdade!

De modo que um homem é ilustrado, segundo a opinião da *Folha do Sul,* quando vai obstinadamente, e sem razões, contra a opinião da filosofia, da ciência, da experiência, da história, etc.; é amigo do povo quando aplaude as medidas que desgraçam o povo; é liberal quando saúda a extinção das liberdades. Curiosidades.

Acresce ainda que a *Folha do Sul* diz que o imposto do consumo livra de impostos vexatórios os alimentos de que os pobres mais em particular se nutrem (textual). Isto é que é inteiramente novo no catecismo ministerial.

Imposto do consumo é aquele que livra os povos do imposto do consumo! E no nº 295, pág. 2ª, col. 1ª, que se vêem aquelas palavras extraordinárias. Deixamos o lugar bem indicado, para governo dos que quiserem ir examinar aquela ideia fenomenal.

Pretende sustentar depois que a câmara, como corpo colectivo, devia ficar indiferente à política do país.

Não o entendeu sempre assim a câmara de Évora, que, em 43, num momento político igual ao de hoje, tomou a iniciativa de apresentar à rainha, quando ela veio ao Alentejo e passou por Évora, uma enérgica petição pedindo a demissão do ministério. Este exemplo foi seguido pela câmara de Vila Franca, e depois por quase todas as câmaras do país. Hoje, a câmara entende de outro modo.

Das suas tradições renega aquela que mais honra popular lhe dava.

Como é que o que se julgava justo, enérgico, maravilhoso, legal e profundo em 1843, é injusto, indigno, ilegal, tumultuoso em 1867?

E digamos: menos motivos havia então para um sério sistema de oposição. Podia dizer-se talvez que vieram outros costumes, outros métodos, outros homens. Não, os costumes são os mesmos; os homens são os mesmos. O presidente da câmara de 43 já não é presidente da câmara de lei em 67, mas nós podíamos ver em todas as resoluções da câmara, em todos os despachos, em todas as suas iniciativas, a influência secreta do antigo presidente do município de 43.

Se a câmara pois não peticionou, não foi por instinto, não foi por convicção, não foi por ideia, não foi por imaginar que ia contra a lei. Não.

Ela sabe que a lei lhe permite a petição, está nas suas ideias que os corpos morais dos municípios pertencem ao país, e como tal não podem ser indiferentes à sua política e ao seu estado; está na sua convicção que uma câmara livre deve representar contra um governo reaccionário. A câmara pensa tudo isto: isto é: pensa-o a influência oculta que a dirige. Por conseguinte, se não seguiu o seu pensamento, se não peticionou, como estava no seu instinto e como fez em 43, é porque foi dominada por ódios imperceptíveis, por desinteligências mesquinhas, por cálculos de ambição, por espírito de obediência, por todos aqueles sentimentos menos límpidos que a *Folha do Sul* atribui constantemente à oposição, na sua linguagem burlesca umas vezes, na sua linguagem insípida outras vezes.

A *Folha do Sul* diz da câmara: os seus actos são-lhe inspirados pela consciência, etc. Mas que consciência é esta que nas mesmas condições, entre as mesmas circunstâncias, muda de ano para ano? E que mudanças dolorosas e decadentes?

Num ano, as suas tendências levam-na para a política do seu pais, para a desgraça da sua pátria, para as infelicidades directas do seu município, para o campo da justiça; e passados anos, as suas tendências só conseguem levá-la para a cultura da peónia e dos manjericões.

O discutir se a câmara, como corpo colectivo, deve ser indiferente ou não à política do seu pais num momento de crise é lamentável. É uma discussão imoral: é o mesmo que discutir se um filho deve chorar ou não pela morte de seu pai. São coisas que só a *Folha do Sul* se honra de discutir; de discutir, leiam – de escarnecer.

De resto, o seu pequeno artigo adula a câmara, aprecia jovialmente a influência do *Distrito,* e dá mais a descrição das grandes transformações de obras feitas pela câmara, e quase nos faz assistir ao espectáculo beatifico da plantação duma papoula pelas mãos da câmara, trémulas de justo orgulho, enquanto em redor, ao largo, as multidões comovidas aplaudem e agradecem! Oh, jovem *Folha do Sul!*

Diz que nós transformámos as suas ideias, atribuindo-lhe estas frases: «Os representantes da nação estão votando de harmonia com o povo.» Nós achámos esta frase tão extraordinária que a transcrevemos. Agora, a *Folha do Sul* nega-a. Também, reconsiderando, a achou extraordinária. No entanto, como prezamos os nossos créditos de verdadeiros, vamos transcrever da *Folha do Sul* o texto exacto da sua frase.

E este:

«Os representantes do povo português estão votando em harmonia com as opiniões do povo que os elegeu.»

Lê-se esta coisa na *Folha do Sul,* nº 293, pág. 1ª, col. 2ª.

De resto, continua contestando a nossa tabela sob a protecção dos nossos sorrisos.

Nº 37, 16 de Maio

Respeitámos sempre a *Folha do Sul:* não pela sua importância política, mas pela probidade e inteligência da sua redacção; mas por mais que se respeite e se cerque de acatamentos um homem, não é digno acompanhá-lo quando ele se transvia calculadamente num lugar infecto e perigoso. A *Folha do Sul* transviou-se da discussão honrosa. Perdeu os direitos ao respeito e à estima das inteligências.

Terminou entre nós todo o comércio intelectual e moral, até que aquele jornal, pela sua conduta nobre, justa e sensata, se reabilite no conceito dos espíritos honestos e lúcidos.

Nº 37, 16 de Maio

Bejense – Beja, 12 de Maio

Descreve, com grande abundância de jocosidades e chufas, a entrada e recepção em Lisboa da comissão do Porto.

Estigmatiza os meios violentos de força popular, e acusa os fautores dos tumultos.

Transcreve um artigo da *Gazeta* em que não poupa as insinuações desgraciosas e cansadas à comissão do Porto.

Dá conta da discussão parlamentar sobre os caminhos de ferro de Douro e Minho.

Democracia Pacífica – Elvas, 11 de Maio

Com justas violências faz acusações incisivas à responsabilidade ministerial e dá um conselho ao rei. Combate nos ministros o seu pouco amor da pátria e o seu nenhum amor da liberdade.

Insere boletim parlamentar e numerosas correspondências políticas de interesse puramente privado.

Folha do Sul Évora, 8 de Maio

Historia a semana política. Agride o *Distrito de Évora.*

12 de Maio

Escreve em louvor amplo do governo. Agride o *Distrito de Évora.*

Nº 39, 23 de Maio

Bejense – Beja, 18 de Maio

Num artigo jocoso ridiculariza o espírito de associação política, e dá conta das alterações feitas ao projecto de reforma administrativa.

Censura que *O Mercantil* tenha lembrado ao rei a sorte de Carlos X, que tinha um ministério com grandes maiorias, e de Luís Filipe, o rei indolente, indeciso e frouxo.

Dá conta dos pormenores da entrada da comissão do Porto. Fala abundantemente no Sr. José Pereira, homem que tem a infelicidade de ser honrado e trabalhador neste pais de inertes e de devassos.

Insere correspondências.

Democracia Pacífica – Elvas, 15 de Maio

Num belo artigo, dizendo que estão cerrados com baionetas todos os caminhos do povo, aconselha a luta.

Todos os tribunais sociais e constitucionais, para onde se podia apelar, estando fechados, sendo a petição inútil porque é sempre seguida da afronta, o único passo a dar é da justa insurreição. Diz excelentemente que o sistema parlamentar **é** a arte capciosa de ligar as vontades sem possuir as convicções. Acusa a necessidade de reformar as nossas velhas instituições, de dar direito de cidade às ideias da nova democracia, e de procurar, enfim, o meio de termos representação nacional.

As palavras deste jornal são um sintoma desta vontade enérgica que vai possuindo os espíritos, vontade de reformação social, ou antes, de ressurreição. Sim, é chegado o momento em que este canto de terra também queira possuir a verdadeira liberdade, queira possuir o livre trabalho, a repartição dos sofrimentos sociais, queira a resolução de todos os problemas da desgraça. Estão gastas as velhas fórmulas de rotina parlamentar: essas evoluções oficiais, sem alma, sem justiça, sem verdade, sem bem, sem protesto, levam o país à indiferença, ao estiolamento, à miséria, à decadência em todos os sentidos, em todas as ideias, ao desmoronamento profundo das almas e à putrefacção das honras. Tudo em Portugal precisa duma reforma profunda. Tudo precisa ser modificado ou alterado, ou recomposto ou criado, sob a inspiração duma outra ideia,

da ideia nova, da ideia democrática, livre e bondosa. E neste sentido que se deve combater, e é sempre nobre que se unam na mesma comunhão de ideias os jornais do mesmo sistema político.

Campeão do Alentejo – Portalegre, 16 de Maio

Acusa violentamente o governo e o parlamento.

Mostra que a política que tem saído da colaboração daquelas duas entidades tem sido uma política deplorável, vergonhosa e destruidora. Pede a queda pacífica do ministério, para evitar uma outra queda, ensanguentada e terrível, entre as fulminações da revolta. Mostra o estado do país e faz por ele ver as questões que se erguerão à superfície, se as mãos rudes e justas do povo forem volver robustamente a nossa política moderna. Faz sentir o perigo, e apenas lhe vê como remédio uma terrível desorganização social, saída das revoltas. Fulmina a câmara dos deputados. Insere correspondências políticas.

Folha do Sul – Évora, 18 de Maio

Elogia longamente a câmara municipal por lhe constar que ela vai, talvez, mandar fazer viveiros de árvores.

Agride o *Distrito de Évora.*

Insere o extracto das sessões camarárias e uma correspondência política.

Nº 57, 25 de Julho

Em a *Folha do Sul* publicada em 13 de Julho corrente lê-se a seguinte notícia – *Crise alimentícia:*

«Houve na quinta-feira uma reunião no paço da câmara municipal eborense a que concorreram as autoridades administrativas e muitos convidados, entre as pessoas importantes da cidade, com o fim de acorrer aos embaraços que pode trazer a falta de boas colheitas deste ano. Dava poderoso motivo à reunião com este fim o cálculo feito sobre a produção do nosso concelho e distrito, que, exportando todos os anos bastantes cereais, não produziram no actual o bastante para consumirem em seis meses. Foi decidido que se criasse uma comissão e um fundo, para obstar a que sucedesse vir a faltar de repente o pão no mercado, e sofrer com isso o povo, que tudo poderá dispensar primeiro do que o seu principal alimento. A comissão ficou sendo composta de pessoas muito competentes. O capital que têm à sua disposição é da câmara, e está destinado para outras aplicações, mas foi levantado enquanto para elas não for necessário, e nesse caso será convenientemente substituído. A câmara obviou assim ao perigo da falta de pão, e tem determinado obviar ao da falta de trabalho, que realmente existe, porque os lavradores não colheram e, por isso, não podem mandar fazer serviços às suas terras, promovendo o desenvolvimento das obras municipais quanto lhe for possível.»

Não vemos que até hoje se tenham dado algumas providências, e a causa de alimentos não tem dilação. O indivíduo não pode esperar um só dia para comer. Conseguintemente, a notícia dada pela *Folha do Sul* não passa de ser uma louvaminha feita à câmara e às autoridades administrativas, género de estilo em que aquele jornal é useiro e vezeiro.

A negligência com que é tratada a causa alimentícia, prova que a câmara e as autoridades administrativas não estão persuadidas que o mal actua já de um modo

poderoso nas classes mais miseráveis da sociedade. Prova que os homens mais abastados se persuadem que a fome não oprime já um grande número de pessoas, e que o mal é provável, e não efectivo.

Este modo de pensar e de ver as coisas procede certamente dos diferentes graus de fortuna em que se acham as diversas classes da nossa sociedade; e procede também do isolamento em que está o pobre, isto é, dessa distância em que o pobre está do rico e do poderoso, entes para quem os males do miserável são um problema, uma dúvida.

Vemos portanto que a reunião da câmara municipal desta cidade em respeito à *crise alimentícia,* começa a ter um efeito negativo, porquanto a carestia das subsistências tem um aumento progressivo; o pão, principalmente, tende constantemente para a alta do preço; e o pão é o alimento principal do Alentejano.

Os salários, que deviam subir à medida da carestia dos víveres, vice-versa, diminuem progressivamente e em muita desproporção da alta do preço das subsistências.

Consequentemente, o espírito do latrocínio desenvolve-se; os roubos vão sendo frequentes, e as ameaças dos pobres contra a ordem e a propriedade ouvem-se já por toda a parte.

Os que vivem no centro da cidade, e que têm ou podem dispor de muitos meios de segurança, poderão julgar que o mal não é tão intenso como é efectivamente; isso depende das circunstâncias especiais em que se encontram e do pouco estudo dos males da nossa sociedade; porém, mais tarde, se não se prover de remédio ao mal, hão-de sentir, talvez irremediavelmente, as consequências da incúria e da negligência administrativa.

Assim pois, como jornalistas, temos o direito e o dever de zelar pela causa do povo, e cumpre-nos por isso apresentar também o nosso alvitre sobre os meios que podem ou deviam ter sido empregados em bem do povo eborense, e em bem da humanidade em geral.

Todos sabem, e já hoje estão convencidos, de que a via férrea é um dos mais poderosos meios de transporte que ate agora têm sido inventados. E pela via férrea que se tem aumentado a zona do aprovisionamento das populações. Os maiores exemplos que podemos apresentar são Paris e Londres.

Consta, portanto, e é certo, que em Lisboa o meio quilograma de pão custa de 45 a 50 réis (e poderá por meio de comissão comprar-se mais barato).

Vemos que os esforços do governo e das companhias comerciais são todos empregados directamente para abastecerem a capital, e que aí é que está o centro do aprovisionamento das províncias.

Conhecida esta verdade, não se deve hesitar um momento: os meios destinados devem ser empregados imediatamente. A câmara, se outros meios não tem melhores e mais rápidos, porque a rapidez é, segundo julgamos, uma circunstância necessária deste negócio, deve mandar vir pelo caminho de ferro pão cozido da capital, e pô-lo imediatamente à venda em Évora. O pão que actualmente se vende na capital deste distrito não satisfaz por modo algum às necessidades dos habitantes. Em comparação com o da capital, é mal fabricado, não tem peso e custa o duplo.

Insistimos pois em indicar que a via acelerada é o mais poderoso meio para se abastecer a cidade.

Paris, segundo refere Mr. Léonce de Lavergne, consome, graças ao caminho de ferro, o leite vindo de 50 léguas de distância.

Quanto é mais fácil e seguro transportar o pão cozido!

Também somos de voto que, sendo a salvação do povo a suprema lei, a câmara, representando ao governo, deve empregar os fundos que tem destinados para outras

despesas; e quando fundos não houvesse, contrair até um empréstimo para pôr o pão mais barato do que corre no mercado, ficando o preço em correspondência com os salários, e pagando a câmara os réis abatidos do preço corrente.

Foi assim que, em favor dos miseráveis proletários e em bem da humanidade em geral, procedeu a municipalidade de Paris em 1853.

Também as câmaras das outras terras do distrito, especialmente as que não estão em ponto imediato com a linha férrea, poderão, se assim entenderem necessário e do melhor modo que as circunstâncias o permitirem, convenienciar com a câmara de Évora para, redobrando os meios e aumentando as forças em comum, chegarem a alcançar o remédio de evitar a miséria do povo e matar a fome, esse dragão terrível que ameaça devorar em suas terríveis fauces as classes mais desvalidas ou as menos favorecidas da fortuna.

O senhor ministro do Reino deve também, nas actuais circunstâncias, visto que o corpo municipal desta cidade mostra tanta negligência no que devia, tomar, mais do que nunca, uma parte activa, dar providências para que se empreguem os meios prontos e se oponha um dique à torrente do mal: é isto que lhe cumpre fazer, para desempenho dos deveres do alto cargo que ocupa.

Pelos maus resultados fica sua excelência responsável moralmente, visto que a lei de responsabilidade ministerial é ainda entre nós uma quimera.

Nº 59, 1 de Agosto

A *Folha do Sul,* em dois artigos consecutivos do seu número 318, toma o nosso humilde jornal para alvo de um tiroteio de ditos facetos e engraçados, mais *agudos* que qualquer tranca.

É difícil, nestas questões de campanário, e atendendo-nos a uma argumentação daquela casta, deixar de descer da altura de uma séria discussão de princípios a um campo mais limitado e mesquinho, onde a individualidade substitui a ideia, e onde o sistema é posposto ao homem. E infelizmente teremos de fazer isto, se quisermos, neste ponto, amoldar-nos à época, aos costumes e aos indivíduos a quem teremos de dirigir-nos.

O colega inegavelmente tem muito tacto nisto de comparações picarescas: aos homens do nosso jornal, chama ele D. Quixotes, o que pressupõe nele certa preferência pelas espertezas lorpas e empresas culinárias do bom Sancho. Há realmente uma classe social, muito conhecida nossa, que deve tomar por empresa, por divisa do seu credo, a pintura no seu escudo de armas do cavaleiro da Mancha derribado pelo escudeiro, porque é símbolo de uma verdade esta vitória do material sobre o espírito: Sancho matou D. Quixote; a frigideira gordurosa das bodas de Camacho substituiu o elmo de Mambrino, e a própria Dulcinea del Toboso, um ideal, transformou-se em Teresa Lourenço, a toucinhada e espadaúda mocetona!

Parece que, segundo a escolha do colega, deverão assim simbolizar-se isto que chamam a «gente do *Distrito* e os senhores da *Folha do Sul«.* Ainda assim não nos rebaixava o paralelo. Sempre preferimos divagar por mundos imaginámos a enlodar-nos em os lamaçais da realidade: sempre preferimos a utopia consoladora e justa a uma governação vexatória, estúpida e desigual; antepusemos sempre o domínio das forças morais ao dos *agentes* da matéria; as sublimes concepções do espírito, as criações da arte, aos abortos de acaso e à rotina dos empíricos.

Não tomamos a questão na *profundidade* em que a achamos: a polémica travada entre os dois jornais estará perfeitamente julgada por quem conhecer os princípios de

ambos; e como, por desgraça, o colega procura mais personalizar do que generalizar a discussão podemos afirmar-lhe que não percebemos as alusões, nem reticências, nem frases sublinhadas com que deparamos nos tais escritos.

Uma coisa poderemos, sim, dizer-lhe sobre esses «pobres de espírito, irrisórios«, de quem o colega quer falar. Parece-nos que não sabe o que vêm a ser esses pobres de espírito segundo a letra do Evangelho, que não é por certo a que serve de guia à gente a quem se encosta o colega. Pobres de espírito, os *beati pauperes* do sermão no monte, são os pobres voluntariamente, os que repartem os bens da Terra para alcançarem os do céu, os que se desapegam das comodidades e das conveniências da sociedade para se santificarem pelo sofrimento, e se purificarem pelo baptismo da verdade.

Não gostamos dessas análises minuciosas à letra de uma discussão séria, onde a matéria dispensa até certo ponto a forma, mas fazemo-lo para que os nossos leitores avaliem por que modo, ligando-nos à doutrina recebida na velha imprensa eborense, teríamos de responder, *verbum ad verbum,* com minuciosidade *ergotística* a um aranzel que pomposamente se chama aqui – um artigo!

Terminamos com uma observação sugerida pelas últimas palavras dos tais artigos: nós também, como a gente que escreveu anteriormente neste jornal, nos dizemos «zeladores da causa do povo«, sem nunca o lisonjearmos, todavia.

E amamos o povo, de que fazemos parte; e enquanto a paixão não obscurecer a fraca luz da nossa inteligência, podemos falar, representar em nome dele, porque os seus interesses são os nossos, porque devemos auxiliar-nos mutuamente a equilibrar o que nos sobra do produto dos esforços: dando a uns a seiva da alma, o ensino; recebendo de outros a do corpo, o pão de cada dia.

Ora conhecer que o povo é forte, bom e sofredor, não é, por certo bajulá-lo; poderão todos dizer o mesmo a respeito daquela *classe* que especialmente defendem?

Crónicas

Nº 1, 6 de Janeiro

A crónica é como que a conversa intima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema nem nexo, espalha-se livremente, pela Natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo baixinho, como quando se faz um serão ao braseiro, ou como no Verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amor, crimes terríveis; espreita porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a Lua, outras vezes alegre e robustamente, como faz o Sol; a crónica tem uma doidice jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está nas suas colunas contando, rindo, palrando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.

A crónica é como estes rapazes que não têm morada sua e que vivem no quarto dos amigos, que entram com um cheiro de Primavera, alegres, folgazões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos falam de tudo, que se apropriam do nosso papel, do nosso colarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fatigam... e que, quando se vão embora, nos deixam cheios de saudades.

Nº 2, 10 de Janeiro

A crónica está satisfeita! E não sabem porquê?

Porque o novo ano se mostra mais razoável que o velho 1866!

É feio dizer mal dos que passaram desta a melhor vida, mas, em abono da verdade, o defunto 66 foi um ano disparatado.

Deu-nos o Inverno na Primavera, a Primavera no Verão e, por fim, o Verão no Inverno!

Mas o ano novo apresenta-se com a face carrancuda, de turvo aspecto, obrigando o oceano a visitar as nuvens, e estas por seu turno a desfazerem-se em água sobre a terra!

Ora isto pode não ser bonito, mas *é* racional, e a crónica é sempre pela razão.

E depois o vir o Inverno a tempos e a horas *é* decerto um penhor que havemos gozar no Verão belos calmeiros para saborear os sorvetes e carapinhadas da Júlia, do Alberto e Couto Braga, se assim aprouver à má economia financeira.

No dia 5, o vapor que conduzia os passageiros de Lisboa para o caminho de ferro do Sul, abriu água no trajecto e obrigou os que vinham no comboio de Évora, Beja e Setúbal, a ficar a passar a noite no Barreiro.

Por esta vez ainda felizmente este sinistro só acarreta graves inconvenientes, mas pode dar-se qualquer dia outro que produza grande número de vítimas.

Há muito que a imprensa clama contra essas carcaças que a companhia de navegação no Tejo ainda conserva em activo

serviço e parece que, enquanto não tiver lugar um acontecimento que vá lançar a

consternação e o luto no seio de muitas famílias, não será aquela obrigada a reformar o serviço dos vapores, visto não querer desistir do seu intolerável monopólio.

Pedimos ao governo sérias e prontas providências.

Nº *3, 13 de Janeiro*

A crónica vem hoje um tanto envergonhada, e todavia ela tem muito que dizer.

Aqui nesta velha cidade, há sempre que contar: romances, crimes, festas, cavalgadas, tudo.

Todos os dias se diz: Évora está morta. Évora é um velho sepulcro. Todos os que vivem em Évora estão finados. Se alguma vez se diz *morreu fulano,* é para se fazer acreditar que até aqui estava vivo. Dizem-se mil coisas neste género.

E, no entanto, nada mais falso. Cada cidadão, como cada indivíduo, tem um modo próprio de viver: um tem uma vida ruidosa, uma vida inquieta, de política, de revoluções, de conspirações; outros têm uma vida activa de indústria, comércios, negócios; outros têm uma vida de maledicência, de pequenas conversações, de intrigas. Évora também tem o seu modo de viver: eu não sei se ela pensou antes de escolher ou se isto foi instintivo – o caso é que acertou. Évora tem uma vida... da cozinha.., da lareira.

Cada um concentra-se... na cozinha: é uma vida patriarcal, feliz, doce e quente.

E de Verão? De Verão todo o Alentejo *não vive:* está entorpecido, está morto, está na sesta.

O primeiro grande resultado desta vida, é que ela robustece a instituição da família. O homem não se espalha, não vive fora, não vai aos cafés, aos teatros, aos bailes: está na sua casa. Estar na sua casa significa ter por única preocupação os seus cómodos, o anseio das suas salas, a boa educação dos seus filhos, a indiferença pelos vizinhos e o amor pelo lar. E significa muito mais: a moralidade.

Nas cidades concentradas poderão ser menos as distracções, nenhumas as conversações amigáveis, pouco o espírito, mas a moralidade ganha: pode-se dizer, sem paradoxo, que a moralidade aparece logo que o espírito sai. Isto não é dizer que Évora não seja uma terra grandemente espirituosa, é somente dizer que ela é imensamente moral.

Há profundas considerações a fazer nos resultados da moral e do espírito: uma pouca de moral não estraga nada; um pouco de espírito – ainda que pouco – estraga tudo. As nações e as cidades caem pelo muito espírito que têm; foi o espírito que matou a corte de Versailles; e a república acabou quando se ia tornando um pouco espirituosa nos salões de Madame Tallien. Tudo assim. O que tem matado a Áustria é que, em Viena, todo o mundo é bastante espirituoso. E agora vejam-se quais são os países que prosperam: a América, a Inglaterra, a Rússia, a Prússia, que são países pouco espirituosos. Isto parece querer consolar o nosso país do seu pouco espírito; mas não, só quer aconselhar-se que se refugie na muita moralidade.

«Mas o que prova tudo isto?» dizia Laplace, ao ouvir uma comédia espirituosíssima. Eis aí uma pergunta que nunca se pode fazer sobre a moralidade: «O que é que ela prova?»

E todavia já alguém nos perguntou:

«Para que serve a moralidade?»

Ao que lhe foi respondido:

Para não fazer dessas perguntas.

*

* *

Uma boa notícia a dar é a nomeação para administrador de Almodôvar do Sr. Manuel Carrilho Garcia. Ele foi condiscípulo e amigo na vida de Coimbra do director político deste jornal. E um moço que tem duas adoráveis e supremas qualidades: a inteligência e a bondade. Infelizmente a crónica não tem muitas destas nomeações a arquivar: a escolha dos administradores é delicada e difícil, pelo seu contacto com os pequenos interesses, pela união intima com o povo, pela ingerência que têm nas suas questões, nos seus negócios, é necessário unir qualidades proveitosas e diversas: a bondade, a inteligência, as boas maneiras, o conhecimento do espírito popular, da sua índole, das suas teimas; precisa ser conciliador, afável e austero. Eis aí o que a crónica tem a contar, ela é um tanto orgulhosa não lhe importa certos pequenos factos, certos insignificantes movimentos, certas imperceptíveis acções que muitos arquivam. O que lhe importa são os factos que venham cheios dum melhoramento ou dum progresso, ou duma manifestação de elevação moral, de honra ou de profunda dignidade – é o que lhe importa.

Diz-se que nos arredores da cidade vagueiam alguns salteadores, que intramuros, além de um desertor, têm ultimamente aparecido firmas suspeitas; coincide com isto o roubo numa horta próxima à Quinta do Alcaide, com a circunstância agravante de ser praticado às duas horas da tarde, e o roubo realizado no monte da Silveirinha. De noite, quem transita nas ruas da cidade vê-se acometido por homens vigorosos e robustos pedindo esmola, dizendo que não encontram trabalho e perseguindo com *notável* insistência.

As praças licenciadas de reserva não têm, ao que parece, encontrado (as que os procuram), serviços em que ganhem para o sustento da vida.

Tudo isto produz uma vagabundagem numerosa, e a segurança individual não está ao que parece garantida nem dentro nem fora da cidade.

Pedimos providências; quem poderia hoje sofrer que se voltasse aos tempos em que o cidadão andava de trabuco debaixo da capa, e em que os esquadrões iam em massa fazer montarias aos salteadores?

Que tristes e aborrecidas, estas noites de Évora! O nosso teatro, ruim como é, está fechado, e a estas horas estarão cobertos de bolor os seus dourados papelões!

Quis talia fando remperet a lacrymis!

Naquela elevada capoeira andará esvoaçando alguma coruja solitária, ou algum mocho fará ouvir o seu piar pressago e sinistro.

As cordas dos lustres, o próprio Giraldo, o herói desta terra, terá sido invadido por algum regimento de ratos, e aquele opulento cenário está a estas horas danificado pelo gélido contacto das paredes!

Oh!, ditosos tempos da Pastor e dos Gonçalves, que saudades, que lembranças nos trazeis constantemente à memória!

Não temos teatro, não podemos nesse passatempo instrutivo passar uma parte destas noites intermináveis, não temos o gosto de deleitar a vista naqueles camarotes vazios e de nos espreguiçarmos languidamente naqueles confortáveis bancos de pinho...

Já nem ao menos há um prestidigitador, discípulo de Herman, que venha, rodeado de prestigio, apresentar-nos espectáculos de uma originalidade inimitável.

Paciência, tudo que é bom passa depressa. Este mundo é um verdadeiro vale de lágrimas.

Nº 4, 17 de Janeiro

Segundo as notícias que recebemos do nosso correspondente de Portel, a insegurança da propriedade e do cidadão que paga tributo para a conservação dos poderes estabelecidos é extrema.

Na vila houve num dos dias da semana passada tentativa de roubo à casa de Ana da Quinta, moradora nos arrabaldes.

Na hora em que a mulher, vigilante e atenta aos cuidados da família e da vida doméstica, trabalhava auxiliada pela esmorecida luz de uma candeia, a mão rapace do salteador, certa da inutilidade e adormecimento da policia, tentava arrombar-lhe as portas para lhe extorquir o fruto de seu trabalho, de suas vigílias e economias.

No concelho da mesma vila, foi roubado o caseiro residente no monte do Hebolar. Esta notícia já a vimos publicada na *Folha do Sul,* jornal. que se publica nesta cidade, mas como o nosso correspondente nos transmite um maior número de circunstâncias e de casos praticados pelos malfeitores. por isso a publicamos no nosso jornal. *Distrito de Évora.*

O nosso correspondente conta que os ladrões se apossaram do monte, maltrataram o caseiro, ferindo-o profundamente na cabeça. Roubaram-lhe o valor de 18 a 20 mil réis.

Vinte e sete lençóis. ouro e toda a roupa. além da carne de dois porcos que o pobre homem tinha para o consumo da sua casa. Em que circunstâncias ficou aquele pobre colono que, arrostando com os trabalhos penéveis da lavoura e da vida dos campos, foi a falsa fé despojado por parasitas desmoralizados e inimigos da família e do homem honrado que trabalha, e abandonado ao mesmo tempo pela polícia ou pelo governo, que a não organiza expedita e de todo o ponto conveniente para a segurança da propriedade e do cidadão!!

Pedimos pois ao governo pronto remédio para este mal que se dá em toda a parte da província.

Sem polícia, todas as garantias do cidadão são inúteis.

Nº 5, 20 de Janeiro

A crónica pouco sabe hoje na ausência do cronista, que por alguns dias foi para o campo. E de resto, nós vamos atravessando uma época em que a crónica pouca importância tem: a importância e a consideração, e a atenção, vão, segundo as épocas, duma a outra secção dos jornais: hoje o folhetim, amanhã o artigo de fundo, depois a crónica, depois os anúncios; cada um destas partes do jornal tem ou deixa de ter importância segundo o estado dos espíritos, a estranheza dos acontecimentos, a ociosidade ou actividade pública; e quando a atenção pública se volta para qualquer destas secções, só ela é lida, só ela é comentada: é a primeira que se procura com a vista quando se recebe o jornal; é aquela que as meninas lêem às mamãs; é aquela de que se fala nas salas, que medita nas câmaras, que se discute nos botequins e é sobre ela, e não sobre outra, que os velhos adormecem; dela é que os redactores dos jornais cuidam; nela é que se esmeram os tipógrafos. Assim, por exemplo, em tempo de guerra, a única secção atendida é a da *política estrangeira:* ela sabe isso, apresenta-se com grandes períodos, frases pomposas, notícias disfarçadas cheias de importância e de vaidade; acaba a guerra, aí a vemos nós, magra, tímida, assustada, contando pequenas coisas com pequena voz, escoando-se por entre as colunas do jornal, envergonhada e apupada!

Em tempo de guerra de ministério, chega a vez ao artigo de fundo; ele toma então ares de pessoa importante, sacode a cabeleira, assesta os óculos, toma voz doutoral, prega, tosse, escarra, ronca solenemente, majestosamente, tudo o procura; todo o mundo o consulta, todo o mundo abre para ele grandes olhos e grandes ouvidos.

Passa a crise ministerial; aí começa o triste a ser desprezado: primeiramente são os olhares de fastio; olha-se para ele, diz-se: «Ora o inútil!» Depois são olhares de incómodo e diz-se: «Ora o maçador!» Depois, olhares de zanga e diz-se:

«Ora o importuno!» Finalmente olhares de raiva e diz-se:

«Ora o infame!» E amarrota-se o jornal.

Em tempos de paz, de teatros, de passeios, quem reina é o folhetim: é adorado, é querido, é beijado, é suspirado, é cantado, é dançado: uns dormem abraçados a ele, outros decoram-no, outros forram a alcova, fazendo dele estojo precioso. Pode ele ser horrivelmente insípido, como quando é o Sr. Santos Nazaré que os escreve; ridiculamente pretensiosos, como quando é o Sr. Chagas; bocejadoramente alambicados, como quando é o Sr. Júlio Machado que os suspira; é mesmo ele o querido; ele é o idolatrado. Por fim vem o verão, o calor, o campo, e morre o *folhetim:* os folhetinistas são assassinos; as mulheres embirram com ele, os homens olham para ele desdenhosamente. Nesse tempo, na redacção, todo o mundo embirra com o folhetim: o revisor troca-lhe maquiavelicamente a pontuação, o tipógrafo faz um distúrbio: se o Sr. Júlio Machado tem no original, por exemplo «Oh!, Lua, tu és doce!», ele escreve com um riso terrível: «Oh!, doce, tu és luar!»

Se algum outro narrador diz, terminando uma história horrível de tédio: «moço atirou-se ao rio com as pernas trémulas» – os malditos compõem esta frase monstruosa: «O rio com pernas trémulas atirou-se ao moço.»

Ora isto tudo foi para dizer que hoje que o imperador Napoleão está moribundo, que a Espanha está em vésperas duma revolução terrível, que Roma vai deixar de ser Roma, que a Rússia devora nações, que o ministério português está numa crise de monotonia e de estabilidade, etc.; a crónica nenhuma importância tem. Com que findo aqui.

*
* *

Quando ultimamente *n'Os Miseráveis,* Victor Hugo descrevia pomposamente e quase tragicamente a canalização de Paris, havia na imprensa e na crítica francesa um sorriso de bondade como por aquela fraqueza de grande génio. E no entanto nada mais verdadeiro.

Hoje as canalizações das grandes cidades constituem uma riqueza extraordinária, um *centro* de mistérios, uma outra cidade e uma vida subterrânea.

Ali alojam-se homens de vida desconhecida, sociedades de roubo e de exploração; ali há riquezas fabulosas, cantos e recantos misteriosos, construções, caminhos, rios, lagos e trevas. Os homens que têm entrado na canalização de Paris, de Londres, de Nova Iorque, têm vindo aterrados como se tivessem feito uma viagem ao inferno. São verdadeiras cidades com os seus habitantes, os seus animais, as suas ruas, as suas praças, os seus veículos, etc.

Em Nova Iorque – contam os jornais americanos – dois homens e uma mulher intentaram uma viagem de exploração, donde queriam voltar ricos. Podiam ir à Califórnia, ao Egipto, ao Oriente; no entanto, foram mais perto, a uma viagem mais pequena e não sem riscos: desceram à canalização da cidade. Por lá andaram, viveram, trabalharam, exploraram; tinham ido miseráveis, voltaram trazendo quinze sacos cheios de objectos preciosos: o que eles trouxeram tem o valor de 1500 contos.

Tanto se pensa no meio de fazer fortuna e estes homens, tão ricos, o que fizeram para isso? E bem simples: mergulharam um pouco na porcaria pública.

Foi assim a epopeia dos canos: Mary Walker, rapariga de 18 anos, foi quem teve a

ideia de ali procurar fortuna. Não podia ir só. Há muitos anos um judeu chamado Schwartz tinha intentado também a exploração dos canos só, mas nunca voltou. Por isso Mary Walker convidou o seu irmão, rapaz de 16 anos, e um velho chamado Michael Grady.

Não se podiam aventurar naquela viagem terrível sem estudos, sem experiência, sem conhecimento dos caminhos. Por isso, durante muito tempo, estudaram, numa planta de canalização, as ruas, as praças, os cantos daquela região terrível – distribuíram a exploração por dias. Uma noite resolveram começar, e pela madrugada entraram por uma abertura ao pé de Houston Street. Depois separaram-se cada um pelo seu caminho, ficando de se reunir numa certa encruzilhada. Andaram assim muitos dias: tinham arranjado 15 sacos de preciosidades; Mary encarregou-se de as levar para a cidade, e o irmão e o velho deviam prosseguir na parte não explorada.

Na ausência de Mary, eles conseguiram ainda encher seis sacos, mas um dia o velho perdeu-se, ou morreu, e nunca mais se viu.

Quando Mary voltou e achou o irmão só, resolveu não continuar: era inútil, estavam ricos, tinham 1500 contos.

Tinham encontrado anéis riquíssimos, pulseiras, brincos, pedras soltas, dinheiro, moedas antigas, mil coisas sem nome e de supremo valor.

Isto vai talvez começar um novo período de explorações: acaba o Peru, o Brasil, a Califórnia, as minas da Oceânia, tudo isso são lugares onde se gasta a vida e onde se empobrece; ali nos canos, não: a exploração é a riqueza; dentro em pouco, nos canos, estabelecer-se-ão colónias, moradas, instituições – e talvez a civilização futura saia dos canos.

Nº 6, 24 de Janeiro

Foi no domingo, 20, o segundo baile de máscaras desta época no teatro eborense. Que afluência, que abundância de *espírito!* Como aqueles *elegantes* dominós passeavam *airosamente* no centro daquele *esplêndido* salão! Como os olhos e os novos *costumes* ali ostentavam toda a sua guapa galhardia!

As intrigas finissimas, os enredos espirituosos, sucediam-se com uma difusão admirável!

Aspirava-se lá o ambiente dos salões da corte de Luís XV! Pressentia-se, admirava-se, o voluptuoso murmúrio dos roçagantes vestidos das Pompadour e Du Barry!

Esteve.., um baile suculento de trivialidade e até... francamente: duma originalidade *sui generis!*

Mas os papelões limparam a ferrugem das soberbas douradouras e o Giraldo, de espada em punho, galgou de entusiasmo até ao tecto do salão do *segundo andar!*

*
* *

Cobriu-se-nos o coração de luto quando um destes dias entrámos à porta do Rossio: as gloriosas quinas de Ourique, o importante mata-mouros e mouras do outeiro de S. Bento, tudo se vai desfazendo, e aqueles magníficos baixos-relevos desaparecerão em breve, e sem ao menos deixarem de si a memória devida aos grandes monumentos da sabedoria humana!...

*
* *

Outro dia, passeando o cronista com um indivíduo recém-chegado a Évora, perguntou este: que edifício é este, quadrado, de forma singular, mas tão bem rebocadinho da cabeça até aos pés? E o cronista respondeu envergonhado: é a torre de Sertório!

Nº 7, 27 de Janeiro

Estamos em perfeita calmaria! Em calmaria, dirá o leitor estupefacto, em calmaria com essas ventanias desabridas que sem cerimónia alguma nos arrebatam os chapéus da cabeça e obrigam a embocetar-se as elegantes a ponto de não poderem ir à missa! E verdade, é verdade, bem vemos que o vento, com os seus excessos antipudicos, tendo deixado cair de costas o carcomido Eolo, se anda por aí pavoneando muito à sua vontade. Bem vimos outro dia os honrados suínos mergulhados na lama até às orelhas, esperando aflitos o momento de ter a honra de ser transportados pela locomotiva e de ouvir de perto aquela desafinada trombeta que muitos têm o mau gosto de chamar trombeta do progresso; bem vemos essas intermitentes atmosféricas, que já levaram o nosso pátrio e pacifico Xarrama a inundar as veigas vizinhas, a ameaçar de inundação a alfândega e todo o bairro baixo, percorrendo na sua impetuosa corrente o espaço de 15 milhas e meia por hora; bem vemos e vimos tudo isso, mas a crónica é que está em perfeita calmaria... de notícias.

Nº 8, 31 de Janeiro

O homem põe e Deus dispõe, diz o adágio; mas nós dizemos agora: o cronista põe e os senhores tipógrafos dispõem!

São temíveis! No número 6 obrigaram a crónica a dizer, entre outras coisas bonitas, que no baile de máscaras se pressentia e *admirava* (!) o voluptuoso murmúrio dos roçagantes vestidos das Pompadour e Du Barry!

Pressentia-se e admirava-se... Isto é atroz.

Mas a crónica meteu a viola na saco, pediu ao céu resignação e dispôs-se a sofrer resignada as fraquezas dos vizinhos da oficina.

Mas, agora, no número 7, fazem-me uma cabriola horrível e arvoram um rapaz que foi visitar uma bisavó centenária, o fogo da secretaria do reino, o cabido da sé metropolitana, o Peru (até o pobre Peru) e o movimento clínico dos enfermos do hospital, em crimes e delitos! Que miscelânea! o Peru, o meu saboroso Peru arvorado em crimes e delitos!

O excelentíssimo cabido sem piedade no rol dos crimes, na fúnebre estatística dos crimes e delitos.

Que desapontamento, senhores tipógrafos. Os senhores não terão conhecimento dos mandamentos da lei de Deus?

Não saberão que o bom cristão deve amar o próximo como a si mesmo?

E os senhores não amam o próximo! Obrigam-me a ter zangas consideráveis; quem se zanga, peca, e os senhores são os responsáveis pelos meus pecados perante os homens, perante Deus.

Senhores tipógrafos, não sobrecarreguem as suas consciências: cautela, muita

cautela, que a Quaresma já não vem longe.

*
* *

O dia estava esplêndido! Era um dia mais belo, mais inspirador que os decantados dias de Maio! Por entre os maciços de verdura redemoinhavam, seguiam, passavam, volteavam, rápidos grupos de donzelas, falando, rindo, namorando, e deleitando os olhos aos membros do sexo forte, que passavam, contemplando-as em todo o esplendor da beleza, em todo o frescor da mocidade, em toda a sua vaidade da ternura, em todo o ideal da poesia...

E ali junto de um nodoso tronco, naquele banco, estão duas senhoras idosas em *amena* conversação com um rapaz, que, curvado, alambicado, com frases estudadas a noite antecedente, apresentando perfeitamente a figura do C. do Sr. Castilho, de botinha esticada, de chapeuzinho à cabeça, de paletó, que deixa a descoberto a parte posterior e mais elevada da pernita afunilada, de imaginária suíça; elas, as senhoras, caladas, seguindo com vistas enlevadas mas cuidadosas um grupo de senhoritas, que riem e passeiam distantes, e para onde o *espirituoso* e *elegante* mancebo deita de espaço a espaço olhares ávidos e atoleimados.

A esquerda, no imenso lago, na água perfeitamente sossegada, sem que a sua superfície seja ao menos levemente encrespada pela brisa do norte, os peixinhos nadando à flux, mirando satisfeitos aquele sol criador! E abundante cascata lançando a jorros a água por entre aquelas fragosas penedias, por entre aqueles rochedos alcantilados.

Ao oriente e norte, majestosos edifícios, grimpas altíssimas, coruchéus elevados até às nuvens limitando o horizonte; ao sul e ocidente, veigas extensas e verdejantes, limitadas ao longe pelas cordilheiras, e sobre tudo isto a abóbada azul-celeste, daquele azul que não tem igual na Terra, e o imenso farol do universo, derramando nos mundos a vida e a existência a todos os seres dos diversos remos da Natureza...

Mas, senhor cronista, acabe com essa estopada! diga aonde viu isso? Foi no Bosque de Bolonha, nos Campos Elísios, em Versailles ou Tnanon, em Hamburgo, em Milão, no Escurial ou no Retiro?

É verdade.., não, não foi: acabei de cair das nuvens como o inexperiente filho de Apoio! Não foi... E para acreditarem que foi no nosso passeio público bastará dizer-lhes que nem ao menos lá havia música!...

*
* *

Diz Victor Hugo na sua carta aos habitantes da ilha de Candia: «Grécia completa, a Itália completa, Atenas no cume de uma, Roma no cume da outra, eis o que nós, a França, devemos a nossas duas mães! E uma divida, a França a pagará!» E uma dívida, não da França, mas da civilização! E uma dívida, não de um país, mas da humanidade culta. A França tem visto algumas vezes, a seu pesar, a obra da unificação e emancipação da Itália, e a Grécia, pela sua parte, pouco, muito pouco deve às armas, à influência da França.

E uma dívida, uma dívida sagrada, mas a parte que tem tocado à França na sua solução não é talvez a mais nobre. A influência da casa de Áustria deu durante séculos bastantes cheques à política francesa, e a humilhação daquela tem sido, durante consecutivas épocas, a divisa, a causa motor dos maiores arrojos desta política, tem sido

o pesadelo horrível e continuado, o fantasma sinistro, uma ideia terrível e imutável dos estadistas da França.

É uma dívida de gratidão, de dever, de amor filial, mas não é França ou a Grã-Bretanha, com os seus desígnios egoístas, que hão-de pagá-la: é uma letra do antigo mundo sobre a posteridade, quem a paga é o progresso.

Este não imita, não se liga ao passado, presta-lhe o culto, a admiração devida quando foi grande, quando foi sublime, e aos elementos que ele deixou comunicar a seiva das novas ideias, dos novos conhecimentos, fá-lo rejuvenescer, regenerado, mudado, transfigurado, representando o futuro.

Se não adoptamos V. H. como francês, sempre o adoptaremos como o filho dilecto da liberdade; Roma e Atenas livres são as maiores garantias que ela amanhã pode dar para a marcha progressiva da civilização.

Nº 9, 7 de Fevereiro

A Feira de S. Brás

Quem me diria nos meus primeiros anos, quando eu me reputava feliz em ir ao Rossio comprar um lanceiro de barro, uma farfalhuda primavera, em furtar algum ganchinho para meia, quando me extasiava ante um pretinho arvorado em paliteiro, que ainda havia de ter à minha disposição uma crónica para descrever, para *cantar,* a Feira de S. Brás!

Este ano teve ela um terrível rival no passeio público; roubou-lhe muitos atractivos, muitos encantos!

O passeio apresentou nesses dois dias lindíssimos um carácter quase exclusivo; a Feira de S. Brás foi quase exclusivamente também o verdadeiro arraial popular.

Naquele, as elegantes *toilettes,* as mil variedades da moda, caprichosa e volúvel, o voluptuoso rugir das sedas, as plumas ondeantes, as fitas de mil cores levemente agitadas por uma brisa quase imperceptível; nesta, a popular capa e lenço, a despretensiosa criolina, os festejados ramalhetes de laranjas matizadas com as folhas verdes-escuras da laranjeira.

Naquele, a música desdobrando em notas, em sons, em harmonias, as concepções de talentos mais ou menos vulgares, mais ou menos festejados; naquela, um burburinho, um bulício incessante, os assobios que os rapazes tinham o gosto de soprar a troco de uma de X, a animação, o movimento continuo, a gargalhada franca e expansiva.

Naquele, a variedade dos vestidos, a verdura, as poucas flores da estação, produzindo um matiz encantador; naquela, o gracioso ondeado dos lenços alvíssimos, aqui e além a distância uma ou outra senhorita em corpo, uma ou outra *toilette* mais ou menos moderna, e no meio de tudo, alguns raríssimos grupos de senhoras do mundo elegante, fugidas por um momento à sua pequena especialidade, ao pequeníssimo mundo do passeio; e, para completar este quadro variegado, as bancas dos bonecos com as suas cores brilhantes, com os seus dourados, com as suas formas desvairadíssimas e caprichosas.

Naquele, os minguados tapetinhos de verdura, as árvores raras e despidas das galas das pompas da folhagem, as placas nuas sem elegância; naquela, as clássicas barracas recheadas de ovos cozidos, sardinha frita e vinho carrascão, as bandejas e canastrinhas dos esquisitos e patuscos bolos de morango e mel, e os compridos estendais de panelas, potes, pucarinhos, e, em suma, de vasos de diversíssimas qualidades, gostos e feitios.

Eis aqui o que é a Feira de S. Brás.

Embora venha o passeio disputar concorrência com ela, ela; é a festa popular, ela é uma das mais queridas diversões da monotonia insuportável que pesa constantemente sobre o mundo eborense; ela perfaz por si só uma das tão raras épocas em que em Évora o homem conhece a mulher, em que vive com ela e perto dela, em que os dois sexos se confundem. momentaneamente, em que se ri, em que se folga, em que se mostra por instantes a vivacidade aliás tão própria dos povos do Meio-Dia.

A Feira de S. Brás é tão popular que até o *pai* Luís, o nosso velhinho *pai* Luís, lá andava este ano, rindo também, coitado, porque via rir, porque ele, a pobre vítima da civilização europeia, andava talvez quase morto de fome, quase nu, coberto apenas por miseráveis andrajos, mendigados e obtidos talvez à porta do hospital ....

Para quantos será hoje a feira uma recordação saudosa?

Aqueles que sentem bem vivas no coração as mais ledas aspirações da mocidade, que nos respondam!

Para a crónica é talvez uma recordação porque ao menos; teve de que falar ....

Saudemos ainda essa acumulação de tão diversos tipos, volvamos ainda um olhar sobre a animação e alegria que reina naqueles dois esplêndidos dias em torno à velha ermida, vejamos os últimos raios daquele sol desaparecendo no ocidente, e como que despedindo-se com saudade daquele festivo espectáculo, vejamos os grupos, os ranchos femininos desfilando pela Rua do Paço, e da cortina do passeio digamos afinal o último e extremo adeus à Feira de S. Brás.

*
* *

Esteve um dia lindíssimo na quinta-feira!

Três patuscos não puderam resistir à influência daquele sol benéfico e, depois de percorrerem em quase toda a sua extensão a ultraprosaica Rua do Cano, saíram à Porta de Alagoa.

Um dos três ainda ali não fora, e ficou agradavelmente surpreendido. Ante ele desdobrava-se um longo espaço de estrada real flanqueada por dois formosos renques de árvores, a esquerda uma elegante casa de campo, à direita o majestoso aqueduto sertoriano, e na frente, para os lados da estrada, uma parte da mais bonita zona das cercanias de Évora.

Como era quinta, os três foram à Quinta da Piedade, pediram para lhes ser permitido um passeio na quinta: foi-lhes graciosamente concedido.

Passearam, gozaram aqueles diversos e magníficos pontos de vista e saíram daquele lindíssimo recinto unicamente contristados por não terem encontrado violetas, florzinha apreciada pelos três patuscos.

Ao chegar de novo à Porta de Alagoa, esperava-os uma cena desagradável: as pobres lavadeiras, que andavam estendendo e recolhendo a roupa, acumulavam-se, gritavam, gesticulavam!

Era o caso que uma daquelas infelizes acabava de ser roubada, despojada de quanto possuía.

Roubada em sua casa, dentro da cidade, em pleno dia, as duas horas da tarde!

Eis aqui um exemplo de como está garantida em Évora a segurança do indivíduo e da propriedade! Eis aqui como a desmoralização caminha, certa não sabemos se ... da

indolência da autoridade, se talvez mesmo ... da impunidade!

Daquela cena triste e destas ainda mais tristes reflexões foram desviados os passeantes por uma ideia extravagante.

Disse um deles: não sabia que havia em Évora banhos de chuva!, e apontava para a parte mais elevada do aqueduto, de onde se precipita uma grande porção de água!

Banhos de chuva, não, respondeu o outro.

Aquilo é previdência, são ... refrescos municipais.

Nº 9, 7 de Fevereiro

O correio trouxe-nos duas tristes notícias: a morte de Ingres e a morte de Cousin. Cousin era o chefe da filosofia ecléctica, Ingres era quase o chefe da escola da pintura francesa. Ultimamente Cousin tinha abandonado a filosofia e dava-se todo ao estudo dos tipos femininos célebres do século XVII. Ele adorava aquelas mulheres divinamente belas, divinamente poéticas, divinamente espirituosas.

Escrevia aquelas monografias, que eram verdadeiras revelações sobre a vida e sobre as tendências do século XVII.

Ingres era um dos maiores pintores de França. Morto ele, fecha-se o ciclo da grande pintura.

Quem sucederá hoje? Os desenhistas de romances? Não. Só vemos – Gustavo Doré. É um fantasista, um desenhador humorístico. Ainda que nas suas últimas obras, na ilustração da Bíblia, na ilustração de Dante, ele tem mostrado todas as qualidades de grande pintor, a concepção elevada, o ideal, profundo conhecimento das raças, dos tipos e das formas da paixão, profundo sentimento da poesia grandiosa.

O seu carácter é todo de idealismo e de romantismo. O seu espírito é levado instintivamente para aqueles poetas que caminham no mundo das puras idealidades e das abstracções terríveis. Ingres dava-se à pintura moral, e uma das suas grandes obras é a apoteose de Homero.

Vai-se assim perdendo a pintura em França com a morte de todos aqueles que foram as constelações da grande escola de 1830.

Nº 10, 10 de Fevereiro

Em Lisboa publicou-se um jornal, *A Independência Nacional,* e formou-se um partido, A Liga Patriótica. Deus permita que sejam dois nobres símbolos; que findem, pela *Independência,* todos os boatos de política de absorção; e que haja para sempre, pela Liga, reunião, como partido político, dos homens honestos.

A formação do jornal *A Independência* e do partido A Liga, ao mesmo tempo, deve significar isto: que só os homens honestos é que conservam a independência, e que 50 no meio da independência nascem os homens honestos.

*
* *

Foi no dia 31 de Janeiro justiçada em Madrid a ré Vicenta Sobrinho y Rodríguez, acusada de ter assassinado sua ama.

Felizmente a crónica pouca vezes regista destes crimes horríveis, que são uma afronta à civilização, um desmentido pungente ao progresso. A população de Madrid

bem claramente demonstrou a irritação de que estava possuída pela, atitude expressiva que tomou no dia do julgamento.

A ré assassinou sua ama porque lhe dera um empurrão e ralhara com ela por achar falta de sal na sopa.

À meia-noite dirigiu-se ao leito em que a ama dormia e, depois de a ferir com uma faca, estrangulou-a com um lenço (o thugismo estará ramificado em Espanha?) e, tendo-a colocado sobre um colchão, ficou por largo espaço junto dela, contemplando, comprazendo-se talvez com o estertor da agonia da sua vítima!

Seria aquela uma criatura humana? Seria sobretudo uma mulher?

A mulher, que nós dizemos ser a nossa consolação na adversidade, o nosso conforto nas grandes dores, a ideia, o pensamento fixo da adolescência, que é a única alegria real e douradoura, a única e adorável felicidade da juventude, o amparo, o arrimo da velhice, da decrepitude; a mulher, trasmudada assim numa víbora, num cancro da sociedade, num flagelo desolador!

Porque não será a mulher, sempre, a numeia de esperanças, a emanação mais pura e sublime da divindade?

*
* *

No dia oito, pelas 11 e meia horas da manhã, entrou nesta cidade um destacamento de infantaria de linha comandado por um oficial de caçadores! Bem se vê que, depois das manobras de Tancos, o nosso exército ficou soberbamente organizado. Podemos na verdade ir guerrear afoitamente a Cochinchina!

*
* *

Vai à exposição de Paris uma custódia e um báculo pertencentes ao cabido da nossa sé metropolitana, e a porta do coro da mesma sé! Consta-nos que também pretendiam que fossem as duas mais ricas alfaias daquela igreja, isto é, a cruz de brilhantes e um cálix antiquíssimo de ouro, para ir figurar na exposição, mas que o senhor arcebispo interpusera o seu veto!

Mas o que irá a custódia e o báculo e a porta fazer à exposição?

A custódia é do século XII: irá demonstrar o aperfeiçoamento das artes em Portugal no século XII?

A porta e o báculo são também muito antigos; irão demonstrar que temos adiantado, cultivando as belas-artes na época actual? Vão alguns objectos feitos há pouco para se fazer a confrontação?

Será muito pior, não podemos deixar de fazer uma figura ridícula junto de nossos avós!

Haverá, como por aí se diz, especulação?

Mas isso é ignóbil, contudo não é impossível. Julgamos que a exposição é para animar todas as indústrias, para animar a concorrência, para estabelecer o estimulo e a emulação; as exposições são para o futuro, decerto que não se deve nelas render culto ao passado.

A exposição não é um museu arqueológico; simboliza o progresso dos povos, fraternizando por alguns dias!

A França deve ter preciosidades, tesouros imensos, tem a exposição em casa, mas é de presumir que não vá lá ostentá-los, porque antepõe sem dúvida a sensatez ao

desvanecimento esquisito e pouco racional.

Nº 11, 14 de Fevereiro

No domingo tocou no passeio a charanga de Cavalaria S. Quando a nossos ouvidos chegavam as temas melodias de

Verdi, quando escutávamos aquelas lindíssimas harmonias do trovador, umas vezes suaves como a brisa do cemitério, outras vezes rugindo como a tempestade, a charanga era uma orquestra, mais que uma orquestra, era um órgão.

Qual será o coração que, conhecendo a ternura, que, sentindo bem vivo na alma o sagrado fogo da poesia, não sinta, não se inspire duma melancolia vaga, indefinida, ao ouvir aqueles finos trechos, aquelas predilectas concepções dos maiores maestros?

É desses o *Miserere* do Trovador!

Se é uma cantora hábil, se é uma voz argentina, extensa, se é uma actriz, precedida de renome e seguida dos aplausos, que traduz os pensamentos dum grande homem, é belo, é sublime, é admirável!

Mas se é num instrumento ingrato que o indivíduo os traduz cabalmente, quando esse instrumento desfere notas, que só por si só são um hino imenso, que, chegando a iludir completamente os sentidos, simulam o gemido da aflição, a expansão de alegria, o grito de dor, o desfalecimento da suprema angústia; e em tudo revelando em cada compasso, em cada nota, os mais delicados sentimentos do autor, os seus pensamentos mais velados, mais recônditos, então é grandioso, magnífico, é humanamente inexcedível; e esse indivíduo o que é? Muitos dirão: um herói! Nós não, dizemos: é um grande talento, é um génio, é um artista!... Esse nome, hoje tão vulgarizado e tão raramente compreendido, merece-o ele, como merece Meyerbeer, Rafael de Urbino, Miguel Ângelo ....

A charanga tocou também a elegante polca moderna em que o nosso prezado amigo Vitorino Cordeiro mostrou os seus vastos recursos na execução difícil, a sua inteligência na concepção ainda mais difícil! É uma polca!, simplesmente uma polca, ...

A música é verdadeira poesia!... Há um trechozinho naquela polca que nos pareceu (esquisitice sem dúvida!) como que um grito doloroso, um suspiro agudo e prolongado, de quem lamenta sem esperanças a dissolução da nossa sociedade ....

De resto, o passeio nada ofereceu de notável, a pouca concorrência do costume, a monotonia proverbial, e aquele misto de pedantismo e sensaboria que também caracteriza a nossa terra.

*
* *

No domingo houve fartura de espectáculos!

De tarde, cães, ursos, touros, burros, homens nus; à noite, baile de máscaras!

Dizem que a canzoada não prestou; não têm razão, não souberam saborear! Cá por mim, quando vi o domador dançando com o seu urso, deu-me gana de cantar «ponha aqui ponha aqui o seu pezinho».

Também foi o melhor!

E o baile de máscaras?

Razoável, contra o costume. O passeio foi (excepto música, notem bem) a sensaboria da tarde; o baile d máscaras deixou desta vez de ser a sensaboria da noite!

Nº 11, 14 de Fevereiro

Consta-nos que no dia 7 alguns párocos das freguesias rurais do concelho de Évora chegaram aos paços do município, para onde tinham sido convocados para se proceder ao novo recenseamento militar; acharam-nos desertos! Nem vereação, nem presidente, nem recenseamento, nem coisa alguma que indicasse ter sido uma coisa séria a tal convocação!...

Havia luto público, que previamente se não pode prever?

Nada; houve uma caçada de lebres!

Quando os párocos abandonaram as freguesias para vir exercer um dos seus mais sagrados direitos, uma das suas mais humanitárias atribuições, quando vinham tornar o menos oneroso possível aos seus paroquianos o mais que todos odioso tributo de sangue, as autoridade administrativas e municipais, que deviam presidir a esse acto tão sério, tão delicado, tão importante, saíam para... uma caçada de lebres.

Quando nos esplêndidos salões das camarilhas, nos espaçosos vestíbulos, nos átrios de mármore, o ruído dos trens, o perpassar contínuo dos escudeiros e da escovas dos lacaios, que limpam o verniz das botas de seus donos, abafam as vozes da multidão que se roja na miséria, que mendiga, que se desmoraliza cada vez mais; quando alguém se destaca no centro dessa sociedade corrompida e faz aparecer ao longe num fundo nebuloso essa multidão, e faz escutar um vago murmúrio, e diz: aquele é o povo, aquela é a sua voz; respeitem-no que, se apenas murmura agora, pode rugir em breve, pode despedaçar essas cadeias ignominiosas que o ligam; atendam-no, que em pouco ele não pode suplicar, mas exigir: esse alguém, esse homem ou esse homens, são desprezados, vilipendiados, torturados, escarnecidos!

Mas o povo lá está; o mundo, a sociedade, segue o seu caminho, aproxima-se dessa crise medonha que lhe marca o destino; pode rir ainda algum tempo a corrupção, pode folgar ainda alguns dias: é o festim de Baltasar. A voz do povo há-de soar, há-de fazer-se ouvir após o desmoronamento desta sociedade.

Nº 12, 17 de Fevereiro

A crónica, hoje um pouco enfastiada vendo-se sem notícias, sem horrores ou maravilhas a contar, sem que haja um amigo que tenha a abnegação de se matar para lhe dar dez linhas de original, uma mulher que se deixe raptar, para dar meia coluna; vendo o tempo chuvoso, vento, frio, vai pelos seus colegas do jornalismo, escutando por entre as colunas, espreitando pelos noticiários, arregalando os olhos para o mais pequeno artigo, a ver se encontra um facto interessante ou mesmo somente assombroso. Mas não encontra nada, o jornalismo português anda profundamente distraído. Não sei o que ele tem que o aflige, o caso é que, quando aparece, é desalinhado no fato, magro, sem graça, sem bom senso, esquisito e aborrecido Julga-se que no seu quarto ele é afável,

jovial, galhofeiro, letrado, eloquente, erudito; porém, quando vem para a luz do dia, vem despido destas belas e nobres qualidades. E simplesmente maçador e desengraçado. Nem uma anedota, nem um escândalo inocente, nem um enredo de comédia, nem uma mentira. Porém, a mentira acabou. Dantes sim, que havia uma mentira geral que tinha representantes por esse mundo a quem se chamavam mentirosos; hoje não, nada há. A mentira é filha do espírito, e morreu com o seu pai.

Nº 13, 21 de Fevereiro

Transcrevemos do *Jornal de Lisboa* uma curiosa notícia sobre o ministro espanhol González Bravo, que faz descrer das generosidades cheias de justiça que a mocidade tem, e faz, lembrar aquele terrível dito de Veuillot: «Aos vinte anos todos têm a virtude democrática; alguns levam a exageração até aos trinta, mas em geral aos quarenta todos sossegam.» Se isto assim fosse, não havia futuro, nem esperança: a democracia não é uma virtude da idade, é uma justiça eterna.

*
* *

Parece que o governo francês vai propor às cortes que se dê como recompensa nacional a Lamartine 400 000 francos. É uma divida paga. E as nações nunca recompensam de mais o homem que lhes transforma a alma, e, sejam quais forem as infelicidades políticas de Lamartine, ele deu notas desconhecidas à voz do espírito francês, como poeta e como moralista.

Poderão alguns querer ver naquela dádiva uma aliciação – não pode ser: aquela alma honrada de Lamartine só se verga ao bem e à justiça.

*
* *

O ar está belo, o céu límpido, a temperatura afável: nestes dias a crónica torna-se contemplativa e mergulha-se na Natureza. Porque digamos uma suprema e inatacável verdade: a crónica é de combate; há muita gente que se persuade que estas futilidade que se chamam crónica, folhetim, noticiário, variedades, não têm importância num jornal político, não pesam na opinião, não atacam e não combatem. E um erro. Num jornal de oposição a coisa que mais incomoda o governo é a crónica: ela é que é temida, evitada e seduzida; nos países bárbaros e pouco conhecidos, onde o jornalismo é uma especulação e como tal comprado e vendido, um governo que na sua política procede por corrupção, a primeira coisa que faz é comprar os vários cronistas, folhetinistas, noticiaristas, escritores de variedades, *os amenos,* como se diz.

E tem razão: a crónica é para o jornalismo o que a caricatura é para a pintura: fere rindo; despedaça, dando cambalhotas; não respeita nada daquilo que mais se respeita; procede pelo escárnio e pelo ridículo; e o ridículo em política é de boa, é de excelente guerra.

O reinado de Luís Filipe foi demolido – não pelos jornais, nem pela democracia, nem pelos socialistas, nem pelos filósofos, nem pelas revoluções –, foi demolido pela caricatura.

A caricatura, como a crónica, é uma arma terrível; ataca mais perversamente e defende-se com inocência: dá uma grande punhalada depois toma um ar de candura e fica-se toda risonha fazendo acenos e afagos; e na verdade como se há-de combater se está estabelecido nos costumes que ela não pode ser tomada a sério? Assim, por

exemplo, vá lá um governo conter pelos meios parlamentares a crónica dum jornal que revelou que o ministro de tal tinha a omoplata disforme? E impossível. Ela não respeita nada, e fala nas coisas que o indivíduo mais ama.

Um ministro, por exemplo, abre um jornal: lê o artigo de fundo, boceja, o artigo ataca-o: diz que ele vai levando a pátria ao abismo, que esbanja uma fortuna pública, que é amaldiçoado pelas almas honestas, etc.; o ministro boceja, ele ouve aquilo todos os dias, está cansado de escutar e sorri-se, Cumprimentando, quando alguém lhe vem bradar. Por isso não se altera. Mas passa adiante; lê a política estrangeira, também boceja; lê correspondência do reino em que o fulminam: boceja; então passa à crónica, lê, lê mais, lê avidamente, dá um pulo, empalidece, dá um grito, esmorece, sufoca-se, passeia furioso: o que viu? Eu sei?, qualquer coisinha: viu-se descrito, com o nariz bicudo e joanetes nos pés; vê a notícia de que no seu último jantar várias pessoas tinham encontrado bichos nos legumes; e outros, cabelos na omeletas, pelo que um cavalheiro lhe bradou: «Senhor Ministro, eu gosto das omeletas calvas!»

Vê-se mais acusado de trazer chinó, e não lavar a cabeça, e de se deixar espancar pela mulher. Etc. Aquele homem, que o artigo de fundo não abalou, foi fulminado pela própria crónica. Dai manda imediatamente comprar o cronista; e dai o cronista manda-se imediatamente vender. Isto nos países bárbaros. Entre nós, não.

Depois, a crónica tem estas vantagens sobre o artigo de fundo: é mais lida; o artigo de fundo é apenas lido por três sectários, por cinco caturras, por dois conselheiros velhos; faz rir; o artigo de fundo não tem esta qualidade: faz quando muito sorrir por ver bradar um homem no deserto.

O artigo de fundo parece um excêntrico caturra, velho filósofo que fosse para um baile de máscaras e começasse bradando, com gesto trágico e com voz cava, um sermão aconselhando a moral, a quietação da alma, a serenidade do espírito, a virgindade do corpo, e isto entre os gritos, as chufas, a música, o canto, os empurrões, os beijos, todas as doidices, todas as jovialidades.

A crónica, essa, parece-me uma robusta e amável rapariga, moral e severa, que fosse para o mesmo baile de máscaras, mas, em lugar de fazer prédicas de moralidade, se misturasse com a dança, e metendo a ridículo, separando os pares, escarnecendo, apagando as luzes, espancando a polícia, picando com alfinetes as damas e arrancando os bigodes aos cavalheiros, pusesse todo o baile em debandada e conseguisse extinguir a orgia.

Só assim é que se podia conseguir que findasse a loucura.

Como o velho queria, não. Isso conseguia que começasse o tédio.

Isto vem para dizer que hoje a crónica tencionava encetar esta vida de ataque, de ironia, de fugida galharda; mas viu o céu tão lindo, o ar tão puro, a temperatura tão afável, que se foi a tomar um longo banho de sol e de azul, esquecendo a política e as ambições da terra.

Nº 14, 24 de Fevereiro

Transcrevemos do *Jornal do Comércio* essa desoladora notícia do que são as misérias de Londres.

Eis um quadro da desgraça que vai pelas ínfimas camadas da humanidade londrina. E verdade que a miséria tanto campeia em Londres como em Paris, como nas mais cultas capitais. São contingências dos grandes centros de movimento.

Mas vamos à nossa história. Sara Mason era uma moça de seus vinte anos, filha de um operário. Aos três anos ficou logo órfã de pai e mãe quase ao mesmo tempo, com

mais dois irmãos. Um *policeman* veio e viu uma noite estes três desgraçados entes assentados à porta da casa que fora sua, aconchegados todos como três avezinhas que a espingarda do caçador reduziu à orfandade com a destruição do ninho paterno. O policia levou os pequenos para a *workhouse* mais próxima. Só o nome deste asilo de caridade fez logo dar às de vila diogo o irmão mais velho de Sara, tal é a popularidade destes estabecimentos. Os dois ficaram no asilo. Aos 15 anos, Sara saiu deste hospício para ir servir para uma casa de boa gente. Aqui seduziram-na, e um mês depois deixaram-na ao abandono, e ultimamente andava na maior devassidão que é possível.

Um dia, em que estava sem pão e sem recursos alguns, não fazia senão caminhar entre Temple Bar e Charing Cross. A noite estava má e Sara tiritava de frio. A dona da casa em que vivia advertiu-a de que não tornava a entrar senão trazendo-lhe um xelim. Eis porque ela, à meia-noite, ainda cruzava no

mesmo sitio. Encontrou-se com outra desventurada mulher sua conhecida, e explicou-lhe as suas dificuldades pecuniárias. Combinaram em ir mendigar alguma coisa. «Vai tu para a Ponte de Waterloo que eu ficarei no Strand», lhe disse a outra. «Mas nem sequer tenho para pagar a portagem na ponte», disse Sara. Isabel Good deu-lhe o dinheiro e prometeu voltar ao posto dai a duas horas. Eram três da manhã quando Isabel entrou na ponte com cinco xelins a fim de ir valer à sua desgraçada companheira.

O cobrador da portagem estava no seu posto, e ao ver passar Isabel disse: Espero que não façais o mesmo que a outra que há uma hora saltou por cima do parapeito para o rio! «A outra, quem?» disse Isabel. «Não se sabe quem era. Algum dia lhe pescarão o corpo. Aqui está uma coisa que achei na ponte.»

Era o chapéu de Sara Mason. Três dias depois acharam-lhe o cadáver perto de Billingsgate.

O *coroner* procedeu ao seu inquérito, e o júri proferiu o *veredictum* de asfixia por um excesso de loucura sobre este desgraçado caso.

Nº 15, 28 de Fevereiro

Segundo o *Jornal do Comércio* transcreve dos jornais ingleses, vai tomar assento na Câmara dos Comuns, em Londres, um fenómeno, um homem sem braços e sem pernas.

Há pouco vimos aqui um desses infelizes, por nome Feliciano da Assunção, que falava, escrevia e parecia ter uma vida regular e sadia. Na Inglaterra, onde tudo se toma a sério, onde a falta de um braço ou de uma perna não destrói uma individualidade, Sir Arthur é nomeado deputado; cá o pobre fenómeno pede esmola. E o caso.

O condado de Wexford, na Irlanda, acaba de mandar à Câmara dos Comuns um representante fenomenal, na pessoa de Sir Arthur Cavanaugh, cavalheiro de uma deformidade corporal como se não se conhece outro. Propriamente falando, Sir Arthur não tem braços nem pernas. E um busto sólido e vigoroso encimado de uma bela cabeça bem conformada, com feições regulares e olhos expressivos. A extremidade inferior do tronco é rematada por dois reforçados cotos de meio pé, pelo seguro, mas um é mais curto que o outro. Dos ombros deste busto saem dois apêndices que nem são braços nem mãos, mas que podem contudo cruzar-se a custo diante do peito. O que há de mais singular é que Sir Arthur pode, no meio de tudo isto e de toda esta singular conformação, atirar um tiro de espingarda, montar a cavalo e guiar um carrinho de quatro cavalos sem grande trabalho. Também escreve e desenha, pegando com efeito com a boca na pena ou no lápis e dirigindo-os com os simulacros de braços que tem. Esta

fenomenal criatura tem uns quarenta anos, é senhor de uma imensa fortuna e casado com uma linda mulher, de quem possui três belas crianças, que nenhuma tem as deformidades do pai. Foi este homem singular que o condado de Wexford se lembrou de constituir seu mandatário junto ao parlamento britânico. Também é singular!

Nº 15, 28 de Fevereiro

Achamos tão notável, tão cheia de interesse, pelos factos que conta e pelas revelações que faz, uma correspondência de Espanha dirigida ao jornal *Independência Belga,* sobre soror Patrocínio, que a publicamos separadamente.

Vê-se que é doloroso o estado da Espanha. Como nos tempos antigos das inquisições e dos reis freiráticos, tudo se decide por intrigas, por galanteios, por vinganças e por influências apaixonadas. Soror Patrocínio é a grande inimiga de toda a liberdade, e favorita do rei. Contra ela têm clamado os liberais e os próprios liberais do partido Narvaez se indignam contra ela; no entanto, cobrem-na altas protecções. O que é terrível é que parece haver desarmonia do trono com o ministério. O rei está de mal como gabinete, e a rainha reconciliou-se com o rei. Este jogo de camarilha pode fazer cair Narvaez. E aberta esta luta terrível, ninguém sabe o que poderá suceder; tudo o que temos visto de prisões, de sangue derramado, de revoltas militares sufocadas, será apenas o sintoma sinistro do que se vai passar. E enquanto se decidem estas coisas por intrigas de camaristas e de freiras, o povo espanhol morre numa lenta agonia.

Nº 15, 28 de Fevereiro

Dá-se um caso engraçadíssimo. Mostra uma infelicidade terrível, perseguidora, sinistra. Um homem havia que se dizia infeliz. As vezes a gente não crê nestes tipos de infelizes e julga-os monomaníacos; no entanto, há-os. Este homem nunca saía que não caísse; nunca hesitava numa encruzilhada que não encontrasse sempre o caminho único que o faria perder; se vestia fato novo, caia-lhe em cima azeite; se empreendia jornada por mar, perdia-se o vapor; por terra, tombava a diligência ou desencarrilhava o vagão; numa feira quis negociar em pastéis, fez uma quantidade enorme, mas enganou-se, em lugar de lhe deitar farinha, deitou-lhe arsénico. Fez-se cocheiro, todos os dias voltava a carruagem, Fez-se criado, no primeiro dia que serviu o primeiro amo deitou por terra um guarda-loiça com prejuízo de 200$000 réis. No ano em que ele intentou negociar em vinho, foi o primeiro ano que veio oídio. Ultimamente vivia em Lisboa de má vida; era cauteleiro, garoto, vadio, taberneiro, sobretudo larápio: em tudo perdia, em tudo se enganava, em tudo era infeliz; há tempos, numa desordem do Campo Grande, ia desfechar uma pistola e arrebentou-lhe na cara, deixando-o meio morto. Ora com este desgraçado dá-se há dias um caso divertidíssimo. Entrou numa casa ao Chiado, com uma chave falsa, de dia, e furtou um relógio de sala; o dono da casa tinha saído; o homem depois de ter roubado o relógio caiu em si e viu que lhe sucedia desgraça e era decerto preso; quis desfazer-se o mais depressa possível do roubo.

Que há-de fazer? Encontra um sujeito ao Loreto, e, chegando-se ao pé dele, começou dizendo que era infeliz, tinha mulher e filhos, não podia trabalhar, e que tinha empenhado e vendido tudo e que só lhe restava um relógio de bronze, se ele lho queria comprar, e tirou debaixo do casacão o relógio de bronze. O sujeito disse que o comprava, mas que não trazia dinheiro, que o ia buscar a casa, e que esperasse ele ali; o homem infeliz esperou. Dai a pouco aparece o sujeito com cabos de policia, que

prendem o homem infeliz. O desgraçado chorava. O que tinha sido? O homem infeliz tinha-se justamente dirigido ao dono do relógio. Já é...

*
* *

O *Progrès,* jornal de Lyon, em que muito se defende a república e as virtudes democráticas, todo fornecido da literatura e da política de Paris, conta o seguinte e engraçado caso que aqui deixamos traduzido, para muita hilaridade e satisfação dos leitores. Já que em Portugal não sucedem destes cómicos casos, ao menos, vejamo-los sucedidos no estrangeiro; já que não podemos rir das nossas coisas, importemos algum riso do estrangeiro. O caso é muito semelhante a um que se deu com um inglês. Triste caso foi esse.

Porque sucedeu àquele inglês? Quem sabe, tudo sucede aos ingleses. Foi um caso horrível. Podia ter sucedido a qualquer de nós; mas não, sucedeu ao inglês.

Precisamente a um inglês. Foi ele, não foi outro a quem sucedeu o caso. Coisa atroz! Num comboio. Diante de uma formosa irlandesa de 22 anos. E horrível. Enfim, vamos ao caso que conta o democrata *Progrès*.

«O Sr. M..., livreiro desta cidade, foi visitar um dos filhos em Lyon.

Na volta teve a desgraça de entrar em um vagão ocupado por dezassete montanheses do Jura.

Ao cabo de alguns minutos o Sr. M... pulava debaixo de mil ferroadas de inimigos invisíveis, que seu estreito lugar não lhe permitia perseguir. Apenas chegado à estação de Ambrieux, o infeliz viajante apressa-se em abandonar o vagão e, encontrando um inteiramente vazio, nele se precipita.

O trem partiu e corre 60 quilómetros, e o Sr. M..., sempre importunado, toma o partido de expulsar o inimigo do seu mais secreto esconderijo.

Põe-se a sacudir vigorosamente a sua roupa fora da portinhola.

Oh!, desespero!, a calça escapa-lhe das mãos. E já não é mais do que um ponto negro no espaço.

Anunciam a estação de S. Rambert.

Ali pára o trem. Os viajantes precipitam-se para o vagão ocupado só por uma pessoa. O Sr. M..., porém, com os cotovelos firmados na porta, opõe-se à sua entrada.

«Não entrem!» exclamava com voz forte e pudica, «e impossível. «

O chefe do trem interveio.

A vista deste cavalheiro, com o rosto afogueado e o olhar desvairado, suscita-lhe desconfianças. Consegue meter a cabeça pela janela lateral oposta; em vez de um pacifico viajante, vê um montanhês da Escócia (*higlander*) no seu trajo mais primitivo.

O chefe do trem, convencido de que trata como um louco, afasta discretamente todos os passageiros e dá-se pressa em telegrafar o ocorrido.

Em cada uma das estações seguintes o Sr. M... toma as mesmas disposições ameaçadoras para proibir que alguém entre no seu vagão.

Inútil precaução, ninguém se atreve a aproximar, apenas o chefe do trem vai certificar-se da sua presença.

Mas na estação de Lons-le-Saunier, outras medidas tinham sido tomadas: quatro policias vêm postar-se defronte do vagão do Sr. M...

Mas este aparece e chama o chefe do trem. A coisa explica-se; os polícias riem; trazem-lhe uma calça, e o desventurado livreiro não tarda em tomar parte na hilaridade geral.»

Nº 16, 3 de Março

Hoje a crónica retoma uma importância poderosa e exclusiva e única; sente-se honrada e satisfeita: pede licença para se alargar pelo jornal, estender-se voluptuosamente pelas colunas, tomando o lugar do artigo de fundo, dos artigos políticos, das correspondências, de tudo.

Ela só quer resplandecer: hoje o jornal é dela, os senhores tipógrafos compuseram-na com toda a sorte de carícias, os senhores revisores beijaram-na devotadamente.

Ela hoje traz mil anedotas, toda a sorte de contos, de historietas. O que todos se vão rir! A crónica tinha projectado fazer uma partida de Carnaval, contar uma mentira imensa, enredar uma intriga feroz entre as pessoas respeitáveis da terra, dizer que tinham sido assassinadas dez senhoras na Porta Nova ou na praça, descrever miudamente as crueldades dos assassinos, e depois no número a seguir trazer a seguinte errata: por erro de imprensa se disse que as senhoras fulanas tinham sido assassinadas. E depois, rir imenso! Mas, não, não quis; respeita muito o seu público para assim o burlar, e, como os saltimbancos de feira, o mais que poderá fazer é deitar-lhe farinha aos olhos ou deslumbrá-los com jóias falsas.

Esta época do Entrudo é realmente feliz para a crónica. A crónica encontra sempre contra si as ocupações políticas, os incómodos individuais, a preocupação das negociações financeiras, a instabilidade dos partidos; ela é sempre jovial, mas não pode respirar, viver, porque encontra em volta de si uma época séria. Se não, veriam.

Mas quando chega o Carnaval, há harmonia entre a crónica e a época, se a crónica diz: folguemos; a época diz: desvairemos.

E aí está porque, assim que chegam estas épocas, ela se veste de cores alegres, vem palreira e folgazã dar as boas-festas aos que têm a honra de a ler, de a ouvir, de lhe escutar as anedotas.

*
* *

Hoje nenhuma notícia dá a crónica: limita-se a contar anedotas, umas verdadeiras, outras falsas. Ela andou muito ocupada em distrair, em atirar ovos literários às faces crédulas, para saber as notícias positivas que correm a terra. Podia inventar mesmo porque está no Entrudo. Mas hoje os que inventam são muito acreditados; já não dá gosto inventar; o verdadeiro é contar verdades; porque então é certo, ninguém acredita.

É bem certo que os jornais de Entrudo têm um aspecto diverso: o jornal é das coisas neste mundo que mais toma a forma e a atitude das épocas que atravessa. O jornal no Entrudo tem o que quer que seja de folgazão, de escarnecedor; se fala nos graves problemas sociais é com ar ligeiro, de pouco respeito; se fala nas misérias humanas, é com voz contraída, como quem abafa o riso. Vê-se que é feito à pressa, desleixadamente revisto, pessimamente impresso.

O jornal de Quaresma tem uma gravidade sinistra, fala e torna a falar em cinzas, vê o governo vestido de roxo, acha-lhe cara patibular; se vê desperdício no orçamento, fala logo no *jejum,* fala também em *pecados* ministeriais e pede sincera *confissão:* depois, diz que é uma vergonha estar na *comunhão* do governo.

Os jornais da Semana Santa são fúnebres, a todo o momento dizem: «o som do bronze, a voz funerária, a ciprestal morada – a paixão», etc.

Por esse tempo acordam os poetas tristes, soltam seus *carmes sepulcrais*: é triste.

Oh!, mas do que a crónica se lembrou agora, em pleno Entrudo; ela faz

penitência: promete mascarar-se e ir ao baile de mascaras. Depois disto só se lhe desejarem o suplício de Tântalo, homem que tinha fome e comer à vista e não comia, homem que tinha sede e água à vista e não bebia.

*
* *

Agora que estamos em pleno Entrudo, que começam as festas, as cavalgadas, os bailes, as mascaradas, todas as notícias de festas notáveis têm grande aceitação. Já que nos não podemos divertir, vejamos e ouçamos como os outros se divertem. Em Paris a política esqueceu-se, e só se lembra a folgança, a loucura, o desvairamento do Carnaval. Por cá também se dão tréguas, e cada um se entrega ao prazer de atirar ovos, ou de escorregar no *cancan.* Nós cá divertimo-nos um tanto insipidamente; não é assim em Paris. Ali as festas e os bailes sucedem-se quase sem interrupção. Todas as sextas-feiras há o mais esplêndido baile de máscaras na bela sala do teatro italiano; todos os sábados baile na ópera; há bailes na corte, na câmara municipal, nos palácios dos diferentes ministérios e nas embaixadas; finalmente os divertimentos estão no seu apogeu. A Festa dos Patins, no Bosque de Bolonha, foi deslumbrante.

Parecia um desses grandiosos espectáculos que nas margens do Neva fazem o encanto da corte do czar; ou então que os Parisienses se achavam transportados a uma das alegres quermesses da Holanda.

Às sete horas da noite o Ice-Club, iluminado, eleva-se por sobre o bosque, como uma imensa aurora boreal. As avenidas estavam repletas de carruagens e os anosos carvalhos, transformados em monstruosos candelabros, tinham suspensas centenas de lanternas venezianas, que lançavam fantásticos reflexos sobre os transeuntes. Ao longo dos caminhos e em tomo do lago gelado brilhavam miríades de candeeiros e de balões de cores, dispostos em festões presos a colunas de ferro, sobrepujados por estrelas de gás, sustentando nos raios superiores caçoulas douradas, onde ardiam continuamente fogos-de-bengala.

As cantigas dos patinadores iam fundir-se ao longe com os sons da música da orquestra.

Eis-nos no clube; é um vasto e gracioso *chalet* suíço todo rutilante!

Na entrada, os porteiros e a guarda civil contêm a multidão, e abrem caminho aos convidados.

Três mil pessoas estão espalhadas pelos vastos salões.

Em frente do clube circulam exóticas figuras e os mais diversos trajos de veludo, seda, rendas e preciosas pele. O boné de Astracã encontra-se com o fez oriental, a touca escocesa com o barrete quadrado da Polónia, e o *casquette* holandês com o chapéu da Noruega.

Vêem-se sobrecasacas de alamares, véstias suecas e capas russas, forradas de arminhos e de martas. O que porém domina na multidão é, nas senhoras, o penteado parisiense, e, nos homens, o fraque, o *veston* francês, e o chapéu cápsula dos janotas da primeira classe.

Dão oito horas; e ao mesmo tempo a multidão dos guardas de Paris, que, entre bem dispostos fogos de bivaque, se conserva numa eminência da ilha, solta alguns sons; e em seguida senhoras e homens calçam os patins e, munindo-se de lanternas de cores, avançam para o *turf* de cristal.

O espectáculo deve ter sido cheio de grandiosidade. A *Ilustração* inglesa, donde tiramos apontamentos, diz que apresentava um carácter fantástico, com tal animação e originalidade que não se pode descrever!

O lago do Bosque de Bolonha, como uma arena imensa, cercada por uma elegante grade, ostenta, em frente do *chalet,* o gigantesco espelho de gelo que cerca o clube dos patinadores, de que é presidente o príncipe Murat, e onde se reúne a mais alta aristocracia. Nesta festa o imperador patinou por muito tempo. A imperatriz, num magnífico trenó de forma de cisne, corria em diversos sentidos e, seguida por um grande número de damas da corte, atravessava por entre diversos grupos de homens e de senhoras, que trajavam à polaca e à escocesa e que dançavam sobre os patins, ou em rápidas corridas desenhavam flores ou escreviam o nome no gelo. As damas da corte imperial, e grande número de outras senhoras, também iam em trenós de forma de cisne, o que muito contribuía para dar um aspecto mágico a esta festa nocturna, ao ar livre, e nos rigores do Inverno.

Entre nós bastava a mais leve viração para afugentar do passeio público toda a gente que vai ali passar alguns momentos nas calmosas noites de Agosto!

Nº 17, 7 de Março

A cidade de Hillsboro, nos Estados Unidos, acaba de ser testemunha de um singular processo.

Uma dúzia de mulheres dessa cidade compareceram perante o tribunal de justiça por terem entrado à força na loja de um licorista, entornando-lhe todos os líquidos de que estava sortido aquele estabelecimento.

Estas inimigas do *divino* licor acabavam de reunir-se em conciliábulo numa igreja, onde tinham resolvido opor-se a venda de bebidas alcoólicas no bairro em que habitam. Dirigiram-se, portanto, à loja dum licorista e lhe ordenaram terminantemente que fechasse o seu estabelecimento.

Tendo-se a isto recusado o lojista, elas penetraram no seu estabelecimento, procedidas por Mrs. Blackburn, mulher já idosa, a qual exclamou:

«É aqui que, há um ano, meu filho morreu em resultado duma contenda, assassinado por alguns dos seus camaradas que estavam embriagados.»

E, dito isto, deu começo à sua tarefa destruidora, em que tomaram parte as outras mulheres.

O queixoso reclamava 1292 dólares e 93 cêntimos de danos e perdas, posto que não houvesse dúvida quanto à ilegitimidade do seu comércio.

O tribunal condenou as autoras dos estragos a pagarem ao licorista 615 dólares (562$500 réis), por terem querido fazer respeitar a lei!...

*
* *

O senado de Kansas, nos Estados Unidos, acaba de conceder o direito de sufrágio às senhoras, riscando a palavra «masculino» do *bili* que regula a maneira de votar naquele estado.

Igual direito lhes foi reconhecido em Paris, onde as operárias serão admitidas a votar pelas delegadas que houverem escolhido, e que elas incumbiam de lhes apresentarem relatórios sobre os progressos de que tiverem tomado conhecimento, progressos concernentes às indústrias que lhes são mais particulares, tais como o fabrico das flores artificiais.

Nº 17, 7 de Março

A época que entra vem pálida de jejuns, coberta de cilícios, alumiada por círios, e um tanto polvilhada ainda, um tanto suja dos ovos e das laranjinhas.

Há sempre uma certa saudade por este folgazão e sem sabor Entrudo. A gente aborrece-se, amaldiçoa-o, censura-o, desespera-se com ele, mas, quando ele passa, fica triste como se perdesse uma companhia querida. Tudo se transforma; em lugar de ovos e de polvilhos, círios e pálios: o catolicismo deixa o espírito tomar a sua máxima folga, o corpo a sua máxima loucura, e, quando vê tudo no auge dos delírios profanos vem então, soluçando e fúnebre, lembrar que o homem é pó e que em pó se tomara.

Hoje passa-se quase sem transição do Entrudo para a Quaresma – ou porque o Entrudo é bastante fúnebre, ou porque as celebrações religiosas não são tão tristes. Antigamente a passagem era cruel e dolorosa; o Entrudo era o maior desaforamente em que os homens caíam: todas as orgias e todos os pecados se cometiam então; a Quaresma era a época dos jejuns, dos cilícios, das mortificações e das disciplinas.

Os que brincavam como doidos e como saltimbancos num dia tinham no dia seguinte de se entristecer como frades penitentes.

Eis a vida. Deus no-la faça sempre assim, de tristezas e de alegrias – porque a eterna tristeza matava de dor, como a eterna alegria matava de aborrecimento.

Nº 18, 1 de Março

Os italianos têm agora um novo método de manifestar entusiasmo pela liberdade e pelo seu caudilho José Garibaldi. Esse meio é um catecismo.

Transportam o herói de Caprera para uma espécie de religião, onde é adorado e santificado.

A *Lanterna Mágica,* jornal que se publica em Milão, publicou o catecismo garibaldino, que se divide em três partes, compreendendo a primeira nove lições, a segunda quatro e a terceira dez:

P. – Faça o sinal-da-cruz.

R. – Em nome do pai da pátria, do filho do povo e do espírito da liberdade. Amen.

P. – Quem o fez soldado?

R. – Garibaldi.

P. – Para que fim?

R. – Para honrar a Itália, amá-la e servi-la.

P. – Como recompensa Garibaldi os que amam e servem a Itália?

R. – Com a vitória.

P. – De que se goza na vitória?

R. – Da vista de Garibaldi e de toda a espécie de prazeres.

P. – Quem é Garibaldi?

R. – E um espírito mui generoso, abençoado do céu e da terra.

P. – Quantos Garibaldis há?

R. – Um só.

P. – Quantas pessoas há em Garibaldi?

R. – Três realmente distintas.

P. – Quais são essas pessoas?

R. – O pai da pátria, o filho do povo e o espírito da liberdade.

P. – Qual das três pessoas é a maior, a mais sábia e a mais poderosa?

R. – Todas são iguais, porque todas têm a mesma grandeza, a mesma sabedoria e

o mesmo poder.

P. – Qual das três pessoas se fez homem?

R. – A segunda, o filho do povo, que tomou corpo e alma como a nossa no seio afortunado de uma mulher do povo.

P. – Como se chama o filho afortunado do povo?

R. – José.

P. – Para que se fez homem?

R. – Para salvar a Itália.

P. – Que fez para salvar a Itália?

R. – Bater-se contra os Austríacos e Bourbons, retirando-se depois a Caprera, donde voltou passados dois anos, glorioso e triunfante.

Tal é a primeira lição. A segunda são os dez mandamentos de Garibaldi, entre os quais figuram estes:

Não matarás senão os que se armarem contra a Itália.

Não roubarás senão o dinheiro de São Pedro, etc.

Da terceira à oitava lição trata-se unicamente das virtudes de Garibaldi.

A nona fala da graça de Garibaldi.

A segunda fala da doutrina, do credo e do padre-nosso garibaldino.

A terceira ocupa-se de novo dos mandamentos garibaldinos.

Nº 20, 17 de Março

Brevemente julgar-se-á em Paris um processo cuja origem é assaz extraordinária.

Um opulento bibliógrafo, conhecido pela sua paixão pelas encadernações luxuosas, tinha mandado a um dos primeiros encadernadores de Paris uma *História de Luís XVII,* escrevendo-lhe que sobre a encadernação gravassem as armas de França, e fixando de 200 a 250 francos o preço por que desejava pagar esta obra magnífica.

Três semanas depois, o bibliógrafo recebeu a obra primorosamente encadernada, trazendo gravado em letras de ouro o escudo da fazenda imperial.

O bibliógrafo reenviou o livro, objectando que havia pedido que sobre a encadernação se gravassem as armas da casa dos Bourbons.

– Isto é menos exacto – respondeu o encadernador –porque me escrevestes que deviam ser gravadas as *armas de França.* Tenho em meu poder a vossa carta. Ora, as armas de França, depois da restauração do império, são as da família imperial. Portanto...

– Mas – replicou o bibliógrafo – sois um encadernador heráldico. Ora, em termos da França, significam as flores-de-lis de ouro em campo azul... Portanto ....

Portanto, haverá um processo.

Nº 26, 7 de Abril

Eis o cálculo que está feito sobre o aumento de despesa na alimentação diária, isto ainda quanto feita com moderação e demasiada economia.

Família pobre de três pessoas, na aldeia:

Unto, uma quarta para nove tigelas .... 5 réis
Azeite, um quarteirão, para tempero e luz ....10 "
Vinho, um quartilho ....20 "
Sacrifício diário .... 35 "
Sacrifício anual .... 12$775 "

Família de três pessoas:

Carne de vaca, um arrátel e meio (jantar e ceia) .... 45 réis
Toucinho, meia quarta .... 5 "
Arroz, um arrátel .... 5 "
Manteiga de porco, meia quarta .... 2 "
Azeite, um quarteirão .... 7 "
Vinho, um quartilho .... 20 "
Sacrifício diário .... 84 "
Sacrifício anual .... 30$660 "

Família de oito pessoas:

Carne de vaca, dois arráteis e meio .... 75 réis
Toucinho, uma quarta ....10 "
Arroz, um arrátel ....10 "
Azeite, meio quartilho ....12 "
Vinho, um e meio quartilho .... 30 "
Sacrifício diário ....137 "
Sacrifício anual .... 50$000 "

Veja o povo que sacrifícios lhe pedem!

Nº 28, 14 de Abril

Recebemos o livro do Sr. A. Filipe Simões, *Cartas a Beira-Mar.*

É uma viagem real e ideal através da natureza marítima.

O escritor conta-nos despretensiosamente, e com aquela serenidade melancólica que dá a intimidade do mar e das praias aos espíritos contemplativos, conta-nos as estranhezas das águas, as profundidades oceânicas, as tempestades, as vegetações marinhas, as aves das águas, os peixes, etc.

E um livro de ciência humorística. Através da sua linguagem, familiarmente indolente, pressente-se aquela áspera e profundíssima crítica da filosofia da ciência moderna.

Livros destes são os sintomas de que se avizinha aquela era positivista, em que a alma luminosa das artes e das literaturas há-de ser a ciência, como nos tempos góticos foi a religião, na Grécia artística a beleza do corpo humano, no século XVII o espírito cortesão e monárquico, e nos fins do século XVIII aquele idealismo nostálgico e indefinido que produziu *Werther, D. Juan, Manfredo, Fausto* e os poemas musicais da Alemanha. É um livro que, neste inteligentíssimo país, vem cem anos adiantado. Este livro sai entranhadamente daquela ideia que deu à França *L'oiseau, L'insecte, La mer,* e

todos aqueles livros cheios de imaginação, resplandecentes de verdade, onde estão ocultos os processos críticos de concepção e de estudo, e apenas se vê uma fina flor de ciência.

Livros como as *Cartas à Beira-Mar,* fecundam todo o ser espiritual, porque deixam no coração aquele idealismo suave que dá a contemplação da Natureza, deixam na inteligência sementes duma impecável critica científica e deixam na consciência a certeza de que cedo virá uma época em que na ordem intelectual tudo assentará sobre a ciência, como na ordem social tudo assentará sobre a justiça.

Foi uma bela e robusta coragem a do Sr. A. Filipe Simões escrever o seu livro em Portugal, nesta hora de morte dos espíritos.

N^{0} 30, 21 de Abril

Está definitivamente organizada a oposição em Coimbra. É seu presidente o digno par do reino, o Excelentíssimo Sr. Miguel Osório.

Tem havido algumas reuniões em casa do senhor conselheiro Seco, a fim de assentar nos meios de levar à efectividade o pensamento que adoptou. Em uma delas se deliberou tomar como própria a causa dos comerciantes de Coimbra, que andavam tratando de promover assinaturas para uma representação que tencionavam dirigir às câmaras contra as medidas financeiras do Sr. Fontes.

Na primeira reunião expôs o senhor conselheiro Seco a sua opinião acerca dos projectos e medidas governamentais, confessando, com a franqueza que lhe é própria, que o que de todo em todo não pode aprovar é a criação da guarda civil.

Quanto às outras questões que se ventilam actualmente, entende o ilustre catedrático que não são para desprezar, mas que é necessário encará-las convenientemente, para não abraçar a nuvem por Juno.

Vê-se que não se pretende fazer uma oposição acintosa, mas pugnar só pelo bem geral e em especial deste distrito. Não se guerreiam as pessoas dos ministros, censuram-se apenas os seus actos menos conformes com os princípios da boa administração pública.

Ninguém desconhece que há no ministério caracteres distintos e talentos de elevada esfera: lastima-se, porém, que não tenham sabido fazer bom uso das suas faculdades, ou não tenham querido atender às circunstâncias do país, quando se trata do seu estado financeiro ou de quaisquer reformas e melhoramentos.

N° 31, 25 de Abril

Eis a versão que corre acerca dos factos que deram lugar a que se descobrisse o grande crime das notas falsa.

Há tempo apareceu no Banco de Portugal um irmão do Sr. Silveira, fotógrafo, e apresentou seis contos de réis em notas de 20$000 para serem trocadas. O caixeiro do banco examinou-as, contou-as e achou-as excelentes, causando-lhe contudo surpresa o ver tantas notas de 205000 (que não são muito abundantes) nas mãos de uma pessoa desconhecida. Como a esse tempo aparecesse outra pessoa que levava quatro notas para trocar, o caixeiro foi buscar o troco, e aproveitou a ocasião de ir buscar o dinheiro para pedir ao senhor tesoureiro do banco que fosse examinar as notas suspeitas. O senhor tesoureiro viu-as e disse ao caixeiro que podia fazer o troco porque eram boas. Contaram então 4500$000 réis em ouro e 1500$000 réis em prata. O irmão do Sr.

Silveira queixou-se de lhe darem tanta prata, mas responderam-lhe que assim era costume e ofereceram-lhe uma saca para a transportar, que ele aceitou. O caixeiro, indo buscar a saca, preveniu os directores do dia (o Sr. Leitão e outro) do que sucedia e das suspeitas que tivera. Os directores examinaram as notas e deram-nas por boas, a ponto de o Sr. Leitão (que era um dos signatários) dizer que a firma era a sua e que sobre ela daria quanto dinheiro tivesse em sua casa. Entretanto, mandaram pedir ao Sr. Silveira que lhes fosse falar e perguntaram-lhe se as notas eram suas ou se outra pessoa lhas dera para trocar. Respondeu que eram suas. Fizeram-lhe mais algumas perguntas, a que o Sr. Silveira respondeu prontamente, até que afinal se impacientou, dizendo que não sabia para que era tanto perguntar. Disseram-lhe que ninguém suspeitava dele, mas que causara estranheza o aparecer um desconhecido com tão grande porção de notas. O Sr. Silveira respondeu dando o seu nome e morada, e retirou-se.

Corre que, havia algum tempo, recebera o banco aviso de que nos Estados Unidos havia uma fábrica de notas falsas de todos os países. A lembrança deste aviso levou os senhores directores a recorrerem ao livro das actas para ver se no dia indicado nas notas tinham sido efectivamente emitidas, se estavam de dia os directores que as assinavam, etc.

Acharam tudo conforme e viram que as notas haviam sido emitidas, substituindo outras deterioradas. Apesar de terem aumentado as probabilidades de serem verdadeiras as que se apresentavam, resolveram ir à casa-forte examinar as notas recolhidas que ali estavam guardadas. Então, cotejando os números, viram que havia duplicações em alguns números. Desde esse momento era evidente a falsificação.

Mandaram chamar dois peritos e, sem os prevenirem de coisa nenhuma, disseram-lhe que examinassem as notas. Os peritos recolheram-se a um gabinete e, depois de minucioso exame, declararam que eram verdadeiras. Respondeu um dos senhores directores que eram em tudo verdadeiras notas, mas que certamente não as emitira o banco, e que vissem mais detidamente se aparecia alguma discrepância entre as verdadeiras e aquelas falsas.

Reconheceram então os peritos que havia pequeníssima diferença no carimbo.

Desde então, os empregados do banco e a polícia concertaram-se para descobrir os falsificadores. O irmão do Sr. Silveira tinha-se retirado do país. No banco apareciam quase todos os dias duas ou três notas falsas. Os empregados do banco faziam indirectamente algumas perguntas, seguiam os que as levavam, mas sempre iam adquirindo a convicção de que eram pessoas honradas e incapazes de cometerem tamanho crime.

Finalmente apareceu no banco o Sr. Dr. May Figueira, com quatro notas de vinte mil réis para trocar. Eram falsas. Saiu um empregado do banco que o conhecia pessoalmente, fez-se encontrado com ele, disse-lhe que o vira no banco e deu-lhe, rindo, os parabéns de se ter apresentado naquela casa. O Sr. May Figueira respondeu que era dinheiro que recebera de um doente. O empregado replicou-lhe que era preciso haver cautela com dinheiro, porque no Porto e em Aveiro tinha aparecido moeda falsa, e até se falava de notas também falsas. O Sr. May Figueira respondeu que não lhe dava cuidado, porque nunca conservava notas em seu poder, e que as que fora trocar lhe tinham sido dadas pouco antes pelo Sr. Silveira fotógrafo.

No mesmo dia, saindo dois directores do banco, viram o Sr. Silveira (fotógrafo) sair de uma loja de ourives na Rua do Ouro. Um dos directores conhecia o dono da loja, entrou, conversou com ele e perguntou-lhe como iam os negócios. Respondeu-lhe que bastante mal, porque a agitação do país e outras causas traziam o comércio muito frouxo. «Não é tanto assim», respondeu o director, «agora mesmo vi eu sair daqui um freguês.» O ourives disse que vendera apenas uma salva de prata, que lhe fora paga com

o dinheiro que ali tinha, e apresentou-lhe uma nota de 20$000 réis. O director pegou-lhe e reconheceu-a falsa.

Ao mesmo tempo, a polícia notara que algumas senhoras da família do Sr. Silveira faziam bastantes compras e pagavam com notas de 20$000 reis.

Aumentando assim os indícios, os directores do banco pediram que o Sr. Silveira fosse preso. Diz-se que o senhor governador civil ainda hesitou e consultou o senhor ministro do Reino, do qual recebeu ordem de proceder à prisão.

Nº 34, 5 de Maio

Um sujeito, que há poucos dias ia de Estrasburgo para Paris, esteve para sofrer no caminho de ferro uma operação para a qual não tinha solicitado auxílio de cirurgião. Estava modestamente no seu canto quando um sujeito todo vestido de preto, que lhe ficava em frente, pôs sobre os joelhos um estojo, tirou dele um bisturi e disse:

«O senhor há-de permitir que lhe faça uma redução no nariz, porque excede as proporções naturais.

O outro, que não tem o nariz muito comprido, mas tem-no delgado, não hesitou; atirou-se sobre o cirurgião, apertou-o nos braços com todas as suas forças, e não lhe deixou livre nenhum movimento. A posição era incómoda, principalmente porque o cirurgião debatia-se com violência. Mas chegou-se assim a uma estação onde o condutor do trem pôs termo ao perigo. O cirurgião era um doido que havia escapado à vigilância da sua família.

Nº 38, 19 de Maio

Alguns jornais italianos fazem menção de boatos de duelos.

O comendador Rattazzi, actual chefe do gabinete de Florença, tem sido alvo de muitas provocações; porém ainda não houve duelo.

Conta-se o caso da seguinte forma:

A esposa do ministro Rattazzi cultiva a literatura e publicou ultimamente um romance no idioma francês, intitulado *Le chemin du paradis.* A leitura do capítulo «Bicheville» ofendeu o melindre de muitas famílias, que não se contentaram com uma declaração em que a autora afirmava que «Bicheville» não era Florença, mas sim um país imaginário, e imaginárias as personagens do romance.

Não tendo sido julgadas satisfatórias estas explicações, o *editor responsável,* o esposo da Signora Rattazzi, foi provocado em duelo pelo marquês Pepoli, em consequência das ofensas feitas a ele e a sua família naquele livro; em segundo lugar, pelo general Cialdini, por conta do senador Marliani, que também se julga ofendido, mas que se acha na impossibilidade de se bater em duelo em razão da sua avançada idade; finalmente, foi desafiado pelo general Lamarmora, por insultos feitos à sua esposa. Estas três personagens declararam que exigiam uma reparação do marido, visto que não podiam pedi-la à esposa.

Rattazzi começou por declarar que não se julgava responsável por tudo o que sua esposa pudesse ter escrito, e só tratou desta questão, séria e particularmente, com o marquês de Pepoli.

O presidente de conselho de ministros replicou ao desafio: que no livro de que se tratava, Pepoli não era nomeado, e que portanto não tinha direito a fazer reclamações. Este observou que a sua pessoa era designada com demasiada evidência para que

pudesse negá-la, e que por isso exigia uma reparação.

Rattazzi afirmou então que já uma vez se tinha batido em duelo; que tinha provado não ter medo; que, como chefe do gabinete, graves preocupações obstavam a que se expusesse a um segundo duelo, e que portanto não aceitava o desafio.

O marquês de Pepoli, exasperado, chegou a ameaçar o presidente do conselho de lhe chamar... vil, até mesmo no seio do parlamento. Intervieram alguns amigos para acalmar Pepoli e não conseguiram o seu fim.

Diz-se que as coisas estavam nestes termos quando el-rei Vítor Manuel, prevendo os embaraços que poderiam levantar-se se o duelo se verificasse, por isso que daí resultaria talvez uma crise ministerial, aconselhou que se nomeasse um tribunal de honra para decidir a questão.

O tribunal de honra constituído para este fim, declarou que o desafio só poderia ser aceite quando Rattazzi não fizesse parte do gabinete.

*
* *

Por carta de um nosso correspondente do Porto, recebida à última hora, sabemos que a agitação continua na Cidade Invicta, e que parece tomar proporções assustadoras.

Pela mesma carta sabemos que, entrando o senhor governador civil no teatro, as pessoas de mais consideração que se achavam na sala do espectáculo lhe voltaram as costas, manifestando assim o seu descontentamento à autoridade, que não tem sabido proceder como as circunstâncias indicavam, e aquele povo tem jus a ser tratado.

Parece que o senhor governador civil do Porto declarou logo a alguns amigos que ia pedir com insistência ao governo a sua demissão, porque entendia não poder continuar a administrar o distrito, visto o estado em que se acha.

Era como sua excelência devia ter procedido há mais tempo, para evitar que o povo lhe manifestasse o seu desagrado como autoridade.

Diz-se que o senhor barão de S. Januário não será nomeado governador civil de Lisboa.

O nosso correspondente do Porto nos diz que o senhor visconde de Leiria transferiu o soldado Zeferino Soares, de Infantaria 10, para Infantaria 4, por aliciar os seus camaradas a fazerem junção com o povo.

O senhor visconde de Leiria confia mui pouco na guarnição do Porto.

*
* *

Tal é o juízo que o júri da Exposição Universal fez acerca da exposição dos vinhos. Nota-se a supremacia gloriosa dos nossos:

«Córsega – Maus vinhos, mal feitos e mal preparados.

Argélia – Apresenta poucos vinhos notáveis. Os peritos pensam que a razão deste facto é devida à ignorância dos melhores métodos de fabricar os vinhos, e à falta de cuidados tidos com eles depois do fabrico.

Hungria – Belas colecções de vinhos de Tokay de uma qualidade notável (segue-se a lista dos expositores).

Itália – Sentimos dizer que os seus vinhos são geralmente maus, mal preparados e completamente adulterados pela adição de essências aromáticas.

Grécia – Dizemos o mesmo que da Itália. Apenas merece citar-se o vinho branco

de 1866 do município de Melo.

Estados Romanos – Maus vinhos. Nem um único merece prémio.

Espanha – É para lastimar que os produtores deste pais, que, a ajuizar pelo avultado número de amostras de vinhos que expõem, ligam importância a esta parte da riqueza do seu solo, não sejam mais solícitos nos processos que se referem ao fabrico e conservação dos seus vinhos.

Entre as amostras nota-se crescido número de belos tipos de vinhos, bem feitos, bem preparados e dum incontestável merecimento, mas julgam os peritos que o número deles podia ser ainda maior, e ficam desejando que as suas observações possam ser sabidas dos interessados.

Se os interessados atenderem os conselhos do júri, é de esperar que os vinhos espanhóis obtenham mais importantes e vantajosos mercados.

Portugal – Belíssima exposição. Colecções numerosas e muito notáveis. Vinhos bem feitos e bem preparados (segue-se a lista dos expositores mais notáveis, por ordem de merecimento absoluto e relativo).

Este julgamento refere-se aos vinhos do Douro. Os da Madeira são também vantajosamente apreciados no relatório do júri, mas em segunda plana.

França – Vinhos finos, bem feitos e bem preparados. Em resumo, Portugal figura honrosissimamente, e em primeiro lugar, à frente das nações expositoras de vinhos.

Para esta classe de produtos estão destinadas apenas uma medalha de ouro e dez de prata!

Há bem fundadas esperanças que o júri internacional conceda a Portugal a medalha de ouro e cinco de prata.

É honroso para nós. Que ao menos sejamos grandes nalguma indústria, já que tão pequenos somos na moralidade política.

Nº 39, 23 de Maio

O jornal francês *L'Exposition Universelle* escreve o seguinte notável artigo sobre a nossa exposição em Paris. É uma glória.

«Admirais o arrogante palácio espanhol? Olhai para a vossa direita. Este edifício *albuquerquiano* – perdoai este horrível neologismo [e bem horrível] – é o anexo português. Apenas fitais os olhos nele, descobris logo a aliança das artes do Extremo Oriente e do Ocidente. A descoberta das Índias, o frequente trato com os países muçulmanos, já influíram no pensamento deste edifício. É galante, altivo e aventuroso, como o génio português: não se parece com algum outro.

O estilo manuelino, como lhe chamam, aparece ali em todo o seu esplendor. Qual não seria o seu efeito, se tivera a grandeza apropriada!

Esse rei D. Manuel bem mereceu o epíteto de *Afortunado*. Foi quase contemporâneo do nosso Francisco 1, porque reinou desde 1945 até 1521, e imprimiu o seu génio, ao mesmo tempo discreto e magnífico, na Renascença portuguesa. No seu tempo florescem os Vascos da Gama, os Cabrais, os Albuquerques, os Cortes Reais. Os sábios, os poetas, os pintores, os arquitectos, ilustram a nação, então grande por excelência, e que dilata até ao Oriente os confins do mundo.

É um quadro sem igual, esse reinado!

A comissão portuguesa, para recordar a glória do seu país, fez bem em apresentar uma página arquitectural daquela época.

Aquelas formas, tão arredondadas, recordam os palácios dos potentados da Índia [isto é tolice]. O ouro deve revestir esplendidamente esses aposentos, em que a luz entra desafogada. A vida, o comércio, as empresas audaciosas, devem aí reunir-se, e já nos parece estar vendo os ilustres aventureiros portugueses entrar ali, trazendo na mão as suas gorras ornadas de diamantes e fazendo retinir no pavimento as suas espadas, onde brilha a mais fina pedraria.

Portugal já não possui senão uma pequena parte das suas colónias. Mas o que lhe resta é de uma originalidade sem igual; é a Madeira e Porto Santo, são as ilhas de Cabo Verde, são os estabelecimentos do Congo, de Angola, da Senegâmbia; é Moçambique, são as ilhas de São Tomé e Príncipe; é ainda na Ásia, Goa, outrora tão altiva, e Diu e Macau, e, além disso, na Oceânia, Solor e Timor. Estas pérolas mereciam que se pusesse bem patente o seu merecimento.

As produções daquelas colónias são efectivamente tão variadas como numerosas. Portugal, habituado já às exposições, soube escolher habilmente os seus espécimes. Na última exposição do Porto, em 1866, houve 3911 expositores vindos de todos os pontos do globo. Portugal mandou-nos agora, em reciprocidade, 1026 expositores. Estão espalhados, como os da Espanha, por quase todas as classes. É no quinto grupo que principalmente afluem; naquele pais também as associações prestaram um poderoso contingente.

As comissões chamadas distritais, as comissões filiais, as companhias, administrações, câmaras municipais, e particularmente o Conselho das Colónias, dirigiram e activaram as remessas.

As amostras das madeiras de Angola, Moçambique, São Tomé e Timor provêm desse concelho. As direcções das obras públicas, como são as de Santarém e outras, distinguiram-se.

A exposição dos materiais de navegação há-de mostrar que os Portugueses não renunciam à arte de dirigir e de salvar os' navios.

As louças de Coimbra, e uma grande quantidade de outros objectos de indústria portuguesa, hão-de sustentar o seu antigo nome popular. Há, pelo menos, 125 expositores na classe dos cereais, 80 na de grassinos, 75 na de legumes, 21 na de condimentos, 123 na de bebidas fermentadas, sem contar os produtos coloniais.

E uma exposição agrícola e vinícola sem exemplo. Os milhos, arroz, sorgo, cafés, feijão, mandioca, cacau, canela de Goa, açafrão, as especiarias, e particularmente a pimenta, hão-de ostentar-se com magnificência no palácio manuelino.

Temos mostrado, na multiplicidade das remessas de Portugal, o trabalho das comissões, associações e direcções; é necessário ver em tudo também o impulso poderoso de um rei conhecido pelo seu amor das artes e do progresso.

A comissão portuguesa mostrou muito gosto na maneira por que fez a colocação dos produtos, a qual se pode classificar como muito original.

As remessas de pinturas e esculturas testemunham igualmente a animação dada às artes.

Nalguns dos quadros expostos, como sucede com alguns quadros espanhóis, encontra-se o génio nacional. Contudo, são poucos os expositores. Contam-se só 23 pintores e 25 escultores ou gravadores; neste ponto a exposição do Porto era muito mais rica em número.

Mas Portugal, em toda a sua história, tem sempre provado que não é necessário que um povo seja numeroso para ser grande. Ainda que pequeno, soube disseminar-se pelo mundo e criar outros povos. E um destes é o Brasil. A falta de espaço nos obriga a reservá-lo para outro dia.»

Nº 40, 26 de Maio

É esta a igualdade segundo a entendem os Ingleses.

Chega um trem à estação de Londres, aproximam-se os empregados das carruagens de 1ª classe, tiram o chapéu e dizem: «Fazem favor de darem os bilhetes?» Passam para as de 2ª classe, não tiram o chapéu: «Os bilhetes, se lhes apraz!» Vão às de 3ª classe, e economizando palavras, contentam-se em dizer em tom áspero: «Bilhetes!»

Outro exemplo: um lorde embriaga-se, e dizem: «Sua excelência está de muito bom humor.» Embriaga-se um *gentleman*: «Vossa senhoria está muito alegre.» Emborracha-se um tendeiro: «Esse homem está bêbedo. «Fá-lo um pobre trabalhador: «Que borrachão!»

*
* *

A semana passada, rondavam de noite dois *policemen* de Londres em New Road, e viram dois indivíduos ao pé dum bico de gás. Desejosos de saber o que eles ali estavam a fazer, os dois *policemen* olharam para os dois atentamente e perceberam que um deles queria enforcar o outro, que não opunha a menor resistência. Os agentes intervieram imediatamente, mas foram recebidos ao soco. A lei, porém, pesou sobre a força. Os dois indivíduos foram levados a uma estação, e ali fizeram a seguinte declaração: tinham jogado e um deles perdera, quis tentar uma desforra e propôs jogar o fato.

– Isso não pode ser – respondera o que ganhara –, se a sorte te não proteger, então ficas nu.

– Não te importes com isso – replicou o outro –, tu ajudas a enforcar-me, e assim, não precisando eu já de fato, podes levá-lo.

A concordata fora aceite, e como a sorte lhe continuara a ser adversa, o desventurado jogador submetia-se aos termos do tratado quando a policia se foi meter nos negócios alheios.

Nº 41, 30 de Maio

As nações que se fazem notar na exposição de Paris pela história do trabalho são: a França, a Inglaterra, a Áustria e Portugal; todos dizem que o nosso país figura ali muito dignamente.

Os objectos pertencentes à coroa e a Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luís são de contínuo visitados e estudados pelos primeiros amadores de arte antiga.

A custódia do nosso antigo mosteiro de Belém é a maravilha da exposição, e o monetário de El-Rei veio fazer conhecer a numismática portuguesa.

O missal Estefânio Gonçalves, de Viseu, pertencente à Torre do Tombo, e escrito em 1520, é admirável exemplar de perfeição em miniatura, os primeiros entendedores o têm apreciado muito, chegando um a dar-lhe o valor de um milhão de francos.

As instâncias para que apareça um catálogo especial português são gerais, e a comissão ocupa-se seriamente em o fazer, de modo que seja digno completamente dos seus trabalhos, e onde fiquem registados os nossos principais monumentos artísticos.

Os vinhos do Porto foram devidamente aprovados; tivemos 11 medalhas de ouro, a Espanha, 8 e a França, 40.

*
* *

A Rússia, como é sabido, cedeu aos Estados Unidos a parte do seu território conhecido pela designação de Rússia Americana.

Consta de sete artigos o tratado de venda da América Russa aos Estados Unidos, o primeiro dos quais trata dos limites geográficos do território russo-americano, e o segundo explica que na venda estão incluídas todas as propriedades públicas, com excepção das igrejas construídas pelo governo russo para o culto do rito grego oriental, as quais passarão a ser propriedade dos fiéis que desejem permanecer no território.

No artigo 3º se estipula que, à excepção das tribos selvagens, todos os habitantes do território ficam em liberdade para regressar à Rússia dentro do prazo de três anos, ou para permanecer nele, em cujo caso entrarão logo em gozo de todos os direitos, regalias e imunidades que os Estados Unidos concedem aos seus cidadãos, e que, em relação às tribos selvagens, serão governadas pelas leis vigentes para índios deste país, ou por outras que depois se estabeleçam.

Reza o artigo 4º que o imperador da Rússia nomeará imediatamente os comissários ou agentes que hão-de fazer entrega aos nomeados pelo governo federal do território e seus domínios, propriedades, dependências e pertences; porém, ainda que a cessão implique o direito de possessão imediata, a entrega não será considerada como completa e absoluta antes da assinatura das ratificações.

Feita esta assinatura, as forças militares da Rússia se retirarão de todos os fortes, guarnições e aquartelamentos em que hoje prestam serviço, e os Estados Unidos tomarão posse dos ditos postos militares, segundo o estipulado no artigo 5º.

O 6º fixa o preço de 7 200 000 dólares em ouro (6842 contos) e o 7º estipula que a ratificação se fará em Washington.

Nº 42, 2 de Junho

Tem-se ultimamente falado tanto da loucura do senhor arcebispo de Mitilene que julgamos interessante dar alguns pormenores sobre a monomania daquele infeliz eclesiasta. São colhidas estas notícias em carta de pessoa fidedigna.

O senhor arcebispo de Mitilene, que é natural de Vila Pouca de Aguiar, não fugiu de Espanha, como se diz, nem tão-pouco tem andado pelas proximidades de Guimarães; o senhor arcebispo de Mitilene, que há muitos anos padece de desarranjo mental, tem estado na vila de Chaves há dois anos e meio, onde tem cometido actos somente próprios da moléstia de que se acha afectado.

Ainda há poucos meses, este infeliz queria reunir na margem direita do Tâmega todos os habitantes daquela vila para serem por ele baptizados, e dava razão do seu desejo e vontade o estar nulo o seu primeiro baptismo.

Também por outra vez foi à igreja matriz, fazendo-se acompanhar dum carpinteiro, ao qual ordenou pregasse todas as portas do templo, para evitar a entrada nele aos *falsos cristãos;* não se prestando o artista a este serviço, teve que dar às de vila diogo, para não experimentar o peso da grossa e comprida bengala de que sua excelência estava munido.

Usa vestuário preto, traz grande cabeleira, chapéu com abas de grandes dimensões e esporas de prata com puas descomunais; diz a todas as pessoas que o interrogam que e alferes de cavalaria. Tem feito várias prédicas nas ruas públicas da mencionada vila, e

dá a mão a beijar às beatas, que neste acto ajoelham, semifecham os olhos e batem no peito em sinal de *contrição.*

Sua excelência dorme mui pouco, escreve muito e, segundo alguém me disse, tem coisas aproveitáveis. Não faz uso dos alimentos mais substanciais, nem consente que à mesa lhe vá coisa que sofra morte, sendo o seu alimento diário vegetais, creme, arroz, doce e ovos. Esteve alguns anos neste deplorável estado na casa de sua família, em Vila Pouca, não consentindo nunca que esta o visitasse, dizendo mesmo que a abominava; porém mostrou sempre grande afeição a sua mãe, mas por último veio também a aborrecê-la.

Ultimamente soube por pessoa fidedigna que sua excelência tinha fugido para Vila Real, continuando ali com as suas prédicas, trazendo na mão rolos de papel, que diz serem bulas, pelas quais concede perdão a todos os pedreiros-livres, carbonários e mais membros das sociedades secretas, contanto que abjurassem os seus usos. Dava vivas a Maria Santíssima e morras ao antipapa Pio IX.

As bulas são datadas de Vila Pouca de Aguiar e assinadas com o nome de Domingos I.

*
* *

Poucos são os que sabem que há uma caixa lá no fim do mundo, no meio do estreito de Magalhães, num dos cabos mais avançados da Patagónia, em frente da Terra do Fogo.

Sobre uma ponta de rochedo, recortado fantasticamente, ergue-se um barrote sobre o qual se lê esta inscrição: *post office.* Por baixo está suspenso por uma corrente de ferro um barril, cuja tampa, que se move sobre eixos, pode-se levantar sem obstáculo, por isso que não tem fechadura nem cadeado. Este barril é a estação postal dos dois oceanos, e eis aqui a forma por que ela funciona.

Cada navio que atravessa o estreito, envia uma canoa com um oficial para o lugar onde se acha o mencionado barril. Se o navio chega de um dos portos do Atlântico, o oficial deposita as cartas que tiver com subscrito para as regiões banhadas por esse oceano, e toma conta das que encontra subscritadas para os portos do oceano Pacífico, por onde o navio há-de fazer escala.

As cartas depositadas por esse oficial serão arrecadadas do mesmo modo por algum navio seguindo viagem para o Atlântico. Por esta forma, só com a intervenção dos navegantes que arrecadam e depositam as cartas, esse barril estabelece uma correspondência entre os dois mundos – correspondência que tem sido até ao presente inviolavelmente respeitada.

Nº 42, 2 de Julho

Encontrámos a seguinte espirituosa lição geográfica no *Jornal de Lisboa,* e tão engraçada a achamos que a publicamos para largo recreio dos que nos lêem.

Quando um homem ama uma mulher e não acha meio de corresponder-se com ela, o homem é uma *ilha.*

Se encontra um primo que o aproxima da ninfa, então forma uma *península,* e o tal *primo,* que é a porção de terra que o liga ao continente, é o *istmo.*

Se a menina tem uma amiga, que, reconhecendo a nossa paixão, a incite a que nos corresponda, nos sorria e nos afague, essa amiga, metendo-se pelo mar das nossas

ilusões, é um *cabo.*

Se, em vez de amiga é uma tia, ou qualquer parente, pessoa *elevada,* então é um *promontório.*

Se alcançamos o consentimento da *mamã*, que nos defende dos *furacões* do *papá,* tal *mamã* é um *porto.*

Se, porém, nos não defende, mas se mostra indiferente a que lhe cortejemos a filha, é simplesmente uma *bacia.*

Todas as *paragens* em que podemos falar à donzela, regra geral ao abrigo de todo o compromisso com os *papás,* chamam-se *ancoradouros* ou *enseadas.*

Quando nos correspondemos por intervenção da criada, é esta um *estreito* que une os dois mares.

Se a criada não é muito escrupulosa, pode considerar-se *canal.*

Se é difícil conquistá-la tem de chamar-se um *baixio.*

Constituem a *barra* todos os obstáculos que se nos opõem até chegar à jovem.

Os conhecidos de ambos que auxiliam os nossos planos são as correntes que entram para o mar, são os *rios*.

Quando os amantes confiam reciprocamente os seus segredos, há *confluência.*

Finalmente, o casar é morrer *afogado.* Se a noiva tem até 18 anos, morre-se caindo num *lago.* Dos 18 aos 25, é *poço;* a morte é mais aflitiva. Daí em diante é *pântano.*

*
* *

Pelo novo sistema adoptado obteve Portugal 10 medalhas de ouro. À Espanha foram concedidas 8, e 12 à Áustria, pelos seus vinhos da Hungria e Transilvânia.

Para a adjudicação dos primeiros, meteu-se em linha de conta o número dos expositores, e por isso, as 10 medalhas que obtivemos, foi considerado em Paris como um verdadeiro triunfo.

O ser a Áustria mais premiada que Portugal é devido, não à superioridade dos seus vinhos sobre os nossos, mas ao avultado número dos seus expositores.

Para que isto não pareça uma simples desculpa patriótica, deve-se saber que só a França teve 23000 expositores!

Dos factos expostos resulta que, em atenção ao nosso território e ao número dos nossos expositores nesta classe, obtivemos o mais a que podíamos aspirar.

Supomos que este resultado deve agradar aos expositores de vinhos portugueses, especialmente a resolução tomada de serem individuais as recompensas.

Entre medalhas de ouro, prata, cobre e menções honrosas, temos 58 prémios na classe dos vinhos, o que não se pode negar que seja um triunfo.

Têm merecido em Paris a especial atenção dos entendedores as cartas geológicas expostas pelo distinto engenheiro Sr. Carlos Ribeiro, autor de diversas obras científicas.

O Sr. José Maurício Vieira, director da oficina de instrumentos de precisão do Instituto Industrial de Lisboa, também tem merecido grandes encómios dos jurados competentes, declarando estes «estarem mais bem feitos e acabados que todos os que se apresentaram em 1862, na exposição de Londres».

Nº 42, 2 de Junho

Um inglês, antigo capitão de navios e de cerca de 60 anos de idade, principiou a

frequentar ultimamente com grande assiduidade certa loja de Londres, a cujo balcão se ostentava a beleza loira, asseada e fresca de uma das mais gentis inglesas que têm servido de modelo às mais fininhas gravuras da Grã-Bretanha, ou às mais delicadas estatuazinhas de porcelana *biscuit.* Ao fim de poucos dias, o velho inglês estava violentamente apaixonado pela rapariguinha do balcão. Disse-lho, e ela riu-se dele e do amor que lhe inspirava.

O velho ficou mais triste, mas não deixou por isso de frequentar a loja em que lhe estava preso o coração. Ia para lá pela manhã e não se retirava senão à noite, quando se fechavam as portas.

Como a engraçada e alegre *grisettezinha* recebia sempre os galanteios do capitão com um desprezo amável, que lhe desarraigava da alma os seus sonhos mais dourados e mais queridos, o velho deixou por fim de falar-lhe, contentando-se em contemplá-la com a melancolia de um cão fiel ao amor do dono que o espancou.

Um belo dia, o capitão cortou o seu silêncio habitual, desfechando a cantar uma triste ária francesa que ele aprendera em uma das suas viagens aos portos de França. A letra desta ária terminava assim:

Mais quand je serai loin
Pense a moi si tu m'aimes!

Daqui por diante o capitão cantava sempre.

Como a sua melopeia arrastada e triste incomodava a gente da loja e os frequentadores dela, a rapariguinha do balcão viu-se obrigada a mandar sair o velho, a quem não era impossível impor silêncio.

O homem retirou-se com a humildade de um mendigo que reza uma oração por quem lhe negou uma esmola, e não voltou mais.

No dia seguinte tinham-no levado para um hospital, onde ele continuava a cantar incessantemente a sua canção predilecta.

Tinha enlouquecido.

Nº 43, 6 de Junho

Chega do Egipto uma notícia extremamente curiosa. Um frade copta, cavando uma cisterna perto de Ossonan, no Alto Egipto, descobriu um tesouro imenso, tão importante e tão precioso que se julga ser o *tesouro* legendário tão cobiçado pelos faraós.

Deslumbrado ao princípio por este monte de riquezas fabuloso, o frade quis guardá-lo todo para si, e não deu parte a ninguém do precioso achado. Ia tirando dele pouco a pouco unicamente o que era preciso para as suas despesas ordinárias; mas pouco tempo lhe durou a prudência; deixou-se dominar da febre do luxo e começou a gastar como um opulento príncipe.

Em toda a parte há invejosos. Os do Egipto murmuraram ao princípio de tanto luxo usado por um frade, e da murmuração passaram à curiosidade. Já a este tempo a autoridade estava informada do que se passava, ia para ordenar uma sindicância, quando o frade, temendo ser punido, foi dar parte do seu achado ao governo.

Nº 44, 9 de Junho

Na exposição de Paris é sempre grande a afluência de admiradores nos salões reservados para os vestuários e tecidos, e que se seguem às galerias dos produtos naturais, entre os quais figuram amostras de madeiras, minerais, metais, lãs, algodões, sedas, frutos, cereais e sementes de toda a espécie, peles, conservas e muitas outras matérias-primas, cujo catálogo é uma enciclopédia dos três remos da Natureza.

Nas salas dos vestuários e tecidos é onde está exposto o fruto de muitas matérias-primas, fruto fecundado pela inteligência do homem.

Ali se vêem os lapões estendidos em trenós puxados pela rena, esse animal tão útil aos habitantes das margens do mar glacial, que, envoltos em peles, apenas deixam ver uma. pequena parte do rosto. Junto deles estão caçadores firmando-se em longos patins, com forma de barcos, sobre que atravessam grandes extensões de terreno coberto de gelo.

O norueguês, enfardado como o lapão, distingue-se dele apenas pelo filho metido em peles, e trazido pela ama, que parece um urso.

O sueco expõe com a maior ingenuidade algumas personagens que representam um idílio campestre: uma noiva, duas jovens desfolhando e interrogando um malmequer, etc.

Todas estas figuras são de tamanho natural, imitam fielmente a Natureza, e causam admiração pela naturalidade e vida que têm, a ponto de parecer que respiram e vão falar.

Os russos expõem os seus *cabans* de peles de Astracã; os orientais, os ricos vestuários e todo o pessoal e aparelho grotesco de um harém em viagem; o cavaleiro das pampas vai lançar o laço ao cavalo selvagem; o espectador parece-lhe que faz uma viagem à roda do mundo!

Ali se vê a desigualdade dos dons da Natureza. Que lição para os pensadores, que protesto contra a igualdade prometida, ou imaginada! Para uns, os gelos eternos e as trevas; para outros, as flores e o céu radiante!

Mas ali mesmo representam-se esplêndidos os produtos da alta indústria, com todos os requintes do luxo. Que ondas de veludo, que profusão de caxemiras e de sedas! Gases, bordados, pontos de Inglaterra e de Alençon, rendas de Melchinia (Malines), de Valenciennes, e de muitas outras maravilhas, onde se observa a maior finura, delicadeza e esplendor nos tecidos, através dos quais o ouro está tramado promiscuamente com formosas pérolas.

Abundam os vestidos esplêndidos de rendas, como saias roçagantes, e outros cor de sol, como nos contos de fadas, e ao pé de tão belos enfeites, dignos de uma rainha, está o humilde tear que produziu aqueles milagres. Quantas vigílias, que de esforços e paciência; quantas centenas de carretéis e de fusos se empregaram para guiar os fios; quantos milhares de alfinetes para fixar os nós!

O humilde tear e o amplo vestido coberto por arabescos denotam a diferença que existirá sempre, como diz La Fontaine, entre quem fez o vestido e quem o traz. Este contraste, porém, tem um lado consolador para a humanidade, porque o luxo e as fantasias dos ricos servem para assegurar o pão e o bem-estar dos pobres.

Todos os visitantes da exposição confessam a supremacia da França neste género de indústria, e que Paris é o árbitro dos destinos da moda e do gosto.

O filósofo não é indiferente a tanta elegância, sob o ponto de vista da arte; mas tão grandes riquezas e tão belos tecidos atraem-nos menos do que os vestuários quentes e sólidos que a indústria põe ao alcance da classe média e das pessoas pobres; porque as máquinas servem não só para aliviar o trabalho dos operámos, mas para que eles possam vestir por diminuto preço. Tanto assim que o público contempla na secção dos Estados Unidos um tear autómato, que, por si só, produz excelentes tecidos. O único

operário que assiste à obra cruza os braços como o mestre que está em presença do discípulo que sabe bem a lição; incomodando-se apenas para corrigir as raras distracções do tear quando se quebra o fio de algum fuso.

E este um importante invento, que alguns dos nossos maquinistas e operámos, subsidiados pelo Estado, deviam ir estudar à exposição de Paris.

Nº 46, 16 de Junho

Em primeiro lugar, devemos declarar, conquanto haja na exposição de Paris um estado-maior português com os competentes escriturámos, não temos dele recebido nota alguma sobre os assuntos relativos à exposição, como alguém tem suposto. Os nossos artigos são extractos de correspondências publicadas num jornal de Paris.

Depois das galerias onde estão expostas as mobílias de que ontem falámos, tendo, por falta de tempo, guardado silêncio sobre as ricas estátuas de Cordier, verdadeiras obras de arte, e a respeito de muitos bronzes e mármores exóticos trabalhados para comodidade do homem; depois de se admirar essa rica e profusa colecção de objectos artísticos, para que trabalharam engenhosos colaboradores dos Vaucanson, dos Cellini e dos Palissy da indústria, o espectador tem de preparar-se para novas surpresas.

O ensino está ali servindo de peristilo à galeria do *material das artes liberais.*

Naquele grande mercado do Campo de Marte, para onde todas as nações mandaram os produtos da sua indústria, vêem-se perpassar todos os tipos da humanidade. O viajante pode estudar todos os usos e costumes; provar todas as comidas e ouvir todas as línguas e dialectos do mundo; e por isso também ouve variadíssimas opiniões, mais ou menos contraditórias.

Há pessoas que perguntam o que vem a instrução pública fazer ao campo do concurso industrial. Ao que nós responderíamos que tratar dos produtos do progresso da inteligência sem demonstrar a causa é querer plantar árvores sem olhar às raízes, ou desejar fazer ricas colheitas sem cuidar das sementes que fazem germinar e prosperar a paveia abundante.

Por isso o homem consciencioso não passa com indiferença por defronte de dois grupos significativos que ornam um pórtico na galeria.

No primeiro, o artista representou uma mulher rodeada de crianças, a quem dá as primeiras lições do á-bê-cê. Por cima deste grupo, que simboliza o asilo, está a seguinte inscrição: «1852 – Quero conquistar para a religião, para a moral e para a felicidade esta parte ainda tão numerosa da população, que, vivendo num pais de fé e de crenças, apenas conhece os preceitos de Cristo.»

Do outro lado do pórtico, o grupo representa um mestre instruindo crianças que mostram ter mais idade. É o símbolo da escola primária. Por cima está este letreiro: «1866 – Em poucos meses foram abertas, nas comunas do império, 13 000 novas escolas de adultos.»

O visitante cuja curiosidade é provocada por aquele programa entre na *creche* da ciência. Ali encontra, arrumados por ordem, inumeráveis espécimes de todos os esforços que a caridade particular tem feito para proteger a infância, desenvolvendo-lhe a inteligência e despertando-lhe bons instintos.

Todos os livros de ensino estão classificados com tal método que facilmente podem ser comprados, escolhidos e consultados.

Sobre uma biblioteca lê-se a seguinte máxima de Franklin: «Se alguém te disser que podes enriquecer por outra maneira que não seja pelo trabalho e pela economia, não o escutes, porque é um envenenador.»

Acima, porém, daqueles que trabalham para economizar e para enriquecer-se, estão os homens desinteressados que consagram o trabalho às obras de dedicação e à propaganda moral. Duas estátuas que figuram no limiar da galeria recordam ao público dois desses homens de boa vontade. Uma é a de Pestalozzi, que tem a seguinte inscrição tirada dos seus escritos: «Vivi como mendigo, para ensinar os mendigos a viver como homens». A outra estátua não precisava de mote nem de comentários; é a do venerável De La Salle, fundador das escolas cristãs, e foi executada pelo jovem émulo de frei Arcadio, um dos zelosos propugnadores daquela obra de abnegação.

Na mesma galeria figuram obras de arte e de indústria, bronzes, serralharia, instrumentos de precisão, produtos expostos pelos alunos das escolas profissionais de Chalons, de Lyon, de Mulhouse, etc., e, em seguida, as plantas e modelos dos estabelecimentos que a engenhosa caridade fundou, e que sustenta a expensas suas.

Uma das mais meritórias daquelas obras pias é a Sociedade Fénelon, estabelecida para educação e patrocínio dos rapazes pobres, compreendendo todas as idades: asilo, escola primária, escola de agricultura, ensino de surdos-mudos, etc.

Segue-se a colónia de Mettray, que moraliza, encaminha e salva os jovens que sofrem prisões temporárias e de cuja reabilitação a sociedade não deve perder as esperanças, cumprindo-lhe levantá-los do abismo em que o acaso, a falta de instrução e o abandono deplorável os lançou.

Figura depois a Sociedade Franklin, que funda bibliotecas populares em vários pontos distantes das cidades.

Entre os métodos de ensino musical, torna-se notável o de Galin-Paris Chevé, pela simplicidade e pelos resultados surpreendentes que dele tiram os discípulos. Este fecundo elemento de civilização para as massas foi, por muito tempo, combatido pela rotina, que em todos os países faz das suas... Mas a enérgica defesa dos seus apóstolos e crentes conseguiu que ele triunfasse.

Ao lado deste e de muitos outros livros e métodos que devem instruir a mocidade acham-se aparelhos de ginástica, que servem para diverti-la e desenvolver-lhe a força física, aumentando-lhe o bem-estar.

O viajante superficial e o *turista* passam com indiferença por defronte destas interessantes oficinas onde se fabrica o pão do espírito; mas, ao homem pensador e à inteligente mãe de. família, o aspecto dos produtos da filantropia e da dedicação não deixará de despertar-lhes sentimentos de caridade para com a infância abandonada, e simpatia pelos benfeitores desconhecidos que vêm ajudá-la e que organizaram uma verdadeira cruzada contra a ignorância.

*
* *

Cartas de Paris referem que a vida ali é um labirinto, imensamente sensual e desmesuradamente céptica. Enquanto que no México fuzilam ou ameaçam fuzilar a Maximiliano, os soberanos, seus companheiros ou parentes, visitam os teatros de segunda e terceira ordem, *conversam* com as actrizes, frequentam o *demi-monde.* Por toda a parte se joga de modo infernal. Uma vitória, para ir a Longchamps, custa 200 francos; e um péssimo lugar na grande Opera, para ter o gosto de ver metade do almanaque de Gotha embutido num palco, custa 80 francos (reis 14S400!).

Os Parisienses estão já desesperados e ansiosos pela despedida das andorinhas, vão fazendo poesia bucólica e satirizando a corrupção dos costumes em geral e... a dos hóspedes em especial.

*
* *

Depois da galeria dos tecidos na exposição do Campo de Marte, segue-se a galeria das mobílias, onde se patenteiam todos os requisitos da civilização mais elegante, e de que fazem parte todos os produtos da indústria que têm relação às comodidades, ao ornato das habitações e à arte de viver bem.

A vista, deslumbrada, perde-se na multiplicidade de tantos produtos sedutores e disparatados. Pêndulas, candelabros, 1am-padámos, lustres radiantes, móveis esculpidos de toda a espécie, de que não se sabe o que se há-de mais admirar: se o desenho, se a graça, se a forma ou a matéria! Aparelhos caloríferos, nos quais o ferro, maneado e modelado como cera, tem todo o brilho do aço polido; chaminés em miniatura e outras monumentais, de mármore, bronze e madeira esculpida; porcelanas finas e transparentes, mais brancas do que leite, tão lisas como gelo, onde com variedade, arrojo e fecundidade inextinguível estão reproduzidas personagens que respiram e paisagens verdejantes, ou flores a que apenas falta o perfume.

A porcelana não se limita hoje a essas estatuetas coloridas, e outras figuras e vasos, que por aí se encontram em Lisboa. Essa matéria diáfana, esse processo delicado e minucioso, produz actualmente estátuas do tamanho natural que são chefes de obra dignos do maior apreço.

A chamada *faiança,* no ponto de perfeição a que está levada, presta-se mais do que a porcelana à ornamentação e à arte decorativa, em consequência da consistência, estabilidade e amplidão da matéria de que é fabricada – e a pintura adere-lhe com grande facilidade. Outra maravilha.

Os cristais parecem reter nos prismas radiantes toda a luz do céu, para reflecti-la nas galerias e deslumbrar os espectadores. Ao ver-se uma fonte monumental composta de três largas bacias sobrepostas, e ao medir os incomensuráveis espelhos que a formam, ninguém sabe até onde chegará o poder da indústria; e muita gente pergunta se algum dia haverá prédios de cristal.

Os bronzes parecem estar ainda no caminho do progresso, em relação ao desenho e à composição; mas os de Mr. Barbedienne apresentam em todas as dimensões as mais belas reproduções da Antiguidade, acompanhadas de belas obras modernas.

As paredes desta galeria estão cheias de tapeçaria, cujos fios tenuíssimos imitam os toques delicados de miniaturas.

Entre os chefes de obra de ourivesaria, admira-se uma mesa executada por Christophe para as grandes recepções da câmara municipal de Paris.

Christophe é o inventor do processo e o dono das grandes oficinas para o fabrico de objectos prateados, cujas amostras se acham na loja de ourives à Rua Nova do Carmo.

Nº 47, 20 de Junho

Os produtos da livraria e da fotografia figuram também entre o material das artes liberais. A fotografia é por ora uma indústria cheia de esperança. É o espelho em que a luz fixa qualquer imagem que seria representada com toda a fidelidade, se não se dessem desvios ao instrumento. Basta examinar essa imagem para se conhecer quanto ela se ressente da origem passiva que tem.

A intenção do artista apenas pode revelar-se na sua obra pela combinação feliz da posição do modelo, e pela compostura e artifício dos acessórios. O Sol é que faz o resto.

O prático só pode obter bom efeito com a escolha do instrumento que transmite a luz, e com a manutenção dos produtos químicos empregados para fixar a imagem. E esta a razão por que aos fotógrafos se contesta a pretensão de quererem passar por artistas. Vêem-se porém na galeria espécimes que são quase obras de arte. Não diremos que os retratos obtidos com semelhante processo possam rivalizar com a concepção dum pintor hábil e engenhoso; contudo, há alguns de admirável beleza, que à primeira vista parecem retratos a óleo.

Mas na reprodução de estátuas, monumentos, vistas interiores de palácios, objectos inanimados, de história natural e trabalhos microscópicos, a perfeição nada deixa a desejar. Os desenhos de mestre apresentam-se copiados com tal precisão que o original não se pode distinguir da cópia. Há até quadros que, em certas condições de cor, estão reproduzidos como num espelho.

Os mais célebres pontos de vista, que ordinariamente eram interpretados e modificados segundo a fantasia dos artistas, apresentam-se hoje com toda a exactidão e fundo verdadeiro. Quando se folheiam os álbuns daqueles grandes exploradores, contempla-se o panorama do universo. Qualquer curioso, sentado comodamente numa poltrona, pode viajar à roda do mundo: penetra nas clareiras da floresta de Fontainebleau; admira rochedos amontoados e carvalhos seculares; ou então como se estivesse docemente embalado numa barca, segue lentamente as margens verdejantes do Mississipi.

Outra surpresa.

A imagem reproduzida pelo Sol vem por si mesmo fixar-se numa chapa de cobre ou de aço, tornando-se gravura ao buril ou em relevo –, e a obra da luz, entre as mãos do impressor, é multiplicada até ao infinito, como grão de trigo entre as mãos do lavrador.

A fotografia, cujos progressos são imensos e que está, a nosso ver, mui bem classificada entre os materiais das artes liberais, fala aos olhos e detém e cativa os curiosos fatigados, que tomam aqueles pontos de vista luminosos por janelas abertas, dando sobre campinas e bosques.

A livraria, pelo contrário, deixa apenas adivinhar as belezas misteriosas. Entre ela e a fotografia há tanta diferença como entre a alma e o corpo. ou como a mais bela das nossas leitoras e uma figura de cera.

O visitante deita um olhar distraído para a capa do livro e passa adiante. O livro precisa ser interrogado para que diga o que contém: assim como a harpa precisa ser tocada para se lhe apreciar a voz sonora, e o frasco de perfumes necessita ser aberto para se lhe conhecer a essência que contém.

Contestou-se por bastante tempos aos editores o título de inventores e de criadores industriais. Hoje, porém, faz-se-lhes justiça. E efectivamente o livreiro é inventor, cujo concurso para a concepção e execução de certos livros é inteiramente diferente do concurso do fotógrafo para a reprodução das imagens em que o Sol faz todo o trabalho.

Verdade é que os poemas e os romances podem reproduzir-se sem intervenção dos editores. Homero e Virgílio passaram

muito bem sem eles: mas os livros de gosto. os livros de arte. as edições correctas dos clássicos, as obras ilustradas, as enciclopédias. as grandes empresas. as jóias bibliográficas, as curiosidades e os tesouros procurados pelos amadores são positivamente criação do livreiro, que concebe a operação e que investiga os diversos colaboradores da obra: escritores, desenhistas, gravadores, impressores e fabricantes de papel – para obter um conjunto perfeito. A iniciativa do livreiro faz viver grande número de cooperadores.

O gosto pela leitura difere muito do gosto pelos livros. As pessoas ociosas, que, para matar tempo, devoram jornais, revistas e romances, quase nunca têm um volume

predilecto. Os amadores de livros possuem sempre muitas obras preciosas, mais pela paixão da *forma* do que pela *matéria* que contêm.

Nº 48, 23 de Junho

A galeria das artes liberais, em que o público entra depois de atravessar as salas de instrução pública, contém muitos objectos que estão em grande disparidade uns com os outros e que não tiveram lugar bem determinado de classificação nas outras galerias.

Imagine-se o embaraço e as hesitações dos comissários da exposição, empunhando uma linda boneca mecânica e interrogando-se gravemente sobre a colocação que deviam dar-lhe!

Por isso aquela galeria é uma divertida cafarnaum. Desde as peças anatómicas até aos leques, desde os instrumentos de cirurgia até às caixas de música, e dos primores de livraria até aos apagadores, tudo ali se encontra. E um labirinto de astronomia, de cirurgia, de livros com estampas, de instrumentos de precisão, de física, de geografia, de cosmografia, etc., muito interessante e útil, sem dúvida, para as pessoas técnicas, que nele encontram reunidos tantos elementos e materiais da ciência, mas onde não queremos introduzir o leitor.

Os instrumentos de música tomam ali um lugar importante. Aquelas trombetas, trombones, rebecas, violas, berimbaus e zabumbas produziriam formidável explosão se tocassem todos ao mesmo tempo. Os pianos são tantos como as peças de artilharia, em toda a exposição.

Felizmente, os pianos não falam todos ao mesmo tempo. Nas regiões alemãs, ouvem-se jovens pianistas, improvisadores de talento e de rara energia, empenhados em provar a solidez do seu instrumento, demonstrando que resiste à mais alta pressão e que não se reduz a poeira sofrendo tão potente batedura.

Fazem agradável diversão os harmoniosos sons das trompas de caça, que *cantam* com todo o sentimento da voz humana, e que fazem recordar as cenas campestres, os bosques sombrios, os cerúleos lagos e a risonha Natureza, pela qual nós daríamos todas as maravilhas da indústria.

A escola francesa distingue-se pela correcção e pela expressão. Têm sido muito procurados os pianos mecânicos, cujas peças são maravilhosamente tocadas, apesar de lhes faltar a alma e a expressão do artista. As partituras são escritas em relevo sobre tábuas que, à maneira de gavetas, se introduzem no instrumento. Quem quer um bocado de Rossini, ou de Gounod, dá à manivela, e o negócio arranja-se à maneira de café torrado. A exportação para o Brasil é enorme. Os brasileiros recebem centenares destes moinhos de harmonia em tronco de mandioca, café... papagaios... e muita arara!

Os papéis para forrar casas, outrora tão desprezados, são hoje obras de arte. O práticos tornaram-se verdadeiros artistas, que sabem ver, compreender e traduzir a Natureza.

A França está sem rival neste género de pintura efémera. Nas flores transluz a graça e a harmonia; e as paisagens apresentam às vezes tão bem representado e com tanta poesia o longínquo vaporoso que podem competir com as obras dos mais hábeis decoradores. Também nesta especialidade aquele grande país espalha o reflexo das suas luzes, tanto nos palácios como na mais humilde habitação.

Os artistas que assim aplicam o seu talento às artes industriais dão provas de muita sensatez.

Se por um lado perdem a esperança da fama, incerta e precária, por outro possuem o trabalho regular, útil e produtivo, em lugar de andar procurando venda do seu trabalho

por casa dos especuladores que lho regateiam ou lho rejeitam.

Os desenhadores de lenços, de estofos e de tapetes estão no mesmo caso. Estudam e imitam a Natureza e dão às indústrias a distinção, originalidade e elegância muito apreciadas em todos os países.

A indústria é como o jornalismo. Utiliza e absorve muitas aptidões literárias; necessita, como ele, ter ideias novas sob pena de descair até arruinar-se de todo; precisa criar sucessivamente novos modelos e ter sempre invenção, frescura, imaginação, energia e fecundidade inesgotável.

Os leques apresentam-se hoje como obras de arte, tendo a assinatura do autor. Os que estão assinados por Eugénio Lami são quadros de mestre. Após este artista há uma escola de lequistas e ventaroleiros distintos. E, na realidade, era preciso que esses artistas fossem bem infelizes para que o destino privilegiado de tão delicada obra não os inspirasse!

Os espectadores não podem deixar de se deter para contemplar os camafeus, as estatuazinhas, as mil bagatelas lindíssimas que ornam estes móveis de sala a que chamam *étagères* – e os variadíssimos e úteis objectos próprios para escritório.

O papel para cartas, branco como neve, atrai a vista dos circunstantes. Desperta ao homem pensador a ideia de que aquele pequeno espaço, liso como cetim, talvez venha a ser o confidente de algum pensamento íntimo! A página em branco é a manhã sem nuvens: é a esperança... Aqui, do nosso escritório, divisamos nós essa folha ebúrnea, respiramos-lhe o perfume subtil, e procuramos adivinhar o que uma gentil e alva mão poderá escrever-lhe... Mas voltemos à fria prosa.

As cartas de jogar também se apresentam naquela galeria, apesar de não acusarem grande progresso industrial, de Carlos VI para cá. Puseram-nas sem dúvida na galeria das artes liberais para denotar as artimanhas e as tretas das sociedades de olho vivo, e a tolerância inexplicável dos governos a respeito das casas de jogo.

Nº 49, *27 de Junho*

Em Lisboa realizou-se o *meeting* da classe operária que tinha sido anunciado. Falaram diversos cavalheiros. Tomaram-se por fim as seguintes resoluções:

1ª – Nomeação de uma comissão para confeccionar uma representação à câmara dos dignos pares do reino, e outra ao soberano, a fim de que o trabalho de comércio com a França não chegue a ser lei do Estado.

2ª – Que sejam convidadas todas as classes industriais a nomearem dez indivíduos por cada uma, para acompanharem a comissão às cortes e ao paço, com todas as demonstrações pacificas do desgosto que predomina nas classes operárias.

3ª – Que sejam convidadas as classes industriais do Porto a enviarem igualmente cada uma dois indivíduos para acompanharem a comissão às cortes e ao paço.

4ª – Que a comissão fica autorizada a empregar todas as diligências que julgar convenientes para o deferimento, ficando porém terminada a existência da comissão com o triunfo da representação, ou logo que seja desatendida.

Foi nomeada a comissão de 20 pessoas, todas da classe operária.

Nº 50, 30 de Junho

Évora nestes dias tem estado com aquela jovial animação que as feiras têm o privilégio de dar às localidades. A feira tem sempre um cortejo ruidoso de

divertimentos, de teatros, de bailes, de galanterias, de touros e também um pouco de lucros e de comércios. Está uma terra morta, enterrada, quase esquecida, e de repente, num dia de Junho ou de Maio, porque assim o querem calendário e as necessidades da vida, vê entrar pelas suas ruas todo um cortejo querido de festas, comédias, farsas, realejos, touros, capinhas, penteados de baile, librés novas, toda a sorte de coisas festivas, alegres, vazias e perfeitamente inofensivas.

Então, começa a vida: tudo corre, grita, gesticula, passa, rodeia, diverte-se, canta, ri e vai-se embora. E uma animação de momento, é uma palavra solta ao sonhar. Está um homem deitado, com o barrete de algodão na cabeça, deliciosa e metodicamente conchegado: ressona e está imóvel; toda a sorte de imbecilidades lhe apertam o cérebro como um aro de ferro; está animalmente inerte; a alma está aconchegada e perdida entre a junção enorme da carne e da matéria; e de repente, a sonhar, diz uma frase admirável, cheia de ideias e de melancólicas suavidades. Foi o acaso. E assim em certas cidades: estão carnalmente adormecidas, às vezes por acaso, ou em respeito à folhinha, têm uma feira; é a palavra inteligente e ideal do seu sono animal. Com efeito, como na palavra do homem que sonhava havia toda a sorte de ideias delicadas, na feira desta cidade que dorme há toda a sorte de regozijos simpáticos. Aqui em Évora houve tudo isto: touros, bailes, teatros, realejos, músicas, panoramas, queijadas de Sintra; enfim, tudo que constitui os paraísos sociais. Devia-se talvez falar minuciosamente de todas estas festas queridas. Mas não se compreende bem o que seja falar de festas: contá-las? E inútil. Os que as viram, conhecem-nas; os que as não viram, por indiferença, acolhem com indiferença a descrição; os que as não viram por impossibilidade acolhem a descrição com inveja. Criticá-las? Com isso ganham-se inimizades ou simpatias incómodas. Das relações das festas com os jornais só achamos razoável o anúncio. A descrição, a crítica, a explicação pertencem ao género das inutilidades consagradas, que é do dever dos originais ir lentamente afastando. Houve excelentes touros, touros moderados e simpáticos, touros modestos, estimáveis pais de manadas, cheios do sentimento de paternidade, odiando as lutas com a polícia, bastante incapazes de alterar a ordem. Houve com eles picadores destros, valentes, capinhas ágeis, etc., etc. Houve a feira: animação, bonecos, lãs, ferramentas, mobílias honestas, pó, lenços, negociadores astutos, *flaneurs* indolentes, visitantes aparatosos, cerveja, queijadas da Sapa, panoramas, parece que um realejo, gritaria, ruído calor, um belo sol, por cima as nuvens, depois o azul inalterável, e cremos que era isto que viram os que lá foram.

Nº 52, 7 de Julho

Parece confirmar-se, infelizmente, a notícia do mal-aventurado imperador do México, Ma.ximiliano I. Depois de tantas contradições nas participações oficiais, a França, segundo se vê de um telegrama que damos noutro lugar desta folha, acredita em tal fatalidade, e de Dresden participam que a corte toma luto por três semanas. Tem, por conseguinte, todos os visos da verdade o seguinte, que se lê na *Correspondência de Espanha* chegada ontem, 3 do corrente: «Recebemos hoje uma notícia muito grave: É o fuzilamento de Maximiliano. O representante de Áustria nos Estados Unidos dirigiu um despacho para Viena, no qual participa, com referência à notícia dos agentes dos Estados Unidos no México, que o imperador Maximiliano havia sido fuzilado naquela capital a 19 de Junho à 7 horas da manhã. Os juaristas haviam-se negado a entregar o cadáver e só tinham acedido a que os prisioneiros austríacos volvessem à Europa, para o que esperavam navio.»

*
* *

Os jornais dos Estados Unidos dão-nos alguns pormenores sobre a tomada de Querétaro e sobre o traidor López, que, pela entrega da cidadela da Cruz, fez cair a praça em poder dos juaristas. Maximiliano, apesar de rigorosamente sitiado, defendia-se com energia em Querétaro e tinha mesmo obtido algumas vantagens, quando, na noite de 15 de Maio, López entregou a cidadela a 200 homens das tropas de Juárez e fez entrar na cidade um corpo de tropas comandadas pelo coronel Palacio. A surpresa foi completa. A barraca de campanha de Maximiliano foi cercada e o imperador intimado a render-se, ao que respondeu, ainda com a espada em punho, que o faria ao comandante em chefe. Escobedo, que se achava a uma légua de distância, foi logo chamado e, assim que chegou, entregou-lhe o imperador a sua espada. Não houve combate, tudo se passou sem disparar um tiro. O coronel Miguel López tinha sido antes governador da Praça de Chapultepec, passando depois a coronel do regimento de cavalaria da imperatriz. Era ele que comandava a escolta desta princesa. Maximiliano tratava-o como seu intimo amigo, tinha-o coberto de distinções e favores. Foi este homem que vendeu por 3000 onças de ouro os homens e a causa a que devia a sua elevação e fortuna.

*
* *

É um facto sabido que o parlamento inglês nomeou uma comissão de inquérito em vista dos veementes e pertinazes ataques de que eram alvo desde longo tempo algumas associações de operámos (*trade unions*). Perante essa comissão. que se reunia em Sheffield, revelaram-se os factos mais inauditos e dolorosos.

A luz do dia pôs bem patente a estranha constituição dessas associações, cujos membros não recuam diante de meio algum, sem mesmo exceptuar o assassinato, para com maior segurança fazerem respeitar os seus regulamentos. Dificilmente se pode imaginar até aonde chega a opressão que as associações de Sheffield fazem pesar sobre os seus sócios, transpondo todos os graus de intimidação para chegarem às mais violentas extremidades, fazendo, por exemplo, saltar pelos ares, com o auxilio de sacos cheios de pólvora, a casa do operário desobediente.

E esta desobediência ora consiste em deixar de pagar regularmente a quota, ora em trabalhar durante a *greve* (suspensão forçada do trabalho), isto é, usar da mais essencial das liberdades que o operário deve ter, qual é a de procurar trabalho!

Vamos referir um dos factos mais monstruosos que o relatório aponta. Um trabalhador matou por 15 soberanos um homem desconhecido, que era como ele trabalhador e cujo crime consistia em manter em sua casa alguns aprendizes, crime que o novo Conselho dos Dez condenava, porque tendia fazer baixar o preço dos salários, pela iniciação daqueles aprendizes no trabalho.

As revelações feitas perante a comissão de inquérito de Sheffield mostraram até à evidência que as classes laboriosas, na Inglaterra, estavam entregues a miúdo e em demasia à mais odiosa escravidão, mascarada sob o pretexto de interesse comum. Viu-se por esta forma organizar várias vezes no próprio seio de operámos a mais cruel tirania. As testemunhas admitidas a depor no inquérito ousaram sustentar, ao passo que confessavam os crimes de que estavam ao facto, que o interesse, que a salvação das associações exigiam tamanhos rigores!

E veja-se como tudo estava rigorosamente previsto nessas *trade unions.* O operário rebelde ao regulamento não deve ser *morto,* deve-se unicamente descarregar

uma espingarda contra ele, a fim de lhe *mutilar um membro* e torná-lo incapaz de trabalhar. Sucede porém muitas vezes que a pontaria é mal feita pelo executor da sentença oculta e que, em vez de um ferimento *regulamentar,* o operário recebe a morte. Mas assim mesmo, este incidente servirá talvez para abrir os olhos aos menos dóceis a respeito dos regulamentos da associação e convencerá os recalcitrantes.

Estas particularidades, que foram levadas ao conhecimento da comissão de inquérito, causaram na Inglaterra, onde geralmente o público de poucas coisas se admira, uma profunda comoção, porquanto nunca a sorte desses infelizes escravos da associação tinha sido posta em maior evidência; porquanto nunca se havia suspeitado que os factos de que se falava vagamente pudessem ser averiguados e levados a esta evidência; porquanto era inacreditável que a *liberdade* da associação pudesse ir tão longe. Não é para admirar, pois, que o inquérito de Sheffield preocupe neste momento a imprensa e os estadistas da Grã-Bretanha.

Nº 52, 7 de Julho

Tendo passado em revista as sete galerias circulares da exposição, de que fizemos rápida descrição, diremos que de cada lado dos caminhos que as circundam há salões que contêm muitas curiosidades, onde cada pessoa poderá escolher diversos objectos úteis ou agradáveis, segundo o seus gosto ou apetite.

Naquele bazar monstruoso é fácil escapar à atenção grande número de objectos surpreendentes. Porém, agora nos lembra citar que os visitantes encontram na galeria das máquinas, na secção belga, uma linda rapariga que toca piano. Todos se lhe aproximam com interesse para ouvir as inspirações da mocidade e do estudo. O piano, porém, não tem voz, mas causa mais bulha no mundo e alcança mil vezes mais longe do que o canhão monstruoso que uma potência estrangeira ali expôs. É um aparelho cujos projécteis voam em folhas de papel e caem no fim do orbe terrestre. Esta portentosa máquina chama-se compositor mecânico-tipográfico.

A música que se coloca na estante do piano é o manuscrito que se pretende imprimir. Cada nota do teclado corresponde a uma da letras do alfabeto; e os díeses são as letras iniciais. Quando o executante põe um dedo em qualquer tecla, a letra desce por um condutor que se lhe abre e vai colocar-se em seguida à precedente, na mesma linha recta que vai desenvolvendo-se e que regularmente é dividida em partes iguais pelo formador das páginas.

A máquina de decompor, ou da distribuição, ainda é mais engenhosa, porque o problema era mais difícil de resolver, pois a máquina tem de trabalhar na razão inversa, levando para os respectivos cacifos as letras que serviram para a impressão da obra.

A operária vê num espelho as letras que passam e vai pondo os dedos nas teclas de outro teclado; a letra escorrega por um plano inclinado, parando numa válvula que se lhe abre e que lhe franqueia outro caminho para o repartimento que lhe está reservado.

Não sabemos se aquele sistema convém para todos os trabalhos, nem mesmo se já tem sido aplicado aos trabalhos actuais, mas, como invenção, achamo-lo de maravilhosa simplicidade e merecedor do interesse das pessoas que têm solicitude pelo trabalho e pelo melhoramento da condição das mulheres.

É esta decerto uma ocupação proveitosa, que muito convém à natureza delicada e à inteligência sagaz do sexo feminino. Tocamos neste ponto porque sabemos de algumas das nossas leitoras que procuram constantemente os meios de socorrê-lo, e a quem se podem aplicar as palavras de S. Francisco de Assis, que dizia aos desgraçados: «Não posso nem sei como hei-de destruir o vosso sofrimento, mas quero consolar-vos

participando dele.»

Citamos este único exemplo para indicar que na festa do Campo de Marte há muitas coisas que os espíritos sérios devem investigar e estudar.

Não abusaremos mais da paciência do leitor. Não é no palácio circular, é fora dele, ao ar livre e em pleno dia, que vamos aventurar-nos.

Os vastos contornos do palácio industrial foram destinados para abrigar os passeantes e para *restaurar* os visitantes cansados de longas peregrinações. Hoje é o ponto de reunião. de todo o universo. Há muitas pessoas, porém, que pretende que vão ver a indústria, mas esquecem-se dela quando chegam a Paris. Muitos viajantes nem entram na palácio; ocupam-se unicamente em almoçar, em jantar e até em cear! Como conhecedores, comparam entre si as mais disparatadas' cozinhas; provam os refrescos variados que de todos os países lhes são oferecidos, e divertem-se em ver os transeuntes, espectáculo na realidade extraordinário, divertido e único no mundo.

Os empresámos de festins e os especuladores conhecem bem as fraquezas da humanidade e sabem que a mocidade, a beleza, e sobretudo a extravagância cativam sempre o público. Até as pessoas mais circunspectas se deixam apanhar naquela rede, chamando a isso estudar os costumes.

Quanto mais extravagante é o trajo das mulheres dedicadas ao serviço dos bufetes, mais apreciado é. No bufete russo há sempre grande multidão de pessoas contemplando uma mulher daquele país cuja fisionomia tem *muita expressão*. Usa o trajo nacional, que se compõe de um diadema de ouro, de uma sotaina com mangas largas abertas que lhe deixa ver os ombros e os braços inteiramente nus. A saia, comprida e carregada de ouro, dá-lhe a aparência de uma rainha de teatro. Os criados, com os seus balandraus de seda de cores espantadas, fazem furor. As iguarias muito adubadas e enérgicas da cozinha russa levam a palma a todas as outras; nas conversações já não se trata de gostar delas, mas de tê-las saboreado e de se lhes fazer a apologia.

Holandesas rubras, com casacos de ouro e de rendas, inglesas sentimentais, vienesas sedutoras, suecas e espanholas, com trajos pitorescos oferecem estranhos contrastes e fazem as delicias dos numerosos convivas daquele festim universal.

Os espíritos sérios, conquanto em geral não procurem tais distracções, devem contudo ali deter-se um pouco para estudar o movimento, as variedades, os contrastes e as surpresas da elegante cafarnaum, antes de cerrarem nas áleas sinuosas do parque onde os esperam outras curiosidades.

Em frente do pavilhão do imperador, de que já falámos noutro artigo, a Inglaterra, com o seu espírito positivo, e fiel observadora dos costumes antigos, edificou ao rés-do-chão um *cottage* com as empenas rebaixadas e irregulares, cuja aparência é muito pitoresca. É o pretexto da economia prática contra as prodigalidades e contra a fantasia.

Quem ali entra espera pelo menos encontrar o *confort* tradicional da vida inglesa ou achar-se, não na propriedade de um nobre lorde, mas na habitação, no *home* do *squire* que vive largamente entre os seus fazendeiros, O público, porém, apenas encontra no *cottage* um soldado inglês muito alto, vestido de encarnado, passeando gravemente por entre fornalhas económicas, fogões, caloríferos e aparelhos de iluminação.

A Inglaterra, de quem se admiram tantos chefes de obra expostos nas galerias das máquinas, conserva sempre a habilidade. a precisão e a superioridade no domínio do útil, e abandona com certo desdém à França a fantasia, a imaginação e a elegância. Por isso é àquele país que se deve ir tomar lições de trabalho e de economia. Mas quando os Ingleses se acham cansados de austeridade sabem ir gozar dos vinhos de França e participar dos divertimentos dos Franceses, que de boa mente lhes cedem *le prix de sagesse.*

*
* *

Transcrevemos da *Patrie,* de Paris, o seguinte artigo, concernente a Portugal e às suas colónias:

«Portugal ocupa um lugar brilhante na galeria da história do trabalho.

Ao lado de medalhas, armas e ornatos notamos duas jóias geográficas de subido valor: são atlas do meado do século XVI, contendo cada um 20 cartas de pergaminho, as quais reproduzem todas as regiões então conhecidas.

Os geógrafos portugueses foram, a par dos italianos e dos catalães, os mais hábeis desenhadores de cartas marinhas dos séculos passados. Estes dois atlas são ornados de estranhas figuras, de esclarecimentos curiosos, que iluminam em vários pontos e encaminham as pesquisas históricas.

Um dos nossos amigos, erudito apaixonado, dizia-nos há dias, com a mais profunda convicção, que teria feito de propósito uma viagem até Lisboa para admirar esse maravilhoso trabalho.

Não é esta a única obra cartográfica digna de chamar a atenção. A barra do Tejo, várias cartas topográficas, alguns trabalhos geológicos, devidos, em grande parte, à direcção hábil do general Folque, revelam um gosto incontestável pela ciência.

De resto, a geografia deve muito aos Portugueses. Foram os primeiros que. na Idade Média, conceberam o projecto de grandes empresas marítimas.

Foi importantíssima a sua cooperação nesta verdadeira conquista da Terra pela raça caucasiana.

Os Portugueses abriram o caminho das descobertas longínquas: deram impulso às grandes viagens que deviam fazer cair sob o domínio da Europa a metade do globo, e que, ainda hoje, colocam o mundo inteiro sob a nossa dependência moral.

O cabo da Boa Esperança, descoberto e depois dobrado, a índia conquistada, o Extremo Oriente subjugado, o Brasil descoberto e colonizado, a metade da Terra conquistada, tais são os resultados obtidos em menos de 150 anos por esse povo ousado.

A quem se deve atribuir tão brilhantes conquistas? Ao impulso dado por um príncipe dotado de génio, ao infante D. Henrique, *o Navegador.*

Destas jóias magníficas resta ainda a Portugal um famoso colar: a saber, na África, as ilhas de Cabo Verde, uma parte da Senegâmbia, as ilhas de São Tomé e Príncipe – as ricas províncias de Angola, Benguela, Moçâmedes e Moçambique; na Malásia, o estabelecimento de Díli, em Timor: na Ásia, Macau, que fica ao sul da China; e uma parte da índia: Goa, Diu, Damão, etc.

As ilhas da Madeira e dos Açores não são consideradas como colónias, por isso que formam parte integrante do reino.

A Ásia já nada promete a Portugal para o futuro. Outros ali adquiriram uma preponderância que hoje fora difícil contrapesar.

A África é o país que lhe convém explorar. Poderá ali achar a fonte de imensas riquezas. As regiões africanas sujeitas a autoridade do governo de Lisboa estão destinadas a formarem um dia um verdadeiro Brasil. Os produtos que dali poderiam tirar-se não são por certo menos valiosos do que os da América meridional.

Avalia-se a extensão da Guiné, inferior à de Moçambique em 140 milhões de hectares, equivalente a mais do dobro da superfície das possessões francesas de Argel.

A exposição do Campo de Marte apresenta uma ideia exacta acerca da importância dessas belas colónias. Um pavilhão separado, de uma arquitectura elegante,

contém numerosas amostras que são a prova material da multiplicidade dos seus produtos.

Angola, a mais importante de todas essas possessões, enviou algodão, café, gomas, tabaco, azeite de palma, tecidos, cobre; e essa província ainda poderia produzir muito mais!

As plantações de algodão poderiam sobretudo fazer-se em grande escala. Aquele país está maravilhosamente adaptado para a cultura dessa planta. De resto, nota-se desde alguns anos um progresso evidente no rendimento dessa região; os algarismos assim o provam. Em 1859, a exportação de algodão apenas atingia o algarismo de 45 000 quilogramas. Em 1865, elevou-se a cerca de 500 000 quilogramas. Em menos de seis anos a produção fez mais do que decuplicar.

Ponham mãos à obra com afinco e veremos se, daqui a 20 anos, a África Portuguesa não poderá rivalizar com os Estados Unidos.

A província de Moçambique, que é igualmente mui vasta, acha-se representada no palácio da exposição pelas suas aguardentes de cana, pelas plantas têxteis e pelo seu marfim. Esta região, prodigamente dotada pela Natureza, poderia render mil vezes mais, se os indígenas fossem menos refractários à civilização.

Nota-se, entre as curiosidades africanas, um dente de elefante da altura de dois metros, e que não pesa menos de 213 quilogramas. A província de Moçambique é, a par da Cafraria e dos países limítrofes, um verdadeiro paraíso venatório. Sabemos por bom canal que um intrépido viajante europeu conseguia matar três elefantes por dia. Criava por esta forma um rendimento diário de cerca de 360$000 réis!

As ilhas de Cabo Verde exportam azeites, café e cera; porém, a sua principal indústria consiste na exportação do sal mineral.

A Índia Portuguesa ocupa também um lugar digno de menção: produz cereais e especiarias. Está completamente representada num trofeu que serve para decorar a parte central desse pavilhão.

As frechas, os machados, as armaduras completas, as divindades indianas, os berços indígenas, os canistréis tecidos com arte, as caixas de madeira esculpida, os chapéus de formas extravagantes, a madeira de sândalo, os perfumes –tudo isto forma um grupo exótico de grande efeito e de verdadeiro interesse.

Portugal, potência eminentemente marítima, deve esperar muito das suas colónias. A exposição do Campo de Marte dá a medida dos produtos úteis e valiosos que essas províncias ultramarinas poderão um dia expedir com abundância à mãe-pátria.

*
* *

Depois da galeria das belas-artes, último circulo que confina com o jardim central, está o museu da história do trabalho.

Acham-se colocados por ordem os monumentos da arte e da indústria, desde os mais remotos tempos até aos nossos dias. A Idade da Pedra, durante a qual as armas e os instrumentos eram feitos de sílex ou pederneira, as obras menos grosseiras da época galo-romana, as obras progressivas da Idade Média e, finalmente, os primores da Renascença e dos primeiros tempos modernos, tudo ali está representado.

Os amadores, os coleccionistas, as bibliotecas, os museus, os soberanos e até as igrejas concorreram com o maior desvelo para a reunião de tantos tesouros.

Seria mais fácil dizer o que daquela especialidade não há na galeria do que enumerar o que nela se acha amontoado, cujo catálogo formaria 100 volumes grandes, relacionando centenas de moedas e medalhas antigas, vasos, cofres, cristais, esmaltes,

miniaturas, jóias, tapeçarias, rendas, armaduras de luxo e móveis preciosos e inapreciáveis, como por exemplo uma mesa de prata maciça que pertenceu a Carlos II, e que foi mandada pela rainha de Inglaterra.

Além de tantas preciosidades, encontram-se outras, que, no seu género, têm um grande valor arqueológico, desde preciosos leques, que foram agitados por mais de uma leviana e branca mão, até às lâminas e aos relicários, que ainda conservam algum átomo das cinzas dos santos. Há muitas pessoas que não aprovam a deslocação de tantos objectos consagrados ao culto divino, e que, estando fora dos santuários, acham-se comprometidos em tão estranha promiscuidade. Nós não damos opinião sobre este assunto. O espírito elevado dos nossos leitores será o melhor juiz sobre o escrúpulo a que nos referimos.

As senhoras estudiosas, que não afectam de sábias, contemplam friamente os mistérios da arte inculta que só tem interesse para os arqueólogos, mas interessam-se pelas obras mais delicadas de engenhosos artistas, a quem faltaram todos os elementos e modelos da arte, e que recorreram à própria imaginação. Admiram os missais e as bíblias cobertas de magníficas miniaturas, traçadas à mão no silêncio dos mosteiros por pintores desconhecidos.

Muitas daquelas preciosas relíquias pertencem à rica colecção do Sr. Ambrósio Firmino Didot e a muitas outras bibliotecas francesas e de diversas nações.

Se a grande festa da indústria apenas constasse de semelhante acessório, mesmo assim ainda constituiria um curso da história da arte, explicado por monumentos. O que, porém, fará a glorificação da exposição universal de 1867 é evidentemente a criação do que os respectivos comissários chamam o grupo X. Ideia nova, engenhosa, fecunda e humanitária, em que a consciência pública deve repousar. A reunião daqueles produtos resultou de um inquérito sobre as instituições destinadas a melhorar a condição física e moral das populações.

O conjunto do grupo X compreende um grande número de classes, a saber: métodos de ensino, bibliotecas, móveis, vestuário, alimentos de boa qualidade e baratos, habitações por baixo preço e em condições de higiene e de comodidade, e produtos de toda a espécie fabricados por operários. Os mais modestos trabalhadores também ali têm o seu pavilhão e a sua bandeira, ao lado dos poderosos produtores.

Nesta rápida revista, Mr. de Saint-Germain não diz uma palavra sobre as jóias e diamantes que em grande número se acham espalhados pela galeria; faz porém honrosa menção de uma obra mais interessante que respeita à *história do trabalho:* é um palácio, um imenso edifício gótico de madeira, recortada e esculpida com extrema habilidade. Mas o que toma ainda mais notável aquele primor de invenção, para a conclusão do qual foi preciso muita paciência, extrema habilidade e assíduo trabalho, é que o autor foi um pobre pedreiro que nunca fez mais do que manejar a colher e a trolha para ganhar a vida. O seu nome é António Tixier, pedreiro de Champeix (Puy-de-Dôme). Este artista trabalhou durante 12 anos para concluir o seu palácio gótico, assim o atesta num certificado um mestre-de-obras de Champeix.

Na transformação milagrosa do Campo de Marte juntou-se o útil ao agradável. A floresta avançou e foi parar nas andas margens do Sena. Nas clareiras daqueles bosques improvisados fez-se um grande número de construções. Umas são residências de recreio, outras constituem habitações úteis ou construções anexas ao grande palácio, nas quais se desenvolve o excedente dos produtos industriais que não puderam achar lugar no edifício principal.

Os usos e costumes das nações revelam-se pelo contraste da arquitectura respectiva.

O pavilhão do imperador dos Franceses é o primeiro que atrai a vista das pessoas

que saem do palácio circular pela porta de honra que lhe dá acesso. Eleva-se num terraço abrigado do sol e da chuva, cercado por uma balaustrada de mármore encarnado, compondo-se de três salões cheios de luz, cujas entradas são por quatro portais de mosaico, É um modelo de elegância, de arte, de gosto, de grandeza e de elevação, apesar das suas limitadas dimensões.

*
* *

O Oriente fez maiores despesas para apresentar espécimes variados da sua arquitectura. Qualquer casa de Berlim ou de Londres não podia figurar como curiosidade na festa do Campo de Marte, ao passo que os edifícios do Oriente, pelo carácter estranho que apresentam, que é como o reflexo dos costumes orientais, chamam a atenção geral, e servem de estudo para muitos viajantes.

Verdade é que há muita gente que olha e não vê, e se vê não percebe. Há outras pessoas que têm a franqueza de sacrificar o bom conceito que merecem das pessoas sérias a um dito ou a uma frase com que julgam distinguir-se do vulgo. Há também espíritos que, apesar do berço ilustre que tiveram, vão obscurecendo-se pelo contacto permanente com a hipocrisia, a ponto de acharem indigno do interesse humano tudo o que não disser respeito às coisas divinas. Julgamos ser esta a única razão por que uma nobre dama portuguesa escreveu para o seu país: «A exposição nada tem de notável; está muito aquém do que se esperava. Mas nós, que desculpamos as fraquezas do próximo e confiamos no interesse que nossas leitoras têm por tudo que respeita à civilização e ao progresso da conquista do espírito sobre a matéria, prosseguimos na nossa narração.

A mesquita, que está no parque, é apenas uma amostra de arquitectura, e não tem mais significado religioso do que a igreja católica, cujas empenas se avistam do lado oposto. Apresenta simplesmente, no conjunto e por partes, a cópia. reduzida de uma mesquita célebre. Por isso, o *iman* que impera naquela mesquita, e que é um simples guarda, não obriga os visitantes a deixar no vestíbulo os sapatos e as, botas – o que é a maneira de saudar usada pelos fiéis muçulmanos.

Contudo, há pessoas que não podem entrar numa mesquita. verdadeira sem encarar com respeito o *mihrab,* espécie de altar orientado na direcção de Meca. É para esse lado que os fiéis, que nós chamamos infiéis, se voltam durante a oração. Sabemos perfeitamente que eles vivem na trevas, mas também sabemos que se curvam perante o Criador, que crêem e que oram, o que muitos que se dizem católicos não fazem.

Quem não conhece o quadro de Horácio Vernet, a *Missa da Cabula?*

No centro de uma vasta paisagem cercada de montanhas, e num altar erigido à pressa, o sacerdote celebra o santo sacrifício. O comandante levanta a espada, os tambores batem a marcha; prolongadas linhas de regimento, com o joelho em terra, apresentam as armas, e, no primeiro plano, os árabes, trajando amplos *burnus,* prostram-se com respeito; é talvez esta a ideia mais tocante de tão bela composição.

O quiosque turco, que está em frente da mesquita, é a realidade de tudo quanto neste género temos visto em pintura, nos livros e no teatro: divãs circulares, tapetes da Turquia, vasta bacia de mármore, água repuxando e janelas com vidros coloridos; mas nenhum dos móveis cómodos e dos objectos escolhidos que formam o ornamento das nossas habitações europeias.

Os banhos turcos apresentam proporções mui diferentes dos modestos banhos do Sr. Dr. Nilo, a S. Domingos, ou do Sr. Dr. Bernardino, ao Poço do Borratém. Convêm aqueles banhos à vida ociosa dos Orientais, que, estendidos nos divãs, neles passam dias inteiros, tomando café e fumando por longos cachimbos.

O pavilhão do bei de Tunes é um verdadeiro palácio, construído no mesmo estilo. Um pórtico monumental guarnecido com duas ordens de terríveis leões dá entrada para a residência principesca. Nas salas baixas estão alojados os servos, e há um botequim tunisino, cujos músicos indígenas fazem no parque uma terrível estralada. Vê-se bem que a luz ainda não esclareceu aquelas almas. Conquanto pareçam muito sinceros, tudo é falso e desafinado no botequim tunisino; as vozes, o tamboril, as violas, as bandurras e até os criados, cuja origem é muito contestável.

Fica-se maravilhado em presença daquela arquitectura tradicional, com tantos ornatos carregados de arabescos de cores combiantes e com mil combinações de linhas, onde a vista se perde. O homem superficial pode com efeito ali admirar excelente execução, originalidade, requinte, profusão e mistério; mas para algumas das nossas leitoras faltar-lhe-ão a luz, a verdade e a natureza; sentir-lhe-ão a falta de uma ideia, de uma imagem, de uma flor viva, da obra de Deus, enfim.

O templo egípcio também apresenta uma ornamentação muito original. As muralhas ciclópicas são de cartão-pedra ou de papelão aperfeiçoado, as pilastras historiadas estão sobrepujadas por grandes carrancas coloridas que fixam os transeuntes. Misteriosos hieróglifos contêm a ciência hermética, traçada por... jovens artistas parisienses.

Uma larga avenida, em rampa, precedida por um propileu no estilo egípcio, dá acesso ao templo, que está guardado por duas fileiras de enormes esfinges, monólitos de granito... feitos de gesso, à vista dos passeantes, e que seriamente dissimulam a antiguidade de dois dias.

É, em proporções reduzidas, a reprodução fiel do templo antigo. Para aumentar a ilusão, vêem-se caravanas de camelos disformes, montados por estranhas personagens de tipo muito pronunciado, embuçados em *burnus* de cores variegadas e que giram pelas áleas circunvizinhas, menos largas do que o deserto, e onde causam muito medo às amas e fazem de papões às crianças.

E o que diremos do botequim chinês? Quem se aproxima dele parece-lhe que toda a sua vida ali tem ido tomar chá ou cear. Os biombos, as ventarolas e as caixas de chá, que nos divertiram na infância, iniciaram-nos nos mistérios do Império do Centro. As três *nobres* donzelas que, no Campo de Marte, figuram no terraço do quiosque são há muito da intimidade de quem as vê; o público chega a persuadir-se de que foi educado com elas, tal é o efeito da prodigalidade com que o Celeste Império expede para a Europa leques, jarras e pratos. Contudo, a ninguém lhe chega o apetite de provar a suspeitosa cozinha de proveniência asiática. Quem responderá pela veracidade e frescura dos ninhos de Salangana? Não estará alterado o molho de bichos-de-conta pisados? Dizem-nos que as frituras de gafanhotos são tentadoras, mas que a conserva de lagartas de couve pouco tem agradado. O teatro construído no mesmo pavilhão não é tão chinês como alguns dos teatros franceses.

O que, porém, é cheio de atractivos para as pessoas estudiosas é o monumento da exposição do istmo de Suez. A inscrição que se lê à entrada é o mais eloquente prefácio da grande obra do século presente.

Eis a inscrição: «Quando, depois da batalha das Pirâmides, o general Bonaparte foi com os sábios da expedição até Suez, sendo o primeiro que reconheceu os vestígios do antigo canal, exclamou: "Meus senhores, estamos em pleno canal dos faraós!" Deu então ordem a Lesseps, engenheiro de pontes e calçadas, para estudar um projecto de canal entre os dois mares.»

Tão fecunda ideia devia produzir fruto; o projecto gigantesco que Napoleão 1 legou à França foi posto em prática pela iniciativa de Fernando de Lesseps, coadjuvado por audaciosos cooperadores, como geralmente é sabido.

Os visitantes da exposição têm à vista o plano em relevo do istmo, o mar Vermelho, o canal e todas as máquinas com que se executam aqueles trabalhos hercúleos: dragas, aparelhos de elevação e flutuantes, navios de reboque, etc. O espectador assiste àquele surpreendente trabalho, avalia quantos braços são necessários, quantos esforços e perseverança, quantos milhões de carradas de areia é preciso lançar por cima de ribanceiras escorregadias e transportar por caminhos de ferro para que os dois mares possam confundir as suas aguas.

O grande facto está quase consumado. Cumprem-se as profecias do imortal Lesseps: já um canal provisório dá passagem a navios. Estabeleceu-se o tráfico conforme a tarifa da companhia. Mas não são só mercadorias que passam, são as ideias que trocam por um contacto mais intimo.

Não é Moisés estendendo a vara por sobre as ondas do mar Vermelho para dar passagem a uns e para tragar outros; e o cristianismo, a civilização e a ciência que derrubam aquelas temíveis montanhas de areia e que estendem a mão ao Oriente.

Nº 56, 21 de Julho

Perto do farol de que, num dos artigos antecedentes, fizemos a descrição, acha-se situada uma igreja. Se as pessoas que a visitam pagassem junto ao pórtico um direito de entrada, a ilusão tornava-se completa: era uma verdadeira igreja francesa. Em Lisboa, na Igreja de S. Luís, há uma pequena amostra deste costume, que não está nada em harmonia com as instituições da Igreja Católica. Já ali se fazem as assinaturas para os lugares do coro.

Na igreja que se acha colocada no parque do Campo de Marte a severidade do estilo, a claridade modificada por vidros coloridos, o coro, as capelas, as estátuas dos santos e os melodiosos sons do grande órgão de Cavaillé-Coll, tudo convida à oração e à meditação. Mas quando algum devoto meditabundo se dirige à pia da água benta e vai para molhar os. dedos, é logo chamado ao campo da realidade pelos ditos alegres e pelas conversas e risadas altamente profanas dos passeantes, que conservam o chapéu na cabeça, substituindo os vapores do incenso pelo fumo dos charutos. Verdade é que todos convêm que, segundo o programa, aqueles objectos não são mais do que uma exposição de *mercadorias* destinadas a& culto católico. Já muitos objectos estão marcados como *vendidos.*

Nas sete galerias circulares do palácio da exposição era difícil designar um lugar conveniente para os objectos cone sagrados ao culto. O caso poderia pô-los em contacto com exibições vulgares de mais, ou muito disparatadas. Foi, sem, dúvida, este o motivo que decidiu os organizadores da exposição a reservar um asilo separado à arte cristã. O Sr. Levèque, hábil pintor em vidro de Beauvais, foi quem teve a ideia de formar e de provocar uma associação de todos os industriais e artistas que tinham de apresentar objectos do culto. Deste acordo resultou um monumento de arquitectura muito curioso.

É bem triste a lembrança de que dentro em poucos meses, quando a festa se acabar, tudo ficará destruído. Colunas, pilastras góticas, florões, mosaicos e elegantes abóbadas, tudo se tornará em pó.

As pias de água benta, as fontes baptismais, os púlpitos, o coro, os altares, as capelas, os órgãos e os missais são objecto de arte. Nota-se principalmente um Calvário, grande cena misteriosa com o característico do belo e com a expressão do mais severo estilo. Na estatuária policromática há algumas imagens muito aceitáveis; vê-se que foram tratadas com profundo sentimento de arte.

Há também uma estátua de uma santa mártir, executada em cera e com rara

perfeição. Parece-nos, porém, de gosto um tanto duvidoso a introdução de figuras de cera numa arte onde tudo deve ser monumental. E de mais, aquela santa, apresentando uma larga ferida na garganta, é tão rica e abundante de saúde e de formas que ficaria mais bem colocada num museu plástico do que num templo cristão.

O sentimento, ou antes a manifestação religiosa, não entra naquele *negócio,* constitui apenas simples exibição para venda de crucifixos e de santos, como se vê em todas as lojas de santeiros do mundo. Esta é a nossa opinião.

Se a ideia religiosa não é imposta sob as abóbadas da pequena igreja a que nos referimos, como se imporá ela ao ar livre, no âmbito do Campo de Marte, em volta do monumento consagrado à religião católica? Por isso também não podemos atribuir senão à especulação a distribuição dos Evangelhos segundo S. Marcos, S. Lucas, S. João, S. Mateus, e todos os evangelistas possíveis, que se faz com a maior profusão em todas as partes do parque e do palácio. Outros *extractos,* que não convêm à infância, também com profusão se espalham *por todas as mãos!* São uns livros portáteis, publicados em Londres por uma sociedade bíblica e impressos em todas as línguas. Cada livro tem escrito na capa: «Crê no senhor J. C. e serás salvo, tu e tua família.»

Esta maneira de salvação não só autoriza a pouca devoção, mas, até certo ponto, permite a libertinagem. Um pai de numerosa família, por exemplo, compra o seu livrinho, e depois crê firmemente no Senhor. Os filhos, os outros membros da família, como lhes consta que o dono da casa possui aquela panaceia universal, seguem livremente as suas inclinações ou desregramentos, porque sabem que afinal lá está o perdão póstumo que há-de absolvê-los de todos os seus pecados.

Os agentes da Sociedade Bíblica têm no parque um armazém central onde estão acumulados os *produtos* do seu negócio. Os missionários que sorrateiramente vão introduzindo os opúsculos na algibeira dos visitadores da exposição correm menos perigos de que os do Japão ou da China! Apenas se expõem ao riso dos incrédulos ou à desaprovação dos crentes.

No meio de toda esta Babel, os estrangeiros, e mesmo os indígenas, são perseguidos por um bom número de infiéis, que, afirmando que «Alá é grande» e que «Maomet é o seu profeta«, também querem especular com o seu livrinho, o que facilmente conseguem porque em Paris há gente para tudo e para todos os gostos.

A sociedade bíblica não se cansa de expedir circulares por toda a parte, asseverando que possui depósitos e agentes em todos os países da Europa, e até em todo o universo, e que está sempre pronta a assistir aos missionários que fizerem conhecer Jesus Cristo aos milhões de pagãos de que ainda se acha povoada uma grande parte da Terra. Achamos isto uma obra muito meritória, contudo, Mr. de Saint-Germain, espírito elevado, que por muitos motivos é para nós uma autoridade, diz na sua 23ª carta sobre a exposição que, sem querer menosprezar a consideração que os estrangeiros merecem, e reconhecendo mesmo as melhores intenções nos missionários, parece-lhe conveniente fazer-lhes sentir que à propaganda que exercem no Campo de Marte falta o essencial, que é a dignidade. Vêem-se diversas pessoas acender o seu charuto com as folhas do Evangelho, condenando assim ao fogo o texto sagrado! Com isto dizemos tudo. Questões de uma ordem tão elevada, e empresas tão delicadas, não se tratam de semelhante maneira. A Companhia de Jesus nem sempre tem tido boa escolha na nomeação dos seus missionários: assim o atesta o que em Lisboa se passou de 1832 para 1833. O ridículo em que muitas vezes se acham engolfados é um dos melhores correctivos para o mal que as suas doutrinas perigosas poderiam causar às instituições dos países livres, se os povos não principiassem a abrir os olhos à luz da civilização.

A indiferença com que os confrades da Companhia de Jesus vão sendo recebidos por toda a parte também é uma evidente prova de que a influência de que outrora

gozava aquela grande instituição vai todos os dias perdendo terreno. Hoje, que o sentimento e as noções da justiça se vão derramando pelos povos, já não é fácil entronizar nos corações a fé cega e o fanatismo. Já custa mais o especular com a ignorância ou com o obscurantismo, elementos para os despotismos dos reis, política que a sociedade condena, em presença da renovação completa do espírito do homem e da reorganização geral da sociedade.

Formem quantos concílios ecuménicos quiserem, chovam as encíclicas, preparem-se os raios nas forjas dos ciclopes do Sacro Colégio para fulminar as doutrinas liberais, que a sociedade jamais retrogradará no caminho que a civilização lhe abre e a ciência alumia.

Nº 58, 28 de Julho

Os médicos e os cirurgiões do Hospital da Caridade de Paris, juntamente com todos os empregados internos do mesmo estabelecimento, receberam no sábado último um medico americano que obtivera uma reputação durante a última guerra da América, e cuja visita lhes fora de antemão anunciada.

O referido doutor em cirurgia era Madame Walker, que durante a última guerra dos Estados Unidos dirigiu o importante serviço de uma das ambulâncias. Madame Walker é baixa e de uma constituição delicadíssima; tem as maneiras mais distintas e veste-se com a maior elegância que pode caracterizar uma senhora da melhor sociedade.

Foi recebida na sua visita ao Hospital da Caridade com as maiores demonstrações de simpatia e respeito. Visitou todas as enfermarias, examinou o estado dos doentes e mostrou grande capacidade científica no modo como conversou com os médicos presentes no estabelecimento.

Este facto proclama em Paris um princípio que recebeu a sua consagração nos Estados Unidos: a igualdade da mulher perante a ciência.

Nós, pela nossa parte, inclinamo-nos em favor deste princípio. Antes as mulheres recebam nas academias o doutorado do que se façam elas mesmas doutoras, como por aí vemos algumas vezes, com grande tédio nosso e deslustre do sexo e da ciência.

Política Estrangeira

(Momento Internacional)

Nº 1, 6 de Janeiro

A moderna época política da Europa é uma luta de velhas tradições e novas renascenças: ao lado de enérgicas defesas católicas, de cruzadas papais e clericais, há uma profunda critica filosófica, que reduz as velhas superstições e legendas históricas: ao mesmo tempo que há territórios violentados, conflitos trágicos de exércitos, armamentos sinistros, um espírito de guerra aceso e actuante, o princípio de conquista, de guerra e de heroísmo é aniquilado pela filosofia e pela história. E uma época sem nome como a de Apuleio. Nem é o direito divino, nem o direito popular, nem é a política monárquica de passividade, nem a ideia democrática com a sua anarquia individual e a sua desassombrada expansão das almas; nem é a política em que os territórios hão-de ter uma justa e fecunda importância, e o individualismo há-de enfraquecer pela dispersão de forças numa política em que os territórios nada são e as individualidades poderosas riscam as sociedades no vazio: nem é a política egoísta pela qual uma nacionalidade se encolhe nas suas fronteiras, sem ligação moral com as outras pátrias; nem política humanitária, em que as raças se unem. E um embate de sistemas, de políticas, de filosofias, onde, apesar do espírito burguês de mercancia e lucro, apesar dos feudalismos financeiros, da concentração de forças, das raças martirizadas da Irlanda chorosa, da Polónia crucificada, da Cândia e da Grécia dilaceradas, o princípio tirânico do dogma e da tradição, da autoridade, se vai apagando como a efígie duma moeda velha.

A França começa a ter a consciência do seu abaixamento moral; a Itália está na véspera da *vida nova* e da revolução social; na Inglaterra 20000 operámos, toda uma população do trabalho, forte e honrada, faz serenamente, invocando a justiça e cantando *A Marselhesa,* a reforma da sua constituição; na Rússia, vasta força sem alma, bárbara e terrível, anda, sob o peso da autocracia, uma geração com os olhos postos na raça latina, procurando aflita o caminho do bem e do direito.

Assim por toda a Europa, sob o mundo oficial reluzente e ruidoso, move-se a geração formosa e sã que trará o novo mundo económico – e virá, à clara luz da história, tomar as livres atitudes da justiça e da verdade.

Nº 2, 10 de Janeiro

Os jornais imperialistas de França dizem que tem sido perfeito e solene o sossego de Roma depois da saída das tropas no dia 15. Dificilmente em Roma rebentará o justo movimento popular que dissipará aquele mundo clerical e papal.

Roma é uma cidade em que os espíritos são estéreis, os fanatismos são tenazes ali; o contacto com as pompas cardinalícias, com a corte do Vaticano, tem adormecido nos espíritos toda a oposição do papa. Roma hoje está no meio do livre espírito da Itália como um túmulo; ali, onde duas religiões têm agonizado, parece que só há cinzas: a miséria do povo é inumana, o génio desleixado, a virilidade perdida; qualquer justa ideia, qualquer grande sentimento, se perderia semeado naquelas almas; as inteligências moças, os novos homens que vão nascendo, são transformados no seu espírito e no seu

instinto pela influência clerical. Por isso em Roma, com os elementos existentes, dificilmente se erguerá o braço que há-de empurrar da Itália o papa. Qualquer movimento que haja, será influenciado e fecundado pela livre alma do resto da Itália.

Das negociações de Tonello, que ainda agora puramente eclesiásticas podem dum a outro momento tomar carácter político, é que pode sair talvez a resolução da questão romana.

Mazzini acorda, hostil e terrível, contra o gabinete de Florença; Mazzini procede por grandes proclamações sonoras, gritos livres, entusiasmos imensos.

Ele é ainda daqueles republicanos gentis e cavalheirescos de 1848.

Hoje a democracia e a república não é como então uma expansão de almas livres, uma efervescência moral, uma aventura poética: tem princípios e uma ciência certa: o seu símbolo não pode ser *A Marselha*: ela não vem do entusiasmo, vem da justiça: pouca pode ser a influência de Mazzini sobre os negócios democráticos da Itália: depois dele veio já uma geração robusta, esclarecida, que está reconstruindo a nova Itália, subterraneamente. nas bases da justiça, mas com princípios. sistemas, filosofias populares, positivismos fecundos.

Como se sabe pela notícia da independência belga, a Rússia vai concluir a grande obra da absorção da Polónia: acaba a existência própria e distinta do reino da Polónia, garantida pelos tratados de 1815.

E as potências que assinaram aquele tratado decerto se abstêm de o manter. Não que isto seja oficial: mas a Rússia, em presença do estado abalado do mundo moderno, das complicações terríveis, da oscilação dos remos mais seguros, não tomaria aquela resolução brutal sem se ter acobertado da intervenção estrangeira. por negociações secretas com as potências signatárias.

Assim seca-lhe a seiva moral, dispersa as famílias, esteriliza a vida intelectual, impõe-lhe a língua, os costumes oficiais: assassina uma geração moça inteira, e depois, vendo-a inútil, morta, esterilizada, perdida, junta-a oficialmente ao seu território. E uma pura formalidade: a Polónia era russa, um país não tem existência própria e exclusiva porque existe uma constituição ou um tratado que lha garante. porque quatro nações se juntaram para declararem ao mundo oficial que aquele pais tem uma constituição, uma autonomia, uma vida própria. Não. Isto poderá valer muito perante o mundo político, não vale nada perante a justiça. Um pais vive pela sua superioridade moral, pela sua elevada ciência, pelo seu amor da justiça, pela fecundidade do seu trabalho, pela sua literatura, pelos seus movimentos no mundo político. E a Polónia tinha porventura estas coisas? Não. Estava moralmente morta; unindo-a a si, a Rússia não faz mais do que coser à sua extensão um farrapo de território.

Na Irlanda há grande agitação por causa do fenianismo. A Inglaterra vai reconhecendo que o fenianismo não é um fantasma: mas que poderá ela fazer? A resolução da questão pode trazer complicações com a América: é isso o que a Inglaterra não quer. Debalde o governo inglês redobra de vigilância: o fenianismo sobe com a fatalidade duma maré. A Inglaterra não tem os movimentos livres, prende-a a atitude da América. Se a América não dá uma protecção manifesta, pelo menos sustenta-os com a sua imensa força.

Os fenianos presos no Canadá, e condenados à morte, estão ainda vivos, pelas notas ásperas que o presidente da República mandou ao gabinete inglês. Os fenianos movem-se livremente no território americano, continuam e conspiram porque se sentem apoiados por uma força secreta; o tomar contra os fenianos medidas terríveis era ferir a América. A Inglaterra teme-o.

Em França dizia-se que o imperador viria com Vítor Manuel à Península. No entanto, em consequência de abertura das cortes, não pode sair de Paris.

O conde de Walewski não responde pela maioria. Há questões duma ordem suprema que se vão agitar e, ainda que a oposição seja pequena e dividida, a presença

do imperador é necessária.

São estas as notícias políticas modernas: tudo se abala, tudo se move, em toda a parte a oposição dos mundos oficiais, os combates, as lutas, e, no entanto, uma geração na sombra prepara a nova Europa, serenamente, lentamente, discutindo, pensando e amando a justiça.

Nº 4, 17 de Janeiro

O mais importante que traz o correio estrangeiro são as apreensões sobre o futuro destino do Império Turco.

Parece que uma terrível combinação oculta entre as duas feras do Norte, Inglaterra e Rússia, trama dividir e espedaçar a Turquia. A Prússia parece não ser estranha a essas combinações. O Egipto pertencerá à Inglaterra, a Turquia à Rússia, e a Prússia estenderá a sua bandeira sobre o corpo morto e confiscado de toda a Alemanha.

Desse retalho ficará, um pedaço de terra com o nome de Grécia para o rei Jorge governar: e o rei Jorge, preso por família às duas casas de Inglaterra e da Rússia, ficará com uma união permanente entre a Rússia e a Inglaterra.

A Prússia chama as suas reservas, preparando uma atitude enérgica para este plano de desmembração.

Na Alemanha oferecem um aspecto doloroso os países ultimamente anexados à Prússia. A política do rei Guilherme procura tornar estas populações contentes e satisfeitas, e cerca-as de carinhos, de boas palavras, de melhoramentos, de tratamento doce e afável. Debalde. Eles lamentam a sua nacionalidade perdida. Os banqueiros mais ricos afastam-se de Frankfürt, as famílias poderosas e antigas retiram-se para Viena: as populações deixam ao rei da Prússia o solo nu e único, e vão levando as suas tristezas, e também um pouco as suas riquezas, para o território austríaco.

Segundo diz Bismarck. o tempo os fará amigos. Cremos não ser difícil: a fusão de duas pátrias só é impossível quando.

o seu génio, os seus costumes, o seu carácter, diferem. Mas neste caso, em que são todos filhos da velha Germánia, basta só o tempo de se apagarem as lembranças da sua velha dependência.

Na América, o presidente Johnson esta atravessando uma crise terrível. Os radicais desenvolvem extrema energia. Discórdias. perturbações. dilacerações. afligem a América. Mas a indomável energia da raça americana, o seu carácter justo e profundo. há-de sair nobremente destas lutas. E talvez mesmo uma vantagem esta perturbação da constituição americana: porque a mocidade leva toda a sua energia para a industria e especulação. por falta de movimento político e de iniciativas públicas.

E todos sabem que isto prejudicava a moralidade, a superioridade intelectual, a vida espiritual da América. Assim ela tem por que mover-se, em que aplicar as suas faculdades, em que exercer a sua grande energia. E decerto que sairá desta crise em harmonia com a justiça e com a liberdade.

Nº 5, 20 de Janeiro

O assunto das discussões políticas é agora o ucase do czar. unindo a Polónia ao Império Russo. Assim, no meio dos preparativos da Exposição, quando em todas as alocuções de soberanos se canta a chegada da paz, ao longe a Polónia. abandonada, solitária, meia morta, é violentamente lançada para dentro da autocracia russa. Nada

havia realmente que impedisse à Rússia esta última dentada: há muito que estão esfarrapados os tratados de 1815: o equilíbrio europeu findou; a Inglaterra declara quase oficialmente que protesta, mas que não sustenta os protestos pelas armas: o papa fulminou o embaixador russo pela perseguição do clero católico na Polónia, mas os jornais de Sampetersburgo respondem galhardamente que o papado é uma ruína no meio do mundo moderno e que quem escreve a encíclica está fora da sociedade livre e do espírito do presente.

De resto, a Alemanha, a Prússia sobretudo, apoia a *russificação* da Polónia; e, de feito, quem concebeu a desmembração da Polónia? O grande Frederico. A imperatriz Catarina da Rússia e a imperatriz da Áustria, Maria Teresa, tornaram-se, e verdade, cúmplices; mas a primeira, gostosamente. sem escrúpulos, com aquela devassidão de costumes políticos que tanto se reflectem nos costumes de alcova; e a segunda, segundo as expressões dela, involuntariamente, arrastada, seduzida.

O verdadeiro destruidor da Polónia foi pois o grande Frederico. E a Alemanha seguiu sempre a tradição que deixou Frederico. Inspirada na sua história política, sempre entre os brados da Polónia. quando estava sendo martirizada, e a protecção da Europa. se colocou a Alemanha. Assim se cumpriu aquela palavra *finis Poloniae!* Assim é que o mundo moderno paga a quem tanto o defendeu! Outrora a Polónia foi o cavaleiro errante da cristandade: ela estava nos confins do Ocidente contendo a maré turca: ali pelejava, ali vencia, heróica. solitariamente: durante muito tempo foi como uma sentinela perdida. ou ainda como aqueles cavaleiros antigos que defendiam a entrada das pontes. Quantas vezes a Polónia salvou o mundo!

Depois de ter pelejado. batalhado, servido, nos seus velhos dias, morre sem descanso nas torturas e nos martírios. Pobre Polónia! Mas Deus quer que. depois de ter soado durante muito tempo a hora das vinganças, soe um dia só. um momento, a hora da justiça.

E esse o *dies irae.*

*
* *

Onde também se agoniza e na Espanha: aí há a agonia da constituição: a imprensa francesa levanta-se contra a deportação dos deputados unionistas: esse chamado «golpe de Estado» do general Narvaez consolidou porventura a força da constituição?

O que se tem visto ultimamente na Espanha?

Pronunciamentos militares, regimentos revoltados, motins civis. O que se vê hoje? Uma ditadura estéril, embrutecedora, sonolenta: um «golpe de Estado» que só e aplicável num caso de crise nacional, a sancionar covardemente vinganças de partidos.

O que se tem visto e em volta da coroa um embate de pequenas políticas. de facções, de vinganças, de represálias; quase que o movimento político de Espanha nada tem tido com o povo: ele conserva-se a parte. sofredor, esmagado. embrutecido. silencioso, esperando: a luta tem sido em redor da rainha, no mundo oficial. Por isso cremos, e é certo, que com essas lutas nada tem a liberdade: são zangas de camarilhas, as fardas que as abrandem. Lamentamos somente porque esse estado de luta, de desespero vingativo. vai empobrecer o país, destruir a riqueza nacional, alterar a tranquilidade dos espíritos. encher as cadeias, dizimar as famílias. Os ministros que se sucedem, ontem O'Donnell. hoje Narvaez. amanhã González Bravo. são apenas peças de xadrez, que alguém adianta e recolhe para ganhar um jogo: os que foram expulsos. conspiram: os que entraram, reprimem: depois. estes são expulsos também, e vão conspirar para um canto: assim se vão sucedendo as laces políticas cada vez mais

pálidas e mais ensanguentadas: alguém na sombra, vestido de preto, move estas criaturas: esse é que é a alma danada da Espanha: e pesara. e esmagara. até que o povo um dia faça desaparecer. como uma vista de teatro, este mundo oficial cor de sangue que anda pisando a Espanha.

Nº 8, 31 de Janeiro

O governo de Roma suscita queixas contra a Rússia pela perseguição do clero católico na Polónia. Justas queixas. Perseguido, dizimado, insultado, todo o clero anda refugiado, a fome e à sede, sofrendo todos os tormentos e todas as dores.

Sem entrar em discussão teológica, porque o czar é chefe duma religião como o papa, diremos contudo que os protestos de Roma têm toda a nobreza e toda a justiça que têm os protestos do espírito e da alma contra as brutas influências da matéria.

De há muito que o procedimento da Rússia está julgado. Mas na perseguição do clero acrescia a infâmia, a injustiça duma perseguição religiosa. A Rússia tudo exigia do clero polaco: a resignação, a obediência, o abandono da pátria e a apostasia. O clero preferiu a miséria, a morte, a fome, o desterro.

Roma protesta; o czar poderá ter o direito de dizer que governa livremente a sua casa, podem os jornais de Sampetersburgo responder insolentemente que o papa é uma antigualha no espírito do presente. Embora. Nem por isso os protestos de Roma deixam de ser nobres. São estas as verdadeiras grandezas da Igreja. Em perigo como está Roma, numa crise política e numa crise religiosa, cercada de inimigos, abandonada aos ódios da Itália, não se esquece dos seus filhos que, num canto da Terra, lutavam pela liberdade.

Não era pelo dogma, nem pelo principio católico, que eles lutavam; era pela liberdade da pátria e pela supremacia do espírito. Esta é que é a verdadeira missão de Roma: o conservar a pura tradição de caridade e do amor dos perseguidos, e de protecção aos vencidos.

A imprensa francesa fala toda do célebre artigo de Gerardin sobre a aliança tríplice da Rússia, da Prússia e da Inglaterra, para decidir os destinos do Oriente.

Ele sustenta que é inevitável a divisão do Império Turco entre a Inglaterra e a Rússia, uma vez que a França se não alie com a Alemanha. Napoleão 1 já tinha dito: «Dentro em poucos anos cairá a Turquia em poder da Rússia.» E realmente quem se poderia hoje opor a essa terrível extensão da Rússia? A Inglaterra, a Prússia, a Áustria e a França. Mas a Inglaterra cala-se, se lhe derem o Egipto; o Egipto, que ela em 1854 rejeitava com indignação. A Áustria que pode? Quem a há-de indemnizar de 8 milhões de alemães de que a despojaram? E demais a Rússia facilmente a satisfaz, dando-lhe a Sérvia e as províncias limítrofes até Constantinopla. A Prússia, essa, é aliada da Rússia; a Rússia tem tido por ideia fixa o libertar o mar Negro da intervenção humilhante estabelecida pelo tratado de 30 de Março de 1856. Se o imperador da França odeia os tratados de 1815, a Rússia não odeia menos o de 1856. A Prússia importa pouco que a Rússia se abra um caminho no Mediterrâneo, ela que tantos portos tem no mar do Norte, e faz-lhe conta o ódio da Rússia ao tratado de 56, para rematar a obra de unificação da Alemanha. A única maneira de salvar a Turquia era pois a aliança da França com a Prússia.

Assim, subtraia-se a Prússia à influência russa, assim eram inúteis os armamentos em França, a reorganização do exército.

Na Inglaterra fazem-se estranhos preparativos de guerra, ainda que ninguém suspeite que a política do gabinete se vai tomar de hostilidade. Supõe-se antes ser este

armamento uma diversão à ideia de reforma, que toma proporções grandiosas; espera-se que o novo *meeting* seja mais concorrido e mais solene e mais decisivo.

No entanto, é possível que os armamentos da Inglaterra tenham por fim, ocultamente, a terrível questão do Oriente. Em Londres espera-se uma grande fome; trata-se de organizar comissões de socorros: o *Times* lembra a ideia duma comissão,

protegida pelo governo, que preencha as faltas de caridade particular.

Tem havido grandes falências, o que produz suspensão de trabalho; o frio é extremo e impede o trabalho de muitas indústrias.

Em Londres tem feito uma impressão favorável a reforma do imperador de França; julga-se de vantagem liberal e robustecimento da monarquia.

Risum teneatis.

Segundo notícias da América, a política dos fenianos sofreu alteração interior que lhe tira parte do prestígio de superioridade. Num *meeting* de fenianos em Nova Iorque, Stephens, o chefe, foi declarado por proposta impostor e charlatão; e em seu lugar foi aclamado Gleeson. Daqui rivalidade, divisões, enfraquecimento de forças e descanso para a Inglaterra.

Nº 9, 7 de Fevereiro

A grande e difícil questão política que ocupa todos os espíritos e assusta todos os gabinetes é ainda a questão do Oriente. O imperador teve ultimamente a respeito dela uma conferência nas Tulherias com o novo ministério, onde foi ouvido Mr. Monstier, que, pela sua longa estada no Oriente, conhece melhor a situação, a verdadeira posição moral das nações do Oriente.

Cada vez se confirma mais o boato da tríplice aliança da Rússia, Inglaterra e Prússia. Parece que a Itália também está interessada no jogo, o que explica a áspera altivez com que ultimamente tem tratado a Turquia. A França, por seu lado, exerce a sua influência sobre o sultão, para que faça as concessões possíveis à Sérvia acerca das fortalezas ocupadas pelos turcos no seu território. Por outro lado, parece que entra nos planos do czar o constituir o Egipto em império independente sob o viso-rei, ao passo que os grandes boatos dão, na divisão do Império Otomano, o Egipto à Inglaterra. Vê-se toda a dificuldade na solução da questão. Ela por muito tempo tem sido protraída e iludida, ou pela influência da Inglaterra, ou pela atitude inactiva dos Russos, mas perto está o dia da sua resolução definitiva. Os Turcos serão então expulsos da Europa.

Aquela nação, no meio da nossa civilização, do nosso movimento espiritual, da nossa índole livre e elevada, era como um acampamento de bárbaros na praça duma capital.

Nem as suas instituições, nem a sua ciência, nem a sua religião, nem o seu carácter, nem o seu temperamento, nem a sua moral, têm um só ponto de contacto com as raças da Europa. Se a Turquia tem sido conservada, deve isso à falsa necessidade de manter o equilíbrio; mas hoje, que o equilíbrio é uma velharia política, os Turcos poderão ser sacudidos da Europa não só sem perigo de alteração continental, mas com proveito da liberdade.

De resto, toda a alma cristã protesta contra a pressão e a dominação dos Turcos nas populações cristãs do seu território. A pressão não tem dissolvido o elemento cristão; tem, pelo contrário, enfraquecido o elemento muçulmano.

Mesmo a autoridade moral dos cristão vencidos é incontestável. O Império Turco está enfraquecido, dividido, dilacerado: qualquer coisa o desconjunta. Os seus restos serão atirados à voracidade das nações do Norte, e 26 milhões de cristãos ficarão livres

do jugo de 6 milhões de turcos.

*
* *

Na Alemanha toma-se cada vez mais decisivo o movimento de atracção que leva os pequenos estados do Sul para a protecção da Prússia. Isto é talvez a revolução lenta, surda e fatal, que leva à unificação alemã.

A Alemanha ficaria sob um poder central de que a Prússia tivesse a direcção, com uma constituição que garantisse a liberdade de toda a nação alemã e a independência dos estados particulares.

*
* *

Na Rússia, grande sensação e simpatia pelos insurgentes da Cândia. O baile a favor deles rendeu quantias imensas; o próprio czar, com a sua presença, deu-lhe um cunho oficial e político.

Parece todavia que os embaixadores de França e Inglaterra se recusaram a assistir, depois de ter consultado os respectivos governos.

Em Varsóvia, na Polónia, a tristeza e o desalento são imensos. Não produziu só a morte da dignidade e da autonomia da Polónia o ucase do czar; produziu a morte do território que outrora se chamou a Polónia.

Pois que se pode esperar com a administração russa, que e complicadíssima e infecunda, sob um sistema de centralização, estando Varsóvia tão distante de Sampetersburgo? Assim as famílias, os proprietários, os cultivadores, vêem-se arruinados e perdidos. Tudo veio à Polónia com aquele ucase: a prostração física e o ultraje moral.

E depois aquela agonia tem circunstâncias de horror nunca vistas na história.

Aquelas famílias, arruinadas, perdidas, dizimadas, cheias de luto e de tristeza, têm de rir e folgar. As autoridades russas dão constantes festas para que toda a gente de Varsóvia é convidada. É necessário ir, dançar, mostrar rosto alegre, festejar, adular os Russos. O não ir é um crime de alta traição.

Quem não vai é porque repele a dominação, é porque conspira: merece o *knut* e a Sibéria! Dolorosas épocas. Dentro em pouco a Polónia estará tão abandonada, tão estéril, tão morta, como a Lituânia e a Volhínia.

*
* *

Nos Estados Unidos a opinião pública manifesta-se contra a acusação ao presidente.

Há pela política dele muito poucas simpatias: entende-se mesmo que o congresso deve permanecer na sua atitude, sem se importar com o presidente; mas por outro lado compreendem, e bem, que a maioria dos unionistas é suficiente para fazer triunfar o seu plano de reconstituição; por isso é inútil guerreá-lo.

Demais, o presidente, depois de acusado, tomaria o proveitoso papel de vítima, e teria pretexto para lançar mão de meios mais revolucionários.

Nº 10, 10 de Fevereiro

A Espanha

Em presença da triste situação da Espanha, da nossa decadência, dos movimentos políticos da Europa, do fundo trabalho de reconstrução, do abalo geral das cartas e dos tronos, em presença de uma nova época democrática e económica, dois países como a Espanha e Portugal, tão vizinhos, tão aconchegados, não podiam deixar de pensar na sua atitude futura e recíproca.

Ora como os Espanhóis dizem e a alguns emigrados o ouvi eu – que não pensam em nós; nós, mais modestos, com mais vagar e mais curiosos, pensamos na Espanha. E aí está como o Sr. Casal Ribeiro fez o programa da sua política relativamente à Espanha.

Diz o senhor ministro, nobre inteligência e enérgico carácter, que a política a ter com a Espanha não pode ser de fusão, o que é profundo e cauteloso; não pode ser de desconfiança e de isolamento, o que é útil e nobremente pensado; não pode ser de aliança de nações, o que é pessimamente entendido. Ora o senhor ministro disse à câmara o seu péssimo pensamento em soberbas palavras. Se fosse uma verdade, nunca a verdade teria sido tão bela, tão lucidamente defendida.

Mas não o é. O senhor ministro só tem três motivos para julgar a aliança com a Espanha nobre, proveitosa, de esclarecida política.

Esses motivos são:

A história, os factos sociais, a geografia.

A história. O senhor ministro lembrou o comum pensamento das descobertas, a actividade guerreira, a expulsão dos sarracenos.

Tem-se dito mil vezes; esta comunhão da mesma história é uma velha ideia, engelhada, sem verdade, sem originalidade, que as crianças decoram e que os estadistas não deviam saber. Todo o passado da Espanha foi uma luta com a Europa; todo o passado de Portugal, uma luta com o mar. Portugal, sim, que foi o verdadeiro descobridor, o verdadeiro aventureiro da conquista. A Espanha, essa, era um elemento terrível que queria organizar e criar uma Europa sua. O facto de os sarracenos serem expulsos só deixou de si raízes que dividem as duas nações: em Espanha ficou o elemento mourisco, em Portugal desapareceu.

Metade do sangue espanhol é africano; todo o sangue português é de raça latina.

Só no temperamento português é que estava o espírito marítimo; o que a Espanha tem das conquistas do mar veio-lhe de fora: Colombo era italiano, foi na Itália que concebeu o projecto da descoberta; foi pelas tradições, pelas ideias que corriam na Itália, que ele adivinhou um mundo novo além do Atlântico; foi o génio unificador da Itália, as tendências que ali havia para universalizar o mundo, para trazer todos os que vivessem no planeta à mesma comunhão cristã e social, que, influenciando no espírito imenso de Colombo, o fez persistir na viagem pelos mares desconhecidos do Oeste.

Colombo era italiano de nascimento, de espírito, de inteligência, de fé. A única coisa que a Espanha fez por ele foi primeiro dar-lhe navios, depois matá-lo à fome. E a isto que o senhor ministro, que tão erudito e critico é, chama «a famosa epopeia que tem por herói Colombo» e concede modestamente esta epopeia à Espanha. E depois acrescenta que isto era uma política; as descobertas de Espanha e de Portugal não foram uma política, foram um instinto. Uma política! Havia alguma coisa convencionada e tratada como negócio de exploração? Tinham posto em comum a glória da pátria? Havia algum tratado, alguma convenção que estabelecesse que Espanha e Portugal, de acordo, iriam descobrir o mundo? Foram alguma vez para as grandes viagens unidos os

galeões portugueses e espanhóis? Não. Portugal solitariamente cometia os seus feitos do mar: a Espanha solitariamente ia chupando a América. Isto não era uma política, repito-o, era o instinto: e se era política, não era de aliança, não era de tratados, não era de embaixadores – era uma política individual, pela qual cada nação, exclusivamente, tratava de se engrandecer. E se estas descobertas foram do mesmo século, não foi convenção decerto, e o senhor ministro melhor que ninguém o sabe: é porque havia então uma daquelas tendências que ocupam o espírito humano e que levava para as descobertas; não era só Portugal e Espanha que descobriam, eram também os Holandeses, os Genoveses, os Venezianos, etc.

O senhor ministro, que sabe admiravelmente a história, o que vê na história da Península? Guerras, questões de territórios, ódios de famílias reais, vinganças ferozes, política de rancor, inveja indomável, absorção, opressão do maior, cativeiro do mais pequeno, sofrimento do mais pequeno, sangue perdido do mais pequeno, e eu lembro, a todos os que têm ouvidos para escutar, que o mais pequeno era Portugal.

O senhor ministro, que é um dos homens mais instruídos e mais letrados do país, e mais ao par da critica moderna, sabe que as literaturas são a manifestação, são a voz do sentimento popular.

E o que vê na literatura portuguesa de todos os tempos, de todo o passado? Ódio à Espanha, glorificação dos nossos triunfos, amesquinhamentos do carácter espanhol. E já alguém disse que Portugal nunca poderia unir-se intimamente à Espanha enquanto entre as duas fronteiras estivesse um pequeno livro, *Os Lusíadas,* e um grande nome, Camões.

Quais são as nossas tradições mais queridas, as nossas legendas mais contadas? São aquelas em que os Portugueses violentam os Espanhóis. As tradições, as legendas, mostram a alma do povo.

Diz o senhor ministro «que estas coisas estão dizendo no passado o que nós devemos fazer no futuro». Estas coisas dizem no passado que não nos aliemos à Espanha.

Fala o senhor ministro na índole das línguas; são irmãs decerto, como são irmãs da francesa e da italiana; pertencem todas à raça latina, vêm todas do mesmo berço; se a espanhola e mais compreensível para nós, é que a vizinhança a faz assim, A questão de língua é perfeitamente inútil e prejudicada.

Diz o senhor ministro que essas línguas irmãs foram celebradas por Cervantes e por Camões. Foram. Mas como? Cervantes, ridicularizando o espírito de aventura, que é o primeiro carácter da raça portuguesa; Camões, celebrando os triunfos nossos e as fugidas cobardes dos Espanhóis.

E depois diz o senhor ministro: se formos a suprimir a língua e a raça, e a história, com havemos de suprimir a geografia? Qual é a nossa fronteira?... O mar e a Espanha.

Bem. Qual é a fronteira da França?... O mar e a Alemanha, que a odeia. Qual é a fronteira da Suécia?... O mar e a Rússia, que a quer devorar. Qual é a fronteira da Itália?... O mar e a Áustria, que a oprime. E, coisa horrível, qual é a fronteira da Grécia?... O mar e a Turquia, que a mata.

Se os nossos temperamentos, a nossa língua, os nossos costumes, o nosso fim, o nosso passado e a nossa história são os mesmos então não haja só a aliança, haja também a fusão.

Mas se o nosso temperamento, a nossa índole, a nossa história, a nossa raça, quase o nosso clima, tudo é diferente, se demais somos velhos inimigos, não afastemos só a ideia da fusão, afastemos também a ideia da aliança. Lembremo-nos de que estamos apertados nos braços da Espanha, longe da Europa, sem um refúgio, sem podermos ser ouvidos se gritarmos, sem podermos ser socorridos e tendo só por vizinho o mar! Mas o

velho mar está descrente da política da Europa, e já não acode às nações.

Digamos a verdade. A política do senhor ministro é talvez má. mas as suas intenções são boas. Ele sente a decadência, a morte, o abaixamento de Portugal; entende que nos devemos apoiar em alguém; sim, mas não nos apoiemos nos dentes da loba.

E que apoio se espera de Espanha? Com que se conta num perigo? Com o governo e o mundo oficial?... Esse está na véspera do seu desaparecimento. Com o dinheiro dela?... Não o tem, nem crédito. Com o povo?... Está perdido e morto para muitos anos.

Se é necessário apoio, tomemos o braço à Espanha, e vamos como dois inválidos amigos por essa Europa pedir esmola e agasalho para ambos. E ainda, cuidado, que no caminho o inválido-Espanha não roube ou não mate o inválido-Portugal.

Tem-se a respeito desta questão falado em iberismo. Defender o governo neste ponto era quase acusá-lo. Só dizemos que todos os portugueses podem jurar que a raça dos Miguéis de Vasconcelos acabou para sempre.

Nº 10, 10 de Fevereiro

As últimas liberdades da França

Em França é extrema a agitação por causa do decreto de 19, em que se extinguia a discussão da resposta ao discurso da coroa, dando como compensação um frouxo direito de interpelações.

No mesmo decreto se determina uma nova censura de imprensa, e parecia haver a ideia de dar ampla ilimitação ao direito de reunião. Isto poderia ser um retrocesso ou uma poderosa garantia liberal. Mesmo por essa ocasião julgou-se que o império ia entrar numa política de ordem, de liberdade, de justiça, de tolerância, e até alguns oposicionistas, como Emile Ollivier, Darimon e outros trânsfugas da verdadeira oposição democrática, se julgavam chamados ao ministério.

Pelo menos em Paris, nos boatos, nas listas prováveis do novo ministério, andavam aqueles nomes. Dias depois veio o desengano. O novo ministério constituiu-se, mas com a exclusiva e pura maioria.

A extinção da resposta ao discurso da coroa tem sido recebida com atitude hostil, embora os jornais oficiais se; cansem em dizer que o governo, ao princípio da abertura das câmaras, aceitará livre e espontaneamente todas as interpelações. Dizem e proclamam, como uma generosa magnanimidade do governo, que ele anseia submeter à apreciação dos grandes corpos do Estado os motivos que influíram na sua política externa. Mas a verdade é que o direito de interpelação é estéril e oco.

A resposta ao discurso tinha por vantagem chamar a opinião a apaixonar-se nos debates: assim o povo ouvia as explicações, seguia o sistema do governo, estudava-o na sua aplicação, criticava-o nos seus resultados. Isto num pais onde o povo está acordado e vela, onde pensa em si e no futuro da pátria, podia ser fecundo e cheio de liberdade. E agora que resta? O direito de interpelação?

Mas a sua maneira de organizar é opressiva, misteriosa e infecunda.

A interpelação é feita por um requerimento. O artigo 2º do decreto 19 determina que esse requerimento seja assinado por cinco membros ao menos (de qualquer das respectivas assembleias), depois entregue ao presidente, sem que o contexto seja conhecido do público, depois submetido ao ministro de Estado, e depois ao exame das secções; e as secções em número certo, dois sendo no senado, quatro no parlamento, é que decidem se as interpelações devem ter seguimento.

Que sucede?

O senado tem cinco secções, o parlamento nove.

A oposição no senado é de dois membros, a oposição no parlamento é de 15.

De maneira que em cada secção a maioria oposicionista é imperceptível. Só passarão pois as interpelações que o governo quiser. E aí está como Napoleão III alarga as liberdades da França.

O decreto 19 permite que qualquer ministro no seio do corpo legislativo possa representar o governo; parece que esta concessão dá, até um certo ponto, uma certa solidariedade aos ministros. Mas não. E a mesma a dependência constituída em que estão do imperador. O que vai dar é mais algumas vozes que defendam na câmara a política imperial. Tudo isto demonstra uma certa inquietação, um vago receio de justiça e de vontade popular. O imperador sente-se abalado pela ascensão irresistível e profunda do mundo democrático e económico.

Em 1860, quando o imperador se sentia mais forte, concedeu a discussão de resposta ao discurso da coroa. Em 1867, quando se sente mais fraco, extingue-a.

Ao principio, na câmara, havia só uma maioria que só tinha um símbolo, o *Império,* e só sabia um nome, *Napoleão.*

No entanto, o estado da França era triste: a imprensa oprimida, um *deficit* crescente, o direito de reunião tolhido, um militarismo predominante.

Então apareceu pela primeira vez no parlamento o grupo da oposição. Eram seis. Depois tornaram-se 15. Havia esperança de que aqueles homens seriam a base dum partido que tolheria a opressão imperial. Eles intitulavam-se democratas. Mas a democracia não os aceitava. Eles não tinham a alma bastante pura, a consciência bastante forte, para terem a glória de serem aceites pelo povo republicano, e a felicidade de se sacrificarem por ele.

Estes homens eram grandes oradores, terríveis artistas da palavra, restos da república cavalheiresca e imaginosa de 48. Eram Júlio Favre, Picard, Darimon, Olivier, Berryer, Thiers, etc.

Lutaram, falaram, combateram, atacaram o governo pela expedição do México, a coaretação do direito de reunião, as absurdas leis de imprensa. Esta oposição deu alguns resultados ao abrir a sessão de 66.

A maioria dividiu-se. Alguns dos mais imperialistas entenderam dever pedir o alargamento das instituições liberais.

A oposição chegou a ter 60 votos. Mr. Rouher pedia em vão que abandonassem a ira e que se ligassem ao imperador.

Eles protestaram sempre pela felicidade do país e um pouco também pela do trono, opunham às coortes da maioria uma pequena resistência, obstinada, tenaz e enérgica. No entanto, o povo tomava de cada vez mais a atitude democrática; e a classe média, que sustenta o império, tomava uma atitude descontente.

O gabinete das Tulherias tinha incitado a guerra da Alemanha, ou tinha-a aceitado tacitamente.

O imperador tinha talvez pensado que aquela guerra era o esfacelamento da Alemanha: que a Germânia, dividida, fraccionada, tendo uma guerra interior, ficaria em pedaços, à mercê de quem a quisesse saquear. No entanto, em 15 dias, a Prússia faz uma campanha maravilhosa na Boémia; conquista, destrói Benedek; aprisiona exércitos e faz renascer do fumo da Sadowa uma nova Alemanha, forte e quase unida. A França não esperava isto. E isto teve dois resultados.

Em primeiro lugar, quando a França recomeçou o seu eterno pedido das nesgas de terra entre Landau e Sarrelouis, na margem do Reno, responderam-lhe que nem um palmo de terra seria dado à França. Primeiro logro.

Em segundo lugar, as vitórias da Prússia tinham deslumbrado a França; o exército

estava descontente. O exército é uma influência constante e actuante no império. O exército encontrava no imperador pouco apoio para a França mover uma guerra. Mas o imperador quis serenar o descontentamento militar: decretaram-se armamentos, fizeram-se reorganizações, moveram-se tropas. Isto contentava o exército, que pressentia já uma campanha próxima. Mas estes preparativos descontentavam a classe média, a burguesia, cujos interesses são profundamente ligados e profundamente da paz.

Esta classe sustenta, e foi quem elevou, o império. O imperador via o descontentamento do exército, o descontentamento da classe média, o descontentamento do povo, a sua doença crescente; sentia fugir-lhe o antigo prestigio, via-se batido no México, via próxima a abertura do parlamento, tremia pela oposição; as manifestações da opinião pública podiam ser fatais na discussão da resposta ao discurso. E foi então que aboliu a discussão da resposta ao discurso. Mas era necessário dar ao decreto uma aparência liberal: para isso promete libertar a imprensa e conceder o direito de reunião; mas o libertar a imprensa é entregá-la a uma magistratura imperialista, sem júri, com todo o odioso das perseguições dos tribunais; e o direito de reunião é um direito ilusório para a França, que ninguém julgará eficaz, que ninguém considerará seriamente. E isto o decreto de 15 em que o imperador diz ter coroado o edifício levantado pelo voto nacional. Mas o povo da França vela e é justo.

Nº 11, 14 de Fevereiro

É incontestável que o espírito generalizador de reforma e de transformação, em sentido da justiça, se opera por um movimento irresistível.

Ultimamente na Suécia foram abolidas as quatro ordens que constituíam a representação nacional. Até aí havia quatro câmaras representando as quatro classes, nobreza, clero, comércio, burguesia: todas separadas, funcionando diversamente, com regulamentos e atribuições diversas, diferentes. Agora há unicamente duas câmaras, cujo acesso (pois são ambas de eleição) é fácil, pelo pouco censo exigido e pelas moderadas condições de elegibilidade.

Por ocasião da abertura do novo parlamento o rei pronunciou nobres palavras, em que se deixava ver influenciado pelas ideias deste tempo presente. e em harmonia com o que a razão tem de mais esclarecido e a verdade de mais elevado.

Este passo mostra que a Europa vai passando por uma transformação subterrânea de que ela mesmo não tem consciência; em cada ponto vai aparecendo uma explosão desse espírito da justa reforma: é seguido e aplaudido: e assim sucessivamente, até que de todo se vá à questão de princípio e à decisão de ideias.

*
* *

No parlamento inglês começou a discussão sobre a reforma. Era a grave, a terrível, a decisiva questão para o parlamento inglês. Lord Russell falou, dizendo que era de honra e de conveniência do país que houvesse uma transacção liberal com as exigências populares. Lord Derby respondeu, por parte do gabinete, que o governo, na questão da reforma, queria atender às necessidades do tempo presente, às livres ideias, à voz e às exigências da opinião, mas por outro lado será uma questão difícil – e que pede toda a cautela na sua determinação e na maneira de ganhar o direito de votar, para que depois não haja abuso na realização desse direito.

Lord Russell manifestou um certo descontentamento pela política da Rússia, e

certa alegria por não ter visto a Inglaterra implicada no último conflito continental; de resto, a grande oposição do governo será feita por causa da questão da reforma e da questão da América.

*
* *

Os jornais de Sampetersburgo falam com insistência no parlamento da Conferência do Norte que deve levar talvez ao império alemão.

Falam com insistência, com sagacidade, como quem tem largas vistas e quer aliciar um amigo. Lembram que é vantajosa, justa, nobre, a aliança do imperador com o rei da Prússia.

Prevêem o caso em que ele, também imperador, pense com o rei da Prússia em retalhar o mundo. É possível que ande ali encoberta a ideia de formar uma nova Santa Aliança em que aquelas duas potências figurem como o leão no contrato.

*
* *

Da América todos os dias vêm importantes notícias. O congresso toma uma temível atitude contra o presidente. Numa das últimas sessões Mr. Sumner falou energicamente contra o presidente, atirando-lhe à face uma acusação de morte, e declarando-o o rebelde e traidor aos Estados Unidos.

Instado para que tirasse aquela mortal ofensa, insistiu, redobrando de energia, de violência e de acusações.

Numa outra sessão, Mr. Loan fulminou o presidente como traidor e cúmplice no assassinato de Lincoln – disse: o crime cometeu-se, tornou vaga a cadeira presidencial. A bala do assassino, paga com o ouro dos rebeldes e dirigida por eles, fez André Johnson presidente da República. O preço da sua elevação ao poder foi a traição à sua pátria, e desde então ele está aliado aos rebeldes.

Vê-se que a agitação é extrema; só a energia, a terrível frieza de carácter do presidente Johnson, é que poderiam escutar serenamente estas fulminações, e esperar altivamente a decisão da crise. No entanto, ele continua celebrando as festas diplomáticas e trocando com a Rússia toda a sorte de cordialidades.

*
* *

A Espanha continua na agonia. Deportações, sentenças de morte, raivas terríveis, prisões, desaparições: Bravo Murillo dizia bem: que o ministério jogava a sua cabeça. É um jogo terrível, de sangue e de vidas.

Agora sabe-se que, numa conferência com a rainha, se tratou de suprimir o senado; daqui a pouco serão as garantias civis, depois a imprensa, depois a liberdade de consciência, e assim irá a Espanha para uma tirania feroz.

Ultimamente um conselho de guerra condenou à morte o redactor em chefe da *Discusion.*

Mas pode-se perguntar: onde está o povo? O povo, com os seus instintos de justiça, com o seu amor de vingança, com as suas cóleras terríveis, desapareceu sob a tirania militar. Despertará um dia? Decerto; mas quando? Toda a Espanha decai: as cidades morrem; a emigração é imensa; a desolação, geral. As famílias arruinadas,

numa tristeza semelhante à da Polónia, os negócios paralisados, toda a gente descoroçoada, fugida, errante. E no entanto, no paço em Madrid, há festas, bailes, largas conferências galantes, toda a sorte de alegria e de ruído jubiloso.

Nº 12, 17 de Fevereiro

Em França fala-se e discute-se quase somente a lei de imprensa que foi apresentada como grande garantia liberal pelo imperador. Pelo modo de a regular, de dispor as atribuições, de distribuir as responsabilidades, ou é uma grande e nobre liberdade, ou a coarctação do santo direito de opinião.

Os ministros têm tido várias conferências com a câmara síndica dos impressores. Discute-se sobretudo se será justo que as publicações literárias sejam ou não isentas do selo. Primeiramente tinha-se decidido que todo o jornal, ou de política, ou de literatura, pagaria o direito de três cêntimos, que é o selo. No entanto, nas grandes regiões oficiais, esta medida generalizadora encontrava a dificuldade das publicações literárias: estas seriam profundamente feridas nos seus interesses e nas suas condições de vida, se a elas se estende aquele tributo das letras.

Mas uma opinião geral é que as folhas literárias são um derivativo das folhas políticas e, como tal, devem seguir os ónus e os privilégios destas.

Por outro lado, também os directores de folhas literárias mandaram apresentar nas Tulherias uma memória assinada por quase todos os grandes nomes da especulação jornalística, pedindo a supressão do selo, como ameaça de morte de muitos jornais literários.

Ora como a extinção de muitas folhas literárias, por causa do imposto do selo, levaria à falta de trabalho a muitos tipógrafos, a câmara síndica dos impressores pede também que as folhas literárias sejam eximidas do selo.

Uma outra questão é se o tipógrafo e impressor há-de partilhar da responsabilidade do jornal.

A quem competia decidir e reclamar a este respeito era à câmara síndica; no entanto, ali desatendeu-se a liberdade que sempre tem gozado o impressor, e apresentou-se a ideia de o fazer entrar na grande responsabilidade que agora sobrecarrega as redacções. No entanto. Mr. Rouher nada declarou das suas intenções sobre este ponto delicado.

O dar-lhe a responsabilidade é como que fazê-lo tacitamente colaborador, é incontestável que toda a gravidade de um artigo vem da sua publicação; só assim é lido, comentado, discutido, só assim pode fazer mal aos governos constituídos, ou ser subversivo da ordem.

No entanto, o tipógrafo, na sua qualidade de operário, não pode tomar responsabilidade por um trabalho ordenado. Ele não foi consultado pela ideia do artigo, ele não deu a sua opinião sobre a conveniência ou inconveniência da publicação, ele faz maquinalmente o seu trabalho. Isto pedia muitas considerações, e de maior alcance político, mas nós apenas contamos o que vai no movimento político.

Os ministros preparam os documentos relativos às principais questões do ano passado e que ainda pendem para a solução, para apresentar às câmaras. Julga-se que a questão do Oriente é julgada a mais interessante e profunda. Mesmo a *France* afiança que os documentos relativos às outras têm apenas um interesse histórico retroactivo.

Mas parece que esta questão toma agora uma face nova. Os boatos relativos àquela união entre a Rússia. Prússia e Inglaterra, para a divisão do Império Otomano, dissiparam-se um pouco. Agora parece que se conseguiu que a Rússia adoptasse o plano

do imperador. pelo qual se conserva à Turquia a sua autonomia. Somente a França se obriga a obter do sultão todas as reformas que os cristãos exigirem. e que a necessidade e ideia do tempo presente estão reclamando incessantemente. Assim poder-se-ia evitar uma guerra europeia: doutro modo a questão do Oriente vai chamar à superfície umas questões terríveis e assombrosas, que poderiam precipitar muitas ruínas e acabar muitas soberanias.

Em Londres tem-se agitado na Câmara dos Lordes a questão da América.

O conde Russell, com quem se deu o começo da questão, defendeu energicamente o seu procedimento, negando-se todavia a dar mais explicações sobre o negócio do *Alabama.* E este diplomata não quer submeter a questão a uma arbitragem. No entanto, parece que nas primeiras propostas apresentadas por Lord Stanley havia um princípio de conciliação.

Este é realmente o ponto mais delicado das relações externas da Inglaterra.

Enquanto na Câmara dos Comuns e na dos Lordes se agitava esta questão e a da reforma, a liga dos reformistas prepara uma grande demonstração popular para o dia em que o projecto da reforma, preparado pelo ministério *tory,* fosse apresentado nas câmaras.

Foi em Sussex-Hall a demonstração, presidida por Mr. Beales.

Discutiu-se primeiro, segundo os pormenores que encontramos no *Jornal do Comércio,* qual devia ser a ordem que tomaria a procissão que se preparava, cujo fim era entregar uma petição a Messrs. Bright e Stuart Mill, que esperavam os delegados junto às grades do Palácio de Westminster.

Parece que nesta reunião se condenou antecipadamente o projecto que devia ser apresentado pelo governo. Diz-se que naquela assembleia reformadora se adoptou a seguinte resolução:

«Na segunda-feira à noite há-de o ministro apresentar o seu pensamento reformador. Mas na segunda-feira pela manhã fará o povo conhecer o seu. Todos aqueles que quiserem fazer compreender ao governo o desejo do povo devem tomar parte na projectada demonstração.»

Além desta proposta. foi também rejeitada qualquer lei que a Câmara dos Comuns possa votar sobre a questão das relações entre o trabalho e o capital.

Os delegados da liga votaram pois o seguinte:

Qualquer comissão nomeada pelas câmaras para estudar. nesta parte, um novo projecto de lei, será considerada como incapaz de satisfazer os desejos do povo. salvo quando um certo número de operários concorra a tomar parte nas tarefas daquela comissão.

Em suma, a liga empregou todos os meio ao seu alcance para dar a maior representação à demonstração.

Numa reunião posterior foi aprovado que se desse um voto de censura às companhias dos caminhos de ferro que se negassem a deixar transitar nas suas respectivas linhas, a *preços reduzidos,* aqueles indivíduos que se achassem munidos dum bilhete passado pela comissão da reforma para vir a Londres assistir à manifestação.

A liga conseguiu que um dos membros do parlamento se prestasse a formular um voto de censura, por parte da Câmara dos Comuns, contra as companhias que não obedecessem à insinuação indicada.

No entanto, diz-se nos círculos políticos de Londres que o projecto de lei sobre a reforma, preparado pelo actual gabinete, e mais liberal do que o que propusera o antigo gabinete.

Nº 15, 28 de Fevereiro

Em França tem causado grande agitação a circular do Sr. Vandal, director-geral dos Correios. Era sobre aquelas cartas que pareciam conter a carta impressa do conde de Chambord.

Berryer, deputado da oposição e um dos melhores oradores da câmara, manifestou a intenção de formular uma nota de interpelação acerca da circular do Sr. Vandal. O director-geral dos Correios, obedecendo a um louvável pensamento de dignidade, reclamou a honra de sustentar ele mesmo à câmara o facto que produziu tantos comentários. Veremos a solução deste conflito.

As correspondências de Londres, dando como provável, no caso de não ocorrer algum acontecimento extraordinário, que o desconto baixe brevemente a 2,5 por cento, acrescentam que esta baixa de juro não representa somente abundância de numerário, mas também falta de operações mercantis.

As mesmas correspondências, a que damos inteiro crédito, fazem notar que os rendimentos que maior desenvolvimento têm tido são os de sisa, precisamente os que não acusam aumento de bem-estar, mas sim aumento de despesas supérfluas e de costumes viciosos; pois, como é sabido, aquele imposto é principalmente relativo às bebidas espirituosas, tabaco, etc., etc. Acrescenta-se também que são muitas as fábricas paralisadas, porque a produção é superior aos pedidos, donde resulta falta de trabalho, conflitos entre os operários, que, dominados por más paixões, preferem viver de esmolas a receber em troca do seu trabalho um salário mais diminuto.

Sem embargo, porém, desta má situação, é de presumir que o génio prático da nação inglesa, e a inteligência dos seus estadistas, hão-de coadjuvar, já que não podem resolver completamente o conflito proveniente de certas questões sociais.

O correio nada mais traz de interesse activo, ou de grave. A política está um tanto estacionada, toda a ordem europeia depende da solução de certas questões, que em breve serão chamadas à superfície. Então se verá de que banda estava a justiça e as boas intenções.

Nº 16, 3 de Março

O correio estrangeiro nada nos trouxe de interessante.

Com a abertura dos diversos parlamentos serenaram as agitações internacionais. Cada um se ocupa mais peculiarmente dos negócios da sua casa.

O imperador vê-se a braços com a pequena oposição, pequena mas tenaz, que acumula as interpelações e as verdades.

Interpelação sobre a circulação dos correios, sobre a lei da imprensa, sobre o México; tudo combatem e pulverizam aqueles temíveis batalhadores que se chamam Thiers, Pelletan, Picard, Berryer.

Na Itália começa o movimento eleitoral em consequência da dissolução. A dissolução foi inesperada: uma pequena discussão (antes da discussão geral do orçamento, onde se esperava grande tempestade) a respeito da proibição dum *meeting* em Veneza provocou uma votação em que o governo teve uma grande minoria; em consequência, pediu a sua demissão. O rei não aceitou, e dissolveu as câmaras.

Na Inglaterra começa a agitar-se, duma maneira séria como nunca, a questão da reforma. Sucedem-se as reuniões. O governo apresentou um *bill* de reforma e declarou que, se não passasse, largaria voluntariamente as suas pastas. Na Alemanha há ainda

uma agitação extraordinária a respeito das eleições. Parece que tudo se prepara para que no parlamento do Norte estejam os elementos que darão a Guilherme o império da Alemanha.

Na Áustria começam a revolver-se, a propósito de eleições, certas questões nacionais de territórios anexados e de províncias unidas.

Por toda a parte a questão interior tem a supremacia. Quando estão abertos os parlamentos, descansam as questões diplomáticas. Os negócios interiores são mais sérios, para consolidação de tronos e poderes.

Por enquanto, pois, dormirão as questões do Oriente, dos principados, do Egipto, etc. Isto todavia, este sossego, não dá garantias duma paz geral, o que dá garantias é a exposição. O imperador sustentará o equilíbrio, enquanto não fizer a sua pomposa festa. Depois deixará de sustentar os guindastes e as edificações que ameaçam talvez desabar.

Nº 17, 7 de Março

Por toda a parte há uma certa serenidade aparente na política, excepto no México.

Aí, agitações continuadas.

Pela terceira vez se reuniu o conselho privado, e votou pela conservação do império. Dez protestaram apenas, entre estes o general Bazaine e o embaixador francês.

O ministro da Fazenda declarou nessa reunião que o tesouro do México podia sustentar a guerra e consolidar o império. O tesouro rende 30 milhões.

A sustentação do exército francês custava 20 milhões; o ministro declarou mais que, se por acaso houvesse uma falta de meios repentina, os capitalistas não recusariam ajudar o imperador.

O imperador fez talvez mal em aceder de novo e sujeitar-se à resolução do conselho privado. Melhor teria feito seguindo a opinião de Bazaine e do embaixador francês, isto é, abdicando. Podia retirar-se com o exército e vir são e salvo.

Assim fica abandonado; aqueles que lhe disseram que ficasse para consolidação do império serão os primeiros a abandoná-lo, se Juárez chegar vitorioso à capital do México.

Então pode ser aprisionado e é fuzilado dentro de 24 horas.

Ora a última batalha em que Juárez foi derrotado pode talvez ter mudado a face as coisas. Mas um império que tem a oposição do povo dificilmente se pode sustentar.

Em França continuam as interpelações dos deputados da Oposição.

Na Alemanha abriu-se com grande pompa e majestade o parlamento do Norte. Parece predominar ali a política liberal. Na última sessão uma proposta do Sr. De Bismarck foi energicamente rejeitada. Veremos que atitude toma o parlamento; depende dele talvez o futuro da Alemanha.

Nº 18, 10 de Março

Na Alemanha só se pensa e só se fala na consolidação do Império Germânico. O discurso do rei, que se atribui ao Sr. De Bismarck e onde realmente se vê transparecer toda a profunda ideia de supremacia prussiana, é, por assim dizer, o programa do império. Formar-se o Império do Norte, sobre isto é que se pensa hoje: consolidado ele, o Sr. De Bismarck pensará em fazer aderir os estados do Sul. Então é o grande perigo da Áustria: encravada num império poderoso poderá ver o seu trono desabar e tornar-se uma província da Prússia.

Os jornais ingleses trazem as notícias da grande crise em que se acha o gabinete. A questão da reforma é questão vital e decisiva. Mr. Gladstone, chefe da oposição, celebrou uma reunião em sua casa, em que traçou a política de oposição respectivamente à questão da reforma, devendo ser o exigir que a reforma seja num sentido mais liberal e mais conveniente. Mr. Bright todavia não aderiu a isto; e achou que a política da oposição, dirigida por Gladstone, ainda é bastante fraca. Os operários projectam novas reuniões; uma, sobretudo, pomposa como nenhuma, na Praça de Trafalgar. Esta questão excita os ânimos e pode provocar grandes males na Inglaterra.

Garibaldi, segundo se pensa, vai tomar uma parte muito enérgica nas eleições da Itália. O seu manifesto assim o dá a entender. A sua política nisso será toda anticlerical. O manifesto do general é enérgico e poderoso, e cheio dos grandes ódios da razão às perseguições.

As notícias de Espanha são pouco tranquilizadoras para o futuro. Em Madrid reina completo terror. Os menores delitos políticos são castigados com pena de morte, e estas penas não ficam em simples ameaça. Os fuzilamentos e as deportações são a ordem do dia, as cadeias estão cheias de presos; as denúncias mais odiosas, inspiradas por indisposições partidárias, por vis interesses particulares, afluem ao governo, que lhes presta completa atenção.

Não obstante esta compressão, que faz recordar a má época da reacção clerical de 1823, o espírito público não parece resignar-se com o regime que se lhe quer impor. As folhas clandestinas espalham-se frequentemente e penetram não só nas repartições públicas, mas nos próprios quartéis.

Ultimamente foi preso um distribuidor destas folhas entre os soldados que estavam de guarda no Ministério do Reino. Foi fuzilado depois dum processo sumário.

Nº 43, 6 de Junho

O estado actual da Europa é de expectativa e de receio.

Todos pressentem que grandes acontecimentos vão mudar a face das nacionalidades, sem poder prever donde partirá o movimento e onde findará a resolução suprema, se na ideia democrática, se na ideia monárquica.

Nós, que temos uma política de reflexo e de imitação, poderemos estudar a nossa sorte na sorte dos pequenos povos. Tudo denuncia uma luta suprema; a diplomacia faz os seus pequenos lampejos enquanto a artilharia não faz as suas grandes trovoadas: ontem era a questão do Luxemburgo, hoje é a questão do Schleswig, depois será a da reforma da Hungria, etc. Uma destas pequenas contendas de orgulho e de cobiça produzirá o choque geral; então se decidirão as questões da nacionalidade. Não se pode dar uma fórmula precisa do que seja a política da Europa hoje.

Quando se destrói um edifício, os trabalhadores, enquanto não começa o trabalho da nova construção, comem e descansam sobre as ruínas. A Europa está assim. Destruir muito: instituições, tronos, raças, castas, nações, tudo foi revolvido, despedaçado e derrubado; agora é necessário construir; enquanto não chega esse dia, a Europa descansa, sonha, diverte-se e faz exposições, às vezes, dolorosamente, tem para se distrair tragédias como Sadowa. O princípio mais vital é a democracia, o mais tenaz é a monarquia. Enquanto se não der a luta entre estes, tudo será entreacto e intermédio. São temíveis as guerras entre os tronos: foi terrível a campanha da Boémia, podia ser horrível a guerra da França com a Prússia; mas nada disto será comparável à convulsão que há-de tomar a Europa no dia em que se mostrar o facto republicano. Porque, digamos, há imensas questões a resolver; questões que, na frase vulgar mas expressiva,

pendem por um fio: é a questão do papado, a questão da propriedade, a questão do trabalho, a questão da pobreza, a questão do dinheiro, a questão operária, a questão tributária, a questão dos exércitos, a questão de nacionalidades: milhares de questões.

No momento em que aparecer o espírito de reforma, estas questões aparecerão simultaneamente para serem resolvidas. Será então o juízo final da política. Muitos serão os reprovados e poucos os eleitos. Até lá as grandes nações jogarão entre si o jogo sanguinário da luta e da conquista.

Mas nesta mesma política há uma frouxidão, um receio, uma torturação, que fazem perceber quanto os velhos tronos se julgam fracos: e, de feito, não há nação onde se não manifeste a reforma democrática. Na França, toda a mocidade das escolas, toda a geração velha de 48. toda a escola de Proudhon, todas as classes operárias, todo o povo, conspiram. aberta ou ocultamente, com jornais, com reuniões secretas, com associações, e isto no sentido da república. Na Inglaterra, a questão da reforma toma proporções grandiosas de revolução pacífica. E o sufrágio para todos que se pede. e este pedido é inspirado pela alma da democracia. E uma revolução lenta, serena, feita por meio de sossegados *meetings.* que vão penetrando o espírito inglês, apossando-se dele, e de tal modo que dentro em pouco. insensivelmente. a Inglaterra será democrática e mudará a forma das suas instituições. A Prússia é minada surdamente por um grande partido revolucionário que abrange toda a Alemanha. A Itália apresenta o aspecto da França nas vésperas de 93: a mesma ansiedade, a mesma esperança. a mesma efervescência de liberdade, o mesmo ódio às velhas instituições. A Espanha esta todos os dias nas vésperas duma revolução sanguinária, que atire os destroços do mundo oficial tão longe que nunca mais sejam vistos sob o céu da Península. Nós somos os únicos que não temos um partido democrático organizado, e todavia há um instinto latente, e que se vai manifestando agora, de dar a este país a forma da liberdade, e não a forma da opressão disfarçada. O principio republicano mesmo, colocado em luta com o monárquico, vai-o vencendo.

O trono de Maximiliano tem custado muito sangue. A velha monarquia tem-se visto repelida, rechaçada, espingardeada pela nova liberdade. E Juárez bate Maximiliano em nome do futuro. Vencerá?

É princípio fatal e sagrado, vencera.

Antigamente ninguém combatia contra Deus que não ficasse na crença dos povos como maldito e fulminado. Hoje ninguém pode combater contra a liberdade que não fique vencido e prostrado. É uma ideia que vence Maximiliano – não é um exército.

Nº 44, 9 de Junho

O interesse da política agora reside no México, na Prússia e na Irlanda. Na Irlanda é a questão do fenianismo; na Prússia é a Insurreição projectada do Hanôver; no México, a desgraçada situação do imperador Maximiliano.

A questão do fenianismo está vital e prometedora. Burke, o célebre agitador feniano, foi perdoado pela rainha. Isto não acalmou os ânimos na Irlanda; antes de se saber o perdão, e quando Burke estava condenado à morte, faziam-se na Irlanda preces públicas para que o sentenciado tivesse uma *boa morte.*

Depois do perdão, a efervescência tem continuado. A Irlanda jurou libertar-se, e há certos desejos sagrados dos povos que são fatais, e mais cedo ou mais tarde se vêm a realizar. O governo inglês sustenta uma polícia vigorosa e uma vigilância inalterável em toda a Irlanda. Mas os sofrimentos da Irlanda têm sido muitos, e que importa a um povo que se quer libertar a vigilância dum governo? Ultimamente deu-se um facto muito

significativo que demonstra que o fenianismo começa a tornar-se' uma questão de nacionalidade: um bispo aconselhou publicamente num sermão que seguissem todos os fiéis o movimento revolucionário; isto é duplamente expressivo, porquanto os padres católicos tinham-se até aqui mostrado adversos ao feníanismo.

Na Prússia tem-se aclarado a questão de Hanôver, e parece 1 que havia realmente uma conspiração entre os amigos do antigo rei do Hanôver; esta conspiração vasta e complicada tinha por fim subtrair o Hanover à Prússia e sublevar as províncias dominadas. Esperava-se por isso a guerra com a França. As questões de nacionalidade faziam aqui esquecer as questões da grande pátria.

Queria pois o rei Jorge aproveitar uma guerra da sua pátria, para fazer rebentar no Hanôver a guerra civil, e estabelecer ali o domínio dos guelfos. Parece que a Holanda não era estranha a esta conspiração. Era da Holanda que devia sair a invasão do rei Jorge, que fosse animar os inimigos da Prússia nas províncias que deviam insurgir-se.

O rei Jorge procura chamar a si todos os seus velhos amigos, todos os antigos nobres e cortesãos da casa de Hanôver, todos os descontentes da Prússia, todas as suas reservas fiéis, e formar assim uma legião de que no momento dado pudesse servir-se com vantagem.

No México e grave a situação do imperador. O que se sabe, são simplesmente notícias pouco incontestáveis, que não têm um cunho oficial e que deixam o espírito em dúvida.

A certeza do que há agora no México, não a temos, mas pelo que se deu antes da vinda das últimas notícias oficiais pode induzir-se a verdade. Um oficial chegado há pouco de Paris, ajudante de campo de Maximiliano, e amigo dele, conta, nas suas relações oficiais, que destino tinha tomado no último mês o imperador do México. Sem esperanças de consolidar o trono, quis tentar um esforço desesperado e entranhou-se no país, seguido do seu corpo de exército, só com oficiais indígenas, e tendo proibido que qualquer oficial austríaco ou estrangeiro o acompanhasse.

Maximiliano queria tentar a sua última eventualidade, mas quis sacrificar-se só a si. sem que pudesse sofrer nenhum dos oficiais que o tinham acompanhado. Isto passava-se em Abril. Depois não se confirmou nenhuma última notícia oficial sobre aquela fatal resolução.

O imperador estava resolvido a bater-se e morrer como um valente. E receando um triste fim àquela campanha, é que ele proibiu que o seguisse o resto da tropa que o tinha acompanhado dedicadamente durante a guerra: assim partiu, quase só, com tropas mexicanas, destinado a morrer ou a salvar o principio imperial.

Agora esta confirmado que foi feito prisioneiro. Tem sido desgraçada esta campanha do México. Origem de reveses e de desconsiderações para Napoleão. causa duma horrível guerra civil, terminará por fim pela morte do imperador.

Porque tudo parece confirmar que Maximiliano será fuzilado entre o exército de Juárez e Ortega. Se assim for, será ainda um holocausto ao principio imperial, que, para se robustecer, perde de boa mente os tronos e as vidas: e a república agora decerto tomará muitas represálias.

Instigado pelo imperador dos franceses, colocado num trono oscilante pela supremacia tirânica dum opressor, abandonado depois pelo corpo expedicionário que o fora instalar, batido em todo o território, vendo os seus amigos sacrificados, teve por fim Maximiliano a sorte de todos aqueles que querem impedir a ascensão do espírito liberal e se tornam os agentes da tirania.

No dia em que se recebeu em Paris a notícia que o imperador Maximiliano, vencido, derrotado, tinha sido feito prisioneiro e estava nas vésperas de ser fuzilado, estava na capital da França o imperador da Rússia a ver as festas da exposição, entre

alas de 600000 curiosos, entre os deslumbramentos da recepção oficial e das galas imperiais – e havia baile nas Tulherias!

Nº 45. 13 de Junho

O que mais ocupa hoje a França, e ocupar a França significa ocupar a Europa, é a visita do imperador da Rússia e o atentado do moço polaco. Aquela visita equivale a uma ostentosa nota oficial, trocada entre dois governos desconfiados, mas aparentemente amigos.

O encontro dos dois soberanos não e a ligação do princípio imperial. é a mútua adulação de duas potências que querem a supremacia da Europa.

E pode ainda considerar-se como uma homenagem indirecta e providencial do principio da força, simbolizado pela Rússia, ao principio da ideia, simbolizado pela França. A França é papa. disse Michelet. E ela, com efeito, que tem a supremacia espiritual. Agitar-se-ão todas as nacionalidades no embate e nas esperanças inquietas do seu futuro, e sempre será a França que há-de dar a fórmula das ideias e do caminhar. Hoje reúne em volta de si. pela indústria e pela ostentação, os reis e os príncipes. mas de há muito que agregou pelas letras e pelas artes todos os sábios e filósofos. Desde todos os tempos tem a França dado a palavra de ordem, e se se disputar a dominação da Europa. há-de ser chamada a ela a França. ainda que lhe fosse adversa a sorte das armas, porque a França tem as ideias e o cérebro, a grande arte e a grande ciência. A França. ainda vencida, dominará. Quando os cossacos entraram em Paris, respeitaram-na como uma cidade sagrada: ela e realmente a cidade sagrada da inteligência. Nada poderá nem a Rússia nem a Prússia, se a França for unida. unida pelo princípio da liberdade. Podem debalde as legiões prostrar-se diante do Kremlin. porque as inteligências voltam-se sempre para o verbo espiritual que sai do Instituto da França. A visita do czar e pois considerada por todos como uma verdadeira homenagem. homenagem instintiva. Como se sabe pelos jornais e pelo telégrafo, os dois imperadores sofreram um atentado depois de uma revista militar. Um polaco disparou contra a carruagem um tiro de pistola; a pistola, por demasiadamente carregada, arrebentou. O polaco foi preso. e um celebre general polaco protestou contra o atentado em nome da emigração. Receava-se de há muito em Paris que a visita do czar lembrasse o martírio da Polónia. A policia tinha afastado do trânsito tudo o que havia de polaco em Paris ao serviço do império; nas linhas do caminho de ferro, onde há muitos empregados polacos, foram estes substituídos por empregados das outras linhas, franceses ou estrangeiros. A França tem ainda muito recente os sofrimentos daquela nação cavalheiresca, que tantos serviços fez à Europa. para que. apesar de todas as festas, se não lembrasse um pouco de todos os mártires. No trânsito ouviram-se alguns gritos de «Viva a Polónia».

A recepção feita ao czar foi fria. A França, que não pôde protestar contra o procedimento da Rússia pela força das armas, protesta pela atitude do desprezo.

A França, vitoriando a entrada do tirano russo, juntava-se aos que aplaudiram os carrascos da Polónia e os carcereiros da Sibéria. No entanto, a hospitalidade, de certo modo, tornava inviolável a vida do imperador russo.

Mas o sentimento e a pátria foram mais enérgicos que as falsas convenções de honra, e um emigrado, moço ainda, tendo por único cúmplice todo o sentimento da Europa. foi, em nome da vingança, da liberdade e da justiça divina, sacrificar-se, tentando assassinar Alexandre.

A reacção da maioria, depois da ansiedade dum perigo, resolve-se sempre em simpatia por aqueles que providencialmente escaparam da morte.

Por isso o povo, reunido no Bosque de Bolonha, quando viu frustrada a tentativa assassina, vitoriou o czar. Mas isto não queria dizer que apupava as justas vinganças da Polónia. Queria dizer que se congratulava com o que escapara à morte, apesar de ser o imperador da Rússia.

Disse o czar, depois do atentado, que os seus destinos pertencem à providência. palavras vaidosas e enfáticas, filhas da tradição do direito divino: nem à providência nem ao acaso pertencem a sorte dos reis e dos povos.

Pertencem à justiça e às leis naturais da história. A providência não se encarrega de proteger o imperador da Rússia e de o tornar invulnerável aos tiros que lhe derem. Há só uma providência – é a marcha do espírito humano e certas fatalidades naturais; o espírito humano caminha progressivamente. lentamente, obscuramente, e leva séculos a fazer de um barão feudal um homem igual em direitos a um servo dos trabalhos, e leva anos a raspar da tradição popular os brasões de armas da antiga aristocracia.

Sempre caminhando no sentido do bem e da justiça, o seu obscurecimento é meditação, a sua demora é uma expectativa, a sua lentidão é um estudo. Tomado ora de vertigens. ora de superstições, ora de vaidades, pode por um momento desviar-se do caminho da razão, da lei, da liberdade e da justiça: mas sempre volta a seguir o instinto que o leva para o bem. A alma moderna e, na sua essência, a alma antiga; teve loucuras e obscurecimentos, teve a Idade Média, teve a escravidão, teve a morte moral, mas vê-se bem que desde a Antiguidade vai-se refazendo sempre no sentido progressivo, pela própria consciência do seu aumento de ideias, de sentimentos, de pensamentos e de qualidades.

Se o acaso salvou o imperador da Rússia, não pode atribuir-se à lei providencial o proteger um imperador que tem povoado os degredos da Sibéria com os mutilados da Polónia.

De resto, a Europa sossega. e entretém-se nas evoluções diplomáticas. Notícias do México, nenhuma há. Julga-se que Maximiliano fora sentenciado. Os Estados Unidos mandaram pedir a Juarez demência para com o imperador. Juárez respondeu vagamente e queixou-se que os Estados Unidos quisessem intervir: mau presságio para a vida de Maximiliano. Decerto a sua sorte está bem definida pela sorte que têm tido todos os mártires da república. E o que é a vida política dos povos! O principio imperial, glorificado em Paris, é fuzilado no México!

Nº 46, 16 de Junho

O governo prussiano não parece querer inquietar-se com as agitações de Hanôver e fazer pesar sobre este pais a responsabilidade das maquinações que foram ultimamente descobertas contra a sua autoridade. Não só começará a vigorar neste pais a constituição prussiana no primeiro de Outubro. mas também a reorganização interna da nova província só se efectuará depois de o governo tomar conselho com uma assembleia de notáveis ou homens de confiança, que designará para esse fim.

Nas últimas conferências ministeriais abertas em Berlim para a reconstrução do Zollverein. tratou-se da posição do grão-ducado do Luxemburgo. o único país não alemão que fez parte da União Aduaneira. Parece ter-se decidido que o Luxemburgo pudesse conservar a sua posição excepcional de membro não alemão do Zollverein. sob condição de não ser representado no parlamento federal *ad hoc* e de se obrigar a aceitar todas as decisões federais.

Esta decisão não pode ser onerosa para o Luxemburgo, porque apenas mantém um estado de coisas que já existia. porque nas conferências aduaneiras do antigo Zollverein

o grão-ducado não tinha voto deliberativo.

A viagem do sultão ao estrangeiro é nos arraiais otomanos um acontecimento único e imprevisto, principalmente quando se pensa que este soberano é ao mesmo tempo o chefe da religião muçulmana e que. para as populações que governa, todos os demais reis da Terra são apenas seus vassalos.

O projecto de viagem excitou a indignação dos ulemás e dos fanáticos, sem contar a oposição interessada dos altos funcionários que vivem dos abusos do regime vigente, e que receiam que o sultão regresse da sua excursão com ideias novas, fatais à má influência. O povo e a tropa não se assustaram tanto com o projecto de viagem do sultão. Pelo contrário. menos rebeldes às ideias do progresso do que anti2amente. acolheram com certo favor a resolução imperial, e, se estas disposições continuarem, e de esperar que a viagem do sultão contribua para amadurecer os planos de reforma que há muito tempo existem em Constantinopla.

O imperador de Áustria acaba de conceder, por ocasião da sua coroação como rei da Hungria, uma amnistia a todos os súbditos não húngaros que foram condenados por crime de lesa-majestade ou por ofensas aos membros da família imperial. Ficam anulados todos os processos intentados por crimes desta natureza.

Deve-se estar lembrado de que já foi feita uma amnistia aos condenados húngaros, e desse modo se explica só dizer respeito a última aos países que não fazem parte da coroa húngara. A carta imperial perdoa o tempo que ainda falta do cumprimento da pena a 455 criminosos e concede comutações de pena. Esta ultima parte diz naturalmente respeito a condenações não políticas.

As notícias que se publicam do México não são mais positivas do que têm sido até agora. Há ainda a mesma incerteza e os jornais ou publicam o que já tem sido escrito, ou acrescentam alguns pormenores que pouco adiantam.

No entretanto, facilmente se depreende que a situação do império era muito grave, sendo por consequência arriscada e perigosa a sorte do imperador. embora o negócio não tenha tido uni desfecho fatal.

Depois das interpelações que se realizaram na Câmara dos Comuns na Inglaterra, a imprensa tem reproduzido todos os boatos, notando-se neles mil contradições, que provocam mil conjecturas.

Enquanto alguns jornais continuam a dizer que Maximiliano foi aprisionado e fuzilado, outros declaram, pelo contrário, que ele conseguiu sair da posição difícil em que se achava, encontrando-se actualmente de novo na capital do império.

Falaremos do que escrevem uns e outros, procurando resumir o que ainda não noticiámos.

Em Viena. a imprensa sustenta que o imperador, longe de ter caído em poder dos juaristas, saíra de Querétaro. depois de ter conseguido repelir na direcção do norte o chefe Juárez.

Esta notícia, transmitida por via da América e da ilha de Cuba, dá a entender que fora levantado o sitio de Querétaro, e que Maximiliano, senhor dos seus movimentos, marchara sobre o Mexico com as forças do seu comando.

Esta versão não e certamente aterradora; mas deveremos apresentar aqui o reverso da medalha.

Aludindo a um despacho da embaixada austríaca em Washington, afirma-se que Escobedo chegara a tomar Querétaro. sendo então Maximiliano prisioneiro.

A *Patrie* publicou ultimamente um despacho de Nova Iorque. em que se dizia que Juárez ordenara que o imperador e seus oficiais fossem fuzilados.

Parece que era a este despacho que se referia Lord Stanley quando, na Câmara dos Comuns, disse que o governo inglês não tinha recebido a confirmação desta notícia.

O *Daily News.* de Londres, explica nos seguintes termos a razão de tanta hostilidade:

«Como um exemplo da inconstância da fortuna e do perigo de se não poder contar com favores, basta recordar os termos do decreto promulgado em Outubro de 1865, numa época em que a captura do arquiduque austríaco pelo presidente mexicano estava bem longe de se prever.»

Este decreto foi promulgado por Maximiliano e nele dizia o imperador que a causa de D. Benito Juarez, sustentada com tanto valor, tinha sucumbido diante da força da vontade nacional; acrescentando que as guerrilhas que ainda existiam desapareceriam dentro em pouco. em consequência de o seu chefe ter abandonado o país.

E todavia Juárez não tinha saído nem até agora abandonou jamais o México, onde se tem mantido com toda a energia.

Maximiliano, iludindo-se com as aparências ou com as falsas informações, ordenou também nesse decreto que fossem executados todos os que se encontrassem com armas na mão.

Logo depois desta medida, foi fuzilado o general Artiaga, assim como alguns coronéis e outros oficiais republicanos. Pode isto provocar triste represália!

Nº 49, 27 *de Junho*

Tem o telégrafo anunciado a nota colectiva que as potências signatárias do tratado de 1856 enviaram para Constantinopla, e que deve ter sido entregue a Fuad Paxá pelos representantes daquelas potências antes da partida do sultão para Paris, a qual parece estar fixada para o ‘dia 22 deste mês.

Como já temos dito, o fim que, com aquela nota, se propõem as potências é provocar um inquérito comum acerca dos acontecimentos de Creta, e sobre os meios de pôr termo, de pronto. à efusão de sangue.

Segundo diz o *Memorial Diplomático*, a Sublime Porta já admitiu em principio a oportunidade do inquérito; mas consta que o Diwan insiste em que aquele inquérito seja confiado unicamente a comissários turcos, de maneira que não fique comprometida a independência soberana da Turquia pela ingerência das potências garantes numa questão que é puramente de administração interna.

A estas ideias respondem as potências garantes que a questão cretense oferece uma notável analogia com a insurreição da Síria, por ocasião da qual a Porta otomana admitiu o inquérito comum com os garantes do tratado de 1856.

Não é. dizem as potências, para intervir nos negócios internos da Porta, mas para manter a integridade do Império Otomano, fim principal do tratado de 1856. que as potências garantes propõem agora um inquérito relativamente às desordens sanguinolentas de que a ilha de Cândia continua a ser teatro.

É evidente que a objecção suscitada pela Porta tem principalmente em vista garantir os direitos soberanos do sultão contra a ingerência eventual das potências garantes nos negócios internos da Turquia; mas a não ser a reserva de fórmula, o Diwan não contesta a aplicação à questão cretense do precedente diplomático criado na Síria, esperando-se que consinta no inquérito comum reclamado pela nota idêntica das potências garantes.

Aguarda-se a resposta da Porta, que seguramente concorrerá para o termo da questão.

A situação de Creta é ainda a mesma. Não obstante a contradição das notícias, segundo a origem, de Constantinopla ou de Atenas, a insurreição mantém-se na sua

força.

Não se pode compreender bem ainda, do que se acha escrito, qual é o carácter da agitação que se manifestou em Constantinopla. Daquela capital continua a dizer-se que o movimento nada tem de sério, e que apenas se tratava de uma petição à Porta para a convocação de uma assembleia nacional.

É no entretanto difícil supor as coisas tão simples, quando se anuncia supressão de quatro ou cinco jornais e um grande número de prisões. Consta que muitas autoridades têm sido mudadas, e de Constantinopla o telégrafo não oculta a agitação.

No dia 17, o papa, acompanhado dos cardeais e de 200 bispos, respondeu às felicitações que lhe foram apresentadas em nome do Sacro Colégio pelo cardeal Patrizi, por ocasião do aniversário da sua exaltação ao pontificado.

O papa disse que durante o seu pontificado tem tido de lutar contra os inimigos de toda a ordem social, que prosseguem; estes, em progresso exclusivamente material; aqueles, na destruição total de princípios da autoridade, justiça e da religião, e que tratam de despojar a Igreja das suas antigas possessões.

O santo padre acrescentou que tinha procurado reunir as almas desgarradas, indicando-lhes nas suas encíclicas os princípios fundamentais do direito, da honestidade, da religião; como outrora Moisés, no deserto, indicava o caminho aos israelitas, o papa tinha indicado o caminho aos fiéis.

Voltando-se depois com emoção para o lado dos bispos, Pio IX disse:

«Veneráveis irmãos, peço-vos que persevereis nas nossas orações para pedir a Deus e à Virgem Imaculada que nos livrem dos grandes perigos que nos cercam. O vigário de Cristo há-de levantar sempre as mãos para o céu. Mas vós, sustentai, como fez outrora Moisés, os meus braços enfraquecidos pelos anos. Aproximai-vos de mim, a fim de que possamos combater sem descansar e triunfar.»

O papa terminou convidando os bispos a pedir a Deus que afaste os flagelos espirituais e os flagelos temporais, da peste moral e da peste material, que salve os desgarrados e que assegure o triunfo para a Igreja.

Nº 52, 7 de Julho

Foi fuzilado o imperador Maximiliano. Juárez é o presidente da República do México.

Assim findou aquela guerra colossal de dois princípios, o império e a democracia, um tendo por auxiliar a tradição, um exército numeroso, a protecção de Napoleão e a casa de Habsburgo. e a supremacia europeia do principio; a outra, a democracia, tendo apenas por si a justiça e a Natureza. O exercito de Juárez era um exército de guerrilhas, de maltrapilhos. de capitães de fortuna, de soldados de acaso. Tinha, e verdade, por si a Natureza. Escondido nos montes, encoberto pelas florestas, protegido pelos lagos e pelas correntes terríveis, tendo por atmosfera a mortidez das pestes, e por tecto de barraca o peso feroz do céu do equador, durante cinco anos lutou, escondido, expulso, perseguido, dizimado, até que veio o dia da ressurreição ideal e da vitória do espírito. E foi o espírito da liberdade que venceu. Podia porventura aquele punhado de homens, sem pão, sem armas, sem água, destruir um exército experiente, cheio de provisões, equipado e repousado? Não.

Mas a justiça combatia ao lado dos juaristas, como as antigas deusas da fábula olímpica combatiam invisíveis ao lado dos heróis.

A santidade duma causa é a verdadeira massa do exército, e mais vale a simples justiça de uma ideia erguida que toda a floresta luzente das baionetas. Ali, no México, não eram as armas que combatiam, eram as consciências; uns tinham a abundância e a

ilegalidade, foram vencidos; outros tinham a miséria e a justiça, criaram uma pátria.

Há que anos e anos aquela raça enérgica e independente, no meio da sua livre natureza, combate pela lei e pela igualdade! Têm ido de cá da Europa estes agentes de tiranias, estes comissionados do mal social, amesquinhar aquela selvagem e livre feracidade dos corações até à estreita prepotência oficial usada na Europa.

Hoje sofrem o desastre supremo, e as balas que atravessaram Maximiliano simbolizam as desgraças do México durante três séculos.

Nós lamentamos a morte do imperador, mas choramos mais a miséria do povo; e toda a dor de Maximiliano não resgata os sofrimentos de Juárez. Durante cinco anos aqueles homens tirânicos empreenderam, sob o clima e as febres, e as lagoas infectas, e a fome e a miséria, e as tempestades e as torturas sem fim, empreenderam o triunfo, não de um facto material, não de uma conquista de abundância e de gozos imediatos, mas o triunfo dum principio, duma filosofia, duma ideia.

Aqueles homens bateram-se pela alma.

Não se poderia evitar a morte do imperador.

A república tropeçaria constantemente naquele imperador vencido.

Teria sido nobre dar-lhe o perdão, a ele, imperador e arquiduque, como ao último soldado: é mais justo o fuzilá-lo a' ele, da casa da Áustria e príncipe da Hungria, como ao último criminoso.

Não se deve inviolabilidade do corpo aos que não respeitam a inviolabilidade da alma. Não foi um homem que se matou:

isso teria sido uma vergonha para a República do México; foi um principio que se sufocou, uma manifestação do mal.

Aquelas balas que o atravessaram foram direitas ao princípio imperial.

Aquele sangue regará o México e possa dele brotar a liberdade: atiraram-se as podridões à terra para fecundarem o pão sagrado.

Lamentamos a perda de um homem e aplaudimos a extinção dum imperador. E mais uma nódoa que desaparece do grande céu da liberdade: as nódoas rareiam já, mais alguns anos e ver-se-á todo o céu limpo. Ali levaram as ambições e a estéril educação oficial. Pelo trono do México perdeu aquele homem a esposa e a vida: agente da tirania social, sofreu as tiranias do destino.

Possa ser aquele o último sangue que corra em terra do México. A república, abolindo a pena de morte. o que é justo. aceitando o que é bom, a lei abraçando a graça, é um grandioso espectáculo moral que toda a democracia aplaude.

A Maximiliano não podia vir o perdão. Os que andam na sociedade expugnando o mal, não podem ficar embaraçados diante duma vida que impede a sua acção magnífica. Ou hão-de retroceder, perder o bem, ou hão-de esmagar os obstáculos. Para salvar um homem, hão-de perder uma pátria? Para poupar uma dor, hão-de perder a liberdade? Os princípios, quando são augustos e grandes, não capitulam com as vidas! Todo o sangue dos imperadores do mundo não vale um benefício da liberdade!

Nº 54, 14 de Julho

O México

Reunimos nesta secção todos os pormenores que encontrámos nos jornais estrangeiros, ou em correspondências particulares, sobre a morte de Maximiliano e o triunfo da república. Hoje estes acontecimentos são para nós de tanto interesse como se se passassem com um rei nosso, a dez léguas da nossa fronteira.

E que é este um caso novo que tem comovido o mundo.

No México há horrores. Os republicanos, pelos boatos que correm, parecem querer desacreditar a democracia aos olhos da Europa: nós aplaudimos já o triunfo da república, mas nunca aplaudiremos a orgia da soldadesca. A morte de Maximiliano, como supressão de um principio, é um acto justo; mas como; vingança brutal, exigida pelas raças bárbaras que seguem Juárez, é um acto infame.

E parece confirmar-se que na morte de Maximiliano nem houve justiça, nem intenção superior: foi simplesmente uma violência de tropa vitoriosa. Estão-se dando factos ferozes no México e em Querétaro, casas saqueadas, incêndios medonhos, degolação geral, a bandeira da França arrastada pela lama, as cabeças dos sentenciados espetadas em postes, os corpos pisados pelos cavalos e amassados com pedras; estes factos que se contam desacreditam para sempre Juárez e dar-lhe-ão perante a história a atitude de um bárbaro imbecil que se diz republicano, e a quem o acaso permitiu que vencesse, para ir substituir a tirania diplomática pela tirania selvagem. Estes factos salvam a recordação do império do México. A mulher de Senra exposta nua aos vexames da soldadesca e os montões de cadáveres espezinhados jocosamente pela cavalaria, estes factos santificam Maximiliano. Provam que o império era necessário no México, porque aquela raça inculta ainda não era digna de compreender e possuir a liberdade. Eis os pormenores.

O *Moniteur* do dia 5 confirma a nova sinistra, que havia produzido em Paris uma tão dolorosa impressão. O órgão oficial do governo francês anuncia efectivamente que Maximiliano foi fuzilado em 19 de Junho e que o governo imperial fora oficialmente informado desse acontecimento.

No dia 4 do corrente, Lord Stanley manifestou, na Câmara dos Comuns, com grande energia, a indignação que esta execução suscita na Inglaterra.

Em França, os presidentes do senado e do corpo legislativo proferiram a este respeito algumas palavras, em que se revela a mais viva comoção que aquelas duas corporações partilharam unanimemente.

Resta-nos agora colher a respeito da catástrofe de Querétaro a maior soma de notícias e esclarecimento. Transcrevemos portanto a seguinte correspondência do *Courier des Etats-Unis:*

«Segundo certas versões de que temos publicado extractos, estava bem longe de ser perdida a causa do Império Mexicano no momento em que Querétaro foi entregue ao inimigo. Segundo outras versões, pelo contrário, a praça não podia resistir por mais tempo, e os imperialistas estavam bloqueados e à míngua de recursos.»

Das variadas informações que temos à vista, os seguintes pormenores apresentam um certo cunho de autenticidade:

O assédio de Querétaro durou 68 dias depois que Maximiliano ali se entrincheirou. Não obstante as suas forças terem sido avaliadas em 12 000 homens, as suas tropas efectivas não montavam a mais de 6000 a 7000 soldados.

O príncipe Salm-Salm, o qual tinha servido no exército do Potomac, era o seu verdadeiro chefe de estado-maior e tinha toda a sua confiança. Miramón tinha a seu cargo a direcção dos negócios militares, posto que Maximiliano fosse general em chefe.

No meado de Março, Márquez, que ate então tinha sido chefe do estado-maior do imperador. foi mandado para o México em busca de reforços e era esperado de dia para dia com 12 000 homens. Expediram-lhe vários correios, que não recressaram. Um dia foi encontrado um destes emissários enforcado junto ao posto mais avançado das tropas imperiais, com este letreiro sobre o peito: «Quinto correio expedido a Márquez.» Ofereciam-se 6000 dólares de recompensa a todo aquele que conseguisse ter uma

entrevista com Márquez e dele trouxesse uma resposta.

Em II de Abril. o príncipe Salm-Salm intentou uma surtida contra as linhas liberais, a fim de encobrir a saída de cinco mensageiros por cinco diferentes pontos. Cada um deles era portador de um ofício, coberto de obreia para poder ser facilmente engolido em caso de perigo. Dois destes emissários conseguiram sair. Neste comenos, Márquez estava lutando com Díaz às portas da capital. e não podia. por conseguinte, prestar auxilio algum.

No interior da cidade escasseavam os mantimentos, que constavam quase exclusivamente de carne de mula e de cavalo; chegou o dia em que estas provisões também começaram a faltar. As mulheres levavam alimentos aos soldados que estavam de serviço nas trincheiras, e muitas destas foram mortas pelas balas do mímico. Maximiliano vivia como um soldado raso. Era sempre visto sobre a brecha, cheio de esperança e de abnegação. e expondo-se sem cessar aos maiores perigos. A sua conduta foi sempre um exemplo de coragem cavalheirosa e um motivo de admiração. ate mesmo para os seus inimigos.

No fim do mês de Abril. tendo os negócios assumido um aspecto mais desfavorável, o imperador resolveu atacar as posições do inimigo e. se fosse possível, abrir caminho através das suas fileiras. A acção teve lugar no dia 27. Miramón dirigiu o ataque e conseguiu cortar as linhas de Escobedo, apoderando-se de 21 peças e fazendo-lhe 600 prisioneiros; porem. não se sentindo os vencedores com as necessárias torças para tirarem partido da vantagem colhida, regressaram às suas primeiras posições. Falhara a tentativa, mas esse triunfo passageiro reanimou as esperanças e fez desvanecer toda a ideia de capitulação. Em 1 e 3 de Maio fizeram-se duas novas surtidas sem resultado decisivo. Nessa época foi preso o general Ramírez com o seu estado-maior, por haver tentado entregar a cidade.

Todavia, a situação tornou-se tão desesperada que, havendo quase falta absoluta de víveres, Maximiliano resolveu tentar um derradeiro esforço para abrir caminho através das linhas liberais, refugiar-se nas montanhas e dali chegar a Vera Cruz. Mejia estava incumbido de dirigir este movimento, que devia ser executado no dia 14. Era a véspera do dia em que teve lugar a entrega da praça.

Todos os cidadãos validos tinham sido armados para defenderem a cidade enquanto durasse a retirada. Finalmente, tudo estava preparado para uma acção decisiva quando checaram. na noite de 13, seis desertores, trazendo a notícia de que Ortega sitiava São Luís e que Juárez tinha expedido ordem a Escobedo para que levantasse o sítio de Querétaro a fim de correr em seu auxílio. Deram-lhe crédito e a surtida foi adiada.

Já estão os nossos leitores ao facto do que aconteceu.

Foi na seguinte noite, 14 de Maio, que o coronel López. um dos íntimos confidentes do imperador, pagou com a traição os favores recebidos e entregou o Forte da Cruz, que era a chave da cidade. Os liberais ocuparam-no tranquilamente no meio das trevas. Ao romper do dia Miramón, querendo resistir, recebeu uma ferida na cabeça, de que se diz que morreu em seguida. Não se cometeram violências; Méndez foi o único que sofreu a pena de fuzilamento, em represália da execução de dois oficiais liberais por ele ordenada precedentemente.

São horríveis os pormenores da sua morte.

Na noite que seguiu ao dia da tomada da cidade foi descoberto no esconderijo onde se ocultara. em casa do cidadão Bartol. Méndez não se iludiu a respeito da sorte que o aguardava: sabia que estava condenado sem apelação.

Durante uma parte da noite escreveu a sua família. Na manhã do dia seguinte, que era um domingo. das nove às de, horas, foi conduzido à Alameda e passado pelas armas. Resignou-se a sua sorte sem fraquejar nem proferir uma queixa.

Segundo o costume daquele pais, foi fuzilado pelas costas, por ser este o tratamento aplicado aos *traidores*. Méndez protestou, dizendo que era capaz de afrontar a morte de frente; porém o oficial encarregado da execução lhe respondeu que não podia deixar de obedecer às ordens recebidas.

«Pois bem!», disse Méndez, «fazei o que vos aprouver!»

E ajoelhou tranquilamente, virando as costas ao regimento incumbido desta funesta tarefa.

Saíram das fileiras quatro soldados e fizeram fogo. Mas o sentenciado não foi mortalmente ferido. Ergueu-se e fez sinal aos soldados para que fizessem pontaria à cabeça. O cabo aplicou-lhe ao ouvido a boca da espingarda e fez-lhe saltar os miolos.

Assim morreu Ramón Méndez, que era, com as suas qualidades e defeitos, um dos mexicanos mais eminentes desta época e um dos homens mais desinteressados do seu pais. Era da raça indiana, como Juárez, e reunia à crueldade do índio a sua generosidade.

Tivera mais de uma vez ocasião de fazer fortuna, transigindo com a sua consciência, porém, permaneceu até à hora da morte pobre e fiel à causa que havia abraçado. As informações que temos presentes não confirmam o facto de ele ter sofrido a amputação de uma perna poucos dias antes de ser executado. Este boato é provavelmente destituído de fundamento.

A estes esclarecimentos do jornal americano, acrescentamos o seguinte, que se lê na *Patrie* de Paris.

«Já dissemos que o conselho de guerra, o qual devia julgar o imperador Maximiliano, se havia reunido em Querétaro em 27 de Maio, e que a sentença de morte foi provavelmente resolvida na noite de 3 para 4. Atendendo a que a execução só teve lugar a 19, é mister acreditar que se havia concedido revista ao julgamento do conselho de guerra.»

É o que se depreende dos factos de que estamos informados. e que são posteriores ao dia 3 de Junho.

Ainda não tinham chegado os advogados que deviam defender o imperador. Demorou-se a promulgação da sentença, sob um pretexto qualquer, segundo dizem os jornais americanos, até depois da queda de Vera Cruz e do México, e «até à chegada do ministro dos Estados Unidos».

Neste intervalo, para enganar a impaciência do povo e satisfazer o exército, os quais pediam em altos brados a execução do imperador, fizeram-se circular constantemente descrições minuciosas desta suposta execução. Falsas proclamações, atribuídas a Maximiliano. eram publicadas em São Luís do Potosi, sede do governo juarista, e passavam por autênticas. Finalmente, recorria-se a todos os meios para se cobrir de desprezo o imperador destronado.

Os parentes de Miramón, que residem em São Luís, tinham conseguido arranjar-lhe um defensor. Mejia havia reclamado em sua defesa o próprio general Escobedo. que tinha sido salvo outrora da morte por Mejia. Escobedo recusou-se a isso! Quanto a Márquez, que ocupava o México, parece que teve mais em vista tratar da sua segurança pessoal de que fazer uma tentativa qualquer para salvar o imperador. Foi em vista de tais considerações que mandou prender a senhora Iglesias, esposa de um dos ministros de Juárez, e a senhora Bazan. esposa do governador juarista do México. Declarou que estas damas seriam sacrificadas sem mercê com mais uma centena de *liberais* da capital, se se atentasse contra a vida de Maximiliano e dos seus oficiais. Porém, se dermos crédito ao que dizem os jornais de Nova Iorque, Márquez já trocou uma dessas damas por um dos seus próprios oficiais, prisioneiro dos juaristas, e tencionava guardar os outros como reféns para sua própria segurança.

Eis mais alguns pormenores sobre a tomada de Querétaro. A principal defesa da cidade e o magnífico Convento da Cruz. Maximiliano mandou ali construir trincheiras e escolheu-o para cidadela e quartel. Para bater Escobedo, postou-se numa montanha paralela ao convento. Na noite de 14 de Maio havia poucos víveres entre os sitiados, e o imperador mandou, embora depois retirasse a ordem, que no dia seguinte se fizesse um esforço supremo. fazendo uma surtida contra os sitiantes.

A guarnição já estava vendida, e quando Maximiliano se levantou, no dia seguinte, soube a traição consumada durante a noite. Acordou o príncipe Salm-Salm, seu ajudante, e com ele marchou para o recinto exterior do convento, mas foram logo cercados por um pelotão de soldados, capitaneados por López e pelo coronel Galaido.

O primeiro disse aos soldados: «É ele, prendam-no»; o segundo nada sabia da traição de López, e dirigindo-se ao imperador, exclamou: «É particular e não é soldado. Pode retirar-se quando queira.» E empurrou com força Maximiliano, que marchou a pé e rapidamente para o Cerro de las Campanas, ponto de refúgio de vários oficiais imperialistas, perseguidos pela cavalaria inimiga. Poucos tiros se tinham dado e a confusão era horrível.

O general Corona, rápido sempre nos seus movimentos, fez entrar no convento, e depois na cidade, o grosso do exército sitiador, que se foi apoderando de todas as posições, enquanto os soldados imperialistas largavam as armas aos gritos de viva a liberdade. Miramón não quis render-se e sustentou combate tenaz na rua dos Capuchinos e aí recebeu uma bala no olho esquerdo, que o privou da vista. Foi então aprisionado. Entretanto Maximiliano resistia com Areliano, Castillo e Mejia na Cerro de las Campanas, até que afinal capitulou.

O imperador foi levado para o Convento de Santa Teresa e depois para o da Capuchina. Esteve três dias dormindo no solo húmido, alimentado a pão e a água. Foi a princesa de Salm-Salm que conseguiu melhoramento na sorte dos prisioneiros, indo por isso falar a Escobedo.

Corre que o cadáver do imperador foi esquartejado e a cabeça espetada num pau, rodeada de cinquenta cadáveres dos principais chefes imperialistas.

Nº 56, 21 de Julho

No dia em que foi fuzilado o imperador. Maximiliano do México faltava um mês para completar quarenta e três anos depois do fuzilamento de outro imperador. Foi em 19 de Julho de 1824 que coube ao imperador Iturbide, espanhol, uma sorte igual à de Maximiliano. Este também havia feito valentemente o sacrifício da sua vida; expulso dos estados que conquistara, proscrito pelo congresso, refugiado em Inglaterra, ameaçado com a morte se tornasse a por pé em território mexicano, embarcou-se em Londres com os seus filhos, voltou ao país que o lançara de si e, desembarcando, foi direito ao general Felipe de la Garza e disse-lhe:

– Sou o imperador!

O general respondeu pedindo-lhe a espada. e anunciando-lhe que se preparasse para morrer.

– Quando?

– Dentro de três horas.

Iturbide inclinou-se e reclamou o seu capelão. Mas no momento de dar a ordem de execução, o general Garza hesitou, por medo ou por compaixão, mandou ao congresso de Tamaulipas a notícia da captura, e depois, com boa guarda, levou o

prisioneiro aos deputados, dando ao próprio Iturbide o comando dos soldados da escolta. Chegando a Padilha, o imperador soube que o congresso. constituído em tribunal, já o condenara à morte. Eram seis horas da tarde.

– Sabem – perguntou Iturbide aos soldados –, sabem o que há de novo? Vocês vão fuzilar-me.

E no momento de partir. disse:

– Vamos deitar um ultimo olhar para o mundo.

O lugar da execução ficava bastante afastado, e o condenado queixou-se mais do que uma vez de o fazerem andar tanto. Quando a escolta parou, ele tirou do pescoço o seu rosário e deu-o ao sacerdote.

– É para meu filho mais velho.

E depois o relógio:

– É para meu filho mais novo. Façam parar os ponteiros na hora da minha morte. Quanto a esta carta, e para minha mulher.

Depois. consultando a sua bolsa, encontrou três onças de ouro. em miúdos, e mandou-as distribuir pelos soldados.

Quando foi dado o sinal de foco. Iturbide exclamou em voz clara:

– Mexicanos, nesta hora da morte, recomendo-vos o amor da pátria. porque e ele que há-de conduzir-vos a gloria. Morro por vos ter socorrido, mas morro contente, porque morro no meio de vos! Fogo! – disse ele depois ao ajudante Castillo. E caiu morto.

*
* *

O jornal francês *La Liberte,* cujo director e o liberal e distinto escritor Emilio de Girardin. tem inserido alguns artigos no intuito de atenuar a animadversão publica suscitada contra os mexicanos por haverem passado pelas armas a Maximiliano. Deu publicidade a cartas mui comoventes, escritas pelos generais juaristas Artiaga e Salazar a suas mães e seus irmãos. poucos dias antes de serem fuzilados em 1865 por ordem dos imperialistas.

Tambem *La Liberté* deu cabida nas suas colunas a uma correspondência de Napoleão I. na qual se assevera que José I esteve a ponto de ser executado depois da derrota de Vitoria. Rememora igualmente e execução de Murai e outros factos idênticos. realizados pela vontade dos monarcas, livres de qualquer coacção que os compelisse a assinarem as sentenças de morte.

Nº 57, 25 de Julho

As cartas de Roma dizem que aquela cidade recobrou a sua solidão habitual depois da saída dos estrangeiros que ali afluíram.

O papa recebeu os mais vivos testemunhos de respeito e dedicação de todos os estrangeiros; mas o povo foi estranho a todas as demonstrações. Este facto presenciou-se ultimamente, por ocasião de um passeio que o pontífice fez ao Corso, notando-se então a diferença que existe entre o acolhimento feito pelos Romanos e o que recebeu dos estrangeiros.

E assim que se expressa uma das cartas de Roma, que acabamos de ler:

«Mas o resultado moral da reunião extraordinária que ultimamente se realizou ali foi a união mais intima entre o episcopado e a Santa Sé, foi a adesão unânime do clero

aos princípios do *Syllabus*; foi finalmente a declaração solene de que o poder temporal é indispensável para assegurar ao papa a sua independência e o livre exercício do seu poder espiritual!»

Tudo isto se previu.

Mas vemos das mesmas correspondências que o resultado material foi menos satisfatório. Na caixa do dinheiro de

S. Pedro entraram 4 200 000 francos, isto é, três cêntimos pouco mais ou menos por cabeça de católico. Parece que se esperava mais dinheiro.

No congresso dos Estados Unidos foi apresentada uma proposta, como nos foi há dias anunciado pelo telégrafo, para se manifestar a satisfação do país em consequência da queda de Maximiliano.

O cheque da tentativa da restauração da monarquia no México não podia certamente deixar de agradar à república americana; mas o congresso rejeitou a proposta que lhe foi submetida, querendo sem dúvida dar assim um testemunho da sua reprovação pelo crime sanguinolento de Querétaro.

Segundo as notícias trazidas para a Europa pelo vapor saído de Nova Iorque a 6 do corrente, consta que a situação do México era deplorável. Todos os dias chegavam mexicanos ao Texas, onde procuravam refugiar-se.

Juárez mostrava-se inacessível à demência. Começou por privar dos seus direitos todos aqueles que serviram no exército imperial, até que consigam obter a sua reabilitação do governo geral.

Alguns coronéis foram condenados a seis anos de prisão, e os capitães a dois. Os generais e os principais funcionários civis iam ser julgados pelo crime de alta traição. Receava-se que alguns deles sofressem sorte igual à de Maximiliano.

A notícia do fuzilamento do imperador produziu sensação nos Estados Unidos. O *New York Times,* falando daquele facto, diz:

«Não há ninguém que se preze de sentimentos de honra que possa saber esta nova sem comoção, sem simpatia por aquele nobre e valente príncipe, e sem reprovação a respeito dos monstros que quiseram saciar a sua vingança no seu sangue.»

Trata-se de fazer acreditar que Juárez, ordenando a execução do imperador, foi a isso forçado. Disse-se mesmo que Escobedo tinha ameaçado depor o presidente, se este poupasse a vida do adversário que a traição lhe entregara.

O *Courrier des Etats Unis* responde nos seguintes termos a estes boatos:

«É exacto que a imprensa foi unânime em pedir a cabeça de Maxímiliano. Mas é porventura livre essa imprensa? No domínio paternal de Juárez é proibido tudo quanto não seja cantar louvores ao *triunfador* e ao *benemérito,* e satisfazer os seus desejos, que são a morte dos "inimigos da república". Juárez foi forçado pela imprensa, pelos generais e prefeitos, mas na realidade foi ele o verdadeiro assassino de Maximiliano.»

Em Washington também o acto do dia 19 causou profunda sensação. O ministro Seward era censurado de não ter empregado junto de Juárez suficiente energia.

A Prússia prossegue com a maior actividade na unificação da Alemanha. Depois de concluída a unidade militar e a aduaneira, trata da unidade postal.

O governo de Berlim mostra-se disposto a atrair os estados do Sul da Alemanha à união postal. que acaba de concluir com os estados do Norte.

Para esse fim, aquele governo dirigiu convites aos estados do Sul, que faziam parte da união postal austro-alemã, para que mandem plenipotenciários a Berlim. a fim de se entenderem sobre as modificações que convém fazer nesta nova união. Esta conferência estava anunciada para o dia 8 deste mês, mas a Baviera e a maior parte dos demais governos manifestaram desejo de que a Prússia indicasse primeiramente quais eram as modificações que julgava convenientes.

A condenação do imperador, assim como dos seus companheiros Miramón e Mejia, foi, como se sabe, pronunciada a 14.

No dia 15 foi a sentença do conselho de guerra confirmada no quartel-general, designando-se o dia imediato, 16, para a execução.

Foi todavia esta demorada por espaço de três dias por ordem de Juárez, que queria, segundo dizem os jornais americanos de que extraímos estes pormenores, deixar a Maximiliano o tempo necessário para arranjar os seus negócios.

Os ministros da Prússia e da Inglaterra foram, pelo que vemos das folhas de Londres, os únicos que fizeram tentativas em favor do infeliz príncipe.

Foram aqueles diplomáticos encontrar Juárez em São Luis do Potosi, mas todos os seus esforços foram inúteis.

O barão Magnus. ministro da Prússia, voltou depois destes passos para Querétaro, onde chegou na véspera do dia fatal; ali ainda fez novas tentativas, e enviou ao vencedor, com quem tinha tratado inutilmente, um despacho em que pedia novamente perdão para os condenados, apoiando-se em primeiro lugar nas considerações da humanidade e, em segundo lugar, prometendo que todos os soberanos europeus, que estavam unidos pelos laços de sangue ao irmão do imperador de Áustria, dariam a D. Benito Juárez todas as garantias que ele desejasse de que nenhum dos prisioneiros poria de futuro os pés no território mexicano.

Em resposta recebeu o ministro da Prússia um despacho, datado de São Luís do Potosi a 18 de Junho, em que se dizia que o presidente da República não era da opinião que fosse possível conceder o perdão a Maximiliano de Habsburgo, não só por grandes considerações de justiça, mas em presença da necessidade de assegurar no futuro a paz da república. Já se vê que o ministro da Prússia empregou todos os meios de que dispunha para evitar que a sentença se executasse.

No dia 19, às sete horas da manhã, as três vitimas foram executadas. Maximiliano exclamou: «Pobre Carlota.» Foram estas as suas últimas palavras. O imperador recebeu a descarga pela frente.

Miramón e Mejia, tratados talvez não como inimigos mas como traidores, por isso que eram mexicanos, foram primeiramente degradados e fuzilados pelas costas.

Nº 59, 1 de Agosto

A situação da Itália chama a atenção da imprensa. A chegada a Roma do general Dumont com um carácter oficial, a fim de inquirir sobre as deserções que se têm dado na legião dos Antibes, é por certo, da parte da França, uma violação do tratado de 15 de Setembro, a ser exacto que as palavras atribuídas pela imprensa ao general foram a expressão da vontade do governo imperial, e não um excesso de zelo da sua parte.

O governo temporal do papa, que tem vivido agonizante há tanto tempo, é para recear-se muito que não resista ao choque que lhe prepara o partido de acção italiana: com efeito, na fronteira romana acham-se talvez mais de 40 000 homens de tropas do governo, que também faz cruzar uma esquadra em frente de Gaeta, a fim de proteger o litoral romano contra as tentativas republicanas.

É curiosa a posição do gabinete de Florença em presença da questão romana: por um lado, deseja e espera a posse de Roma, e pelas obrigações dos tratados vê-se obrigado a defendê-la da invasão externa; ora, operando Garibaldi e Mazzini de forma que a insurreição de Roma coincidisse com a invasão, era natural a intervenção do governo de Vítor Manuel para proteger o papa, que as circunstâncias levariam a aceitar esse apoio.

O cardeal Antonelli dirigiu-se aos embaixadores das diferentes potências, consultando-os sobre que fariam nos casos: 1º, de o governo italiano favorecer a revolução: 2º, de ela chegar às portas de Roma; 3º, de levantar-se a insurreição dentro da cidade.

Diz-se que os embaixadores responderam que iam consultar os seus governos, mas que ofereciam já protecção pessoal ao papa e cardeais.

Acrescentam que as respostas dos representantes português e austríaco não foram tão animadoras como a dos outros embaixadores.

A Junta Nacional Romana é um facto importante, que deve alegrar os amigos da Itália. Esta junta é formada pela fusão dos dois centros liberais, a Comissão Nacional Romana e o Centro da Insurreição.

A imprensa ocupa-se em comentar a proclamação que anuncia esta fusão. Transcrevemos este documento em seguida:

«Romanos: está realizado o voto comum, o voto de todos aqueles em quem pulsa o coração pela honra e pela liberdade da pátria. Já não há desacordos nem divisões; todas as fracções do partido liberal deram as mãos e uniram as suas forças para destruir para sempre esses restos do governo papal, e dar Roma à Itália.

A Comissão Nacional Romana e o Centro da Insurreição formaram uma Junta Nacional Romana, que tomou a direcção suprema do movimento.

Regozijemo-nos desta santa concórdia e empreguemos todos os nossos desvelos para fecundar pela unidade da fé e da disciplina, assim como pela unidade das ideias e dos sacrifícios, O elo romano está na actualidade verdadeiramente formado; procedamos de maneira que esse elo jamais se destrua, e nos dê em breve a vitória.

Romanos: os cidadãos honrados que fazem parte da junta em cujas mãos resignamos o nosso mandato são dignos da alta missão, mas nada poderão eles conseguir sem o vosso concurso. Secundai-os, pois, com confiança e coragem, e a empresa não se malogrará; tenhamos todos vontade e, dentro em pouco, 25 milhões de irmãos saudarão Roma como capitólio da Itália.

Roma, 13 de Julho de 1867.»

Nada se sabe ao certo da situação actual da Espanha, porque a imprensa do país, como é sabido, viu-se obrigada a emudecer sob a pressão da autoridade.

Ainda ultimamente, para mais glória da religião, provavelmente, mandou-se suspender a publicação dos jornais aos domingos e dias santificados.

Pelas correspondências de jornais estrangeiros, consta que a insurreição vai ganhando terreno, devendo, segundo a *Situation,* o general Prim desembarcar no Sul da Península para se colocar à testa da revolução, enquanto que O'Donnell se dirigirá ao Norte.

Em Barcelona parece que tem havido grande número de prisões, tendo-se já fuzilado alguns, depois de julgados em conselho de guerra.

Leituras Modernas

Nº 1, 6 de Janeiro

Alguns julgam um perigo terrível este instinto luminoso e sagrado que leva o mundo moderno, numa divina cruzada, as conquistas do espírito.

Julgam que os factos do espírito, as críticas filosóficas, os trabalhos de reconstrução do passado, as grandes explorações científicas, toda a imensa criação da alma moderna, que até aqui estava na mão eleita de escolhidos e de poucos, nas universidades, no santuário das escolas, nas criptas académicas, quando passarem para o espírito, para a comunhão da alma popular, hão-de estreitar-se, desaparecer, esmorecer.

Mas não. O povo pode não ter a consciência justa e precisa das transformações ideais que levam à liberdade e à justiça, mas sente sempre com justiça e com senso profundo; ele pressente que as descobertas, as grandes e terríveis explorações no mundo espiritual, a criação das filosofias que o hão-de educar, dos sistemas que o hão-de reformar, das literaturas que o hão-de elevar no sentimento e no bem, só podem ser criadas pelos espíritos serenos que meditam, que no silêncio, no sossego, nas relações puramente espirituais, sabem decompor e explicar o mundo dos factos e das ideias.

Ele não quer ir com a sua mão rude revolver as literaturas e as teorias. O que ele não quer é que as inteligências verguem sob as influências consagradas; não quer ver a alma inerte, opaca, estéril, como sob a lei absoluta e católica; não quer a passividade dos espíritos e as imitações servis; não admite o gosto oficial como dogma intelectual. Não quer que a patronagem se estenda às almas; não quer no teatro, no poema, no livro, no jornal, ver pesadamente os falsos sentimentos, os géneros encomendados, as ideias que trazem a libré oficial.

Quer o livre espírito derramado pela literatura, pela ciência, pela arte, com espontaneidade e anarquia individual; quer que a ciência possa livremente ensinar sem medo das fulminações católicas; quer que o teatro se não prenda à imitação dos modelos, que não apostolize a religião burguesa do interesse e do egoísmo, que não consagre a paixão infame, a futilidade, os amores estéreis; quer que a poesia seja elevada, que profundamente corresponda à sua alta missão, que é ser a vibração divina e luminosa da vida social; não quer a poesia individual, que conta as pequenas tristezas do poeta, as suas infelicidades domésticas, o seu pequeno interesse pessoal; não quer a literatura incolor de falsos sentimentos, de forma amaneirada, banal, sem compreensão da Natureza, sem respeito da justiça, sem preocupação de beleza.

O que ele quer é uma literatura formosa, sã, ideal, uma nobre e profunda ciência, uma alta justa e honrada ciência histórica. E o que ele quer.

De facto, as literaturas oficiais são hoje impossíveis: os géneros literários, os ritmos, não podem ser decretados como regulamentos administrativos.

A literatura, a poesia, é o belo luxo da vida, a flor interior da alma; os verdadeiros talentos rejeitam os patronatos da literatura oficial: os medíocres, esses seguem o *mestre,* estudam as formas consagradas, vestem as túnicas clássicas, decoram fórmulas, ritmos e medições.

Vê-se muito disto em Portugal: mas estes homens têm na sua servilidade um castigo terrível: são repelidos; o povo não os entende, não os conhece; vê-os passar com as liras oficiais, com as palmas na mão, tímidos e acanhados, e não têm para eles um olhar simpático, um movimento afeiçoado; o povo não lhes compreende a língua, não os aceita; é então que eles, os das literaturas oficiais, se refugiam nos grémios, nas capelas

literárias; aí adoram-se uns aos outros e constroem-se tristemente pedestais; e um dia morrem esquecidos, abandonados, vendo o seu nome desconhecido, sem que os siga a admiração religiosa que segue todos os homens fortes que trabalham pelo povo, pela justiça e pelo direito, quando saem da vida para irem ao céu dos fortes receber o salário do seu dia. Os que não aceitaram os patronatos, as cadeias curuis, os arcebispados literários, os que elevaram as almas, que disseram coisas novas e profundamente originais à curiosidade popular, que consolaram, cujos livros foram como leitos misteriosos onde o povo adormecia as suas mágoas, as suas tristezas, na esperança dum melhor dia; esses não tiveram fortuna, não foram ruidosos, reluzentes, importantes nas coisas públicas, não entraram para as academias, não foram aplaudidos nos saraus, mas transformaram o espírito da multidão, ligaram o seu nome a uma obra fecunda e imorredoura, e deixaram de si uma memória nobilíssima e cheia de luz. E em vida tiveram a felicidade divina das consciências severas e soberbas.

Estes foram os poetas livres. Quando morrem não vão para os panteões decorados e pomposos: ficam num canto da Terra, debaixo duma pouca de erva, mas têm um lugar eterno nos corações dos povos e na memória das raças.

São estes homens que faltam em Portugal. A sua fecunda acção é que era necessária neste momento de luta, de abatimento social, de tristezas políticas e desilusões sociais; eles é que deviam falar alto, ensinar, pregar, elucidar, andar com a sua justa voz pelos campos, pelas cidades, por entre o povo, dando a palavra de bênção e o mote de esperança. Mas não; entre nós é profunda a decadência literária. E as decadências literárias são sempre os mais efectivos sintomas de decadência social. Provêm do abaixamento e fraqueza espiritual. Sempre nas vésperas das grandes dissoluções sociais aparecem as literaturas oficiais, as letras sem dignidade, os géneros de imitação, os sentimentos convencionais, a ciência da forma sem espontaneidade: é sinal de que a justiça, a beleza, a verdade, tudo o que faz a grandeza e divindade das almas, se desvaneceu tristemente.

Numa decomposição das instituições e dos géneros, a primeira parte donde a liberdade foge é da literatura nacional.

Assim aconteceu nas vésperas de 88 e de 89. A literatura tinha saído da larga e nobre tradição dos escritores do século XVII. O Parnaso era todo arcádico. A poesia era alambicada, clássica, pastoril, estúpida e frívola: as ideias tinham as suas formas sabidas; era um crime quebrar a tradição. Não havia elevação, nem verdade, nem beleza; imitavam os imitadores dos antigos.

Nem elevação, nem beleza, nem verdade; era completamente estranha ao grande movimento das ideias; não conhecia o povo; cantava as rosas, as duquesas lascivas, os pequenos abades. E, no entanto, o povo revolvia já o terrível 93.

Hoje em quase toda a Europa se dá o mesmo: na véspera de grandes factos sociais, de terríveis transformações, por toda a parte, na França, na Espanha, na Inglaterra, em Portugal, a literatura decai. Em França sobretudo: aí já quase não há poesia, há apenas poetas, falsos poetas, que estão longe do povo, exclusivamente retóricos, que sabem cinzelar formas, escolher ritmos, violentar ideias, descrever estranhezas e visões, mas que não têm inspirações de liberdade, espontaneidade, lirismo, grandeza.

Estão longe dos movimentos modernos, cultivam a arte pela arte, sem encontrar eco nos espíritos. A grande tradição dos poetas de 30 foi esquecida em França: a grande e pura inspiração, o sopro livre e ideal de Hugo, de Lamartine, de Musset, de Barbier. Aqueles poetas que revolviam as inteligências como por um vento divino, repassados das tristezas de *52,* desterrados, mortos, esquecidos, são uma velha legenda de que a geração moderna mal sabe o sentido. Aquelas nobres almas são hoje apenas documentos

para a história do seu tempo.

E combateram pela justiça, pela verdade, pela revolução, pelo direito popular. E dotaram a França com uma alma nova, cheia de profundezas e de ideias. Lamartine revelou o lirismo e tomou nas suas mãos o destino da liberdade; os *lambas* de Barbier cantavam-se nas fuziladas de Julho; Hugo foi o grande buscador do ideal, o grande poeta dramático, e hoje ainda, como um profeta, como Dante no século XIII, ele é a alma poética suprema desta geração. Musset era o grande poeta da mocidade melancólica, cheia dos amores indefinidos da liberdade e da ciência, almas doentias, desiludidas por três revoluções, que passavam tristemente entre os materialismos modernos até ir descansar no céu dos fracos. Estes ensinavam, eram sacerdotes do bem, eram justos, combatiam, sofriam pela ideia livre.

E o que resta hoje à França? Os poetas retóricos: Mallarme, Baudelaire, Leconte de l'Isle, Dierx, Sully, Heredia, Catulle Mendés, Forni; são poetas cheios de tédio, de tristezas, que cantam o mal, os desesperos, as infâmias da carne, Satã, a matéria.

Têm uma forma amaneirada e violenta, revelando grandes esforços, pesada e metálica, cinzelada: constroem com tanto desvelo do estilo uma maldição como os poetas de 1810 fabricavam um madrigal.

Desgraçado o país onde se fazem sentir os efeitos da decadência espiritual e a literatura se torna de imitação, de rotina, sem grandeza e sem ideal. Esse país perder-se-á pelo abaixamento moral.

A literatura é a educação das almas. Quando ela robustece, fortifica o povo, dá-lhe grandes e belos ideais, justos e fecundos sentimentos; aparecem grandes caracteres, profundas honradezas, amor da justiça, preocupação do trabalho.

Quando a literatura é fraca, estéril, doentia, baixa, produz o vazio dos espíritos e a indiferença das inteligências; quando é imoral, escarnecedora, injusta, produz o entorpecimento das consciências; os elementos da dissolução que contém passam para os espíritos populares: pelo livro, pelo teatro, pelo jornal, a influência maléfica espalha-se, corrói, destrói. Perdida seria para a justiça, para o bem e para o direito, a sociedade cuja literatura consagrasse o adultério, celebrasse o desprezo pela paternidade e escarnecesse o trabalho. Os que combatem pela justiça, pela verdade, pela beleza moral, derramam pelos seus escritos a consagração soberana de elementos da vida social: a família, o trabalho e a educação.

Nº 1, 6 de Janeiro

Crítica de literatura e de arte

A crítica, como revelação da alma das velhas literaturas e da arte do passado, e como a consciência austera da arte moderna, é fecunda e querida da justiça.

Todos o sabem. Desde os Vedas até à *Marselhesa* e aos *Iambos* de Barbier, sempre a poesia e a literatura têm sido a manifestação dos princípios, das ideias, dos sentimentos das épocas.

É nos romances, nos poemas, nos ritmos, nas formas, que se encontra o pensamento popular.

E esta a grande importância da poesia dos campos, poesia simples, profundamente sentida, ingénua, onde o povo põe todas as delicadezas da sua alma, toda a tristeza do trabalho, toda a religião do lar, todas as santidades do amor.

É pela crítica das velhas literaturas e da velha arte que se tem reconstruído a alma do passado. Faz-se assim a história. verdadeira dos espíritos, das consciências, das

inteligências.

Esta é a verdadeira história. Na literatura encontra-se o que se procura em vão nos documentos oficiais: encontra-se o estado das almas, aspirações, tristezas, esperanças, desalentos.

Há certas obras de arte que revelam, por um suspiro, por. uma atitude, por um grito, todo o estado moral de alegria, de desespero e de paixão. Toda a tristeza da Alemanha, antes da Reforma, está na *Melancolia* de Albert Durer; toda a violência dramática do génio espanhol está nas comédias de Calderón toda a paixão revolucionária de 89 está na *Marselhesa.*

Nos documentos, nos arquivos, nas crónicas, encontra-se apenas o movimento do mundo oficial. Os documentos podem dar a medida do que as grandes individualidades, reis, ministros, papas, influenciaram na política, mas não deixam ver o que o povo pensava, queria e revolvia na mente.

E é certo que as revoluções históricas não são fruto da vontade arbitrária de um grande espírito ou duma grande influência individual. A ideia dessas revoluções nasceu nas massas, derramou-se, fecundou, e os grandes homens como Lutero, Calvino, Mirabeau, são apenas os instrumentos da vasta força dispersa.

E este espírito popular que deve ser procurado na literatura e na arte. Há crenças, ideias, sentimentos que passaram sem que neles ficasse sequer um vestígio na história oficial; quem conheceria hoje os terrores do inferno que atormentavam a Meia Idade se não existisse o poema de Dante?

Na escultura, na história, na arquitectura, ficou presa às formas, às atitudes, às cores. aos relevos, a alma que inspirou essas obras.

A escultura explica a serena vida, os costumes, o amor da forma, o respeito pela matéria e pelo corpo, que foi o génio da velha Grécia.

A arquitectura gótica explica o misticismo, os renunciamentos ascéticos, o amor ideal e divino, o reino de Deus –todo o espírito cristão da Idade Média. A pintura da Renascença explica toda a vida da Itália no século XVII, pomposa vida de corte, de recepções, ruidosa, reluzente, enérgica e violenta.

Uma verdadeira história da humanidade seria a história da arte: não se conheceriam os dédalos políticos, as ambições terríveis, as pequenas intrigas de reis e de papas – mas ficar-se-ia sabendo uma coisa superior: a alma das raças, os génios do povo, o espírito passado com as suas crenças. religiões e sentimentos.

E isto o que Michelet sente nos cimos da história, cheio do futuro, quando da mais atenção a um bronze de Albert Dürer ou a uma tela de Ticiano do que às batalhas de Francisco I ou à política de Carlos V.

A crítica, como consciência austera da literatura e da arte moderna, é uma terrível responsabilidade para os espíritos sérios. E necessário que ela seja justa, profunda, elevada. Não se deve submeter às predominâncias oficiais, à influência dos cenáculos, a religião dos grémios. Ela está solitária, vendo a eclosão das ideias e das formas, aplaudindo, aconselhando, verberando. O seu ideal é a justiça, a verdade, a beleza, e só aceita as obras literárias e as obras de arte que revelem a justiça, a verdade e a beleza. Não procede por admirações infinitas nem por acrimónias viperinas: ela sabe que a literatura, como educação social, pode consagrar um justo movimento popular, pode envenenar as fontes do espírito público, pode elevar, robustecer e fortificar os espíritos abatidos e desalentados.

Por isso procederá por um princípio supremo, a verdade e a justiça.

Nº 2, 10 de Janeiro

As cantigas

As cantigas, os cantos populares, a canção, são um meio seguro e activo da propagação de uma ideia: mais activo do que o panfleto, a canção, pela melodia do ritmo musical, pela cadência do verso, pela precisão da forma, pelo seu espírito leve, prende mais as inteligências e fica mais fortemente na memória.

A canção é uma língua sempre clara e fácil para ensinar e mover as classes populares. A sua inteligência, menos exercitada, precisa de certas formas para compreender nítida e rapidamente o fundo de uma ideia. O povo pensa pouco e vive muito da sensação; as dissertações, as explicações profundas, as argumentações demoradas, não o comovem; passam no seu espírito como um sopro sobre o cristal: não deixam eco. Os pensamentos que é necessário colocar na alma do povo devem-lhe ser apresentados com uma fórmula viva, nítida e concisa, ou de uma maneira insinuante: por isso os dois meios mais fecundos da propaganda são a canção viva e concisa e o panfleto, pela sua maneira insinuante. Ora o panfleto é um meio de vulgarização muito menos rápido que a canção: o panfleto disserta, procede por deduções, provas, explicações; a canção é por aforismos e máximas. O panfleto é um raciocínio, a canção é um grito.

Assim ela tem-se prendido à vida do homem e introduzido no sistema vital dos povos: a canção espera o homem quando ele nasce e embala-o; depois, alegra-o na mocidade e no amor, consola-o no trabalho e chora-o muitas vezes na morte. Para o povo a cantiga é uma expressão de alegria, de tristeza, de sofrimento e de glória. Não há movimento popular em que não entre a cantiga, ou precedendo. ou acompanhando, ou seguindo: ordinariamente precedendo, porque tem bravura, generosidade e entusiasmo. O canto é fortificador: é o livre respiradouro das almas abafadas: os que cantam consolam-se; parece que a música, quando sai dos lábios, tem o poder de arrastar, para se dissiparem no ar todas as tristezas do peito. O povo sentiu isto quando inventou aquele adágio jovial: «Quem canta seu mal espanta.»

Nas lutas populares ela ouve-se primeiro do que o rufar dos tambores: e depois não há luto ou triunfos na vida do povo que ela não tenha deplorado ou celebrado.

Alguém disse já que a canção tinha morrido: a canção não pode morrer, porque e um dos instintos do homem.

Há povos incultos e de língua bárbara que têm canções; há homens solitários que se aproximam raramente da vida social e do movimento apaixonado da política e da liberdade, que têm canções.

A canção, expressão da melancolia, do amor, do entusiasmo, só morrerá se estes sentimentos morrerem: ela é, como o suspiro. como o grito, um dos movimentos naturais da alma.

Ainda que morresse como género literário, nunca morreria como influência e expressão popular.

Os tristes, os deserdados, os pobres, os oprimidos, quando tudo lhes falta, o pão. o lume, o vestido, têm sempre, no fundo da alma, uma cantiga pequena que os consola, que os aquece, que os alegra. E a última coisa que fica no pobre. E então a cantiga vale mais do que todos os poemas.

Nº 10, 10 de Fevereiro

Recebemos o brinde que o *Diário de Notícias* deu aos seus assinantes em 1866.

Acompanham o exemplar oferecido a esta redacção nobres palavras de reconhecimento pela justa popularidade que ele tem lançado em todos os espíritos.

O brinde são as *Canções da Tarde,* do Sr. Bulhão Pato.

Este poeta, um dos nossos mais suaves líricos, é, pela doçura. pela melancolia, pelo idealismo, pela paixão profunda, por uma certa sombra de materialismo escarnecedor, pela filosofia alegre. pela imaginação toda desprendida das coisas do mundo, pela nobre simplicidade, pela forma delicada, o irmão daquelas belas almas que se chamaram Musset, Murger. Gérard de Nerval. Gavarni, etc.

Ele é ainda daquela mocidade, melancólica, que criou *Rolla, Lázaro, Sylvie* e tantas outras divinas figuras.

O *Diário de Notícias* fez uma bela escolha. Nisto seguia-o ainda aquela admirável felicidade que lhe tem dado uma aceitação tão espalhada; e esta aceitação não é só obra do acaso, duma tendência fortuita: é um resultado dos seus nobres esforços, da sua dedicação pelo povo, da sua simpatia pelos que trabalham, da sua caridade pelos que sofrem. São estes os jornais que deixam de si memória nobilíssima. Foram simples – e ao mesmo tempo grandes.

Agradecemos afectuosa e profundamente o oferecimento delicado.

Nº 12, 17 de Fevereiro

Sobre a caricatura

Em política a caricatura é de boa guerra. E uma arma terrível, mas não desleal, porque, se exagera o falso, é para impedir que haja alguém que caia nele; a caricatura diz de mais para que nós digamos apenas o suficiente.

E algumas vezes necessário, para fazer compreender uma certa relação, que se encham os termos da proporção. Muitas vezes é impossível ser compreendido por todos sem a condição de exagerar, de deformar, de desproporcionar.

A caricatura é o espelho que engrossa as feições e torna os objectos mais salientes. O'Connell, quando fala da câmara alta num *meeting,* julga-se obrigado a estender o perfil de Lord Wuschelsea e as orelhas de Lord Lyndhurst.

A caricatura política data da época em que começou o que se chama o espírito público. No tempo da Fronda ela fazia tremer Richelieu sob o seu vestido vermelho, e mais tarde refugia-se na Holanda para perturbar Luís XIV na sua grandeza. Os ingleses, diz-se que fizeram as primeiras criações da caricatura, antes dos franceses; entre os ingleses a caricatura tem uma liberdade ilimitada, e por vezes a sua caricatura é picante, incisiva, muito longe do que nós sabemos do espírito de John Bull e do peso específico dos seus epigramas. Em França, onde o espírito é mais delicado, onde o carácter é leve e fino, é necessário pulverizar a graça com muito sal, para agradar ao paladar pouco afinado da multidão.

A caricatura é o meio mais poderoso de desacreditar, no espírito do povo, os maus governos. É o mais rude castigo que se pode infligir à sua injustiça e à sua baixeza. A caricatura faz mais que torná-los odiosos, torna-os desprezíveis: assim veja-se como a temem e como a vigiam. Nada que os comediantes da cena política tanto temam como o lápis da caricatura... Philipon, Daumier, Traviès, Grandville, Monnier, podem dizer às vezes que os seus admiráveis desenhos deram insónias aos homens de estado de Luís Filipe e lhes serviram de áspero remorso

Há uma anedota do tempo de Luís XV que denota bem o poder terrível da caricatura. Para poder ganhar uma aposta, um homem tinha engolido um franco, que lhe ficou na garganta e que quase o matou. Naquele tempo falava-se muito do célebre abade Terray, insigne pelas ladroeiras políticas, por falsificar a moeda e por umas celebres

restrições, que diminuíam certo valor estabelecido. Ao ver o homem esganado, um engraçado disse: «Isso não é nada; chama-se o abade Terray, que começa a cercear o franco, tira-lhe 50 cêntimos, depois rói-o mais e tira-lhe 40, e dai a pouco o franco, que podia matar, torna-se numa pequena moeda de um cêntimo.»

Este gracejo foi traduzido num espirituoso desenho onde se via o financeiro Terray operar na garganta do paciente a redução do franco a cêntimo. Por baixo lia-se: «Operação financeira.» Todos conhecem que sangue-frio e que cínica indiferença tinha o abade; pois bem, aquela tenacidade impassível, que não feriam nem panfletos nem injúrias, foi derrubada por aquela simples caricatura, e já por fim não saia com medo de ver a caricatura pintada nos muros, vendida pelas ruas, contada em todas as salas.

A grande época brilhante da caricatura foi depois da revolução de Julho em França. Então ate se criou em Paris uma folha especial de caricatura.

As leis de Setembro forçaram a caricatura política a desaparecer de França; só em Inglaterra tinha um livre acesso.

Mas a caricatura é mais forte que as restrições e que as proibições. É imortal porque é uma das facetas daquele diamante que se chama verdade. Ela está, em despeito das leis, nos palácios como nas ruas, está sobre as cadeiras da câmara como sobre a casaca safada dum velho ministro.

De resto, a caricatura só é perigosa quando fere com justeza e com justiça: se é falsa e injusta, só excita o tédio e cai então dos altos das suas pretensões espirituosas. Assim como é inútil e inerte quando procura atacar um grande principio, um grande facto moral ou uma grande verdade. Um governo forte e popular, resumindo em si toda a dignidade duma nação e fazendo grandes coisas, não se inquieta com os sarcasmos da caricatura. No triunfo de Paulo Emílio, a canalha, que ordinariamente seguia o carro, preparava-se para achincalhar, com gracejos e farsas, a marcha vitoriosa do cônsul; mas quando apareceu revestido de púrpura e com as insígnias supremas o vencedor de Perseu, a canalha ficou muda diante daquela grandeza e daquela virtude.

Nº 17, 7 de Março

Damos hoje o começo de um poemeto do Sr. Antero de Quental, publicado outrora no jornal *Século XIX,* donde o extraímos.

Aquele poemeto é da primeira maneira do poeta, nos seus tempos de maior convivência e profunda comunhão com Heine, Shakespeare, Hugo. Zorrilla, Musset, etc.

Depois o seu espírito voltou-se para a poesia filosófica e social, e as *Odes Modernas* foram um grande brado de liberdade, de ideal democrático, de esperança revolucionária. Os nossos críticos escreveram sobre o livro, uns censurando a gramática, outros discutindo doutoralmente a ortografia.

Hoje o Sr. Antero de Quental está em Paris, na redacção do *Siècle,* o jornal de Louis Jourdan.

Nº 50, 30 de Junho

A Feira de S. João

O pitoresco vai-se! Vai-se como os deuses, como os tiranos, como a arte e como as fivelas de ouro. Desde os choutos adoráveis da caleça até às feiras e às merendas na

relva, e ainda até ao amor pela Lua, tudo vai perdendo a graça, o sabor popular, o reluzente aparato da tradição! Todos os dias se tira do mundo uma velha e suave coisa. Homens estranhos, enrugados e com os olhos cheios de luz, andam limpando, arrancando as crenças, as tradições, os sentimentos, as migalhas da história, como um jardineiro que limpa os seus canteiros.

Tudo arrancam aqueles homens; e chamam-se sábios, filósofos, críticos, descobridores, precursores: arrancam tudo estes iluminados: as tradições grotescas e os sentimentos divinos. Expulsam as liteiras das estradas e a ideia de Jesus do coração dos tristes: tudo atiram confusamente para a mesma vala sombria da história: as caricaturas e as ideias, os penteados de rabicho e o respeito pela família, os carroções e o pudor! E entre as deliciosas coisas que expulsaram da vida, entre a sinceridade que repeliram, as grandes musas, acabaram com as feiras e com as festas dos santos. Se aqui há 30 anos havia uma palavra completa, era esta: ..Feira de S. João. Uma festa e uma feira: as barracas e as fogueiras, as cavalhadas e a alegria, os panoramas e as alcachofras, os saltimbancos e os devoradores de espadas, e as fontes de madrugada, tudo junto, tudo no mesmo dia! E de noite os descantes à viola, juntamente com a voz dos pregões, sob o mesmo belo céu de Junho, na terra onde nascem as flores de laranjeira. como diz a cantiga de Mignon.

Nunca mais, nunca mais voltam as noites de S. João! Eram as noites dos namorados, dos vendedores de gado. das mouras e das pretas. Dos namorados sobretudo. Passavam-se coisas maravilhosas na noite de S. João. Nunca se souberam ao certo todos os doces segredos que se passaram nas folhagens murmurosas das colinas e dos vales.

Naquela noite, ouvia-se o mundo sobrenatural. Uns viajavam, outros descantavam embalados na rede de luz que fazem as estrelas, outros davam concertos mitológicos entre as nuvens, com grandes aplausos do povo do ar. Dizem os antigos livros coisas maravilhosas daquela noite.

A noite de S. João é em Junho. As noites então são lúcidas, docemente veladas por um nevoeiro de luz, serenas, cheias de luar, cheias de palpitações: de longe a longe aparece uma estrela solitária. Outras vezes o céu está constelado e parece que esta tão fatigado com a festa de S. João que vem suado de luz. Pois dizem os livros de convento que nessa noite todo o mundo dos sonhos se move.

As feiticeiras, ao dar da meia-noite, panem numa casquinha de ovo para a Índia. O mar sereníssimo vai embalando a casca e deposita-a nas praias da índia, onde a está esperando. alinhado, um esquadrão de corais.

As fadas rondam o céu, velando pela ordem divina com uma perfeita consciência policial. Vão em bandos, voando, e quando encontram uma oração que vai caminhando para Deus. encostam-se um pouco a ela, a descansar, e continuam depois voando. Os elfos, criaturas transparentes, vêm dançar em círculo sobre o fumo das fogueiras. Andam em redor e. a maneira que a fogueira vai esmorecendo, vão eles descendo, e, por fim, quando a fogueira esta quase apagada, deixam-se cair sobre os ombros dos homens e das mulheres que estão sentados gravemente em redor da fogueira, rindo e falando do tempo das esfolhadas, onde se esfolham amores.

Os monges poéticos explicavam assim o sono que, nas noites de S. João. acomete pela alta noite a gente que esta em volta das fogueiras. São os elfos, diziam eles – que se deixam cair sobre os ombros, e o corpo, docemente inclinado com aquele peso voluptuoso e divino, deixa-se languidamente adormecer. Os gnomos, diabos do ar, também dançam mal, por não terem decerto o uso dos bailes portugueses, caem brutalmente; por isso às vezes estalam as fogueiras: são os gnomos que caem.

As mouras.., todos sabem.

Saem à meia-noite a pentear-se sobre os montes. Penteiam-se com pentes de ouro e miram-se na Lua.

Depois vão buscar o seu tesouro, que está bem escondido, nas ruínas dum convento, debaixo duma pedra, ou então, junto de alguma árvore que de noite tem a particularidade de luzir. Estendem sobre a relva o seu tesouro: são diamantes, rubis, topázios, opalas, sanguíneas, barras de ouro, corais, jóias, brincos, colares, todos os resplandecimentos. todos os coloridos magníficos. A luz de cima alumia o tesouro. Tudo flameja; rebentam na sombra repentinas flores de luz: há cintilações, raios perdidos, clarões vagos. iluminações. sóis, auroras, rastos luminosos, tudo real, tão confundido, tão maravilhoso que só se vê um longo ondear de luz de todas as cores, mais resplandecente que os sois, mais misterioso que a noite.

É o que fazem as mouras. Depois, enquanto se penteiam, cantam baladas do Oriente e suspiram de amor. Porque «tristeza infinita» as mouras são novas, formosas, apaixonadas, e vivem só, sem um amor. Definham ali naquelas covas alumiadas com diamantes e rubis.

Os antigos trovadores iam na noite de S. João para junto das colinas onde desconfiavam haver mouras, para lhes ouvir as cantigas; mas elas, que adivinham, calavam-se, e apenas lhes diziam uma cantiga cujo começo eu não me lembro, mas que termina assim:

Quem muito espreita, nua amua.
Quem muito ama, não vê.

Ora, ao cantar do galo, tudo desaparece: mouras, fadas, gnomos, elfos, tudo. Ficam apenas as peris: são mulheres transparentes, com grandes olhos azuis e que cantam com uma voz divina.

Na véspera de S. João toda a noite cantam. Andam em bandos também voando levemente, com as mãos caídas e os grandes olhos azuis fitos sobre a terra. Cantam vagamente: e o eco da sua voz produz aquela harmonia suave, flébil, indefinida. que se escuta no silêncio do luar, *per amica silentia lunae,* e que e tão doce, tão pura. que parece a respiração do céu. As vezes aproximam-se das fogueiras de S. João e riem-se quando ouvem cantar as namoradas, segundo diz a tradição. Adoram o som da viola e do violão. Quando pelas fogueiras encontram um rapaz lindo, atraem-no para longe da dança, ou chamando-o, ou tomando a figura de alguém, e depois, quando o têm longe, num descampado ou entre arvoredos, a que o ama cola os seus lábios divinos aos beiços do rapaz, e assim o fica beijando com o corpo suspenso no ar, flutuando, apenas com os lábios presos languidamente aos outros lábios. De madrugada encontra-se o rapaz, de pé, imóvel, rijo e frio. Esta morto. A peri levou-lhe a alma num beijo! E uma legenda melancólica esta que tem talvez a sua origem na Alemanha, o país das quimeras. As peris só sabem cantar e amar. Morrem também como os que vivem na Terra. Ordinariamente e de amor: quando querem morrer deitam-se no cálice duma açucena ou dum lírio. aninham-se e começam a cantar melancolicamente. Assim morrem suavemente, pensando nos olhos do seu namorado e desfazendo em musica as suas almas de luz. Diz-se que e do corpo delas que se faz o mel que as abelhas vêm sugar.

E enquanto isto se passa no ar. o que fazem as raparigas em volta da fogueira?

Dançam, amam, olham, calam. Uma fogueira diante da porta, um amor no coração, todas as constelações na noite, e a agua fresca, de madrugada, nada mais querem: pode-se assim viver. Falo das raparigas que têm familiaridades com o mundo sobrenatural, por intermédio do amor: aquelas que têm conhecimentos exclusivos, exclusivamente no seu bairro, essas, digamos a verdade, na noite de S. João. como em

todas as noites, pensam num marido pacato, robusto, que traga ao casal um bom par de moedas.

Mas não: não se pensa nisso na noite de S. João. Então dança-se: a fogueira lá está – enrosca-se e canta um *Te Deum* de chamas as suas companheiras estrelas: a guitarra geme cantigas de amor: e dança, gira. os peitos erguem-se. os ombros tocam-se, desmaiam as faces, as estrelas estão descoradas, todo o céu esta pesado de languidez: Junho e traiçoeiro e faz amar – e a guitarra geme ainda, e os rapazes são lindos e cantam baixo: a voz e lenta e lânguida. a dança esmorece as flores olham para a Lua disfarçando. as bocas unem-se, Deus finge que não vê – tudo se cala e os pares vão para longe da fogueira.

E então que se diz que o bom Deus afasta as fadas patrulhas que querem separar os pares, dizendo ele, o bom Deus, que o amor não ofende a moralidade divina.

Lembro-me agora que eu queria falar da feira e da festa, e que gastei o espaço disponível com as puerilidades da mitologia mística, como se fosse um frade novo da Alemanha, no século XIV. Mas, ao contrario do que disse a *Gazeta,* as ocasiões não passam.

Esquecia-me dizer que o que fica contado das fogueiras e do céu não se da em Portugal: e num pais distante, no país onde nasce a flor azul que canta: faz-se esta declaração para evitar todo o trabalho de pesquisa as autoridades administrativas que se afadigassem a pôr cobro a estes escândalos de mouras que se penteiam a meia-noite, de gnomos que se suicidam em fogueiras. de peris que matam sujeitos com um simples beijo.

Não: podem descansar as autoridades. Não e aqui que se ludibria assim o principio da ordem: não e neste país que se cospe assim tão insolentemente no código. Faz-se também esta advertência para poupar as pobres fadas os incómodos dum processo correccional. como também se declara que não e no cálice das flores do jardim desta terra que se vão deitar as peris quando querem morrer amando. Não, pode estar a câmara descansada e escusa de mandar vigiar as suas flores com a recomendação áspera de expulsar as que. atrevidas, quisessem fazer das peónias municipais enxerga derradeira. O principio da ordem ficando assim salvaguardado, só resta concluir.

Ciências Histórico-Sociais

Nº 1, 6 de Janeiro

Agricultura, comércio, indústria

O comércio tem sido um elemento fecundo na história social.

Ele tem sido um grande transportador de ideias, de costumes, de sentimentos entre as nações. Inspirando viagens distantes, explorações de terras, aventuras do mar e do deserto, quem poderá dizer o que a Grécia deveu às caravanas que traziam os produtos do Alto Oriente, e a Europa moderna aos negociantes de Veneza, de Génova e da Hansa Germânica?

O seu espírito, cosmopolita e amigo da liberdade, lutou

sempre contra as prepotências terríveis e preparou talvez a ascensão da ideia democrática. Pelo seu livre espírito, ele desconhecia as fronteiras, destruindo o princípio das políticas egoístas, envolvendo as pátrias no mesmo interesse e na mesma fraternidade.

E no entanto tem sido útil sem glória, porque a sua actividade era para um ganho individual e exclusivo, e porque trabalha sem dedicação.

Assim alguém há que não julga justiça e verdade levar as nações para as empresas comerciais. Apesar de reconhecerem a sua fecunda acção, tremem pelas más tendências que exercem nos espíritos. Lembram-se do carácter rapaz e egoísta dos povos mercantes.

A Holanda, a Inglaterra e a América são exemplos; o carácter destas nações tornou-se material e avaro: subordinam os grandes princípios ao pequeno elemento do interesse; consagram políticas egoístas.

Estas repugnâncias não podem dizer respeito ao comércio interior, que é sempre restringido a certo limite pelas necessidades do consumo. E em quanto ao comércio exterior, os governos podem protegê-lo, ou hostilizá-lo e peá-lo; mas não depende da vontade do governo transformar as tendências duma raça comercial. Veneza e a Holanda, pela sua constituição geográfica, estados sem território, só poderiam viver movendo a sua actividade no comércio e na fundação de colónias distantes.

Os países, pelo contrário, que tenham vasto território continental, nunca poderão ser exclusivamente mercadores; e ainda mesmo quando o fossem, as classes comerciais seriam desapercebidas no meio das grandes populações amontoadas. O comércio deve ser favorecido mesmo em quanto aos princípios sociais, porque o seu espírito tem grandeza: conserva o gosto das empresas distantes e dá um largo campo aos espíritos aventurosos. Além disso, é a base do poder marítimo.

Além disso, o comércio interior é conveniente para assimilação e identificação dum mesmo povo, pelas relações que forma, pela fraternidade que consagra, pelas famílias que estreita.

O comércio de especulação, esse, tende a manter a estabilidade e igualdade nos preços. Comércio interior favorecido, comércio exterior convenientemente dirigido, comércio de especulação tolerado, é uma política fecunda.

Depois, o verdadeiro comércio inspira virtudes próprias: a economia, a boa-fé, a exactidão, a ordem e actividade leal.

Hoje a opinião talvez se ressinta ainda de certos prejuízos hostis à profissão comercial e industrial. Mas tudo isso findará pela influência da ideia democrática, e o

comércio entrará nas boas tradições de honra e de actividade, amparando o mundo económico, com exclusão da fraude e da agiotagem.

Nos tempos gregos e romanos todas as forças sociais eram levadas para a religião, para a política, para a guerra, para a jurisprudência e para as artes – nenhuma para a indústria.

A agricultura, honrada ao princípio, tornou-se o trabalho forçado e violento das raças vencidas. Durante a Idade Média a indústria está esmagada pelos prejuízos e pelas violências feudais. A vinda da burguesia foi a sua libertação. Hoje, que o trabalho que constitui a indústria foi multiplicado por uma extrema divisão, pela especialidade; hoje, que a ciência e o capital concorrem para o aumento da produção; hoje, que as máquinas centuplicam as forças e as riquezas humanas, a indústria manufactora tem uma suprema importância económica.

Mas qual será o valor político da indústria? Ela multiplica a propriedade móbil; enche de vida o comércio marítimo, recebendo matérias-primas e entregando produtos manufacturados: utiliza tempo, braços e inteligências. Mas será conveniente desenvolvê-la?

Todos os governos da Europa protegem, entronizam uma indústria nacional e procuram fazê-la triunfar nos mercados vizinhos.

No entanto, a terrível consequência da predominância industrial é criar no estado uma classe de misérias tristes, inútil, dolorosa, perdida para a vida social – os operámos de fábrica. Os capitais aglomeram-se; criam-se as fábricas imensas, e em redor começa a formar-se uma geração de homens que são como os apêndices humanos das máquinas; ali vivem, dependentes da sorte do dono da fábrica, sem esperança de uma sorte mais doce, sem ensino ou consciência moral, embrutecidos, consumidos pelos trabalhos contínuos e monótonos: é uma raça sequestrada à pátria, à família e ao trabalho puro e são. Ali perdem a saúde, a independência moral, a vida espontânea do espírito.

O desenvolvimento da indústria multiplica essa classe. Multiplicá-la sem necessidade é um crime moral e político. Cada povo deve esforçar-se por produzir os objectos do seu consumo, mas favorecer a exportação, animar a atitude esmagadora e soberana que a indústria tem tomado, é fazer uma raça miserável que cai nos proletariados, quando se podia fazer uma robusta raça de homens sóbrios, rudes trabalhadores, fortes e honestos – pela agricultura.

Desgraçados os países que caem nos excessos industriais, que consagram aquela teoria política pela qual um governo despreza as necessidades espirituais para só se ocupar dos interesses materiais e positivos! Esta doutrina, chamada o industrialismo, é um ateísmo político.

Em primeiro lugar, isto provoca o feudalismo financeiro, a aristocracia industrial. E depois tem um supremo inconveniente: o trabalho incessante excita, desenvolve a sensibilidade; o mundo activo da indústria forma certos espíritos ambiciosos, ávidos, doentios, para quem o *querer chegar* é uma verdadeira febre; exagera-se em todos o desejo das riquezas; há uma áspera e terrível concorrência; há luta de interesses, guerra de classes, e por fim assalto da propriedade e revoluções políticas.

*
* *

Entre todas as indústrias, a indústria comercial, que dá valor às coisas pondo-as ao alcance do consumidor, a indústria manufactora, que dá valor às coisas transformando-as; entre todas, é fecunda a indústria agrícola, que provoca a acção produtiva da natureza nos vegetais e nos animais, e lhes recolhe os produtos.

É sobretudo fecunda como moralidade. Vida de energia, de trabalho e de saúde. Puríssima constituição da família. E ela, a agricultura, que dá riquezas permanentes e enormes, todos o sabem. Mas o produto do solo é profundamente dependente da indústria. A agricultura não pode estender-se, fecundar, sem a força – capital: o capital só pode ser criado pelo trabalho; é necessário pois recorrer ao trabalho já produtivo – à indústria manufactora. Hoje os capitais correm todos instintivamente para o movimento manufactor. Em todo o trabalho o indivíduo procura o maior produto obtido com o menor esforço, o menor dinheiro e o menor tempo possível. O trabalho da manufactura, ajudado pelas máquinas, sem estar sujeito às contingências da força individual, produz mais e mais depressa. Na agricultura o proveito é mais limitado e as indemnizações mais lentas. Por isso hoje a agricultura parece abandonada e o homem desprendido do torrão; mas não, logo que haja um verdadeiro equilíbrio económico, a agricultura prosperará. Pela influência salutar que exerce, pelos produtos indispensáveis que fornece, dominara sempre, sem esforço, por uma livre tendência popular; a indústria da fábrica e a indústria comercial são apenas seus auxiliares, e o comércio estrangeiro dá saída às matérias-primas e aos outros ramos da produção.

N° 2, 10 de Janeiro

Lastima-se geralmente a decadência da agricultura, e a tendência que manifestam os homens do campo a deixar os trabalhos agrícolas pelas profissões industriais.

Estes dois factos prendem-se. E observa-se que não há homem do campo com uma pequenina fortuna que não procure fazer de seu filho um médico, um padre, um tabelião, um advogado, etc.; os mais pobres alcançam do cura que dê ao filho mais querido uma educação rudimentar, e no fim daquele aprendizado clerical vai o filho do homem do campo passar três anos a um seminário.

Há pois uma tendência que leva com uma energia grande os camponeses a sair da sua classe. Ora não é a miséria que os instiga porque, a este respeito, os mais ricos dão o exemplo aos mais pobres; pode a miséria também influir um pouco, porque o homem que deixa o campo pela cidade vai com a esperança oculta dum salário maior, mas o verdadeiro motivo é a falta de consideração: sentem-se desprezados naquela condição; procuram sair dela.

É esta talvez uma das causas maiores da decadência agrícola. Os recrutamentos tiram à população rural os homens mais fortes; os mais ambiciosos correm a encher as fábricas e a ocupar as profissões liberais; os mais inteligentes saem para o clero, para o tabelionato, para os estudos, etc.; assim as lavouras ficam entregues aos que são mais fracos pelo corpo, pelos sentimentos, ou pela inteligência.

Demais, as camponesas mais robustas são procuradas para a domesticidade das cidades; as que são mais formosas perdem-se e são levadas pelos fornecedores da prostituição; assim a população rural dizimada, empobrecida, está diante da terra sem força e sem braços, sem vontade, e a agricultura passa do definhamento à esterilização.

Estes resultados, se são funestos no presente, são-no muito mais no futuro. E um dever rigoroso do governo e do jornalismo pensarem nestas coisas. E necessário que a classe agrícola tenha a consideração que merecem as suas virtudes, os seus trabalhos, a sua alma pura e o seu sossego. É necessário que as prevenções vaidosas que pesam sobre o pobre camponês se dissipem sob a influência de costumes mais justos e de sentimentos mais verdadeiramente elevados.

Dantes, os médicos, os sábios, os advogados, os letrados, eram tratados orgulhosamente pelas classes supostas nobres. Hoje essas diferenças *sociais* têm sido

niveladas pelas revoluções: o prejuízo acabou a respeito da burguesia, mas não acabou para a gente dos campos porque a educação superior que recebe a burguesia não a recebe o povo rural: daí toda a diferença, daí para os últimos nenhuma consideração, daí o seu desejo de se libertar do quase desprezo que os cerca, daí a decadência dos costumes e a desmoralização dos espíritos.

Há muitos meios de mudar este estado de coisas. Um dos mais poderosos seria, indubitavelmente, o exercício dos direitos políticos. O camponês considera necessariamente como seus senhores, seus superiores, a quem inveja, aqueles que no seu círculo nomeiam o deputado. Se lhe derem a ele esse direito, ele tomará a consciência do seu valor social, ficará contente, não intentará deslocar-se quando acha na sua condição as vantagens rurais e sociais que inveja à condição dos outros, ficará camponês soberbo pela sua consideração, e não consentirá que os filhos saiam daquela classe, onde ele encontra plena satisfação da consciência e largo contentamento do coração.

Nº 2, 10 de Janeiro

Ciências históricas

O historiador discutindo, criticando os homens e as instituições do passado, exerce uma alta e fecunda magistratura política.

A história leal, verdadeira e elevada, pela filosofia que encerra, pelos métodos políticos que esclarece, pelas tradições que destrói e que consagra, pelas individualidades cuja influência estuda e penetra, esclarece e funda a política do futuro. Mas deve ser a história, leal e elevada. As histórias oficiais, feitas debaixo dum ponto de vista político, para justificar um sistema, para consagrar um erro, para selar toda a injustiça duma usurpação, produzem funestas inteligências do passado, falsos sistemas, erros políticos, subversões sociais.

As ciências históricas são a base das ciências sociais. Quando a história não for honrada, a filosofia popular baseada sobre ela não será justa.

Quem poderá conhecer as funestas influências da história mal contada, ou perfidamente criticada, da revolução e dos tempos da restauração em França?

A história, escrita sob as influências oficiais, é uma petrificação da história. Desconhece o espírito popular, a alma das tradições, as forças ocultas que provocaram os grandes movimentos da história. A história assim escrita é uma biografia das casas reais, das famílias históricas, dos movimentos do mundo oficial.

A história assim concebida esquece o povo: é como se, na explicação da vida do globo, se esquecesse a influência do Sol.

Na história o povo deve ser tudo; as individualidades, pouco.

O que nós queremos saber é o espírito das gerações. O que a nossa curiosidade pede é ver como o passado compreendeu as coisas vitais da humanidade: a família, o trabalho, a educação, as instituições. Mas como se poderia evitar a derramação de ideias falsas na história política?

Alguém lembrou em França em 1848 uma censura especial. Mas a censura traria maiores males que a maior liberdade. Na crítica, na interpretação histórica, a censura é um absurdo.

A liberdade encarrega-se de desmentir uma história falsa por uma história verdadeira, verdadeira no sentido que é feita pelas massas em nome da justiça e do direito.

Nº 2, 10 de Janeiro

Ciências sociais e políticas

Funcionários deputados

Tem sido debatida a questão de saber se convém que os funcionários públicos sejam admitidos no meio do poder legislativo.

Ora sobre que assenta o princípio do governo constitucional? Sobre a divisão de poderes.

Um homem pode ao mesmo tempo fazer parte do poder legislativo e do poder executivo? A carta atribui exclusivamente ao rei esse duplo carácter executivo e legislativo. Mas esta capacidade deve estender-se aos delegados do poder real? Em princípio é evidente que não.

Entretanto, supõe-se que os funcionários adquirirão pelo exercício dos cargos públicos uma certa experiência, o conhecimento de certas necessidades, o espírito de certas instituições de que é bom que o Estado aproveite.

Em certos casos, pois, pode ser conveniente quebrar o princípio; mas isto será a excepção. Assim que se admitam os ministros, os grandes funcionários políticos, as eminências de magistratura e do exército – concebe-se; mas que a câmara seja invadida pelos pequenos funcionários parece pouco justo e perigoso.

Porque, de duas coisas uma, ou o deputado-funcionário sofre a influência da administração, ou quebra os laços da hierarquia e não atende aos seus superiores; no primeiro caso há servilismo, no segundo insubordinação: em ambos os casos perigo.

Mas dizem: decretar a inelegibilidade dos funcionários é ferir a liberdade e os direitos do eleitor.

Mas se para ser elegível não fosse necessário ter um certo rendimento, preencher um certo número de condições de capacidade, se a escolha do eleitor se pudesse exercer com uma completa liberdade, se enfim, todo o cidadão fosse elegível, compreenderíamos semelhante argumento; mas hoje, sob o império duma legislação que faz do direito de eleger e de ser eleito um privilégio, é absurdo pretender que uma restrição de mais é ferir o princípio.

Argumenta-se ainda com a mobilidade universal e com a certeza das coisas e das ideias. Dizem que não há nada estável em nenhuma parte da nossa sociedade e que não há influência que se mantenha, e que os funcionários, pela sua própria instituição, são obrigados a governar-se por precedentes, a dirigir-se por máximas que fazem jurisprudência, e que os funcionários formam a única classe que possa substituir entre nós aquela classe de influência permanente, cujo apoio, cuja presença, faltam no nosso sistema, e que tem sido muitas vezes julgadas indispensáveis para lhe manter a duração.

Seja. Mas qual é dos nossos poderes políticos o que tem essencialmente missão de representar o princípio da estabilidade? Não é a Câmara dos Pares? E a câmara electiva, pelo contrário, não está constituída para representar o elemento móvel e progressivo? Logo no próprio espírito das instituições sociais, se se considerarem os funcionários como os principais depositários do elemento de estabilidade, é à Câmara dos Pares que se devem mandar e não à câmara dos deputados. E sendo logicamente colocados na Câmara dos Pares, logo que entrem para a câmara electiva vão-lhe falsear o espírito e a instituição.

Os operários

Como sabem, os operários são os que trabalham por conta de outrem mediante um salário.

A destruição do antigo regime deu aos operámos a sua verdadeira independência legal.

Até então a classe operária sofria uma espécie de domesticidade. Hoje o desenvolvimento da indústria multiplicou-os, e tornaram-se uma classe particular, muitas vezes isolada do resto das sociedades, pelos prejuízos e pela injustiça das leis, ou dum poder entregue a uma facção.

Os operários hoje constituem, por assim dizer, uma classe à parte, tendo os seus interesses exclusivos e particulares, e reclamando em nome desses interesses.

Todos os dias se está dizendo que a classe operária tem progredido nas condições de bem-estar e de consideração. Decerto que o estado dos operámos é muito diferente do dos operários do século passado; decerto que andam mais bem vestidos, podem alimentar-se melhor, não são desprezados e gozam comodidades relativas.

Mas estes progressos não provam que não sejam muito justas as reclamações que em nome deles se fazem, e que eles não devam ter uma profunda ambição de chegar a um destino melhor.

Se formos a considerar o ponto de vista material, podemos observar que os progressos do bem-estar material foram maiores para a classe média do que para a classe operária, e que esta, por isso, tem direito a reclamar a parte que lhe faltou na distribuição dos cómodos e das felicidades materiais.

Mas esta melhor condição dos operários está bem longe de tocar a justiça.

Todos os que observam a indústria, conhecerão as classes operárias, sabem que há uns lugares onde as crianças se vão corromper, onde a família não existe, onde se ensina a prostituição, onde é vulgar a promiscuidade; lugares onde se consomem rapidamente as forças físicas e morais; lugares onde não há ideias da virtude e do vicio, do justo e do injusto, nem ideias religiosas, onde há um martírio, sem fim e sem esperanças, sofrido por inocentes: estes lugares são as grandes fábricas.

A condição de um grande número de operámos é deplorável; o trabalho de um dia produz apenas o necessário para a subsistência. Para eles não há um momento para um feliz descanso do corpo ou para o entretenimento do espírito. Não têm a certeza do dia seguinte; vêem chegar a noite sem esperança do pão da manhã que vem.

Quando vem uma doença ou falta de trabalho, só têm um recurso, a mendicidade ou o hospital.

É um triste aspecto.

Mas onde se há-de ir buscar o remédio para esta desgraça? Alguns fabricantes humanos e esclarecidos propuseram melhoramentos, executaram mesmo muitos à sua custa. Mas estes remédios parciais e imperfeitos têm produzido resultados medíocres. Além disso, nem todas as fábricas penetram e, quando penetrassem, não remediavam o mal no seu lado moral e social.

Filósofos e publicistas, cujas lições têm sido escutadas pela classe operária, propõem remédios mais heróicos. Todos querem resolver o sistema social e mudar-lhe a organização. Uns dizem ter encontrado o segredo duma harmonia social e económica que faria desaparecer o mal; outros querem alterar a constituição da propriedade, dar uma grande parte ou todas, os instrumentos do trabalho ao Estado e distribuir uma tarefa pelos cidadãos; outros fulminam a concorrência industrial; outros, a propriedade individual. Mas qual destas teorias resolveu o problema? As sociedades não se transformam como as teorias e as opiniões. Não se faz desaparecer a liberdade do

coração com a mesma facilidade com que se faz desaparecer duma teoria social.

Os abusos da concorrência são numerosos, evidentes, imensos. Mas é justo atribuí-los ao próprio princípio da concorrência'? Há a certeza de não derivarem de outra coisa? Devemos condenar este principio fecundo da concorrência?

Decerto, se se encontrasse uma outra lei de harmonia económica, certa e infalível. E as teorias propostas contêm essa nova lei?

Não. Mas dever-se-á então deixar subsistir o deplorável estado das coisas presentes?

Houve publicistas materialistas que quiseram sustentar que a condição actual das classes operárias resultava da própria natureza das coisas. Diziam que a miséria dos operámos vinha do seu desleixo: que o operário era imóvel e devasso, mas, diziam eles, observa-se uma coisa: que quanto mais se deixam ir às más inclinações, mais submissos são – e apresentava-se o exemplo das fábricas de Lille, em França –, enquanto que, logo que o operário tenha uma certa comodidade de vida, um certo bem-estar, torna-se turbulento, exigente, orgulhoso –como acontece nas fábricas duma outra cidade de França, Lyon. E diziam: «A obrigação de trabalhar sem descanso, sob a pena de morrer de fome, é *um freio moral* de que o operário precisa e que é indispensável à boa ordem social.»

Entre os homens que sustentavam isto conta-se o célebre Mr. Guizot. Isto quer dizer: para que o mundo oficial e pomposo se não incomode, não seja abalado na sua nobre indolência, sofram, trabalhem até ao desfalecimento e morram de fome milhões de famílias operárias.

É o caso que estas máximas infames são professadas entre nós, com mais ou menos franqueza.

Ora, em primeiro lugar, os operámos não têm o desleixo de que os acusam e não se entregam a devassidão tanto como se diz. Os que têm observado sabem que quanto maior é o salário, quanto mais humanos e bondosos são os donos das fábricas, mais cuidadosos são, mais sóbrios, e melhores qualidades morais têm: e pelo contrário, quando o trabalho é violento, os donos duros e ásperos, eles procuram na devassidão um esquecimento, um adormecimento para todas as fadigas.

A maneira que melhora a condição do operário, os vícios que lhe atribuem, e que infelizmente tão espalhados estão nas altas classes, vão desaparecendo.

Assim, a devassidão e relaxação de costumes, longe de serem uma justificação das opressões fatais que eles sofrem, são uma acusação dolorosa.

Diz-se: os operários mais dissolutos são os menos exigentes, os mais sossegados, os menos ambiciosos. Decerto. Porque estão embrutecidos: porque a devassidão lhes esteriliza as faculdades. Não é submissão; é anulação: os animais que andam aí pelas estradas, trabalhando e conduzindo cargas, não têm ambições nem exigências.

E quem é que produz aquelas tendências para a orgia?

A sua condição dolorosa. De maneira que aquela teoria de Guizot reduz-se a isto – tornar os governos estáveis, embrutecendo os povos.

E uma política infame e pouco original: todas as tiranias procuram embrutecer os espíritos, para isso não derramam a instrução, não tratam mesmo dessa matéria, do povo; apenas sabem que ele tem corpo para trabalhar.

Têm medo: conhecem que o povo ilustrado, cônscio dos seus direitos, sabendo o que é justiça e razão e direito, lhes pediria contas. Mas como o embrutecimento popular leva à decadência nacional, à esterilização de forças, à dissolução –por esta política destrói-se o Estado. De modo que esta política trabalha para se aniquilar.

Diz-se: os operámos mais felizes, mais bem retribuídos, são inquietos, perturbadores; não, são justos, conhecem o mal, sabem que não é no mundo oficial que

estão as garantias da felicidade popular, que há neles geração robusta, honesta e grave.

Querem a igualdade política e mostram-se dignos dela pelos costumes e pela instrução.

Por isso todo o regime actual da classe operária deve ser mudado, e os meios propostos não são fecundos: a moderna democracia francesa compreendeu essa questão, compreendeu que não bastava reformar materialmente, era necessário organizar moralmente; até hoje tinha-se pensado só em melhoramentos materiais, mudanças de forma, como se a sociedade fosse uma matéria bruta e inerte, como se a organização exterior fosse tudo, como se as almas não fossem nada. A questão estava reduzida a uma questão de salários, foi debatida, e em Portugal ainda é debatida debaixo deste ponto de vista: daí discussões, e discussões para saber se a questão era política e em quê a organização política influía na solução que lhe devia ser dada.

Não é debaixo deste ponto de vista que a questão deve e tem de ser considerada, mas sob um aspecto mais alto, sob o ponto de vista moral, religioso, espiritual e político. E necessário saber se não há na sociedade actual causas de ordem espiritual que ali lancem a desordem e a divisão; se o mal está no direito de propriedade ou na maneira como é compreendido e exercido, e, enfim, se o mal não é produzido pela influência? do materialismo político, daquela causa, que tem só um símbolo e um nome – justiça.

Os retrógrados

Todos os dias vemos nos jornais – e aliás com uma santa intenção – fulminar os *retrógrados.*

Não devemos imitar servilmente os antepassados, mas devemos estudar e criticar o que eles fizeram e pensaram. Nenhum facto é inútil na história, como nenhuma folha é inútil na vegetação.

Todas as épocas têm as suas exigências: factos novos sobrevêm que exigem novos meios.

É necessário aproveitar o que a experiência pode aconselhar, mas seguir o que a ciência ensina. Os chamados retrógrados prendem-se ao passado puerilmente: toda a inovação para eles é pelo menos um mal, quando não é um crime: eles condenam tudo o que não é um fac-símile do passado. Se sempre tivesse prevalecido esta triste mania, estávamos ainda na *folha de vinha.* Mas a humanidade tem uma consciência crescente da razão e da justiça: dissipa as resistências inertes como lamentações perdidas. No entanto, a justiça é não condenar duma maneira absoluta o instinto que leva os velhos a prenderem-se à imagem do que passou. Foi no passado que eles viveram: então tiveram as suas tristezas, as suas alegrias, as suas paixões.

É ainda o último calor daquela vida que os ampara. E este instinto é útil, serve para conservar a tradição da humanidade. Se o homem não se lembrasse – perderia a vida do espírito: a tradição é que faz a humanidade; conservam-se as velhas medalhas para se estudar a forma do relevo antigo; os velhos são como as medalhas, servem para neles se estudar a forma do velho espírito.

Nº 3, 13 de Janeiro

Administração

O discurso da coroa e as declarações do governo, na primeira reunião da maioria,

asseguram que esta se propõe apresentar ao parlamento diversos projectos e entre eles o da reforma administrativa. E este o de maior alcance talvez, porque à organização administrativa estão ligados, e dele pendem, os mais vitais interesses das sociedades políticas.

Quando tivermos conhecimento desses projectos, poderemos avaliar as ideias, os sentimentos, as tendências e o sistema do governo numa questão de tanta magnitude. Confiamos, porém, que o governo se havia de compenetrar bem das verdadeiras doutrinas e princípios de administração pública, pelos quais se regem hoje as sociedades modernas, e que meditaria profundamente antes de meter ombros a uma empresa que há-de alterar radicalmente uma ordem de coisas aceita, experimentada e constituída.

Estudar os diversos sistemas de organização administrativa, que já não são hoje uma pura concepção filosófica mas uma verdade pratica, pela sua aplicação nos estados do continente europeu: examinar os factos contemporâneos à luz da crítica, da filosofia e das ideias modernas; aproximar esses sistemas, tanto quanto seja possível, às necessidades da época e às tendências da civilização; pô-las em relação e harmonia com os outros ramos de administração pública: ponderar depois quais eram as condições políticas dos estados em que esses sistemas foram estabelecidos, e a que ordem de ideias estavam subordinados: estudar por fim a índole do povo para o qual se vai legislar, os seus costumes, as suas crenças, as suas necessidades. a sua ilustração, as suas ideias e tradições – é o supremo dever, o grande encargo e a grave responsabilidade dos poderes políticos que tomam a iniciativa nas grandes reformas, e que querem deixar depois de si honrosas memórias de largas ideias e bom governo.

Mas os sistemas de administração pública não se estudam só nos livros de direito constitucional, quando eles se limitam à filosofia da ciência e às considerações teóricas. Aprendem-se no estudo das épocas, no progresso e decadência das nacionalidades, nas sucessivas transformações das sociedades políticas.

Se os poderes públicos põem de parte a crítica e a observação dos factos, não podem ter uma iniciativa fecunda, nem deixar aos que lhe sucederam, na contínua rotação dos governos representativos, exemplos de ilustração, de esforços profícuos e de tendências civilizadoras.

A ciência da administração pública é toda de observação; e a história da civilização e os progressos do espírito humano são o fio que deve guiar os que entram na labirinto da governação dos estados, porque os factos de todas as épocas têm uma verdade irrecusável e incontestável omnipotência.

Já não é de hoje a ciência de governar os homens. Por esse mar imenso da humanidade têm entrado muitos navegadores mais ou menos ousados, mais ou menos cautelosos, mais ou menos inexperientes.

Qual deles chegou ao porto, abrigo seguro das tempestades humanas'? E esse o grande problema político. Muitos naufragam nessas tentativas aventurosas, ou pela própria incapacidade, por não conhecerem o rumo, ou pela fraqueza na luta com as resistências, ou submergidos na voragem das revoluções.

Esta é a história de todos os povos e de todos os tempos. E desses naufrágios políticos tiram os homens públicos lição e exemplo, ou para navegarem com prudência nesse mar insondável dos interesses humanos, ou para retemperarem as forças no encontro das reacções, ou para encaminharem a onda revolucionaria.

Os espíritos audazes e exclusivamente reformadores levam muitas vezes consigo a desorganização aos estados, porque contêm em si quase sempre o elemento da sua própria desarmonia. E então, em vez duma acção fecunda, paternal, benéfica e civilizadora, têm uma acção dissolvente e funesta.

Mas os espíritos nimiamente meticulosos e que transigem com as velhas fórmulas,

com a rotina, com a ciência dogmática, com os preconceitos, com as superstições políticas, com as ideias tradicionais; esses, cujos passos são aliciantes pelo receio de que o solo se abata debaixo dos pés e que não ousam fazer-se ao largo, porque em qualquer névoa vêem uma sensação, em qualquer vaga um abismo, em qualquer vento uma tempestade; se porventura não são perigosos pela imprudência, são manifestamente infecundos pela pequenez do ânimo e pela limitação das ideias.

Cumpre pois ao governo meditar, com reflexão e cordura, as reformas que tenta fazer, e fugir de inovações imprudentes, que, por qualquer motivo, não possam aclimatar-se neste país.

Mas se por um lado lhe cumpre ser cauteloso, cumpre-lhe pelo outro não recuar diante das influências preponderantes, dos caprichos partidários, das oposições facciosas, dos interesses individuais, dos hábitos de rotina, dos preconceitos políticos, das rivalidades mesquinhas. Cumpre-lhe saltar por cima desses atritos, vencer essas resistências, superar esses obstáculos, uma vez que haja compreendido bem a sua missão, a sua responsabilidade e as severas exigências da vida pública.

Que importa que o governo tome iniciativa em grandes reformas, se lhe faltar coragem e perseverança de as levar ao cabo?

O crédito dos estadistas, a sua reputação perante a história e perante a posteridade, não se aferem só pela altura das suas ideias, pela grandeza das suas concepções, e pelo esplendor do seu génio. Esses são meteoros que passam com um fulgor cintilante, sem deixar no horizonte um rasto sequer de luz. Afere-se também, e mais ainda, pelos monumentos de ilustração e obras práticas de bom governo que deixam na sua passagem pela esfera da governação dos povos.

Colónias

A fundação das colónias era uma das ocupações principais das sociedades antigas. Então nas cidades, que eram uma pátria, as discórdias, o choque de interesses, o acréscimo da população. causavam continuas emigrações, quando não eram expulsões. Os bandidos, reunidos sob um chefe enérgico, iam, em coorte aventureira, procurar uma nova pátria pelo grande mundo; coisa fácil, naquele tempo primitivo em que as nações amontoadas em pequenas cidades, fraccionadas, separadas pelos desertos, pelos rios, pelos lagos, como por outros tantos perigos então temidos. ignoravam a existência umas das nutras.

Outras vezes, um mais atrevido e mais aventureiro chamava a si homens corajosos e ia em demanda de um canto de terra distante onde assentasse as barracas e depois as pedras de uma cidade.

Ora estas colónias do acaso e da aventura estiveram sempre muito independentes da mãe-pátria; esta não tinha a grandeza nem a influência, nem a força, para ir ao longe dominar a colónia que tinha derivado de si. Por isso as relações entre as colónias e as cidades eram de simples amizade, parentesco. interesses comerciais, uma verdadeira aliança natural.

Assim eram as colónias da Ásia Menor e da Itália.

Ora estas pequenas sociedades, nascidas da cidade e da civilização grega, prosperavam todas. E como não haviam de prosperar'?

Os colonos traziam todos os adiantamentos, todas as influências civilizadoras, as artes, as virtudes cívicas, o amor da liberdade, e encontravam um solo virgem e fecundo.

As colónias romanas, essas tiveram um caracter quase exclusivamente militar.

Faziam simplesmente parte de um profundo sistema de conquista e de dominação.

Eram como postos militares, alojamentos dos exércitos da república, que iam. lentamente e por influência, transformando os povos conquistados em províncias romanas.

As descobertas nos séculos XV e XVI dos navegadores portugueses e espanhóis deram origem a uma nova espécie de colónias; o seu fim não era criar nações novas, era enriquecer as antigas; ao contrário das colónias romanas, que tinham por fim o império, estas tinham por fim o ganho.

Estas colónias não eram livres; os governos das metrópoles nomeavam-lhes governadores, faziam-lhes as leis e recebiam-lhes os rendimentos. Algumas foram por vezes governadas e administradas por companhias do comércio. A sua população era flutuante; os que vinham não era estabelecer-se, era fazer fortuna. Assim se ia formando lentamente nas colónias modernas uma população de aventureiros, que não queria ganhar o seu pão trabalhando laboriosamente, e embarcava para as colónias com as mãos abertas para todo o ganho, e a consciência fechada para todo o escrúpulo; quem para lá ia não queria consideração, queria dinheiro. Por isso havia nas colónias uma terrível corrupção.

Por isso, todos os estabelecimentos que os estados da Europa ou as companhias de comércio fundaram, decaíram rapidamente, a sua própria riqueza foi-lhes uma causa de ruína, todos os estados os disputavam e em todas as guerras europeias eram retalhados e divididos.

E ao mesmo tempo, a continuação da ocupação do mesmo país pela civilização europeia, o esgotamento das riquezas, acontecimentos políticos imprevistos, interesses próprios que se foram criando e que por uma lei natural provocaram a independência, tudo isto fez que muitas colónias, as da América sobretudo, se libertassem do jugo das metrópoles; assim se tornaram nações independentes os Estados Unidos e o Brasil.

As colónias insulares não tiveram a mesma força para se libertarem. Ficaram submetidas. Vivem debaixo dum regime mais ou menos opressivo, segundo o carácter do governo a que obedecem. Têm uma tutela e são exploradas. Elas sofrem ainda com certos abusos dos antigos regimes, e as suas relações com as mães-pátrias apresentam um sistema defeituoso e prejudicial. Isto é verdade, mas o que é também verdade é que a colonização. como sistema político, é fecunda.

Alguns economistas têm sustentado que o sistema de colonização é absurdo. Esta doutrina não deve admirar, já alguém ensinou que o homem não devia reproduzir, porque a educação dos filhos é custosa. E como teriam permitido a uma nação o que recusavam ao indivíduo?

Mas que importam estas teorias'? A necessidade de colonizar não é, para uma nação forte e enérgica, uma fantasia passageira. Todo o povo tende a desenvolver-se, não só pelo acréscimo rápido da população, mas pelo sentimento instintivo da ambição e de movimento, que é o carácter mais nobre e mais elevado da alma humana.

Este sentimento pode satisfazer-se um instante pelo comércio e pela indústria, mas a indústria e o comércio precisam de espaço. A actividade de uma nação não se pode concentrar dentro de limites estreitos, precisa estender-se e mover-se em largos campos, pelas viagens, pelas descobertas, pela guerra, pela conquista, pela colonização.

As nações, como os indivíduos. esterilizam-se pela concentração. Se lhes prendem os braços e lhes deixam pouco ar, se as têm entre quatro paredes, tristes e imóveis, enfraquecem, amolece-se a energia vital e morrem.

A colonização é a forma mais louvável e mais justa da conquista, é o meio mais directo de propagar a civilização. Ela é sempre útil, mas há circunstâncias que a tornam particularmente necessária.

Assim, quando as doçuras duma longa paz enervam e multiplicam rapidamente os

homens, quando há uma áspera concorrência, verdadeira guerra industrial, quando as almas mais atrevidas e mais enérgicas, aprisionadas num espaço estreito, têm de se consumir sem proveito e sem glória, ou de fazer das suas faculdades um uso funesto, quando uma longa corrupção resulta duma grande estagnação, como se vê em França e entre nós, não será útil abrir uma larga saída a todas as formas de actividade nacional?

Não é nunca em vão que uma nação multiplica o tipo de civilização que representa, que cria nações novas destinadas a perpetuar a sua língua, as suas lembranças e a glória do seu nome. As colónias têm esta utilidade suprema: estendem as relações comerciais e marítimas e são aliadas fiéis e duráveis.

Mas só um povo cuja organização política seja fundada na justiça pode tirar proveito duma colónia, porque só ele a saberá tratar com justiça.

Por isso é incontestavelmente necessário um novo sistema de colonização. O antigo está velho.

As colónias que nascem não podem dispensar a protecção da metrópole, mas essa protecção deve-lhe ser dada, não com grandes exigências, mas com um justo e medíocre proveito, e devem as metrópoles deixar às colónias aquela liberdade interior sem a qual em parte alguma se podem numa nação recente desenvolver o comércio, a indústria, as instituições, a riqueza e o poder.

As nações que governam de longe, governam mal, sobretudo com o sistema *burocrático* moderno: esse governo assim há-de necessariamente oprimir a colónia, e a colónia ou morre ou então, quando pode, liberta-se.

As tentativas de colonização são sempre imperfeitas e erradas ao princípio, mas haja a perseverança e haverá o resultado.

Assim, ao princípio, a Inglaterra cometeu muito erro com as suas colónias, cometeu mesmo muitos crimes, e se alguma coisa a pode absolver foi a sua perseverança em criar novos estabelecimentos com novos e terríveis esforços.

E as suas colónias, que são um dos mais sólidos apoios do seu poder, serão um dos mais belos títulos da sua glória aos olhos da posteridade.

As colónias são os filhos das nações, dão-lhes incómodos, desgostos, despesas, esforços, trabalhos; a sua educação é difícil; o arranjo da sua posição, delicada; mas quando são bem dirigidos, quando se lhes dá protecção, quando se lhes deixa desenvolver livremente a sua actividade, tornam-se robustos, fortes, trabalham, têm proveito e honra; quando os pais envelhecem, amparam-nos, e quando morrem, perpetuam-lhes o nome, as tradições de família, todas as relíquias do passado que fazem a unidade humana.

As conquistas

Ao falar-se em conquista, é levantar uma questão filosófica e uma questão política, porque é necessário saber se todas as conquistas são igualmente justas, e depois se todos os poderes podem lançar mão da conquista como dum meio político.

Mas a primeira questão é: nós realmente vamos caminhando para um fim distante e desconhecido, ou o homem errará fatalmente, sem inteligência e sem regra, de evolução em evolução?

Mas todos, cristãos, católicos, protestantes, ateus, socialistas, realistas, todos os satíricos das políticas e das filosofias diversas, concordam que a humanidade caminha para o fim da perfectibilidade.

Daqui resulta que as conquistas que levaram a humanidade para as bandas do seu justo destino são legítimas, e as que a detiveram na sua marcha são ilegítimas.

Por consequência, toda a questão das conquistas reduz-se a saber se há ou houve

conquistas que favorecessem, suspendessem ou comprimissem o desenvolvimento da humanidade.

Em todos os tempos decerto houve violências horríveis e inúteis. Povos e homens conquistadores exterminaram nações que deviam transformar.

Tinham talvez a missão de refazer as sociedades, de juntar populações inimigas, de introduzir ideias e formas novas; e imolavam os vencidos. Pois que quer dizer, perante a justiça e o direito, a exterminação dos Americanos pelos Espanhóis e ultimamente as humilhações e os desesperos que a Inglaterra derrama sobre a Irlanda'?

Mas decerto também tem havido conquistas que têm sido propagação do bem e da justiça; mesmo na Antiguidade a conquista era um elemento poderoso de união e de verdade política: as civilizações adiantadas iam alumiar a gente escura que vivia nos cantos da Terra, apertavam-se relações, os vencidos tomavam as artes, os costumes, as leis benéficas dos vencedores: assim melhoravam as instituições e as almas. Todos o sabem. Os povos são como os indivíduos. Uns são. activos, outros passivos. Uns são destinados a receber dos outros a iniciação intelectual e moral. Só as conquistas dos primeiros são fecundas; os segundos, quando alguma coisa ocasional os leva a espalharem-se pelo mundo, são assoladores que só fazem ruínas. Assim, por toda a parte onde apareceu a raça gaulesa, raça fácil e simpática, a civilização deu alguns passos. E devemos dizê-lo com verdade: onde tem aparecido e raça ibérica, raça arrogante e violenta, o movimento social tem-se retardado.

As conquistas só são legitimas e fecundas quando o povo conquistado está apto para receber as ideias, os usos, os costumes, dos povos conquistadores; quando a assimilação moral, política e social é possível. Estas conquistas benéficas, racionais, não são só legítimas, mas são duradouras. Os Romanos, os Turcos, superpuseram-se em lugar de se confundir com as nações que subjugavam; ao primeiro abalo, aqueles impérios pouco firmes dissolveram-se. Pelo contrário, todos os elementos de que se formou a nacionalidade francesa misturaram-se energicamente; a sua união tornou-se indissolúvel. Invadida, traída, desarmada, a França salvou-se do desmembramento só pela força e pela união da pátria.

Aviso à Áustria.

Nº 4, 17 de Janeiro

Sobre as alfândegas

I

Os Venezianos e os Genoveses chamavam *dagan* ao imposto que se percebia sobre as mercadorias, em nome do doge ou do duque, à entrada ou à saída do seu território. É talvez esta a origem mais próxima da moderna instituição das alfândegas.

Sob o regime feudal, todo o senhor podia ferir com um direito arbitrário as mercadorias que passavam nas suas terras; e até 89 as mercadorias foram oneradas à entrada e saída de certas províncias.

Estes direitos multiplicados tornavam a sua circulação interior difícil e dispendiosa.

Durante muito tempo a imposição das tarifas de alfândega não era determinada ou dirigida por sistema algum: os poderes só viam naquele imposto um meio de fazer receita e não lhe compreendiam o alcance.

Henrique IV concedia a um fidalgo, como um privilégio sem consequência. o

direito de receber quinze soldos sobre cada fardo de mercadorias que saísse do reino. Mais tarde, os financeiros felicitavam-se de que os impostos, que nos espíritos dos consumidores se confundiam com o preço dos objectos, não erguessem reclamações importunas.

Entretanto, os homens que no século XVII e XVIII estudaram a criação e distribuição das riquezas descobriram bem depressa a influência que os direitos de alfândega exerciam sobre a produção, sobre o consumo e sobre o comércio exterior. Criaram a este respeito sistemas que tiveram alguma influência sobre o estabelecimento das tarifas. A revolução destruiu, em França, as alfândegas interiores.

Desde essa época a reforma da taxa das alfândegas exteriores foi muitas vezes empreendida e muitas vezes abandonada.

Cada tentativa, suscitando interesses particulares e sistemas económicos opostos, provocou lutas de que se ressente a taxa actual.

Hoje está geralmente reconhecido que o estabelecimento dos direitos de alfândega tem dois fins: primeiro, dá um rendimento ao tesouro; segundo, dá ao governo meios de exercitar ou de reprimir o desenvolvimento desta ou daquela indústria, deste ou daquele género de comércio.

O governo exerce esta acção de modos diversos. Proíbe a certas mercadorias estrangeiras a entrada no território, e assegura assim aos nacionais que produzem mercadorias da mesma natureza o monopólio do mercado interior. Fixa sobre certos produtos estrangeiros direitos mais ou menos elevados, que, acrescendo ao preço natural, impedem o produtor estrangeiro de os vender no país por preços menos elevados que os da produção nacional. Excita a importação ou exportação de certos produtos, concedendo uma certa soma ou prémio a todo aquele que importar ou exportar esta ou aquela quantidade desse produto; enfim, restitui ao exportador de certos produtos o direito que foi recebido à entrada sobre as matérias-primas de que se serviu.

Se considerarmos estes diversos meios só pelo seu lado económico, é evidente que as proibições, os direitos de entrada, os prémios e as restituições na exportação têm por efeito elevar com detrimento dos consumidores nacionais o preço de certas mercadorias.

Assim os economistas ingleses, e, depois deles, J. B. Say e os seus discípulos, censuraram o governo de querer exercer pelas tarifas da alfândega uma acção qualquer sobre os movimentos da riqueza. É deles a célebre e bem sabida máxima: *Laissez faire! Laissez passer!* E em apoio das suas doutrinas citavam a Suíça, que, sem alfândegas e apesar da esterilidade natural do seu solo, chegou a um alto grau de prosperidade industrial; eles sustentaram que os direitos protectores apagavam a actividade dos industriais protegidos, privando-os do estimulante da concorrência estrangeira; mostraram a péssima influência do contrabando sobre a moralidade dos povos, e os tristes acidentes que causa; recordaram os triunfos da fraude. O governo francês, por exemplo, não deu num só ano, e só no artigo de açúcares refinados, a titulo de restituição de direitos, oito milhões mais do que tinha recebido?

Não se têm visto em muitos países os fabricantes de tecidos de algodão, por um processo particular, dar um peso excessivo aos seus produtos e fabricar, não para vender ao consumidor, mas para receber um prémio igual ao preço de uma mercadoria imprópria para consumo'?

Decerto se não pode negar que as restrições impostas pelas taxas das alfândegas trazem numerosos inconvenientes; não se podem negar os abusos que resultam do sistema actual.

Mas firmemente cremos que, no estado presente da indústria e das relações internacionais, é bom que o governo exerça pelas alfândegas uma influência directa e

reguladora sobre o produto e sobre os consumos gerais. A acção das alfândegas tem certamente por resultado elevar o preço de certas mercadorias, mas este inconveniente não tem toda a gravidade que os economistas lhe atribuem.

Muitas das restrições que resultam das tarifas da alfândega têm por fim desenvolver a marinha nacional. E porventura, que nação pagará suficientemente as vantagens de um grande poder marítimo?

O comércio estabelece entre os povos laços de dependência recíproca, cujos resultados civilizadores são excelentes. Entretanto, uma nação exposta a sofrer e a fazer muitas vezes a guerra não pode sem inconveniente depender de nações rivais para o fornecimento dos objectos que ela consome em grande quantidade. Em caso de guerra, a elevação súbita do preço desses objectos, a baixa repentina do preço dos produtos que o estrangeiro ia buscar em troca, poderiam causar graves perturbações. As privações impostas à Europa pelo sistema continental feriram este sistema de impopularidade e tornaram-lhe a aplicação quase impossível; os laços comerciais só não têm inconveniente entre os povos que não estão destinados, pela sua situação e pela natureza das coisas, a irem, por mar e terra, sofrer o azar das campanhas e a sorte perigosa da guerra.

Nº 5, 20 de Janeiro

II

Se todos os povos tivessem o mesmo carácter, se somente estivessem submetidos ao mesmo governo e às mesmas leis, sem dúvida se devia renunciar às alfândegas e ao sistema protector; mas enquanto existirem entre eles desigualdades de aptidão industrial; enquanto a diversidade das leis e dos governos e o sentimento da nacionalidade se opuserem aos transportes de capitais e de indústria que as teorias dos economistas supõem; poder-se-ão sempre justificar certas restrições das tarifas, pela necessidade de conservar a riqueza nacional dos povos menos industriosos.

«Não se pode comprar um produto senão com um produto equivalente», dizem os economistas; por consequência, um povo não pode ser empobrecido pela acção livre do comércio, pois que recebe sempre um valor equivalente ao que dá.

Este raciocínio é especioso, mas pouca exactidão tem. O valor das mercadorias, todos o sabem, não é absoluto; resulta da opinião. Ora, a opinião dum povo pode ser mais razoável que a dum outro, pode ser fundada sobre um desejo imoderado de gozos, sobre a preguiça, etc.

E fácil a um povo, como a um particular, diminuir as suas riquezas por trocas comerciais que supõem um consumo considerável e improdutivo. Um povo que troca matérias-primas, capitais disponíveis sob a forma de numerário, por produtos destinados a um consumo imediato e improdutivo, empobrece infalivelmente, devora os seus instrumentos de trabalho e arruina-se, como o pródigo. E bom observar que a concentração nalgumas mãos das fortunas, isto é, dos capitais acumulados, dos instrumentos de trabalho, é favorável a este empobrecimento, porque o rico ocioso não produz nada e consome ordinariamente muito.

Restrições de alfândega, sabiamente combinadas, tendem a corrigir os erros deste género, que a opinião, resultado de tantas causas diversas, pode fazer cometer a um povo.

Essas restrições elevam o preço dos produtos da indústria estrangeira e restringem-lhe assim o consumo. Esta elevação de preço é um tributo imposto pelo

Estado sobre os consumidores das mercadorias taxadas. Estes, se são empobrecidos, é em proveito do Estado, isto é, de todos os contribuintes. O estabelecimento da taxa obriga-os a pagar uma soma mais forte para obter a mesma quantidade de objectos de consumo improdutivo que obtinham anteriormente. O efeito imediato do empobrecimento é incitá-los ao trabalho, à produção, ou ao menos a economia.

Ao mesmo tempo, a elevação fictícia do produto da indústria estrangeira excita a ambição do trabalhador e do capitalista; esforçam-se por realizar benefícios, fornecendo as necessidades do consumo por menor preço que o estrangeiro: trabalham, produzem. Assim as sábias restrições em matéria de alfândega têm por efeito conservar à nação os instrumentos do trabalho, os capitais acumulados entre as mãos dos ricos, e excitar ao mesmo tempo ao trabalho o produtor e o consumidor.

Quando supusemos que o consumidor era rico, quisemos indicar somente a riqueza relativa; supusemos que as restrições feriam mais rigorosamente os objectos cujo consumo era menos indispensável.

Os economistas modernos que proclamaram a doutrina do *laissez faire!* não atenderam ao carácter e às paixões dos povos; consideravam o homem como uma matéria bruta que seguia o movimento fatal dos capitais em lugar de o causar; julgaram sem razão que um povo trabalharia igualmente sob o regime da liberdade comercial e sob um regime restritivo.

O seu sistema é fundado sobre esta hipótese: que basta a um pais estar nas condições materiais favoráveis ao desenvolvimento deste ou daquele ramo de indústria para que essa indústria aí prospere.

É um erro. A ignorância, a apatia, a elevação do juro, consequência da falta do capital, podem impedir essa indústria de crescer e desenvolver-se. A aplicação dos capitais e do trabalho a tal ou tal espécie de indústria depende talvez mais ainda dos prejuízos e da rotina do que das circunstâncias económicas. E contra este prejuízo que a acção do governo se deve exercer, levantando o preço dos produtos da indústria que quer excitar, a fim de animar produtores a intentarem-na, de os indemnizar das perdas que causam sempre as primeiras tentativas da inexperiência e de não deixar improdutivos os elementos da riqueza nacional.

E que elemento de riqueza é mais considerável e mais fecundo que o trabalho?

Pode o sistema protector bem entendido dever ter por fim estimular a indústria e o trabalho; deve favorecer a introdução barata das matérias-primas e dos instrumentos, e repelir os produtos do trabalho estrangeiro.

Mas tal objecto é o produto duma indústria e deve servir de matéria-prima a uma indústria. Evidentemente, deverá ser admitido com mais facilidade que os objectos susceptíveis de serem imediatamente entregues ao consumo e que são inaptos para a produção.

Os capitais disponíveis devem ser considerados como a principal das matérias-primas, como o mais enérgico instrumento do trabalho. As importações de numerário são pois muito favoráveis ao desenvolvimento da riqueza nacional; elas têm por efeito o abaixamento do interesse e as elevações dos preços, duas causas de abundância para todas as classes de cidadãos. Assim, as falsas teorias dos antigos economistas sobre a balança do comércio conduziam a resultados práticos mais vantajosos e mais exactos que as doutrinas dos economistas modernos.

As tarifas de alfândegas protectoras têm por fim principal dar aos povos cuja educação comercial e industrial está menos adiantada, os meios e o tempo de fazer esta educação sem ser acabrunhada pela superioridade dos seus vizinhos. Se se admitisse a liberdade do comércio em toda a sua extensão, os povos menos industriosos ficariam indubitavelmente pobres, arruinados pelos seus vizinhos mais hábeis. O equilíbrio

acabaria sempre por se estabelecer, dizem os economistas. Sem dúvida, mas somente depois que a ruína dos povos menos industriosos fosse completa e terrível.

Nº 6, 24 de Janeiro

III

As tarifas protectoras são uma arma ofensiva para as nações mais industriais, defensiva para as que o são menos.

Seria loucura abandoná-las, sobretudo em presença das proibições e das restrições de toda a espécie estabelecidas e mantidas pela Inglaterra.

Notou-se já. como esta potência, cuja liberdade comercial os missionários pregam bem alto, está muito longe de as admitir, apesar da sua superioridade industrial. Convida a certas nações a desarmarem-se, e ela, a mais forte, a mais vencedora, fica armada.

A influência que ela exerceu nos nossos destinos mostra, mais que todas as teorias, qual o resultado das ligações comerciais entre um povo industrioso e um povo não industrioso.

Antes do Tratado de Methuen, a Inglaterra, já rica pela sua indústria, não tinha capitais. Portugal, pelo contrário, possuía riquezas consideráveis, sobretudo em numerário acumulado, vivia ainda com os proveitos do século XVI.

Começámos então a comprar objectos de consumo cujo principal valor era produzido pelo trabalho inglês, em troca dávamos alguns comestíveis, mas sobretudo matérias-primas e numerário. Foi bem depressa evidente que aquele comércio empobrecia Portugal e enriquecia a Inglaterra. O abaixamento do juro forneceu aos produtores ingleses novos recursos; e o preço em móveis ingleses elevou-se. Ao mesmo tempo os capitais disponíveis de Portugal diminuíam, o preço dos imóveis abaixava, e o juro do dinheiro, elevando-se sempre, aumentava as dificuldades que embaraçavam o desenvolvimento da indústria nacional.

As matérias-primas e os capitais metálicos arranjavam à Inglaterra novas riquezas. Portugal tinha reduzido as suas, comprando objectos de simples consumo.

Causas políticas, é verdade, concorreram com as causas económicas para o empobrecimento de Portugal. As grandes famílias proprietárias dos instrumentos de trabalho preferiram comprar os produtos das manufacturas inglesas do que utilizar as suas riquezas em proveito dos trabalhadores do seu pais. A nossa preguiça natural é bem conhecida, o nosso carácter indolente é verdadeiramente meridional e também a influência do elemento católico, principalmente no que diz respeito ao juro do dinheiro; isto exerceu uma acção funesta. Mas mais poderosas eram essas causas, mais Portugal tinha necessidade de um sistema proibitivo enérgico. Era necessário ensinar os economistas de então a pagar ao estrangeiro com os produtos de seu trabalho e não com as riquezas que seus pais lhes tinham legado. O marquês de Pombal bem o tinha compreendido.

É para evitar aos seus compatriotas a sorte de Portugal que a maior parte dos governos da Europa responderam por proibição à proibição da Inglaterra, e que renovaram com lentidão, e sob uma forma pacífica, o sistema continental. Sentiram que a Inglaterra tinha levado o desígnio de levar as nações às despesas loucas, como um usurário excita um rapaz pródigo; os economistas então deram aos povos uma tutela e impuseram a necessidade de reduzir as despesas ou de as pagar só com os produtos do seu trabalho. A guerra que a Inglaterra faz ao governo chinês para o constranger a

deixar envenenar os seus povos mostra até onde pode ir o cinismo da política britânica, e como são prudentes as tarifas das alfândegas que repelem os produtos da sua indústria.

A Suíça tem dispensado as alfândegas porque a sua pobreza primitiva o proibia, porque a sua população, sóbria nos seus gastos de consumo, laboriosa e afeita desde há muito à indústria. não fornecia nenhum lado especulável à concorrência estrangeira. E ademais, a Suíça nunca pensou em representar um papel político e activo.

A França, cuja situação é tão diferente, deve conservar as barreiras protectoras das suas alfândegas. Potência essencialmente política e militar, deve concentrar os seus recursos. estabelecer a sua indústria sobre as matérias-primas que a sua agricultura produz, e não se avassalar à indústria das nações rivais. Mas ela deve antes de tudo reformar uma tarifa cujas diversas disposições se contradizem, ou são contrariadas por uma viciosa repartição do imposto.

É necessário pois que os governos, estabelecendo as suas tarifas, não protejam nem cegamente nem com excesso, que não se deixem dominar pelas exigências apaixonadas e quase sempre injustas do interesse particular, que não percam nunca de vista que toda a protecção impõe um tributo ao consumidor, e deve aguilhoar a indústria, e não tornar-lhe a indolência aproveitável.

Nº 6. 24 *de Janeiro*

Orçamento

O governo apresentou às câmaras o orçamento. Não sabemos se nele falou verdade, expondo com seriedade e franqueza o estado da fazenda pública. Se o fez, procedeu como lhe cumpria, porque vai nisso o interesse da nação e a sua própria dignidade.

Os governos representativos, por isso que são governos de crítica e de discussão, são os que exigem a máxima lealdade e franqueza nos poderes públicos.

Por maiores que sejam os embaraços da nossa situação financeira, e necessário patenteá-los àqueles que. pela sua autoridade legal. podem removê-los ou pelo menos atenuá-los.

Nem os governos devem ter pejo de apresentar aos olhos do país e do parlamento a verdadeira situação da fazenda pública. Os encargos que se recebem em herança dos antecessores no poder não desonram os que entram na direcção dos negócios. Aos que não criaram as situações precárias não cabe a responsabilidade que dela vem.

É necessário que o parlamento saiba onde estão: mas para aí acudir com a sua iniciativa, com as suas luzes e com a sua dedicação.

Da exposição franca e verdadeira do estado da fazenda publica há-de nascer a discussão sensata, luminosa e desprendida das afeições partidárias: e desta há-de vir o remédio, ou pelo menos o alivio dos males, que, se porventura não se atalharam, podem arrastar-nos a um medonho cataclismo político.

A falta de verdade, sempre que se trata de esclarecer o país sobre a sua situação financeira, tem sido, de há muitos anos, o grave erro de todos os governos. Erro fatal de que eles teriam dado contas estreitas num país onde a responsabilidade ministerial não fosse uma fantasmagoria política.

De que serve ocultar nos orçamentos cenas despesas para fazer diminuir o *deficit* e acobertar debaixo de uma prosperidade fictícia o verdadeiro estado das coisas públicas?

As situações difíceis não se remedeiam, os obstáculos não se removem, as resistências não se aniquilam, os cataclismos sociais não se evitam senão com uma

política franca, verdadeira e desassombrada.

A política de expedientes, política inerte, tímida, reservada. infecunda, compromete os interesses gerais sem salvar o nome nem a glória dos estadistas.

A franqueza, a lealdade e o desprendimento dos homens públicos podem, em dadas circunstâncias, arriscar-lhes a popularidade e precipitar a catástrofe da sua queda. Embora. Nesses consentimentos é que está o seu verdadeiro mérito, nessa abnegação é que está a sua verdadeira virtude.

Nº 10, 10 de Fevereiro

Sobre o aqueduto

O aqueduto de Sertório, que é uma recordação da história e uma necessidade do povo, está esquecido, arruinado, perdido!

Há anos que foi apresentado em câmara um projecto de imposto nos gados das feiras e dos mercados do Rossio. Este imposto, vexatório e injusto, foi todavia votado sob a proveitosa e fecunda condição de ser aplicado ao conserto do velho aqueduto.

O pequeno sacrifício do imposto vinha salvar um incómodo geral e realizar uma necessidade profunda.

Os resultados foram insuficientes. Os consertos a fazer no aqueduto são radicais, pedem um plano, um sistema geral de construção, um minucioso estudo hidráulico.

Podem-se gastar 50, 60, 80 contos, pequena despesa ainda para tão grande necessidade; as medidas de higiene e de saúde em parte nenhuma se aferem pelo dinheiro que consomem. Se o não há, pede-se, depois suplica-se, depois mendiga-se.

Há poucos anos ainda o aqueduto das Amoreiras, em Elvas, foi consertado pelo Ministério das Obras Públicas. O de Évora, esse, tem para perdê-lo – o desleixo dos homens e as inimizades do tempo.

Ninguém sabe onde se sumiram as influências poderosas daqui, as inteligências zelosas, os iniciadores afadigados, que se não vê ninguém que vele um pouco por aquele aqueduto, que, como história, está sendo uma ruína, e, o que é pior, como obra, uma insalubridade.

Em Elvas, onde os poderosos são menos, as camarilhas nenhumas, as vaidades poucas, alcançou-se facilmente, sem perda de fazenda ou de súplica, que fosse restaurado o aqueduto.

Ora, se se trata de consertar o aqueduto de Sertório por conta do Município será bastante o imposto dos gados? E este conserto será uma justiça e um facto racional o ser feito aos pedaços, lentamente, ao acaso, por espaço de 50 anos, dando largo tempo a que os temporais o vão roendo e se vá alterando a saúde?

E um erro o querer consertar o aqueduto com o rendimento do imposto: o maior erro seria, e mesmo negra injustiça, o querer alargar esse imposto até às despesas da obra.

Todo o conserto intermitente, sem estudo, sem planta, sem arquitectos verdadeiros, sem conhecimentos das matérias do local, das condições químicas da água, sem preparatórios trabalhos hidráulicos, é uma inutilidade, um desperdício, um desleixo criminoso.

O conserto a retalho tem este inconveniente de ir sendo destruído pelo tempo e abandonado pelos homens; e quando se chegasse ao fim da obra, demorada, protraída, interrompida, como todas as obras feitas sem dedicação por gente sem actividade – seria necessário voltar ao princípio e recomeçar pacientemente o trabalho de reconstrução.

O sistema empregado é improfícuo pela qualidade e pelas condições de duração do material empregado.

A tubagem de ferro, que era mais cara, era todavia mais económica.

Um dia falaremos mais longa e tecnicamente nesta obra de áspera precisão.

Este jornal muitas vezes falaria das grandes necessidades, dos cómodos, dos trabalhos a fazer, das vantagens a dar ao povo. Mais vezes o faria, se se sentisse escutado e se sentisse apoiado. Mas aqueles a quem compete velar pelo bem público estão tão longe da nossa voz como estão longe da justiça.

E necessário dizer, porém, que a voz dos que vêm em nome da razão e do direito é tão alta por vezes, e de tal modo ecoa nos ouvidos, que os deixa a escorrer sangue.

Nº 12, 17 de Fevereiro

Agricultura, comércio e indústria

As antigas companhias

As companhias são grandes reuniões de capitalistas, de fabricantes e de gente de negócio, associados para empreenderem grandes operações de comércio, de indústria, ou de trabalhos públicos.

Outrora a ideia de companhia era inseparável da ideia de privilégio. Hoje não se pensa assim.

A antiga organização das companhias, que nós achamos agora com razão contrária ao interesse público e aos verdadeiros princípios da economia política, parecia então uma coisa natural, que se harmonizava perfeitamente com as jurandas, as corporações e a divisão da sociedade em diferentes ordens. Foi só no século XVIII que aquele sistema encontrou nos filósofos e nos enciclopedistas críticos esclarecidos.

As companhias daquela época eram de duas espécies: umas compostas de banqueiros, então conhecidos sob o nome de mercadores; as outras companhias eram companhias de comércio, de descoberta, de colonização.

Companhias de negociantes, de capitalistas que, comprando a protecção de alguns fidalgos ou de uma amante real ou de um favorito, obtinham o privilégio de fazer só elas o comércio da metrópole com o estrangeiro, mas mais particularmente com o Oriente. A França, a Inglaterra, a Holanda, a Dinamarca, Portugal e a Espanha tiveram em diferentes épocas companhias de comércio, as quais foram as que traficaram com a Índia. Nos termos da sua instituição, aquelas companhias tinham, mediante o dom de uma coroa de ouro a cada mutação de rei, o decreto de sustentar frotas e exércitos, de fazer a paz e a guerra; e, quando elas logravam apoderar-se de um país, podiam possuí-lo e administrá-lo – como propriedade sua. Todos os empregos civis, militares e religiosos eram de nomeação sua. Algumas deveram aos seus esforços e aos seus felizes resultados o elevarem-se à ordem de potências políticas. A grande Companhia da índia, na Inglaterra, tornou-se mesmo tão poderosa que o parlamento britânico submeteu as suas operações ao exame dum conselho especial nomeado por ela, e que bem depressa tomou a importância de um ministério; hoje, o monopólio comercial dessa companhia não existe: as suas rendas só se compõem de produtos territoriais e administrativos, como as alfândegas, a pasta, etc., das províncias sobre as quais se estende a sua autoridade. Ora os partidários dos sistemas de companhias pretendiam que só elas podiam colonizar os países distantes e sustentar os estabelecimentos necessários para fazerem vantajosamente o comércio das mercadorias e dos géneros que aqueles países

produzem; que só elas podiam reunir capitais bastante consideráveis para equiparem as armadas e fazerem os adiantamentos que exige aquele género de operações, e que, por isso, era justo e necessário conceder-lhes, exclusivamente aos outros negociantes e armadores, o privilégio de entrarem nesses negócios. Todo o mundo hoje sabe o que se deve pensar desta argumentação e o valor que se deve dar às pretendidas vantagens do sistema de companhias; os nossos pais mesmo tinham exactamente apreciado o valor deste sistema de companhias privilegiadas, e a vigorosa critica de alguns escritores do século XVIII não tinha nada de exagerado. As companhias quase sempre sucumbiam pelo seu próprio erro e pela concorrência dos armadores contrabandistas, que faziam expedições nos países concedidos as companhias e chegavam a ganhar mais que elas, apesar dos perigos e dos obstáculos que tinham a vencer.

A grande companhia inglesa mesmo não prosperou muito tempo; as suas eternas guerras com os povos da Índia custavam-lhe mais do que o seu comércio lhe rendia. Em França, quando a Revolução suprimiu os privilégios, não causou nenhum mal às companhias de comércio, porque estavam mortas. Há muito tempo também a Espanha e Portugal tinham abandonado as suas, e não lhes resta hoje de todo aquele edifício senão o poder político de companhia inglesa, e a proibição de comércio a respeito de colónias e de algumas potências, tais como a França, a Inglaterra e a Holanda.

Mas o privilégio que subsiste não é exercido pelas companhias, toda a nação tomou o seu lugar nesse privilégio.

Se não se encontram hoje companhias de comércio organizadas como as de outrora, não se pode dizer entretanto que o regimen de que faziam parte esteja completamente abandonado,

Tais foram as antigas companhias de que dentro em pouco apenas se falará na história.

Nº 14, 24 de Fevereiro

Há tempos o *Campeão das Províncias* publicou um comunicado sobre as desordens do liceu de Évora.

Não trazia nome por baixo que legalizasse aquelas acusações violentas; desenhava ali uma confusão terrível no liceu, pouca instrução, falta de frequência, pouco respeito pelos professores, desmoralização dos alunos, etc. Segundo aquele áspero escrito, o liceu era uma pequena Babilónia imoral, corrupta, pecadora e de irremediável podridão. O mesmo senhor que dizia isto olhava com santa beatitude para a Casa Pia, e só via ali sossego, harmonia, felicidade, boa administração, uma espécie de paraíso, onde só há repouso e louvores de graças.

Depois voltava a olhar para o liceu, com ar profético de desesperança e de desdém.

Hoje recebemos dois comunicados, excelente e lucidamente escritos, de duas pessoas respeitáveis, que, tomando nas suas mãos a questão, a deixam tão clara, tão limpa e tão pura, tão séria como a própria verdade.

Publicamo-los juntamente para dar maior robustez à opinião comum, reforçando-a com as opiniões individuais.

Nós desejamos que a verdade se apure e que fiquem ilibadas todas as honras e desvanecidos todos os maus conceitos. E possível que haja no liceu irregularidades: não costumam estes estabelecimentos, pelas suas condições especiais de existência, ser aqueles onde há mais harmonia, mais sossego, mais administração; cremos todavia que as acusações do comunicado do *Campeão* eram excessivas e apaixonadas. Pela verdade

das maravilhas que se contavam da Casa Pia se pode avaliar a verdade dos horrores que se contavam do liceu. Repetimos, o nosso grande desejo é ver terminada a questão, por este esclarecimento da verdade feito por tão belas inteligências e tão rectas consciências. Nós teremos as nossas páginas abertas e cordiais para os que quiserem discutir nobremente a questão.

Ficaremos vendo, reservando o nosso juízo, aplaudindo só uma coisa – a justiça –, defendendo só uma coisa – a honra.

Nº 17, 7 de Março

O crédito público

O crédito, como todos sabem, é a confiança pela qual se emprestam dinheiros ou se vendem mercadorias, sem exigir pagamento imediato; e é ao mesmo tempo a faculdade de usar dos recursos dos outros em todas as condições de segurança. Isto que se dá nas relações individuais dá-se nas relações de economia internacional.

O crédito público é na sua essência o crédito particular. Há só esta diferença: que no crédito particular o que empresta conta sempre com o embolso mais ou menos próximo do capital emprestado.

Por isso abrir um crédito é conceder um prazo. No crédito público, o que empresta só exige a prestação regular dos juros da soma emprestada. Porque logo que haja confiança na honra e na dignidade do governo devedor, o que deu de empréstimo pode realizar o seu capital negociando com o título de divida.

Nesse caso é um novo credor que o substitui, sem que nada se modificasse nas condições do empréstimo: e é assim que o crédito, passando de mão em mão, oferece sempre ao credor o recurso do embolso, sem que a ele seja obrigado o próprio devedor.

O crédito público funda-se pois nas garantias que dá o governo devedor relativamente à prestação regular do juro.

A medida do crédito público estabelece-se primeiro pelas condições mais ou menos vantajosas que os que emprestam fazem ao governo; segundo, pelas vantagens maiores ou menores que encontra o credor na venda do seu título.

Isto explica-se bem.

Nas transacções entre particulares, o que empresta dá um capital real mediante um juro mais ou menos elevado, segundo as circunstâncias.

Nos empréstimos dos governos, pelo contrário, o juro é pago anteriormente pelo que pede de empréstimo, que ao mesmo tempo reconhece e declara ter recebido um capital muito maior do que realmente arrecada. Assim o governo diz aos capitalistas: «Quero uma soma de tanto, pelo juro de cinco por cento; quanto me dão por cada 100$000 réis de que eu me declararei devedor?» E segundo os capitalistas, nas suas propostas, se aproximarem mais ou menos dos 100$000 réis, assim se conhecerá a confiança que eles têm no governo, ou em outros termos, ter-se-á a medida do seu crédito. O governo a quem se oferecerem por exemplo 99$000 réis em cada 100 será acreditadíssimo em comparação daquele a quem os capitalistas só ofereçam 75.

Contraído o empréstimo, o capital dado pelo emprestador negoceia-se nas praças. E se ele aumenta, é porque a confiança aumenta, ou noutros termos, o crédito. Por exemplo, o Estado recebeu 100 por cada 80, se o emprestador acha quem lhe compre o seu titulo de divida por 85, ou por 90, é porque o crédito do governo cresce nas praças estrangeiras. No entanto, o aumento do crédito não está sempre em proporção com este aumento do preço do capital. Muitas vezes esse aumento vem doutras causas, entre as

quais as especulações da bolsa, os acasos do jogo e a acumulação dos capitais têm um grande lugar.

Não se deve acreditar também que o crédito público se afira pelas mesmas regras do crédito particular. Esta teoria de J. B. Say é tanto mais errónea quanto pode seduzir pela sua simplicidade aparente.

«Não pode haver», diz aquele escritor, «duas aritméticas diferentes, uma para os indivíduos, outra para as nações.»

Sem dúvida, e se as operações fossem semelhantes, os cálculos deviam ser os mesmos.

Mas o indivíduo toma de empréstimo obrigando-se a desembolsar o capital, o Estado toma de empréstimo obrigando-se a prestar os juros. E se embolsa o credor, escolhe o momento que lhe convém: já isto é uma diferença imensa entre os dois

empréstimos: uma outra diferença é que o emprestador pode sempre embolsar-se, negociando o seu título, o que seria difícil àquele que empresta a um particular. Enfim, o emprestador do Estado vê aumentar nas suas mãos o capital emprestado, o que não acontece nunca nos empréstimos entre particulares. Há, pois. não duas aritméticas diferentes, mas duas diferentes maneiras de aplicar a aritmética, segundo se trata de empréstimos públicos ou particulares.

Por consequência, a medida do crédito não deve ser a mesma. Com efeito, a solvibilidade do particular, isto é, a garantia que ele oferece, depende sobretudo dos capitais que possui. Ora, o Estado não possui capitais. Primeira diferença. Depois, o particular, quanto mais livre de compromissos, mais crédito tem. O Estado, pelo contrário, terá menos crédito se nunca tiver pedido emprestado do que tendo tomado de empréstimo e tendo cumprido a sua obrigação.

Segunda diferença:

Diz J. B. Say: «A situação mais favorável para uma nação, relativamente ao crédito público, é quando está sempre em estado de pedir emprestado e nunca pede.» O que é «estar em estado de pedir emprestado»? Não é ter crédito? Por consequência, aquilo é o mesmo que dizer que a melhor maneira de ter crédito é ter crédito.

Pelo contrário, aquela proposição invertida dá uma verdade. O melhor método para um Estado aumentar o seu crédito é pedir emprestado e satisfazer nobremente. E não faltam exemplos que o comprovem. A ocasião em que a França aumentou o seu crédito foi quando teve mais dívidas; e a Inglaterra, que amontoou empréstimos sobre empréstimos, viu continuamente aumentar o seu crédito à medida que crescia a sua divida. No entanto, deste principio não se devem tirar as últimas consequências, isso seria um abuso de crédito, levaria à ruína e à bancarrota.

Os sábios sabem admiravelmente estas coisas; não é para eles que as explicamos, mas quando o país está atravessando uma crise financeira não é inútil talvez derramar o conhecimento do complicado jogo financeiro das nações no espírito popular, simples e recto.

****

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2002

http://www.ipn.pt/literatura

****